



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE DEMOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

APARECIDO SOARES DA CUNHA

*A migração na Região Metropolitana de São Paulo e os
espaços da mobilidade intrametropolitana – 1980/2010*

CAMPINAS, SP
2015

APARECIDO SOARES DA CUNHA

**A MIGRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO E OS ESPAÇOS DA MOBILIDADE
INTRAMETROPOLITANA, 1980/2010**

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Demografia.

Supervisor/Orientador: Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO APARECIDO SOARES DA CUNHA, E ORIENTADO PELA PROFA. DRA. ROSANA APARECIDA BAENINGER.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rosana Baeninger', is written over a horizontal line.

CAMPINAS

2015

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Marta dos Santos - CRB 8/5892

C914m Cunha, Aparecido Soares, 1959-
A migração na Região Metropolitana de São Paulo e os espaços da mobilidade intrametropolitana - 1980/2010 / Aparecido Soares da Cunha. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. São Paulo, Região Metropolitana de (SP) - Migração interna. 2. Mobilidade Espacial. 3. Mobilidade Residencial. 4. Migração. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Migration in the Metropolitan Region of São Paulo and the spaces of intrametropolitan mobility - 1980/2010

Palavras-chave em inglês:

Metropolitan Region of São Paulo - Internal migration

Spatial mobility

Residential mobility

Migration

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutor em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Tirza Aidar

Alvaro de Oliveira D'Antona

Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Marden Barbosa de Campos

Data de defesa: 18-12-2015

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 18 de dezembro de 2015, considerou o candidato Aparecido Soares da Cunha aprovado.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

Prof. Dr. Alvaro de Oliveira D'Antona

Profa. Dra. Tirza Aidar

Profa. Dra. Maria Camila Loffredo D'Ottaviano

Prof. Dr. Marden Barbosa de Oliveira

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Dedico este trabalho às minhas filhas Giovanna e Júlia e minha esposa Zilmar.

Dedico também a minha amiga e Prof^a. Dr^a. Neide Lopes Patarra (*In memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Sem a ajuda de inúmeras pessoas é impossível construir qualquer coisa na vida e não foi diferente na elaboração desta Tese. Expresso aqui a minha profunda gratidão àqueles que contribuíram, diretamente, com esta conquista.

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Rosana Baeninger, que me apresentou desafios e sonhos, mas me deu apoio e tempo para concretizá-los. Eis aqui nossa Tese.

À Professora Dra. Neide Lopes Patarra, minha fiel e secreta escudeira, cuja semente do doutorado plantou no meu coração e mente no ano 2000, lá em Caxambu – MG, num dos encontros da ABEP.

Agradeço à Universidade Estadual de Campinas, ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ao Departamento de Demografia e ao NEPO - Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, da Universidade Estadual de Campinas por todo apoio e suporte para a realização do meu Doutorado em Demografia.

Agradeço aos professores membros da banca de qualificação, Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha e Profa. Dra. Tirza Aidar, cujos comentários trouxeram grande ajuda para realizar os ajustes necessários na pesquisa.

Aos professores do Departamento de Demografia, aos pesquisadores, funcionários e servidores do NEPO. Aos funcionários do NEPO: Ivonete, Raquel e Rogério pela gentileza e colaboração durante esta trajetória.

Aos colegas das diferentes coortes, mas especialmente aos companheiros Walter, Taciana, Sérgio, Rita, Vivian e Natália.

Ao IBGE pela oportunidade e pelo financiamento parcial do doutorado, sem o qual este trabalho não teria sido realizado.

Aos meus pais Ananias e Maria e à minha família, minha esposa Zilmar e minhas filhas Giovanna e Júlia pela compreensão, ajuda e por agüentar minhas ausências por longo tempo, mesmo estando “presente”.

Finalmente a Deus.

Essência

Com o tempo, os conceitos mudam...

os sonhos mudam...

os planos mudam...

a vida muda...

Mas não se mudam princípios e valores...

Mudei e continuo igual...

Assim é o ser humano: tão coerente em suas contradições...

Autor desconhecido

RESUMO

O objetivo principal desta tese é estudar a mobilidade espacial da população da Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, a mobilidade intrametropolitana, a partir da perspectiva dos espaços de vida, com o uso dos conceitos de mobilidade residencial e migração, abrindo uma nova perspectiva analítica sobre os movimentos populacionais no território metropolitano. A pergunta central da tese é: quais são os espaços de vida da população da Região Metropolitana de São Paulo, considerando a mobilidade espacial da população. Com o objetivo de alcançar tal proposta, no primeiro capítulo, são estudados, em profundidade, os quesitos de migração e mobilidade pendular presentes nos censos demográficos brasileiros desde 1872, avaliando suas potencialidades e suas limitações, dentro desta nova perspectiva analítica. Para reconhecer o território estudado e o poder de influência dos municípios, no segundo capítulo, a Região Metropolitana de São Paulo é desvendada em relação ao histórico dos desmembramentos municipais e as implicações nos processos de mobilidade espacial da população, bem como se processou a constituição demográfica da região ao longo do tempo. Para avançar no entendimento dos processos migratórios ao longo das últimas décadas na região, entre 1980-2010, faz-se um levantamento minucioso dos movimentos migratórios de e para a Região Metropolitana de São Paulo, mas partindo-se dos grandes movimentos nacionais e passando pelos deslocamentos populacionais interestaduais e intraestaduais, além de analisar os movimentos intrametropolitanos. No capítulo final os espaços de vida são definidos, a partir da mobilidade pendular. De posse dos espaços de vida da população, por município, verifica-se como se processa a mobilidade espacial da população, considerando os espaços definidos da mobilidade residencial ou intrametropolitana e os espaços da migração. Desta forma é possível determinar o grau de influência dos espaços de vida sobre a mobilidade residencial.

Palavras Chave: Região Metropolitana de São Paulo; Espaço de Vida; Mobilidade Espacial da População; Mobilidade Residencial; Migração

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to study the spatial mobility of the population of Metropolitan Region of São Paulo, i.e., the intra-metropolitan mobility, from the perspective of living spaces (Courgeau, 1975, 1980, 1988), with the use of residential mobility and migration concepts, opening a new perspective analytical on population movements in the metropolitan territory. The central question of this thesis is: What are the living spaces of the population of Metropolitan Region of São Paulo, considering the spatial mobility of the population. Aiming to achieve such proposal, in the first chapter, are studied, in depth, migration and commuting questions present in the Brazilian population censuses since 1872, assessing its potential and its limitations within this new analytical perspective. In the second chapter, to identify better the study area and the power of influence of the cities, the metropolitan area is unveiled in relation to the history of municipal dismemberment and the implications for spatial mobility processes of the population. To advance the understanding of migration processes over the past decades in the region, between 1980-2010, a thorough study of migratory movements to and from the metropolitan area was made, but starting from the great national movements and passing by interstate and intrastate population movements, and analyze the intra-metropolitan movements. In the final chapter the living spaces are defined and they are used in the analysis of spatial mobility of the population. Thus, it is possible to determine the degree of influence of the living spaces on residential mobility.

Keywords: Metropolitan Region of São Paulo; Living space; Spatial mobility of the population; Residential mobility; Migration.

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Estudos Populacionais
BVESP	Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo
CD	Censo Demográfico
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (Secretaria de Habitação do Governo do Estado de São Paulo)
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEM	Centro de Estudos da Metrópole
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
D.O.E.	Diário Oficial do Estado de São Paulo
EMPLASA	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano AS
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDM	Indicador da Dinâmica Migratória
IEM	Índice de Eficácia Migratória
IEP	Índice de Eficácia de Pendularidade
IRP	Índice de Reposição Populacional
IUSSP	International Union for the Scientific Study of Population (União Internacional para o Estudo Científico da População)
NEPO	Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, da Universidade Estadual de Campinas
O/D	Origem e Destino
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pesquisa de Avaliação de Cobertura do Censo Demográfico
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RG	Regiões de Governo do Estado de São Paulo
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SPSS	Statistical Package for the Social Science
TFT	Taxa de Fecundidade Total
UF	Unidade da Federação
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Introdução.....	12
Capítulo 1: O estudo da migração e as limitações e potencialidades dos censos demográficos.....	18
1.1 Dificuldades conceituais para definir e delimitar a migração.....	18
1.2 Fonte de dados e qualidade da informação utilizada.....	27
1.2.1 Os Censos Demográficos brasileiros 1872-2010.....	33
1.2.2 Evolução da investigação sobre mobilidade espacial da população nos Censos Demográficos de 1940-2010.....	42
1.2.3 O uso de quesito de data-fixa para avaliar a migração e a mobilidade.....	58
1.3 A escolha do período de referência 1980-2010 para o estudo da migração e da mobilidade espacial da população na RMSP.....	64
1.4 Índice de Eficácia Migratória – IEM: As raízes e o seu uso.....	68
Capítulo 2: Adentrando pela Região Metropolitana de São Paulo.....	87
2.1. A área de estudo e sua localização.....	87
2.2. Os desmembramentos territoriais dos municípios da RMSP.....	90
2.3. A Expansão Urbana da Região Metropolitana de São Paulo.....	102
2.4. Taxas Anuais de Crescimento Populacional.....	115
2.5. Aspectos demográficos da Região Metropolitana de São Paulo.....	124
2.6. Grau de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo.....	129
2.7. O uso de sub-regionalizações nos estudos da RMSP.....	135
Capítulo 3: Do Brasil, pelo Estado de São Paulo até a Região Metropolitana de São Paulo: 40 anos de migração, mudanças e continuidades 1970/2010	168
3.1 A migração interna interestadual e a imigração internacional no Brasil.....	171
3.1.1 A imigração internacional no Brasil.....	172
3.2 A migração de retorno interestadual.....	176
3.3 A migração intraestadual no Brasil	178
3.4 A migração intrarregional e interregional nas Grandes Regiões	184
3.5 A migração interestadual segundo as Unidades da Federação no Brasil	193
3.6 A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da migração nacional	206
3.6.1 Quem entra e quem sai da Região Metropolitana de São Paulo	229
3.7 Considerações	242
Capítulo 4: Migração, mobilidade pendular, espaço de vida e mobilidade residencial na Região Metropolitana de São Paulo.....	247
4.1 Migração e Mobilidade Pendular na Região Metropolitana de São Paulo	249
4.1.1 Delimitação das Modalidades de Mobilidade.....	254
4.2 Espaço de Vida da População da Região Metropolitana de São Paulo.....	277
4.3 Características Demográficas da População Envolvida.....	303
Conclusões.....	307
Bibliografia.....	310
Anexos.....	338
1. Espaços de Vida da população dos municípios da RMSP – 2000.....	338

INTRODUÇÃO

Esta tese tem por objetivo avançar no entendimento dos processos migratórios que ocorrem na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Este estudo faz parte do projeto temático Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP-Fapesp/CNPq). Busca, ainda, entender os fenômenos sociais que se expressam na Região Metropolitana de São Paulo, a partir da migração e da mobilidade residencial, levando-se em conta os espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988). A pergunta norteadora e central desta tese é: quais são os espaços de vida da população da Região Metropolitana de São Paulo, considerando a mobilidade pendular da população?

Para o entendimento inicial desta proposta, vale a pena um breve resgate histórico sobre a Região Metropolitana de São Paulo. Ao longo do tempo e, notadamente após a década de 1930, com o início do processo de industrialização (PATARRA, 2003), a Região Metropolitana de São Paulo passou por grandes transformações nos seus aspectos territoriais, econômicos, sociais e, principalmente, demográficos, que determinaram a sua condição atual de maior região metropolitana do Brasil e, ainda, área de maior centralidade migratória do país.

A RMSP foi um espaço que atraiu muitos imigrantes internacionais, em grandes volumes, até o início do século XX (LEVY, 1975; BASSANEZI, 1995), que logo foram substituídos pelos migrantes nacionais, de origem rural, que passaram também a ocupar esse território (MARTINE, 1990; PATARRA, 2003). O processo de ocupação da RMSP inicia-se na Capital e depois se espraia pelos municípios vizinhos, buscando cada vez mais terras livres e baratas, que ficavam cada vez mais distantes da região central, num processo denominado de periferização (CUNHA, 1994; 2003, MARTINE, 1994). Num segundo momento, a partir dos anos de 1980, a RMSP passa a perder população nas trocas migratórias, principalmente para o Interior paulista, mas continua a apresentar saldo positivo nas trocas interestaduais (BAENINGER, 1999; BRITO, 2006).

Esse processo de ocupação no sentido do centro para a periferia exigiu da população um novo comportamento em sua mobilidade diária para cumprir com as obrigações de trabalho e estudo, em função da grande concentração das atividades econômicas e instituições de ensino na cidade de São Paulo, inicialmente a partir de empresas ligadas ao ramo industrial, que detinham muitos postos de trabalho. Até os anos de 1980, foi forte a ligação entre a migração que ocorria e a exigência de mobilidade pendular, que derivava desta

migração, ou seja, a mobilidade pendular era uma contrapartida da migração (CUNHA, 1994; ÂNTICO, 2003).

Com o desenvolvimento econômico e social dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e com a relativa desconcentração econômica na região desde os anos de 1970 (AZZONI, 1987), a partir da Capital, muitos municípios da região apresentaram profundas transformações na sua estrutura produtiva e variadas opções de postos de trabalho, nos diversos setores da economia. Assim, a mobilidade pendular continuou exigindo da população um esforço adicional, mas agora não tão fortemente condicionada à migração.

A mobilidade pendular, a partir dos anos 1990, ocorre também independentemente da mudança de residência, ou seja, sem que haja necessariamente uma migração. Há um leque maior de opções e oportunidades de trabalho dentro da região metropolitana, num grupo maior de municípios, e também há um esgotamento da ocupação de áreas adequadas para a moradia no âmbito da RMSP. Além das atuais condições de transportes que facilitam os deslocamentos pendulares, geralmente diários, entre os municípios da região.

Vive-se, também, no início do século XXI, um momento de queda nos volumes dos fluxos migratórios de e para a RMSP, com uma tendência de saldos migratórios negativos, principalmente nas trocas intraestaduais e uma rotatividade de migrantes em relação aos fluxos interestaduais, principalmente com os fluxos da Região Nordeste (BAENINGER, 2008).

É neste novo contexto que surge uma nova dinâmica de mobilidade espacial da população, onde a migração intrametropolitana não é tão necessária, prioritária ou possível e a mobilidade pendular para outro município se torna uma realidade. Emerge dessa nova configuração os locais onde as pessoas executam suas atividades cotidianas – entre o local de moradia “A” e o local de trabalho “B” (e/ou local de estudo “C”), ou seja, criam-se os espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988). Por outro lado, quando acontece a mudança de residência habitual entre esse mesmo local de moradia “A” para o local de trabalho “B”, ou para o local de estudo “C”, também não podemos dizer que está acontecendo uma migração, pois se está falando do mesmo tecido social urbano (VILLA; RODRIGUEZ, 1994) e, portanto, está ocorrendo uma mobilidade residencial (SUSINO, 2001) da população. A mobilidade pendular passa também a ser resultado da localização das oportunidades de trabalho e estudo e não somente derivada da mudança de moradia¹.

¹ Utiliza-se as motivações dos deslocamentos para trabalho ou estudo, na operacionalização dos espaços de vida, em função destas duas motivações corresponderem a quase totalidade das viagens diárias na Região Metropolitana de São Paulo. Segundo a Pesquisa de Mobilidade 2012 da Região Metropolitana de São Paulo

Entre esses espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988) também pode ocorrer a migração, como tradicionalmente a conhecemos. A condição para operacionalizar o levantamento determinando se ocorre uma mobilidade residencial ou uma migração é, em primeiro lugar, observar se a mudança de residência habitual ocorre entre espaços de vida diferentes ou dentro do mesmo espaço de vida; em segundo lugar, e adicional ao item anterior, verificar o tempo de residência nos espaços de vida, que operacionalmente usa-se o local de residência numa data-fixa no tempo (isto é, se residia cinco anos antes ou não nos mesmos espaços de vida), através do quesito de data-fixa dos censos demográficos brasileiros de 1991, 2000 e 2010², ou alternativamente utilizar os dados de última etapa migratória.

Aqui nesta tese se adota duas condições básicas que definem a questão e possibilitam uma nova forma de compreender a dinâmica dos movimentos populacionais intrametropolitanos:

1) A migração se dá quando a mudança de residência habitual ocorre entre espaços de vida diferentes, considerando o local de residência no intervalo de cinco anos (data fixa) ou tenha menos de 10 anos de residência no local (última etapa);

2) A mobilidade residencial se dá quando a mudança de residência habitual ocorre dentro do mesmo espaço de vida, considerando o local de residência no intervalo de cinco anos (data fixa) ou tenha menos de 10 anos de residência no local (última etapa).

O espaço e tempo continuam sendo importantes ferramentas nestas duas definições. No primeiro caso, a migração ocorre nos espaços da migração (BAENINGER, 1999; 2012) e, no segundo caso, a mobilidade residencial ocorre nos espaços da mobilidade, com estreito vínculo da população com esse território, mesmo antes da mudança de residência. É neste contexto que o estudo se desenvolve, trazendo esta nova perspectiva analítica para a mobilidade espacial da população. Avalia-se, também, o sentido dos fluxos dentro do espaço intra-urbano (VILLAÇA, 1995) e sua configuração, a partir da perspectiva da “Cidade dos Anéis”, de Pasternak e Bógus (2005a) e a estrutura “Centro-Periferia”, de Marques e Torres (2005).

(METRÔ, 2013), a proporção foi de 78% para esses dois motivos. Segundo as Pesquisas Origem Destino 1997 e 2007 da Região Metropolitana de São Paulo (METRÔ, 1998; 2008), os percentuais foram, respectivamente, de 75% e 79%. As outras motivações mencionadas pela população, nessas pesquisas, e que registraram proporções significativas nos três levantamentos aqui citados foram compras, saúde e lazer, com valores para cada um desses motivos, no levantamento de 2012, abaixo de 4,5%. A mobilidade cotidiana da população da Região Metropolitana de São Paulo está muito ligada às questões do trabalho e do estudo.

² Não foi possível incluir o Censo Demográfico de 1980, em função da inexistência do quesito de data-fixa neste censo, que, nos censos posteriores, possibilitaram a obtenção da informação do local de residência do migrante cinco anos antes, isto é, os nomes do município e da Unidade da Federação.

Observa-se os espaços da migração em São Paulo, quando se trabalha com os fluxos interestaduais (BAENINGER, 1999), que se redefinem tanto conceitualmente, como regionalmente quando se trabalha com a mobilidade espacial da população metropolitana. A mobilidade espacial entendida aqui sob dois pontos de vista. No primeiro, tem-se a “mobilidade residencial”, isto é, quando ocorre a mudança de residência habitual entre um município e outro dentro do perímetro da RMSP e dentro do mesmo espaço de vida. O segundo se refere à “migração intrametropolitana”, ou seja, a mudança de residência habitual entre dois municípios dessa região metropolitana, mas que pertencem a dois espaços de vida distintos.

Como apontado por Cunha (2011), não se trata de abandonar idéias já consolidadas, mas de incorporar uma nova perspectiva na dinâmica da movimentação da população no espaço³. Esta proposição ainda não é totalmente independente de um recorte político-administrativo, pois os espaços de vida constituem um aglomerado de dois ou mais municípios, que derivam de fontes de dados censitárias (IBGE) e estão ancorados nas Pesquisas Origem e Destino (METRÔ), além de estarem subordinados à limitação dessas fontes de dados e à forma como as informações foram captadas. Não se propõe modificar a forma de captação da migração, como realizado pelos censos demográficos, mas somente uma nova forma analítica de se observar o fenômeno, a partir dos dados censitários.

Assim, esta tese está estruturada em quatro capítulos, sucedidos pelas considerações finais e referências bibliográficas. O primeiro capítulo tem como objetivo apresentar e analisar algumas questões centrais da tese que se fazem necessárias para o entendimento das escolhas e caminhos percorridos ao longo da pesquisa, sendo o principal objetivo a análise das possibilidades das fontes de dados e suas limitações. Procura-se responder, de forma antecipada, algumas motivações e o que está por trás de algumas características, conceitos e variáveis utilizadas no desenvolvimento desta tese. Procura-se, também, delimitar migração e mobilidade residencial dentro do escopo deste estudo, bem como explicar as raízes e usos do Índice de Eficácia Migratória - IEM e justificar a escolha do período de referência do estudo, 1980-2010.

O capítulo dois apresenta e caracteriza a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, através de aspectos ligados à sua localização, sua formação histórica e territorial dos municípios, com os desmembramentos que ocorreram desde a fundação da Vila de São Paulo,

³ A mobilidade espacial da população ou o deslocamento da população no território envolve diversas dimensões, tendo cada uma delas um conceito bem definido. Entre essas dimensões destacam-se a migração, a migração sazonal, a mobilidade residencial (intramunicipal ou intra-regional) e a mobilidade pendular.

em 1558. Procura, ainda, retratar o crescimento demográfico e suas características num período mais longo, para um entendimento ampliado das mudanças demográficas ao longo do tempo, inclusive apontando alguns aspectos econômicos relevantes no contexto dos movimentos migratórios e desenvolvimento da região. Procura-se, também, avaliar os estudos já realizados sobre a Região Metropolitana de São Paulo, através de diferentes disciplinas, e como esses trabalhos caracterizam espacialmente a região e como apresentam as diferentes formas de se “ver” a região metropolitana. Isto é, as diferentes possibilidades de análise das sub-regionalizações ou divisões dos espaços urbanos. Este esforço se justifica com o enquadramento do objeto de estudo, que é a migração e a mobilidade residencial, dentro do contexto metropolitano.

O capítulo três apresenta uma análise descritiva da mobilidade espacial da população desde a migração no contexto nacional, passando pela migração no Estado de São Paulo e, finalizando, com a migração de e na Região Metropolitana de São Paulo. Utiliza-se o Índice de Eficácia Migratória – IEM, para avaliar a redistribuição espacial da população ao longo do período de 1980 a 2010. Avalia-se também a interiorização da migração (BAENINGER, 1999), que é de fundamental importância para entender as mudanças da migração no território paulista, tanto em relação aos fluxos migratórios interestaduais, quanto os fluxos intraestaduais, principalmente aqueles que têm como origem a Região Metropolitana de São Paulo.

No quarto e último capítulo desenvolve-se todo o conceito de “Espaços da Mobilidade Intrametropolitana”, separando os “migrantes” intrametropolitanos de acordo com o conceito de espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988) e conforme proposta de operacionalização de Susino (2001, 2003). Os espaços de vida foram operacionalizados através dos deslocamentos pendulares presentes nos censos demográficos de 2000 e 2010 e suporte da Pesquisa Origem e Destino⁴. Fundamental foram os quesitos sobre o local de

⁴ O Censo Demográfico de 1991 deixou de investigar os deslocamentos para o trabalho ou escola. Em função desta lacuna, será utilizada também a Pesquisa Origem e Destino de 1987, ou simplesmente Pesquisa O/D, coordenada pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e “realizada desde 1967 na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, com periodicidade de dez anos, e tem por objetivo o levantamento de informações atualizadas sobre as viagens realizadas pela população da metrópole em dia útil típico. Constitui-se no principal instrumento de coleta de informações sobre viagens, servindo de base para os estudos de planejamento de transporte” (METRÔ, 2008, p. 5). Desde 1967 já foram realizadas cinco pesquisas – 1967, 1977, 1987, 1997 e 2007. A partir de 2002, com mudanças na metodologia e realizada no meio do intervalo entre duas Pesquisas O/D, a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ passou a realizar a Pesquisa de Mobilidade da Região Metropolitana de São Paulo. A última Pesquisa de Mobilidade foi realizada em 2012. A pesquisa de 2002 foi considerada como aferição (METRÔ, 2013, p. 4). Uma questão fundamental da Pesquisa O/D é relativa à motivação da pendularidade, que é investigada amplamente desde o primeiro levantamento, em 1967, e dá suporte ao uso dos dados censitários sobre pendularidade (trabalho e estudo), como proxy do conjunto de motivações possíveis.

residência cinco anos antes e o quesito de última etapa migratória que determinam se o movimento de mudança de residência habitual resultou em migração ou mobilidade residencial. Com as informações sobre os fluxos da mobilidade intrametropolitana pretende-se avaliar como esses fluxos se comportam dentro das sub-regionalizações estudadas no Capítulo 2. Procura-se, também, delimitar os espaços de vida da população e o grau de interação entre os municípios metropolitanos, além de identificar as características dos contingentes populacionais envolvidos nesse movimento migratório, o tamanho, a distribuição, sua estrutura e composição populacional.

Finalmente, na última parte são apresentadas as considerações finais, com destaque para os avanços atingidos nesta pesquisa em relação ao entendimento da migração e da mobilidade residencial da população no contexto da Região Metropolitana de São Paulo, além de apontar recomendações importantes de agenda de pesquisas para o futuro.

CAPÍTULO 1

O estudo da migração e as limitações e potencialidades dos censos demográficos

Este capítulo tem como objetivo apresentar e analisar algumas questões centrais da tese que se fazem necessárias para o entendimento das escolhas e caminhos percorridos ao longo da pesquisa, sendo o principal objetivo a análise das possibilidades das fontes de dados e suas limitações.

Procura-se, neste Capítulo 1, delimitar migração e mobilidade residencial dentro do escopo deste estudo, bem como explicar as raízes e usos do Índice de Eficácia Migratória - IEM e justificar a escolha do período de referência do estudo, 1980-2010. A intenção também foi reunir elementos que pudessem explicar, mesmo que parcialmente, as preocupações vivenciadas pelo pesquisador ao longo do trabalho realizado e as soluções encontradas e que viessem a contribuir qualitativamente com os resultados da pesquisa.

1.1 Dificuldades conceituais para definir e delimitar a migração

Não existe uma definição precisa e única de migração, pois diferentemente da mortalidade e da fecundidade, em função da complexidade do fenômeno (PATARRA; CUNHA, 1987), a migração, além de ser um processo social muito dinâmico tem múltiplas definições e depende diretamente do objeto de estudo do pesquisador. A migração é difícil de definir e não é tão simples como parece ser à primeira vista. Sua definição nem sempre é imediata e óbvia (CUNHA, 2012, p. 47).

Cunha (2005), expressando a dificuldade inerente aos estudos da migração, registra:

Há que se considerar a grande dificuldade de geração de dados para a mensuração da migração, devido à sua peculiaridade com relação às demais variáveis demográficas. Tratando-se de um fenômeno com múltiplas expressões espaciais e temporais, a migração não possui uma única definição - fato que constrange qualquer tentativa de sistematização e levantamento de dados e estimativas (CUNHA, 2005, p. 4).

Realmente não há uma definição que satisfaça completamente os interesses múltiplos de quem pesquisa a migração. Quanto à definição de migração, para Renner e Patarra (1980, p. 237) “verifica-se a inexistência de um consenso que satisfaça plenamente às diferentes possibilidades de manifestações do fenômeno” e que a definição da ONU “constitui um ponto de referência necessário ao estudo das migrações”.

Segundo Perruchoud e Redpath-Cross (2011, p. 5), a definição “é muitas vezes vaga, controversa ou contraditória e pode variar de acordo com uma determinada perspectiva ou abordagem”. Uma pessoa pode ser migrante para um pesquisador que está observando a

migração interestadual num determinado período, numa área metropolitana, mas não é migrante para outro pesquisador que está pesquisando somente a migração intrametropolitana, nesse mesmo espaço geográfico.

Também inexiste uma teoria geral das migrações e há uma multiplicidade de disciplinas científicas que tratam as migrações. O que existe é um conjunto vasto de abordagens teóricas sobre dados empíricos, que adotam algumas premissas sobre alguns níveis ou eixos de análise.

A dificuldade se estende além de uma definição precisa da migração (DOMENACH; PICOUE, 1995), pois a migração é também difícil de mensurar, pois nem sempre dispomos dos dados necessários para uma análise adequada e direta do fenômeno. Segundo Bilsborrow (2011, p. 21), “essas limitações nos dados acabam também por gerar limitações severas nos estudos sobre migração e, o que é pior, os estudiosos do tema não reconhecem essas limitações nos dados”.

A migração apresenta características diferenciadas, pois ela pode se repetir muitas vezes durante a vida ou mesmo várias vezes durante o período de um ano (BILSBORROW, 2011, p. 18), e não tem um componente biológico, como é o caso da fecundidade.

Hauser e Duncan (1975), já indicavam que a demografia é uma ciência de observação e não de experimentos controlados, necessitando de qualidade da informação, métodos estatísticos e recursos analíticos para o seu desenvolvimento. Preston (1978) aponta que os dados sozinhos não conseguem mostrar ou explicar completamente os fenômenos estudados e que precisamos ir além dos dados, avaliando as experiências sociais e outras questões.

Em relação à definição de migração temos que pensar nas duas dimensões da migração que devem ser consideradas, quais sejam, a dimensão espacial (o espaço – origem, destino, limites territoriais de consideração e local de residência) e a dimensão temporal (o tempo – tempo ideal de observação ou período mínimo, etapas migratórias e classificação) (UNITED NATIONS, 1970). Em função da combinação destas duas dimensões é possível obter uma grande variedade de modalidades de migração, o que dificulta, de certa forma, o estudo sobre o fenômeno.

Os processos demográficos, entre eles a migração, são sociais, econômicos, políticos e condicionados (SINGER, 1973), sendo seus determinantes difíceis de detectar e apontar. As questões migratórias já guardavam dificuldades de dados no passado, mas agora se tornaram ainda mais complexas do ponto de vista explicativo teórico (CUNHA; PATARRA, 1987), em função das características atuais da sociedade em que vivemos e do ambiente quase que completamente urbano e globalizado (BAENINGER, 1998).

Verifica-se que dentre as componentes demográficas, a migração se apresenta como fator de difícil previsão, em função das dificuldades de controle e até de projeção

(BILSBORROW, 1998). Além disto, o espaço político-administrativo, no qual estamos por vezes limitados na análise e na disponibilidade dos dados, seja na esfera municipal, regional, metropolitana ou estadual é diferente do espaço econômico, social e cultural, que ultrapassa fronteiras físicas e delimitadas apenas por um marco legal.

Outro ponto que devemos tratar é de como a variável migração pode ser captada nos censos demográficos (ABEP, 1984) e de qual migração estamos estudando. Entre os estudiosos acadêmicos não há um consenso sobre o tema e existem várias definições para migração (CUNHA, 2012, p. 40), dependendo do escopo da pesquisa que está sendo realizada ou mesmo do tipo de informação disponibilizada para análise. Conforme apontado por Bilsborrow (1998, p. 3; 2011, p. 18) e Khawaja (2002, p. 10) a migração, diferentemente de outros eventos demográficos, é difícil definir e medir por várias razões. Uma delas é que a migração é um movimento que se relaciona com as dimensões espacial e temporal e a delimitação de cada uma delas é arbitrária e apresenta algum grau de subjetividade e são de caráter normativo.

Nos estudos sobre migração há duas possibilidades diferentes de se observar o fenômeno. A migração como variável demográfica e a migração como fenômeno social (CUNHA, 2012). Para o primeiro caso, a migração entra como componente do crescimento demográfico e como fator de modificação das estruturas demográficas, que afeta a dinâmica populacional, características demográficas e composição. No segundo caso, a migração é muito mais complexa de definir, em função dos tipos e modalidades migratórias (CUNHA, 2012). É deste último que estamos falando e tratando neste trabalho.

Existem inúmeras definições de migração e algumas são apresentadas a seguir, no Quadro 1.1, a partir da compilação de López (2007, p. 3)¹.

Já, segundo Bilsborrow (1998, p.3), a migração somente é considerada quando ocorre a mudança de lugar de residência, associada com o movimento além dos limites territoriais, isto é, “para um movimento ser considerado uma migração, ele deve atender dois requisitos: 1) cruzar os limites político-administrativos do local; e 2) envolver a mudança de residência habitual”². Se não ocorrer ambas as condições não se deve considerar que ocorreu uma migração.

Bilsborrow reforça a necessidade de não se considerar alguns tipos de mobilidade populacional como movimentos migratórios. O autor coloca ainda a necessidade de se excluir os movimentos que ocorrem dentro de uma mesma unidade administrativa, mesmo que ocorra uma mudança de residência, conforme relatado abaixo:

¹ Apresentado na linguagem original, para que não haja prejuízo de interpretação na tradução para o português.

² No original em inglês: “For a movement to be considered a migration, it must (1) be across a political or administrative boundary, and (2) involve a change of ‘usual residence’” (BILSBORROW, 1998, p. 3).

Evidently there are many types of population mobility not considered migration movements, including some that satisfy one but not both of the requirements above. Thus, a change of residence within the smallest administrative unit used in a country, and movements across administrative borders which do not involve an official or declared "change of residence," are not considered migration (BILSBORROW, 1998, p. 3).

QUADRO 1.1 – Definições de migração, segundo vários autores e instituições

AUTORES	DEFINICIONES
Bogue (1959)	Una migración es un cambio de residencia que envuelve un cambio completo y un reajuste de las afiliaciones comunitarias del individuo.
Lee (1966)	La migración es ampliamente definida como un cambio permanente o semipermanente de residencia. No hay restricciones de distancia o si se trata de actos involuntarios o voluntarios, y no existe distinción entre la migración interna e internacional.
Mangalam (1970)	La migración es un fenómeno relativamente permanente de alejamiento de una colectividad, llamada migrantes, de un lugar geográfico a otro, precedido por una decisión sobre una base jerárquicamente ordenada de valores o fines, que tiene como resultado cambios en el sistema de interacciones de los migrantes.
ONU (1972)	La migración se define como un traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado de una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia ...
Elizaga, et al (1975)	"La migración puede definirse operacionalmente como un cambio de residencia entre una división administrativa y otra.
ONU (1978)	"Es una forma de desplazamiento definitivo de individuos con traslado de residencia".
Puyol (1990)	Una migración es un conjunto de movimientos que tiene por objetivo trasladar la residencia de las personas interesadas de un lugar de origen a otro de destino. Una migración supone siempre el desplazamiento de un grupo importante de personas y no tiene porque ser definitiva (desplazamientos continuos, estacionales o diarios).
Population Reference Bureau (1978)	"Es el movimiento de la población; más exactamente, el movimiento de personas a través de una frontera específica para adoptar residencia...".
Nurun y Krishnan (1993)	La migración es un cambio permanente en el lugar de residencia cruzando bordes específicos administrativos o políticos.
Shen (1994)	Distingue entre transición y movimiento. Por transiciones entiende el número de migrantes que se mueven dentro de un período fijo o variable, de forma que cada migrante es contabilizado tan sólo una vez. La migración es el número de movimientos realizados por los migrantes en un período de tiempo. Cada movimiento es contado una sola vez, pero un migrante puede realizar múltiples movimientos en un período y ser contado varias veces.
Vinuesa et al (1994)	Define la migración como un cambio de residencia desde una unidad espacial de rango administrativo hacia otra, en un intervalo de tiempo fijado a priori.
IUSSP y CELADE (s/f)	"Desplazamiento, con traslado de residencia de los individuos desde un lugar de origen o lugar de partida, a un lugar de destino o lugar de llegada y que implica atravesar los límites de una división geográfica."
Population Reference Bureau (2004)	"Migración es el movimiento geográfico de las personas a través de una frontera específica con el propósito de establecer una nueva residencia permanente o semipermanente...".
Morrison, Bryan, Swanson (2004)	El termino migración, como es usado por los demógrafos, se refiere a la movilidad a través de límites políticos o administrativos relevantes a escala regional, estatal o municipal. Ésta se distingue de las formas locales de movilidad, como la residencial.

Fonte: López Vega (2007, p. 3). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/3/28353/RLopez.pdf>>.

A definição de Bilsborrow é uma definição limitada e rígida ou normativa, mas que se encaixa perfeitamente na fonte de dados censitários, tornando a migração mensurável e comparável para vários censos, principalmente com o uso dos quesitos de data-fixa (local de residência cinco anos antes da data de referência do censo), que permitem análises de algumas modalidades migratórias (BAENINGER, 2012) e saldos migratórios, combinados com outros dados dos quesitos de última etapa e local de nascimento (RIGOTTI, 1999), e ampliam as possibilidades de análises da migração.

Como se pode observar no Quadro 1.1, segundo López Veja (2007), ao definir-se migração, cada autor apresenta-a de uma forma e sob determinado olhar e perspectiva, mas há entre essas definições de migração alguns apontamentos em comum e que se repetem em muitas delas. Algumas definições são restritas e outras mais elaboradas, enquanto outras repetem, na essência, a mesma definição de migração de seus pares, mas com outras palavras. A seguir, alguns pontos em comum nessas definições e que são importantes nos estudos de migração:

- a) mudança de residência;
- b) mudança de uma unidade territorial para outra;
- c) distância percorrida no movimento migratório;
- d) Intervalo de tempo.

Apesar de aparecer em várias definições, no Quadro 1.1, o caráter permanente da migração, nos dias atuais, é muito relativizado, pois não podemos colocar a migração, principalmente a migração interna, com este enfoque hermético, mesmo que na perspectiva do migrante o entendimento seja este. Bilborrow (1998, p. 5) também pede para evitar o uso deste termo, porque, segundo o autor, nem a migração ou a residência é permanente. Para Domenach (1998, p. 108), a distância se transformou em “parâmetro secundário” no contexto dos espaços da migração, em função da revolução nos transportes e as possibilidades de comunicação instantânea, que estreitaram os espaços humanos. Essas inovações tecnológicas, nos transportes e nas comunicações, com a melhoria da infraestrutura ampliaram também as áreas de destino não só da população, mas também dos negócios (HENRIE, 2004, p. 18), criando um ambiente mais favorável e vantajoso ao desenvolvimento econômico de outras áreas.

Depreende-se que na migração há uma relação estreita e importante vinculação entre população, espaço, tempo, residência e mudanças, que devem ser melhor exploradas para revelar suas conexões e como elas se formam ou acontecem, dentro de uma complexidade crescente. A migração nos dias atuais impõe enormes desafios conceituais (BAENINGER, 2011; RODRIGUEZ, 2011, DOMENACH, 2011).

Atentar que a definição de migração da ONU (1972, p. 2), que é o “deslocamento de uma zona definidora da migração para outra (ou um deslocamento de uma distância mínima especificada), que se tem feito durante um intervalo determinado e que implicou em mudança de residência”. Este é o conceito básico que os países, filiados ao referido organismo, utilizam para prepararem os questionários censitários, no que se refere à temática da migração, tendo em vista a necessidade de um mínimo de comparabilidade nos levantamentos entre as nações. A migração, colocada desta forma, é uma definição operacional, que visa facilitar a padronização.

Como a migração está ligada à combinação de movimentos entre diferentes unidades político-administrativas, que por sua vez possuem diferentes extensões territoriais e características (uma unidade territorial maior em extensão é provável apresentar um maior espectro de realidades e possibilidades, que uma área menor), a análise deve ser mais cuidadosa e atenta, em função da possível heterogeneidade que um mesmo movimento migratório ou fluxo pode apresentar entre uma mesma área de origem e destino. Desta forma, é possível encontrar “vários fluxos” dentro de um único fluxo.

Deve-se ter em mente que muitas vezes a limitação ou amplitude da definição de migração já está previamente definida pela disponibilidade das fontes de dados e pela forma de captação dos dados, pois os critérios de definição de migração e migrantes são dados, na maioria das vezes e de forma mais clássica, por quem investiga, principalmente no caso de censos demográficos e pesquisas amostrais, bastando ao pesquisador usar ou não essas fontes de dados ou fazer uma pesquisa própria e de acordo com os critérios definidos por ele.

Como registrado anteriormente, no Censo Demográfico (CD) brasileiro atual a migração e o migrante são caracterizados através do tempo e espaço. Uma das primeiras definições sobre o tema, no Manual do Recenseador de 2010, é sobre o significado de migração interna:

“Migração Interna é o ato de deixar um município para morar em outro município dentro do Território Nacional. Exemplo: alguém que deixa Porto Alegre – RS para morar em Porto Velho – RO” (IBGE, 2010. Manual do Recenseador, p. 201).

O espaço considerado no CD é o município, pois os dados coletados servem para análise da mobilidade populacional e subsidiam as projeções de população. Assim, toda pessoa que se deslocou de um município para outro é considerado migrante interno e informa há quanto tempo mora sem interrupção no município atual e em que Unidade da Federação e município ou país estrangeiro morava antes de mudar-se para o município atual. Nos censos demográficos anteriores a base de investigação é a mesma, variando apenas a forma de captação do tempo e do espaço, conforme será discutido numa outra seção mais adiante.

Vale a pena lembrar que apesar do uso da delimitação político-administrativa para a definição da migração, nem sempre a mudança de uma localidade para outra trará mudanças significativas no ambiente e nos espaços de vida (COURGEAU, 1988)³ do migrante face à existência de um território muito conurbado, sem limites físicos, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo. Muitas vezes a simples mudança residencial de uma face da rua

³ Espaço de vida: “o espaço da vida da pessoa, por onde ela desenvolve seu cotidiano” (COURGEAU, 1975, 1980, 1988). Este tema terá um maior aprofundamento e discussão no Capítulo 4.

para outra leva o migrante de um município para outro, mas não muda em nada a vida desse “migrante”.

No caso da mobilidade intrametropolitana o migrante faz um deslocamento para um lugar novo⁴, mas não é para um lugar muito diferente, pois o ambiente é conhecido e sua vida está organizada de alguma maneira nesse espaço que o próprio migrante convive a um determinado tempo e está familiarizado. As mudanças não são tão drásticas do ponto de vista de adaptação, pois a escolha do local de destino também é feita com base na experiência vivida nesse ambiente, desejo de alteração de condição de vida, necessidade de arranjos familiares ou profissionais ou uma forma de investir socialmente.

Martinez (1999, p. 423) diz que há uma insatisfação dos estudiosos em relação ao conceito clássico de migração, que não é consistente com a diversidade prevalecente atualmente. Sabe-se que os métodos de observação da migração precisam evoluir, bem como o olhar sobre as informações disponíveis.

Como apontado por Villa (1999), na análise dos processos migratórios é necessário estratégias de observações mais flexíveis e capazes de refletir uma situação em contínua mudança:

Los procesos de movilidad territorial se distinguen por la diversidad de sus expresiones y por su tendencia iterativa. La diversidad exige el uso de una multiplicidad de conceptos, cada uno de los cuales puede dar pábulo a una interpretación específica de la realidad; a su vez, la repetición de los acontecimientos exige el empleo de estrategias de observación flexibles y capaces de reflejar una situación en continuo cambio (VILLA, 1999, p. 465).

Ainda segundo Villa (1999), no cenário contemporâneo atual é necessária uma abordagem mais adequada ao conceito amplo de mobilidade e que inclua a noção de espaços de vida, sem perder, contudo a noção convencional, tradicional e consolidada de migração (mudança de residência entre lugares geográficos diferentes):

Desde hace ya largo tiempo los estudiosos de la movilidad territorial de la población han manifestado su insatisfacción con la información disponible y el conocimiento acumulado. En su afán por lograr un acercamiento más apropiado al concepto amplio — y relativamente difuso — de movilidad, han sugerido la conveniencia de identificar espacios de vida, cuya especificación implica evaluar la densidad de uso de las residencias de las personas, caracterizar las distintas formas de segmentación espacial y temporal del trabajo y determinar las trayectorias de vida de las personas. Con esta noción de espacio de vida se pretende recuperar la condición reversible de la residencia y la renovación de los movimientos. Si bien estos dos rasgos — reversibilidad y renovación— no parecen ser novedosos en sí, diversos factores llevan a suponer que su incidencia se hace más frecuente en la escena contemporánea (VILLA, 1999, p. 466).

⁴ Neste caso é importante diferenciar “lugar” de “localidade”, pois segundo a ONU (1972, p. 1), o termo apropriado para tratar a migração é “localidade”, pois é um termo um tanto quanto indefinido, mas que remete e indica a mudança do meio ou ambiente social, ao contrário de “lugar”.

A dimensão temporal deve ser bem definida e possibilitar uma análise dos fatores associados aos movimentos, isto é, tanto os fatores determinantes, quanto às consequências. Em relação à dimensão espacial, a disponibilidade das informações num nível geográfico menos agregado ou mais agregado, possibilitará diferentes visões para um mesmo fenômeno.

Em relação a essas duas dimensões, o censo demográfico brasileiro disponibiliza informações, para os migrantes, sobre o local de residência cinco anos antes da data de referência do censo demográfico, ou seja, há uma informação clara e objetiva sobre o local de residência do migrante cinco anos antes, com o dado de data-fixa. Sobre a dimensão espacial, o censo demográfico também é rico em detalhes sobre várias esferas político-administrativas, desde a divisão municipal até Grandes Regiões.

Neste estudo, com o objetivo de avançar na definição sobre o que é migração e mobilidade residencial, lança-se mão da definição clássica de migração da ONU (1972), nas partes referentes ao espaço e tempo, bem como em relação a um dos requisitos exigidos por Bilsborrow (1998) e na noção de espaço de vida de Courgeau (1975, 1980, 1988). São quatro pontos que devem ser atendidos e satisfeitos completamente para que a migração seja entendida como tal. Os quatro pontos ficam assim definidos:

MIGRAÇÃO

- 1) Deve ocorrer uma mudança de uma área geográfica para outra, ultrapassando os limites político-administrativos de uma área para outra;
- 2) A migração deve ocorrer num intervalo de tempo determinado, neste caso, cinco anos antes da data de referência do censo demográfico morava num município diferente da residência atual;
- 3) Envolver a mudança de residência habitual; e
- 4) Envolver também a mudança do espaço de vida.

Com esta conceitualização, define-se que atendidas as quatro exigências acima, a população realiza a migração nos espaços da migração (BAENINGER, 1999). Por outro lado, à medida que a migração ocorre dentro do próprio espaço de vida do migrante e atendida integralmente as outras três premissas iniciais (1 a 3), vamos conceitualizar esse fenômeno como mobilidade residencial e a população realiza a mobilidade dentro dos **espaços da mobilidade**. Desta forma, temos:

MOBILIDADE RESIDENCIAL

- 1) Deve ocorrer uma mudança de uma área geográfica para outra, ultrapassando os limites político-administrativos de uma área para outra;
- 2) A mobilidade deve ocorrer num intervalo de tempo determinado, neste caso, cinco anos antes da data de referência do censo demográfico morava num município diferente da residência atual;
- 3) Envolver a mudança de residência habitual; e
- 4) A mudança deve ocorrer dentro do próprio espaço de vida.

Para operacionalizar essas novas categorias utilizam-se as informações sobre os migrantes dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, observando sempre ao atendimento do que foi proposto nos itens 1 a 4. Para os Censos Demográficos de 2000 e 2010 têm-se as informações de forma direta para os itens 1, 2 e 3, através dos quesitos de data-fixa.

Quanto ao item 4, isto é, os espaços de vida serão determinados pelas características de um conjunto de municípios que integram ou dividem serviços, comércios, sistemas de transportes ou compartilham mutuamente de sua população, especialmente nos deslocamentos para o trabalho ou estudo, através da mobilidade pendular. Neste caso, estas áreas integradas passam a ser entidades espaciais funcionais, mais do que meramente entidades político-administrativas (MARTINEZ, 1999, p. 424).

Não se pode esquecer que o tempo de residência também é importante para definir se uma pessoa está ou não adaptada ao local onde vive. Quando se observa a mobilidade, há um vínculo estreito entre o migrante e o lugar, através das relações (familiares, pessoais, afetivas, econômicas, políticas e de ambiente), experiências (profissionais e comerciais) e atividades (moradia, trabalho, estudo e lazer) cotidianas que o indivíduo desenvolve e que são vividas ao longo do tempo e criam vínculos fortes entre o indivíduo e o lugar. Essas experiências e conexões se desenvolvem, segundo Courgeau (1988), nos espaços de vida do indivíduo, o que permite a mobilidade dentro desses espaços, sem alterar significativamente a vida das pessoas, pois é um ambiente conhecido e vivenciado. Portanto a mobilidade acaba por ter forte vínculo com os aspectos históricos sociais, familiares, profissionais e educacionais do migrante, pois é um processo contínuo na vida do migrante, que se amplia cada vez mais, à medida que se amplia também o tempo de permanência desse migrante no local e sua integração.

Ao contrário, a migração acontece quando há uma mudança de espaço de vida do indivíduo, que passa a realizar as suas atividades e criar conexões em um novo ambiente, ou seja, em outro espaço de vida.

1.2 Fonte de dados e qualidade da informação utilizada

Segundo a ONU (1972, p. 3), os censos demográficos, os registros administrativos populacionais e as pesquisas amostrais são as principais fontes de informações sobre a migração interna. Dentre essas possibilidades, os dados do censo demográfico ganham destaque e são as melhores fontes, em função da quantidade e qualidade das informações sobre o tema migração e a sistematização da coleta garantida ao longo de muitas décadas.

Conforme registrado por Nazareth (1996, p. 98), o censo demográfico tem como características a “simultaneidade e a exaustividade” e trata-se de uma espécie de “fotografia” do estado da população num determinado momento do tempo.

Como há um tempo certo e sistemático entre a realização de um censo e outro, as informações captadas referem-se somente aos “sobreviventes”, ou seja, os moradores do domicílio na data de referência do censo demográfico. A população é sempre enumerada onde mantém residência habitual na data de referência do censo.

Cunha (2012) aponta a necessidade de conhecer e identificar as potencialidades e limitações das informações censitárias, para que se possa evitar erros ou negligenciar questões básicas:

Quando se trata de utilizar uma fonte de dados, pode-se dizer que a melhor maneira de começar seria identificar minuciosamente suas qualidades, para medir ou diagnosticar o fenômeno de interesse e também estar atento às suas características e limitações (CUNHA, 2012, p. 36).

“Assim, a primeira providência a se tomar é conhecer profundamente o questionário. De fato, não se pode utilizar adequadamente uma base de dados sem saber como foram levantadas as informações, quem foram os entrevistados, etc” (CUNHA, 2012, p. 37).

Assim, entre as qualidades dos censos demográficos, destaque para algumas características, conforme relacionadas a seguir:

a) Informações sobre migração interna são obtidas de forma direta e com diversos quesitos dedicados ao tema migração, possibilitando uma infinidade de combinações e análises sobre os movimentos migratórios;

b) Os censos demográficos apresentam uma cobertura de todo o território nacional, tanto da área rural, quanto da área urbana;

c) Muitas possibilidades de desagregação espacial. As informações disponibilizadas possibilitam trabalhar desde o nível mais desagregado, que é o setor censitário⁵, passando pelas divisões territoriais de bairros, subdistritos, distritos, áreas de

⁵ O **setor censitário** é a unidade territorial de controle cadastral da coleta (o setor censitário é a menor unidade territorial), constituída por áreas contíguas, respeitando-se os limites da divisão político-administrativa, do quadro urbano e rural legal e de outras estruturas territoriais de interesse, além dos parâmetros de dimensão mais adequados à operação de coleta - número de domicílios e de estabelecimentos que permitem a um recenseador cumprir suas atividades de levantamento das informações em um prazo determinado, respeitando o cronograma

ponderação, municípios e unidades da federação e as combinações possíveis a partir dessas divisões. Assim, sua representatividade vai de setor censitário até a agregação maior possível, que é em nível nacional;

d) Uma enorme abrangência temática, que apresenta informações sobre variadas questões, tais como, características demográficas da população: sexo, idade, migração, religião, deficiência, nupcialidade, fecundidade e mortalidade, bem como características socioeconômicas: rendimento, posse de bens de consumo, situação de trabalho, ocupação e escolaridade, cobrindo também algumas características dos domicílios particulares, entre elas, a composição do material do domicílio, número de cômodos do domicílio, número de cômodos servindo de dormitório, total de banheiros, destino do lixo, formas de abastecimento de água e se há serviço de esgotamento sanitário e de que tipo e, no Censo Demográfico 2010, inclusão do levantamento inédito das características urbanísticas do entorno dos domicílios, das áreas urbanas do País, com informações sobre: identificação dos logradouros, iluminação pública, pavimentação, arborização nos logradouros públicos, bueiro ou boca de lobo, lixo acumulado em vias públicas, esgoto a céu aberto, meio-fio ou guia, calçada e rampa para cadeirante, que servem para contextualizar a qualidade das condições de moradia da população;

e) Inovação tecnológica e operacional, com o uso de computadores de mão e cartografia digital, que possibilitaram mais agilidade na coleta, supervisão e na melhoria da qualidade da informação coletada via sistema de verificação e checagem de batimentos de quesitos “on time”, além do uso de listagem prévia de domicílios e estabelecimentos. O acompanhamento e gerenciamento automático da coleta pela Internet possibilitaram intervenções para a melhoria do processo e rapidez na conciliação e divulgação dos resultados preliminares e definitivos;

f) Há algumas vantagens adicionais significativas nos estudos atuais sobre o tema migração, pois além de dados empíricos de várias localidades, também temos dados de vários períodos no tempo para essas mesmas localidades e uma ampliação e melhoria dos quesitos sobre migração nos censos demográficos atuais, bem como o avanço espetacular da tecnologia de processamento e análise de dados. A democratização do acesso às bases de dados do IBGE é outra conquista que merece destaque, pois propicia que mais pesquisadores possam usufruir dos resultados de pesquisas em tempo recorde, com qualidade, sem custos e a qualquer momento via Internet;

de atividades estabelecido (IBGE, 2012, p. 16). O setor censitário é a área de trabalho do recenseador e a unidade territorial de coleta do Censo Demográfico. Cada setor censitário tem em média 200 domicílios, sendo aproximadamente em torno de 250 domicílios na área urbana e 150 na área rural. Os setores censitários são definidos de acordo com o número de domicílios (IBGE, 2013).

g) Há uma série de vantagens teóricas na execução de um censo que usa o conceito de população “De direito”, como o censo demográfico brasileiro (VILLA, 1999, p. 467), mas a principal, notadamente nos estudos migratórios, se vincula a possibilidade de apontar com exatidão e rigor o local de residência no momento do censo.

Sobre as limitações do censo demográfico, destacam-se algumas dessas limitações que podem trazer alguns esclarecimentos sobre a coleta e uso das informações e variáveis investigadas no censo:

a) A regularidade nem sempre decenal do censo demográfico brasileiro, que já deixou de ser realizado em 1910 e 1930, por questões políticas (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005, p. 292), além de ter sido adiado em 1990, quando foi realizado em 1991. Essas omissões na realização e adiamento trás sérios prejuízos para os estudos demográficos no Brasil. A periodicidade decenal também já é outro entrave nos estudos sobre migração, principalmente, pois não temos uma pesquisa amostral dedicada ao tema migração de forma regular e freqüente no país. O tema aparece sempre como algum suplemento dentro de outra pesquisa, como é o caso da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, que é realizada anualmente pelo IBGE, exceto nos anos em que o próprio IBGE realiza o censo demográfico;

b) A sub-enumeração nos censos demográficos brasileiros é notória, mas acredita-se que não exista um censo demográfico sequer que tenha 100% de cobertura. Como o IBGE realiza sempre uma Pesquisa de Avaliação do Censo Demográfico (PA), ao término de cada levantamento censitário, sabe-se que a cobertura é muito variável de região para região e os valores apurados nesta avaliação estão dentro de padrões aceitáveis internacionalmente;

c) Em relação à qualidade das informações coletadas nos censos demográficos, o que consta no item “b” também é válido para esta questão. É muito comum, ainda, encontrar problemas com idade, preferências de dígitos e informações que exigem muito da memória dos moradores, principalmente com dados retrospectivos de migração e fecundidade; é comum, também, na declaração do tempo de residência, a preferência digital, que pode ser suavizada através de técnicas de agrupamentos; isto ocorreu, de forma mais intensa, até o Censo Demográfico de 1970.

d) As informações obtidas sobre todos os moradores do domicílio, geralmente, são prestadas por uma única pessoa do domicílio, o que pode trazer imprecisão ao levantamento, dependendo de quem presta a informação e o grau de envolvimento desta pessoa com os demais moradores do domicílio;

e) Por ser uma pesquisa de cobertura territorial total, mas de característica amostral⁶, para muitos quesitos levantados no censo demográfico, há uma certa imprecisão

⁶ No censo demográfico são usados dois questionários, que são aplicados aleatoriamente nos domicílios visitados e obedecendo a critérios amostrais e probabilísticos. O questionário mais simples é chamado de Questionário

nas estimativas das variáveis trabalhadas, nos diversos temas onde o questionário da amostra foi utilizado, pois em média a fração amostral é de 11% nos últimos dois censos. Os Censos Demográficos de 1960 a 1980 foram realizados com uma amostra melhor e mais robusta, que era com uma fração amostral de 25%, ou seja, um a cada quatro domicílios preenchia o questionário da amostra. Nos Censos Demográficos de 1940 e 1950 havia um único questionário e todos respondiam os quesitos sobre migração;

f) A expansão da amostra é outra limitação que deve ser levada em conta, principalmente em relação aos quesitos que só aparecem no questionário da amostra, dado que nenhum esquema de amostragem é inteiramente representativo (HAKKERT, 1996, p. 27). O cruzamento tabular excessivo dessas variáveis amostrais também exige cuidado, pois pode resultar em números que não têm respaldo estatístico, nem garantias de representação;

g) Os dados coletados nos censos demográficos possibilitam poucas informações longitudinais, pois, na maioria das vezes, retratam as condições e histórico do momento de realização do censo, tomando como base principal a data de referência. Desta forma, há o predomínio, nos estudos baseados em dados censitários, de análises transversais e longitudinais parciais;

h) A migração, por ser considerada um evento raro, de difícil previsão e pela proporção histórica da amostragem nos censos brasileiros desde 1960, deveria ser levantada no questionário básico e não no questionário da amostra, pois se perde muito da qualidade e precisão da informação, principalmente quando se trabalha com o nível municipal, que objetivamente é o nível geográfico de maior interesse nesse tema, principalmente no que se refere à geração de políticas públicas e nas projeções de população; para Bilsborrow (1998), os migrantes são “elementos raros” ou, como agulha no palheiro, e não apresentam uma distribuição tão aleatória, exigindo cuidados adicionais na captação dos dados;

i) A ausência de informações sobre a migração intra-urbana prejudica a análise da mobilidade populacional dentro do próprio município, principalmente quando este apresenta uma extensão territorial grande e muita diversidade social;

j) Outro ponto relevante é que através dos censos não é possível obter informações para examinar os determinantes ou as consequências da migração (BILSBORROW, 1998, p. 9). Por outro lado, o censo fornece informações econômicas e sócio-demográficas que podem ser cruzadas entre migrantes e não migrantes, tendo como referência a data do censo. Como exposto por Bilsborrow, dependendo do tempo que o migrante efetuou a migração essas características do migrante podem estar associadas com as consequências da própria migração.

k) Além disto, é sabido que os censos demográficos brasileiros apresentam alguns problemas de cobertura, registrando sub-enumeração, erros de declaração em algumas variáveis, predominantemente as que exigem datas e que o cruzamento de variáveis exige certo cuidado em função do coeficiente de variação obtido, que pode apresentar aumento na imprecisão dos resultados e tais efeitos não podem ser ignorados. São com essas características e limitações dos censos demográficos que precisamos lidar e levar em consideração quando do usamos dos dados censitários e analisamos os resultados obtidos através de algum processamento (CARVALHO; MACHADO, 1992; CARVALHO; RIGOTTI, 1998; CARVALHO ET AL., 1998; RIGOTTI, 1999; RIGOTTI, 2000);

l) As mudanças ou vai-e-vem que ocorrem na forma de captar as informações ou supressão de quesitos ou parte de quesitos, impossibilitando a análise uniforme de uma série mais longa de censos. Um exemplo foi a supressão do nome do município no quesito de data-fixa do Censo Demográfico 2000, registrando-se apenas a unidade da federação de procedência.

Apesar dessas limitações, o censo demográfico, realizado pelo IBGE a cada dez anos, é a fonte de dados secundária existente mais rica em informações sobre domicílios, famílias e pessoas (CUNHA, 2012, p. 29), e que tem a maior cobertura territorial, bem como é uma importantíssima fonte de referência para o conhecimento das condições socioeconômicas de vida da população pesquisada, em nível nacional, estadual, municipal e para áreas menores que a do município. A própria ABEP (1984, p. 11), também já apontava como fatores positivos a qualidade e abrangência dos dados, bem como a relevância dos levantamentos e a melhora na divulgação dos resultados censitários.

Segundo Cunha (2012, p. 40), o Censo Demográfico Brasileiro possui um conjunto de questões que permitem ao pesquisador conhecer várias das facetas dos movimentos populacionais ocorridos no Brasil, nas últimas cinco décadas, mas deve estar preparado para enfrentar as limitações analíticas dessa fonte de dados (CUNHA, 2005, p. 4), que podem ser relativamente superadas com a correta utilização dos dados. É com esta fonte de dados que a presente tese se ancora para analisar os movimentos migratórios do período de 1980 a 2010 na Região Metropolitana de São Paulo e procura desvendar as questões que estão por trás desses registros censitários.

Cunha (2012, p. 46) destaca:

Em suma, pode-se dizer sem medo de errar que todo aquele que planeja ou já realize pesquisa na área de mobilidade espacial da população tem no Censo Demográfico uma excelente base de dados, cujas potencialidades vão além das imaginadas a partir do primeiro contato com os dados.

Ainda sobre oportunidades e possibilidades que os censos demográficos apresentam, Cunha (2005) aponta:

É importante frisar, contudo, que as oportunidades oferecidas pelos Censos Demográficos crescem ainda mais se consideramos as possibilidades dos inúmeros cruzamentos dos quesitos sobre migração entre si, e desses com as demais informações levantadas a respeito das características demográficas e socioeconômicas da população (CUNHA, 2005, p. 5).

Hakkert (1996, p. 15), registra que apesar de alguns senões, o censo demográfico ainda é “o principal instrumento para obter dados sobre a população”, principalmente nos países em desenvolvimento.

Para Martine (1984, p. 1016), “para se analisar a migração como processo social, influenciada por determinantes estruturais, a unidade migratória de interesse seria o grupo social”, mas impõe-se, pelas limitações nas fontes de dados, o uso de informações ao nível do indivíduo, geralmente através dos censos demográficos, que é uma abordagem que segmenta o fenômeno migratório e cria, segundo o autor, uma tendência analítica voltada para o indivíduo e não mais para o grupo social, que acaba criando um hiato entre o desejável e o permitido, apesar da melhoria dos censos a cada década e de técnicas que podem ser usadas para contornar o problema.

Os censos demográficos, dependendo das formulações dos quesitos sobre migração e de outros temas, podem indicar vários pontos das trajetórias vividas pelo migrante, que, normalmente, estão conectados ao tempo, espaço, ciclo de vida do migrante e as condições sociais e econômicas estruturantes dos processos migratórios experimentados.

Para Díllon (2009, p. 119) o que se observa é que há continuamente muitos avanços teóricos e empíricos sobre migração, mas as fontes de dados permanecem fundamentadas no conceito de migração vinculado a uma mudança de residência.

É conveniente também registrar que a migração não deve ser apenas analisada de forma transversal, mas historicamente ao longo do tempo, pois a natureza da migração é dinâmica e exige observações por longos períodos, em ambas as áreas de origem e destino, para que se possam detectar as mudanças em suas características, nos fluxos, nas motivações, causas, consequências e nas forças que atuam sobre a migração (HAGEN-ZANKER, 2008, p. 21).

Outro ponto importante, em se tratando de RMSP e migração, a herança histórica migratória tem forte influência sobre os movimentos até os dias atuais, pois persiste uma migração inercial e contínua, notadamente de e para a Região Nordeste, que está atrelada a existência de uma rede migratória, conforme sugerem os estudos de Massey et al. (1987) e Domenach e Picouet (1990).

1.2.1 Os Censos Demográficos brasileiros 1872-2010

Desde 1872, o Brasil realiza censos demográficos oficialmente⁷, com programação de periodicidade decenal, nos anos com final zero, e tem por objetivo contar os habitantes do território nacional, identificar suas características e revelar em detalhe como vivem os brasileiros⁸ (IBGE, 2013, p. 17). Até o momento foram realizados 12 censos demográficos (nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, órgão responsável pelas Estatísticas Nacionais e, conseqüentemente, pelos censos demográficos, sempre demonstrou interesse em ampliar a cobertura temática do Censo, através da ampliação da aplicação de quesitos de interesse da sociedade e do meio acadêmico, sem perder de vista a qualidade e a série histórica alcançada ao longo de 78 anos de censos no IBGE e 142 anos de Censos brasileiros. O primeiro censo foi realizado ainda na época do império, em 1872⁹, com apuração manual. O IBGE realizou, em 2010, o XII Censo Demográfico brasileiro, oitavo censo demográfico feito pelo Órgão, completamente informatizado e com apuração automática.

Segundo Oliveira (2003), os censos demográficos brasileiros apresentam questões chaves, sob a ótica da imagem da população projetada pelos censos, de acordo com o período em que foram executados. Segundo a autora de 1872 a 1920, os censos demográficos foram marcados pelas imagens e discussões dos temas escravidão e a imigração. De 1940 a 1970, o foco foi sobre as migrações internas (de origem rural ao contexto urbano-industrial), a inserção econômica e as condições de vida da população - a desigualdade social e a pobreza. De 1980 a 2000, último censo demográfico analisado pela autora, com a consolidação da

⁷ Segundo IBGE (2013, p. 18), “pelos dados históricos, constantes dos arquivos oficiais e particulares, o primeiro recenseamento da população do Brasil teria sido efetuado em 1808, em decorrência do aviso de 16 de março daquele ano, baixado pelo Ministro dos Negócios da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais tarde Conde de Linhares. Realizado o arrolamento, foi apurada uma população total, para o País, de 4000000 de habitantes.”, para atender especificamente a interesses militares, de recrutamento para as Forças Armadas. Para efeito de registro histórico, o Censo Demográfico de 1872 é considerado o primeiro Censo Demográfico realizado no País (IBGE, 2013).

⁸ As informações coletadas nos censos sobre a população também são importantes e são utilizadas oficialmente como parâmetro para determinadas políticas ou ações públicas, entre elas: o Tribunal de Contas da União utiliza para fazer a distribuição das verbas do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos municípios; a Previdência Social no planejamento e execução dos pagamentos de benefícios e de qual faixa da população terá direito a ele; na definição da representação política, estabelecendo os números de vereadores municipais, deputados federais e estaduais por Estado; no planejamento de políticas governamentais, como por exemplo, na campanha de vacinação de crianças de 0 a 5 anos e estabelecimento do número de doses a aplicar, instalações de escolas e hospitais; na avaliação dos mapas sanitários e cobertura, relativo aos serviços de água, esgoto e coleta de lixo; pela iniciativa privada na seleção de locais para instalação de fábricas, escolas privadas, creches, shopping centers e novos negócios; na análise do perfil da mão de obra, escolaridade, distribuição de renda e deslocamentos populacionais.

⁹ O número de municípios recenseados no Brasil aumenta de 643, no Censo de 1872, para 5565, no Censo de 2010. No ano de 1872, o levantamento contava com perguntas sobre sexo, idade, escolaridade, estado civil, religião e deficiências físicas. O questionário perguntava ainda se a pessoa era livre ou escrava.

democratização do País, emergem questões de movimentos da sociedade civil, organizações não governamentais, igrejas e sindicatos.

Desde 1940, a responsabilidade sobre o planejamento e execução do censo demográfico está a cargo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, criado em 1936 no Governo Getúlio Vargas.

No Quadro 1.2 são apresentadas às características principais dos Censos Demográficos brasileiros, executados pelo IBGE, no período de 1940 a 2010¹⁰, com as mudanças que ocorreram ao longo desse período na data de referência, no tipo de censo executado, se foi ou não aplicada amostragem e qual fração amostral foi utilizada, a quantidade de perguntas existentes nos questionários, de acordo com o modelo e destinadas à investigação dos domicílios, das pessoas e do entorno do local e se foi realizada Pesquisa de Avaliação de Cobertura do Censo Demográfico. O grau de enumeração de pessoas é indicado também, a partir da Pesquisa de Avaliação e o grau de cobertura obtido indiretamente com a utilização de análises demográficas.

O Censo Demográfico de 1940 foi o primeiro a coletar informações sobre os domicílios, mesmo que de forma ainda bastante restrita (CAVENAGHI, 2010, p. 5). Desde 1960, tem sido utilizada a amostragem na coleta dos dados dos censos demográficos, com a aplicação de dois modelos de questionário, conforme já mencionado anteriormente, um questionário mais completo para os domicílios particulares ocupados selecionados para a amostra e outro básico para os demais domicílios particulares ocupados.

A data de referência foi alterada constantemente ao longo do tempo, não apresentando regularidade, mas o período de coleta, a partir da data de referência (em torno de 12 semanas ou três meses), é um momento propício para a realização do levantamento, em função das boas condições climáticas no Brasil de uma maneira geral. Observa-se que a fração amostral piorou ao longo do tempo e foi reduzida gradativamente, chegando à média de 11% no último Censo Demográfico de 2010.

A quantidade de perguntas dirigidas às pessoas tem apresentado significativa melhora ao longo das décadas, principalmente no questionário da amostra, que saltou de 24 perguntas em 1960, para 108 perguntadas em 2010, ao passo que o questionário do universo diminuiu gradualmente o número de quesitos perguntados à população, chegando a ter apenas 5 perguntas no Censo Demográfico de 1991. Em 2010 foram aplicadas 37 perguntas no questionário básico.

¹⁰ No endereço www.academia.edu/8922730/ encontram-se cópias de todos os questionários aplicados nos Censos Demográficos brasileiros de 1940 a 2010, isto é, Boletim de Família de 1940 e 1950; Boletim Geral e Boletim da Amostra, de 1960; Boletim da Não-amostra e Boletim da Amostra de 1970 e 1980; e Questionário Básico e Questionário da Amostra de 1991, 2000 e 2010.

Quadro 1.2 - Características Gerais dos Censos Demográficos Brasileiros, 1940/2010

Ano	Data de Referência	Conceito de População	Critério de População	Unidade de Enumeração	Uso de Amostragem	Fração Amostral (%)	Questionários Utilizados	Preenchimento do Questionário	Quantidade de Perguntas Realizadas					Quesitos de Mobilidade Espacial da População	Censo Experimental Municipal	Pesquisa de Avaliação da Cobertura (PA)	Omissão de Pessoas - PA (%)	Omissão de Pessoas - Análises Demográficas (%)	Índice Geral de Myers (Idade)	Slogans dos Censos Demográficos
									Não Amostral - Domicílios	Não Amostral - Pessoas	Amostral - Domicílios	Amostral - Pessoas	Entorno							
1940	01.09.1940	De Fato	Presente	Grupo Familiar	Não	Questionário Único	Boletim de Família	Responsável pela Família	-	45	-	-	-	7	-	Não	-	...	17,9	Quanto somos? O Censo Nacional vai contar para você.
1950	01.07.1950	De Fato	Presente	Grupo Familiar	Não	Questionário Único	Boletim de Família	Responsável pela Família	5	25	-	-	-	4	-	Não	-	3,8	14,4	Quanto somos? Informe ao censo.
1960	01.09.1960	De Fato e De Direito	Recenseada	Grupo Familiar	Sim	25	Boletim Geral e Boletim da Amostra	Recenseador	-	15	13	24	-	4	Ituiutaba MG e Brasília - DF (1959)	Não	-	4,2	17,5	Em 1º de setembro, o IBGE vai contar com você.
1970	01.09.1970	De Fato e De Direito	Recenseada	Família	Sim	25	Boletim da Não-amostra e Boletim da Amostra	Recenseador	-	10	15	32	-	8	Presidente Prudente - SP (1967)	Sim	7,3	3,4	10,2	Realidade de hoje, perspectivas do amanhã.
1980	01.09.1980	De Fato e De Direito	Recenseada	Domicílio	Sim	25	Boletim da Não-amostra e Boletim da Amostra	Recenseador	3	6	21 + 3	57 + 3	-	9	Taubaté - SP (1979)	Sim	4,3	1,8	4,1	O país que a gente conta.
1991	01.09.1991	De Direito	Residente	Domicílio	Sim	10 e 20	Questionário Básico e Questionário da Amostra	Recenseador	11	8 ou 5	27	61	-	11	Limeira - SP (1989)	Sim	4,7	3,6	1,3	O Brasil vai ficar com a sua cara.
2000	01.08.2000	De Direito	Residente	Domicílio	Sim	10 e 20	Questionário Básico e Questionário da Amostra	Recenseador	10	9 ou 6	23	67	3	13	Marília - SP e Bonito - PA (1999)	Sim	5,5	3,0	1,9	Abra as portas para um Brasil melhor.
2010	01.08.2010	De Direito	Residente	Domicílio	Sim	5, 10, 20, 33 e 50	Questionário Básico e Questionário da Amostra	Recenseador	23	14	37	71	10	19	Rio Claro - SP (2009) e Ipeúna - SP (2010)	Sim	...	...	1,9	Censo 2010, você responde, o Brasil corresponde.

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010; Metodologia do Censo demográfico 2010, 2013; Pesquisa de Avaliação do Censo Demográfico, 1970 a 2010; CEPAL (2006, p. 20).

- Notas: (1) Nos censos demográficos de 1991 e 2000 foram aplicadas duas frações amostrais nos setores censitários, conforme o tamanho da população do município: uma de 20% para todos os municípios com população até 15.000 habitantes e de 10% para os municípios com população superior a este número, sendo a fração média de 12%; (2) No censo demográfico 2010 a fração amostral variou de 5 a 50%, conforme o tamanho da população do município, distrito e subdistrito, mas a fração média foi de 11%; (3) Na base de dados de uso público referente a 1980 se disponibiliza somente informações sobre população residente, apesar de o questionário indicar as duas condições (Cavenaghi, 2010, p. 7); (4) Apesar da unidade de enumeração de 1960 ser a família, as informações processadas e disponibilizadas fornecem os dados sobre as espécies de domicílios; (5) Para os censos de 1960 e 1970, as informações sobre os domicílios foram coletadas somente no boletim da amostra; (6) Quantidade de perguntas realizadas de 1960 a 2010 se referem ao questionário da amostra, exceto Entorno; (7) Índice Geral de Myers, que mede a preferência por dígitos terminal na declaração da idade (grau de atração e repulsão exercido pelos dígitos terminais), que varia de zero (não há preferência) a 180 (preferência por um único dígito); (8) O IBGE realiza Pesquisas de Avaliação de seus censos demográficos desde 1970, mas, assim como a grande parte dos países, não ajusta os resultados dos censos;
- (9) O conteúdo total do Questionário Básico do Censo 2010 inclui 37 quesitos, sendo 8 de características do domicílio, 11 para os temas de emigração internacional e mortalidade no domicílio, 4 sobre a composição do domicílio e 14 para cada um dos moradores do domicílio.
- (10) O Questionário da Amostra do Censo 2010 inclui, além dos quesitos que constam do Questionário Básico, outros quesitos mais detalhados sobre características do domicílio e das pessoas moradoras. São 108 quesitos no total, sendo 37 direcionados ao domicílio, isto é, 22 de características do domicílio, 6 dos temas de emigração internacional, 5 de mortalidade no domicílio e 4 sobre a composição do domicílio e 71 quesitos direcionados a cada um dos moradores do domicílio. A aplicação desses 71 quesitos para cada pessoa depende da idade e do sexo, podendo ter saltos na aplicação. Por exemplo, os quesitos de nupcialidade, trabalho e rendimento só são aplicados para pessoas com 10 anos ou mais e os de fecundidade só para as mulheres de 10 anos ou mais.
- (11) Censo de 1980 teve três perguntas adicionais sobre trabalho infantil no questionário da amostra, para crianças de 5 a 9 anos de idade.
- (12) Censo Demográfico de 1980 teve três perguntas adicionais sobre mortalidade no domicílio no questionário da amostra.
- (13) Situação do Entorno em 2010 - tem placa oficial, tem iluminação pública, tem asfalto, tem árvores, tem beirão, não existe acúmulo de lixo, não tem vala de esgoto, tem meio-fio e calçada e tem rampa para cadeirante.
- (14) Omissão relativa de pessoas calculada pela conciliação censitária e componentes demográficas. Omissão de pessoas PA não disponível para 2010.
- (15) Omissão relativa de pessoas de 1950, 1960 e 1970 calculadas pela CEPAL (CEPAL, 2006, p.20). Omissão de Pessoas por análise demográfica não disponível para 1940 e 2010.

A grande inovação refere-se à inclusão das perguntas sobre as características do entorno do domicílio recenseado, que possibilitam análises socioeconômicas mais elaboradas envolvendo as características da população e do ambiente em que vivem.

Os censos demográficos não foram realizados nos anos de 1880, pela extinção da Diretoria Geral de Estatística e falta de interesse do Império, em 1910 por intensas perturbações de ordem política no País e em 1930, por motivos principalmente de ordem política (IBGE, 2013).

Mas foi, a partir de 1940, que os censos demográficos foram realizados com uma periodicidade mais regular e com mais qualidade, seguindo recomendações de organismos internacionais. A criação do IBGE, em 1936, foi primordial nesta nova fase vibrante dos censos brasileiros, bem como a participação intensa e importantíssima do demógrafo italiano Giorgio Mortara¹¹. Pode-se dizer, com toda a certeza, que a partir de 1940, os censos brasileiros entraram numa nova fase, com muitas melhorias na investigação dos diversos temas que o censo levanta e atendendo ao que preconiza os padrões internacionais.

O censo de 1940, o VI Censo do Brasil e primeiro realizado pelo IBGE, foi coletado ainda em questionário único, tinha 45 quesitos que eram aplicados a todos os membros das famílias censitárias ou recenseado avulso (IBGE, 2013, p. 26).

O sexto censo demográfico realizado no Brasil, em 1950, ainda sob a grande influência de Giorgio Mortara, nos mesmos moldes de 1940 teve o número de quesitos reduzidos de 45 para 25 e com base nos mesmos instrumentos de coleta utilizados com sucesso no censo anterior, de 1940. É claro que a saída de vários quesitos aplicados em 1940 trouxe prejuízos para os estudos demográficos, mas mais tarde alguns desses quesitos foram incorporados por outros censos demográficos, como foram os casos dos quesitos sobre deficiência, migração estrangeira, educação e renda.

Desde o Censo Demográfico de 1960 são utilizados dois tipos de questionários para a realização da coleta censitária (IBGE, 2013, p. 442). Essa mudança se deveu à introdução de amostragem na coleta censitária, o que possibilitou ampliar o leque de temas investigados. Esta solução foi adotada em função dos altos custos de coleta do censo demográfico, que utilizava, até então, um único questionário, investigando os diversos temas demográficos. Neste censo foi utilizado o computador pela primeira vez para apuração. Nessa época, a

¹¹ Giorgio Mortara tem importante papel no desenvolvimento da demografia e estatísticas do Brasil, na qualidade dos censos brasileiros e nas inovações metodológicas censitárias. Contribuiu de forma intensa e decisiva no planejamento e execução dos censos brasileiros de 1940 e 1950, imprimindo sua marca e deixando uma tradição que seus seguidores conseguiram manter nos demais censos. Trabalhou no IBGE, como consultor técnico, de 1939 a 1957. Além disto, neste período, foi autor de inúmeros textos acadêmicos nas diversas áreas da demografia, abordando questões brasileiras e tendo como fonte os censos demográficos brasileiros (BERQUÓ; BERCOVICH, 1985).

população brasileira já apresentava um crescimento extraordinário (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005, p. 293).

Com a aplicação de dois questionários desde 1960, um chamado, atualmente, de “Questionário Básico”, mais simples e com menos quesitos¹², que é aplicado nos domicílios que não foram selecionados para a amostra e outro chamado de “Questionário da Amostra”, mais detalhado e com mais quesitos, que é aplicado nos domicílios selecionados para a amostra, o IBGE passou a divulgar resultados sobre o universo e da amostra. Nos censos de 1960, 1970 e 1980 o questionário da amostra foi aplicado em 25% dos domicílios brasileiros. Outro ponto importante foi alterado nesse censo de 1960, com a colocação do recenseador para preencher o questionário durante a visita ao domicílio. Nos censos anteriores o formulário para preenchimento era deixado com o responsável pela família e este é que fazia o preenchimento, cabendo ao recenseador apenas recolhê-lo posteriormente. O recenseador apenas preenchia o formulário quando o responsável não tinha a capacidade de fazê-lo (IBGE, 2013).

Cabe aqui um parêntese para explicar sobre os dois modelos de questionário censitário aplicados durante a coleta: um questionário é denominado “Questionário Básico” e o outro “Questionário da Amostra”, conforme definição abaixo:

Questionário Básico - aplicado em todas as unidades domiciliares, exceto naquelas selecionadas para a amostra, e que contém a investigação das características do domicílio e dos moradores. É um questionário simplificado.

Questionário da Amostra - aplicado em todas as unidades domiciliares selecionadas para a amostra. Além da investigação contida no Questionário Básico, abrange outras características do domicílio e pesquisa importantes informações sociais, econômicas e demográficas dos seus moradores. É um instrumento de coleta mais detalhado.

Em função da aplicação de um questionário amostral em 1960, o número de quesitos do questionário do universo sobre as pessoas diminuiu de 25 para 15, ao passo que o questionário da amostra apareceu com 24 quesitos. Visando melhorar o processo censitário e corrigir possíveis falhas na execução do censo demográfico, o IBGE realizou um Censo Experimental em Brasília, Distrito Federal e Ituiutaba, Minas Gerais, ambos em 1959. Desde o Censo Demográfico de 1960 o IBGE passou a utilizar desta possibilidade de Censo Experimental para melhorar a qualidade dos censos demográficos que executa, sempre um ano antes da realização propriamente do censo.

O IBGE realizou o Censo Demográfico de 1970, com muitas melhorias e aumento no número de quesitos no questionário básico e da amostra e com o mesmo esquema de

¹² Todos os quesitos do questionário simplificado, ou seja, não amostras constavam no questionário amostral, para formar o que se chama de quesitos aplicados ao universo populacional.

amostragem do censo anterior. Dada à importância do Censo Demográfico de 1970, Oliveira e Simões (2005) registram:

O Censo de 1970 é considerado um marco divisorio na história dos censos demográficos brasileiros, tanto no que diz respeito à organização, à riqueza de detalhes, como à confiabilidade dos números. Seus resultados foram amplamente analisados durante a década de 70 e até o início dos anos 80. Nesse período, o mundo acadêmico e científico, inclusive nas chamadas ciências sociais, havia se fortalecido e consolidado, com grande crescimento de instituições voltadas para a análise e pesquisa (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005, p. 293).

Ainda sobre os censos demográficos brasileiros e o tema migração, Martine (1984) destaca:

Em suma, a qualidade, a abrangência e a relevância dos dados sobre migrações internas vêm aumentando progressivamente, desde 1940 até o último censo (MARTINE, 1984, p. 1022).

O Censo Demográfico de 1980 contou também com avanços tecnológicos que permitiram apresentar inovações na sua realização, com processamento simultâneo à coleta e na divulgação dos resultados, com as informações sobre o censo saindo no mesmo ano de realização do censo, com os resultados preliminares (IBGE, 2013, p. 32).

Nesse censo de 1980 o objeto principal de investigação censitária é o domicílio, sendo a unidade de enumeração e, conseqüentemente, se faz o arrolamento da população que nestes domicílios vivem ou estão na data de referência do censo.

Diferentemente do que aconteceu nos Censos Demográficos de 1960 a 1980, onde a fração amostral foi única e de 25% dos domicílios, em 1991¹³ foram empregadas duas frações amostrais diferentes, de acordo com o tamanho populacional do município, medido em função da projeção de população para a data de referência do censo: 20% para os municípios com até 15.000 habitantes e 10% para os demais municípios (BIANCHINI; ALBIERI, 1999, p. 17). Nesses censos foram utilizadas amostragens sistemáticas para a seleção dos domicílios particulares, bem como de famílias e pessoas sós em domicílios coletivos.

Desde o Censo Demográfico de 1991 o IBGE tem trabalhado não só as questões que envolvem a melhoria da metodologia censitária, bem como o uso de tecnologias na coleta e apuração dos dados coletados, procurando entregar para a sociedade resultados melhores, no menor prazo possível e sem custos adicionais para a sociedade. Desde o Censo de 1991 o IBGE também articula, de forma mais intensa, a participação da sociedade nas discussões, proporcionando a reformulação de perguntas e estratégias de abordagem da pesquisa. Apesar

¹³ Não houve Censo em 1990. O censo foi adiado para 1991 por força das crises fiscais e políticas da virada dos anos 80 para os 90 (OLIVEIRA; SIMÕES, 2005, p. 293) e a autorização da contratação de 180 mil pessoas que eram necessárias para a realização do censo demográfico só saiu em julho de 1990, impossibilitando a realização do censo no mesmo ano (IBGE, 2003, p. 34).

dessas transformações, o Brasil também continua adotando padrões técnicos e metodológicos internacionais, para atendimento da comparabilidade entre censos de diversos países.

O Censo Demográfico de 1991, apesar do atraso na execução¹⁴, foi realizado com inovações, com a utilização de centros de digitação espalhados pelo território nacional. Utilizou-se questionários, em papel, pré-codificados, que eram criticados e transcritos para o computador, via digitação. Mesmo assim, foram mais de oito meses só para a digitação geral ser concluída.

Em relação ao Censo Demográfico de 2000 não ocorreram mudanças em relação à metodologia amostral aplicada no censo de 1991 (IBGE, 2003, p. 318-320). Em 2000 ocorreu uma mudança em relação aos censos anteriores, que foi a antecipação da data de referência de 1º de setembro para 1º de agosto (IBGE, 2013, p. 36). O Censo Demográfico de 2000 foi também o último a utilizar questionários e formulários de apoio à coleta em papel, mas com novo padrão tecnológico de apuração.

O Censo 2000 trouxe inovação também, com a utilização de questionários em papel que podiam ser apurados através de scanners, sem a necessidade de digitação. Foram necessários quatro meses para a conclusão dos trabalhos de escaneamento dos questionários.

Além de levantar informações referentes às características do domicílio e pessoas, o Censo Demográfico de 2010 também registrou, em setores urbanos faceados, informações sobre o local (características do entorno: questões sobre a existência de calçamento e iluminação pública na rua visitada se há esgoto a céu aberto, lixão ou depósito de lixo próximo aos respectivos domicílios) onde se situavam os domicílios (IBGE, 2013, p. 40). Também ocorreu uma ampliação do número de quesitos aplicados às pessoas e domicílios, tanto no questionário básico, quanto no questionário da amostra. Pela primeira vez o questionário pode ser respondido pela Internet e medidas foram adotadas para garantir a segurança do procedimento e o sigilo dos dados (IBGE, 2013, p. 48).

O Censo 2010 trouxe mais inovações, com a utilização de tecnologias móveis, transmissões dos dados coletados através de banda larga (Internet) e uso de computador de mão (PDA - Personal Digital Assistant) para a coleta, crítica e transmissões dos dados. A apuração era praticamente instantânea, pois os dados eram criticados no próprio PDA durante a coleta e supervisão, o que possibilitou divulgar os resultados básicos sobre a população dois dias após a conclusão da coleta. Em função do uso dessas tecnologias houve uma melhora qualitativa substancial nos dados coletados neste último Censo, pois a crítica de consistência ocorria durante a entrevista que o recenseador estava realizando e os saltos nos quesitos

¹⁴ Para Martine (1994, p. 42), “os dados do censo de 1991 são bastante confiáveis”, “apesar da polêmica armada em torno da qualidade dos dados censitários”.

aconteciam de forma automática e somente para as pessoas que preenchiam os requisitos básicos de idade, sexo ou outra condição prévia de um dos temas do levantamento (mercado de trabalho, fecundidade, educação, e outros).

No Censo 2010, diferentemente dos dois censos anteriores, utilizou-se de mapas digitais, que já vinham incorporados ao computador de mão do recenseador, que também dispunha de receptores GPS¹⁵.

No Censo Demográfico de 2010, o IBGE, pela primeira vez, num censo brasileiro, estimou o número de moradores nos domicílios fechados (domicílios Fechados são locais com evidência da existência de moradores na data de referência do Censo) e incorporou-o na divulgação dos resultados. Nesta oportunidade também foram aceitas respostas enviadas pela Internet, o que correspondeu a aproximadamente 1% de toda a coleta censitária.

Mudanças no instrumento de coleta visam sempre à melhoria da qualidade da informação, mas também podem trazer sérios prejuízos na qualidade e resultados das informações, que muitas vezes leva muito tempo para serem percebidos e corrigidos, isto quando é possível corrigir. No caso do Censo Demográfico de 2010 a operação transcorreu com normalidade e dentro de padrões aceitáveis de qualidade.

O que se observou também no Censo Demográfico de 2010 foi uma mudança no que se refere à fração amostral¹⁶ por município, de acordo com o tamanho populacional de cada um, conforme Tabela 1.1.

De certa forma ocorreu um prejuízo em termos de tamanho da amostra para alguns dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, especialmente cinco municípios, com mais de 500 mil habitantes¹⁷, que passaram de uma amostra de 10% dos domicílios em 1991 e 2000 para 5% em 2010¹⁸. Segundo o IBGE (2013, p. 446), para os municípios com população de até 2.500 pessoas, observou-se menor precisão esperada para algumas estimativas. Isso ocorreu porque as frações adotadas nesses municípios não são suficientes para permitir a estimação com a mesma qualidade dos demais grupos de municípios.

¹⁵ GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global) tem como função básica identificar a localização (coordenadas) de um receptor na superfície terrestre, captando sinais emitidos por pelo menos três satélites.

¹⁶ No Censo 2010 o próprio computador de mão fazia a seleção amostral, de acordo com o plano amostral do município, sem a intervenção do recenseador.

¹⁷ Os municípios com mais de 500 mil habitantes são: Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

¹⁸ Esses mesmos municípios já tinham apresentado sérios prejuízos nas frações amostrais anteriormente, pois entre 1960 e 1980 a fração amostral que era de 25% dos domicílios, passou a ser de apenas 10% no censo de 1991, apesar de o IBGE garantir a qualidade das informações coletadas e utilizar processos estatísticos adequados.

Tabela 1.1 - Fração amostral (proporção de domicílios ocupados que preencheram o questionário da amostra) no Censo Demográfico 2010, segundo as classes de tamanho de população dos municípios - 2010

Classes de Tamanho das Populações dos Municípios (habitantes)	Fração Amostral (Questionário da Amostra)	Proporção de Questionários da Amostra
Até 2.500	50%	2 a cada 4 domicílios
Mais de 2.500 até 8.000	33%	2 a cada 6 domicílios
Mais de 8.000 até 20.000	20%	2 a cada 10 domicílios
Mais de 20.000 até 500.000	10%	2 a cada 20 domicílios
Mais de 500.000	5%	2 a cada 40 domicílios
Total	11%	2 a cada 18 domicílios

Fonte: IBGE, Metodologia, 2013, p. 445.

Nota: a) Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, cada distrito, ou subdistrito, do mesmo município pode ter frações amostrais maiores de 5%, para que essa localidade seja considerada uma área de ponderação para efeito de expansão dos resultados da amostra para o universo da população local.

b) Cálculo com base nas estimativas de população residente para 1º de julho de 2009.

De uma maneira geral, os municípios com mais de 20 mil habitantes, apesar de manterem a mesma fração amostral do censo anterior de 10%, ficaram, no último censo, com uma fração amostral inferior à média obtida para o total de municípios, que foi de 11%.

Comparando-se os Censos Demográficos, desde 1940 até 2010, em relação ao percentual de domicílios permanentes ocupados que responderam os quesitos de migração, conforme Tabela 1.2, observa-se que os municípios com mais de 500 mil habitantes foram os que mais sofreram redução ao longo desse período, saindo de 100%, em 1940 e 1950, passando para 25% entre 1960 e 1980, 10% nos censos de 1991 e 2000 e reduzindo-se para 5% em 2010.

Tabela 1.2 - Percentual dos domicílios permanentes ocupados que responderam os quesitos de migração, nos censos demográficos, e população relativa desses municípios em 2010, segundo as classes de tamanho de população dos municípios, Brasil, 1940-2010

Classes de Tamanho das Populações dos Municípios (habitantes)	2010	2000	1991	1980	1970	1960	1950	1940	População Relativa 2010
Até 2.500	50	20	20	25	25	25	100	100	0,25%
Mais de 2.500 até 8.000	33	20	20	25	25	25	100	100	4,58%
Mais de 8.000 até 15.000	20	20	20	25	25	25	100	100	6,56%
Mais de 15.000 até 20.000	20	10	10	25	25	25	100	100	4,71%
Mais de 20.000 até 500.000	10	10	10	25	25	25	100	100	54,46%
Mais de 500.000	5	10	10	25	25	25	100	100	29,44%
Total	11	12	12	25	25	25	100	100	100,00%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010.

Apesar do tratamento estatístico dado à coleta nos censos, essa redução no percentual altera o nível de qualidade dos dados e exige um maior cuidado nas análises dos dados, principalmente em períodos mais recentes, onde a redução foi mais intensa nesse grupo de municípios. Municípios de 15 mil a 20 mil tiveram reduções graduais até o Censo Demográfico de 2000, mas em 2010 ocorreu uma melhora e o percentual dobrou de 10% para 20%. A situação para os demais municípios também não é tão satisfatória, pois até para os municípios com até 2.500 habitantes e que tiveram uma melhora no percentual no último Censo Demográfico de 2010, passando de 20% para 50%, os meios acadêmicos receberam do próprio IBGE um alerta de menor precisão em algumas estimativas para esses municípios. A pior média de fração amostral, desde 1960, aconteceu no último censo, em 2010, com 11% dos domicílios respondendo o questionário da amostra.

Vê-se que essas oscilações, com reduções graduais nos percentuais, sempre estiveram ancoradas nas justificativas dos custos de coleta dos questionários da amostra e aumento do contingente populacional, mas é importante registrar que há a necessidade de tratar a migração, nos censos demográficos, de forma diferente de como é tratada a fecundidade, por exemplo, pois a migração, ao contrário da fecundidade, é um evento raro e o tema deveria constar para o universo da população, isto é, tanto no questionário da amostra, quanto no questionário básico, garantindo assim uma melhor qualidade e precisão das informações coletadas.

Apesar da melhoria e ampliação dos quesitos de migração ao longo do tempo nos Censos Demográficos, mas em função de a migração ser um evento raro, da diminuição dos volumes na migração nos dias atuais, da mudança e concentração da migração num nível mais intra-regional, do aumento dos espaços da migração (BAENINGER, 1999) e a impossibilidade de incluir o tema migração no levantamento do universo, é importante manter pelo menos a fração amostral média utilizada nos Censos Demográficos de 1960 a 1980, que foi de 25%, possibilitando garantir uma melhor qualidade das informações sobre o tema. Além disto, para os municípios com até 5 mil habitantes deve-se aplicar o tema migração para todo o universo da população.

1.2.2 Evolução da investigação sobre mobilidade espacial da população nos Censos Demográficos de 1940-2010¹⁹

Como apontado anteriormente, a chegada de Giorgio Mortara ao IBGE, em 1939, trouxe uma melhora considerável nos levantamentos censitários de 1940 e 1950, refletindo também sobre o tema migração, nos quesitos investigados e na qualidade das informações. Mais recentemente, no Censo Demográfico de 2010, as melhoras foram ainda mais consideráveis, pois muitos quesitos foram incluídos, aumentando as possibilidades de análises e cruzamentos de informações nos campos da mobilidade e migração.

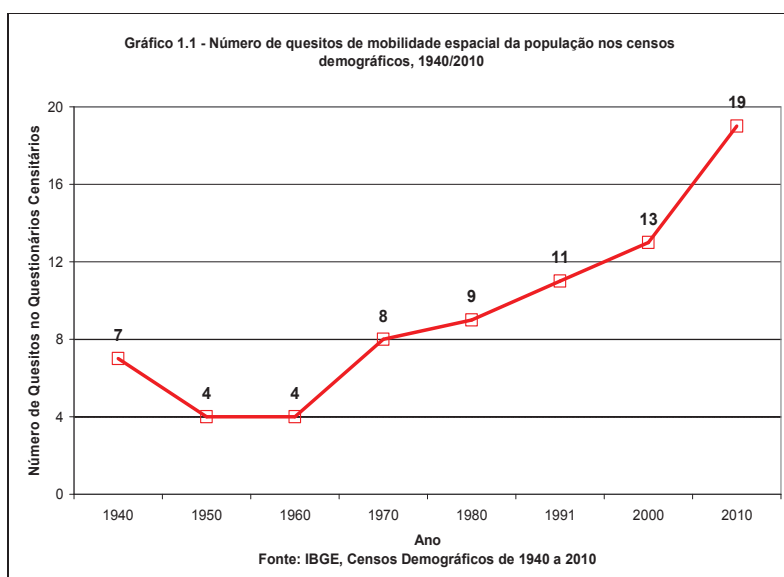
Para Rigotti (1999, p.23), “no que tange à informação sobre migrações, não há dúvidas de que os censos brasileiros estão em contínua evolução” e realmente estão, pois ao mesmo tempo em que ampliou-se o número de quesitos de importância na análise dos processos migratórios, mantiveram-se basicamente os quesitos de censos anteriores que são fundamentais e potencializam a investigação do tema migração.

O Gráfico 1.1 mostra a evolução do quantitativo de quesitos sobre a mobilidade espacial da população nos censos demográficos brasileiros ao longo dos últimos 70 anos. A partir de 1970 há aumentos sistemáticos nos quesitos de mobilidade, mostrando a importância que o tema vem apresentando ao longo do tempo e a necessidade de encontrar respostas para

¹⁹ Vários autores discutiram em profundidade os quesitos de mobilidade, mas destaca-se Rigotti (1998).

o fenômeno migração, cada vez mais complexo. Se em 1950 e 1960 somente quatro quesitos foram aplicados nos questionários, em 2010, dezenove quesitos foram destinados ao tema, procurando captar dados sobre emigração internacional (seis quesitos), migração interna e imigração internacional (nove quesitos), deslocamentos para o trabalho (três quesitos) e deslocamentos para escola (um quesito).

Apesar desta melhora quantitativa e qualitativa nos quesitos de migração dos censos demográficos, já ocorreram alguns problemas em vários censos em relação à aplicação de quesitos de migração, onde a informação que se queria obter não foi coletada adequadamente, por erro da própria formulação do quesito ou por erro durante a aplicação do quesito na execução da coleta. Esses obstáculos, que costumam aparecer na investigação da migração se devem, como apontado por Xu-Doeve (2005, p. 15), principalmente, à falta de compreensão da relação fundamental entre a teoria e a medição do fenômeno. Muito diferente do que acontece com a fecundidade e mortalidade.



O Censo Demográfico de 1940 foi o quinto a levantar informações sobre a migração interna e imigração internacional²⁰. Com a informação desse censo é possível saber qual é Unidade da Federação (UF) de nascimento do migrante, mas não há pergunta sobre o tempo de residência desse migrante na UF ou sobre o nome do município de nascimento do migrante. Neste caso, só é possível obter o quantitativo acumulado de migrantes interestaduais e sua distribuição pelos municípios de destino. A migração interna passa a ter

²⁰ Um dos melhores censos demográficos até então, que captou informações sobre a migração interna, foi o de 1890, que também captou o município de nascimento do migrante, além da Unidade da Federação. Dada a importância da imigração internacional à época, a pesquisa era mais direcionada a captação dessa informação, em detrimento da migração interna, que ainda era incipiente.

importância a partir desse censo de 1940, quando se intensificam os movimentos migratórios pelo Brasil a partir dos anos de 1930 (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 454). Sobre a imigração internacional havia uma pergunta sobre o ano em que o imigrante fixou residência no Brasil, destinada aos estrangeiros ou brasileiros naturalizados.

Nota-se que, nos primeiros censos demográficos se privilegiavam as questões de observação da migração em relação às referências espaciais e muito pouco em relação às referências temporais, mas isto veio se modificando ao longo do tempo e hoje, pode-se afirmar que há um equilíbrio na investigação e as duas referências estão presentes e bem representadas no censo brasileiro, trazendo informações importantes para aprofundar a análise dos processos da mobilidade espacial da população (Vide Quadro 1.3).

QUADRO 1.3 – Quesitos sobre migração interna, imigração internacional e deslocamentos, no Boletim de Família, do Censo Demográfico 1940

13	Se o recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro o País	13	
14	Se o pai do recenseado nasceu no Brasil, declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	14	
15	Se a mãe do recenseado nasceu no Brasil declarar o Estado; se no estrangeiro, o País	15	
16	Nacionalidade: Brasileiro nato? Naturalizado brasileiro? Se estrangeiro de que Nação?	16	
17	Se é estrangeiro ou brasileiro naturalizado em que ano fixou residência no Brasil?	17	
44	Se é morador do domicílio e está ausente em que Estado do Brasil ou País estrangeiro se encontra?	44	
45	Se não é morador do domicílio e está presente, em que Estado do Brasil ou País estrangeiro reside?	45	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1940.

Sobre os sete quesitos destinados a captar a migração, de um total de 45 quesitos, no Censo Demográfico de 1940, Quadro 1.3 (quesitos 13 a 17, 44 e 45). Há uma grande vantagem nas informações desse censo de 1940, apesar do nível de interpretação permitido ser bastante limitado e sem referência temporal (Martine, 1984, p. 1017), o questionário era único (Boletim de Família) e aplicado a toda população, gerando bastante consistência nas informações sobre migração.

Ainda utilizando um único tipo de questionário, o “Boletim de Família”, para fazer a coleta do Censo Demográfico de 1950, o tema migração mereceu quatro quesitos entre os 25 quesitos existentes no bloco destinado às características dos moradores (Quadro 1.4, quesitos 6 e 7). Toda a população foi submetida a esses quesitos de migração, pela última vez, no Censo Demográfico de 1950. Todos os demais censos demográficos posteriores a 1950 investigaram a migração interna e a imigração internacional através de questionário amostral, empobrecendo a qualidade das informações sobre este tema nos censos demográficos.

Com dois censos consecutivos repetindo a pergunta de Unidade da Federação de nascimento (Censos Demográficos de 1940 e 1950), pode-se, então, aplicar métodos indiretos

para estimar a migração líquida intercensitária, representando um enorme avanço na interpretação do fenômeno migratório (MARTINE, 1984, p. 1017).

QUADRO 1.4 – Quesitos sobre migração interna, imigração internacional e deslocamentos, no Boletim de Família, do Censo Demográfico 1950

Se é morador do domicílio, e está ausente, em que Unidade da Federação ou País estrangeiro se encontra? (<i>Veja Instruções</i>).	4				
Se não é morador do domicílio, e está presente, em que Unidade da Federação ou País estrangeiro reside? (<i>Veja Instruções</i>).	5				
NÃO ESCREVA NESTA LINHA →		2	3	4-5	
Onde nasceu? (<i>Nome da Unidade da Federação ou do País estrangeiro</i>).	6				
É brasileiro nato, naturalizado brasileiro, ou estrangeiro?	7				

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1950.

A distribuição temporal dos migrantes internos ainda não é possível obter no Censo de 1950 e, conforme apontado por Carvalho (1980, p. 536), a distribuição dos migrantes no tempo é uma informação relevante. Perdeu-se também o quesito que foi aplicado no Censo anterior sobre o ano em que os estrangeiros ou brasileiros naturalizados fixaram residência no País.

O Censo Demográfico de 1960 foi o primeiro a utilizar amostragem na coleta e sistema computacional, para a apuração. Apesar de manter o mesmo número de quesitos do censo anterior, era possível captar não só a Unidade da Federação de nascimento, bem como o tempo de residência no município em que foi recenseado, se anteriormente residia em zona rural e Unidade da Federação ou País estrangeiro em que residia antes de mudar-se para o município onde foi recenseado. Iniciou-se, assim, um processo de melhoria na captação das informações sobre migração e atendimento dos padrões técnicos internacionais de investigação (Vide Quadro 1.5, quesitos G a J). Questões voltadas para o morador ausente e o não morador presente não foram aplicadas no censo de 1960, isto é, os quesitos 4 e 5 do censo de 1950 foram retirados, em função da mudança no conceito de população, que passou de “De Fato” para “De Fato e De Direito”.

Com as informações disponíveis no Censo Demográfico de 1960, avançou-se nas dimensões de análise da migração, possibilitando avaliações não só da migração interestadual, como no censo anterior, mas também dos fluxos intraestaduais e intermunicipais, potencializadas, parcialmente, pela dimensão temporal segmentada. Esta segmentação temporal de residência no município, quesito “I”, esbarrou num equívoco na elaboração do questionário, exatamente na categoria de 6 a 10 anos, pois impossibilitou o tratamento dos dados de migração para o período intercensitário, que corresponde a menos de 10 anos. Isto

exigiu a aplicação de técnicas indiretas (CARVALHO, 1980, p. 537), que nem sempre trás resultados satisfatórios para a análise dos movimentos migratórios. Este equívoco permaneceu no questionário de 1970, inclusive no novo quesito de tempo de residência na UF e só foi corrigido no Censo de 1980.

QUADRO 1.5 – Quesitos sobre migração interna e imigração internacional, no Boletim da Amostra, do Censo Demográfico 1960

Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento (Veja código: se escreve o nome da Unidade ou do País se não o encontrar no Código 1)		G			Código 1
Nacionalidade		H	☐ 29 Brasileiro nato	☐ 30 Naturalizado brasileiro	☐ 31 Estrangeiro
SOMENTE PARA AS PESSOAS QUE NÃO NASCERAM NESTE MUNICÍPIO	Número de anos em que reside neste Município	I	☐ 0	☐ 32 Menos de 1 ano	☐ 33 1 ano
	Se anteriormente residia em zona rural marque também ☐ 0		☐ 34 2 anos	☐ 35 3 anos	
Unidade da Federação ou País estrangeiro em que residia antes de mudar-se para este Município (Veja código: se escreve o nome da Unidade ou do País se não o encontrar no Código 1)		J	☐ 36 4 anos	☐ 37 5 anos	☐ 38 6 a 10 anos
			☐ 39 11 anos e mais		
					Código 1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1960.

Segundo Martine (1984, p. 1018), a inclusão de um terceiro ponto, a UF de residência anterior, permitiu reconstruir trajetórias migratórias.

Cunha (2012, p. 29), registra que, a partir de 1970, o censo brasileiro é reconhecido internacionalmente em função de possuir uma variedade e quantidade de questões sobre os movimentos migratórios. Em relação ao Censo Demográfico de 1960, houve uma melhora na investigação sobre a migração em 1970, pois aumentou de 4 quesitos, em 1960, para 8, em 1970, ampliando-se as possibilidades de análise e cruzamentos, principalmente do tema da migração interna (Vide Quadro 1.6, quesitos 8 a 14 e 21).

QUADRO 1.6 – Quesitos sobre migração interna, imigração internacional e deslocamento, no Boletim da Amostra, do Censo Demográfico 1970

8 — Nacionalidade.		☐ 0 Brasileiro nato	☐ 1 Naturalizado brasileiro	☐ 2 Estrangeiro
9 — Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento.		Código		
10 — Nasceu neste Município?		☐ Sim	☐ Não	Código
SOMENTE PARA AS PESSOAS QUE RESPONDERAM "NÃO" AO QUESITO 10	11 — Há quanto tempo mora nesta Unidade da Federação?	☐ 1 Menos de 1 ano	☐ 2 1 ano	☐ 3 2 anos
		☐ 4 3 anos	☐ 5 4 anos	☐ 6 5 anos
		☐ 7 6 a 10 anos	☐ 8 11 anos e mais	
	12 — Há quanto tempo mora neste Município?	☐ 1 Menos de 1 ano	☐ 2 1 ano	☐ 3 2 anos
		☐ 4 3 anos	☐ 5 4 anos	☐ 6 5 anos
		☐ 7 6 a 10 anos	☐ 8 11 anos e mais	
	13 — Em que Unidade da Federação ou País estrangeiro residia antes de mudar-se para este Município?	Código		
	14 — Situação da residência no Município onde morava anteriormente.	☐ 1 Cidade ou Vila	☐ 2 Povoado ou Zona Rural	
21 — Município onde trabalha ou estuda.		Código		

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970.

O Censo Demográfico de 1970 apresenta algumas dificuldades no uso de suas informações e limitações importantes. Primeiro, os quesitos 11 a 14 foram perguntados somente aos não-naturais dos municípios, e com isso a informação dos migrantes de retorno municipais não foi possível obter por mensuração direta (CARVALHO, 1985, p. 33), devido a problemas no questionário²¹. Segundo, em relação ao quesito 13, isto é, UF onde se localiza o município de residência anterior, perdeu-se a informação dos migrantes interestaduais que fizeram outra migração seguida por outra intraestadual no mesmo período (CARVALHO, 1985, p. 33). Neste caso, o autor aponta uma solução para redistribuir esses imigrantes, segundo a distribuição dos imigrantes que declaram outra UF como local de residência anterior. Por último, não é possível avaliar a migração intramunicipal por situação, em função da inexistência de pergunta a este respeito.

Outra novidade foi a inclusão de um quesito sobre migração pendular, quesito 21, para capturar os movimentos para outro município, voltados para o trabalho ou estudo. Não era possível separar se causa da pendularidade era o trabalho ou estudo, mas a inclusão do quesito ampliou as possibilidades analíticas combinadas da migração e mobilidade pendular. O quesito foi aplicado somente para as pessoas de 10 anos ou mais de idade na data de referência do censo. O grande objetivo inicial deste quesito, sobre deslocamento, foi a necessidade de uso do mesmo para a definição das regiões metropolitanas brasileiras (IBGE, 2000).

Para Carvalho e Machado (1992, p. 22), a partir de 1970 há um esforço continuado no sentido de ampliar e aperfeiçoar as informações referentes às migrações, o que possibilita um salto qualitativo nas análises sobre migração no País.

No Censo Demográfico de 1980, procurou-se melhorar a captação da migração, tendo em vista alguns problemas na investigação com o tema em 1970. Passaram a utilizar 9 quesitos na coleta deste tema, com algumas modificações. A principal modificação foi a inclusão do quesito 18, que indagava sobre o município e UF de procedência na última etapa migratória. Sobre este quesito, Cunha (2012) pede para tomar um certo cuidado na análise e utilização, em função de:

Um detalhe metodológico importante sobre a migração interestadual é que a informação sobre residência anterior que consta nos Censos de 1980, 1991 e 2010 é, de certa forma, de natureza distinta daquela contida no Censo de 2000. Isso porque, nos três primeiros casos, a “UF anterior” declarada pelos migrantes está atrelada ao município anterior declarado e não seria, portanto, necessariamente a residência prévia real em termos dessa unidade espacial. Em 2000 este problema foi sanado na medida em que a pergunta foi feita diretamente sobre a UF e não sobre o município de residência anterior (CUNHA, 2012, p. 42-43).

²¹ Para uma análise mais aprofundada e detalhada sobre os quesitos de migração do censo demográfico de 1970, vide Carvalho (1985).

A partir desse censo de 1980 o tempo de residência com menos de 10 anos no município em que foi recenseado passa a determinar quem é o migrante de interesse na pesquisa e quem vai responder ao quesito 18 (Vide Quadro 1.7). Com a informação do tempo de residência no município é possível avaliar a intensidade da migração ao longo dos 10 anos intercensitários e comparar processos migratórios entre quinquênios na década. Com o quesito 14, “Neste município morou”, é possível avaliar a migração intramunicipal, apesar da inexistência do tempo em que ocorreu essa migração. Foi mantido o quesito sobre os deslocamentos para o trabalho ou estudo, mas ainda não é possível distinguir o propósito do deslocamento, isto é, se é para o trabalho, estudo ou para ambas as atividades.

Pela primeira vez o censo capta o município de procedência, para aqueles migrantes que têm menos de 10 anos de residência no município (CARVALHO, 1985, p. 38), abrindo possibilidades analíticas importantes sobre a migração, sendo possível comparar aspectos socioeconômicos regionais e questões dos espaços de vida dos migrantes, principalmente quando combinado com os demais quesitos do censo. Este aspecto é importante, pois será uma ferramenta que se utilizará, neste trabalho, em substituição ao quesito de data-fixa que não foi aplicado no censo de 1980. Para Carvalho e Machado (1992, p. 23), esse dado sobre o município foi o grande avanço do Censo de 1980.

QUADRO 1.7 – Quesitos sobre migração interna, imigração internacional e deslocamento, no Boletim da Amostra, do Censo Demográfico 1980

(11) Nacionalidade		☐ 2 Brasileiro nato	☐ 4 Naturalizado brasileiro	☐ 6 Estrangeira	
(12) Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento		Código			
ESTES QUESITOS SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA MORADORA — PRESENTE OU AUSENTE (Quesito 2 — Códigos 2 ou 4)	(13) Nasceu neste Município	☐ 1 Sim	☐ 8 Não		
	(14) Neste Município morou	☐ 2 Só na Zona Urbana	☐ 4 Só na Zona Rural	☐ 6 Nas Zonas Urbana e Rural	
	(15) No Município onde residia anteriormente morava (Se nasceu e sempre morou neste Município, responda — Nasceu)	☐ 1 Na Zona Urbana	☐ 3 Na Zona Rural	☐ 8 Não nasceu	
	(16) Há quantos anos mora nesta Unidade da Federação (Se nasceu e sempre morou nesta Unidade da Federação, responda — Nasceu)	☐ 0 Menos de 1 ano	☐ 1 1 ano	☐ 2 2 anos	☐ 3 3 anos
		☐ 4 4 anos	☐ 5 5 anos	☐ 6 6 a 9 anos	☐ 7 10 anos ou mais
		☐ 8 Nasceu			
(17) Há quantos anos mora neste Município (Se nasceu e sempre morou neste Município, responda — Nasceu)	☐ 0 Menos de 1 ano	☐ 1 1 ano	☐ 2 2 anos	☐ 3 3 anos	
	☐ 4 4 anos	☐ 5 5 anos	☐ 6 6 a 9 anos	☐ 7 10 anos ou mais	
(18) Se no Quesito 17 respondeu, Menos de 10 anos, indique o nome do Município e a Sigla da Unidade da Federação ou o País estrangeiro em que morava antes. (Se respondeu 10 anos ou mais ou Nasceu, registre sete zeros — 0000000 — no campo Código)	Código				
(27) Município em que trabalha ou estuda (Se não trabalha nem estuda ou se trabalha e estuda no Município de residência, registre sete zeros — 0000000 —, no campo Código. Registre também 7 zeros para o Não morador presente — Quesito 2 Código 6)	Código				

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1980.

Diferentemente do censo de 1970, todos os moradores do domicílio responderam os quesitos de migração, exceto o quesito 18 (CARVALHO, 1985, p. 38), destinado apenas aos migrantes com menos de 10 anos no município. Já, o quesito 27, sobre pendularidade, foi mantido da mesma forma como foi aplicado no censo anterior. Mas, em função de procedimento adotado na codificação do questionário, durante a coleta, o morador que não trabalhava e nem estudava e o morador que trabalhava e estudava no município de residência acabaram recebendo a mesma codificação, o que impossibilitou captar essas informações distintamente e prejudicou o entendimento da mobilidade intra-urbana de forma direta.

O Censo Demográfico de 1991 foi o primeiro a captar dados de data-fixa²², utilizando periodicidade quinquenal e resgatando também se esta situação domiciliar anterior era na zona urbana ou na zona rural. O total de quesitos dedicados ao tema migração chegou a 11, abordando a migração interna e imigração internacional. Apesar da inclusão importante da informação de data fixa, o censo 1991 deixou de investigar os deslocamentos para o trabalho ou escola, causando prejuízo para a série que já existia dos censos de 1970 e 1980, mas acabou voltando em 2000 e mantido e melhorado em 2010 (Vide Quadro 1.8, quesitos 12 a 22).

O quesito de data-fixa foi o que gerou menos controvérsia nos meios acadêmicos, pois sua aplicação direta e fácil deu bons resultados para o entendimento do fenômeno migratório e abriu novas fronteiras de análises, apesar de Carvalho et al. (1998, p. 95) terem concluído que este quesito apresentou algumas inconsistências neste censo, ao que eles chamaram de informações dos “transgressores” do quinquênio 1986-1991. Após análise detalhada, incluindo comparações com o quesito de última etapa, os autores concluíram que, para o Censo Demográfico de 1991, as informações de data-fixa são mais confiáveis que as de última etapa e apontam uma solução para corrigir o dado de última etapa de 1986-1991, através de um procedimento de adição dos “transgressores” ao dado de última etapa, mais precisamente aos imigrantes de última etapa.

Segundo Carvalho e Machado (1992, p. 22), “os fenômenos migratórios dos anos 80 poderão ser amplamente analisados a partir das informações levantadas pelo Censo de 1991: em qualquer país do Terceiro Mundo não há tamanha diversidade de quesitos quanto os possibilitados por este Censo”. Para os autores, a grande inovação no Censo de 1991 foi a inclusão do quesito retrospectivo sobre o local de residência há cinco anos, ou seja, o quesito de data-fixa, que possibilita o cálculo do saldo líquido migratório de forma direta.

²² A introdução do quesito de data-fixa, incluindo a situação domiciliar, referente a cinco anos antes da data de referência do Censo, era uma solicitação do meio acadêmico brasileiro ao IBGE, visando melhorar a qualidade dos dados censitários sobre migração, bem como a preparação de projeções regionais de população, além de evitar o uso de estimativas indiretas (MACHADO; HAKKERT, 1988, p. 18-19).

QUADRO 1.8 – Quesitos sobre migração interna e imigração internacional, no Questionário da Amostra, do Censo Demográfico de 1991

12	Neste Município morou	1 ☐ Só na zona urbana	2 ☐ Só na zona rural	3 ☐ Nas zonas urbana e rural
13	Se no Quesito 12 assinalou o retângulo 3, indique há quantos anos se deu a última mudança	 Nº de anos		98 ☐ Nunca mudou
14	Nasceu neste Município (se assinalou o retângulo 1, passe para o Quesito 23. Se assinalou o 2, passe para o Quesito 17. Se assinalou o 3, responda aos Quesitos seguintes)	1 ☐ Sim e sempre morou neste	2 ☐ Sim, mas já morou em outro	3 ☐ Não nasceu
15	Se Naturalizado Brasileiro ou Estrangeiro, indique o ano em que fixou residência no País	100 ☐ Brasileiro nato	2 Naturalizado brasileiro	3 Estrangeiro
16	Unidade da Federação ou País estrangeiro de nascimento			
17/18	Há quantos anos mora sem interrupção	Nesta Unidade da Federação Nº de anos	Neste Município Nº de anos	
PARA A PESSOA QUE NO QUESITO 17/18 RESPONDEU MENOS DE 10 ANOS, NO CAMPO — NESTE MUNICÍPIO				
19	Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este Município	 Sigla	 Nome	
20	Na localidade indicada no Quesito 19, residia	1 ☐ Na zona urbana	2 ☐ Na zona rural	
OS QUESITOS SEQUENTES SÓ SERÃO PREENCHIDOS PARA A PESSOA DE 5 ANOS OU MAIS (nascida antes de 01/09/1986)				
21	Indique a sigla da UF e o nome do Município ou do País estrangeiro em que residia em 01/09/1986 (se residia no Município, assinale o retângulo 7 — Neste)	 Sigla	 Nome	
		7 ☐ Neste		
22	Na localidade indicada no Quesito 21, antes de mudar, residia	1 ☐ Na zona urbana	2 ☐ Na zona rural	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991.

No Censo Demográfico de 2000 todos os quesitos de migração interna, imigração internacional e deslocamentos estavam num mesmo bloco, destinado a captar as características do morador, num total de 13 quesitos (Vide Quadro 1.9, quesitos 4.15 a 4.27).

O Censo Demográfico de 2000 deixou de captar o município de residência anterior, mantendo apenas a Unidade da Federação ou País estrangeiro de residência anterior, quesito 4.23. Perdeu-se em continuidade, pois os censos de 1980 e 1991 apresentavam o referido quesito sobre o nome do município de residência anterior. Desta forma a “última etapa” migratória perdeu também em qualidade, sem a informação do município de origem, que dava um poder explicativo superior aos movimentos mais recentes. A análise da migração intraestadual foi a mais prejudicada, com a ausência do município de origem de “última etapa” (ERVATTI; OLIVEIRA, 2011), principalmente quando a área estudada refere-se a um subconjunto de municípios dentro de uma unidade da federação, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo, estudado nesta tese.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

Uma limitação continuou, como observado nos censos de 1970 e 1980, não é possível distinguir ou separar a motivação do deslocamento, se para o trabalho ou para estudo

(CUNHA; SOBREIRA, 2007), o que contribui para enfraquecer a análise da pendularidade, mas de forma indireta é possível mensurar alguns casos.

Todos os moradores do domicílio, onde o questionário da amostra foi aplicado, responderam sobre o quesito de deslocamento no Censo Demográfico de 2000.

Os deslocamentos pendulares diários, semanais, quinzenais, mensais ou de maior período são tratados da mesma forma, o que afeta sobremaneira as análises, principalmente, quando o deslocamento é motivado pelo estudo.

Segundo Aranha (2005, p. 108), “é possível separar, parcialmente, o quesito 4.27, determinando a motivação da pendularidade se para estudo, trabalho ou ambas. Deve-se verificar a condição de ocupado e a condição de frequência a escola. De posse destas três variáveis (pendularidade, ocupação e frequência à escola) é possível identificar as motivações de pendularidade”. Não será possível separar a motivação do deslocamento para as pessoas que trabalham e estudam simultaneamente, pois não será possível identificar se o indivíduo trabalha ou estuda no próprio município de residência.

Já, o quesito de data-fixa foi ampliado, com a possibilidade também de ter a informação sobre a migração intramunicipal de data-fixa do tipo rural-urbana e urbana-rural, exceto para a população que mora no município desde que nasceu (quesitos 4.15 e 4.24).

No Censo Demográfico de 2010 o número de quesitos dedicados à mobilidade espacial da população aumentou bastante em relação ao Censo 2000 e chegou a 19 quesitos.

Foi criado um bloco novo nos questionários, tanto no questionário da amostra, quanto no questionário básico, para investigar a emigração internacional, com seis quesitos (Vide Quadro 1.10, quesitos 3.01 a 3.06).

QUADRO 1.10 – Bloco de quesitos de emigração internacional, no Questionário da Amostra, do Censo Demográfico 2010

3 PARA DOMICÍLIOS PARTICULARES - EMIGRAÇÃO INTERNACIONAL				
3.01 - ALGUMA PESSOA QUE MORAVA COM VOCÊ(S) ESTAVA MORANDO EM OUTRO PAÍS EM 31 DE JULHO DE 2010?				
☐ 1 - SIM (Siga 3.02) ☐ 2 - NÃO (Passe ao 4.01)				
3.02 - NOME Siga 3.03	3.03 - SEXO 1 - M 2 - F Siga 3.04	3.04 - ANO DE NASCIMENTO Siga 3.05	3.05 - ANO DA ÚLTIMA PARTIDA PARA MORAR EM OUTRO PAÍS Siga 3.06	3.06 - PAÍS DE RESIDÊNCIA EM 31 DE JULHO DE 2010 Siga 4.01
		 ano	 ano	
		 ano	 ano	
		 ano	 ano	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Este bloco foi aplicado nos domicílios particulares. Apesar de alguns problemas relacionados ao tipo de método adotado na coleta e da certeza de sub-enumeração que o processo traria, o IBGE conseguiu ampliar o conjunto de informações sobre este tema e trouxe à tona uma discussão importante sobre os movimentos migratórios internacionais, a forma de como capturar o fenômeno e as limitações impostas nas fontes de dados.

Para um panorama da migração internacional, a partir do Censo Demográfico de 2010, tanto em relação aos quesitos de imigração, tradicionalmente investigados, quanto aos quesitos inovadores sobre a emigração, vide os trabalhos de Oliveira (2013) e Cardoso; Moura e Cintra (2012).

As informações coletadas sobre a migração interna e imigração internacional, no “Bloco das Características do Morador”, tiveram alguns ajustes na forma e ordem como foram realizadas as perguntas, aproveitando-se o que deu certo em censos anteriores, para dar uma melhor qualidade e precisão nas informações obtidas neste último censo (Vide Quadro 1.11, quesitos 6.18 a 6.26).

QUADRO 1.11 – Bloco de quesitos de migração interna e imigração internacional, no Questionário da Amostra, do Censo Demográfico 2010

MIGRAÇÃO INTERNA E IMIGRAÇÃO INTERNACIONAL	
6.18 - NASCEU NESTE MUNICÍPIO? ☐ 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Se 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27. Caso contrário, passe ao 6.26) ☐ 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRO MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) ☐ 3 - NÃO (Siga 6.19)	
6.19 - NASCEU NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? ☐ 1 - SIM E SEMPRE MOROU (Passe ao 6.24) ☐ 2 - SIM MAS MOROU EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO (Passe ao 6.23) ☐ 3 - NÃO (Siga 6.20)	
6.20 - QUAL É A SUA NACIONALIDADE? ☐ 1 - BRASILEIRO NATO (Passe ao 6.22) ☐ 2 - NATURALIZADO BRASILEIRO (Siga 6.21) ☐ 3 - ESTRANGEIRO (Siga 6.21)	
6.21 - EM QUE ANO FIXOU RESIDÊNCIA NO BRASIL? ANO Siga 6.22	6.22 - QUAL É A UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) OU PAÍS ESTRANGEIRO DE NASCIMENTO? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO Siga 6.23 ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.23
6.23 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUPÇÃO NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO)? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) Siga 6.24	6.24 - HÁ QUANTO TEMPO MORA SEM INTERRUPÇÃO NESTE MUNICÍPIO? (SE INFERIOR A 1 ANO, REGISTRE ZERO) NÚMERO DE ANOS (Se mora há menos de 10 anos, siga 6.25.) (Se mora há 10 anos ou mais e tem 5 anos ou mais de idade, passe ao 6.27) (Caso contrário, passe ao 6.28)
6.25 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA ANTES DE MUDAR-SE PARA ESTE MUNICÍPIO? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO Siga 6.25 ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.25	
6.26 - EM QUE UNIDADE DA FEDERAÇÃO (ESTADO) E MUNICÍPIO OU PAÍS ESTRANGEIRO MORAVA EM 31 DE JULHO DE 2007? ☐ 1 - UNIDADE DA FEDERAÇÃO/MUNICÍPIO Siga 6.26 ☐ 2 - PAÍS ESTRANGEIRO Siga 6.26	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

O “Deslocamento para Estudo” também foi captado no censo 2010, mas agora separado do quesito referente ao “Deslocamento para o Trabalho”, ganhando em poder de explicação e potencializando a análise do referido fenômeno (Vide Quadro 1.12, quesito 6.36).

O deslocamento para frequência à creche também foi considerado. O recenseador registrava para qual município e Unidade da Federação ou País estrangeiro ocorria o deslocamento. Este quesito 6.36 será utilizado para operacionalizar (SUSINO, 2001, 2003) e determinar os espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), que serão utilizados nas análises da mobilidade intrametropolitana. Importante registrar que este quesito foi destinado a todas as pessoas do domicílio, independentemente da idade.

Com a captação dos deslocamentos para trabalho ou estudo, em separado, deve-se ter o cuidado para não considerar a dupla contagem de fluxos, principalmente quando ambos os destinos correspondem ao mesmo município.

QUADRO 1.12 – Quesito sobre deslocamento para estudo, no Questionário da Amostra, do Censo Demográfico 2010

DESLOCAMENTO PARA ESTUDO (PARA A PESSOA QUE FREQUENTA ESCOLA OU CRECHE)	
6.36 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO FREQUENTA ESCOLA (OU CRECHE)?	
☐ 1 - NESTE MUNICÍPIO - (Se tem 10 anos ou mais de idade, Passe ao 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	
☐ 2 - EM OUTRO MUNICÍPIO	
6.361 - UF	6.363 - MUNICÍPIO
☐ 3 - EM PAÍS ESTRANGEIRO	
6.365 - PAÍS ESTRANGEIRO (Se tem 10 anos ou mais de idade, siga 6.37. Caso contrário, passe ao 6.70)	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Com o desmembramento, o “Deslocamento para o Trabalho” ganhou mais destaque no Censo Demográfico de 2010, pois teve ampliado o número de quesitos (Vide Quadro 1.13, quesitos 6.60 a 6.62). Agora se investiga não só em que município e Unidade da Federação ou País estrangeiro trabalham, mas se retorna do trabalho para casa diariamente e quanto é o tempo habitual gasto no deslocamento de sua casa até o trabalho, com o tempo segmentado em seis categorias. O Trabalho no próprio domicílio também é captado. Estes três quesitos, sobre o deslocamento para o trabalho, fazem parte, também, do arsenal para a criação dos espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), operacionalizado com a proposta de Susino (2001, 2003).

QUADRO 1.13 – Quesito sobre deslocamento para o trabalho, no Questionário da Amostra, do Censo Demográfico 2010

DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO	
6.60 - EM QUE MUNICÍPIO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU PAÍS ESTRANGEIRO TRABALHA?	
☐ 1 - NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	
☐ 2 - APENAS NESTE MUNICÍPIO, MAS NÃO NO PRÓPRIO DOMICÍLIO (Siga 6.61)	
☐ 3 - EM OUTRO MUNICÍPIO (Siga 6.601 e 6.603)	
6.601 - UF	6.603 - MUNICÍPIO
(siga 6.61)	
☐ 4 - EM PAÍS ESTRANGEIRO (Siga 6.605)	
6.605 - PAÍS ESTRANGEIRO	
☐ 5 - EM MAIS DE UM MUNICÍPIO OU PAÍS (Se for mulher, passe ao 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	
6.61 - RETORNA DO TRABALHO PARA CASA DIARIAMENTE?	
☐ 1 - SIM (Siga 6.62) ☐ 2 - NÃO (Se for mulher, Passe ao 6.63. Se for homem, Passe ao 6.70)	
6.62 - QUAL É O TEMPO HABITUAL GASTO DE DESLOCAMENTO DE SUA CASA ATÉ O TRABALHO?	
☐ 1 - ATÉ 05 MINUTOS ☐ 2 - DE 06 MINUTOS ATÉ MEIA HORA ☐ 3 - MAIS DE MEIA HORA ATÉ UMA HORA	☐ 4 - MAIS DE UMA HORA ATÉ DUAS HORAS ☐ 5 - MAIS DE DUAS HORAS
(Se for mulher, Siga 6.63. Se for homem, passe ao 6.70)	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Estes quesitos somente foram aplicados para os moradores com 10 anos ou mais de idade, ocupados na semana de referência. Quando uma pessoa assinalou o item 5, do quesito 6.60, isto é, que trabalha em mais de um município ou país, o conhecimento sobre os locais de

trabalho fica prejudicado, pois o Censo Demográfico não possibilita registrar essas localidades, gerando um prejuízo na criação dos espaços de vida e conhecimento mais detalhado sobre o fenômeno²³.

É preciso realizar o cruzamento entre os quesitos 6.36 e 6.60 para poder extrair as pessoas que trabalham e estudam simultaneamente em municípios diferentes daquele em que reside, pois neste caso há dois deslocamentos a partir do local de residência e não apenas um. Outro ponto, os quesitos sobre pendularidade entre os censos demográficos 2000 e 2010 não são diretamente comparáveis e é necessário um artifício com o objetivo de agregar os quesitos do Censo Demográfico 2010, sobre os deslocamentos para o trabalho e estudo, pois estes foram captados separadamente.

O não pendular para o local de trabalho pode ser pendular para o estudo e vice-versa, assim como pode-se ter o local ignorado do deslocamento para o trabalho, mas o local de estudo pode estar identificado e vice-versa. São possíveis os registros de pendulares para o trabalho no interior do Estado de São Paulo ou para outras UF's e apresentar pendularidade para estudo na Região Metropolitana de São Paulo. Vê-se que há um leque de possibilidades analíticas dos fluxos pendulares com a divisão e ampliação da investigação destes quesitos.

O IBGE procurou ao longo de todos esses censos demográficos ouvir a comunidade acadêmica, a sociedade e os usuários das informações, resultando numa melhora continuada dos instrumentos de coleta e da forma de captação, especialmente, da migração, trazendo também mais qualidade ao resultado final da pesquisa e avanços no entendimento do fenômeno. Este último censo foi um marco qualitativo, quantitativo e das possibilidades que podem ser alcançadas com o uso de equipamentos eletrônicos na coleta. O uso do computador de mão, associado a um software dinâmico de coleta possibilitaram esse aumento extraordinário no número de quesitos, rapidez na coleta e qualidade da informação produzida. Seria praticamente impossível alcançar este êxito e avanços, sem o uso do computador de mão e sem a contribuição da academia, principalmente do Grupo de Trabalho Migração, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, que contribuiu com indicações de necessidades e inclusão de quesitos que emergiram dos debates dos anos 2000, nos vários e importantes encontros realizados pela Associação.

Essa quantidade de informação adicional cria possibilidades de investigação que ainda não são mensuráveis, mas sabe-se que surpreenderá em muito tudo o que já foi estudado até o momento, pelo aprofundamento que é possível realizar nos estudos migratórios. Apenas, espera-se que não haja um retrocesso nesses avanços e que o IBGE continue produzindo mais

²³ Apesar de não possibilitar a definição dos locais de trabalho quando dois ou mais municípios ou país estão envolvidos (item 5 do quesito 6.60), é possível obter, para aqueles que estudam e se deslocam para fora do município de residência, mais um deslocamento, seja ele para outro município ou para um país estrangeiro.

e melhor, sempre procurando atender aos anseios dos estudiosos do assunto e avançando na captação das informações.

Mas o meio acadêmico precisa de fôlego para tratar essa quantidade significativa de quesitos do Censo Demográfico de 2010 e mostrar a necessidade de manutenção deles no censo seguinte, para não correr o risco de perder todos esses avanços alcançados ao longo do tempo. Há a necessidade de tratar, o mais rapidamente possível da análise dos novos quesitos sobre deslocamentos para o trabalho e estudo, emigração internacional e migração interna, inclusive avaliando se os quesitos foram bem aplicados e atingiram os objetivos inicialmente propostos. O esforço tem que ser grande e requer urgência, pois as decisões sobre o próximo censo acontecem geralmente uns três anos antes da execução do mesmo. E como apontado por Cunha (2012, p. 47), “a observação de certas especificidades das informações utilizadas é elemento central para uma captação correta e adequada do fenômeno” e também para a sua manutenção no quadro de quesitos do censo demográfico.

Ao mesmo tempo é necessário certo cuidado com a quantidade excessiva de informação disponibilizada, para evitar contabilizações equivocadas, dupla contagem (CARVALHO; MACHADO, 1992, p. 33) e erros na interpretação do fenômeno migratório. Como colocado por Carvalho e Machado (1992, p. 33), esta situação é um grande privilégio, mas também um grande desafio.

No Quadro 1.14 é apresentado um resumo, com os quesitos censitários brasileiros relativos à mobilidade espacial da população, de 1940 a 2010, mostrando a evolução da forma como os censos investigam este tema, bem como indicando quais quesitos apresentam referências espacial e ou temporal, que são aspectos importantes e essenciais na análise da migração. Os quesitos são apresentados neste quadro, cronologicamente, de acordo com a ordem em que foram inseridos nos censos de 1940 até 2010.

A importância da reconstituição histórica dos quesitos de migração dos censos demográficos também deve ser seguida para outras variáveis censitárias (educação, trabalho e rendimento, cor ou raça, domicílios, fecundidade, mortalidade e outros), quando analisadas retrospectivamente, dado que ocorrem muitas mudanças, transformações conceituais, expurgos passageiros e limitações ou ampliações da abrangência de cobertura dos quesitos (ABEP, 1984), o que pode inibir a comparabilidade em quesitos aparentemente iguais entre dois ou mais censos.

Quadro 1.14 - Presença de quesitos censitários relativos à análise da mobilidade espacial da população, por referências espacial ou temporal - Brasil, 1940/2010

Ordem	Quesitos	Referências		Ano							
		Espacial (E)	Temporal (T)	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
1	Naturalidade (UF de Nascimento)	E	-	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
2	Nacionalidade	E	-	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
3	Nacionalidade paterna	E	-	1940	-	-	-	-	-	-	-
4	Nacionalidade materna	E	-	1940	-	-	-	-	-	-	-
5	Para os estrangeiros ou brasileiro naturalizado, ano em que fixou residência no Brasil	-	T	1940	-	-	-	-	1991	2000	2010
6	Para o morador ausente, Estado do Brasil ou País estrangeiro onde se encontra	E	-	1940	1950	-	-	-	-	-	-
7	Para o não morador presente, Estado do Brasil ou País estrangeiro onde reside	E	-	1940	1950	-	-	-	-	-	-
8	Não-Naturais-do-Município ----> Número de anos em que reside neste município	E	T	-	-	1960	1970	-	-	-	-
9	Não-Naturais-do-Município ----> Se anteriormente residia na zona rural	E	-	-	-	1960	-	-	-	-	-
10	Não-Naturais-do-Município ----> Unidade da Federação ou País estrangeiro em que residia antes de mudar-se para este município	E	-	-	-	1960	1970	-	-	-	-
11	Nasceu neste município	E	-	-	-	-	1970	1980	1991	2000	2010
12	Não-Naturais-do-Município ----> Há quantos anos mora sem interrupção nesta unidade da Federação (Tempo de residência sem interrupção na UF)	E	T	-	-	-	1970	-	-	-	-
13	Não-Naturais-do-Município ----> Situação da residência no município onde morava anteriormente (cidade ou vila / povoado ou zona rural)	E	-	-	-	-	1970	-	-	-	-
14	Município onde trabalha ou estuda	E	-	-	-	-	1970	1980	-	-	-
15	No município atual já morou (Só na zona urbana, Só na zona rural, Nas zonas urbana e rural)	E	-	-	-	-	-	1980	1991	-	-
16	Situação do domicílio no município anterior de residência (Na zona urbana, Na zona rural ou Nasceu e sempre morou neste município)	E	-	-	-	-	-	1980	1991	-	-
17	Há quantos anos mora sem interrupção nesta unidade da Federação (Tempo de residência sem interrupção na UF ou Nasceu e sempre morou)	E	T	-	-	-	-	1980	1991	2000	2010
18	Número de anos em que reside neste município (Tempo de residência sem interrupção no município ou Nasceu e sempre morou)	E	T	-	-	-	-	1980	1991	2000	2010
19	Para aqueles com menos de 10 anos de residência no município: indicar o nome do município e a sigla da UF ou o País estrangeiro em que morava antes	E	-	-	-	-	-	1980	-	-	-
20	Para aquele que já morou nas zonas urbana e rural, informar há quantos anos se deu a última mudança	-	T	-	-	-	-	-	1991	-	-
21	Para aqueles com menos de 10 anos de residência no município: indicar a sigla da UF e o nome do município ou do País estrangeiro em que morava antes de mudar-se para este município	E	-	-	-	-	-	-	1991	-	2010
22	Para aqueles com 5 anos ou mais de idade: indicar a sigla da UF e o nome do município ou do País estrangeiro em que residia há 5 anos	E	T	-	-	-	-	-	1991	2000	2010
23	Situação de residência onde residia há 5 anos (Na zona urbana ou Na zona rural)	E	T	-	-	-	-	-	1991	2000	-
24	Mora neste município desde que nasceu	E	T	-	-	-	-	-	-	2000	-
25	Nasceu nesta Unidade da Federação	E	-	-	-	-	-	-	-	2000	-
26	Para aqueles com menos de 10 anos de residência na UF: Qual é a Unidade da Federação ou País estrangeiro de residência anterior	E	-	-	-	-	-	-	-	2000	-
27	Para aqueles com 5 anos ou mais de idade e que residiam neste mesmo município há 5 anos: indicar a situação domiciliar (Na Zona urbana ou Zona rural)	E	T	-	-	-	-	-	-	2000	-
28	Em que município e Unidade da Federação ou País Estrangeiro trabalha ou estuda	E	-	-	-	-	-	-	-	2000	-
29	Alguma pessoa que morava com você(s) estava morando em outro país em 31 de julho de 2010 (Nome, Sexo, Ano de nascimento, Ano da última partida para morar em outro país e País de residência em 31 de julho de 2010) - 6 quesitos	E	T	-	-	-	-	-	-	-	2010
30	Em que município e UF ou país estrangeiro frequenta escola (ou creche)	E	-	-	-	-	-	-	-	-	2010
31	Município e Unidade da Federação ou País estrangeiro em que trabalha	E	-	-	-	-	-	-	-	-	2010
32	Retorna do trabalho para casa diariamente	E	T	-	-	-	-	-	-	-	2010
33	Qual é o tempo habitual gasto de deslocamento de sua casa até o trabalho	E	T	-	-	-	-	-	-	-	2010

Fontes: IBGE, Censos Demográficos 1940 a 2010.

Nota: (a) Nos censos demográficos de 1940 e 1950, toda a população foi pesquisada sobre os quesitos de mobilidade. Nos censos demográficos de 1960 a 2010, apenas a população da fração amostral respondeu sobre os quesitos de mobilidade (de acordo com a estrutura do questionário e características do morador), exceto o questionamento sobre emigração internacional, de 2010, que foi aplicado para todos os domicílios do universo do censo.

(b) Os quesitos de número de ordem 19, 21 e 26, apesar de buscarem a mesma resposta, resultaram em diferentes interpretações e resultados na coleta.

1.2.3 O uso de quesito de data-fixa para avaliar a migração e a mobilidade

Conquanto Xu-Doeve (2005, p. 15-16) coloque que o quesito de data-fixa é uma medida de escopo analítico limitado e pobre em termos de valor de informação, tanto do ponto de vista matemático, quanto demográfico, não se pode esquecer que por trás dessa informação há um conjunto de outras informações importantes e que o quesito não é analisado isoladamente. O quesito de data-fixa é a porta de entrada para as descobertas subseqüentes dos processos migratórios e de outros fenômenos que estão adjacentes à migração. Ainda segundo o autor, matematicamente, as análises contínuas no tempo dos dados de migração têm mais força que as análises discretas. O autor tem razão, pois uma análise não se pode prender num único ponto no tempo e deve lançar um olhar de mais longo prazo, observando o evento ao longo do tempo, como é proposto neste trabalho com dados de vários censos demográficos. Além disto, o que se observa também é o acumulado no tempo de cinco anos, a partir de um ponto no tempo, o que equivale, grosso modo, a uma análise contínua no tempo.

Para Shryock et al. (1971, v. 2, p. 648), a questão sobre o local de residência habitual numa determinada data fixa é um dos mais eficientes meios de medir e analisar a migração. São dois pontos de residência bem definidos no tempo, possibilitando análises comparativas. Além disto, quando a análise está associada com outros quesitos de mobilidade espacial, o resultado e as explicações sobre o processo migratório são mais robustos.

Uma das limitações importante que se observa no quesito de migração de data-fixa está ligada à aplicação do questionário, pois a questão a respeito do local de residência há cinco anos só aparece no questionário da Amostra, onde, em média, apenas 11% dos domicílios particulares ou coletivos ocupados responderam, no Censo Demográfico de 2010. Outro ponto relevante a destacar é que apenas os sobreviventes no processo migratório são levantados e apontados pelo censo demográfico.

O quesito de data-fixa dá uma resposta a uma pergunta relativa à residência do migrante em uma data específica no passado, neste caso no intervalo de cinco anos²⁴ em relação à data de referência do censo demográfico. O quesito de data-fixa sobre o local de residência no passado, introduzido no Censo Demográfico de 1991 e depois mantido nos censos posteriores de 2000 e 2010, possibilita obter, com precisão a localização do migrante, através da informação do município e unidade da federação de origem, cinco anos antes da

²⁴ O Censo Demográfico brasileiro adota o intervalo de cinco anos, que é o mais recomendado pelos especialistas e instituições (ONU, 1972), dando melhor resultado em capturar parte significativa dos movimentos migratórios, pois não é um período demasiadamente curto, nem excessivamente muito longo, o que possibilita evitar a casualidade, detectar padrões e amenizar a influência da mortalidade sobre essa população migrante de data-fixa. Tem-se a informação da migração entre duas datas exatas no tempo.

data de referência do censo demográfico²⁵. O quesito de data-fixa no Censo Demográfico de 2000 foi melhorado, pois possibilitou analisar a migração intramunicipal por situação, isto é, se cinco anos antes morava na zona urbana ou zona rural do município onde residia na data do censo, exceto para a população que nasceu e sempre morou no município, que informa apenas o deslocamento para trabalho ou estudo. Neste censo foi mantida a captura da informação sobre a situação do município de origem. Já em 2010, o quesito voltou a ser reformulado e questionou apenas a Unidade da Federação e município onde residiam cinco anos antes da data de referência do censo, perdendo-se as possibilidades de análise de situação do local de origem cinco anos antes e avaliações sobre a mobilidade intramunicipal, por situação, que tinha sido implementada em 2000.

A introdução deste quesito no Censo Demográfico de 1991 se tornou muito importante do ponto de vista dos estudos de migração, gerando possibilidades de análises mais aprofundadas neste tema e de forma direta. Muitos países já tinham esta pergunta do local de residência cinco anos antes do censo incorporada nos levantamentos censitários, como por exemplo Estados Unidos e Grécia, mas há países que adotaram intervalos de tempo diferentes, como Japão, um ano, no censo de 1960 e Estados Unidos, em 1950²⁶ (ONU, 1972, p. 19).

Com esta informação temos um intervalo de tempo bem definido e claro, além de dois bem definidos pontos no tempo, o que permite análises com qualidade, profundidade e indicadores importantes sobre a migração (ONU, 1972, p. 19). Por exemplo, de posse dessas informações é possível obter a distribuição espacial da população, segundo o local de residência 5 anos antes da data do censo demográfico; estabelecer os volumes e as direções dos fluxos dos últimos 5 anos, inclusive da imigração internacional e o que é muito importante nos dias atuais, de baixa fecundidade e queda acentuada na mortalidade, a redistribuição espacial da população e tendências migratórias mais recentes²⁷.

Para Rigotti (2008, p. 8), o quesito de data-fixa é capaz de apontar o volume e a origem dos fluxos migratórios, está disponível para unidades de áreas pequenas, como municípios, possibilitando visualizar os importantes movimentos regionais e sub-regionais da atualidade. Do ponto de vista analítico, este é um dado de fácil interpretação (RIGOTTI, 1999, p. 16).

Explicitando as vantagens do quesito de data-fixa, Rigotti aponta:

²⁵ Nem sempre os movimentos migratórios de data-fixa corresponderão a movimentos diretos entre duas unidades espaciais, pois a chegada à unidade espacial em que o migrante foi recenseado pode ter ocorrido por etapas migratórias (CARVALHO; MACHADO, 1992, p. 29).

²⁶ Em 1950 os Estados Unidos mudaram o intervalo dos dados de data-fixa para um ano, em função da II Guerra Mundial, mas os dados não são comparáveis com os dados de data-fixa de cinco anos (KIRSCH, 1993, p. 61).

²⁷ Para Cunha (2012, p. 44), o dado de última etapa “permite captar com maior propriedade a realidade dos movimentos mais recentes, que, como mostram os dados censitários, representam parte expressiva da migração da década”.

Algumas das grandes vantagens deste quesito é que ele permite o cálculo de todas as medidas convencionais da migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório. Além disso, os lugares de origem e destino são conhecidos, o período dentro do qual ocorre a migração é bem determinado e o conceito de migrante é facilmente definido (RIGOTTI, 1999, p.17).

Trata-se, portanto, de um quesito com certa consagração de uso e aplicação, que já mereceu muitos estudos analíticos e deu bons resultados em expressar padrões da migração em análises diacrônicas, refletindo mudanças, tendências e permanências nos processos migratórios. Para Barua (1987, p. 112), a utilização de dados de migração de data-fixa com base na duração de residência dos migrantes no local de destino, é susceptível de produzir uma melhor correlação entre os indicadores de migração e as variáveis econômicas do que os dados dos migrantes acumulados (“life-time migrants data”).

Ainda sobre algumas limitações nos dados dos quesitos de data-fixa dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, conforme alertado por ONU (1972, p. 19), é importante registrar que há subestimação no número de tais migrantes de data-fixa, na medida em que não aparecem como migrantes, nesta modalidade, aqueles que migraram para fora de uma determinada área “A”, durante o quinquênio de referência e voltaram para esta mesma área antes do final deste período. Ou aqueles que entraram numa determinada área “A” durante o intervalo e reemigraram para uma área “B” ou que tenha feito múltiplos movimentos migratórios até a data do censo, pois somente no local de residência na data do censo será a informação resgatada, perdendo-se parte das etapas intermediárias. Em relação a esta última possibilidade, tem-se que será uma parcela muito pequena dos movimentos migratórios com múltiplos movimentos migratórios, devido o espaço de tempo na investigação ser bem reduzido.

Outro ponto digno de nota refere-se às informações sobre a migração de pessoas nascidas durante o intervalo, que só podem ser obtidas se uma pergunta complementar sobre local de nascimento estiver incluída no questionário do censo demográfico²⁸. A alternativa para esta omissão é a obtenção da informação por métodos indiretos ou a utilização do quesito de última etapa, associado ao tempo de residência atual e a idade da criança, que dará uma informação aproximada sobre as pessoas nascidas durante o intervalo analisado.

As pessoas que residiam em outra localidade cinco anos antes, mesmo tendo migrado para uma outra região “A” e que tenham falecido antes da data de referência do censo

²⁸ Neste caso refere-se ao efeito direto da migração, ou seja, das crianças que nascem no interstício do período de data-fixa e, neste mesmo período migram ou reemigram junto com seus pais e, numa determinada localidade, são recenseados, mas não constam nos dados de data-fixa. Há também o que se chama de efeito indireto da migração, que ocasiona a perda de informações sobre as crianças menores de 5 anos, de pais migrantes de data-fixa, nascidas nos locais de destino dos pais e que lá permaneciam na data do Censo (RIGOTTI, 1999, p. 32).

demográfico também acabam não entrando nas estatísticas da migração, nem são contadas no censo²⁹.

Os movimentos migratórios dos migrantes de data-fixa realizados antes do período não são detectados pelos censos e, durante o intervalo de tempo somente a última etapa migratória é detectada, caso ela tenha ocorrido, perdendo-se toda a mobilidade ocorrida entre a última etapa e o início do intervalo. Ainda sobre as limitações e vantagens, a ONU (1972) avança, apontando que:

Because of its simplicity and specificity, this type of question is considered by some demographers to represent a more worthwhile and useful approach than a question on place of birth or place of last residence, especially if these last two are not accompanied by a question on duration of residence. On the other hand, it can be argued that people have difficulty in recalling where they were living at some arbitrary date in the past and that it is easier for them to recall place of last residence or duration of present residence (ONU, 1972, p. 19)³⁰.

De fato, por experiência, a informação sobre cinco anos no passado pode trazer algumas dificuldades, que o IBGE tentou superar acrescentando, nas instruções dadas aos recenseadores, fatos históricos ou relevantes que marcaram o início do intervalo de tempo dos cinco anos, o que poderia contribuir para reacender a memória do responsável pela prestação das informações ao IBGE. Isto realmente contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade da informação ao longo da coleta, pois os lapsos de memória e a incerteza são normais, principalmente nos locais onde há muita mobilidade da população, informantes mais idosos ou população com baixa escolaridade. Em função destas condições, supõe-se que o quesito de data-fixa seja menos preciso que o lugar de nascimento ou lugar de última residência, pois são informações que estão armazenadas no migrante (nascimento) ou estão frescas na memória (última residência).

Rigotti (2000) analisa o uso dos quesitos censitários para o estudo das migrações e propõe um procedimento, através de técnicas diretas, para a análise dos fluxos e etapas do processo migratório a partir das informações do censo demográfico e destaca as possibilidades de combinações de quesitos de última etapa e de data-fixa. Informa que muitas das restrições impostas pelos quesitos podem ser relativizadas, alertando que os procedimentos metodológicos elencados por ele não devem dispensar a análise contextualizada dos casos mais significativos.

²⁹ No Censo Demográfico de 2010, no questionário da amostra, havia um quadro para enumerar a mortalidade de pessoa moradora do domicílio ocorrida nos últimos doze meses anteriores à data de referência do censo (Bloco 7, Quesitos 7.01 a 7.05). Os dados coletados serviam apenas para a análise de mortalidade e não eram agregados aos dados da população recenseada.

³⁰ Tradução do Autor: “Por causa de sua simplicidade e especificidade, este tipo de questão é considerada por alguns demógrafos representar uma abordagem mais interessante e útil do que uma pergunta sobre o local de nascimento ou local da última residência, especialmente se estas duas últimas não forem acompanhadas por uma pergunta sobre a duração de residência. Por outro lado, pode-se argumentar que as pessoas têm dificuldade em recordar onde eles estavam vivendo em uma data arbitrária no passado e que é mais fácil para eles recordarem o local da última residência ou a duração da residência atual.”.

O quesito de data-fixa, como é atualmente coletado no Brasil, fornece dados sobre dois elementos fundamentais nas análises sobre migração, que é o tempo (cinco anos antes e quando, neste intervalo, fez a migração) e o espaço (município e unidade da federação cinco anos antes). Este quesito combinado com o de “última etapa”³¹ aumentam as possibilidades de análise do processo migratório e do grau de mobilidade da população. Para Rigotti (2000, p. 5), “o tratamento simultâneo da informação de data fixa e última etapa pode revelar aspectos importantes da mobilidade espacial dos migrantes” e “dada a disponibilidade de todos eles, mais produtivo seria usá-los conjuntamente” (RIGOTTI, 1999, p. 36), o que não significa uma tarefa analítica fácil, pois “o tratamento simultâneo das matrizes contendo os dados de última etapa, data fixa e a diferença entre ambas, mostra o quanto é complexa a análise da mobilidade populacional” (RIGOTTI, 1999, p. 128), mas resulta no aprofundamento das diversas dimensões da mobilidade espacial da população. Mais ainda, segundo Rigotti (2008, p. 4) é “necessário adotar certos cuidados com o uso do quesito de data fixa, pois problemas amostrais podem ocorrer, além, evidentemente, do erro de declaração”.

Ao se avaliar os imigrantes de última etapa e os imigrantes de data-fixa será possível determinar a importância da migração de retorno, em função dos volumes observados em cada uma dessas duas modalidades. Quanto maior a diferença entre essas duas modalidades, maior será a importância da migração de retorno para a região, no período analisado (ABEP, 2007). Normalmente, há um maior número de imigrantes de última etapa, do que imigrantes de data-fixa, pois estes estão contidos nos movimentos de última etapa. Já, em relação aos emigrantes de última etapa, é possível que o número seja maior ou menor que o registrado pelos emigrantes de data-fixa e dependerá do número de etapas realizadas pelos emigrantes de data-fixa.

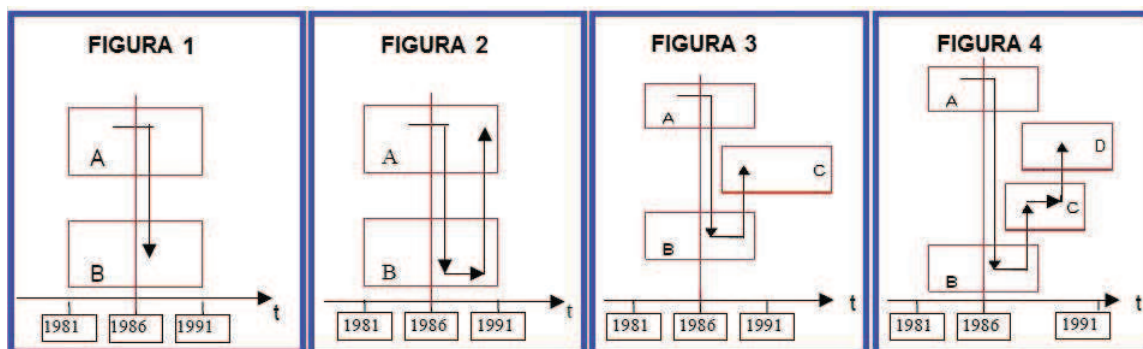
No Diagrama 1.1, são apresentadas algumas possibilidades de movimentos migratórios (Figuras A a D), que combinam os quesitos de data-fixa e “última etapa”, utilizando como base de análise o Censo Demográfico de 1991.

No Diagrama 1.1, Figura 1, a migração de “última etapa” e data-fixa têm a mesma resposta, ou seja, a mesma informação: a localidade “A”. Já no Diagrama 1.1, Figura 2, a migração de “última etapa” tem como resposta a localidade “B” e a data-fixa, “A”. Neste último caso, observa-se uma migração de retorno, chamada de curto prazo. No Diagrama 1.1, Figura 3, há uma terceira localidade envolvida “C”, o que possibilita observar que a migração de última etapa ocorreu em “B” e a data-fixa, em “A”. Verifica-se no Diagrama 1.1, Figura 4, múltiplas etapas migratórias, onde perde-se a informação do movimento realizado em “B”,

³¹ Segundo Rigotti (2000, p. 1), “última etapa” é a denominação dada à combinação dos quesitos “lugar de última residência” com o “tempo de residência”. Esses dois quesitos geralmente são perguntados para aqueles que moram no local onde foi recenseado há menos de 10 anos.

pois a última etapa aparecerá como “C” e a data-fixa, “A”. O mesmo vai acontecer quando observa-se múltiplos destinos intermediários. São estas e outras possibilidades que serão motivo de análise no presente trabalho, no que se refere a data-fixa combinado com “última etapa”.

DIAGRAMA 1.1 – Algumas combinações possíveis de quesito de data-fixa e última etapa – 1991



Fonte: Rigotti (2000, p. 3-4). Modificações do Autor (2014).

Uma das grandes vantagens de uso do quesito de data-fixa, principalmente do censo demográfico brasileiro, é a possibilidade de analisar a mobilidade que ocorre no intervalo dos cinco anos, através da adição das observações dos movimentos de “última etapa”, onde é possível traçar um mapa mais detalhado e profundo da migração e da redistribuição espacial da população.

E para o Censo Demográfico de 1980, que não tinha o quesito de data-fixa, como proceder? Utilizando-se os dados de “última etapa” e fazendo-se um recorte temporal somente com as informações que registraram menos de 5 anos no tempo de residência.

O uso dos dados de migração do Censo Demográfico de 1980 (referente ao quesito sobre o tempo de residência do migrante no local em que foi recenseado, para aqueles que informaram moravam no local há cinco anos ou menos de residência), para obter uma aproximação equivalente aos dados do quesito de data-fixa, ou seja, do período de 1975-1980, que é comum encontrarmos nos levantamentos dos censos demográficos posteriores do Brasil (1991, 2000 e 2010), é um assunto que o Manual VI, da ONU (1972, p. 19), aponta como solução e que renderia informações aproximadas e comparáveis como se fossem informações obtidas a partir de um quesito de data-fixa no passado.

Brito et al. (2004), utilizam-se deste artifício, apesar das limitações explicitadas pelos autores, para fazer uma avaliação teórica das mudanças mais significativas no processo migratório interestadual no Brasil entre 1965-2000, utilizando para os períodos os de 1965-1970 e 1975-1980, as informações referentes ao segundo quinquênio dos dados de migração de última etapa.

Cunha (2005), registra que esse procedimento já é aceito pelos estudiosos, inclusive citando o trabalho de Brito et al. (2004) e informa:

Assim, uma forma de aproximação que vem sendo aceita pelos estudiosos do assunto seria o uso da “última etapa” combinada com o tempo de residência menor de 5 anos. Ou seja, tenta-se com isso delimitar também para o Censo de 1980 um período temporal semelhante ao item “data fixa” coletado em 1991 e 2000 – muito embora se saiba que, por não se tratar de um período exato de tempo, tal comparação fique teoricamente comprometida. Na verdade, ainda que delimitado por um corte temporal, não é possível saber a que período se refere o conjunto de migrantes de “última etapa”, uma vez que estes são enumerados segundo distintos momentos de chegada (dado pelo tempo de residência) (Cunha, 2005, p. 7).

Rigotti (1999, p. 136), pede para se tomar um certo cuidado no uso da informação de última etapa como proxy dos dados de data-fixa, principalmente quando o autor aponta que “quanto maior a diferença entre os imigrantes de retorno pleno e os emigrantes de passagem, dentro de um período considerado, maior será o erro do saldo migratório calculado através deste procedimento”. Portanto, uma análise dessa condição deve ser realizada, objetivando a pertinência do uso desse procedimento e sua validação.

Quem é o imigrante de data-fixa e o emigrante de data-fixa? Conforme apontado por Rigotti (2000, p. 1), “o imigrante não residia na região em estudo na data referente ao início do período (cinco anos atrás), apenas na data final. O emigrante residia na primeira data, mas não na segunda (data do recenseamento)”.

1.3 A escolha do período de referência 1980-2010 para o estudo da migração e da mobilidade residencial da população na Região Metropolitana de São Paulo

Não obstante a abordagem e a discussão em muitos tópicos deste estudo retrocedam e até ultrapassem, nos seus limites, o período 1980-2010, o estabelecimento específico deste período está vinculado à emergência da análise e a necessidade de avanços para o conhecimento da migração na Região Metropolitana de São Paulo e transformações ocorridas no âmbito metropolitano e nacional.

Servirá também para cobrir as lacunas existentes nos estudos de migração desta importante área metropolitana brasileira; em função da disponibilidade de informações censitárias de várias décadas, permitirá o aprofundamento nas explicações dos movimentos migratórios nos espaços metropolitanos paulistas e brasileiros; após a década de 1970 ocorreram grandes transformações sociais e econômicas no país, gerando mudanças na mobilidade espacial da população e trazendo novos desafios para a análise do fenômeno migratório; a necessidade de se observar um período mais longo no tempo, com o objetivo de conseguir maior precisão na análise, conforme reportado por Brito; Rigotti e Campos (2012):

Brito; Rigotti e Campos (2012, p. 6) enfatizam que:

A mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural e, como tal, não se apreende as suas grandes transformações a não ser do ponto de vista histórico. No Brasil, em particular, as migrações internas se constituíram em um dos determinantes estruturais mais importantes da formação das suas sociedade e economia contemporâneas.

A visão retrospectiva de longo prazo do fenômeno migratório possibilitará estabelecer as conexões necessárias para a construção de um arcabouço conceitual que permitirá um melhor entendimento dos processos migratórios e sua diversidade, num contexto demográfico mais amplo, em função da migração ser um fenômeno estruturalmente determinado (OKÓLSKI, 2012, p. 24).

Corroborar também a indicação de Vainer e Brito (2001, p. 4-5) relatando que é possível indicar três grandes períodos e que estes marcos podem ajudar a identificar os principais movimentos e as grandes tendências dominantes que caracterizam a história migratória brasileira, apesar de serem aproximações iniciais. São os períodos “1888 – 1930”, “1930 – 1980” e “1980 em diante” que os autores delimitaram. Para o período “1980 em diante” escrevem:

1980 onwards, period whose major trends are still to be defined but which seems to be dominated by the fall of economic growth rates, by a relative saturation of the absorption capacity at the frontiers and metropolises, by a generalized circulation process of migrant populations, by selective and exclusionary absorption into labor markets and by the introduction of significant international migration³² (VAINER; BRITO, 2001, p. 4).

Apesar de estabelecerem o quadro por períodos, os autores colocam que estão tratando com processos históricos complexos e que esses processos não podem ser escondidos dentro de intervalos marcados por tendências lineares e fundamentadas numa única interpretação.

Patarra (2003), explorando a ideia de tempo e espaço na análise dos movimentos migratórios no Brasil e com uma periodização basicamente econômica aponta que a partir dos anos de 1980 é que há uma intensificação na internacionalização da economia, da globalização e novas territorialidades. Registra a autora:

Há consenso entre os especialistas sobre a constatação de que, a partir dos anos 80, ocorrem acentuadas transformações nos volumes, fluxos e características dos movimentos migratórios no Brasil, sintetizados num menor crescimento das metrópoles, numa maior predominância de migrações a curta distância e intra-regionais, numa incidência acentuada de migrações de retorno- sugerindo uma circularidade de movimentos - , na tendência a um crescimento de cidades de porte

³² 1980 em diante, período cujas tendências principais estão ainda por ser definidas, mas que parecem ser dominadas pela queda das taxas de crescimento econômico, por uma relativa saturação da capacidade de absorção nas fronteiras e metrópoles, por um processo de circulação generalizada das populações migrantes, pela absorção seletiva e excludente nos mercados de trabalho e pela retomada significativa da migração internacional. (Tradução própria)

médio e na configuração generalizada de periferias no entorno dos centros urbanos maiores, nas distintas regiões do país (PATARRA, 2003, p. 27).

Brito et al. (2004, p. 6) também apontam que ao se observar os dados posteriores a 1980, algumas transformações no comportamento das migrações interestaduais são evidentes no Brasil, como o elevado número de emigrantes do Estado de São Paulo e o aumento de imigrantes no Nordeste e Minas Gerais. Outras mudanças observadas foram a redução generalizada dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração e o aumento dos migrantes de retorno, resultado de transformações profundas na sociedade e economia brasileira.

De fato, o período central escolhido neste estudo é marcado por grandes transformações e mudanças nas dinâmicas econômicas e migratórias no cenário nacional e metropolitano e cria possibilidades de análise para o desvendamento desses processos e avanços nos estudos da migração.

Neste período a metrópole teve uma mudança econômica significativa. A metrópole teve outro papel, criando outros vínculos econômicos e passando a exercer novas funções, com a ampliação do setor de serviços, por exemplo. Neste período as forças centrípetas, que explicam o processo de concentração relativa das atividades econômicas na Capital e Região Metropolitana de São Paulo (AZZONI, 1986) e populacional (MARTINE; CAMARGO, 1984; CUNHA; BAENINGER, 1999) se arrefeceram e foram, gradualmente, sendo substituídas por forças centrifugas, no sentido da desconcentração econômica (AZZONI, 1986)³³, que alteraram o processo de desenvolvimento econômico da região e das demais regiões do seu entorno, ao mesmo tempo em que ocorriam também a desconcentração e redistribuição espacial da população, notadamente via migração, inicialmente para a periferia da RMSP (CUNHA, 1994; Martine, 1994) e, depois, seguindo os principais eixos rodoviários de transportes da região em direção ao Interior³⁴ (PACHECO; PATARRA, 1997) e expansão dos espaços da migração (BAENINGER, 1999). Sobre este período, Campolina Diniz e Campolina (2007) relatam:

O ano de 1970 é considerado o pico da concentração industrial na RMSP. Naquele ano, essa região participou com 34% da ocupação e 42% do produto industriais do país (Tabela 1). Embora a década de 1970 tenha sido um período de elevado crescimento econômico no Brasil, tendo a própria RMSP se beneficiado deste crescimento, começou a ocorrer um processo de reversão desta concentração, com o crescimento de outras regiões metropolitanas e de outras cidades e regiões do país,

³³ O autor aponta para um espraiamento da indústria numa área mais ampliada da região, que atinge um raio de 100/150 km a partir da Capital. Esse fenômeno o autor conceitua como “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1986, p. 221).

³⁴ Cunha (1987, p. 106), analisando as informações do Censo Demográfico de 1980, já apontava na década de 1970 o surgimento de novos pólos de concentração demográfica no interior do Estado de São Paulo, em especial a região de Campinas e o aumento do volume de emigração da RMSP para áreas vizinhas.

coerente com o processo de reversão da polarização industrial e expansão da rede urbano-industrial (DINIZ, 1993). Em 1980 o peso da RMSP havia caído para, respectivamente, 29% da ocupação e 33% do produto industriais (CAMPOLINA DINIZ; CAMPOLINA, 2007, p. 28).

A crise econômica que se instalou no Brasil na década de 1980, relatada também por Cano (2011)³⁵ de “década perdida”³⁶, também impactou a RMSP, com a queda de um terço da ocupação no emprego industrial entre 1985 e 2005 (CAMPOLINA DINIZ; CAMPOLINA, 2007, p. 40), refletindo diretamente nos fluxos migratórios, alterando suas características e criando novas tendências na redistribuição espacial da população, notadamente a partir dos anos de 1980 (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 445).

A migração de retorno da RMSP, principalmente para a Região Nordeste, se intensifica na década de 1980, em função desta crise e da reestruturação produtiva, com a indústria diminuindo o seu peso relativo na Capital e RMSP (PACHECO; PATARRA, 1997, p. 460).

A RMSP tem um novo papel nesse novo quadro econômico em relação à migração, tanto como área ainda receptora de novos e velhos tipos de migrantes, quanto como área expulsora de população nessa nova entrada de século XXI, mas com outros significados e contando que a população nem sempre migra seguindo as correntes econômicas (MATOS, 1995, p. 54), o que dificulta ainda mais o entendimento e significado da migração.

A RMSP vive um novo ciclo, onde aquela sociedade tipicamente industrial ficou no passado, não existindo também aquele excedente populacional extraordinário que alimentou essa sociedade. Há uma nova estrutura populacional, dentro de um novo Brasil, dentro de uma nova economia, com uma cadeia produtiva mais desconcentrada, com uma população sob o prisma de uma nova perspectiva em termos de opções e desejos migratórios, atuando em paralelo às pressões sociais e desigualdades ainda persistentes.

Esses novos movimentos migratórios estão ligados às transformações sociais, econômicas e políticas em curso no país, com novas direções, novos significados e ligadas a um ambiente mais global. São transformações que desembocaram na globalização das atividades econômicas e na reestruturação produtiva, que envolvem as grandes cidades como São Paulo, por exemplo, como apontado por Sassen (2005).

Além das justificativas apontadas anteriormente é importante ressaltar que este trabalho é um desdobramento e está inserido dentro de um grande projeto do “Observatório

³⁵ Neste texto o autor, a partir de fatos políticos, econômicos e demográficos marcantes, estabelece uma periodização entre 1980-2010, seccionando-o em três partes: o da década de 1980; o do período 1989-2003 e o de 2003-2010 (CANO, 2011, p. 34).

³⁶ “Como se sabe a CEPAL cunhou a expressão “década perdida” para designar os anos 80, referindo-se ao marcante retrocesso que caracterizou o desenvolvimento latino-americano nesse período. O comportamento da renda per capita ilustra, de maneira sintética, o significado de tal expressão: até 1989, era equivalente ao que já se havia alcançado na região treze anos antes (RODRIGUEZ et al., 1995, p. 79).

das Migrações em São Paulo”³⁷, fase 1 e fase 2, na Linha Temática II – Migrações internas e internacionais contemporâneas em São Paulo, cuja periodização relativa a este trabalho está definida de 1980-2010, que tem por objetivo analisar as fases e faces da migração em São Paulo, centralizando esforços nos diferentes fluxos migratórios, distintas modalidades de deslocamentos populacionais, em diferentes momentos da história. Visa ainda o entendimento das migrações em uma perspectiva histórica, seus impactos e consequências para a reflexão contemporânea.

Para Cunha (2012), nos censos demográficos mais recentes, há muitas oportunidades oferecidas, em função das possibilidades de cruzamentos de inúmeros quesitos e mais ainda:

Como já mencionado, é consenso entre os estudiosos do tema que os Censos Demográficos brasileiros, principalmente os quatro últimos (1980, 1991, 2000 e 2010), apresentam grandes potencialidades em termos da análise do fenômeno migratório. Além da representatividade e alcance espacial característicos destes levantamentos, tais Censos dispõem de grande número de itens especificamente voltados para apreender diferentes facetas do fenômeno, destacando-se aqueles que permitem estabelecer fluxos migratórios a partir da identificação do município de residência prévia Cunha (2012, p. 39).

Como apontado por Pacheco e Patarra (1997, p. 453), mais do que ficar na aparência do fenômeno, é necessário aprofundar o conhecimento sobre as mudanças sociais e suas dimensões estruturais, com o objetivo de ir além do descritivo. Para este aprofundamento, é necessário um período mais longo, onde será possível observar essas mudanças que ocorreram na sociedade e que determinaram inúmeras transformações no quadro migratório a partir da década de 1980.

1.4 Índice de Eficácia Migratória – IEM: as raízes e o seu uso

Segundo o Manual VI, da ONU (1972, p. 48), a migração interna contribui na redistribuição da população e, para medir a redistribuição³⁸, através da migração, é importante usar algum índice que não apresente risco ou fragilidade, principalmente, na análise comparativa e retrospectiva. O índice deve permitir comparações e refletir as variações possíveis na intensidade do fenômeno. Um índice, entre os vários índices de análise de redistribuição populacional sugeridos pelo Manual VI, é o índice de eficácia, que mede a eficácia da migração interna como um processo de redistribuição de população. Com este

³⁷ O projeto “Observatório das Migrações em São Paulo”, do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” (Nepo-Unicamp), coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger, desenvolve estudo que está dividido em duas linhas temáticas (I – Migrações internas e internacionais na formação social paulista: uma perspectiva histórica e II – Migrações internas e internacionais contemporâneas em São Paulo), com oito estudos em cada linha temática, no período que compreende o final do século 19 até a primeira década do século 21 (1880-2010), cuja periodização está definida em três momentos: 1880-1945, pós-guerra 1947-1980 e 1980-2010.

³⁸ A análise da redistribuição da população vai além de saber se uma área ganhou ou perdeu população, pois o resultado nas trocas migratórias, de uma determinada localidade, pode dar como resultado zero, mas mudar significativamente a composição e a estrutura da população dessa localidade.

índice é possível obter-se o padrão de redistribuição da população e seu direcionamento, além de capturar melhor as mudanças nos padrões de fluxos populacionais em relação ao tempo e espaço.

O índice de eficácia foi usado e definido pela primeira vez por Thomas (1941, p. 288-303), que queria ir além de indicar apenas a magnitude do volume envolvido na migração numa determinada localidade e as estreitas margens de perdas ou ganhos, ou seja, a migração líquida, que era derivada desses volumes. A autora queria responder a duas perguntas sobre mobilidade populacional, num estudo de mudanças de longo prazo da migração na Suécia, sendo que a primeira delas envolvia o uso do índice de eficácia³⁹ e a segunda responderia dúvidas sobre os níveis e padrões de mobilidade:

- 1) Quanto do total do movimento interno é eficaz do ponto de vista da mudança quantitativa?⁴⁰
- 2) O quanto, em relação à população, é isso compensado pelo movimento de ir e vir, que nós definimos como mobilidade da população?⁴¹

Posteriormente Shryock (1959, p. 685-694) e (1964, p. 285-294), concordando e corroborando com Thomas (1941), sobre a relação desproporcional entre a migração líquida, geralmente muito pequena, e os grandes volumes observados na migração de uma área, coloca que a razão entre a migração líquida e a migração bruta deve ser considerada para medir a eficácia da migração interna, ampliando a aplicação do referido índice. Shryock estudava, na ocasião, os movimentos migratórios internos dos Estados Unidos.

O Índice de Eficácia Migratória – IEM, também chamado por alguns estudiosos do tema de “Eficácia Demográfica da Migração”⁴², é uma medida sintética de impacto e potencialidade da migração⁴³, que é a razão entre o saldo migratório, isto é, o total de imigrantes (I) menos o total de emigrantes (E) – chamado também de migração líquida, e o volume total de migrantes (imigrantes mais emigrantes – chamado também de migração

³⁹ Thomas (1941, 291), para retratar a “effectiveness of the internal migration”, a autora usou inicialmente dois termos “Uncompensated migration” e “Compensated migration”, sendo o primeiro termo correspondente ao percentual da migração líquida sobre a migração bruta e o segundo, refere-se ao percentual de imigração ou emigração sobre a migração bruta (o valor que for menor), multiplicado por dois. De acordo com o exposto por Thomas, a “migração não compensada” seria o Índice de Eficácia Migratória, conforme utilizamos nos dias de hoje e o resultado pode variar, em termos percentuais, de -100 a 100 ou de 0 (zero) a 100, conforme a unidade espacial de análise. Mas quem cunhou o termo “Índice de Eficácia Migratória” foi Shryock (1964).

⁴⁰ No original: “(1) How much of the total internal movement is effective from the point of view of quantitative change?” (THOMAS, 1941, p. 288).

⁴¹ No original: “(2) How great, in proportion to the population, is that compensated back-and-forth movement which we define as population mobility?” (THOMAS, 1941, p. 288).

⁴² “Demographic Effectiveness of Migration”, dada por Plane (1984, 1992, 1994), Barua (1987); Kirsch (1991, 1993); Rogers e Hemez-Descryve (1993); Plane e Rogerson (1994); Plane e Mulligan (1997); Henrie (2004) e Plane et al. (2005).

⁴³ O IEM é considerado também uma medida estatística padronizada, baseada em informações sobre a migração, com fins comparativos e de avaliação. Como medida geral temos que valores dos índices mais elevados indicam que a migração é um mecanismo importante na redistribuição espacial da população, enquanto valores baixos indicam que estes fluxos são mais equilibrados e, portanto, têm menos impacto na distribuição da população.

bruta⁴⁴), de uma determinada área territorial analisada ou localidade, cujo resultado varia no intervalo de -100 a 100, segundo fórmula de Thomas (1941). Basicamente o que o IEM mede é a diferença relativa entre a adição ou perda efetiva por meio da migração num determinado período de tempo bem definido e num determinado espaço geográfico, mas a sua interpretação ao longo do tempo revela muito além disto.

As duas equações, segundo Thomas (1941, p. 291), que responderiam à questão número 1, são:

Cálculo da Migração Compensada (Compensated Migration)	
Equação "A"	
Migração Compensada	$= \frac{\text{Imigrantes}}{\text{Imigrantes} + \text{Emigrantes}} \times 100 \times 2$
ou	
Migração Compensada	$= \frac{\text{Emigrantes}}{\text{Imigrantes} + \text{Emigrantes}} \times 100 \times 2$
Observação: Pegar como resultado o valor que for menor Fonte: Thomas (1941, p. 291)	

Cálculo da Migração Não Compensada (Uncompensated Migration)	
Equação "B"	
Migração Não Compensada	$= \frac{\text{Imigrantes} - \text{Emigrantes}}{\text{Imigrantes} + \text{Emigrantes}} \times 100$
Fonte: Thomas (1941, p. 291)	

Já, segundo a ONU (1972, p. 49), a equação para o cálculo do índice de eficácia, para uma determinada área, seria escrita desta forma:

Cálculo do Índice de Eficácia - Manual VI, da ONU	
Índice de Eficácia	$= \frac{ \text{Imigrantes} - \text{Emigrantes} }{\text{Imigrantes} + \text{Emigrantes}} \times k$
onde k = constante, normalmente 100 ou 1000.	
Fonte: ONU (Manual VI, 1972, p. 49)	

Para Kirsch (1993, p. 61), o índice de eficácia migratória fornece uma imagem generalizada do processo em curso de redistribuição da população e de tendência, especialmente quando analisado no médio e longo prazos, através de uma série de registros no

⁴⁴ Do ponto de vista demográfico, a migração bruta revela o dinamismo e a força dos movimentos populacionais, enquanto a migração líquida revela a dinâmica da evolução das mudanças na área estudada.

tempo. A redistribuição ocorre quando o tamanho dos fluxos de entrada para uma determinada região difere do tamanho das saídas (SANDER; VOBECKA, 2012, p. 13). Para Barua (1987, p. 4), o Índice de Eficácia Migratória é uma medida que consegue, de forma objetiva, mostrar o grau de equilíbrio ou desequilíbrio de um “sistema migratório” e a transição de um estágio para outro. Este autor sugere, ainda, que este índice seja usado como índice de transição da mobilidade, além da função já consagrada de indicador da redistribuição de população. Este último posicionamento de Barua nos remete à proposta de Zelinsky (1971), sobre os padrões de migração interna, que mudam de acordo com os estágios de desenvolvimento econômico atingidos.

Quando analisado de forma mais global e por regiões, o IEM também dá uma visão dos papéis desempenhados pelas regiões estudadas na redistribuição da população, mostrando as contribuições de cada região na reorganização espacial da população e suas mudanças ao longo do tempo. Altos valores do IEM mostram uma grande capacidade de redistribuição líquida da população em relação ao total da migração observada, bem como alta eficácia migratória (MILLER, 1997, p. 40).

O resultado do IEM também é fortemente influenciado pelo intervalo de tempo utilizado na análise da redistribuição da população, pois há uma tendência de aumento dos valores obtidos no IEM à medida que se aumenta o intervalo de tempo de estudo do fenômeno migratório, ou seja, a uma correlação positiva entre o intervalo de tempo e o resultado do IEM. Dados de migração de data-fixa de cinco anos, provavelmente, resultarão em um IEM inferior a um IEM obtido para todos os migrantes acumulados - “life time migrants”, significando que a migração é mais eficaz à medida que o tempo de permanência do migrante aumenta (ONU, 2013, p. 17). O IEM também é sensível às variações nos níveis dos espaços geográficos analisados (municípios, regiões, estados, grande regiões ou países).

No cálculo do Índice de Eficácia Migratória, entre as diversas áreas ou divisões político-administrativas, cada área envolvida recebe o mesmo peso, independentemente do número de migrantes envolvidos nesses movimentos analisados. O índice também pode ser calculado para avaliar a eficácia na redistribuição em relação às características sócio-demográficas dos migrantes. O cálculo do índice também pode ser feito por áreas, aos pares, ou para o conjunto de áreas de forma global (SHRYOCK, 1959, p. 690).

Ressalta-se ainda que, com o IEM é possível a comparação e avaliação da condição migratória de unidades territoriais (municípios, estados, regiões e países), independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração. O que significa também, que o índice de eficácia pode dar resultados idênticos, independentemente dos volumes envolvidos nos fluxos, isto é, volumes pequenos ou grandes podem resultar num mesmo IEM.

Para Rowland (1978, p. 102) o IEM deve ser usado com outros índices para aferir a importância relativa da migração interna como um processo de mudanças ou como um mecanismo de equilíbrio de população. Segundo Barua (1987, p. 28), alterações significativas, ao longo do tempo, no IEM podem ser resultados de mudanças nas variáveis socioeconômicas na área de origem e ou destino, que podem estar influenciando o processo migratório.

Para Lee (1966, p. 55-56), a eficácia migratória é alta se os principais fatores no desenvolvimento de um fluxo de migração forem fatores negativos na origem. Segundo o mesmo autor a eficácia migratória tende a ser baixa quando os locais de partidas e chegadas são similares, porque a migração se dá, em ambos os fluxos, pelos mesmos motivos. Coloca ainda, que a eficiência dos fluxos migratórios será alta se os obstáculos intervenientes forem grandes – o poder da superação. E que a eficiência de um fluxo migratório varia de acordo com as condições econômicas, sendo elevada em tempos de prosperidade e baixa em tempos de depressão e, quando ocorre a migração de retorno, acontece com maior intensidade.

De forma mais ampla, o declínio do índice de eficácia migratória pode refletir a redução das desigualdades de oportunidades econômicas entre as regiões do país (SHRYOCK, 1964, p. 289).

Para Henrie (2004, p. 21), a eficácia migratória, geralmente quando é baixa, é resultado de arranjos estabelecidos por atividades econômicas, com fluxos e contra-fluxos praticamente se anulando. Ao contrário, quando a eficácia é alta e instável, esses fluxos são forçados durante os tempos de mudança econômica e social e com novos canais de redistribuição de população surgindo. Durante esses períodos de mudanças estruturais aparecem novos regimes de migração. Diferentemente do colocado por Lee (1966), Henrie (2004, p. 22) acredita que a eficácia migratória pode aumentar durante períodos de recessão, quando as pessoas deixam áreas em declínio econômico, em busca de áreas onde possam suportar as dificuldades econômicas e, quando há uma melhora na economia nacional, os diferenciais de oportunidade econômicas entre as regiões diminuem e, conseqüentemente, diminui também a eficácia do sistema de migração.

Apesar de datado, parece que o posicionamento de Henrie (2004), em relação ao de Lee (1966), reflete melhor as modificações ocorridas na migração no início do século XXI, onde há a convivência de fluxos de alta eficácia, que é resultado de condições econômicas diversas, tanto positivas, quanto negativas, mas preferencialmente muito dependente da estrutura e composição populacional no local de origem, de seu passado migratório e de suas conexões históricas entre os locais de origem e destino. A migração de retorno, por exemplo, pode ser também resultado de forças econômicas negativas atuando em ambas as áreas de origem e destino, que pode apresentar uma eficácia migratória surpreendente. Há de se

observar que existem muitas combinações de condições sociais e econômicas que resultam num mesmo IEM e, torna-se muito importante investigar, no tempo e espaço, os fluxos migratórios e a sua correlação com esses fatores socioeconômicos.

Segundo Barua (1987, p. 28), é preferível o uso do Índice de Eficácia Migratória à “Taxa de Migração Líquida”, uma vez que esta é calculada usando, no denominador, a população da área estudada e pode dar resultados altos mesmo para áreas com pouca atração migratória, em função do pequeno efetivo populacional da área. Além disto, o resultado da taxa de migração líquida é ambíguo e frágil, pois deriva de resultado da subtração de uma probabilidade (taxa de emigração), de uma medida de prevalência (taxa de imigração), o que dificulta sua interpretação e uso na mobilidade populacional, além de camuflar importantes aspectos ligados à migração (ROGERS, 1990, p. 283-285).

Barua (1987, p. 52-53), coloca que é possível fazer algumas generalizações sobre o IEM:

a) O IEM vai depender do estágio de desenvolvimento do país, alertando que países em desenvolvimento, como a Índia, por exemplo vão apresentar IEM global alto, mas regionalmente o IEM apresentará muita variação, em função dos desequilíbrios e dos estágios de desenvolvimento regionais;

b) Durante a fase inicial de desenvolvimento, o desequilíbrio regional se perpetua por muito tempo, resultando no aumento do IEM global e maiores variações no IEM regionais;

c) Com o desenvolvimento econômico e industrial ampliado e convergência regional no crescimento, tende a ocorrer um aumento da mobilidade populacional e, conseqüentemente, uma redução gradual do IEM, tanto geral, quanto regional, mas registra que fatores externos podem interromper este processo apenas no curto prazo e que, no longo prazo, o processo de mudança acaba acontecendo;

d) O declínio do IEM global continua até que estabilize num patamar próximo de 10% ou menos. Neste ponto, mudança significativa na organização econômica do país, chamado de “pós-industrialismo”, causará instabilidade de novo no sistema de migração e o IEM global poderá subir novamente até que forças de equilíbrio farão o IEM ceder. O IEM global, nesta nova fase, muito dificilmente atingirá os altos valores alcançados no estágio econômico anterior, da industrialização.

Após a consagração do uso e aplicação do Índice de Eficácia Migratória (IEM), ele pode ser calculado para uma variedade de níveis geográficos, como segue⁴⁵:

⁴⁵ Shryock (1959, p. 691), sugere que o IEM seja calculado e analisado apenas quando a migração bruta (imigração + emigração) alcançar pelo menos 500 migrantes, independentemente se a análise é sobre uma característica da população, sub-grupo populacional ou sobre uma determinada área. Ele levou em consideração,

a) Para uma área específica “i” isoladamente, conforme proposto inicialmente por Thomas (1941, p. 291), equivalente a migração não compensada:

$$IEM_i = \frac{(I_i - E_i)}{(I_i + E_i)} \times 100$$

onde : IEM_i é o Índice de Eficácia Migratória da área “i”;
 I_i é a imigração bruta para a área “i”;
 E_i é a emigração bruta da área “i”;
 resultado : IEM_i variando de -100 a 100 ► $(-100 \leq IEM_i \leq 100)$.

b) Para um par de áreas específicas “i” e “j”, conforme proposto por Shryock (1959, p. 690):

$$IEM_{ij} = \frac{(I_{ij} - E_{ji})}{(I_{ij} + E_{ji})} \times 100$$

onde : IEM_{ij} é o Índice de Eficácia Migratória da área “i” em relação a área “j”;
 I_{ij} é a imigração bruta para a área “i” da área “j”;
 E_{ji} é a emigração bruta da área “i” para a área “j”;
 resultado : IEM_{ij} variando de -100 a 100 ► $(-100 \leq IEM_{ij} \leq 100)$.

c) Para o País como um sistema global ou região delimitada, com “N” sub-regiões ou estados, conforme proposto por Shryock (1959, p. 691):

$$IEM = \frac{\sum_{k=1}^N |I_k - E_k|}{\sum_{k=1}^N (I_k + E_k)} \times 100$$

onde : IEM é o Índice de Eficácia Migratória do País ou Região estudada;
 I_k é a imigração bruta para a unidade espacial “k”;
 E_k é a emigração bruta da unidade espacial “k”;
 N é o número de unidades espaciais;
 resultado : IEM variando de 0 a 100 ► $(0 \leq IEM \leq 100)$.

nesta tomada de decisão, que os dados sobre mobilidade foram coletados, no censo demográfico de 1950 dos Estados Unidos, por amostragem equivalente a 20% das pessoas recenseadas (SHRYOCK, 1964, p. 41).

Por convenção, todos os resultados do Índice de Eficácia Migratória são expressos em percentuais. Para os itens A e B, os valores do IEM variam de -100 a 100 e para o item C, o IEM variam de 0 a 100, pois os dados da migração líquida são tratados por módulos. Quando o resultado obtido for exatamente um dos valores extremos, isto é, -100 ou 100, significa que a migração ocorre apenas numa única direção, ou seja, somente ocorre imigração, quando o índice for 100 ou somente emigração, quando for -100 e, nestes casos, não há contra-fluxos.

Apesar de óbvio, é importante registrar que não existe um padrão de resultado ideal de eficácia migratória e o dado obtido deve ser analisado em conjunto com as questões políticas, de ambiente, sociais e econômicas que tangenciam e suportam a migração.

Nesta fórmula, quanto mais próximo do valor 100, maior a capacidade aparente de absorção de população. Ao contrário, quando o indicador for próximo do valor -100, significa uma maior evasão populacional, e em torno de zero há um indicativo de entradas e saídas com fluxos bastante próximos, o que aponta para um equilíbrio entre os volumes totais de imigrantes e emigrantes. Quando isto acontece, isto é, do resultado do IEM ficar próximo de zero e ocorrer certa neutralização entre os fluxos de entradas e saídas, essa neutralização é apenas numérica, pois dependendo das características dos fluxos envolvidos nesses movimentos, podem ocorrer mudanças sociais, demográficas e econômicas significativas nos locais de origem e destino e, principalmente, alterar a composição das populações envolvidas.

Conforme alertado por Shryock (1959, p. 685), uma baixa eficácia para o total da migração pode estar acompanhada de uma alta eficácia migratória para um determinado subgrupo da população envolvido nessa migração, para um grupo ocupacional específico, um grupo de certa idade e até mesmo de uma condição marital. A investigação tem que ir além do dado bruto do índice de eficácia, que pode camuflar parte interessante e importante da migração. O uso do IEM “específico” pode ajudar no entendimento destes diferenciais que ficam “camuflados” no IEM “global”.

Considerando que este índice é capaz de ampliar o entendimento de “origem/destino”, possibilitando redefinir as áreas onde se processam os fluxos migratórios. O IEM não é um indicador estático, mas dinâmico, pois possibilita ver essas duas faces. Com o IEM são possíveis as comparações e avaliações da condição, capacidade e potencialidade migratória de e entre unidades territoriais (municípios, estados, regiões e país), independentemente do volume absoluto da imigração e da emigração, como estudos nacionais já realizados (CUNHA, 1994; BAENINGER, 1999; 2008; 2012; RIPPEL, 2005; BAENINGER; BRITO; AZEVEDO, 2006; BRAGA; LIMA, 2009; 2010; OLIVEIRA et al., 2011; CUNHA, 2012; BRITO; RIGOTTI; CAMPOS, 2012).

A partir da proposta feita inicialmente por Thomas (1941) e de vários outros estudos, o IEM ganhou robustez e passou a ser utilizado nos estudos de migração de forma mais freqüente. Conforme Bell et al. (2002, p. 457), o **índice de eficácia migratória**, como é aplicado atualmente, recebeu este nome e foi proposto pela primeira vez, com esta denominação, por Shryock (1964, p. 285)⁴⁶ e depois em Shryock et al. (1971, v. 2, p. 656) e representa uma extensão da **razão da eficácia migratória** desenvolvida para regiões por Thomas (1941). Ainda segundo Bell et al. (2002, p. 457), esse índice é um esforço para indicar em que medida a migração atua para transformar o padrão de redistribuição da população, principalmente mais recentemente onde a migração é o mecanismo predominante que leva à redistribuição da população:

Although spatial variations in fertility and mortality persist to varying degrees, in most developed countries internal migration, together with immigration from overseas, is now the predominant mechanism leading to the redistribution of population. Descriptive studies of the effect of migration generally focus on the patterns of net gain and loss in regions and localities. For cross-national comparisons, however, measures are needed that summarize the overall effect of migration in redistributing a population across the entire system of regions. Two suitable candidates are the migration effectiveness index (MEI) and the aggregate net migration rate (ANMR) (BELL et al., 2002, p. 457).

Conforme apontado por Bell (2000, p. 8), sobre a pobreza da intensidade da migração em representar o impacto sobre a redistribuição da população, o autor argumenta que nem sempre grandes volumes na migração vão apresentar mudanças significativas na redistribuição da população e, ao contrário, pequenos volumes na migração podem ter um impacto grande na redistribuição, em função dos volumes observados nos fluxos e contra-fluxos migratórios serem ou não fortemente assimétricos. O IEM, apesar de ser independente da intensidade da migração, quando combinado com esta, representa mais fielmente o nível de redistribuição da população.

Quanto mais próximo de zero esse índice estiver, menor será a eficácia da migração na redistribuição da população e a área analisada está funcionando apenas como área de reposição de população⁴⁷ e os movimentos são bidirecionais. Além disto, o uso do índice para comparações entre localidades levanta alguns problemas potenciais, sendo o mais significativo a sua sensibilidade para o nível de desagregação espacial. Isto pode acontecer, por exemplo, ao analisar-se uma região em que um grupo de municípios tem características

⁴⁶ Conforme consulta em profundidade, Henry Shryock Júnior apresentou o IEM pela primeira vez na Conferência Internacional sobre População da IUSSP, em 1959, em Viena, na Áustria, com o texto "The Efficiency of Internal Migration in The United States", p. 685-694, mas só em 1964, num novo texto sobre o mesmo tema, trocou o termo Efficiency por Effectiveness.

⁴⁷ Isto acontece quando o total de imigrantes de uma área é igual ao total de emigrantes dessa mesma área. O indicador que sintetiza o número de entradas de migrantes em relação ao número de saídas é o Índice de Reposição Populacional (IRP), que é expresso por $IRP_i = (\text{total de imigrantes}_i / \text{total de emigrantes}_i)$, para a área "i". Neste caso, IRP_i é igual a 1.

expulsoras e o município principal desta região exerce forte atração de migrantes, concentrando parte considerável da migração, com forte migração líquida positiva. Neste caso o município principal, analisado separadamente, apresentará um IEM elevado, enquanto o IEM da região pode resultar num valor próximo de zero, escondendo uma característica importante de polarização da migração. Desta forma, ao analisar-se uma região de forma global, é necessária também uma análise em separado dos municípios que a compõe ou em outra forma em menor nível de desagregação que os dados permitirem.

Por exemplo, com o IEM podemos comparar os resultados obtidos para municípios, regiões metropolitanas, estados e grandes regiões e verificarmos qual unidade espacial registra o maior valor do IEM, independentemente do sentido da migração e com isto determinar que nessa unidade espacial a migração parece ser mais eficiente como um mecanismo de redistribuição da população. Os resultados do IEM são mais consistentes quando o intervalo de observação da migração é igual ou superior a cinco anos (BELL et al., 2002, p. 458), como no caso dos dados censitários de migração de data-fixa usados neste estudo.

O índice calculado aqui neste estudo não usa a conversão do resultado em porcentagem, isto é, multiplicado pela constante 100, como proposto por Shryock et al. (1971, v. 2, p. 656) e sugerido por ONU (1972, p. 49), mas multiplicado apenas pela constante 1, seguindo a escola brasileira de análise da migração (CUNHA, 1994; BAENINGER, 1999; 2008; BRAGA; LIMA, 2009; CUNHA, 2012; CUNHA et al., 2004). Visa também manter o diálogo e discussão com estes autores e os conceitos já estabelecidos com a utilização do IEM. Em relação à Shryock et al. (1971) e ONU (1972), o valor obtido do IEM se diferenciará apenas na grandeza do valor, mas não terá implicações em termos analíticos.

Para a realização da análise desse índice foram utilizadas a classificação, as tipologias e sete subdivisões conforme estabelecidas por Baeninger (1999; 2000) e modificadas por Baeninger (2008). A classificação inicial proposta por Baeninger (1999), conforme Quadro 1.15, era: área de forte evasão migratória (-1,00 a -0,51); área de média evasão migratória (-0,50 a -0,30); área de baixa evasão migratória (-0,29 a -0,01); área de rotatividade migratória (0,00 a 0,09); área de baixa absorção migratória (0,10 a 0,29); área de média absorção migratória (0,30 a 0,50) e área de forte absorção migratória (0,51 a 1,00), na análise da migração interestadual, intra-regional e inter-regional⁴⁸.

⁴⁸ Nas análises da migração do Estado de São Paulo Baeninger redefiniu os cortes para classificação dos Índices de Eficácia Migratória, diferentemente dos valores usados para o contexto nacional, sendo: superior a 0,30 – áreas de forte absorção migratória; de 0,30 a 0,20 – áreas de média absorção migratória; de 0,19 a 0,10 – áreas de baixa absorção migratória e IEM menor que 0,10 – áreas de rotatividade migratória.

Quadro 1.15 - Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM) por Baeninger (1999)

Classes do Índice de Eficácia Migratória	Classificação da Potencialidade Migratória
-0,51 a -1,00	Área de Forte Evasão Migratória
-0,30 a -0,50	Área de Média Evasão Migratória
-0,01 a -0,29	Área de Baixa Evasão Migratória
0,00 a 0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de Baixa Absorção Migratória
0,30 a 0,50	Área de Média Absorção Migratória
0,51 a 1,00	Área de Forte Absorção Migratória

Fonte: Baeninger (1999, p. 10).

Os conceitos aplicados nas análises de Baeninger (1999), de evasão, rotatividade e absorção, para o IEM estavam atrelados ao histórico dos padrões de migração analisados nas décadas de 1980 e 1990.

Posteriormente Baeninger (2008), em função das significativas alterações na distribuição da migração nacional e melhor entendimento das migrações internas, fez a proposta de alteração nos valores de cortes nas três subdivisões centrais do índice e substituição de conceitos historicamente datados (os conceitos de áreas de evasão e áreas de absorção), apontando que as áreas podem ser consideradas, no início do século XXI, como de retenção migratória se apresentarem IEM superior a 0,12 e consideradas de perdas migratórias se apresentarem IEM inferior a -0,12 (vide Quadro 1.16), dentro de um novo quadro na distribuição da migração nacional.

Essa substituição nos conceitos se deve a uma modificação na migração, pois o fenômeno de décadas passadas não é o mesmo que se observa atualmente e, se no passado, as classes do IEM eram coisas bem separadas, agora as fronteiras entre os conceitos são mais tênues.

Quadro 1.16 - Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM) por Baeninger (2008)

Classes do Índice de Eficácia Migratória	Classificação da Potencialidade Migratória
-0,51 a -1,00	Área de Forte Perda Migratória
-0,30 a -0,50	Área de Média Perda Migratória
-0,13 a -0,29	Área de Baixa Perda Migratória
0,12 a -0,12	Área de rotatividade migratória
0,13 a 0,29	Área de Baixa Retenção Migratória
0,30 a 0,50	Área de Média Retenção Migratória
0,51 a 1,00	Área de Forte Retenção Migratória

Fonte: Baeninger (2008, pp. 13 e 15).

Braga e Lima (2009) apresentam uma proposta metodológica de identificação e classificação dos municípios brasileiros segundo quatro categorias de tendência migratória, numa tentativa de reconhecer o comportamento migratório e visando compreender a

articulação entre a migração e sistemas urbanos à semelhança do IEM. Utilizando os dados de migração de data-fixa 1995-2000, do Censo Demográfico de 2000 e avaliando o saldo migratório, conjuntamente com a taxa líquida de migração acabam diferenciando os municípios em três categorias inicialmente: Atração, Repulsão e Saldo Neutro. De posse destas três categorias, num segundo processamento analítico, criam duas subcategorias para os municípios com Saldo Neutro: Rotatividade Migratória e Baixa Migração. Posteriormente, utilizando a mesma metodologia de Baeninger (2008), os autores fazem uma comparação de resultados das duas metodologias e concluem que os resultados, utilizando as duas técnicas, para os municípios brasileiros são muitos semelhantes.

No Quadro 1.17 são apresentadas as categorias e metodologias utilizadas pelos autores nessa metodologia e equivalência pelo IEM. Os autores cometem um equívoco nessa comparação, pois por trás das classes identificadas por Baeninger (2008) há um conjunto de conceitos e não apenas uma conta de chegada para dar validade a uma metodologia de identificação.

Uma questão que os autores colocam e até de certo modo um problema associado a este tipo de metodologia é a definição dos pontos de corte para limitar as categorias (BRAGA; LIMA, 2009, p. 8). Os cortes, pela metodologia dos autores, são arbitrários e não apresentam um fundamento teórico que sustentam as escolhas, tanto no que se refere ao saldo migratório e taxa líquida de migração, quanto à média de migrantes e percentuais de migrantes na população.

Quadro 1.17 - Categorização dos municípios segundo proposta de Braga e Lima (2009) e equivalência pelo Índice de Eficácia Migratória - IEM de Baeninger (2008)

Categorias de Lugares	Metodologia de Braga e Lima (2009)	Equivalência pelo IEM (Baeninger, 2008)
Atração Migratória	Saldo Migratório maior que 2.000, ou Taxa Líquida de Migração maior que 2%	0,12 < IEM ≤ 1,00
Rotatividade Migratória	Saldo Migratório entre -2.000 e 2.000 Taxa Líquida de Migração entre 2% e -2% Média do número de emigrantes e imigrantes maior que 2.000 Média do percentual de imigrantes e emigrantes na população total maior que 6,11%	-0,12 ≤ IEM ≤ 0,12
Baixa Migração	Saldo Migratório entre -2.000 e 2.000 Taxa Líquida de Migração entre 2% e -2% Média do número de emigrantes e imigrantes menor que 2.000 Média do percentual de imigrantes e emigrantes na população total menor que 6,11%	Não identificado pelo IEM
Repulsão Migratória	Saldo Migratório menor que -2.000, ou Taxa Líquida de Migração menor que -2%	-1,00 ≤ IEM < -0,12

Fonte: Braga e Lima, 2009, pp. 11 e 19.

Rowland (1978, p. 102), numa avaliação das funções da migração interna para manter ou mudar o padrão de ocupação, aponta que numa área onde o índice de eficácia migratória seja superior a 20%, ou seja, fora do intervalo de -0,20 a 0,20 está ocorrendo uma redistribuição de população, isto é, é uma área de perda populacional ou de ganho de população, conforme o sentido do resultado do índice (negativo ou positivo, respectivamente).

Para Oliveira et al. (2011, p. 31), num texto onde medem a capacidade de atração ou expulsão das Unidades da Federação, o intervalo adequado para definir se é uma área de rotatividade migratória fica entre -0,09 e 0,09 (vide Quadro 1.18), bem abaixo do indicado por Rowland (1978). Já Baeninger (2008, p. 13) aponta que, conforme já mencionado neste texto, o intervalo de -0,12 a 0,12 seria o mais adequado para representar as áreas de rotatividade migratória e, consequentemente, as de menor eficácia migratória.

QUADRO 1.18 – Classificação do Índice de Eficácia Migratória - IEM, por Oliveira et al. (2011)

Classes do IEM	Classificação da potencialidade de absorção migratória
-0,51 a -1,00	Área de forte evasão migratória
-0,30 a 0,50	Área de média evasão migratória
-0,10 a -0,29	Área de baixa evasão migratória
0,09 a -0,09	Área de rotatividade migratória
0,10 a 0,29	Área de baixa absorção migratória
0,30 a 0,50	Área de média absorção migratória
0,51 a 1,00	Área de forte absorção migratória

Fonte: Oliveira et al. (2011, p. 31).

Oliveira et al. (2011) em sua proposta de classificação (Quadro 1.18) utiliza como base os estudos de Baeninger (2000) e desta forma mantém o mesmo número de categorias, alterando apenas alguns intervalos de classe do IEM.

Cunha (TA, 2012, p. 105), avaliando a migração na Região Metropolitana de Campinas e dialogando com a metodologia de Baeninger (2008), aponta para cortes no IEM diferenciados, separando-os em “municípios de atração”, “municípios de repulsão” e “municípios rotativos”, conforme Quadro 1.19, e usa o intervalo do IEM entre -0,33 a 0,33, para os municípios que autor chama de “rotativos”:

Quadro 1.19 - Classificação do Índice de Eficácia Migratória (IEM), por Cunha (TA, 2012)

Classes do Índice de Eficácia Migratória	Classificação da Potencialidade Migratória
-0,33 <= IEM >= -1,00	Municípios de Repulsão
-0,33 < IEM < 0,33	Municípios Rotativos
0,33 >= IEM <= 1,00	Municípios de Atração

Fonte: Cunha (TA, 2012, p. 105).

Cunha (1994, p. 105), também utilizou o IEM na análise da migração na Região Metropolitana de São Paulo, para a década de 1970, dividindo os valores observados em quartis. O autor define que há circulação de população quando o IEM está entre 0 e 0,41. Que há circulação moderada entre 0,41 e 0,53, atração moderada entre 0,53 e 0,69 e atração entre

0,69 e 0,86. Cunha (1994) não faz referência aos índices negativos que podem ser observados, dependendo do nível de agregação dos dados.

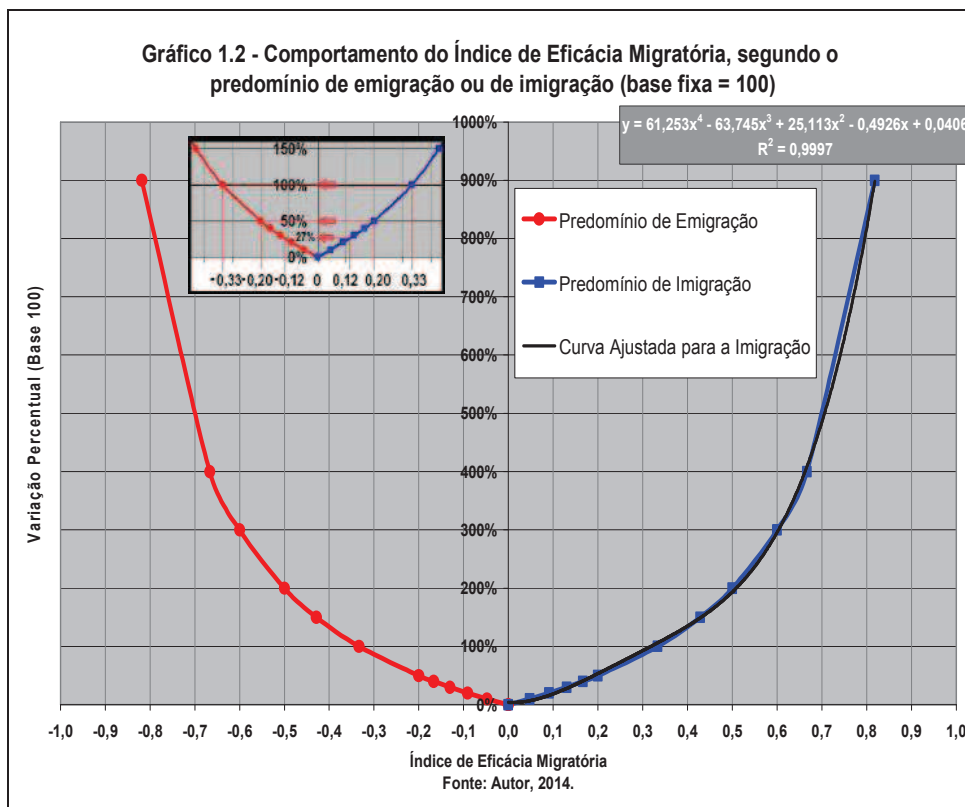
Ao se observar, graficamente, o comportamento dos possíveis resultados do IEM (Vide Gráfico 1.2), em função do predomínio de emigração (lado direito do gráfico), que resulta em IEM negativo, ou do predomínio de imigração (lado esquerdo do gráfico), que resulta em IEM positivo, nota-se que a curva assume uma forma polinomial (visualização apenas para uma aproximação gráfica analítica), quando analisamos aumentos de 0 (zero) até 10 vezes dos fluxos em relação aos contra-fluxos, ou seja fluxos superiores de 0 (zero) a 1000% .

A equação ajustada “Y” tem R-quadrado de 0,9997, mostrando muita aderência aos dados, já que há uma forte relação entre as variáveis.

Verifica-se, na caixa em destaque no Gráfico 1.2, que o limite proposto de um IEM de 0,12, corresponde a um fluxo migratório superior em 27% ao contra-fluxo. Dependendo da intensidade da migração esse volume de saldo migratório pode ter forte impacto na área que está recebendo esses migrantes adicionais, mas estes são casos excepcionais, pois os volumes que predominam na maioria dos fluxos migratórios são pequenos e não geram grandes impactos quando tratados nesse nível de intensidade. Naturalmente que um IEM de 0,20, com fluxo migratório superior em 50% ou IEM de 0,33 e fluxo adicional de 100% de migrantes impactaria ainda mais a área receptora, principalmente se pensarmos na repetição desse mesmo resultado por períodos prolongados e consecutivos. Vê-se que a escolha de limites do IEM entre de -0,12, 0,30, 0,50 e 1,00, na categorização, reflete bem a não linearidade do IEM e seu impacto na redistribuição populacional.

Os eixos do gráfico estão com os valores padronizados, com base nos resultados observados no IEM de 1970/1980. No eixo das abscissas são registrados os valores do Índice de Eficácia Migratória observados para as Regiões e Unidades da Federação e, no eixo das ordenadas, os resultados das variações percentuais entre a imigração e emigração ou vice-versa, no decênio. Desta forma, é possível comparar os resultados ao longo do tempo, a partir de conceitos estabelecidos por Baeninger (2008).

Neste momento não há tanta importância a identificação dos pontos (UF's), mas observar a dispersão do índice, a concentração e a movimentação dos pontos ao longo das décadas e entre as áreas definidas.



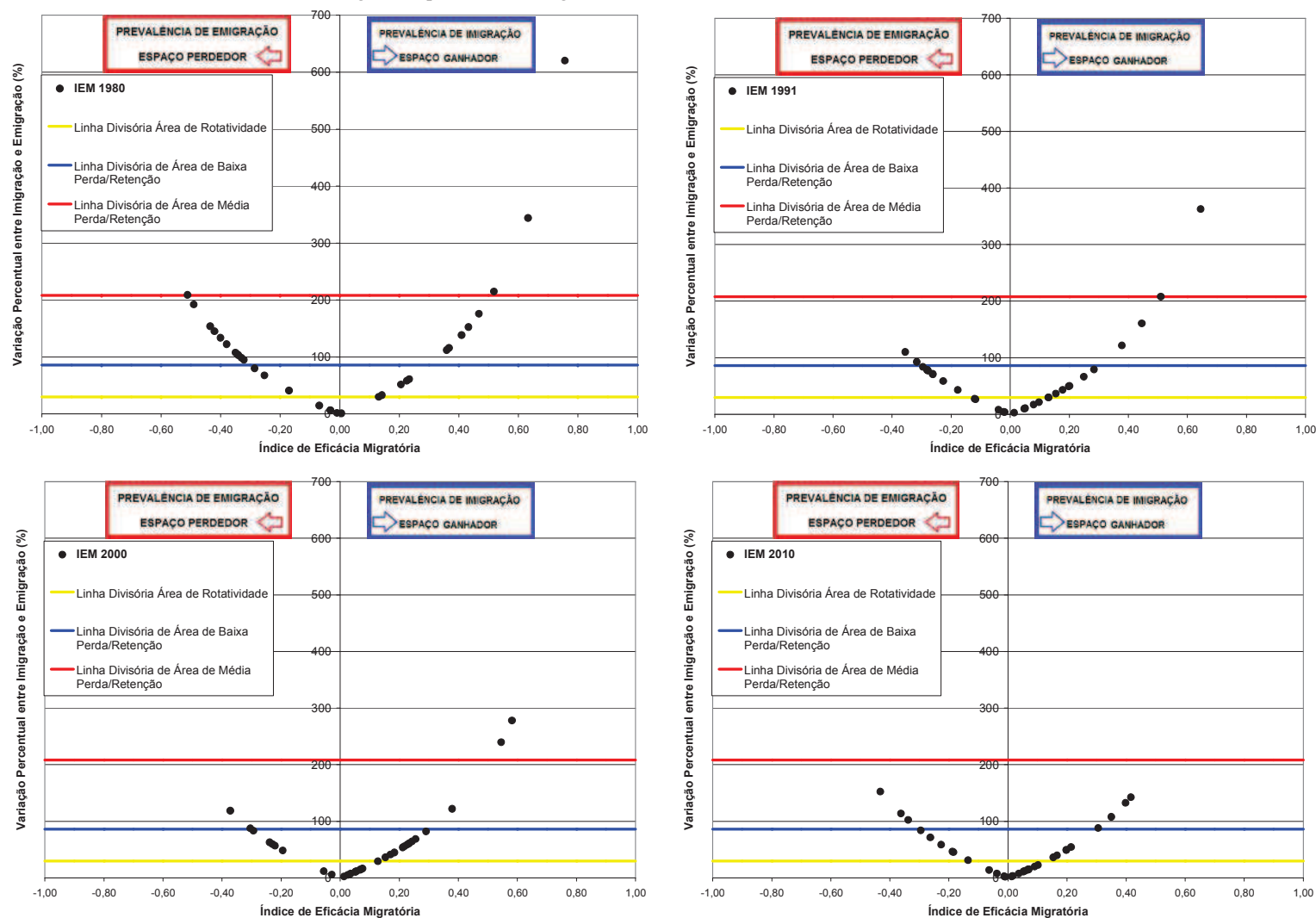
Com o objetivo de avaliar os limites estabelecidos para o IEM foi elaborado o Gráfico 1.3. O Gráfico 1.3, com os valores do Índice de Eficácia Migratória – IEM, da migração interestadual por Regiões e Unidades da Federação, Brasil, dos períodos de 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010, dá um panorama do comportamento do índice ao longo das últimas quatro décadas e como a migração vem se transformando neste período.

As fórmulas, descritas abaixo, servem para o cálculo da variação percentual a partir dos Índices de Eficácia Migratória observados⁴⁹. Usa-se a Fórmula A, quando há a prevalência de imigração (IEM > 0) e, Fórmula B, quando a prevalência é de emigração (IEM < 0):

	Com Prevalência da Imigração	Com Prevalência da Emigração
FÓRMULA A	$\%I = \frac{(100 + (IEM * 100))}{(1 - IEM)} - 100$ onde : IEM é o Índice de Eficácia Migratória observado; %I é a variação percentual observada na prevalência da imigração sobre a emigração. resultado : %I maior ou igual a ZERO ==> (%I >= 0).	$\%E = \frac{(100 - (IEM * 100))}{(1 + IEM)} - 100$ onde : IEM é o Índice de Eficácia Migratória observado; %E é a variação percentual observada na prevalência da emigração sobre a imigração. resultado : %E maior ou igual a ZERO ==> (%E >= 0).

⁴⁹ Utiliza-se estas fórmulas especialmente quando tem-se apenas os valores do Índice de Eficácia Migratória (IEM) e desconhece-se os valores dos volumes de imigração e emigração. Também é possível obter-se a variação percentual, de forma direta, a partir dos dados originais dos volumes de imigração e emigração.

GRÁFICO 1.3 Índice de Eficácia Migratória por Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010 (Tabulações Nepo/Unicamp).

No gráfico, abaixo da linha amarela, ficam as Unidades da Federação que são áreas de rotatividade migratória. Entre as linhas azul e amarela, aparecem as Unidades da Federação que são áreas de baixa perda ou baixa retenção migratória. Para a faixa de linhas entre a vermelha e azul são observadas as Unidades da Federação que são áreas de média perda ou média retenção migratória. Acima da linha vermelha ficam as áreas de alta perda ou alta retenção migratória.

Obviamente, no lado direito do gráfico aparecem os espaços ganhadores na migração interestadual, com IEM positivos, ou seja, onde há a prevalência da imigração sobre a emigração; no lado esquerdo é possível observar os espaços perdedores na migração interestadual⁵⁰, com IEM negativos e prevalência da emigração sobre a imigração.

O primeiro fenômeno que se observa, no Gráfico 1.3, é a amplitude da variação percentual entre a imigração e emigração. Na década de 1970, com o IEM de 1970/1980, verifica-se que a variação percentual ultrapassava o valor de 600%, nos espaços ganhadores e, em torno de 200% nos espaços perdedores. No período de 1981/1991 ocorreu uma queda na amplitude, em ambos os lados, com os espaços ganhadores ficando abaixo de 400% e os espaços perdedores, um pouco acima de 100%. Via-se, portanto, uma importante mudança no comportamento da migração na década de 1980 e na relação entre os volumes de imigração e emigração.

A queda na variação percentual continuou nas décadas seguintes nos espaços ganhadores, sendo a amplitude na variação percentual inferior a 300%, no período de 1990/2000 e abaixo de 145%, no período 2000/2010. Os espaços perdedores na migração tiveram um leve aumento na amplitude nas décadas seguintes, mas não ultrapassaram 152%, no período de 2000/2010.

A quarta faixa do IEM - Áreas de alta perda migratória ou Áreas de Alta retenção migratória -, passa a não ter pontos observáveis nesta última década (2000/2010) e o que se verifica é muita concentração de Unidades da Federação em áreas de rotatividade migratória e áreas de baixa perda ou baixa retenção migratória. Olhando-se o gráfico, referente ao IEM de 2010, parece que está ocorrendo um maior equilíbrio entre os volumes na migração em período recente, apesar de existir mais espaços ganhadores, mas as variações percentuais não são tão grandes, como na década de 1970.

Apesar desta reflexão, neste estudo os limites das classes do IEM foram estabelecidos levando-se em consideração que há processos migratórios carregados de muitas transformações ao longo do tempo e que a definição nos limites dos valores de corte nos índices e o consenso a respeito desses limites não é um objetivo a ser alcançado. As alterações de uma condição migratória para outra é muito tênue (BAENINGER, 2008, p. 15), mas

⁵⁰ O quanto ganhador ou perdedor dependerá especificamente do volume obtida na migração líquida.

observa-se que há certa concentração e proximidade dos valores de IEM entre 9% e 20%. Em função disto e para resguardar a comparabilidade com os muitos estudos existentes no âmbito paulista, usaremos o limite estabelecido por Baeninger, ou seja, IEM de 12%. Esse valor também foi selecionado em função dos altos volumes que observamos na migração no espaço metropolitano paulista e na migração interestadual nacional (CUNHA; BAENINGER, 2005; 2007; CUNHA, 2003; BRITO, 2000) e dos prováveis impactos de mudanças e transformações que esses volumes líquidos representam para os territórios analisados.

As novas classes do Índice de Eficácia Migratória e a classificação da potencialidade migratória, que atendem ao propostos por Baeninger (1999; 2000 e 2008), com pequenas alterações feitas por este autor, estão presentes no Quadro 1.20 e serão utilizados, em princípio, no desenvolvimento das análises dos processos migratórios neste estudo.

Quadro 1.20 - Proposta de Classificação da Potencialidade Migratória, segundo as Classes do Índice de Eficácia Migratória (IEM)

Classes do Índice de Eficácia Migratória	Variação Percentual (VP) entre os volumes de Imigração e Emigração (%)	Classificação da Potencialidade Migratória
-0,51 a -1,00	VP ≤ -208	Área de Alta Perda Migratória
-0,30 a -0,50	-86 ≥ VP > -208	Área de Média Perda Migratória
-0,13 a -0,29	-30 ≥ VP > -86	Área de Baixa Perda Migratória
0,12 a -0,12	30 > VP > -30	Área de rotatividade migratória
0,13 a 0,29	30 ≤ VP < 86	Área de Baixa Retenção Migratória
0,30 a 0,50	86 ≤ VP < 208	Área de Média Retenção Migratória
0,51 a 1,00	VP ≥ 208	Área de Alta Retenção Migratória

Fonte: Baeninger 1999, 2000, 2008 e Adaptação do Autor, 2014.

Os períodos nos quais os Índices de Eficácia Migratória serão calculados neste estudo são 1986-1991; 1995-2000 e 2005-2010, com registros dos movimentos migratórios de três censos demográficos consecutivos, que permitirão mostrar as tendências, continuidades, mudanças e o padrão de redistribuição populacional em vários níveis espaciais, desde as Unidades da Federação, passando pela Região Metropolitana de São Paulo e seus municípios. Além disto, torna-se muito importante apontar as causas dessas transformações que estão ocorrendo no padrão de redistribuição da população e as consequências que isto trás para os locais de origem e destino e para conjunto do país.

Metodologicamente será possível fazer uma análise dessa mesma redistribuição do ponto de vista da estrutura da população, isto é, por grupos etários, por regiões específicas selecionadas, por nível educacional (entre graduados e não-graduados, por exemplo) e por município dentro da Região Metropolitana de São Paulo.

Pelo que foi visto neste capítulo o grau de cobertura e precisão dos censos brasileiros variaram muito entre os diversos censos demográficos realizados, mas apresentaram melhoras ao longo do tempo. Técnicas amostrais foram introduzidas e alteradas, procurando-se reduzir custos, facilitar a operação censitária e manter a qualidade nos resultados obtidos. A inclusão

de variados temas da demografia possibilitou o conhecimento da dinâmica da população e suas mudanças num período longo de tempo.

No próximo capítulo, “Adentrando pela Região Metropolitana de São Paulo”, procura-se caracterizar a Região Metropolitana de São Paulo, sua formação histórica e territorial, com os desmembramentos municipais que ocorreram desde a fundação da Vila de São Paulo, retratando o crescimento demográfico e suas características num período mais longo, para um entendimento ampliado das mudanças, inclusive apontando alguns aspectos econômicos relevantes no contexto dos movimentos migratórios e desenvolvimento da região. Avalia-se, também, os principais estudos já realizados sobre a Região Metropolitana de São Paulo e como esses trabalhos caracterizam espacialmente a região e como apresentam as diferentes formas de se “ver” a região metropolitana.

CAPÍTULO 2

Adentrando pela Região Metropolitana de São Paulo

Neste capítulo procura-se apresentar e caracterizar a Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, através de aspectos ligados à sua localização, sua formação histórica e territorial dos municípios, com os desmembramentos que ocorreram desde a fundação da Vila de São Paulo, em 1558, até os dias atuais. A análise desses desmembramentos contribui significativamente para o entendimento dos processos de mobilidade espacial da população na região e ajuda na explicação da persistência de alguns processos observados.

Procura-se, ainda, retratar o crescimento demográfico e suas características num período mais longo, para um entendimento ampliado das mudanças demográficas ao longo do tempo, inclusive apontando alguns aspectos econômicos relevantes no contexto dos movimentos migratórios e desenvolvimento da região.

Avalia-se os estudos já realizados sobre a Região Metropolitana de São Paulo, através de diferentes disciplinas, e como esses trabalhos caracterizam espacialmente a região e como apresentam as diferentes formas de se “ver” a região metropolitana; isto é, as diferentes possibilidades de análise das sub-regionalizações ou divisões dos espaços urbanos. Este esforço se justifica com o enquadramento do objeto de estudo, que é a migração e a mobilidade intrametropolitana¹, dentro do contexto metropolitano.

2.1 A área de estudo e sua localização

A Região Metropolitana de São Paulo - RMSP, composta, atualmente, por 39 municípios (Figura 2.1), foi instituída pela Lei Complementar federal nº 14, de 8 de junho de 1973², e disciplinada pela Lei Complementar estadual nº 94, de 29 de maio de 1974³. No entanto, sua existência legal e política dependiam da aprovação de uma lei estadual específica, de acordo com

¹ Mobilidade intrametropolitana entendida aqui como um conceito ampliado de migração, que está ligado ao conceito de espaços de vida (COURGEAU, 1988), o tempo total de residência do migrante na Região Metropolitana de São Paulo, o local de origem e o local de destino.

² A prerrogativa de estabelecimento de regiões metropolitanas foi dada, à União, pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, no seu Artigo 157, parágrafo 10º, alterada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, no seu Artigo 164, mas somente em 1973 o Congresso Nacional aprovou decreto sobre a matéria e a Presidência da República sancionou a Lei Complementar. Esta Lei Complementar federal nº 14, de 8 de junho de 1973, estabeleceu as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza, totalizando oito regiões. À época a RMSP foi constituída por 37 municípios - Vargem Grande Paulista passou a ser o 38º município quando foi desmembrado de Cotia, em 23/12/1981 e integrado oficialmente à RMSP através da Lei Complementar Estadual nº 332, de 21 de novembro de 1983 e o município de São Lourenço da Serra passou a ser o 39º município quando foi desmembrado de Itapeverica da Serra, em 30/12/1991 e integrado à RMSP através de ato do Governador Luiz Antonio Fleury Filho, publicado no Diário Oficial do estado de São Paulo em 11 de março de 1992 e incluído, nessa mesma data, na Lei estadual já existente nº 7.664, de 30 de novembro de 1991.

³ De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 94, de 29 de maio de 1974, Laudo Natel, Governador do Estado de São Paulo, sancionou a Lei e denominou a região de “Região Metropolitana da Grande São Paulo”. Através desse ato o Governador Laudo Natel também constituiu a Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A – EMPLASA, cujo objetivo era a realização de serviços necessários ao planejamento, programação, coordenação e controle da execução dos serviços de interesse metropolitano.

as regras da Constituição Federal de 1988, que atribuiu aos Estados a responsabilidade pela criação das regiões metropolitanas. A RMSP localiza-se na porção leste do Estado de São Paulo⁴.

A aprovação, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, do Projeto de Lei Complementar Estadual nº 6, de 3 de maio de 2005, encaminhado a ALESP pelo então Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, obedecendo à regra da Constituição de 1988, somente aconteceu seis anos depois, em 2011, quando foi aprovada a Lei Complementar estadual nº 1.139, de 16 de junho de 2011⁵.

Através da Lei Complementar estadual nº 1.139 foram mantidos os limites geográficos da Região Metropolitana de São Paulo instituída em 1973, divididos em cinco sub-regiões, conforme relacionado a seguir: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã (**Sub-região Norte**); Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano (**Sub-região Leste**); Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul (**Sub-região Sudeste**); Cotia, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista (**Sub-região Sudoeste**); Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba (**Sub-região Oeste**). Segundo esta Lei a Capital passou a integrar todas as sub-regiões.

Na Figura 2.1 observa-se a configuração oficial da sub-regionalização utilizada pela EMPLASA e pelo Governo Estadual de São Paulo, no planejamento de políticas públicas, mas que não é tomada aqui, pelo menos por enquanto, como configuração espacial para ser utilizada no presente estudo. Várias outras propostas de configuração espacial serão analisadas ao longo deste trabalho, visando correspondência da organização espacial urbana e as migrações.

Ainda, de acordo com a Lei Complementar Estadual 1.139, buscava-se com a criação dessas sub-regiões atender as peculiaridades de grupos de municípios pertencentes à mesma Região Metropolitana de São Paulo⁶, mas muito diferentes entre si em termos populacionais, em termos de desenvolvimento econômico, arrecadação, e outras diferenças. Tinha também como objetivo promover a integração do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum. Essa e outras sub-regionalizações serão analisadas mais à frente. É de se ressaltar que os limites territoriais nem sempre são obedecidos quando da ocupação do território pela população ou da realização dos movimentos migratórios, contudo, são os recortes administrativos considerados nos dados censitários.

⁴ O Estado de São Paulo possui atualmente 645 municípios (IBGE, 2014).

⁵ Foi através dessa Lei Complementar Estadual nº 1.139, de 16 de junho de 2011, que a Região Metropolitana da Grande São Paulo passou a ter sua denominação alterada para Região Metropolitana de São Paulo – RMSP.

⁶ A intenção não é discutir o conceito de metrópole. A discussão aqui é sobre o desenho metropolitano e seus municípios, advindos da divisão oficial.

2.2 Os desmembramentos territoriais dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo

A composição territorial atual da Região Metropolitana de São Paulo é resultado de vários séculos de muitas transformações, mudanças, fusões, desmembramentos, incorporações e muito dinamismo. O conhecimento destes processos de mudanças nas divisas territoriais dos municípios, com o aumento da fragmentação do território ou do parcelamento do território (FÁVERO, 2004), ao longo do tempo, nos possibilita um melhor entendimento da evolução do crescimento populacional, da redistribuição espacial da população, do aumento da ocupação do espaço urbano, do desenvolvimento de sua economia e as implicações para a migração e a mobilidade espacial da população.

Para entender a situação atual dos municípios, seus limites municipais e suas relações com os demais municípios da região, do Estado e do Brasil, foi feito um acompanhamento das mudanças pelas quais passaram as cidades da Região Metropolitana de São Paulo desde a fundação da Vila de São Paulo, em 1558⁷. A criação da “árvore genealógica” dos municípios, destacando os municípios de origem e os sucessivos desmembramentos, até chegar aos 39 municípios existentes atualmente e observar a evolução da organização territorial-administrativa desses municípios também são importantes no esclarecimento do processo de formação da região metropolitana.

Tais delimitações físico-territoriais impõem desafios que esse processo gera no entendimento das transformações dos espaços da migração (BAENINGER, 1999), dos movimentos pendulares (ÂNTICO, 2003) e da mobilidade da população na região, principalmente na última metade do século XX, quando este processo se intensificou no Brasil.

Os desmembramentos têm conexão e forte ligação com os processos de ocupação e organização dos municípios e a construção dos espaços, que facilitam o entendimento da redistribuição espacial da população e aspectos ligados à migração.

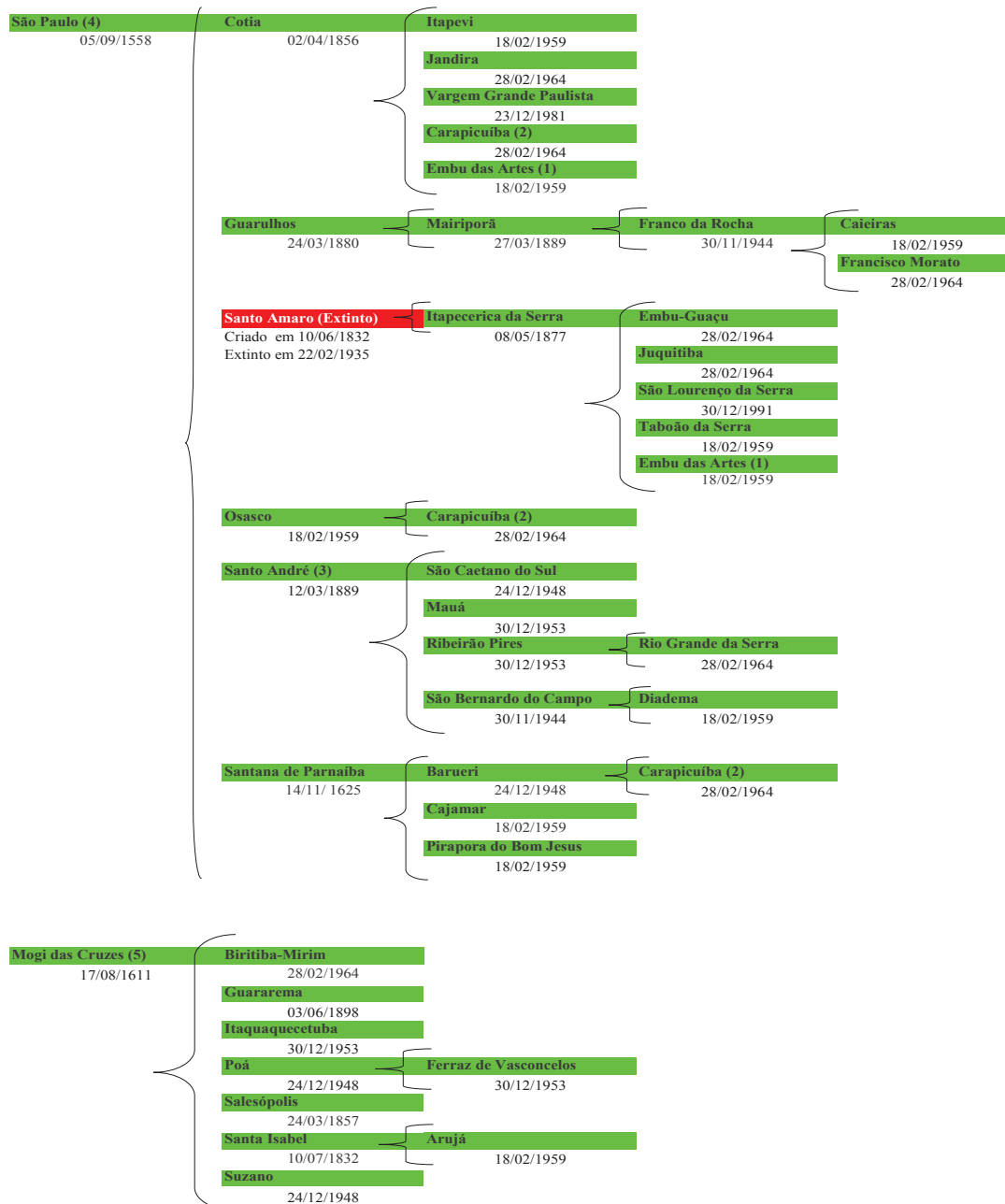
No Quadro 2.1 é apresentada a compilação da evolução da divisão territorial da Região Metropolitana de São Paulo⁸, tomando-se como fonte de dados principal os registros do Instituto Geográfico e Cartográfico - IGC e a última alteração observada para cada

⁷ Os limites estaduais se mostram mais estáveis ao longo do tempo, com poucas transformações, comparativamente aos municípios brasileiros.

⁸ No âmbito deste doutorado foi realizada exaustiva pesquisa pelo pesquisador através das fontes do Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC, do Estado de São Paulo, do IBGE e da Fundação SEADE. O IGC é o órgão oficial responsável por promover o conhecimento do território paulista através da produção cartográfica de detalhe e precisão, e dos estudos geográficos relacionados à Divisão Administrativa e Territorial do Estado de São Paulo. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE atua em conjunto com o IGC e também é depositário de muitas informações acerca da criação e histórico dos municípios brasileiros. A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – Fundação SEADE mantém o histórico da formação dos municípios do Estado de São Paulo em seus arquivos, através das Fichas de Informações, do antigo Departamento de Estatística do Estado.

município⁹.

Quadro 2.1 – Evolução territorial da Região Metropolitana de São Paulo, genealogia e data de criação dos municípios desmembrados, 1558/2014



Fontes: IBGE, CIDADES@, www.cidades.ibge.gov.br em 24/abril/2014; IGC, Criação e Divisas, 1997; Fundação SEADE, MED, www.seade.gov.br, em 24/abril/2014 e Compilação do Autor.

Nota: (1) O município de Embu das Artes foi criado a partir do desmembramento de parte de território dos municípios de Cotia e Itapecerica da Serra. (2) O município de Carapicuíba foi criado a partir do desmembramento de parte de território dos municípios de Cotia e Osasco e Barueri. (3) O município de Santo André entre 12/03/1889 e 30/11/1938 era denominado "São Bernardo". (4) São Paulo tornou-se vila somente em 1560, apesar da fundação do povoado ter ocorrido em 25/01/1554 e do documento foral ter sido expedido em 1558 oficialmente. (5) Cedeu terras também para a criação do município de Jacareí - SP, fora da RMSP.

⁹ Neste caso, da genealogia dos municípios, levou-se em consideração a data de criação do município através de Lei ou o fato do local ter sido levado à condição de Vila, visando padronizar o procedimento de análise de formação dos municípios. Quando há divergências entre as fontes de informações, os dados são confrontados e, quando as divergências persistem, o caso é minuciosamente explicado visando esclarecer se ocorreu uma omissão ou uso de metodologia diferente na apresentação das informações pelas fontes de dados. Quando isto ocorreu, fontes de dados complementares secundárias (bibliografia) foram consultadas e indicadas, visando facilitar e fortalecer a decisão a ser tomada.

Segundo Fávero (2004, p. 10), o processo inicial de ocupação do território (1500-1530), na colonização, visava somente o interesse na exploração da natureza, na área litorânea. Somente em 1532, a Coroa portuguesa iniciou a ocupação regular do território brasileiro, com o sistema de Capitânicas Hereditárias e cabia aos donatários a criação de vilas.

Ainda, segundo este mesmo autor, “os primeiros municípios brasileiros possuíam vastíssimas áreas e eram consideradas verdadeiras sedes de governo regionais” (FÁVERO, 2004, p. 24) e que “no período colonial a expansão municipalista foi restringida pela ação centralizadora das Capitânicas Hereditárias e dos Governos Gerais” (FÁVERO, 2004, p. 25).

Segundo Magalhães (2008, p. 13), o processo de emancipação municipal no Brasil ocorreu, de forma significativa, por volta da década de 1930. Esse processo se intensificou nas décadas de 1950 e 1960 e foi restringido pelos governos militares entre 1970 e 1980. Após o término do regime militar, as emancipações se intensificaram novamente no território brasileiro, mas não é o que podemos afirmar para a área da RMSP, pois somente dois municípios se emanciparam no período dos últimos 50 anos, entre 1964-2014 (Vargem Grande Paulista – 1981 e São Lourenço da Serra – 1991).

Assim, utilizando a mesma periodização adotada por Siqueira (2003a, p. 81), na análise realizada para os 645 municípios do estado de São Paulo, observa-se que foi no período republicano (desde 1889) que mais ocorreram desmembramentos de municípios na Região Metropolitana de São Paulo, com 30 desmembramentos dos 39 municípios atualmente existentes.

No período da Primeira República (1889-1930), nenhum município foi criado na Região Metropolitana de São Paulo, mantendo-se um total de 11 municípios instalados¹⁰, apesar de ter ocorrido um incremento de 50% nos municípios paulistas nesse período, passando de 165 para 248 municípios (SIQUEIRA, 2003a, p. 86).

Mas foi na Segunda República (1945-1964), que esse processo de divisão territorial aconteceu de forma mais intensa na Região Metropolitana de São Paulo, com 26 desses 30 municípios do período republicano obtendo independência político-administrativa. Cabe ressaltar que na Era Vargas (1930-1945), apenas dois municípios foram criados na Região Metropolitana de São Paulo, isto é, Franco da Rocha e São Bernardo do Campo (SIQUEIRA, 2003a, p. 92). Em 1935 que o município de Santo Amaro foi extinto.

Siqueira (2003a, p. 81), relata ainda que “o processo de criação de municípios no estado de São Paulo, durante a ditadura militar (1964-1985), foi pouco expressivo. O único

¹⁰ Os onze municípios mantidos no período de 1889-1930 e que não tiveram desmembramentos foram: São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Cotia, Guarulhos, Mairiporã, Itapeverica da Serra, São Bernardo do Campo, Guararema, Salesópolis e Santa Isabel.

município criado nesse período foi Vargem Grande Paulista, na Região Metropolitana de São Paulo, em 1981”.

A RMSP foi construída e ocupada a partir de dois municípios originários¹¹ – São Paulo e Mogi das Cruzes, que deram origem aos demais 37 municípios componentes desta região. Observa-se um maior dinamismo nos desmembramentos do ramo paulistano, onde foram criados 28 novos municípios ao longo de mais de quatro séculos. Foi entre 1944 e 1964, com a criação de 26 municípios, que mais se nota a intensificação da criação de novos municípios na RMSP, fruto de luta por emancipação de muitos distritos que não tinham os interesses atendidos pela respectiva municipalidade, gerando movimentos de descontentamento e acordos políticos que culminaram com a fragmentação do território metropolitano (MAGALHÃES, 2008, p. 15).

Essa fragmentação acabou por evidenciar as características econômicas principais dessas áreas desmembradas e a “vocalização” que coube a cada um desses municípios para o seu desenvolvimento econômico e conseqüente alocação populacional e ocupação territorial. Ao mesmo tempo em que se processavam essas alterações territoriais, o município de São Paulo viu intensificadas as instalações de complexos industriais, de comércio e serviços (CANO, 1975), gerando demanda por muita mão-de-obra (BRITO, 1991) e atraindo população de outras regiões do território nacional.

Ainda a respeito de fragmentação e sobre o processo de criação de município, Siqueira (2003a), numa nova perspectiva analítica, aponta os mecanismos através dos quais são compreendidas determinadas transformações no espaço territorial, que a autora chama de “tridimensionalidade do processo emancipatório”. Para a autora, o processo de criação de município corresponde à efetivação dos processos de consolidação do domínio territorial e de expansão territorial da população, decorrente da atuação de três dimensões: a demográfica, a econômica e a político-institucional (SIQUEIRA, 2003a, p. 203).

Aponta ainda, que essas três dimensões agem conjuntamente e que sempre há a predominância de uma dessas dimensões no processo de fragmentação municipal.

Em Siqueira (2003b), ainda sobre a tridimensionalidade do fenômeno emancipatório, observa que:

Nesse sentido, argumenta-se que, até o final do Regime Militar, a criação de municípios no estado de São Paulo tendeu a acompanhar o avanço da ocupação territorial paulista, concentrando-se nas áreas com maiores índices demográficos e econômicos do estado, deixando em segundo plano a interferência da dimensão político-institucional no processo emancipatório (SIQUEIRA, 2003b, p. 2).

¹¹ A denominação de “municípios originários” é adotada por IGC (1995), mas é comum encontrar outras denominações, tais como, “municípios iniciais”, “municípios primitivos” e “geração espontânea” (IGC, 1995). O IGC, além de ser uma das fontes principais deste trabalho, também é a que aponta a palavra que nos remete mais facilmente e adequadamente ao entendimento do processo de desmembramento dos municípios.

A autora, em estudo de 2008, analisando as transformações e os desmembramentos ocorridos no município de Campinas entre 1850-2000, registra que “processos de reorganização populacional e processos político-institucionais atuam de forma articulada, tanto na produção da diversidade da configuração dos espaços, como na configuração da fragmentação do espaço metropolitano” (SIQUEIRA, 2008, p. iii). Esse mesmo estudo aponta o processo de reorganização da população no espaço como um produto histórico, cujo resultado decorre da atuação da dimensão político-institucional e da dimensão demográfica em duas escalas.

Registra ainda Siqueira (2008, p. 1-2), sobre as duas escalas:

Assim, numa escala mais ampla, o processo de reorganização populacional seria influenciado, por um lado, pelos processos gerais de redistribuição da população no espaço, e, por outro, pela atuação das relações intergovernamentais e da interação Estado-sociedade na forma de organização do território. Na escala local, a reorganização da população seria influenciada, por um lado, pela composição social das diferentes espacialidades do município, e, por outro, pelo processo de diferenciação político-territorial, resultante da existência ou não de identidade política e social entre as diferentes populações do espaço municipal.

Na Região Metropolitana de São Paulo os elementos que se articularam no processo de fragmentação não foram diferentes do que o observado na região de Campinas, apesar de ocorrerem em momentos no tempo diferentes.

Em relação aos desmembramentos ocorridos a partir da década de 1990, Siqueira (2003b, p. 4-6) conclui que ocorreu uma mudança na prevalência e lógica locacional da emancipação municipal, pois “as regiões com menor dinamismo econômico e demográfico do estado apresentariam um número maior de novos municípios”, mas isto só era observado “naquelas regiões com histórico antigo ou bastante recente de ocupação territorial e desenvolvimento econômico”. Entende a referida autora que um menor dinamismo demográfico significa um menor incremento da população total e um saldo migratório negativo. Essa hipótese vem de encontro à última emancipação ocorrida na Região Metropolitana de São Paulo, com o município de São Lourenço da Serra se separando de Itapecerica da Serra, em 1991.

Ao elaborar-se o Quadro 2.1, com o esquema de divisão territorial da Região Metropolitana de São Paulo, os respectivos desmembramentos municipais e as datas legais de criação ou autonomia, ao longo do tempo, levou-se em consideração alguns aspectos como os apontados por Siqueira (2005, p. 3-4), bem como do IGC (1995, p. 11):

Como herança da colonização portuguesa, os núcleos urbanos brasileiros, desde o início da ocupação territorial do país, passavam por três etapas desde a sua origem até à conquista de sua autonomia jurídica e administrativa, que correspondem à aquisição dos seguintes status jurídicos:

- 1) Povoado: “Categoria inerente aos aglomerados que se encontram submetidos territorial e administrativamente a outros núcleos, não dispondo, assim, de autonomia e jurisdição própria”.
- 2) Freguesia (atual distrito): “Denominação da sede e da área correspondente a uma circunscrição que contém um núcleo urbano (anterior povoado), porém dependente da administração municipal”.
- 3) Vila (atual município): “Categoria em que o núcleo urbano e respectivo território, originalmente denominado termo, passam a ter autonomia territorial e administrativa, caracterizada pela existência de poder político, representado pelo poder público local”.

Desta forma, para a elaboração do Quadro 2.1, quando não era explicitado na documentação legal ou histórica consultada, que a localidade tinha sido elevada à categoria de município diretamente, somente a partir da elevação da localidade para a categoria de Vila é que essas localidades foram consideradas municípios independentes jurídica e administrativamente. Povoado e Vila não tinham autonomia administrativa e estariam subordinados a uma Vila ou, mais tarde, a um município. A partir de 1889, a denominação vila é substituída por município (FÁVERO, 2004, p. 34).

Neste Quadro 2.1, a data registrada abaixo do nome do município corresponde à data dessa mudança de status da localidade para a categoria de jurisdição independente, ou seja, refere-se à data de criação da localidade. Portanto poderá ocorrer divergência de outras fontes se a metodologia utilizada não obedeceu à mesma que apontamos neste estudo. Particularmente é o caso do trabalho da Fundação SEADE (Informe Demográfico, 1981), que registra algumas diferenças nas datas e que se justifica exatamente em função dessas premissas e considerações anteriores.

Portanto, as localidades que foram elevadas às categorias jurídicas de povoado ou freguesia não foram consideradas independentes jurídica e administrativamente, neste estudo, até alcançarem o status de vila ou município.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários: o ex-município Santo Amaro foi desmembrado do município de São Paulo por Decreto de 10/06/1832 (SEADE, 2014), tornando-se independente e instalado em 07/04/1833 e foi extinto em 1935¹², quando foi incorporado novamente ao município de São Paulo (MARCÍLIO, 1973).

Hoje Santo Amaro é um distrito da zona sul paulistana, mas ocupando uma parte reduzidíssima do seu território original. Quando Santo Amaro foi desmembrado da Capital, em 1832, as áreas dos atuais municípios de Itapeverica da Serra, Embu das Artes (parte do município), Embu-Guaçu, Taboão da Serra, São Lourenço da Serra e Juquitiba pertenciam à

¹² Segundo o Decreto Estadual nº 5.983, de 22 de fevereiro de 1935, o “Governador” Armando de Salles Oliveira, Interventor Federal no Estado de São Paulo tornou extinto o município de Santo Amaro em função de problemas financeiros e interesses econômicos na área do município de Santo Amaro. Também acabou por liquidar a dívida que o município tinha com o Estado de São Paulo. Santo Amaro passou a ser, administrativamente, uma sub-prefeitura do município de São Paulo

sua jurisdição. Para um melhor entendimento dos desdobramentos das emancipações do município de Santo Amaro ele foi incluído no esquema do Quadro 2.1.

O mesmo trabalho de recuperação e sinalização do caminho desenvolvido na evolução territorial dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, através de diagrama, também foi feito por Fundação SEADE (Informe Demográfico, 1981); Siqueira (2003) e Dedecca et al. (2009). No trabalho da Fundação SEADE (1981) há algumas divergências de datas de criação de dois municípios: Embu das Artes (18/02/1953) e Santa Isabel (10/06/1832). Em relação ao estudo de Siqueira (2003a), a autora trabalha apenas com o ano de criação do município e não com a data completa (dia, mês e ano) e, além disto, a autora considerou, que o município de Santana de Parnaíba não foi desmembrado do município de São Paulo. A Fundação SEADE (1981) e Dedecca et al. (2009) também classificam Santana de Parnaíba como um ramo independente. Contudo, os trabalhos de Silva Neto (1998, Anexo I), IBGE (@Cidades, em www.ibge.gov.br) e Fávero (2004, p. 109) vão de encontro ao aqui relatado, isto é, que Santana de Parnaíba foi desmembrado de São Paulo, em 1625 e não é um município originário.

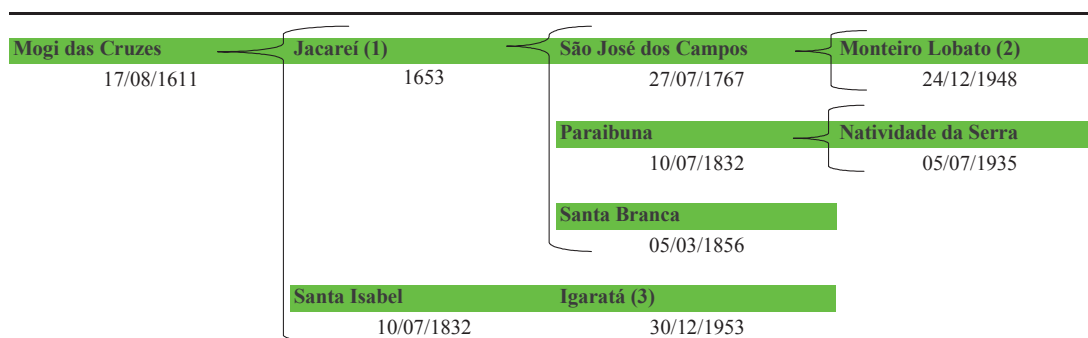
Nos trabalhos de Siqueira (2003) e Dedecca et al. (2009) também não incluíram detalhadamente a composição de criação de dois municípios, quando estes derivavam de partes de mais de um município, isto é, os municípios de Embu das Artes e Carapicuíba. Siqueira (2003a) apontou a data de criação dos municípios de Guararema como 1899, quando na realidade ocorreu em 03/06/1898, Ribeirão Pires como tendo sido criado em 1954, quando a criação ocorreu em 30/12/1953 e Mauá com data de criação em 1954, quando na verdade foi em 30/12/1953. Outro ponto importante, Fundação SEADE (1981), Siqueira (2003a) e Dedecca et al. (2009) colocam que há três ramos principais que iniciam os desmembramentos, quando na realidade são apenas dois ramos, pois Santana de Parnaíba foi uma área emancipada do município de São Paulo.

Até o presente momento as análises e observações foram sobre a área territorial atual de circunscrição da Região Metropolitana de São Paulo, seus respectivos municípios e os desdobramentos em termos de emancipação municipal, mas é importante destacar que a área territorial dos municípios dessa região alcançava além dos limites atuais da RMSP. Podemos dizer que há dois ramos principais no Quadro 2.1: o primeiro se refere ao município de São Paulo e o segundo, ao de Mogi das Cruzes. A partir destes dois municípios é que as fragmentações começaram a ser processadas.

O ramo de Mogi das Cruzes, cuja extensão territorial era menor que a do ramo paulistano, gerou uma fragmentação mais simples e fácil de visualizar, como apresentado no Quadro 2.2, com a vertente do Interior, gerando sete novos municípios. O que se nota é que o município de Mogi das Cruzes, a partir de 1653, com a criação do município de Jacareí,

corresponde somente às terras circunscritas aos limites da RMSP, perdendo toda a extensão territorial que se prolongava pelas terras do Interior paulista.

Quadro 2.2 – Evolução da fragmentação territorial do município de Mogi das Cruzes, genealogia e data de criação dos municípios desmembrados na vertente do Interior do Estado de São Paulo - 1611/2014



Fontes: IBGE, CIDADES@, www.cidades.ibge.gov.br; Fundação SEADE, MED, www.seade.gov.br, em abril/2014; IGC, Criação e Divisas, 1997.

(1) Jacaréi: oficialmente não há uma data específica de criação do município de Jacaréi, mas apenas a identificação do ano.

(2) Era território do município de Taubaté e foi incorporado ao município de São José dos Campos em 21/05/1934.

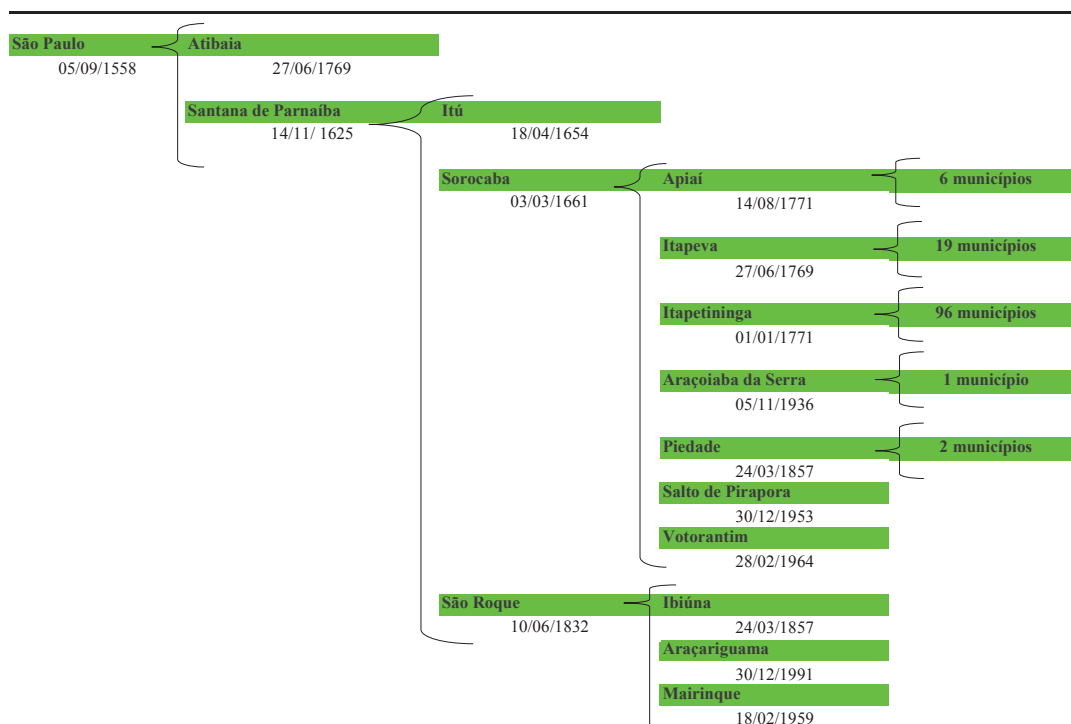
(3) Distritiro de Igaratá é desmembrado de São José dos Campos e transferido para o município de Santa Isabel.

Num determinado momento do tempo, exatamente em 1654, o ramo paulistano, através dos municípios de São Paulo e Santana de Parnaíba, começaram a perder território para o que hoje chamamos de parte do interior paulista, através dos desmembramentos, que estão apresentados no Quadro 2.3, de forma mais compacta, em função do elevado número de municípios envolvidos na fragmentação desse território, num total de 138 municípios.

Para se chegar à configuração que se tem hoje nos limites das divisas da RMSP ocorreram alguns desmembramentos importantes no município de São Paulo. A começar por Santana de Parnaíba, criado em 1625, que depois cedeu terras para as criações dos municípios de Itu, em 1654, Sorocaba, em 1661 e São Roque, em 1832.

São Paulo também perdeu área, no ano de 1769, para a criação do município de Atibaia. Com essas transformações no espaço territorial do que é hoje a RMSP, a partir de 1832, a região se desvincula definitivamente das terras do Interior e passa a ter os limites municipais com a extensão territorial da RMSP que conhecemos hoje, passando a se articular, a se desenvolver e a se organizar num raio menor de extensão territorial, mas influenciando uma área maior. Portanto, o ano 1832 marca o início de um novo processo de configuração espacial que resultaria no que temos hoje em termos de Região Metropolitana de São Paulo.

Quadro 2.3 – Evolução da fragmentação territorial do município de São Paulo, genealogia e data de criação dos municípios desmembrados na vertente do Interior do Estado de São Paulo (versão compactada) - 1558/2014



Fontes: IBGE, CIDADES@, www.cidades.ibge.gov.br; Fundação SEADE, MED, www.seade.gov.br, em abril/2014; IGC, Criação e Divisas, 1997.

Nota: Vide Anexo 2.1 para visualizar os municípios e datas não discriminadas neste Quadro 2.3.

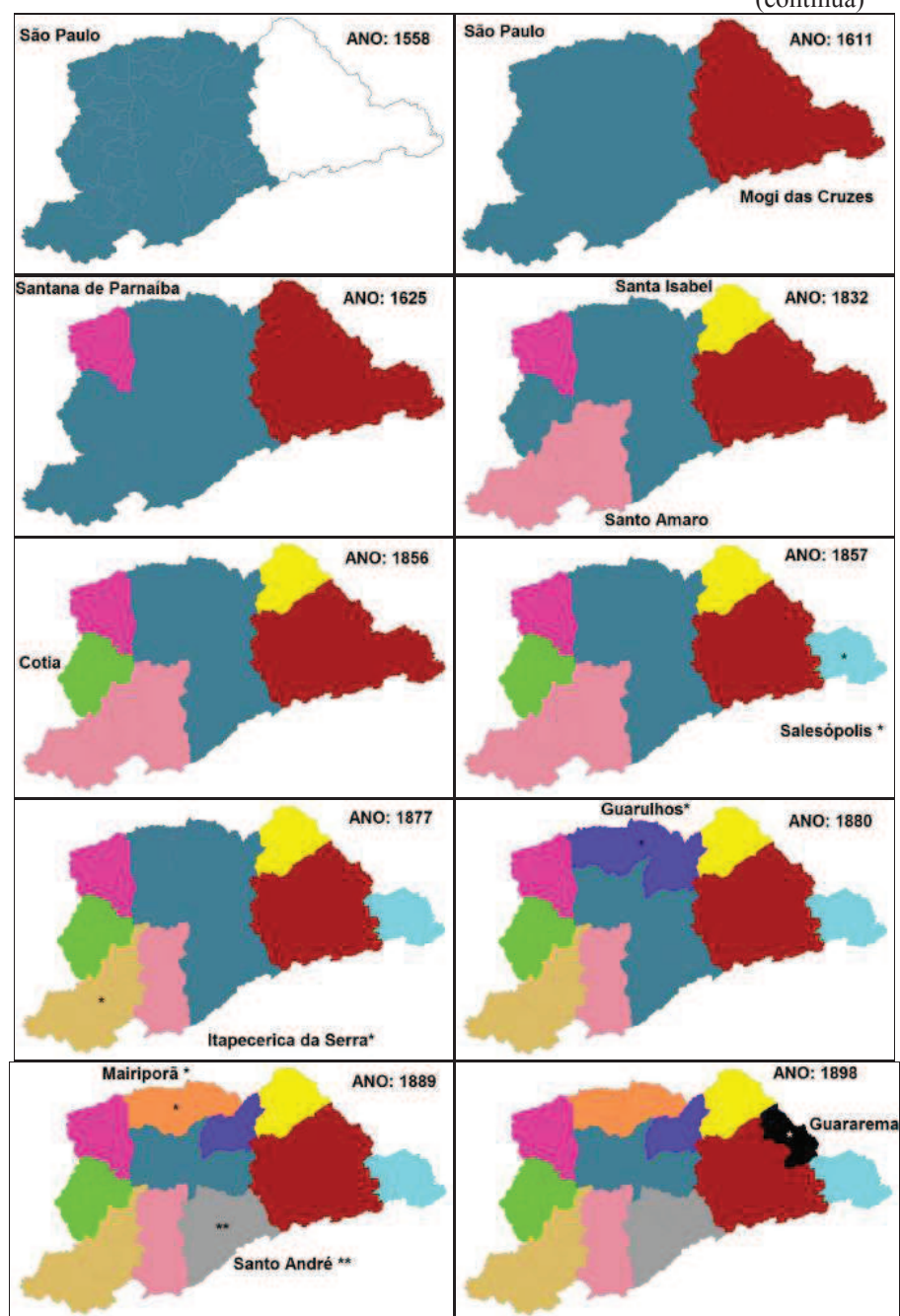
Os desdobramentos e as alterações dos limites municipais da Região Metropolitana de São Paulo podem ser visualizados através do Mapa 2.1, que registra as grandes transformações no território, a partir de dois municípios (São Paulo e Mogi das Cruzes), e como se chegou à configuração da divisão atual da Região Metropolitana de São Paulo, com os 39 municípios.

Essa reconstituição dos municípios, desde o ano de 1558 até 2014, no Mapa 2.1, considera apenas as transformações ocorridas dentro dos limites atuais da RMSP, pois os limites territoriais do município de São Paulo se estendiam praticamente por quase todo o território do estado de São Paulo em 1558, conforme pode ser visto no Mapa 2.2 (a partir do ano de 1600), da divisão territorial do estado de São Paulo naquela época. O município de São Paulo está destacado em vermelho no Mapa 2.2, do ano de 1600.

Dentro da RMSP, no século XVI, apenas o município de São Paulo tinha autonomia administrativa. No século XVII outros dois municípios chegaram à independência político-administrativa (Santana de Parnaíba e Mogi das Cruzes). Depois foram mais de dois séculos sem desmembramentos de território e apenas no século XIX, a partir do ano de 1832, é que começaram a fragmentar de forma mais intensa o território da região, com 8 emancipações.

MAPA 2.1 – Mapeamento histórico e reconstituição da divisão territorial (político-administrativa) da Região Metropolitana de São Paulo no período de 1558-2014¹³

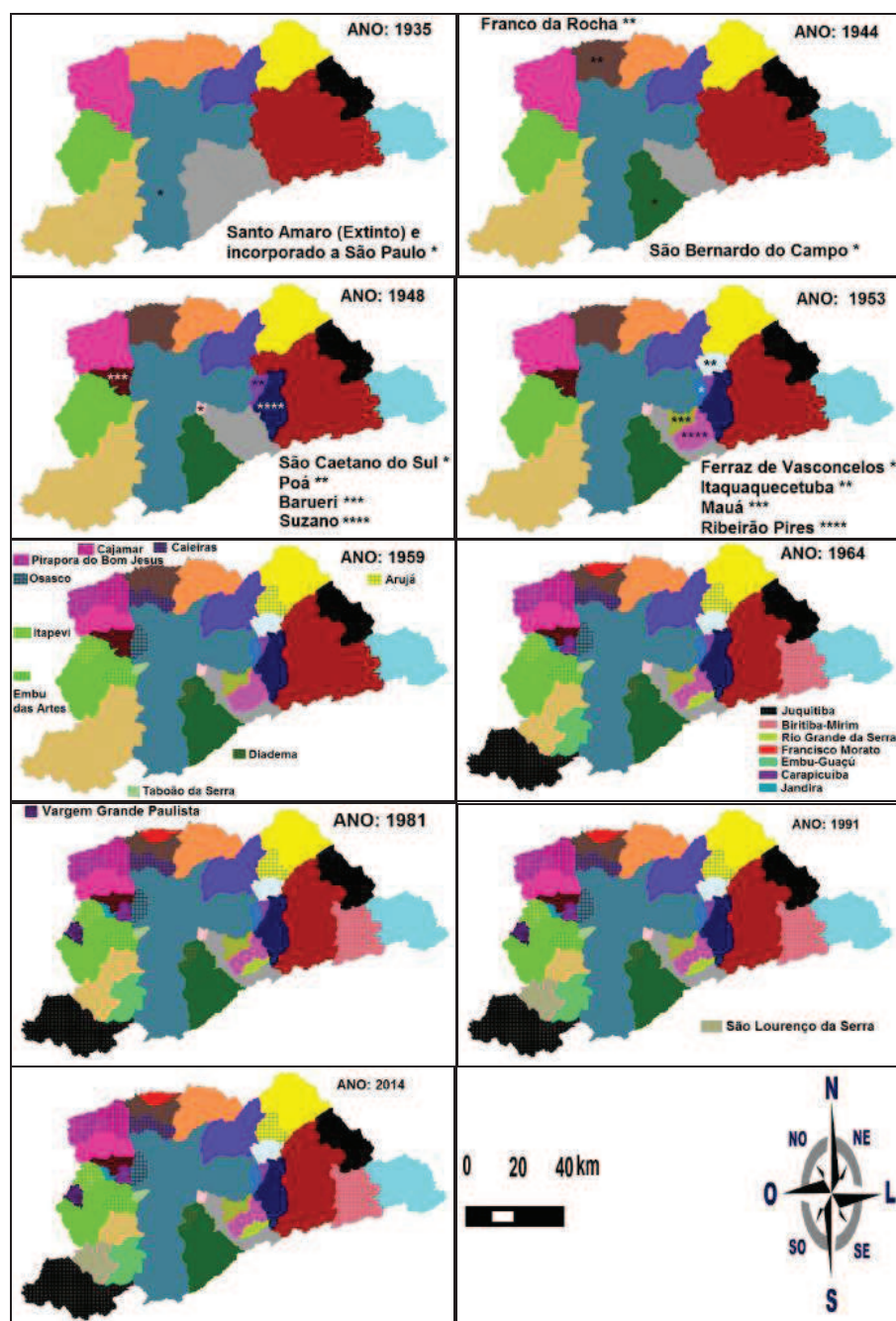
(continua)



¹³ Conforme já relatado, o estabelecimento da Região Metropolitana de São Paulo somente ocorreu em 8 de junho de 1973. Este mapeamento é um exercício para o entendimento dos desmembramentos dos municípios que formam a atual região metropolitana e as possíveis implicações desses processos no seu desenvolvimento socioeconômico e demográfico.

MAPA 2.1 – Mapeamento histórico e reconstituição da divisão territorial (político-administrativa) da Região Metropolitana de São Paulo no período de 1558-2014¹⁴

(conclusão)



Fonte: IBGE. Base cartográfica (2014). @Cidades. Fundação SEADE; MED (2014). IGC. Criação e Divisas (1997).

No século XX observou-se um total de 28 cidades criadas, mas foram nos anos de 1959 e 1964 que ocorreu uma onda de separações, com 18 municípios criados, ou seja, 64% do observado no século.

¹⁴ Conforme já relatado, o estabelecimento da Região Metropolitana de São Paulo somente ocorreu em 8 de junho de 1973. Este mapeamento é um exercício para o entendimento dos desmembramentos dos municípios que formam a atual região metropolitana e as possíveis implicações desses processos no seu desenvolvimento socioeconômico e demográfico.

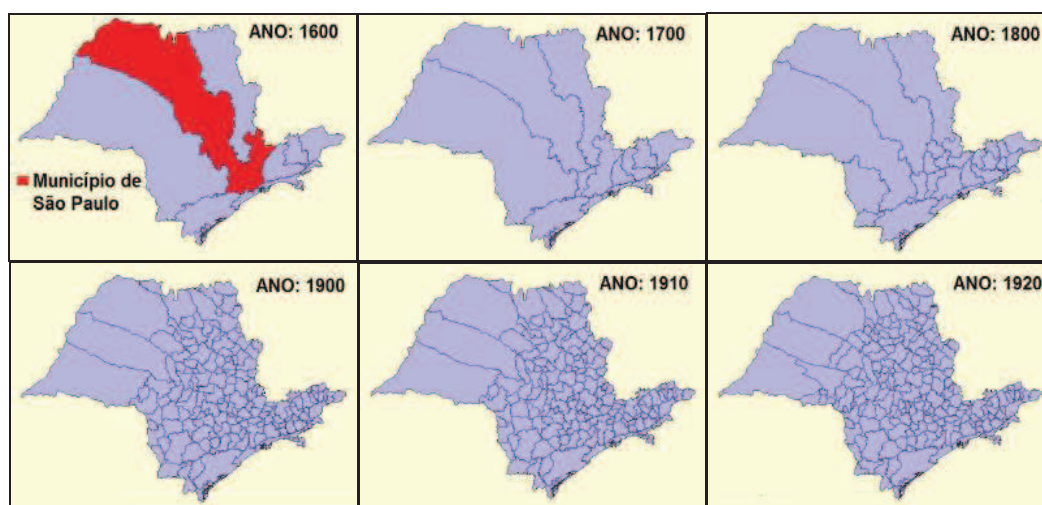
O processo de desmembramentos, como pode ser visto no Mapa 2.1, foi inicialmente mais intenso pelo ramo do município de São Paulo. Em 1889, São Paulo estava completamente transformado, pois o seu território fora diminuído para apenas 777,5 km² e ficou assim durante os 46 anos seguintes. Nesse ano de 1889, o ramo Paulista já tinha oito municípios criados, enquanto que o ramo Mogiano, apenas três.

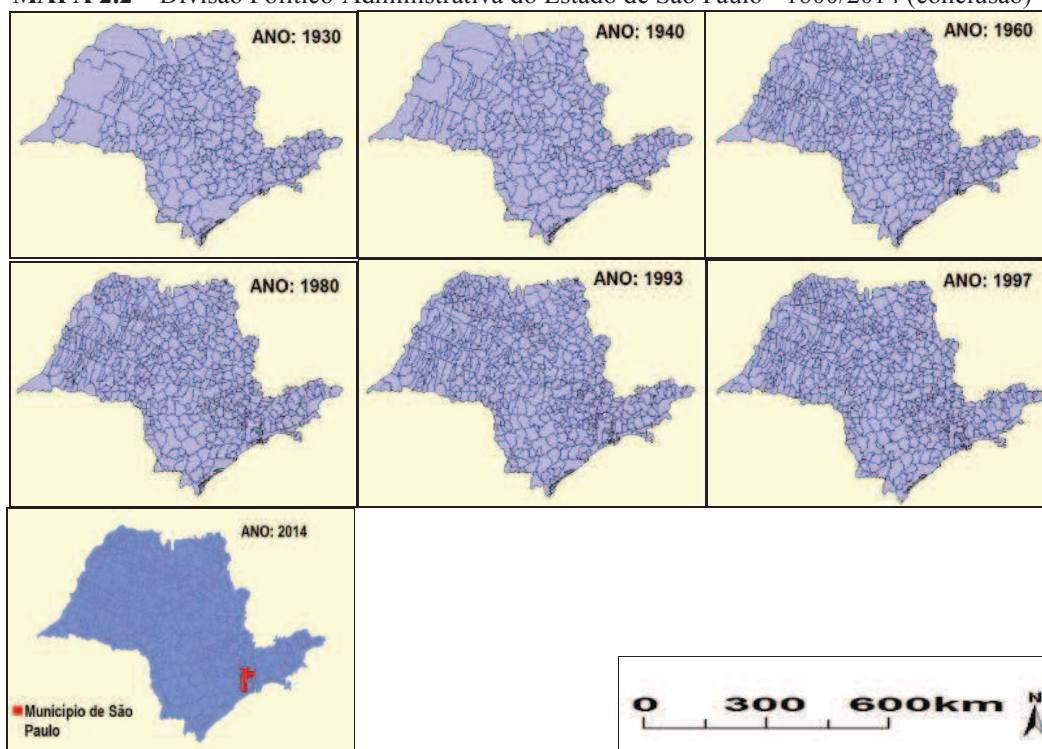
Somente em 1935, com retorno das terras do município de Santo Amaro, em função de sua extinção, o município de São Paulo passa a ter a extensão territorial que é mantida até 1959, quando ocorre o último desmembramento nas terras do município de São Paulo, criando-se o município de Osasco, que veio a se tornar o quinto maior em população na região.

Todos esses anos de transformações no território paulistano tiveram conseqüências para a economia do município e para o crescimento populacional de São Paulo e depois para a região metropolitana formada. Foi no período do Pós-Guerra até o início do Governo Militar que ocorrem as maiores modificações na divisão territorial da região metropolitana, não coincidentemente com as mudanças nas estruturas produtivas da região.

Entre 1948 e 1953, o ramo Mogiano é o que sofre maiores mudanças, com a criação de quatro municípios. A Região do ABC também tem três municípios criados, mostrando o dinamismo que a região impunha à época. São Caetano do Sul já despontava como uns dos municípios mais densamente povoados da RMSP. EM 1959, as mudanças ocorreram mais no lado oeste da RMSP, mas ao todo foram nove novos municípios criados. Encerrando a criação intensa de municípios, o ano de 1964 teve sete novos municípios criados e só voltando a ter algum município criado em 1981, com Vargem Grande Paulista e depois, em 1991, com a criação de São Lourenço da Serra.

MAPA 2.2 – Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo - 1600/2014 (continua)



MAPA 2.2 – Divisão Político-Administrativa do Estado de São Paulo - 1600/2014 (conclusão)

Fontes: Fundação SEADE (1600 a 1997). IBGE (2014).

Apesar de falarmos da RMSP e de sua fragmentação, do seu núcleo e da expansão da cidade para o seu entorno, na realidade estamos falando do “mesmo” espaço e do mesmo espaço que já foi antigamente um único espaço territorialmente, dividido apenas por dois municípios, São Paulo e Mogi das Cruzes. A população, ao longo do tempo, ocupou-os como uma única área, que hoje os diferenciam somente pela divisão político-administrativa e pela configuração metropolitana, mas que, na realidade, vivem o dia-a-dia num mesmo espaço de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), apesar de cada município da região guardar suas particularidades e características e nem todos os 39 municípios da RMSP serem realmente metropolitanos em sua essência.

2.3 A expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo

Com uma população de 20.935.204 habitantes, como indica a Tabela 2.1 (IBGE, Estimativas de População, 2014), a Região Metropolitana de São Paulo é o maior centro urbano do país, agregando uma multiplicidade de atividades econômicas de importância para a própria região e para o estado de São Paulo, além de centralizar o poder econômico-financeiro e decisório de várias empresas nacionais e transnacionais com muitas ramificações pelo país. A RMSP é, “sem dúvidas nenhuma a região metropolitana mais complexa e diversificada do país seja em termos sociais, econômicos e demográficos” (CUNHA; STOCO; DOTA, 2013, p. 29).

Tabela 2.1 - População estimada 2014 e censitária 2010, total estimado de domicílios ocupados 2014 e censitário 2010, área em km², total de pessoas por domicílio estimado 2014 e censitário 2010, e densidade demográfica estimada 2014, segundo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, 2010/2014

Municípios	População Estimada 2014 (Habitantes)	População 2010 (Habitantes)	Total de Domicílios Ocupados (Particulares + Coletivos) Estimado (2014)	Total de Domicílios Ocupados (Particulares + Coletivos) (2010)	Área (em km²)	Total de Pessoas por Domicílio Estimado (2014)	Total de Pessoas por Domicílio (2010)	Densidade Demográfica 2014 Estimada (habitantes/Km²)
Anujá	82.651	74.905	24.587	21.453	96,114	3,4	3,5	860
Barueri	259.555	240.749	80.553	71.819	65,685	3,2	3,4	3.952
Biritiba-Mirim	30.830	28.575	9.431	8.407	317,406	3,3	3,4	97
Caieiras	94.516	86.529	28.876	25.426	96,104	3,3	3,4	983
Cajamar	70.710	64.114	22.131	19.282	131,332	3,2	3,3	538
Carapicuíba	390.073	369.584	119.278	108.692	34,546	3,3	3,4	11.291
Cotia	225.306	201.150	69.013	59.254	324,010	3,3	3,4	695
Diadema	409.613	386.089	129.676	117.397	30,796	3,2	3,3	13.301
Embu das Artes	259.053	240.230	76.450	68.276	70,389	3,4	3,5	3.680
Embu-Guaçu	66.792	62.769	20.061	18.144	155,630	3,3	3,5	429
Ferraz de Vasconcelos	182.544	168.306	54.558	48.421	29,566	3,3	3,5	6.174
Francisco Morato	166.505	154.472	49.230	43.982	49,073	3,4	3,5	3.393
Franco da Rocha	143.817	131.604	41.162	36.315	134,160	3,5	3,6	1.072
Guararema	28.016	25.844	8.771	7.775	270,816	3,2	3,3	103
Guarulhos	1.312.197	1.221.979	403.030	360.910	318,679	3,3	3,4	4.118
Itapeerica da Serra	165.327	152.614	48.163	42.837	150,869	3,4	3,6	1.096
Itapevi	220.250	200.769	65.676	57.633	82,659	3,4	3,5	2.665
Itaquaquecetuba	348.739	321.770	100.929	89.747	82,606	3,5	3,6	4.222
Jandira	117.457	108.344	36.730	32.557	17,453	3,2	3,3	6.730
Juquitiba	30.443	28.737	9.750	8.836	522,180	3,1	3,3	58
Mairiporã	90.627	80.956	27.034	23.248	320,697	3,4	3,5	283
Mauá	448.776	417.064	140.488	125.455	61,866	3,2	3,3	7.254
Mogi das Cruzes	419.839	387.779	131.304	116.539	712,667	3,2	3,3	589
Osasco	693.271	666.740	218.681	202.028	64,954	3,2	3,3	10.673
Pirapora do Bom Jesus	17.372	15.733	5.032	4.392	108,518	3,5	3,6	160
Poá	112.917	106.013	33.878	30.613	17,263	3,3	3,5	6.541
Ribeirão Pires	119.644	113.068	37.305	33.881	99,119	3,2	3,3	1.207
Rio Grande da Serra	47.731	43.974	14.935	13.222	36,341	3,2	3,3	1.313
Salesópolis	16.576	15.635	5.180	4.695	424,997	3,2	3,3	39
Santa Isabel	54.363	50.453	17.187	15.321	363,303	3,2	3,3	150
Santana de Parnaíba	123.825	108.813	37.409	31.631	179,934	3,3	3,4	688
Santo André	707.613	676.407	235.538	215.812	175,781	3,0	3,1	4.026
São Bernardo do Campo	811.489	765.463	264.585	239.430	409,478	3,1	3,2	1.982
São Caetano do Sul	157.205	149.263	55.728	50.582	15,331	2,8	3,0	10.254
São Lourenço da Serra	15.028	13.973	4.828	4.309	186,329	3,1	3,2	81
São Paulo	11.895.893	11.253.503	3.947.238	3.579.671	1.521,101	3,0	3,1	7.821
Suzano	282.441	262.480	83.624	74.834	206,201	3,4	3,5	1.370
Taubaté	268.321	244.528	82.572	72.355	20,387	3,2	3,4	13.161
Vargem Grande Paulista	47.879	42.997	14.527	12.551	42,483	3,3	3,4	1.127
Total da RMSP	20.935.204	19.683.975	6.755.130	6.097.732	7.946,823	3,1	3,2	2.634

Fontes: IBGE, População Estimada para 1º de julho de 2014, Censos Demográficos 1991, 2000, 2010 e Base Territorial 2014. Autor, 2014.

Nota: Total estimado de domicílios ocupados refere-se à soma dos totais de domicílios particulares e coletivos ocupados. Domicílios estimados por função linear tendo a população como variável dependente ($R^2=0,998$) e ajustes angular pelo diferencial da função de pessoas por domicílio nos últimos três censos demográficos (1991-2000-2010).

Segundo Ribeiro (2013, p. 9-10), a metrópole seria vista como o centro de poder econômico e político, que se articula com o moderno sistema mundo capitalista, obedecendo a uma ordem econômica hierárquica e executando funções específicas. Uma das funções seria a de “assegurar a transferência de excedente para os países que formam o núcleo dominante da economia-mundo”.

Discorrendo ainda sobre a inserção das metrópoles, Ribeiro observa que:

Com efeito, desde a fase colonial temos o fenômeno da metropolização entendido como centros urbanos que têm suas dinâmicas de organização e funcionamento decorrentes de duas órbitas de influência: como satélite de uma ordem econômica hierárquica que materializa a divisão mundial do trabalho e nos liga à economia-mundo e para dentro como centro de poderes econômicos e políticos que domina o território interno (RIBEIRO, 2013, p. 10).

Mas o autor assegura que mudanças ocorreram neste modelo a partir dos anos 1950:

Mudanças geoeconômicas e geopolíticas ocorridas na segunda metade dos anos 1950 redesenharam a geografia da divisão mundial do trabalho em razão da descentralização do aparato produtivo industrial capitalista em direção a alguns países da periferia, surgindo novos centros de acumulação e valorização do capital internacional (RIBEIRO, 2013, p. 10).

Com estas transformações, o Brasil, internalizou “parte da dinâmica de acumulação e valorização do capital pela industrialização” (RIBEIRO, 2013, p. 10), tornando possível o desenvolvimento capitalista associado e periférico, que Ribeiro acredita estar mais na posição de semiperiférico na hierarquia da economia-mundo capitalista. Registra ainda, que o “fenômeno da metropolização no Brasil se diversifica como fenômeno ecológico-econômico e ecológico-demográfico” (RIBEIRO, 2013, p. 10) e que São Paulo é a metrópole primaz e central neste modelo, exercendo o duplo papel de centro nacional, na articulação interna, e de metrópole internacional, na articulação externa.

Esses 20.935.204 habitantes da RMSP, estimados para 2014, vivem em 6.755.130 domicílios ocupados (Tabela 2.1), que incluem os domicílios particulares permanentes ocupados, domicílios coletivos ocupados e os domicílios improvisados ocupados¹⁵. Há ainda, na RMSP, outros 678.967 domicílios, que agregam os domicílios coletivos sem morador, os domicílios particulares vagos e os domicílios particulares de uso ocasional. Portanto, na RMSP há 7.434.097 domicílios particulares e coletivos. Em 2010, este total correspondia a 6.710.623 domicílios particulares e coletivos.

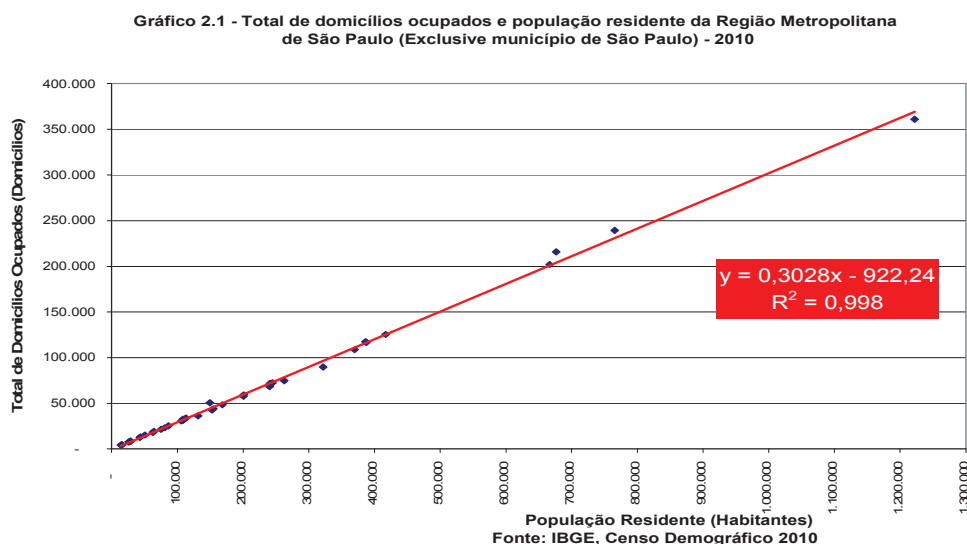
Verifica-se que há uma forte correlação entre o total da população residente e o total de domicílios ocupados para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo (Gráfico 2.1), em função da convergência declinante do número médio de pessoas por domicílio nos municípios desta região, que fica em torno de 3,1 pessoas por domicílio em 2014 (Tabela 2.1)¹⁶. A média de pessoas por domicílio para os municípios da RMSP oscila entre 2,8 e 3,5, mas os municípios mais populosos da RMSP são os que apresentam o menor número médio de pessoas por domicílio ou resultado mais próximo da média geral da região. Nesta condição estão os municípios de São Caetano do Sul, com 2,8, Santo André, com 3,0, São Paulo, com 3,0, São Bernardo do Campo, com 3,1, e Osasco, com 3,2 pessoas por domicílio.

Ao longo do tempo o número médio de pessoas por domicílio vem diminuindo, em função da redução do número de membros na família e agregados, resultado da queda no

¹⁵ Para maiores detalhes sobre as definições dos tipos de domicílios veja-se IBGE (Metodologia do Censo Demográfico 2010, 2013).

¹⁶ Esta convergência declinante de pessoas por domicílio é resultado de transformações demográficas mais profundas, principalmente de mudanças na estrutura familiar e nos arranjos familiares e domiciliares (ALVES; CAVENAGHI, 2012).

nível da fecundidade¹⁷, das mudanças sociais e do aumento relativo e absoluto do número de famílias unipessoais e monoparentais (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 18).



Conforme apurado, através dos dados do Censo Demográfico 2010, a taxa média de domicílios ocupados na Região Metropolitana de São Paulo é de 91%. Isto significa que há 9% de domicílios de uso ocasional ou vago na região. É importante deixar registrado que a taxa média de ocupação varia de localidade para localidade, dependendo das características e histórico da ocupação territorial. Onde há taxas médias de ocupação menores, geralmente são locais menos dinâmicos economicamente. Por exemplo, São Lourenço da Serra, Salesópolis, Pirapora do Bom Jesus, Juquitiba, Guararema, Cotia e Biritiba-Mirim registram taxa média de ocupação abaixo de 80%, em função de ainda apresentarem características agrícolas e com considerável quantidade de chácaras de finais de semana. Os valores máximos são os registrados por Embu, Diadema, Francisco Morato e Rio Grande da Serra, com taxa média de ocupação dos domicílios de aproximadamente 95%, que são áreas densamente povoadas ou de pequena extensão territorial.

A Região Metropolitana de São Paulo conta com uma extensão territorial de 7.946,823 km² (Tabela 2.1), o que corresponde a 3,2% do território do Estado de São Paulo e 0,1% do Brasil¹⁸.

¹⁷ O nível da fecundidade é dado pelo número médio de filhos tidos nascidos vivos por mulher, durante a sua vida reprodutiva. Em termos de vida reprodutiva, considera-se, para efeito de cálculo do indicador, todas as mulheres com idade entre 15 e 49 anos.

¹⁸ Segundo o IBGE (2014), o Estado de São Paulo tem uma área total de 248.222,801 km² e população estimada de 44.035.304 habitantes e o Brasil com 8.515.767,049 km² de superfície e população total estimada de 202.768.562 habitantes, com data de referência em 1º de julho de 2014.

São Paulo, com 1.521,101 km², é o município, na RMSP, que apresenta a maior superfície territorial, seguido pelo município de Mogi das Cruzes, com 712,667 km². Isto se deve, em parte, ao fato de ambos serem os municípios que deram origem aos demais através de desmembramentos e ainda guardam grande extensão territorial. O município de São Caetano do Sul registra a menor extensão territorial, com 15,331 km². De uma maneira geral, comparativamente aos demais municípios brasileiros¹⁹, os municípios da RMSP podem ser considerados de pequena extensão territorial, com uma média de 204 km².

Apesar da RMSP apresentar baixo percentual de área em relação ao território paulista e brasileiro, sua população corresponde a 45,7% e 9,9% desses territórios, respectivamente. É a maior aglomeração urbana metropolitana do país (FARIA, 1978; MATOS, 2000; IPEA, NESUR-IE-UNICAMP; IBGE, 2001; 2002; AJARA; MOTTA, 2001; BRITO; HORTA; AMARAL, 2001; IBGE, 2008; EMPLASA, 2010; IBGE, 2010; RIBEIRO, 2013).

A Região Metropolitana de São Paulo²⁰ é uma região de contrastes, pois tem a Capital que apresenta o maior contingente populacional brasileiro, com 11.895.893 habitantes (Tabela 2.1) residindo nela e ao mesmo tempo encontramos o município de São Lourenço da Serra com 15.028 habitantes, sendo o menor contingente populacional desta região. Por outro lado, há ainda, na RMSP cinco das cidades brasileiras que têm mais de 500 mil²¹ habitantes, mostrando que é ainda uma região concentradora de população e de muito dinamismo.

Algumas cidades do entorno da Região Metropolitana de São Paulo com forte perfil industrial (CUNHA, 1994; TASCHNER; BÓGUS, 2005b) e maior dinamismo econômico são também as que registram os maiores contingentes populacionais da RMSP. Ganham destaque os municípios, pela ordem, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André, Osasco, Mauá e Diadema.

Já a intensidade como essa população é distribuída no espaço, traduzida pela densidade demográfica, mostra que 24 dos 39 municípios registraram alta concentração populacional em seu território, com mais de 1.000 habitantes/km², em 2014. Destacam-se os municípios de Diadema, Taboão da Serra, Carapicuíba, São Caetano do Sul e Osasco com mais de 10.000 habitantes/km² (Tabela 2.1).

Através do Mapa 2.3 é possível verificar a evolução da densidade demográfica de 1970 a 2014, dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo. O que se observa, ao

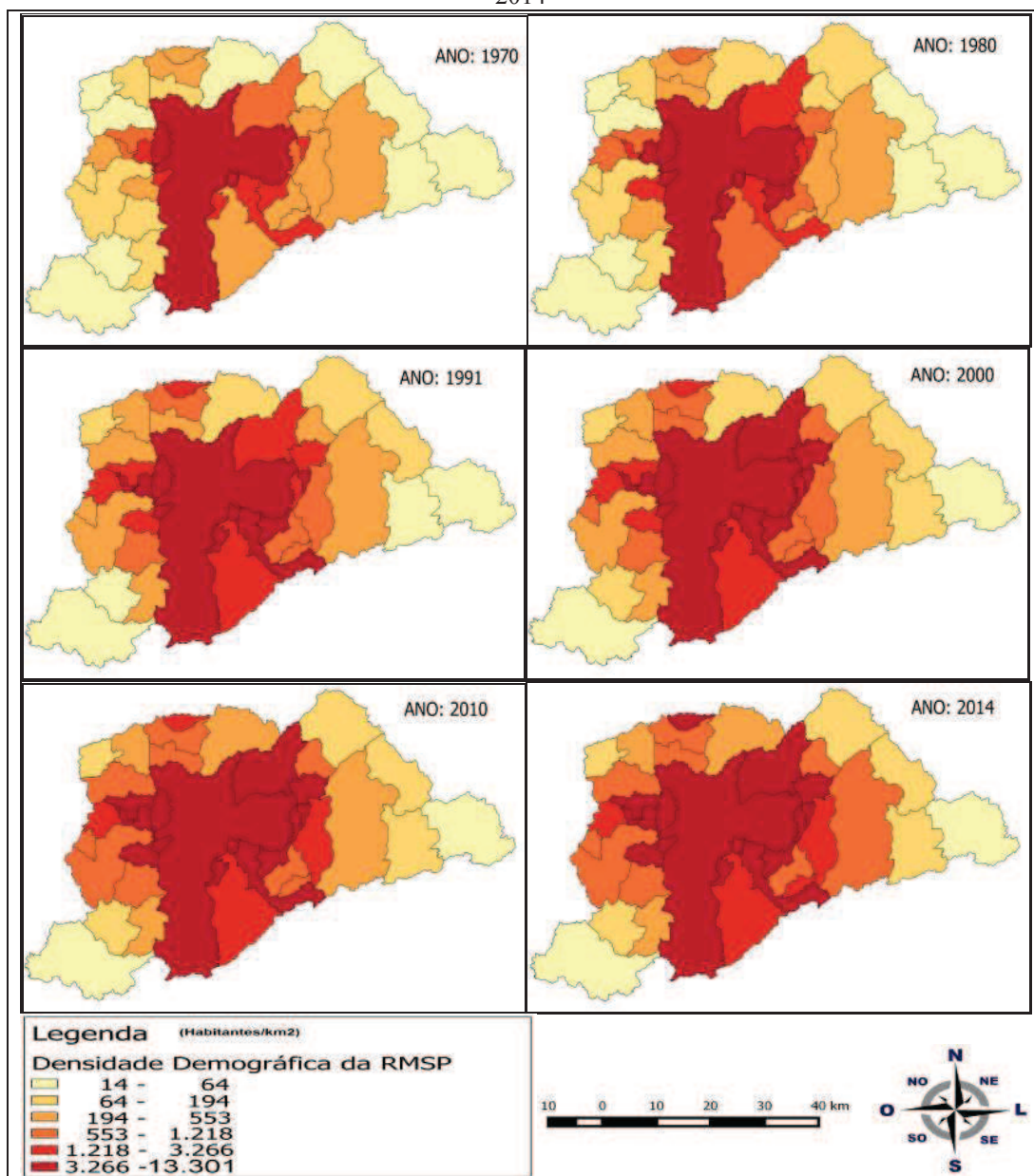
¹⁹ No Brasil, na data de referência do Censo Demográfico 2010, havia 5.565 municípios criados e instalados, com uma extensão territorial municipal média de 1.530,237 km², e a extensão territorial variando de 3,565 km² (menor município: Santa Cruz de Minas – MG) a 159.533,730 km² (maior município: Altamira – PA). A extensão territorial municipal média no Estado de São Paulo é de aproximadamente 385 km² (IBGE, 2010).

²⁰ A Região Metropolitana de São Paulo é a quarta maior metrópole do mundo em população, ficando atrás das Regiões Metropolitanas de Tóquio, Seul e Cidade do México (ONU, 2014).

²¹ No Brasil há, atualmente, 39 cidades com mais de 500 mil habitantes. Destas, 20 são capitais. As cidades paulistas da RMSP com mais de 500 mil habitantes são Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo (IBGE, 2014).

longo do tempo, é um forte adensamento populacional nos municípios do entorno e próximos da Capital, principalmente no sentido Leste-Oeste, ao mesmo tempo em que os municípios mais afastados vão sendo ocupados gradualmente, mas com menos intensidade.

MAPA 2.3 – Densidade populacional dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, 1970-2014



Fonte: IBGE. Censos Demográficos (1970 a 2010). Estimativas de População (2014). Retro-Projeção (1970; 1980). Base Territorial (2014).

Nota: Os municípios de Vargem Grande Paulista e São Lourenço da Serra foram reconstituídos, em termos populacionais, no mapa de densidade demográfica para os anos de 1970 e 1980, pois foram criados depois da coleta dos respectivos Censos Demográficos. Os municípios foram criados nos anos de 1981 e 1991, respectivamente. Utilizou-se os dados de população dos distritos que deram origem aos respectivos municípios: Raposo Tavares (Cotia) e São Lourenço da Serra (Itapequerica da Serra). Conseqüentemente, os municípios de Cotia e Itapequerica da Serra tiveram o total de sua população ajustada, em função desta manobra, visando compatibilizar as informações ao longo do tempo.

Para a elaboração dos mapas, foram hierarquizadas 6 classes de densidades demográficas²², permitindo-se identificar facilmente as menores classes em 1970, entre 14 e 64 habitantes/km², e, as maiores para o ano de 2014, com densidade demográfica entre 3.266 e 13.301 habitantes/km².

Analisando, ainda, o Mapa 2.3, verifica-se que o adensamento é contínuo ao longo do tempo, representando a expansão urbana da população ao longo do tempo. Este adensamento populacional ocorre do centro para o entorno da região, de forma circular e por fases, como se fossem ondas de ocupação e indo cada vez para mais longe do centro à medida que o tempo passa. Há um crescimento da mancha urbana no sentido da Capital para o entorno e à medida que os anos passam, o adensamento volta a ocorrer novamente do centro para o entorno, ficando cada vez mais visível a cor avermelhada no Mapa 2.3. Isto ocorre primeiro, nos anos 1960, a partir da Capital, do lado Oeste (Osasco e região) e na área Sudeste (São Caetano do Sul e região) da RMSP, depois se espalha nos anos 1970, na área norte (Guarulhos e região) e na área leste (Itaquaquecetuba e região).

Neste mesmo período dos anos 1970, já é possível observar o adensamento prosseguir em direção à área sudeste (Mauá e Diadema) e a oeste (Taboão da Serra e Carapicuíba). Nos anos 1980 o adensamento já começa a chegar nos limites das franjas da RMSP, com todo o entorno fortemente ocupado, numa nova onda. O grande destaque neste período é o crescimento populacional do município de Santo André.

Nos anos 1990 as regiões norte e leste são fortemente ocupadas e suas densidades se destacam, com Guarulhos, Itaquaquecetuba e Suzano. A população avança ainda mais para o entorno da Capital e para os municípios nos limites da RMSP. Caieiras, Vargem Grande Paulista e Arujá passam a se diferenciar em termos de ocupação do território e com aumento da densidade demográfica.

No início do século XXI os destaques ficam por conta da ocupação pelo lado Oeste da RMSP, com vários municípios desta região apresentando crescimento acima da média da RMSP. Mas Barueri e Embu das Artes são os destaques em termos de crescimento populacional e densidade demográfica, mostrando muito dinamismo econômico, principalmente Barueri, sendo resultado de vários anos de crescimento não só econômico, mas também social. O entorno da região também continua com o processo de ocupação.

Nesta década, o que se observa é a permanência de forte ocupação da área leste e sudeste, mas o destaque fica por conta do município de Francisco Morato, com densidade superior a 3.393 habitantes/km², em 2014.

²² A densidade urbana é uma medida mais apurada e melhor de se analisar áreas que ainda contenham vasto território rural, mas optou-se pela densidade total dado que a mancha urbana na Região Metropolitana de São Paulo cobre a quase totalidade dos municípios centrais da região e, somente as bordas da região apresentam municípios com vasta área rural ainda não ocupada, não trazendo sérios prejuízos para a análise.

No período de 44 anos as alterações mais significativas, impactantes e intensas se deram em alguns municípios: Santana de Parnaíba, saltando de 30 habitantes/km², em 1970, para 688 habitantes/km², em 2014, correspondendo a um aumento de 22,9 vezes na densidade nesse período; Francisco Morato aumentou em 14,8 vezes esse indicador, saindo de 229 habitantes/km² para 3.393 habitantes/km², Embu das Artes registrou aumento de 14,3 vezes na densidade inicial, que era de 258 habitantes/km² e atingiu 3.680 habitantes/km² e Itaquaquecetuba com acelerado processo de ocupação partiu de 352 habitantes/km² e chegou em 4.222 habitantes/km², o que corresponde a 12,0 vezes mais que em 1970.

Esses processos de ocupação e distribuição espacial da população nestes locais e nos demais municípios da RMSP foram marcados pela forte participação relativa dos componentes vegetativo e migratório no crescimento populacional, que se potencializavam e contribuíam para esse adensamento populacional na região até o final da década de 1980. Nos anos de 1990 o componente migratório vem em queda para boa parte dos municípios da RMSP e, nos anos 2000, o crescimento populacional é marcado pela participação negativa do componente migratório em 16 municípios da RMSP (CUNHA; STOCO; DOTA, 2013, p. 30).

Por vezes, a análise através de grupos de classes e escalas no mapa, mesmo sendo com seis grupos de classes de densidade demográfica, esconde nuances e detalhes que precisam ser desvendados através da análise dos números em si, no tempo e espaço. A Tabela 2.2 apresenta a evolução do quantitativo de municípios por classes de densidade ao longo do período de 1970/2014.

Tabela 2.2 - Número de municípios da RMSP, segundo os grupos de classes de densidade demográfica, 1970/2014

Classes (habitantes/km ²)	1970	1980	1991	2000	2010	2014
14 - 64	9	7	4	2	2	2
64 - 194	7	7	4	6	5	5
194 - 553	10	6	8	5	4	3
553 - 1.218	4	6	5	8	9	9
1.218 - 3.266	6	6	8	5	4	4
3.266 - 13.301	3	7	10	13	15	16
Total	39	39	39	39	39	39

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970 a 2010; Retroprojeção 1970 e 1980; Estimativas 2014.

Em 1970, dos 39 municípios, 26 municípios²³ tinham densidade demográfica abaixo de 553 habitantes/km² (Tabela 2.2), o que equivale a dizer que esses 26 municípios tinham densidade inferior ao que temos hoje de densidade demográfica para o município de Cajamar.

²³ Os 26 municípios são, pela ordem: Juquitiba, Salesópolis, Biritiba-Mirim, Santana de Parnaíba, São Lourenço da Serra, Pirapora do Bom Jesus, Guararema, Santa Isabel, Mairiporã, Embu-Guaçu, Cajamar, Cotia, Arujá, Vargem Grande Paulista, Itapeçerica da Serra, Caieiras, Mogi das Cruzes, Francisco Morato, Rio Grande da Serra, Embu das Artes, Suzano, Franco da Rocha, Ribeirão Pires, Itapeví, Itaquaquecetuba e São Bernardo do Campo.

Já em 2014, 29 municípios²⁴ tinham densidade demográfica superior a 553 habitantes/km², mostrando que a redistribuição espacial de população atingiu um grande número de municípios da Região Metropolitana de São Paulo.

Em 1970 somente três municípios tinham densidade demográfica superior a 3.266 habitantes/km² - São Paulo (3.895 habitantes/km²), Osasco (4.358 habitantes/km²) e São Caetano do Sul (9.793 habitantes/km²), e, em 2014, esse número atingiu a marca de 16 municípios e, destes, cinco têm densidade demográfica superior a 10.000 habitantes/km² - São Caetano do Sul (10.254 habitantes/km²), Osasco (10.673 habitantes/km²), Carapicuíba (11.291 habitantes/km²), Taboão da Serra (13.161 habitantes/km²) e Diadema (13.201 habitantes/km²).

São Caetano do Sul foi o único município a apresentar redução na densidade demográfica em dois censos demográficos seguidos, em 1991 e 2000, resultado da perda populacional nos períodos, em função de taxas de migração negativas na década de 1980 (PERILLO, 1996, p. 76), que persistiram na década de 1990 (PERILLO, 2002, p. 5). No início do século XXI, o município volta a apresentar aumento populacional e reverter o quadro de perdas de população, aumentando a sua densidade demográfica²⁵.

Juquitiba, com 58 habitantes/km², e Salesópolis, com 39 habitantes/km², apresentam os menores indicadores de densidade demográfica da RMSPP, em função do histórico dos municípios em relação às restrições ambientais, com várias APAs e APMs. Além disso, há também sérias dificuldades de acesso por transportes aos referidos municípios. Outra restrição é a longa distância da Capital, que contribui para os municípios apresentarem menor dinamismo na redistribuição espacial da população. São Lourenço da Serra, com 81 habitantes/km², e Biritiba-Mirim, com 97 habitantes/km², têm características semelhantes aos municípios de Juquitiba e Salesópolis em termos de ocupação territorial e registram também baixa densidade demográfica.

Atualmente Santana de Parnaíba, Cotia e Mairiporã são os municípios que apresentam um processo de adensamento populacional mais rápido e intenso. O que se observa é que alguns municípios com baixa densidade demográfica avançaram a taxas pequenas ao longo do tempo, não mais do que dobrando a densidade demográfica entre 1970 e 2014²⁶, equivalentes

²⁴ Os 29 municípios são, pela ordem: Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Cotia, Arujá, Caieiras, Franco da Rocha, Itapeverica da Serra, Vargem Grande Paulista, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Suzano, São Bernardo do Campo, Itapevi, Francisco Morato, Embu, Barueri, Santo André, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Jandira, Mauá, São Paulo, São Caetano do Sul, Osasco, Carapicuíba, Taboão da Serra e Diadema.

²⁵ São Caetano do Sul já não tem para onde crescer horizontalmente. A área do município está totalmente ocupada.

²⁶ Salesópolis e Guararema, que tinham, em 1970, densidade de 22 e 47 habitantes/km², respectivamente.

às de alguns municípios com as mais altas densidades demográficas²⁷, ao passo que os municípios da parte central de densidade demográfica média, crescem a taxas médias maiores²⁸. De um lado, pode ser explicado pela saturação, nos municípios com maiores densidades, e do outro lado, pelo menor dinamismo econômico nos municípios com as menores densidades demográficas.

A Região Metropolitana de São Paulo conjuga alta concentração populacional em áreas territoriais pequenas, potencializando a densidade demográfica em Diadema, Carapicuíba e Osasco, por exemplo. Em contraste, há municípios com baixa densidade demográfica, como Salesópolis, Santa Isabel, Juquitiba, Biritiba-Mirim, Guararema, São Lourenço da Serra e Pirapora do Bom Jesus, com vários destes municípios ainda desenvolvendo importantes atividades agrícolas²⁹ (SANTANA, 2006; IBGE, 2006; 2007), principalmente na produção de hortifrutigranjeiros numa área chamada de “cinturão verde da RMSP” (FUNDAÇÃO SEADE, 2009, p. 7) ou com áreas com restrições de uso do solo, como as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) ou Áreas de Proteção aos Mananciais (APMs)³⁰, apesar dessa legislação não impedir a expansão urbana indevida nessas áreas protegidas (OLIVEIRA; ALVES, 2005).

No Mapa 2.4 é possível observar a área de cobertura da legislação sobre APMs, que coincide com as áreas de menor densidade populacional da região. As principais Áreas de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de São Paulo ficam nos municípios de Cajamar, Guarulhos (parte das áreas norte e nordeste do município), Arujá (área norte do município), Mairiporã, Santa Isabel e Juquitiba (EMPLASA, 2010).

²⁷ São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André, que registravam, em 1970, densidades de 3.895, 9.793 e 2.383 habitantes/km², respectivamente, não chegaram a dobrar a densidade demográfica no período de 1970 a 2014.

²⁸ Os municípios de Embu das Artes, Francisco Morato, Itaquaquecetuba e Santana de Parnaíba tiveram aumento na densidade demográfica superior a 10 vezes o valor observado em 1970, isto é, os valores para esses municípios eram, em 1970, de 258, 229, 352 e 30 habitantes/km², respectivamente.

²⁹ Segundo a Fundação SEADE (2009, p. 7), a Região Metropolitana de São Paulo é responsável por mais da metade da produção de alface e quase a metade da produção estadual de caqui.

³⁰ Segundo Oliveira e Alves (2005, p. 5-6), APA [...] é uma categoria de Unidades de Conservação de uso sustentável, ou seja, é possível a exploração dos recursos da área desde que se enquadre nas limitações impostas pelo meio físico no que tange à manutenção da qualidade dos recursos naturais ali presentes e proporcione benefícios sociais para a população e a APM “visam garantir o estabelecimento de política de mananciais, que possa não somente proteger, mas também realizar a recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo, entre elas a Bacia do Guarapiranga e da Billings”.

MAPA 2.4 - Áreas de proteção aos Mananciais da Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Fonte: DEPRN (2014); EMPLASA (2010).

Nota: Legislações aplicadas: Leis Estaduais 898/75 e 1.172/76, regulamentadas pelo Decreto 9.714/77.

Uma outra forma de olhar a densidade demográfica da RMSP é avaliando-se como a mesma se distribui pelo território, tomando-se como referência os dois ramos de desmembramento de municípios da região. Ainda é heterogênea a sua distribuição³¹. No caso da RMSP, a distribuição é muito desigual dessa população pelo território, pois atualmente apenas seis municípios, dos 39 existentes, concentram mais de 76% da população da Região Metropolitana de São Paulo³² e a quase totalidade desses municípios apresenta altos valores de densidade demográfica, com um histórico econômico ligado à industrialização da RMSP.

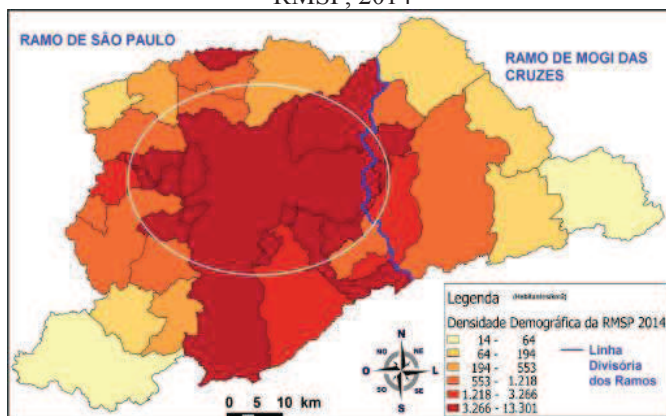
A concentração da população ainda se dá na parte central da RMSP, num raio de 30 km, a partir do Marco Zero do município de São Paulo (Mapa 2.5), todos guardando proximidade com a Capital. Os menores índices de concentração populacional ocorrem nos municípios distantes da Capital, onde o processo de ocupação é dificultado por diversos fatores e barreiras, como os já citados anteriormente, mas a ocupação ocorre, mesmo que de forma gradual e lenta, ao longo das últimas décadas.

Os municípios criados a partir do ramo de Mogi das Cruzes apresentam uma menor ocupação do espaço territorial através do desmembramento e uma ocupação mais lenta, com três desmembramentos no século XIX e seis no século XX, já os municípios criados a partir do ramo de São Paulo foram os que mais se adensaram em um curto espaço de tempo do século XX.

³¹ A densidade demográfica da RMSP é muito heterogênea não só em relação aos municípios que a compõem, mas também heterogênea dentro dos próprios municípios, principalmente naqueles com grande extensão territorial, com área rural significativa ou com muitas divisões distritais em área urbana. Salienta-se também que o índice obtido refere-se a toda a área do município, incluindo inclusive áreas não ocupadas e não residenciais.

³² Os seis municípios são: Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

MAPA 2.5 – Densidade demográfica e destaque da área de maior concentração populacional na RMSP, 2014



Fonte: IBGE. Base Territorial (2014); Estimativas Populacionais (2014).

Essa variação na densidade demográfica na RMSP, segundo modelos de Clark (1951) e Newling (1969), já é esperada, pois a densidade diminui acentuadamente com a distância do centro da RMSP, principalmente em áreas de grande desenvolvimento e em expansão. O Gráfico 2.2 mostra a relação entre as distâncias dos municípios da RMSP com a sede da RMSP e as respectivas densidades demográficas; o resultado obtido aproxima-se do modelo de Newling (1969)³³.

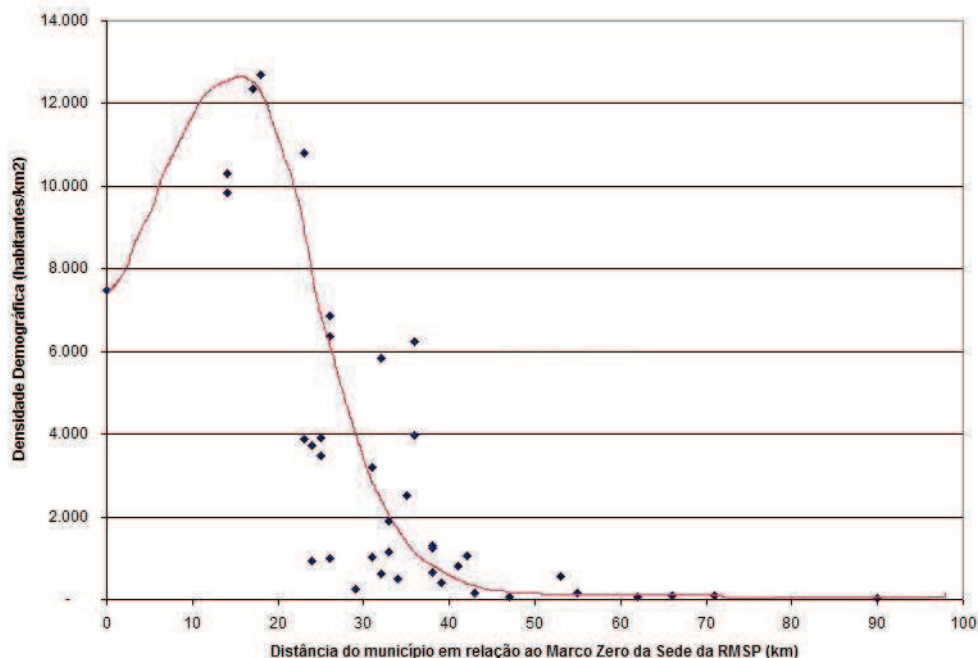
Vê-se, no Gráfico 2.2, que à medida que a distância entre o município e a sede da RMSP aumenta, diminui gradualmente a densidade demográfica do município. Salesópolis é o município que fica mais distante da sede da região, a 90 km, cuja densidade demográfica é de 39 habitantes/km²; Osasco e São Caetano do Sul, os mais próximos da sede, ficam a 14 km e registram 10.673 e 10.254 habitantes/km², respectivamente.

É possível observar a “cratera”, que Newling (1969) relata em seu modelo: é resultado da curva entre o Marco Zero, com os dados do município de São Paulo e os municípios mais próximos, que são fortemente adensados populacionalmente (Osasco, São Caetano do Sul, Diadema e Taboão da Serra). Apesar da aderência ao modelo proposto por Newling (1969), há na RMSP, ainda, municípios com baixa densidade demográfica, apesar da proximidade com a região central: Caieiras (24 km de distância e 983 habitantes/km²), Franco da Rocha

³³ O modelo de Newling (1969) é uma modificação do modelo de exponencial negativa de Clark (1951). Esse modelo empírico de Clark (1951), ajustado a dados censitários, mostra como a densidade demográfica (habitantes/km²), em áreas urbanas, se altera (diminui exponencialmente) com o aumento da distância em relação ao centro da região (modelo mais adequado ao perfil de cidades da Europa e cidades americanas nos primeiros estágios de desenvolvimento). O modelo exponencial quadrático de Newling (1969) – modelo mais adequado ao perfil de cidades dos Estados Unidos da América no estágio mais avançado de desenvolvimento –, também empírico, acrescenta ao modelo proposto por Clark (1951), o que ele chama de “cratera” ou “buraco”, que acaba se formando, ao longo do tempo, próximo à área central da região, em função da substituição de uso da terra, de comercial e industrial, para fins residenciais. Este novo modelo procura cobrir as transformações nos padrões de densidade populacional urbana que ocorrem ao longo do tempo: de um modelo de densidade demográfica altamente concentrada no núcleo central da região e cidades mais compactas, por um modelo onde a densidade demográfica é melhor distribuída por toda a região.

(26 km de distância e 1.072 habitantes/km²) e Mairiporã (29 km de distância e 283 habitantes/km²).

GRÁFICO 2.2 – Relação entre as distâncias dos municípios da RMSP (Centróide) com a Sede da RMSP (Marco Zero) e as densidades demográficas, 2014



Fonte: IBGE. Base Cartográfica (2014); Estimativa de População (2014).

A relação pregressa e os vínculos históricos desses municípios desmembrados de São Paulo com a própria sede da Região Metropolitana de São Paulo, tanto econômica, política, social, cultural e territorial facilitou sobremaneira essa ocupação e determinou a intensidade como isto aconteceu. A própria industrialização e seu espraiamento na região teve papel importante na configuração dos espaços e nas emancipações ocorridas nesse ramo.

Por outro lado, as características mais rurais e agrícolas, persistentes por muito tempo, do município de Mogi das Cruzes, o outro ramo, acabaram por frear os desmembramentos, pois com uma área menos adensada a pressão demográfica por criação de município se torna menor e, mesmo que haja alguma movimentação neste sentido, politicamente se torna inviável.

Assim, a variação espacial na densidade demográfica, para menor, está ligada a diversas causas, quais sejam: distância da sede da região, dificuldades de acesso e transporte, a própria extensão territorial, dificuldades e impedimentos legais e naturais, natureza histórica da ocupação das terras, custo da terra, falta de infraestrutura e equipamentos sociais, menor concentração industrial, alta concentração de unidades comerciais e de serviços entre outras causas.

2.4 Taxas geométricas anuais de crescimento populacional

Essa taxa média geométrica anual de crescimento populacional reflete o resultado do crescimento vegetativo, combinado com os saldos migratórios da unidade territorial analisada. Assim, a análise do crescimento populacional deve ocorrer à luz desses dois componentes que alteram significativamente as taxas de crescimento ao longo do período analisado. Mais à frente, será feita a decomposição do crescimento vegetativo e migratório, para a Região Metropolitana de São Paulo, objeto principal deste estudo. Por hora, discute-se as grandezas observadas nas taxas.

Com os resultados das taxas geométricas anuais de crescimento populacional do período de 1872-2014 e avaliando-se, mais especificamente, os dados do período de 1940-2014, verifica-se que as taxas geométricas médias anuais de crescimento populacional na Região Metropolitana de São Paulo entre os anos de 1940-1980 registraram os maiores valores médios comparativamente ao Brasil, ao Estado de São Paulo e à Capital no mesmo período (Tabela 2.3), refletindo o comportamento da mortalidade e da fecundidade e as atividades de expansão econômica, com a inevitável atração populacional para a região. Este foi o período em que a região apresentou crescimento acelerado e alta concentração populacional, resultado da combinação das taxas de crescimento e do elevado estoque de população na região.

Tabela 2.3 - Taxa média geométrica de crescimento anual (%), das populações do município de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, estado de São Paulo e Brasil - 1872/2014

Anos	Município de São Paulo	Região Metropolitana de São Paulo	Estado de São Paulo	Brasil
1872-1890	4,03	3,14	2,77	1,91
1890-1900	13,96	8,52	5,12	1,98
1900-1920	4,58	4,14	3,62	2,91
1920-1940	4,23	4,06	2,26	1,50
1940-1950	5,27	5,37	2,48	2,38
1950-1960	5,60	5,99	3,51	3,12
1960-1970	4,57	5,56	3,30	2,75
1970-1980	3,69	4,46	3,52	2,48
1980-1991	1,04	1,88	2,00	1,93
1991-2000	0,91	1,65	1,79	1,63
2000-2010	0,76	0,97	1,10	1,18
2013-2014	0,63	0,77	0,85	0,85

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1872 a 2010, Estimativas de População 2013 e 2014.

Tem-se também que a taxa de crescimento populacional anual da RMSP no século XX foi de 4,13% ao ano, mas as taxas da primeira metade do século XX foram superiores às taxas da segunda metade desse mesmo século, sendo 4,35% ao ano contra 3,95% ao ano. Apesar dos volumes populacionais expressivos no crescimento da Região Metropolitana de São Paulo na segunda metade do século XX, foi entre 1900-1950 que ocorrem as maiores taxas de crescimento populacional, além do que, nas duas últimas décadas do século XX, a região experimentou taxas baixíssimas de crescimento populacional, influenciando fortemente o resultado da segunda metade do século XX.

No final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950 foram também indutores na configuração espacial da RMSP a melhoria nos sistemas de transportes (VILLAÇA, 2001, p. 13), com a construção de rodovias, que facilitaram os movimentos de pessoas e fluxos de mercadorias na região, assim como as instalações de novas indústrias na capital e no seu entorno (FUNDAÇÃO SEADE, 2009, p. 3) e (CUNHA, 1994, p. 31). O processo de industrialização foi muito acelerado a partir dos anos 1940/1950, com atração de grandes empresas internacionais, em especial as indústrias automobilísticas (RIBEIRO, 2013, p. 36).

A taxa média geométrica anual de crescimento da população na Região Metropolitana de São Paulo na década de 1950, de 5,99% ao ano (Tabela 2.3), foi o maior valor observado em todo o período republicano e é resultado da intensa migração do campo para a cidade (MARTINE et al. 1990) e de outros fatores ligados à dinâmica da natalidade e melhoria nos indicadores de mortalidade (CARVALHO, 2004). De um lado, volumes significativos de migrantes nacionais aportando na região, de outro a fecundidade também chegando a níveis elevados, apesar de apresentar sinais de queda neste componente na década de 1960 (BERQUÓ, 1973; 1990). Mas quem ditou o ritmo de crescimento populacional da região foi a migração até o final da década de 1970, conforme pode ser observado na Tabela 2.4.

Entre 1940 e 1980 os volumes líquidos observados na migração da Região Metropolitana de São Paulo foram sempre positivos e superiores aos volumes observados no crescimento vegetativo. Mas é possível notar que, já nos anos de 1970, a participação relativa da migração no crescimento populacional da Região Metropolitana de São Paulo já dava sinais de queda, pois passou de 59,7%, no período de 1960-1970, para 51,6%, na década seguinte (Tabela 2.4). Nas décadas que se seguiram, o saldo migratório oscilou entre negativo e positivo, mas num volume reduzidíssimo e, na última década, voltou a registrar saldo migratório negativo.

Tabela 2.4 - Crescimento demográfico absoluto e taxa geométrica média anual por tipo de componente (vegetativo e migratório) para a Região Metropolitana de São Paulo, 1940/2010

Período	Crescimento Demográfico					Taxa Geométrica Média Anual de Crescimento da População (%)		
	Total	Vegetativo	(%)	Migratório	(%)	Total	Vegetativo	Migratório
1940-1950	1.094.741	293.437	26,8	801.304	73,2	5,53	1,48	4,05
1950-1960	2.076.290	840.583	40,5	1.235.707	59,5	5,83	2,36	3,47
1960-1970	3.400.834	1.369.950	40,3	2.030.884	59,7	5,56	2,24	3,32
1970-1980	4.448.815	2.153.238	48,4	2.295.577	51,6	4,46	2,16	2,30
1980-1991	2.856.216	3.130.908	109,6	-274.692	-9,6	1,88	2,06	-0,18
1991-2000	2.431.771	2.212.180	91,0	219.591	9,0	1,64	1,49	0,15
2000-2010	1.805.272	2.104.952	116,6	-299.680	-16,6	0,97	1,13	-0,16

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1940 a 2010; Fundação SEADE, 1993, 1998 e 2011 e Autor, 2014.

Nota: Cálculos utilizando o Método das Estatísticas Vitais.

A partir da década de 1980 quem comanda o crescimento populacional da RMSP é a periferia metropolitana, respondendo por mais de 50% do crescimento populacional da região (BRITO; SOUZA; 2005, p. 51).

A dinâmica demográfica da RMSP foi bruscamente alterada na década de 1980 (Tabela 2.4) pela mudança drástica do crescimento migratório, que ficou negativo em 9,6%, resultado de perdas de população para o Interior do estado de São Paulo, forte redução da imigração interestadual e aumento da migração de retorno.

O crescimento vegetativo, a partir dos anos de 1980, é mais efeito inercial da estrutura populacional e do contingente feminino em idades reprodutivas, do que devido ao nível de fecundidade na RMSP, já que a Taxa de Fecundidade Total (TFT), ou seja, o número médio de filhos por mulher se encontrava em declínio na década de 1970 e, mais recentemente, ficou abaixo do nível de reposição³⁴. No início da década de 1980, a TFT era de 3,4 filhos por mulher, caindo para 2,3 filhos em 1991, 2,0 filhos em 2002 e, em 2009 ficou em 1,78 filho, ou seja, queda de 50% no período de 1980-2009 (SEADE, 2003 e 2011).

Para Carvalho (2004, p. 5), no Brasil, entre 1940-1970, houve um aumento do ritmo de crescimento populacional, que se deveu exclusivamente ao declínio da mortalidade. O autor considera o Brasil, nesse período, uma população fechada e as taxas de fecundidade eram mantidas em patamares altos, isto é, em torno de 6 filhos por mulher.

Discorrendo ainda sobre a temática, Carvalho (2004) aponta:

A situação da população brasileira nessas três décadas caracterizava-se pelo que se denomina em demografia de quase-estabilidade: apesar do rápido declínio da mortalidade e do aumento no ritmo de crescimento, não houve mudança significativa na estrutura etária relativa, pois a fecundidade manteve-se basicamente constante (CARVALHO, 2004, p. 5).

³⁴ O nível de reposição populacional é de 2,1 filhos por mulher. Este valor garante a substituição das gerações e, caso o valor da TFT seja inferior a este valor e observada a ausência de imigração e emigração, a população tendem a diminuir ao longo do tempo, podendo até desaparecer, dependendo do nível atingido na TFT.

Diferentemente e como visto anteriormente, para a Região Metropolitana de São Paulo, a migração passar a ter papel importante nesse processo de crescimento populacional ainda nesse período.

Nas décadas de 1960 e 1970 ocorreu um pequeno arrefecimento no crescimento populacional da Região Metropolitana de São Paulo, fruto do declínio da fecundidade (BERQUÓ, 1973; BERQUÓ, 1990; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006; MERRICK, 1973), (MARTINE; CAMARGO, 1984)³⁵, em função de a região experimentar melhores condições econômicas e da existência de grupos sociais de nível mais alto (CARVALHO, 2004, p. 7), conjugado com a queda na participação da migração no crescimento demográfico da região (Tabela 2.4). A década de 1960 foi marcada pelo momento de inflexão da taxa de crescimento populacional da RMSP, apesar da região conviver, em nível municipal, com diversos regimes de taxas de crescimento populacional. Segundo Cunha (1994, p. 33), os municípios³⁶ servidos e com acessibilidade pelas ferrovias (Sorocabana, Central do Brasil e Santos-Jundiaí), ou pelas principais rodovias (Castelo Branco e Régis Bittencourt) da Região Metropolitana de São Paulo foram os que tiveram os melhores desempenhos demográficos nas décadas de 1960 e 1970.

A década de 1980 realmente foi um marco na transformação do quadro demográfico na Região Metropolitana de São Paulo, com a taxa de crescimento geométrico anual caindo muito, de 4,46% para 1,88%³⁷. Além da questão do declínio da fecundidade, ocorreu o aumento da emigração e diminuição no saldo migratório (CUNHA, 1994, p. 30)³⁸, como consequência de grandes mudanças econômicas e sociais (RIBEIRO, 2013) ocorridas no Brasil, com reflexos diretos e mais imediatos na Região Metropolitana de São Paulo.

O que explica parte dessa redução no ritmo de crescimento populacional e reestruturação espacial da população na RMSP, nesse período dos anos de 1980, foram o desaquecimento da economia brasileira, com estagnação do Produto Interno Bruto - PIB

³⁵ Os autores apontam que nessas duas décadas “processou-se uma significativa reversão no comportamento reprodutivo da sociedade brasileira” (MARTINE; CAMARGO, 1984, p. 101) e que “o principal fator direto e decisivo nessa queda teria sido o aumento do uso de meios anticoncepcionais...” (MARTINE; CAMARGO, 1984, p. 106). Segundo Berquó e Cavenaghi (2006, p. 12), a taxa de fecundidade total no Brasil caiu de 6,3 para 5,8 filhos na década de 1960, com redução de 7,9% e na década seguinte a redução foi de 24,1%, chegando a 4,4 filhos tidos por mulher.

³⁶ Os municípios são, pela ordem, Carapicuíba, Ferraz de Vasconcelos, Franco da Rocha, Barueri e Embu das Artes, sendo Ferraz de Vasconcelos um município desmembrado do ramo de Mogi das Cruzes e os demais do ramo de São Paulo.

³⁷ Segundo Carvalho (2004, p. 7-8), “o efeito mais evidente do declínio da fecundidade é a queda no ritmo de crescimento populacional”. Uma outra consequência da queda da fecundidade, apontada pelo autor, é o início do processo de envelhecimento da população. Segundo Berquó e Cavenaghi (2006, p. 12), a taxa de fecundidade total no Brasil caiu na década de 1980 de 4,4 filhos para 2,7 filhos, apresentando uma redução de 38,6%.

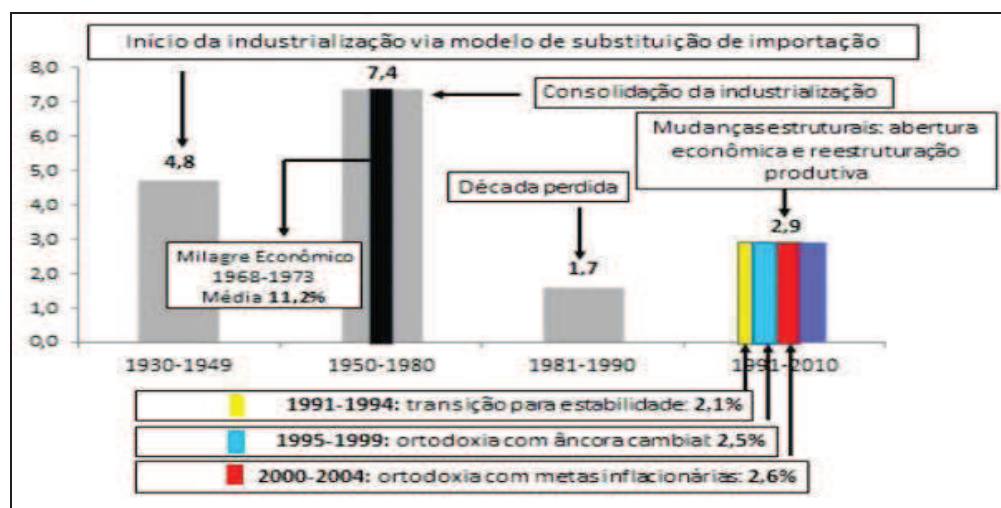
³⁸ Cunha (1994, p. 30), com base nos dados preliminares do Censo Demográfico de 1991, aponta uma diminuição da velocidade de expansão da periferia e a emergência e/ou consolidação de alguns pólos econômicos/demográficos no interior do Estado de São Paulo.

(Gráfico 2.3) e altas taxas de inflação³⁹ (Gráfico 2.4), afetando diretamente o principal pólo econômico nacional, que era a RMSPP, com sérias consequências e efeitos na redução da migração para a região e aumento da migração de retorno interestadual. Período da relativa desconcentração industrial da Região Metropolitana de São Paulo iniciada nos anos de 1970 (CANO, 1997, p. 116), ou espriamento da indústria do tipo “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1985, p. 221), ou mesmo a ocorrência de “deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões” (DINIZ, 1995, p. 12). Associado a este aspecto da lógica da economia, deve-se considerar que a lógica da transição demográfica atuava na mesma região, contribuindo para a redução populacional.

O que colaborou para aumentar a crise da economia brasileira nos anos de 1980, além da queda no crescimento econômico, traduzida através de um PIB médio de 1,7% ao ano nessa década (Gráfico 2.3), foi o aumento sistemático e resistente da inflação, que perdurou até 1994, com a aplicação do Plano Real (Gráfico 2.4).

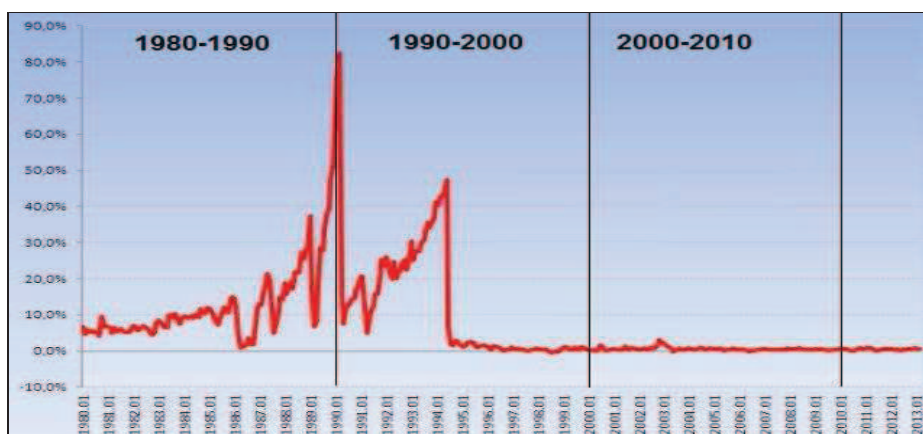
No Gráfico 2.3, entre 1950 e 1980, observa-se o melhor período que a economia brasileira atravessou, com crescimento do PIB acima de 7% ao ano. Este período coincide com o crescimento populacional acelerado na Região Metropolitana de São Paulo e saldos migratórios decenais acima de 1 milhão de pessoas (Tabela 2.4).

GRÁFICO 2.3 - Evolução econômica do Brasil na fase da industrialização (Produto Interno Bruto), 1930-2010



Fonte: Ribeiro (2013, p. 14).

³⁹ Na década de 1980 foram executados três planos econômicos, sem sucesso: em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado; em junho de 1987, o Plano Bresser; e em janeiro de 1989 o Plano Verão. Até meados da década de 1990 a economia brasileira vivia de sobressaltos e, nessa mesma década, outros três planos foram aplicados: Plano Collor, em março de 1990; Plano Collor II, em janeiro de 1991; e, finalmente, o Plano Real, em julho de 1994. Somente e desde 1996 as taxas de inflação, medidas pelo IPCA (IBGE), ficaram próximas da margem de controle e de metas do Governo Federal e na casa de um dígito, com taxa média de inflação anual de 6,45% entre 1996-2013.

GRÁFICO 2.4 - Inflação mensal medida pela variação do IPCA do Brasil, 1980-2013

Fonte: IBGE. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (1980-2013).

Para Pacheco (1999, p. 37), a desconcentração econômica teve continuidade até meados da década de 1990, apesar de ocorrer de forma menos intensa do que a observada na década de 1970 e início dos anos de 1980⁴⁰.

Para Cano (2011, p. 35-36), a década de 1990 foi marcada pela reestruturação produtiva e comercial, que o autor chama de a “Terceira Revolução Industrial”, ocorrendo numa economia globalizada, implicando em grandes mudanças nas empresas e na forma como atuam na divisão internacional do trabalho. Essas mudanças trouxeram consequências para o emprego, com redução da necessidade da força de trabalho em algumas regiões. A RMSP foi uma dessas áreas afetadas, em função da concentração de muitas empresas multinacionais. Segundo o autor essa reestruturação produtiva continuou no início do século XXI.

Apesar dessa reestruturação produtiva, o que se viu em toda a primeira década do século XXI e início da segunda, foi a manutenção de nove municípios⁴¹ da Região Metropolitana de São Paulo entre os 20 municípios mais bem classificados no ranking do PIB municipal do Estado de São Paulo, conforme Quadro 2.4. Desses nove municípios da RMSP,

⁴⁰ Segundo Patarra e Baeninger (1988, p. 36) e Patarra (2003, p. 36), há uma defasagem temporal entre a dinâmica econômica e a dinâmica demográfica, isto é, a repercussão resultante. O fenômeno nem sempre é captado num censo demográfico, mas num censo demográfico executado posteriormente, em função do tempo decorrido entre os estímulos e a reação da sociedade, bem como os fatos que acontecem na sociedade não obedecem à temporalidade censitária. Baeninger (2005, p. 90), também aponta que há uma defasagem temporal entre os acontecimentos econômicos e os fluxos migratórios. Em Baeninger (2012, p. 9; p. 10; p. 40; p. 45; p. 57), a autora aponta que a defasagem entre os processos passou a existir depois dos anos 1970. Nos dias de hoje, com a melhoria das comunicações, o uso de mídias sociais e a integração quase total das localidades brasileiras é possível que esse tempo de reação tenha sido encurtado e até pretensos movimentos migratórios tenham sido evitados, não obstante que cada processo tenha o seu tempo de execução e maturação.

⁴¹ Os nove municípios melhores posicionados para o ano de 2011 são: São Paulo, Guarulhos, Osasco, São Bernardo do Campo, Barueri, Santo André, Diadema, São Caetano do Sul e Mogi das Cruzes. Em 2000 quem estava na lista dos nove melhores posicionados era o município de Mauá, que cedeu lugar para o município de Mogi das Cruzes (FUNDAÇÃO SEADE, 2013).

os destaques ficam por conta dos municípios de Guarulhos e Osasco, que ascenderam algumas posições ao longo da primeira década deste século.

QUADRO 2.4 - Vinte municípios mais bem classificados no ranking do PIB municipal no Estado de São Paulo, 2000/2011

Ranking	2000	2010	2011
1	São Paulo	São Paulo	São Paulo
2	São José dos Campos	Guarulhos	Guarulhos
3	Guarulhos	Campinas	Campinas
4	Campinas	Osasco	Osasco
5	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo
6	Barueri	Barueri	Barueri
7	Osasco	Santos	Santos
8	Santo André	São José dos Campos	São José dos Campos
9	Sorocaba	Jundiaí	Jundiaí
10	Ribeirão Preto	Santo André	Ribeirão Preto
11	Jundiaí	Ribeirão Preto	Sorocaba
12	Paulínia	Sorocaba	Santo André
13	Santos	Diadema	Diadema
14	Diadema	São Caetano do Sul	São Caetano do Sul
15	São Caetano do Sul	Piracicaba	Piracicaba
16	São José do Rio Preto	Taubaté	Louveira
17	Mauá	São José do Rio Preto	Taubaté
18	Piracicaba	Louveira	São José do Rio Preto
19	Taubaté	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes
20	Cubatão	Paulínia	Paulínia

Fontes: Fundação SEADE (2013, p. 4).

O segundo colocado, Guarulhos, subiu no ranking em função do aumento dos serviços na participação do total do valor adicionado da economia, com 69%, resultado puxado por conta da existência do Aeroporto Internacional de Guarulhos (transportes de cargas e passageiros) e um setor de serviços diversificado, com destaque para o comércio, alojamento e alimentação. Osasco, quarto colocado no ranking, também deixou de ser, há muito tempo, uma cidade industrial, registrando 90% de participação dos serviços no total do valor adicionado do PIB municipal (pela presença de importantes instituições financeiras e empresas de comércio atacadista e varejista) e a produção industrial registrou apenas 10% e vem caindo gradativamente ao longo do tempo (FUNDAÇÃO SEADE, 2013). Em relação à RMSP ocorreu uma leve queda na participação do PIB no Estado de São Paulo, de 57,3% em 2000, para 56,3%, em 2011, em decorrência da queda na indústria (52,4% → 47,7%), que foi contrabalançada pelo aumento relativo na participação dos serviços (59,0% → 60,3%) (FUNDAÇÃO SEADE, 2013).

A partir da década de 1980, o Estado de São Paulo passa a crescer com taxas de crescimento populacional superiores às da Região Metropolitana de São Paulo e Capital paulista, mantendo este status até os dias atuais, mostrando mais dinamismo demográfico, resultado também de melhorias sócio-econômicas no Interior paulista.

Para as quatro áreas analisadas⁴², no período em destaque, 1940-2014, houve alternâncias, mas no geral, a partir de 1960, viu-se tendência de declínio expressivo das taxas anuais de crescimento populacional; as taxas projetadas no último período (2013-2014) bem abaixo de 1,0% ao ano em todas as áreas, com destaque para o município da Capital, que sempre antecipa tendências demográficas, com 0,76% ao ano, entre 2000-2010 e, praticamente, a mesma taxa de crescimento entre 2013-2014, com 0,75% ao ano de crescimento populacional. Outro ponto a ser observado é que as taxas de crescimento, lá no início do período, em 1940, e ao longo de mais de meio século, não apresentavam convergência entre as áreas analisadas, fato que passou a ocorrer nas últimas duas décadas, com taxas mais homogêneas, resultado em grande parte da generalizada queda da fecundidade e menores volumes de migração.

Observando a taxa de crescimento populacional da RMSP é plausível afirmar que não há perspectiva de acontecer um aumento na mesma, pois o arrefecimento nas migrações continua e há uma estabilidade nos indicadores de mortalidade e fecundidade, em níveis baixos, contribuindo para manter baixo o crescimento populacional nas próximas décadas. Isto somente não aconteceria com uma reversão histórica no quadro da migração, fato muito difícil de acontecer na conjuntura atual e numa perspectiva realística de curto prazo.

Sobre esta questão e, analisando o efeito da inércia do crescimento populacional, Carvalho (2004, p. 8-9) esclarece que:

[...] a taxa corrente de crescimento populacional é consequência das funções fecundidade e mortalidade correspondentes ao passado (7 ou 8 décadas), que definem a estrutura etária relativa, e das funções de fecundidade e mortalidade correntes.

Desta forma, espera-se que este efeito sobre o crescimento na RMSP atualmente seja bem mais fraco do que o observado entre a década de 1970 e 1990, quando tínhamos duas funções de fecundidade⁴³ e a taxa de crescimento populacional caiu fortemente. O que se espera em decorrência da homogeneização dos regimes de fecundidade é que a migração continue a ditar o crescimento na RMSP (negativo ou positivo). Verifica-se que nestes últimos anos o ritmo de crescimento populacional da RMSP diminuiu bastante e é uma tendência que se mantenha nessa mesma direção, mas de forma mais lenta a partir de agora.

Na RMSP a taxa média anual de crescimento populacional caiu de 5,95%, na década de 1950, para 0,97% no início da década de 2010, mostrando a forte redução e desaceleração

⁴² Município de São Paulo. Região Metropolitana de São Paulo. Estado de São Paulo e Brasil.

⁴³ Conforme Carvalho (2004, p. 9), isto acontece quando “[...] se passa a conviver com uma função de fecundidade de nível bem mais baixo e uma distribuição etária construída, através do tempo, por funções de fecundidade de níveis bem mais altos”.

no ritmo de crescimento da região. Ainda na década de 2000 a taxa de crescimento da RMSP foi inferior à taxa média do Estado de São Paulo, registrando baixo crescimento.

Considerando as taxas médias de crescimento populacional por município, apesar das taxas médias de crescimento populacional da RMSP apresentarem-se declinantes a partir da década de 1970, não é isto que se vê para a totalidade dos municípios dessa região. Há muita heterogeneidade nas taxas de crescimento populacional dos municípios, como pode ser observado na Tabela 2.5⁴⁴.

Tabela 2.5 - Taxa média geométrica de crescimento anual populacional (%), dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo - 1960/2013

Municípios	Períodos					
	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010	2010-2013
Arujá	5,21	6,09	7,20	5,26	2,41	1,97
Barueri	8,53	7,05	5,11	5,39	1,49	1,03
Biritiba Mirim (1)	4,69	3,96	2,64	3,68	1,51	1,31
Caeiras	5,17	4,85	4,08	6,92	2,01	1,62
Cajamar	4,87	7,73	3,98	4,68	2,38	2,10
Carapicuíba (1)	12,05	12,90	3,92	2,24	0,72	0,74
Cotia	7,09	7,26	6,55	3,85	3,05	2,32
Diadema	20,42	11,17	2,66	1,79	0,79	0,53
Embu das Artes	13,67	18,01	4,52	3,29	1,48	1,31
Embu-Guaçu (1)	7,97	7,34	4,97	5,30	1,02	0,85
Ferraz de Vasconcelos	9,47	8,06	5,18	4,53	1,71	1,47
Francisco Morato (1)	15,96	9,59	10,27	5,49	1,48	1,24
Franco da Rocha	3,65	3,33	4,85	2,70	1,99	1,60
Guararema	5,10	1,77	1,60	2,23	1,67	1,37
Guarulhos	8,87	8,38	3,60	3,54	1,33	1,09
Itapecerica da Serra	6,03	9,03	3,97	4,79	1,67	1,14
Itapevi	10,47	6,73	6,60	4,72	2,16	1,78
Itaquaquecetuba	9,78	9,50	7,67	5,86	1,69	1,48
Jandira (1)	19,83	11,08	5,14	4,40	1,69	1,41
Juquitiba (1)	2,17	5,49	4,31	3,28	0,85	0,54
Mairiporã	4,31	3,27	3,44	4,67	3,04	2,21
Mauá	13,04	7,24	3,32	2,40	1,40	1,10
Mogi das Cruzes	3,92	3,56	2,97	2,16	1,62	1,19
Osasco	9,44	5,27	1,63	1,59	0,23	0,19
Pirapora do Bom Jesus	4,07	2,54	4,70	5,07	2,44	1,88
Poá	7,42	4,95	3,41	2,60	1,03	0,95
Ribeirão Pires	5,35	6,82	3,78	2,36	0,80	0,59
Rio Grande da Serra (1)	7,82	9,05	3,66	2,49	1,72	1,35
Salesópolis	0,46	1,08	0,56	2,65	0,87	0,76
Santa Isabel	3,83	5,35	2,47	1,62	1,44	0,97
Santana de Parnaíba	0,27	6,25	12,71	8,11	3,85	2,72
Santo André	5,50	2,80	0,97	0,61	0,41	0,28
São Bernardo do Campo	9,36	7,71	2,63	2,46	0,87	0,68
São Caetano do Sul	2,75	0,84	-0,81	-0,70	0,62	0,19
São Lourenço da Serra (2)	5,32	4,77	1,23	5,48	1,40	1,12
São Paulo	4,79	3,67	1,15	0,91	0,76	0,59
Suzano	7,43	6,18	4,21	4,15	1,41	1,10
Tauboão da Serra	19,03	9,08	4,58	2,44	2,15	1,62
Vargem Grande Paulista (2)	13,94	6,76	4,48	8,39	2,83	2,27

Fontes: Fundação SEADE; Retroprojeção para os municípios criados após os Censos Demográficos.

(1) Retroprojeção para o ano de 1960. (2) Retroprojeção para os anos de 1960, 1970 e 1980.

O que se observa nos dados da Tabela 2.5, desde 1960, através das taxas médias geométricas de crescimento populacional anual dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, é a conformação da população da região metropolitana e o seu crescimento diferenciado nas décadas que se seguiram e a sua evolução no sentido centro-periferia.

⁴⁴ Os dados das taxas são melhor analisados quando acompanhados da participação relativa no crescimento absoluto da população e é possível visualizar a redistribuição espacial da população. Pode-se tomar como base que os municípios com média de crescimento populacional acima da média da região estão se expandindo mais e recebendo esta população redistribuída.

Os municípios que mais se expandiram na década de 1960/1970 foram, principalmente, os municípios considerados “Dormitórios” e “Industriais” (CUNHA, 1994)⁴⁵. Na década de 1960/1970, 20 dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo registraram taxas de crescimento acima de 7% ao ano. O município de São Paulo apresenta o ponto de inflexão na taxa de crescimento populacional nos anos de 1960 e declinante até o último período analisado.

Apesar da queda na intensidade da taxa de crescimento dos municípios na década seguinte, entre 1970 e 1980, e, dos municípios mais próximos da Capital registrarem queda nas taxas, 17 municípios registraram taxas acima de 7% ao ano. Os municípios mais periféricos são os que sustentam o crescimento populacional nessa década.

Na década de 1980/1991, ocorreu um forte arrefecimento nas taxas, com apenas três municípios registrando taxas de crescimento populacional anual acima de 7%. Quem continua sustentando as taxas de crescimento populacional da RMSP, no período de 1980 a 1991, são os municípios mais periféricos, com taxas de crescimento populacional acima de 4% ao ano⁴⁶, que persistem na década de 1990, apesar dos municípios mais próximos da Capital apresentarem taxas cada vez mais declinantes.

No período de 2000 a 2010 há uma convergência nas taxas de crescimento em níveis próximos de 2% ao ano para os municípios considerados periféricos, enquanto a Capital registra 0,76% ao ano, nesse mesmo período, resultado da forte emigração intrametropolitana e intraestadual. São destaques os municípios de Cotia, Mairiporã e Santana de Parnaíba, que apresentam taxas de crescimento acima de 3% ao ano, com ocupação intensa através de grandes condomínios.

Analisando o período 2010-2013, verifica-se que há municípios com taxas de crescimento populacional ainda consideradas altas - Cajamar, Cotia, Mairiporã, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista, taxas acima de 2% ao ano (o dobro da taxa da RMSP), para os padrões de crescimento médios atuais do Brasil, estado de São Paulo e da própria RMSP. O município de Santana de Parnaíba é o que apresenta a maior taxa média de crescimento populacional, com 2,72% ao ano, no período 2010-2013. Por outro lado, há municípios considerados com grande contingente populacional, como a Capital, Santo André, São Caetano do Sul, Osasco, Diadema e Carapicuíba, com taxas médias de crescimento populacional reduzidíssimas e isto tem forte impacto na redução do crescimento da região.

2.5 Aspectos demográficos da Região Metropolitana de São Paulo

⁴⁵ Tais nomenclaturas (municípios “dormitórios”, “industriais”, “agrícolas”, etc) serão discutidas, mais à frente, em outro tópico deste capítulo.

⁴⁶ Parte deste crescimento se refere às transferências internas de população da própria Região Metropolitana de São Paulo, o que Cunha (2011) chama de “potencial endógeno de crescimento”.

No princípio, os municípios que posteriormente formaram a Região Metropolitana de São Paulo detinham apenas uma pequena, mas significativa, parcela da população do Estado de São Paulo e, mesmo em 1872, a região contava com apenas 79.616 habitantes⁴⁷ (Tabela 2.6), ou seja, 9,5% da população do Estado naquele ano.

Tabela 2.6 - População do município de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil - 1872/2014

Anos (1)	Data de Referência	Município de São Paulo	Região Metropolitana de São Paulo (2)	Estado de São Paulo	Brasil (3)
1872	01.08.1872	31.385	79.616	837.354	10.112.061
1890	31.12.1890	64.934	140.685	1.384.753	14.333.915
1900	31.12.1900	239.820	318.689	2.282.279	17.438.434
1920	01.09.1920	579.033	707.681	4.592.188	30.635.605
1940	01.09.1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	41.236.315
1950	01.07.1950	2.198.096	2.622.786	9.134.423	51.944.397
1960	01.09.1960	3.825.351	4.739.406	12.974.699	70.992.343
1970	01.09.1970	5.978.977	8.139.730	17.958.693	93.139.037
1980	01.09.1980	8.587.665	12.588.725	25.375.199	119.002.706
1991	01.09.1991	9.626.894	15.444.941	31.546.473	146.825.475
2000	01.08.2000	10.434.252	17.878.703	36.969.476	169.590.693
2010	01.08.2010	11.253.503	19.683.975	41.262.199	190.755.799
2013	01.07.2013	11.821.873	20.775.114	43.663.669	201.062.789
2014	01.07.2014	11.895.893	20.935.204	44.035.304	202.768.562

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1872 a 2010, Estimativas de População 2013 e 2014.

(1) Para 1872 até 1950: população presente; Para 1960 até 1980: população recenseada e Para 1991 até 2010: população residente. (2) A população da Região Metropolitana de São Paulo foi reconstituída entre 1872-1970. (3) Incluída a população não recenseada em algumas paróquias, em 1872, por problemas na coleta na data do censo, que foi estimada em 181.583 pessoas.

Cabe aqui um esclarecimento, antes de continuarmos a análise dos volumes, para que se possa explicar melhor o que é a população presente, a população recenseada e a população residente, conforme explicitado na nota de rodapé da Tabela 2.6.

a) Entendendo população presente (Censos Demográficos de 1872 até 1950) como:

A população presente é constituída pelas pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e se achavam presentes na data de referência (moradores presentes) e pelas pessoas que não tinham residência fixa no domicílio, mas ali haviam passado a data de referência (não morador presente) (IBGE, 2010; 2011, p. 23).

⁴⁷ Para compor a RMSP e apurar os dados referentes ao ano de 1872, os sete municípios considerados foram São Paulo, Mogi das Cruzes, Salesópolis, Santa Isabel, Cotia, Santo Amaro (extinto em 1935) e Santana de Parnaíba. Para os Censos Demográficos de 1890, 1900 e 1920 acrescentou-se à lista anterior os municípios de Guarulhos, Itapeverica da Serra, Santo André e Mairiporã.

b) Entendendo população recenseada (Censos Demográficos de 1960 até 1980) como:

A população recenseada é constituída pelas pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e se achavam presentes na data de referência (moradores presentes), pelas pessoas que tinham o domicílio como local de residência habitual e que, na data de referência, estavam ausentes temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação a essa data (moradores ausentes) e pelas pessoas que não tinham residência fixa no domicílio, mas ali haviam passado a data de referência (não morador presente) (IBGE, 2010; 2011, p. 23-24).

c) Entendendo população residente (Censos demográficos de 1991 a 2010) como:

A população residente é constituída pelos moradores do domicílio na data de referência. (IBGE, 2010; 2011, p. 16). Para morador a definição é: É a pessoa que tem o domicílio como local habitual de residência e nele se encontrava na data de referência, ou que, embora ausente na data de referência, tem o domicílio como residência habitual, desde que essa ausência não seja superior a 12 meses em relação àquela data [...] (IBGE, 2010; 2011, p. 17).

Em 1890, a região já tinha 140.685 habitantes e o município de São Paulo, 64.934 pessoas. O município de São Paulo continuava a ser o mais populoso do Estado de São Paulo (IBGE, 1890; 1898, p. 121-130). Na primeira metade do século XX, a Região Metropolitana de São Paulo duplicava a sua população a cada 20 anos. No período de 1950-1970 a população da região mais que triplicou, saltando de 2.622.786 habitantes, em 1950, para 8.139.730 habitantes, em 1970. A partir dessa década, o crescimento populacional perdeu o ímpeto, mas continuou significativo. Somente voltou a dobrar o contingente populacional da região 30 anos depois, em 2000, com uma população de 17.878.703 habitantes, quando se notava fortíssimo declínio no crescimento populacional. No período de 1991/2000 a taxa geométrica de crescimento foi de 1,65% ao ano e na década seguinte, de 0,97% ao ano.

Essa participação relativa da RMSP no quadro populacional do Estado de São Paulo passa a mudar no final da década de 1930, quando os habitantes da região já representavam algo em torno de 22% da população do Estado de São Paulo. Em 1940, a RMSP tinha 1.568.045 habitantes e o Estado de São Paulo, 7.180.316 habitantes. Este número, na RMSP, já refletia a influência pregressa da imigração internacional e seus efeitos diretos e indiretos (PATARRA; BAENINGER, 1988; BASSANEZI, 1995), bem como já era notável a presença de imigrantes nacionais, resultado de políticas de estímulos governamentais de migração e a facilitação desses movimentos através da construção de rodovias interligando as regiões do país (SINGER, 1975, p. 122), com conseqüente mobilização do “exército industrial de reserva”. Nesta fase, a região passou a exercer forte atração sobre os nacionais e este processo foi fundamental para o crescimento urbano da região (PATARRA; BAENINGER, 1989).

Como pode ser notado na Tabela 2.6, o município de São Paulo detinha parcela considerável da população da região, pois entre 1872 e 1960⁴⁸ foi o grande responsável pelo crescimento populacional da região. Em 1960, com 3.825.321 habitantes e 81% da população da região metropolitana, a cidade de São Paulo catalisava as migrações e era área de grande desenvolvimento econômico e social.

Desde a década de 1960 e até 2014, o município de São Paulo passa a perder, em termos relativos, participação no conjunto da população da Região Metropolitana de São Paulo, de 81%, em 1960, passando para 57%, em 2014, mas sem perder a condição de área de maior atração de migrantes do Brasil⁴⁹. Essa intensidade na queda na participação diminuiu mais recentemente.

Ao se observar os volumes recenseados, verificam-se que de 1950 a 1980 há um aumento considerável a cada censo, com aumentos diferenciais sistemáticos e sempre superiores aos censos anteriores, isto é, 1950-1960, 1960-1970 e 1970-1980 foram aumentando gradualmente em termos absolutos o incremento de população em relação ao censo anterior, ao passo que isto se modificou entre 1980-1991, quando o incremento de população diminuiu e começou a ocorrer uma reversão no quadro. Essa queda também foi observada entre os censos demográficos de 1991-2000 e 2000-2010.

É na década de 1970 que o processo de redistribuição de população ou “periferização” se faz notar, com os movimentos migratórios de população da sede da Região Metropolitana de São Paulo para os municípios do seu entorno (CUNHA, 1987; PATARRA, 1988).

O aumento populacional entre 1970-1980 chegou a 4.448.995 habitantes⁵⁰, resultado de vários processos demográficos. Em 1980, a RMSP concentrava 50% da população do Estado de São Paulo, sendo o máximo alcançado até os dias atuais. Depois desse período esta proporção passou a declinar de forma leve, mas sustentada e em 2014, esse percentual atingiu 46%, com o Interior paulista registrando um maior contingente populacional que a RMSP.

Essa relativa desconcentração populacional da RMSP começou a ocorrer de forma mais visível na década de 1980 e continuou nas décadas seguintes, fruto de mudanças sócio-

⁴⁸ O início da década de 1960 marca grandes mudanças no processo de urbanização e ocupação da Região Metropolitana de São Paulo, quando o município de São Paulo diminui a sua taxa de crescimento populacional e os municípios periféricos passam a crescer mais que a Capital.

⁴⁹ Segundo apurado através do Censo Demográfico 2010, no período de 2005/2010, entraram na RMSP 1.093.577 imigrantes, sendo 496.887 interestaduais e 596.690 intraestaduais, apesar de neste período o saldo migratório geral se apresentar negativo em 151.560 pessoas – saldo migratório intraestadual negativo em 230.288 e saldo migratório interestadual positivo em 78.728 pessoas.

⁵⁰ Este incremento absoluto na RMSP é calculado pela diferença entre a população de 1980, de 12.588.725 habitantes e da população de 1970, 8.139.730, que resulta em 4.448.995 habitantes a mais do que no início do período, ou seja, mais de 55% de aumento na população no período de 10 anos. Um volume significativo e impressionante num curto espaço de tempo para a região absorver e integrar no espaço metropolitano. Em termos relativos, até o final da década de 1970, o município de São Paulo era o maior responsável pelo incremento populacional e, nas décadas seguintes, esse papel coube aos demais municípios da Região Metropolitana.

econômicas que ocorriam na própria Região Metropolitana de São Paulo, no Interior paulista e em outras regiões do Brasil, além da queda do nível de fecundidade e redução da migração (MARTINE, 1994; BRITO, 2006) e aumento dos espaços da migração (BAENINGER, 1999), com a consequente mudança relativa de direção da migração.

Brito observa ainda que:

A crise econômica e social vivenciada pela economia brasileira, nas duas últimas décadas do século XX, levou a uma grande redução da capacidade de inserção da população no mercado de trabalho nos aglomerados metropolitanos, assim como ampliou a seletividade do mercado imobiliário, servindo, ambas, como “freio” à tendência que se anunciava, na década de 1970, de uma “hipermetropolização” (BRITO, 2006, p. 226).

Não obstante essas alterações no quadro migratório, com diminuição de volumes, mudanças nas trajetórias e aumentos dos espaços da migração, há ainda um volume considerável de pessoas nos movimentos migratórios de e para a Região Metropolitana de São Paulo, fruto da chamada “inércia da trajetória migratória nordestina” (BRITO, 2006, p. 235), que ainda tem muita importância nos fluxos dessa região.

Entre os últimos dois censos demográficos 2000/2010, o incremento populacional da RMSP de 1.805.272 pessoas, correspondeu a aproximadamente 42% do incremento populacional do Estado de São Paulo, que foi de 4.292.723 pessoas, mas a proporção de habitantes na região, em 2010, chegou a 48% do Estado.

Em 2014, o total de habitantes da Região Metropolitana de São Paulo atingiu 20.935.204 e o Estado de São Paulo, 44.035.304 habitantes⁵¹. Há uma clara tendência de diminuição do crescimento populacional absoluto na Região Metropolitana de São Paulo e de perda gradual de sua participação relativa no total do Estado de São Paulo⁵², mas de qualquer forma os volumes atualmente observados, tanto na Região Metropolitana de São Paulo, quanto no Estado de São Paulo produzirão um crescimento inercial de sua população nas próximas décadas.

⁵¹ A população do Estado de São Paulo é equivalente em volume à população da Argentina, que tem 42.669.500 habitantes, segundo a projeção de população do INDEC (Estimaciones y proyecciones elaboradas en base a resultados del Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010), tendo como data base primeiro de julho de 2014. Já a RMSP é equivalente à população da Austrália, que está estimada em 23.235.800 habitantes Australian Bureau of Statistics (ABS, www.abs.gov.au, em 21/04/2014), tendo como data base o dia 30 de setembro de 2013.

⁵² Há convergência, em níveis baixos, nas taxas médias de crescimento populacional dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, a fecundidade encontra-se abaixo do nível de reposição, com tendência declinante, a mortalidade se mostra em queda lenta e gradual, a migração aponta para saldos migratórios negativos e não há nada em termos de transformações na economia metropolitana, no curto prazo, que crie uma expectativa de reversão de perda populacional da região.

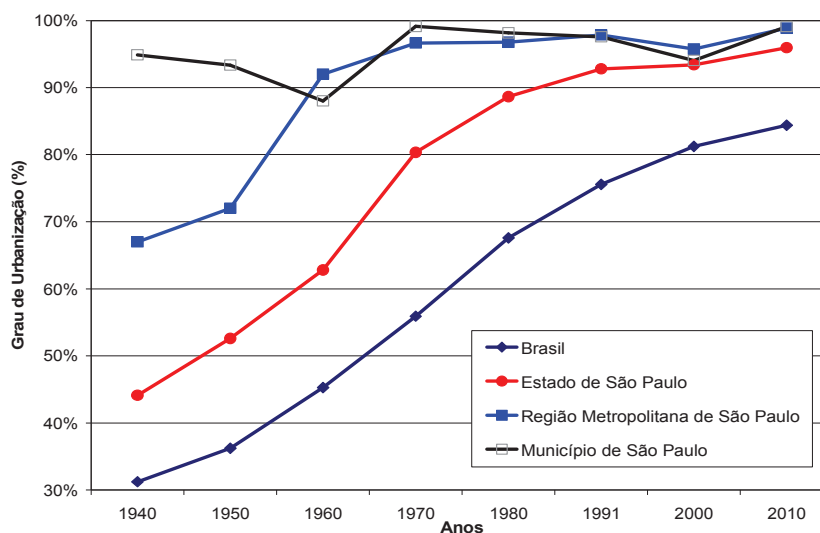
2.6 Grau de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo

A expansão gradual da urbanização⁵³ se deu na Região Metropolitana de São Paulo a partir dos anos de 1930, com o início do processo de industrialização na região (CANO, 1977).

O aumento no grau de urbanização na Região Metropolitana de São Paulo ocorreu de forma mais intensa a partir da década de 1950, quando a região passou a receber muitos imigrantes nacionais e indústrias, que são instaladas em diversos municípios, principalmente concentradas na Capital e Região do ABC⁵⁴ (CUNHA, 1994, p. 32).

A concentração de população sempre foi muito significativa na área urbana no município de São Paulo, apesar de perder a primazia para a RMSP algumas vezes no período de 1940-2010. A primeira vez que isto ocorreu foi em 1960 (Gráfico 2.5), quando o grau de urbanização de São Paulo caiu de 93% para 88%, devido à emancipação do município de Osasco em 1959. Em 2000, a RMSP volta a ultrapassar o grau de urbanização da Capital, mas isto foi resultado de outro fenômeno que tem a ver com a expansão da urbanização sobre áreas rurais.

GRÁFICO 2.5 – Grau de urbanização do município de São Paulo, Região Metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo e Brasil, 1940/2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1940 a 2010.

⁵³ Grau de urbanização empregado aqui, conforme a definição do IBGE de população urbana e rural, seguindo legislação municipal para enquadrar as localidades, seus domicílios e sua população entre o urbano e o rural. A definição de população urbana tem um caráter político-administrativo. Como apontado por Cunha (2003, p. 224), “a definição de urbano e rural no Brasil é ainda hoje uma matéria normativa”.

⁵⁴ Região do ABC refere-se aos municípios de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C). Posteriormente, com o crescimento da região, acrescentou-se o município de Diadema (D) à denominação e a região ficou conhecida como Região ABCD e, mais tarde incluíram o município de Mauá (M) neste conjunto de municípios e passaram a se referir à região como Região do ABCD e M.

Em 1940, o grau de urbanização do município de São Paulo já tinha atingido 95%. Neste mesmo ano, o Brasil tinha 31% e o Estado de São Paulo 44% das pessoas vivendo na área urbana. Atualmente, há uma certa convergência entre os graus de urbanização do município de São Paulo, da RMSP e do Estado de São Paulo para valores acima de 96%, enquanto que o Brasil se apresenta ainda num patamar abaixo desses locais, com 84%.

A RMSP sempre teve elevado grau de urbanização, em função do processo migratório que a região experimentou ao longo de várias décadas, desde o século XIX, e pela forte influência dos dados do município de São Paulo sobre os resultados da urbanização na região (CAMARGO, 1981). Ao longo do processo de urbanização, significativa parte do contingente de imigrantes, mesmo aqueles que vieram de áreas rurais, se concentraram em áreas urbanas da capital e da região metropolitana, mantendo em níveis elevados a taxa de urbanização (MARTINE, 1994).

Assim, a manutenção, ao longo do tempo, de altos índices de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo foi balizada mais pela evasão rural de outras regiões do país, notadamente do nordeste, do que da própria região metropolitana.

Além desses processos, deve-se considerar que a manutenção de elevado grau de urbanização também foi decorrência do crescimento vegetativo da população no decorrer de todo o período analisado. No período mais áureo das migrações, na Região Metropolitana de São Paulo, que foi entre 1940 e 1980, a soma dos saldos migratórios intercensitários foi de 6.363.472 pessoas e a soma dos crescimentos vegetativos intercensitários chegou a 4.657.208 pessoas, totalizando mais de 11 milhões de pessoas (conforme apontado na Tabela 2.4). No período posterior, de 1980 a 2010, predominou o crescimento vegetativo, com a soma de 7.448.040 pessoas, enquanto o acumulado dos saldos migratórios intercensitários do período foi negativo em 354.781, ou seja, mais de 7 milhões de pessoas incorporadas na área metropolitana entre 1980 e 2010. Esses 18 milhões de pessoas⁵⁵ que foram incorporadas à região metropolitana, em sua grande maioria, tiveram uma trajetória ligada à área urbana dos municípios da metrópole.

Para Brito et al. (2001, p. 3), no Brasil, o auge do crescimento da população urbana se deu entre 1950 e 1980 e depois desacelerou seu ritmo. O que se vê, através do Gráfico 2.5, para a RMSP, é que o auge ocorreu entre 1940 e 1970, quando o grau de urbanização da RMSP chegou a superar o patamar de 95%.

⁵⁵ É sabido que desses 18 milhões, muitos podem ter realizado, posteriormente à entrada na Região Metropolitana de São Paulo e entre um período intercensitário e outro, uma migração ou ter sido contado duas vezes, em função da saída da RMSP através da migração e entrada posterior, através da migração de retorno para a Região Metropolitana de São Paulo, mas este número dá uma idéia da relevância e grandeza do fenômeno do crescimento urbano da região nos últimos 70 anos.

Com o aumento da facilidade de acesso aos locais mais distantes, melhoria das vias de transportes, possibilidade de viver num ambiente mais agradável, de proximidade com o campo e expansão do uso de carros, morar afastado dos grandes centros se tornou uma opção viável e real. Segundo Graziano da Silva (1997), parte desta mudança é devida ao que o autor chama de “novo rural brasileiro”, relacionada à crescente urbanização do meio rural, principalmente próximo aos grandes centros urbanos. Foi isto o que aconteceu na década de 1990, quando o Censo Demográfico 2000 registrou aumento da população rural da Região Metropolitana de São Paulo, mais em decorrência do avanço do urbano, isto é, áreas de expansão urbana sobre o rural do que aumento propriamente da população rural⁵⁶.

Essa incorporação de população no rural, perto dos grandes centros incentiva o poder público municipal a alterar os limites do urbano, com o objetivo de obter mais dinheiro através de Impostos Predial e Territorial Urbano - IPTU, o que efetivamente acaba acontecendo⁵⁷. Essas alterações acabam refletindo no indicador do grau de urbanização e nas oscilações nos dados que aparecem ao longo da coleta dos censos demográficos e das pesquisas. Isto faz parte do processo de expansão do perímetro urbano. No Censo Demográfico de 2010, já com as alterações atualizadas nos limites do rural e urbano da RMSP, a participação absoluta e relativa da população rural da RMSP voltou a ser compatível com os dados de censos anteriores⁵⁸.

O crescimento da população na área rural metropolitana, com oscilação no grau de urbanização da Região Metropolitana de São Paulo e aumento da ocupação da área rural não é uma “volta ao campo” ou relacionado à área tipicamente agrícola, mas sim uma reclassificação da situação do domicílio através da expansão urbana sobre as áreas rurais e, portanto, crescimento nas proximidades da área urbana, como bem observado por Rodrigues (2001).

A autora, analisando a evolução do grau de urbanização regional, com dados da distribuição da população, segundo a situação do domicílio, constatou que o crescimento da população rural nos anos 1990, “localizado em regiões com graus de urbanização bastante

⁵⁶ Para melhorar a classificação e entendimento do rural e urbano brasileiro, o IBGE criou, a partir de 1991, um espectro maior de possibilidades de desagregação sobre a situação de domicílio, com sete categorias, sendo três para o urbano e quatro categorias na situação rural, ampliando o poder de análise (CUNHA, 2005).

⁵⁷ As propriedades localizadas nas zonas rurais estão sujeitas à tributação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR e as propriedades na zona urbana estão sujeitas à tributação do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. A competência para tributar o ITR é da União, enquanto que para o IPTU é do Município. Quando há mudanças na situação da localidade, passando de rural para urbano, todos os proprietários de imóveis dessa localidade deixam de pagar ITR para pagar IPTU, o qual tem valor muito mais elevado (VILLAÇA, 2014; HARADA, 2007).

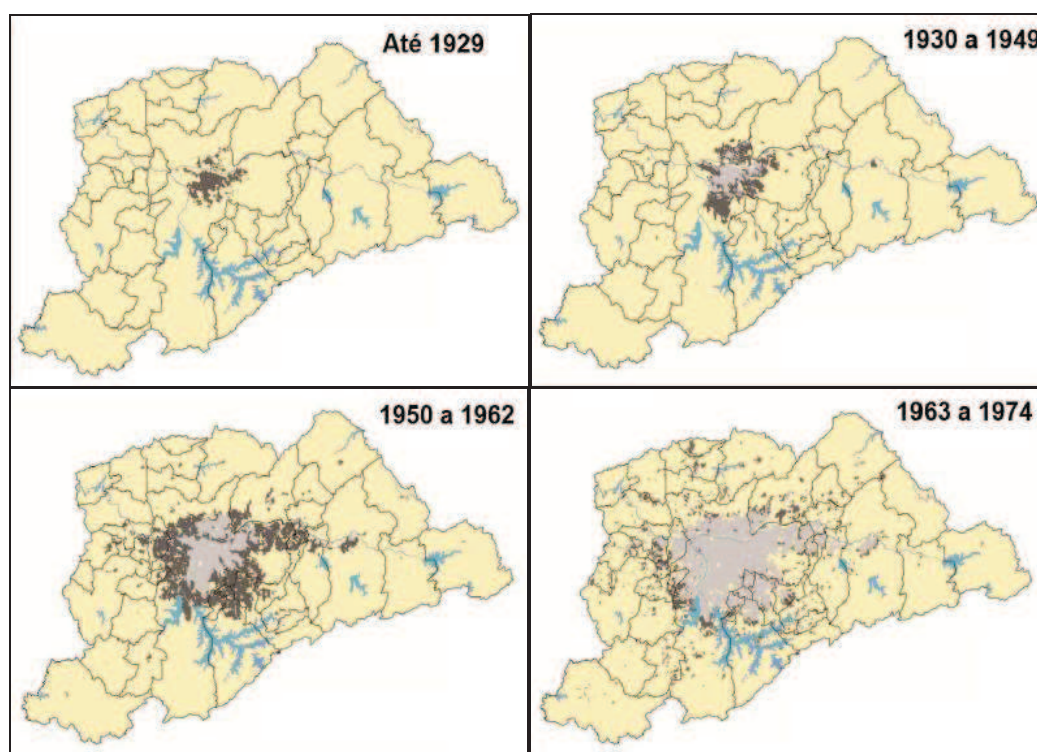
⁵⁸ No Censo Demográfico de 1980 havia 402.583 habitantes na área rural da RMSP, o que correspondia a 14,2% da população rural do Estado de São Paulo; em 1991, havia 332.731 habitantes no rural, equivalente a 14,63%; em 2000, havia 758.476 habitantes na zona rural, equivalente a 31,13% do Estado; e, em 2010, havia 224.857 habitantes morando na área rural da RMSP, correspondendo a 13,42% da população rural do Estado de São Paulo (DEMÉTRIO, 2013. p. 93).

elevados, destacando-se a Região Metropolitana de São Paulo como a principal área onde ocorreu este aumento”, foi em decorrência da “expansão urbana sobre as áreas rurais periféricas” e “o Estado de São Paulo destacou-se neste processo, antecipando-se mesmo com relação ao Brasil” e que nesse período constatou-se um “crescimento da população rural estadual”, resultado devido ao crescimento da população rural da Região Metropolitana de São Paulo (RODRIGUES, 2001, p. 9-12).

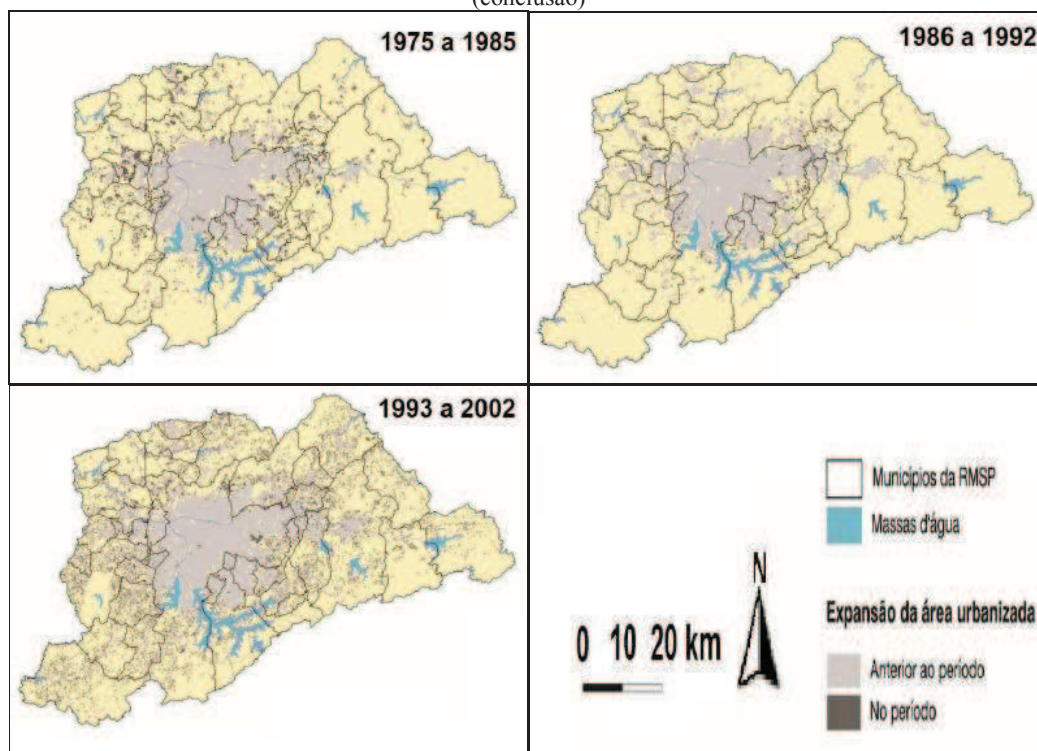
O grau de urbanização, desse modo, não aponta as nuances do processo de urbanização, e por isso precisamos de outra ferramenta para trazer luz à questão das transformações do espaço urbano.

Em função disto, uma outra forma de observar o avanço do quadro urbano e redistribuição da população é através da espacialização do crescimento urbano, que permite ver em qual direção a população se espalhou no território e a velocidade desse processo ao longo do tempo. A expansão da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 2.6) até os anos 1930 se concentrava mais no espaço da capital e nos anos de 1950 e 1960 ganhou uma dimensão gigantesca ocupando espaços em muitas direções da RMSP e da capital (EMPLASA, 2003).

MAPA 2.6 – Evolução da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo, 1929/2002 (continua)



MAPA 2.6 – Evolução da mancha urbana da Região Metropolitana de São Paulo, 1929/2002
(conclusão)



Fonte: EMLASA (2003).

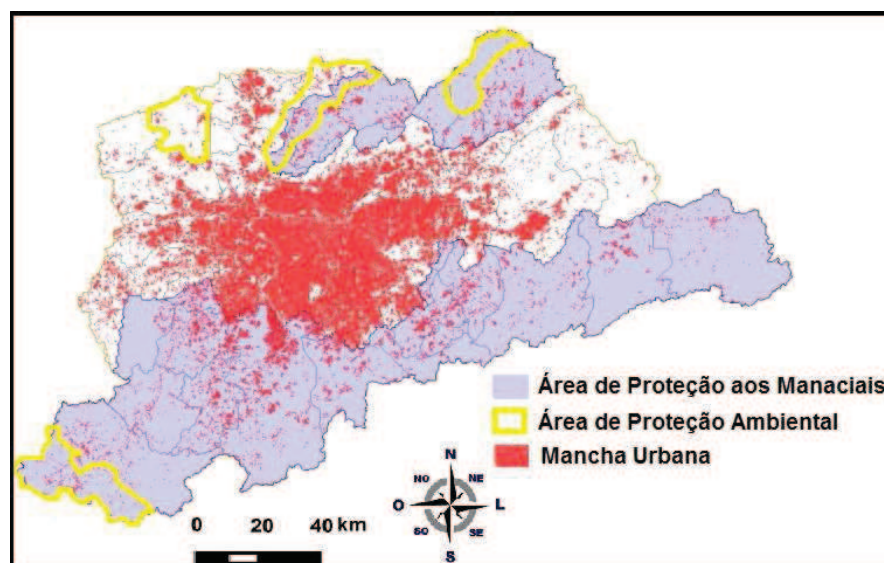
Observa-se que, inicialmente, a ocupação e expansão se deram na parte interna dos espaços limitados entre os rios Tietê e Pinheiros, a partir da área central da capital (até 1930). Posteriormente a população se espalhou pela Região do ABC e municípios da face norte da região e parte das zonas sul e leste da capital (1930-1949).

O processo se intensifica nas duas décadas seguintes, com a ocupação em várias direções da Região Metropolitana de São Paulo e avançando com muita força para além do rio Pinheiros em direção aos municípios da face oeste da região (1950-1962). A ocupação também se intensifica em lugares mais distantes da capital (1963-1974). O predomínio maior do crescimento urbano acontece no ramo da Capital, em detrimento do ramo de Mogi das Cruzes.

Nas décadas de 1970 a 2000 verifica-se um espraiamento da mancha urbana pelos municípios da região metropolitana, além da intensificação de ocupação de várias áreas da Capital. O que se nota na mancha mais recente é uma diminuição da intensidade da expansão da mancha urbana, sendo mais pulverizada a ocupação. A mancha urbana mais atual acaba por se fundir e até invadir os limites das áreas com restrições de ocupação, isto é, as APAs e APMs, mostrando um pouco da resistência no avanço dessa ocupação, sem contudo, pará-la, pois há ainda alguns espaços a ocupar, conforme pode ser visto no Mapa 2.7, onde há a conjugação da mancha urbana e as áreas de APAs e APMs, para o ano de 2002.

Os espaços livres são diminuídos pela própria ocupação, mas isto não restringe totalmente a expansão da ocupação, pois os espaços podem ser alterados ou transformados e a densidade de ocupação modificada através de construções verticais e mais concentração populacionais em um espaço territorial menor, aumentando assim a densidade demográfica da região.

MAPA 2.7 - Mancha urbana e áreas de restrições de ocupação da Região Metropolitana de São Paulo, 2002



Fonte: EMPLASA (2003).

Em função das diversas restrições no território da Região Metropolitana de São Paulo, para a sua ocupação pela população, - devido à existência de áreas de riscos, áreas de mananciais, áreas de conservação, áreas de restrição geomorfológica (relevo) e áreas sujeitas à regulação, totalizando 58,7% do território (EMPLASA, 2010) - é provável que a urbanização e a mancha urbana avance, nas próximas décadas, face às inúmeras facilidades criadas pelo poder público, interesses econômicos e inexistência de tantas restrições, em direção aos municípios abaixo relacionados:

- a) Em direção a face oeste da RMSP: Cotia, Vargem Grande Paulista, Itapevi, Jandira, Barueri, Caieiras e Franco da Rocha;
- b) Em direção a face leste da RMSP: Itaquaquecetuba, Poá, Suzano, Mogi das Cruzes e Guararema.

Nesses municípios a população encontrará maior facilidade em se estabelecer. Desta forma, a mancha urbana tenderá a se espalhar mais ainda nesses municípios, considerando que também são áreas adequadas à ocupação (CDHU, 2010).

2.7 Uso de sub-regionalizações nos estudos da Região Metropolitana de São Paulo

O uso da sub-regionalização apresenta vantagens e desvantagens e, dependendo dos parâmetros utilizados para a realização dessa divisão, pode acabar mascarando pontos importantes ou ressaltando alguma variável analisada. A escolha da subdivisão depende das preocupações de cada pesquisa ou instituição. Segundo Saraiva (2008, p. 59), a “classificação do espaço é socialmente condicionada e, portanto, esta dependerá da maneira escolhida, por quem classifica, de olhar o espaço”.

Às vezes, o próprio autor cria a sua sub-regionalização, em função de não encontrar uma que seja adequada e útil ao tipo de avaliação que será submetida à região. Em muitos casos é possível utilizar alguma divisão que já tenha sido submetida a algum estudo correlato ou mesmo, que se faça algumas pequenas modificações na proposta inicial, para atender algum requisito novo do estudo ou de mudanças que ocorrem ao longo do tempo e precisam ser recolocadas numa nova ordem ou dentro de um novo condicionante.

Dependendo também do nível de concentração e dispersão das informações que serão analisadas, pode-se optar por não utilizar as subdivisões, mas a região como uma única unidade de referência. A falta de informação, parcial ou total, também pode prejudicar a análise por sub-regiões, sendo o mais adequado o uso dos dados agregados.

A subdivisão também pode ter força nas respostas dos estudos comparativos e nas avaliações e análises de sua evolução, expressando de forma inequívoca as expansões, retrações, diferenças, avanços, retrocessos, melhorias, transformações, tendências e necessidades. Mas é importante também compreender as relações e conexões entre as subdivisões criadas e não tratar as subdivisões de forma isolada, sem evidenciar as relações que integram as subdivisões, pois estas explicam fenômenos analisados e suas articulações.

Muitos estudos acabam caracterizando a organização intra-urbana da Região Metropolitana de São Paulo⁵⁹ e seu principal município, a Capital, de diversas formas, dependendo da definição do objeto de estudo e das variáveis envolvidas na análise, apresentando diferentes recortes espaciais; ou seja, diferentes formas de se ver a região, ou mais ainda, diferentes padrões espaciais.

Para este estudo, a regionalização dependerá da espacialização dos espaços da migração (BAENINGER, 1999), isto é, quando se observa a migração interestadual na Região Metropolitana de São Paulo ou como ocorre a espacialização dos espaços da mobilidade

⁵⁹ Segundo a Constituição Estadual do Estado de São Paulo de 1989, no seu Artigo 153, primeiro parágrafo, considera-se região metropolitana o agrupamento de municípios limítrofes que assuma destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração sócio-econômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes.

intrametropolitana na região. Dependendo dos resultados será possível obter um ou dois tipos de regionalização, isto é, uma regionalização para os espaços da migração e outra para os espaços da mobilidade intrametropolitana ou uma para ambos os fenômenos. O que se quer observar é como a mobilidade, quer seja migração ou não, se dão nesses cenários.

Sabe-se também, de antemão, que nem a melhor tipologia será capaz de cobrir integralmente o entendimento da dinâmica da região metropolitana e que outros aportes teóricos e conceituais serão necessários para melhorar a análise e compreensão da mobilidade espacial da população na região. O uso de tipologias servirá como uma ferramenta ou instrumento facilitador de se ver como a mobilidade se processa nesse espaço, no sentido de ampliar as características dos movimentos. Entretanto sabe-se, ainda, que essas tipologias acabam tendo vida curta e alcance bem restrito, em função de sua própria gênese, pois envolve na sua configuração e definição as estruturas sociais e territoriais, que estão em constante transformações e mudanças.

Na seqüência, são apontados estudos selecionados de caracterização dessas áreas e principais referências⁶⁰ e suas perspectivas analíticas demográficas e socioeconômicas da estruturação do espaço urbano. Também serão mostradas as principais subdivisões utilizadas nos estudos realizados sobre a Região Metropolitana de São Paulo, suas vantagens e desvantagens e principais áreas de aplicação dessa regionalização.

Diniz e Diniz (2007) apontam que é necessária a desagregação da RMSP em sete sub-regiões, para a análise da dinâmica econômica e populacional, em função da grande dimensão econômica, populacional e geográfica, justificando que:

[...] permitirão captar as tendências de crescimento e reestruturação, especialmente no município de São Paulo e na área industrial de maior dimensão, representada pela região do ABC, bem como nas áreas de crescimento mais recentes, a exemplo das sub-regiões de Mogi das Cruzes e Guarulhos. Essa regionalização através dos grandes eixos nos ajuda, também, a entender a formação de uma grande região estendida, com características de cidade-região, incluídas as microrregiões de Campinas, São José dos Campos e Sorocaba, todas dentro de um raio inferior a 100 km, formando uma nova configuração industrial, contida dentro do campo aglomerativo proposto por Azzoni (1986); (DINIZ; DINIZ, 2007, p. 9).

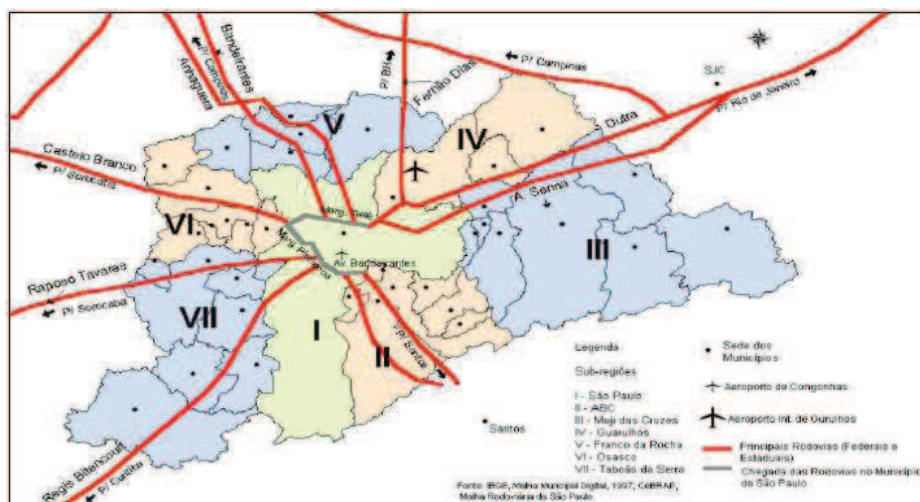
Os autores apontam que a RMSP se formou em função da combinação da topografia e da localização dos principais troncos rodoviários⁶¹, e que a regionalização “proposta segue em

⁶⁰ Dentre as instituições que estudam o tema podemos citar: Observatório das Metrópoles, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (FAU/USP), Centro de Estudos das Metrópoles (CEM), do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação SEADE).

⁶¹ Os seis grandes eixos rodoviários, da Região Metropolitana de São Paulo, apontados pelos autores são: 1) Rodovias Anchieta e Imigrantes; 2) Rodovias Dutra e Ayrton Senna; 3) Rodovia Fernão Dias; 4) Rodovias Anhanguera e Bandeirantes; 5) Rodovias Raposo Tavares e Castelo Branco e ligação com a Rodovia Marechal Rondon; e 6) Rodovia Régis Bittencourt (DINIZ; DINIZ, 2007, p. 8-9).

linhas gerais a divisão das microrregiões geográficas do IBGE, que subdivide os 39 municípios da RMSP em 6 microrregiões” (DINIZ; DINIZ, 2007, p. 8). Os autores utilizaram, no estudo, a região metropolitana desagregada em sete sub-regiões (Mapa 2.8), pois isolaram a cidade de São Paulo, como uma sub-região.

MAPA 2.8 – Sub-regionalização da Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: Diniz e Diniz (2007, p. 10).

A aplicação dessa sub-regionalização (Quadro 2.5) ficou adequada dentro da proposta dos autores de análise da economia e os aspectos demográficos, pois há um embasamento empírico anterior utilizado pelo IBGE para a formação das microrregiões geográficas, apesar dessa sub-divisão ainda vigente não guardar proporção com a realidade atual e com os parâmetros iniciais considerados para a sua formação. A revisão dessas microrregiões geográficas apenas trouxe como mudança significativa a denominação de “microrregiões homogêneas” para “microrregiões geográficas” (IBGE, 1995).

QUADRO 2.5 – Municípios que compõem as sete sub-regionalizações da Região Metropolitana de São Paulo

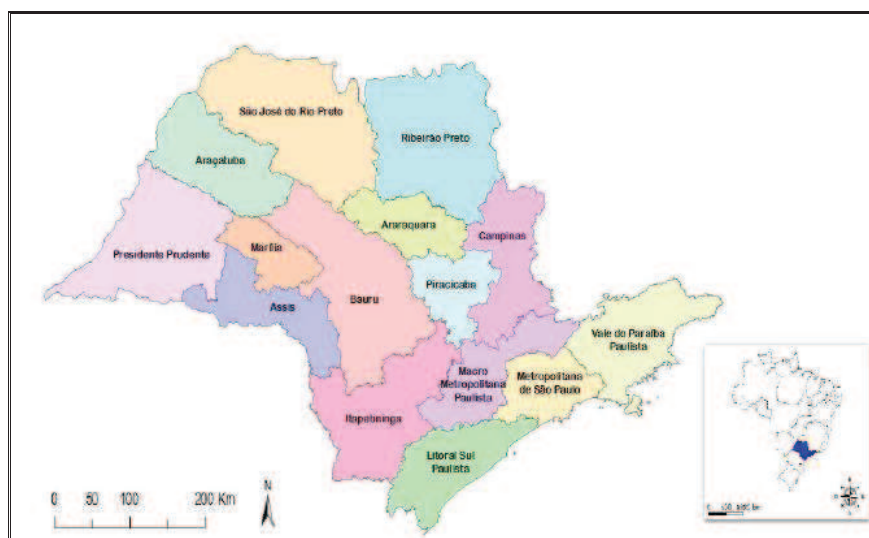
Sub-região de São Paulo São Paulo	Sub-região do ABC São Bernardo do Campo Santo André Mauá Diadema São Caetano do Sul Ribeirão Pires Rio Grande da Serra	Sub-região de Moji das Cruzes Moji das Cruzes Itaquaquecetuba Suzano Ferraz de Vasconcelos Poá Biritiba-Mirim Guararema Salesópolis	Sub-região de Guarulhos Guarulhos Mairiporã Arujá Santa Isabel
Sub-região de Franco da Rocha Francisco Morato Franco da Rocha Caieiras Cajamar	Sub-região de Osasco Osasco Carapicuíba Barueri Itapevi Jandira Santana de Parnaíba Pirapora do Bom Jesus	Sub-região Taboão da Serra Embu Taboão da Serra Cotia Itapeverica da Serra Embu-Guaçu Vargem Grande Paulista Jquitiba São Lourenço da Serra	

Fonte: Diniz e Diniz (2007, p. 11).

O IBGE⁶², ao disponibilizar as informações sobre as Regiões Metropolitanas, utiliza-se de algumas subdivisões territoriais, tais como, pela ordem, setores censitários, bairros, subdistritos, vila, distritos, cidade, área de ponderação, municípios, microrregiões geográficas, mesorregiões geográficas e a própria configuração única da Região Metropolitana. As informações só são disponibilizadas e tratadas, no caso de bairros, subdistritos, vila, distritos, cidade e área de ponderação, se a legislação municipal pertinente existir a respeito dessas subdivisões no âmbito municipal. Há outras divisões territoriais que o IBGE utiliza na disseminação de informações, mas foge do escopo desta discussão e análise, conforme relacionadas a seguir: Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Integradas de Desenvolvimento (IBGE, 2014).

No Mapa 2.9 há a divisão territorial do Estado de São Paulo, considerando as 15 mesorregiões geográficas existentes. Uma das mesorregiões, a Mesorregião Metropolitana de São Paulo, tem a Região Metropolitana de São Paulo incorporada nesta regionalização, mas também têm outros seis municípios da Baixada Santista adicionados a esta mesma mesorregião, o que totaliza 45 municípios nessa mesorregião.

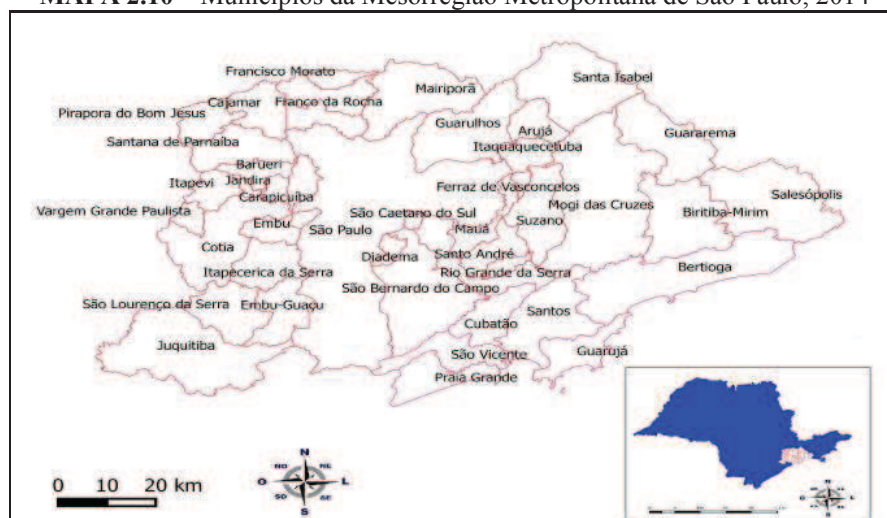
Mapa 2.9 – Mesorregiões do Estado de São Paulo



Fonte: IBGE. Base Cartográfica (2014).

Os municípios de Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Santos, Guarujá e Bertioga, além dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo pertencem a Mesorregião Metropolitana de São Paulo (Mapa 2.10) e constituem a Microrregião Geográfica de Santos.

⁶² De acordo com a divisão territorial do Brasil adotada pela Fundação IBGE, vigente a partir de 1995, o Estado de São Paulo divide-se em 15 mesorregiões geográficas, que, por sua vez, dividem-se em 63 microrregiões geográficas, contemplando os 645 municípios do Estado (IBGE, 1995).

MAPA 2.10 – Municípios da Mesorregião Metropolitana de São Paulo, 2014

Fonte: IBGE. Base Cartográfica (2014).

Em um nível mais desagregado, a Mesorregião Metropolitana de São Paulo é subdividida em sete microrregiões geográficas⁶³, guardando entre elas algumas características provenientes dos critérios de formação e criação.

As sete microrregiões geográficas da Mesorregião Metropolitana de São Paulo estão assim divididas, conforme classificação do IBGE (Quadro 2.6):

QUADRO 2.6 – Composição das Microrregiões geográficas da Mesorregião Metropolitana de São Paulo, 2014

Microrregiões Geográficas	Municípios
Microrregião de Franco da Rocha	Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã
Microrregião de Guarulhos	Arujá, Guarulhos e Santa Isabel
Microrregião de Itapeçerica da Serra	Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeçerica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista
Microrregião de Mogi das Cruzes	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano
Microrregião de Osasco	Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba
Microrregião de Santos	Bertioga, Cubatão, Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente
Microrregião de São Paulo	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Paulo

Fonte: IBGE. Divisão Regional (2014).

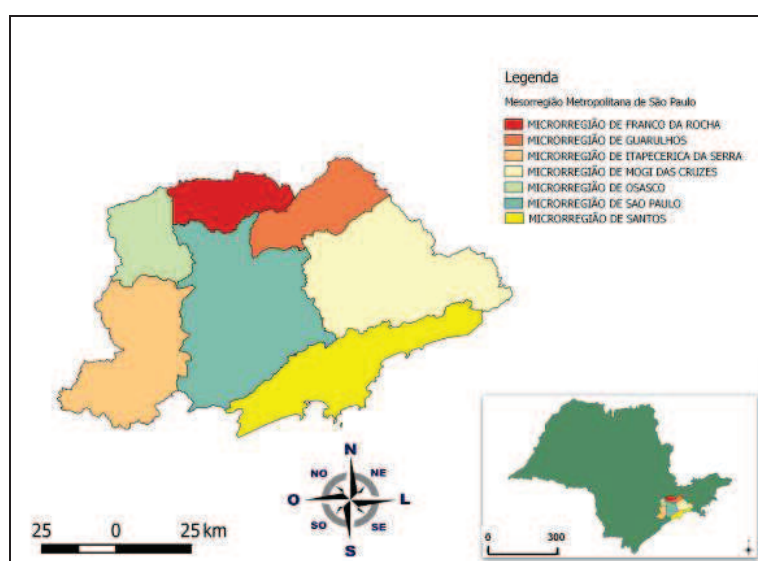
As sub-regionalizações das microrregiões geográficas dentro da Mesorregião Metropolitana de São Paulo podem ser visualizadas no Mapa 2.11. Observa-se, que retirando-

⁶³ Microrregiões Geográficas são conjuntos de municípios contíguos e foram definidas “como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades não significam uniformidade de atributos, nem conferem às microrregiões auto-suficiência e tampouco o caráter de serem únicas, devido a sua articulação a espaços maiores, quer à mesorregião, à Unidade da Federação, ou à totalidade nacional.” (IBGE, Divisão Regional, v. 1, 1990, p. 8).

se a Microrregião de Santos dessa Mesorregião, temos o conjunto de municípios que formam a Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 2.12).

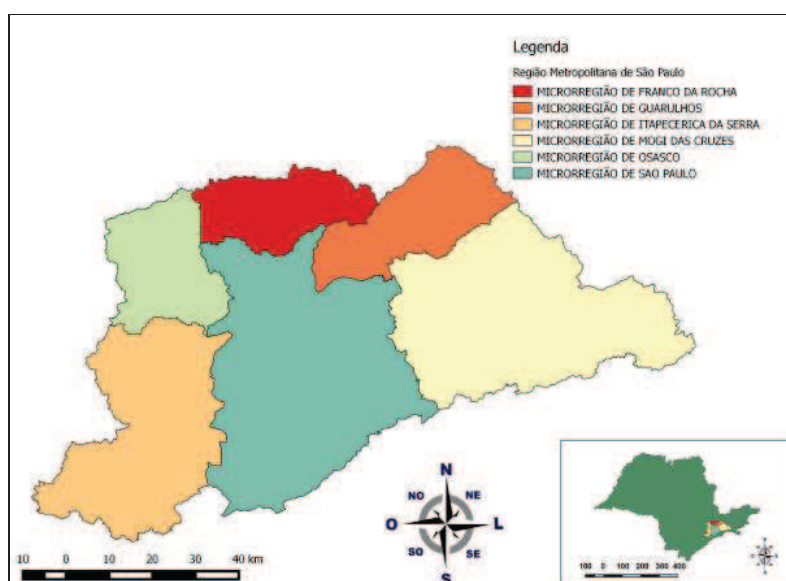
Com o agrupamento de todos os municípios da Região do ABCD e M com o município de São Paulo, que dá a formação da Microrregião de São Paulo, há uma excessiva concentração econômica e populacional numa única microrregião, fato que pode mascarar os vários processos e estágios, ligados no tempo-espaço, em que se encontram os municípios dessa microrregião, quando se analisa o dado de forma agregada por microrregião. Cabe, neste caso, em função das características da microrregião e dos municípios que a compõe, desagregar as informações e analisá-las separadamente, antes de uma análise mais agregada.

MAPA 2.11– Mesorregião Metropolitana de São Paulo, segundo as microrregiões geográficas, 2014



Fonte: IBGE. Base Cartográfica (2014).

Mapa 2.12 – Região Metropolitana de São Paulo, segundo as Microrregiões Geográficas, 2014



Fonte: IBGE. Base Cartográfica (2014).

A Fundação SEADE, além de utilizar as subdivisões que o IBGE normalmente disponibiliza, tem também sub-regionalizações que agrupam espaços territoriais de interesse da administração pública estadual, obedecendo a critérios de planejamento, de natureza social, ambiental e outros, que a SEADE trata como “Divisão Político-Administrativa”. Portanto, além das divisões por regiões metropolitanas, microrregiões e mesorregiões do IBGE, a Fundação SEADE trabalha nas análises econômicas e demográficas com Regiões Administrativas e Regiões de Governo. Há também outras divisões regionalizadas e específicas, visando interesses específicos de secretarias de estado do governo paulista⁶⁴.

Atualmente, há no Estado de São Paulo 15 Regiões Administrativas (Mapa 2.13), 42 Regiões de Governo e 4 Regiões Metropolitanas (FUNDAÇÃO SEADE, disponível em: www.seade.gov.br acesso em: 08/04/2014), onde os 645 municípios do Estado de São Paulo estão distribuídos espacialmente. Sobre as Regiões Administrativas e Regiões de Governo, a Fundação SEADE registra as legislações que as criaram:

A preocupação do Poder Executivo em identificar conjuntos de cidades com características semelhantes quanto a vocação, padrões de polarização, hierarquia funcional, etc. traduz-se na legislação pertinente.

Em julho de 1967, o Decreto nº 48.162, alterado pelo Decreto nº 52.576, de dezembro de 1970, definiu os níveis superiores de hierarquia funcional, bem como os territórios a ela associados, resultando em 11 Regiões e 48 Sub-Regiões Administrativas. Tal modelo deveria servir, fundamentalmente, de base para a localização dos diversos órgãos da administração pública estadual.

O Decreto nº 22.970, de 29/11/84, criou as 42 Regiões de Governo, visando, entre outros objetivos, novo padrão de organização espacial para a administração pública estadual. Com isso, passaram a conviver os dois modelos – 11 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo –, até que, em janeiro de 1987, o Decreto nº 26.581 compatibilizou as duas estruturas, acertando os contornos das Regiões Administrativas e de Governo, de modo que o conjunto destas últimas passasse a corresponder de forma perfeita aos limites das primeiras.

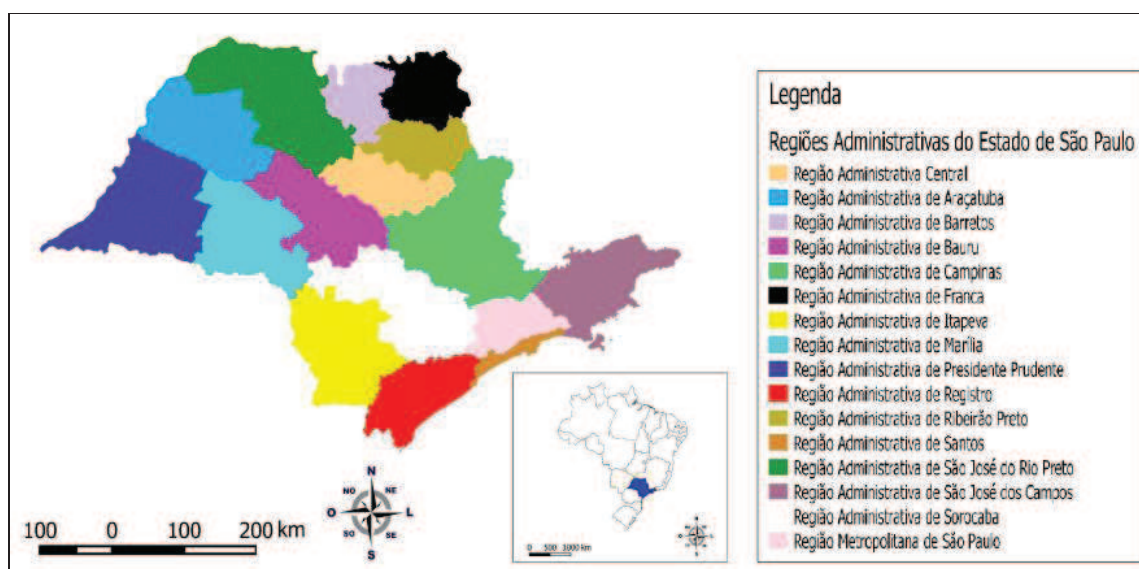
A Lei nº 6.207, de 26 de outubro de 1988, criou a Região Administrativa de Franca. O Decreto nº 32.141, de 14 de agosto de 1990, alterou a redação do inciso VI do artigo 4º, do Decreto nº 26.581, de 05/01/87, relativo à Região Administrativa de Ribeirão Preto, e incorporou a esse artigo os incisos XII, XIII e XIV,

⁶⁴ As Divisões Regionais “apresentam diferentes formas de agregação dos municípios, das Secretarias de Estado da Segurança Pública, Fazenda, Agricultura e Abastecimento, Educação, Saúde e de Recursos Hídricos, que correspondem, respectivamente, aos Departamentos de Polícia Judiciária e às Delegacias Seccionais de Polícia; às Delegacias Regionais Tributárias (DRT); aos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR); às Diretorias de Ensino (DE); às Direções Regionais de Saúde (DIR); e às Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs).” (FUNDAÇÃO SEADE, disponível em: www.seade.gov.br acesso em: 08/04/2014). Cada divisão utilizada cobre uma necessidade e dentro um âmbito territorial específico e para um grupo técnico específico, muitas vezes amarrada por questões técnicas, de falta de projetos e planejamento integrados ou mesmo de falta de recursos financeiros, ou de trabalhos e projetos que estão ancorados em esquemas antigos e difíceis de serem transformados ou atualizados numa nova dimensão territorial. Muitas vezes, a solução desta questão também esbarra na dificuldade de integrar assuntos diversos entre si, tais como demográficos, ambientais, recursos hídricos, penitenciários, educação e ensino, agrícola, saneamento, saúde, judiciário, tributário, segurança, etc, mostrando a dificuldade em cobrir e integrar as necessidades estratégicas de cada área de trabalho, estudo e pesquisa.

correspondentes às Regiões Administrativas Central, Barretos e Franca, respectivamente.” (FUNDAÇÃO SEADE, disponível em: www.seade.gov.br acesso em: 08/04/2014).

Assim, verifica-se que a divisão regional aplicada pela Fundação SEADE não causa sub-regionalização na Região Metropolitana de São Paulo. A Fundação SEADE usa e trata a RMSP como uma única unidade de análise e estudo e como se fosse mais uma região administrativa do Estado⁶⁵. Das quatro regiões metropolitanas existentes no Estado e São Paulo, a RMSP é a única que não possui sub-regionalização ou qualquer outro tipo de recorte territorial diferenciado, pois as outras três regiões metropolitanas (Região Metropolitana da Baixada Santista, Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte) são sub-regionalizadas e possuem regiões de governo.

MAPA 2.13 – Regiões Administrativas do Estado de São Paulo e Região Metropolitana de São Paulo, segundo a classificação da Fundação SEADE, 2014



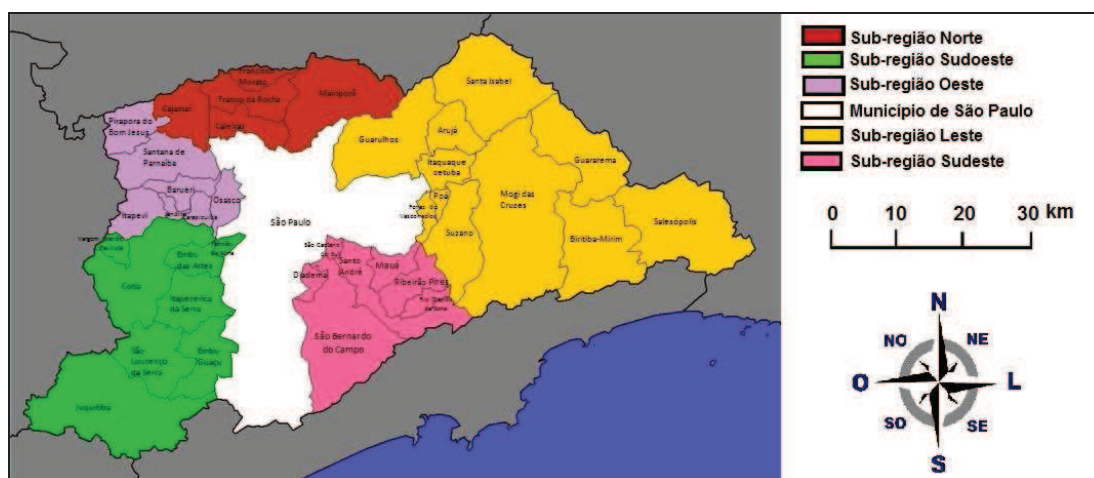
Fontes: IBGE. Base Cartográfica (2014); Fundação SEADE (2014).

O que se observa é que, ao longo do tempo, ocorrem pequenas modificações nessas regionalizações, derivadas de necessidades de ajustes face às mudanças nos critérios que levaram à criação das novas unidades territoriais ou alterações nas relações de forças políticas e/ou econômicas entre os territórios envolvidos. Isto não compromete a análise, pois os territórios podem ser reconstituídos, dependendo da fonte de dados e do desenho amostral da pesquisa.

⁶⁵ A Fundação SEADE publica alguns temas atendendo outras abrangências territoriais e convênios realizados. As possibilidades são: dados por municípios; informações por distritos do município de São Paulo; dados da RMSP exceto município de São Paulo; dados das Subprefeituras do município de São Paulo; informações por Zonas Eleitorais; dados da Região do ABC; e dados por Setores Censitários, mas não há uma sub-regionalização específica para a RMSP. E a disponibilização das informações para uma determinada agregação territorial dependerá do tipo de pesquisa e do seu desenho amostral. (FUNDAÇÃO SEADE, disponível em: <http://www.seade.gov.br/banco-de-dados/> acesso em: 26/08/2014).

Já a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA⁶⁶ dispõe de uma sub-regionalização própria para a Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 2.14), pois foi uma empresa criada pelo governo do Estado de São Paulo, em 1975, especificamente para tratar de questões de planejamento dessa região e para estudos que serviriam de apoio nos projetos das diversas secretarias de governo. Com o passar do tempo e com a criação de mais regiões metropolitanas no Estado, a EMPLASA ampliou suas responsabilidades e se viu diante de uma nova mega-estrutura metropolitana.

MAPA 2.14 – Sub-Regiões da Região Metropolitana de São Paulo, segundo classificação da EMPLASA – 2014



Fonte: EMPLASA (2014) Disponível em: <www.emplasa.sp.gov.br>.

O objetivo, com a criação dessas cinco sub-regiões, era integrar e promover ainda mais a Região Metropolitana de São Paulo, procurando maximizar os ganhos nas execuções de planos públicos de desenvolvimento, de cooperação e atrair incentivos privados para a região. O Município de São Paulo passou a integrar todas as sub-regiões. A composição de cada uma das cinco sub-regiões da RMSP, definidas pela EMPLASA, e utilizadas nos estudos e análise de planejamento está discriminada no Quadro 2.7, ainda vigente.

⁶⁶ Tem como missão: “A Emplasa é a empresa de planejamento do Estado de São Paulo com atuação nas unidades regionais instituídas (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões) e focada no território da Macrometrópole Paulista. Está voltada para a implementação de políticas públicas e projetos integrados entre os diversos setoriais e os três níveis de governo, visando assegurar a competitividade desse território, reduzir as desigualdades sociais e melhorar a qualidade de vida de sua população.” E tem como visão: “É uma entidade de referência nacional e internacional na condução da melhor utilização dos recursos no planejamento e implementação das políticas públicas.” e seus objetivos são: “Integrar setorial, institucional e espacialmente os projetos e ações; assessorar o Governo do Estado na formulação e articulação de políticas públicas, planos e projetos de desenvolvimento regional; desenvolver sistema de informação georreferenciada para processo contínuo de acompanhamento e renovação do planejamento, assegurando competência, eficiência e eficácia às ações do Governo; produzir e manter o Sistema Cartográfico Metropolitano; e assegurar a acessibilidade e a transparência dos projetos e ações, preservando seu compromisso com o bem público e a cidadania.” (Disponível em: <www.emplasa.sp.gov.br>. Acesso em: 08/04/2014).

QUADRO 2.7 - Composição das Sub-Regiões da Região Metropolitana de São Paulo, segundo classificação da EMPLASA - 2011

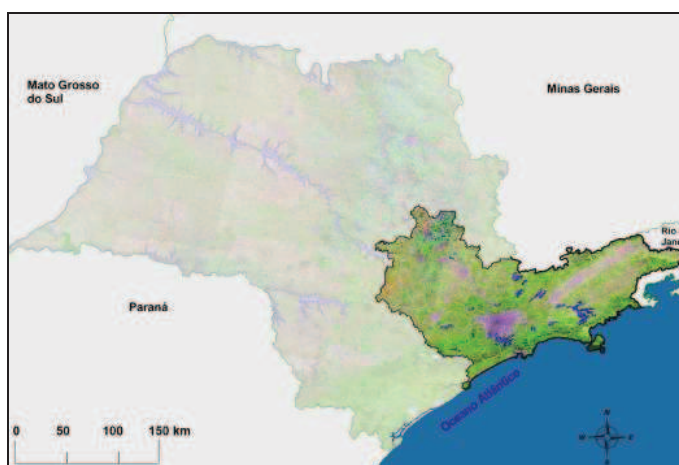
I - Sub-região Norte: Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã;
II - Sub-região Leste: Arujá, Biritiba-Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e Suzano;
III - Sub-região Sudeste: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul;
IV - Sub-região Sudoeste: Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista;
V - Sub-região Oeste: Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba.

Fonte: EMPLASA (2011). (Lei Complementar Estadual nº 1.139, de 16 de junho de 2011).

Considerando o espaço territorial da RMSP, as sub-regiões utilizadas pela EMPLASA não guardam muita semelhança de composição com as microrregiões geográficas do IBGE. Somente a Sub-região Sudoeste contém os mesmos municípios que a Microrregião de Itapeverica da Serra.

Atualmente a EMPLASA advoga favoravelmente à criação oficial da Macrometrópole Paulista (em destaque no Mapa 2.15), pois, segundo a Empresa, não há mais condições de analisar a Região Metropolitana de São Paulo isoladamente e dissociada das demais áreas que compõem essa Macrometrópole, pois a RMSP sozinha não consegue explicar os fenômenos socioeconômicos e demográficos que lá se opera e as relações entre as diversas unidades territoriais evoluíram, trazendo necessidades que devem ser pensadas em uma nova escala⁶⁷.

MAPA 2.15 – Macrometrópole Paulista, segundo proposta da EMPLASA – 2013



Fonte: EMPLASA (2013). Disponível em: <www.emplasa.sp.gov.br>.

⁶⁷ Além destas questões, há ainda motivações ligadas ao planejamento e integração das diversas regiões que compõem a Macrometrópole Paulista e também questões de cunho político.

Pela atual proposta da EMPLASA⁶⁸, a Macrometrópole Paulista possui 173 municípios, ou seja, 27% dos municípios do estado de São Paulo e a região ocupa 20% da área do Estado. Destes, 106 municípios são oriundos das 4 regiões metropolitanas do Estado e 67 municípios vêm do entorno das metrópoles, correspondendo a 3 aglomerações urbanas e 2 microrregiões geográficas. Nesse território vivem mais de 30,5 milhões de habitantes (IBGE, 2010), ou aproximadamente 74% da população total do estado de São Paulo. Os 173 municípios contribuem com 83% do Produto Interno Bruto do estado de São Paulo (IBGE, 2009).

Com essa nova proposta territorial, a EMPLASA considera essa regionalização adequada e uma plataforma importante de integração das políticas públicas e ações de Governo, sem a necessidade ou risco de pensar isoladamente as regiões contidas na macrometrópole e aproveitando as potencialidades de cada localidade e o processo de integração que as regiões sofreram nas últimas décadas, através da complementaridade. Além de tudo, a criação desta nova categoria espacial fortalece ainda mais a condição de espaço econômico mais importante do país.

Em relação ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM/Cepid/INCT), outra instituição de pesquisa avançada em ciências sociais, que investiga temáticas relacionadas a desigualdades e à formulação de políticas públicas nas metrópoles contemporâneas, também utiliza como uma de suas unidades de análise territorial a RMSP, suas microrregiões, seus municípios e respectivos setores censitários, desenvolvendo estudos através de vários projetos, mas mais recentemente começou a atender novas demandas, onde o território a ser analisado é a Macrometrópole Paulista.

Exemplo disto é o trabalho “Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista”, de Marques et al. (2013). Nesse relatório a jurisdição da Macrometrópole Paulista, apesar da publicação ser de 2013, já não corresponde a atual configuração da Macrometrópole Paulista, face às incorporações de municípios que ocorreram entre a análise do projeto, feitura do relatório e a sua publicação.

O Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP) também já deu início à ampliação dos estudos demográficos englobando a Macrometrópole Paulista como unidade espacial de análise, com o trabalho de Cunha et al. (2013) sobre “A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial”. No

⁶⁸ A configuração de uma macrometrópole na região já vinha sendo aventada e discutida desde a década de 1970, tratando o novo espaço com complexo metropolitano expandido, mas somente recentemente foi assumida institucionalmente por uma entidade de governo a necessidade de formalização da Macrometrópole Paulista, com a jurisdição dada atualmente (EMPLASA, 1983; 1990; 2002; 2012). Essa configuração atual, com 173 municípios, é resultado de avanços de outras propostas de configuração da Macrometrópole Paulista, avaliadas pela EMPLASA em anos anteriores. Por exemplo, na proposta sugerida pela EMPLASA em 2010, as microrregiões do Alto Paraíba e do Litoral Norte não compunham a macrometrópole, mas na de 2012 já fazem parte da mesma.

desenvolvimento desse estudo há uma parceria de trabalho entre o NEPO/UNICAMP e a EMPLASA.

Desde o princípio de sua fundação, em 1982, o NEPO utilizou em seus estudos, relatórios e projetos, para o Estado de São Paulo, como unidades espaciais regionais analíticas, as Regiões Administrativas, Regiões de Governo e Regiões Metropolitanas. Essa abordagem dada pelo NEPO/UNICAMP visava acompanhar a regionalização utilizada pela Fundação SEADE.

A área geográfica de estudo, a RMSP, é tratada como uma unidade única de análise; as diferenciações separam o município sede da região, São Paulo, dos municípios do entorno.

Há uma certa convergência nos estudos atuais da Emplasa para uma análise da Macrometrópole Paulista, pois a análise da RMSP, em última instância, é parte contida na macrometrópole e deve ser incorporada aos textos de análise, independentemente se a mesma entrar ou não como unidade espacial coadjuvante ou principal. Desta forma, a EMPLASA passa a introduzir a RMSP dentro da discussão maior, que é a da Macrometrópole Paulista.

Estudos acerca da conformação metropolitana, como o de Taschner (1990), apontam a importância da questão da habitação. Taschner (1990)⁶⁹, analisando os dados sobre habitação e demografia intra-urbana em São Paulo, em estudo sobre desigualdade social, aponta que a melhoria, a partir dos anos 1940, dos transportes urbanos, facilitando a circulação de mercadorias e força de trabalho, bem como o acesso à moradia própria, facilita a expansão urbana em direção à periferia, num modelo que perdurou até meados da década de 1980, quando ocorreu uma crise no Sistema Financeiro da Habitação. Essa nova situação levou a uma precarização das condições de moradia da população, especialmente das camadas mais pobres, com o aumento da favelização e do número de invasões, em vários pontos da cidade de São Paulo. A autora aponta ainda, a periferação da moradia alugada precária, isto é, moradia com apenas um cômodo por domicílio (TASCHNER, 1990).

Tendo como pano de fundo essa situação, a autora passa a estudar as mudanças de padrão de crescimento dentro do tecido urbano de São Paulo e os distintos padrões de moradia. Observa também, a distribuição etária espacializada da população, tendo como base a proporção da população jovem do município, até 15 anos, criando cinco grupos em função da proporção desse grupo populacional na população de distintas áreas selecionadas da cidade.

⁶⁹ “A divisão do tecido urbano de São Paulo em 5 anéis seguiu metodologia proposta por Taschner, em trabalho para a Empresa Municipal de Urbanização (SÃO PAULO, 1977), posteriormente reutilizada em publicação de 1990 (TASCHNER, 1990)” Taschner e Bógus (1999, p. 61). Depois dos trabalhos iniciais vieram outros trabalhos importantes na mesma linha de análise: Taschner e Bógus (1999; 2000; 2005a; 2005b) e Taschner (2011).

A autora também tem como objetivo, através da análise da dinâmica populacional intra-urbana, levar ao conhecimento dos planejadores urbanos que não há homogeneidade na distribuição etária da população pela cidade e, dependendo do local, há a necessidade de distintas políticas públicas e oferta de determinados serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde e educação. Por outro, alerta a autora que o cuidado também deve ser em relação à interpretação de indicadores e estatísticas, pois os resultados podem ser mais em decorrência da estrutura etária da área analisada, do que de melhorias nas condições sociais, sanitárias e saúde, de uma maneira geral.

Tendo como base os dados do Censo Demográfico de 1970, Taschner estabelece as categorias do grupo jovem para valores em torno de 15% (Anel Central), 20% (Anel Interior), 30% (Anel Intermediário), 35% (Anel Exterior) e 40% (Anel Periférico), conforme aparece na área estudada (incluindo todos os distritos e subdistritos do município de São Paulo) e que foi determinada, pela autora, a partir das Zonas estabelecidas no Plano Diretor de 1985, da Cidade de São Paulo, com algumas adaptações por ela realizadas.

Assim, os anéis “são resultados do agrupamento de distritos e subdistritos da Capital, segundo padrões de estrutura etária” Taschner (1990, p. 15). Com esta metodologia, a autora organiza a cidade em cinco anéis concêntricos, conforme Quadro 2.8, abaixo, com os nomes dos distritos em destaque:

Quadro 2.8 - Distribuição dos anéis concêntricos da cidade de São Paulo sugeridos por Taschner(1990), segundo as Zonas do Plano Diretor da cidade de 1985

Zonas do Plano Diretor	Anéis	Distritos e Subdistritos	Quantidade de Distritos e Subdistritos
Zona Central	Anel Central	Bela Vista, Cerqueira César, Consolação, Liberdade, Santa Cecília, Santa Ifigênia e Sé	7
	Anel Interior	Aclimação, Barra Funda, Belenzinho, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim América, Jardim Paulista, Moóca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana	13
Zona Intermediária	Anel Intermediário	Alto da Moóca, Ibirapuera, Indianópolis, Ipiranga, Lapa, Penha, Saúde, Vila Guilherme, Vila Madalena e Tatuapé	10
	Anel Exterior	Butantã, Cangaíba, Casa Verde, Jabaquara, Limão, Nossa Senhora do Ó, Pirituba, Santana, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Jaguara, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Nova Cachoeirinha, e Vila Prudente	15
Zona Periférica	Anel Periférico	Brasilândia, Santo Amaro, Socorro, Ermelino Matarazzo, Guaianazes, Itaquera, Jaraguá, Parelheiros, Perus, São Miguel Paulista, Itaim Paulista	11
TOTAL			56

Fonte: Taschner (1990).

Nota: A Lei Estadual nº 8.092, de 28/02/1964, dividia o município de São Paulo no distrito de São Paulo, composto por 48 subdistritos, e mais 8 distritos, sem subdistritos.

Dado que ocorreu uma reorganização dos 8 Distritos e 48 Subdistritos no município de São Paulo, a distribuição passou a ser a seguinte, conforme Quadro 2.9, com 96 Distritos⁷⁰:

Quadro 2.9 - Distribuição dos anéis concêntricos da cidade de São Paulo sugeridos por Taschner(1990), segundo as Zonas do Plano Diretor da cidade de 1985 e atualização distrital de 1991 e 1992

Zonas do Plano Diretor	Anéis	Distritos	Quantidade de Distritos
Zona Central	Anel Central	Bela Vista, Consolação, Iliberdade, República, Santa Cecília e Sé	6
	Anel Interior	Barra Funda, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana	11
Zona Intermediária	Anel Intermediário	Água Rasa, Alto de Pinheiros, Campo Belo, Carrão, Cursino, Moema, Ipiranga, Itaim Bibi, Lapa, Penha, Sacomã, Saúde, Tatuapé, Vila Guilherme e Vila Leopoldina	15
	Anel Exterior	Aricanduva, Butantã, Cachoeirinha, Cangaíba, Casa Verde, Cidade Ademar, Freguesia do Ó, Jabaquara, Jaçanã, Jaguará, Jaguaré, Limão, Mandaqui, Morumbi, Pirituba, Rio Pequeno, Santana, São Lucas, Sapopemba, Tremembé, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sônia e São Domingos	28
Zona Periférica	Anel Periférico	Anhanguera, Artur Alvim, Brasilândia, Campo Grande, Campo Limpo, Capão Redondo, Cidade Dutra, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianazes, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luís, José Bonifácio, Marsillac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Ponte Rasa, Raposos Tavares, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Socorro, Vila Andrade, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Lajeado	36
TOTAL			96

Fontes: Taschner (1990); Taschner e Bógus (2005)..

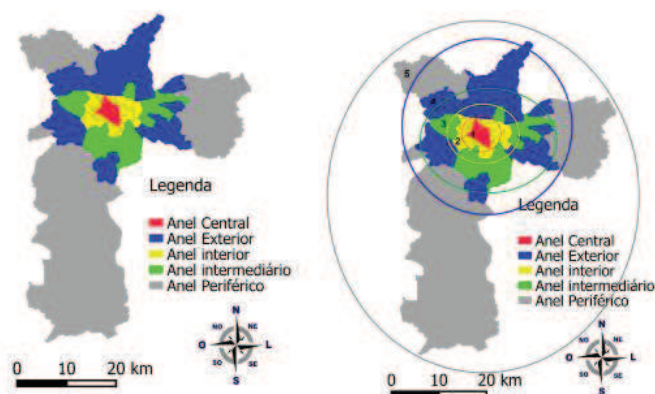
Com essa nova configuração distrital municipal, o Mapa 2.16 apresenta a divisão do município de São Paulo em anéis, conforme sugerido por Taschner e Bógus (2005).

Ao se considerar os anéis sugeridos por Taschner e Bógus (2005) e verificando o Mapa 2.16, a partir da zona do terceiro anel podemos observar uma certa influência sobre alguns municípios da Região Metropolitana de São Paulo, além da área da Capital. No quarto anel essa influência se espalha em diversas direções da região metropolitana, basicamente como foi o processo de ocupação da região e, por último, o quinto anel, que alcança áreas mais distantes e periféricas da região. O processo de ocupação do município e depois da Região Metropolitana de São Paulo seguiu esta onda dos anéis, que parece ter diminuído a força no período 2000-2010 e volta se adensar na parte central da região, com um refluxo através da migração e da mobilidade.

Conclui Taschner (2011) que, ao longo do tempo, há realmente um adensamento da mancha urbana, - apesar da diminuição do ritmo de expansão do crescimento periférico e da inflexão do padrão de crescimento periférico do município -, para um novo padrão, onde a periferia ainda cresce, mas o centro se adensa principalmente no Anel Interior, da Zona Central, através do encorticiamento do centro expandido e da verticalização.

⁷⁰ Em 1991 a divisão municipal foi redefinida pela Lei nº 10.932 de 15/01/1991 e depois pela Lei nº 11.220, de 25/05/1992, que estabeleceu a atual divisão distrital municipal, com 96 distritos e extinguindo os subdistritos.

MAPA 2.16 – Divisão do município de São Paulo em anéis, segundo proposta de Taschner e Bógus (2005) e sua representação circular, 2014



Fonte: Taschner e Bógus (2005); Autor (2014).

Nesse padrão de espacialização da estrutura etária, a autora apontou uma associação entre periferia e juventude, que ao longo do tempo começou a se desfazer lentamente, com tendência para homogeneização desse grupo etário jovem em pelo menos quatro dos cinco anéis, exceto o anel Periférico. Para 2010, a população jovem variou entre 12% e 19% nesses quatro anéis, enquanto que no anel periférico o número de jovens ainda é muito significativo, em torno de 24% (TASCHNER, 2011, p. 25).

Na atualização desse trabalho e incorporação dos dados do Censo Demográfico 2010, Taschner (2011) registra:

O censo de 2010 mostrou uma inversão de tendência intra-urbana que se dava desde 1980: seu crescimento era essencialmente periférico, com perda de moradores nos anéis mais centrais. Até o ano 2000 o processo de periferização dentro do tecido urbano municipal acompanhava o seu transbordamento para os municípios vizinhos (TASCHNER, 2011, p. 23).

Segundo a autora, há uma grande mudança no processo de expansão do crescimento populacional na cidade nos anos 2000 e, a região central ou anéis centrais passam a crescer mais que as áreas periféricas, conforme pode ser observado na Tabela 2.7. Este crescimento populacional é facilitado em função de uma menor população nessa região e o poder público, mesmo que de forma tímida, faz uma renovação urbana e investimentos no local.

Tabela 2.7 - Taxa geométrica anual (%) de crescimento populacional do município de São Paulo, por período intercensitário, segundo os anéis sugeridos por Taschner (2011), 1960-2010

Anéis	1960-1970	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Central	0,69	2,23	-0,94	-2,05	1,24
Interior	0,08	1,26	-1,17	-1,78	1,05
Intermediário	2,79	1,28	-0,71	-0,79	0,81
Exterior	5,52	3,13	0,83	0,13	0,33
Periférico	12,81	7,39	3,05	2,71	0,96
Total	4,78	3,66	1,13	0,92	0,76

Fonte: IBGE, apud Taschner (2011, p. 24).

Grande parte dessas mudanças nas taxas de crescimento e nova configuração da ocupação do território paulistano se devem, muito provavelmente, à migração e ao processo mais intenso de mobilidade intra-urbana. Durante duas décadas, entre 1980 e 2000, as taxas de crescimento dos anéis Central, Interior e Intermediário registraram perda de população, ao mesmo tempo em que o anel Exterior se estagnou e o Periférico entrou em acentuada queda na taxa de crescimento populacional, passando de 7,79% ao ano no período de 1970-1980, para 0,96% ao ano, entre 2000-2010, mas mesmo assim superior à taxa média de crescimento do município, que foi de 0,76% ao ano, neste último período.

Tabela 2.8 - Distribuição absoluta e relativa da população do município de São Paulo, segundo os anéis sugeridos por Taschner (2011), 1960/2010

Anéis	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Central	319.117	341.752	426.283	384.048	318.599	360.266
Interior	684.762	689.930	781.578	686.610	583.956	648.269
Intermediário	1.022.152	1.346.527	1.529.230	1.413.723	1.316.367	1.426.682
Exterior	1.280.277	2.191.068	2.983.114	3.265.900	3.304.779	3.414.917
Periférico	407.557	1.359.929	2.773.021	3.860.378	4.911.845	5.403.336
Total	3.715.825	5.929.206	8.493.226	9.610.659	10.435.546	11.253.470
Central	8,6%	5,8%	5,0%	4,0%	3,1%	3,2%
Interior	18,4%	11,6%	9,2%	7,1%	5,6%	5,8%
Intermediário	27,5%	22,7%	18,0%	14,7%	12,6%	12,7%
Exterior	34,5%	37,0%	35,1%	34,0%	31,7%	30,3%
Periférico	11,0%	22,9%	32,6%	40,2%	47,1%	48,0%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IBGE, apud Taschner (2011, p. 24); Compilação do Autor, 2014.

Ao analisarmos os números da Tabela 2.8, nos deparamos com várias mudanças nos eixos de crescimento da cidade. Primeiro, observa-se que, em 1960, o anel Periférico, representava apenas 11,0% da população total, chegando ao seu ápice em 2010, com 48,0% e, em termos absolutos, quase que o correspondente à cidade de São Paulo como um todo em 1970. Neste intervalo de tempo a população do anel Periférico cresceu 13 vezes. O crescimento periférico se arrefeceu e a área interna passou a crescer mais⁷¹.

Os anéis Central e Interior, que somados davam 27,0% da população paulistana em 1960, em 2010 representam apenas 9,0%, mas com tendência de aumento a partir da última década 2000-2010⁷², apesar do seu relativo esvaziamento populacional durante muito tempo. O anel Central praticamente mantém a população do início do período. Ainda é corrente e durante muito tempo ocorreu uma deteriorização urbana da Zona Central da cidade,

⁷¹ O incremento total de população no município de São Paulo, na década de 1990, foi de 824.827 pessoas. Neste mesmo período, o volume total de imigrantes foi de 1.202.220 pessoas e mais de 50% dessa imigração e mobilidade teve como destino o anel periférico (PASTERNAK; BÓGUS, 2005b, p. 34). Na década de 1980, o volume total de imigrantes foi de 1.101.394 pessoas, para um incremento de 1.117.433 habitantes no período. Depreende-se disto, que ao passo que o incremento populacional geral diminui em 26%, entre uma década e outra, o volume de imigrantes para o município de São Paulo aumenta em 9%.

⁷² Além da reversão na queda dos volumes e de apresentarem um pequeno aumento relativo na participação do total da população do município de São Paulo, os dados do último Censo Demográfico de 2010 sugerem que o aumento populacional nos anéis Central, Interior e Intermediário é consistente e está bem distribuído nessas áreas mais centrais.

principalmente a partir dos anos 1980, com a degradação dessa parte da cidade. É ainda o que se vê até os dias de hoje, apesar das facilidades que essa localização propicia e dos serviços lá oferecidos.

No anel Interior, com 648.269 habitantes, apesar do aumento populacional verificado entre 2000-2010, registra população inferior à de 1960, que era de 684.762 habitantes. São distritos ainda com grande potencial de recebimento de novos moradores e de apresentarem uma nova dinâmica urbana e de revitalização, com uma infraestrutura disponível em termos de transporte e serviços públicos.

O anel Intermediário teve o seu auge populacional em 1980, esvaziou nas duas décadas seguintes e em 2010 voltou a recuperar-se em termos de volume e participação relativa, saindo de 1.022.152 habitantes em 1960 e chegando a 1.426.682 habitantes, em 2010. Aumento de 40% em meio século.

A análise dos anéis de Taschner (2011) se baseia nos números observados nos deslocamentos populacionais, resultado de um longo processo histórico, com forte influência locacional e de custos das terras, além é claro, da segregação socioespacial que a população sofre. Contudo, como os fundamentos teóricos estão atrelados aos estudos empíricos realizados em Chicago⁷³, onde as zonas concêntricas são definidas a partir do núcleo dominante da cidade, que não é estático e, ao longo do tempo, foi se deslocando (centro velho / geográfico / simbólico / histórico / tradicional / origem X centro novo / econômico) e se espalhando no sentido sudoeste da cidade, é necessário refletir sobre este aporte no modelo de cidade que temos hoje, com vários núcleos dominantes especializados e variadas funcionalidades (Moura, 2013). Esta onda concêntrica progressiva, que se reflete nos anéis, no sentido centro-periferia, parece ter diminuído o seu efeito na última década, como mostram as taxas de crescimento populacional da Tabela 2.7, iniciando-se assim um novo processo de ocupação a partir dos anéis da Zona Central, ou seja, talvez o início de uma nova onda.

Outro grande obstáculo em se adotar uma metodologia baseada num grupo etário é a sua oscilação ao longo do tempo (Tabela 2.9), principalmente num momento em que se nota certa homogeneização nos indicadores das componentes demográficas mortalidade e fecundidade na Região Metropolitana de São Paulo, em níveis bem baixos e que todo o processo tradicional da transição demográfica praticamente já ocorreu nessa região, sem perspectivas de grandes mudanças neste quadro nas próximas duas décadas. No período base de adoção dos parâmetros, para a criação dos anéis, 1970, vivíamos o pico dos processos migratórios interestaduais e da influência da inércia demográfica, com muitos nascimentos,

⁷³ Inspirados nos anéis de Burgess para Chicago (BURGESS, 1929). Este enfoque, estudos e produção analítica da interpretação das cidades ganharam o nome de “Escola de Chicago”, onde o distrito central da cidade tem papel destacado nos processos de desenvolvimento da cidade e de distribuição da população.

menor mortalidade e aumento considerável da população paulistana e da região, que acelerava e pressionava a expansão da cidade em várias direções.

Tabela 2.9 Distribuição percentual do grupo etário jovem (0 a 15 anos) do município de São Paulo por anéis, 1970/2010

Ano	Anéis					
	Central	Interior	Intermediário	Exterior	Periférico	Total
1970	14,89	21,16	28,86	34,87	41,79	32,40
1980	15,50	19,56	24,68	30,57	37,34	29,95
1991	17,95	19,56	24,68	30,57	37,34	28,56
2000	14,59	15,22	18,74	23,68	29,09	24,85
2010	12,07	13,40	15,76	19,61	24,28	20,77

Fontes: Taschner (1988, 1990, 1999, 2004, 2011); IBGE, Censos Demográficos 1970-2010.

Os pressupostos iniciais colocados por Taschner apresentam outra dinâmica ao chegarmos nos anos 2010, conforme Tabela 2.9, que registra muitas mudanças nos grupos etários jovens entre os anéis ao longo do tempo – 1970-2010, com destaque para a queda em todos os anéis da proporção de jovens e tendência futura de homogeneização desse indicador. Mesmo o anel Periférico, que apresenta uma proporção de aproximadamente 42% de jovens em 1970, em 2010 registrava em torno de 24%.

O que se observa, para o município de São Paulo, é um envelhecimento da população (Tabela 2.10) e um contingente enorme em fase adulta, deixando para trás aquela imagem de população jovem, que começou a cair em termos relativos já na década de 1960, enquanto ambos os grupos adultos e idosos passaram a aumentar na década seguinte. A população com 60 anos ou mais de idade no total da população passou de 4,92%, em 1940, para 11,90%, em 2010.

Tabela 2.10 Distribuição percentual da população do município de São Paulo por grupos etários, 1940/2010

Ano	Grupos Etários			
	0 - 14 anos	15 - 59 anos	60 anos e mais	Ignorado
1940	30,90	64,05	4,92	0,99
1950	29,09	65,65	5,16	0,10
1960	32,46	61,56	5,98	-
1970	32,40	61,13	6,08	0,39
1980	29,95	63,64	6,35	0,06
1991	28,56	63,36	8,08	-
2000	24,85	65,83	9,32	-
2010	20,77	67,33	11,90	-

Fontes: Taschner (1988 e 1990); IBGE, Censos Demográficos 1940-2010.

Talvez seja mais sutil a observação de alguma variável que demonstre novas transformações no espaço da cidade, exigindo novos olhares. O envelhecimento é uma porta a se observar. Outra seria a mudança nas políticas de acesso à moradia, com vários programas nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal, além da expansão dos financiamentos imobiliários para a população de baixa renda, via Sistema Financeiro de

Habitação – SFH (BÓGUS; PASTERNAK, 2004). Através da renovação urbana, as regiões que antes abrigavam um número considerável de indústrias na Capital, em lugares privilegiados, estão dando espaço a muitos lançamentos verticais e horizontais, adensando ainda mais áreas que já eram densamente povoadas⁷⁴. Por exemplo, o distrito de Santo Amaro, no município de São Paulo, que teve muitas indústrias que se deslocaram para o entorno da RMSP e interior do Estado de São Paulo, agora está sendo reurbanizado e reocupado por mais edificações horizontais e condomínios fechados, tanto verticais, quanto horizontais.

Sobre os trabalhos de Pasternak, Bógus e do Observatório das Metrópoles, há alguns estudos que levam em conta a configuração da Região Metropolitana de São Paulo como uma única unidade, sem divisões regionais e outros que consideram as sub-regiões ou classificação segundo oito vetores, elaborada pela EMPLASA⁷⁵. Há, ainda, trabalhos comparativos considerando as Mesorregiões Geográficas do Estado de São Paulo. Alguns estudos ainda dividem, na sua análise, a RMSP em duas áreas: Núcleo (ou município pólo) e Periferia. Pasternak e Bógus (2005b) utilizam a metodologia para criar uma tipologia de municípios para a Região Metropolitana de São Paulo, com base nas categorias socioocupacionais da população, utilizando os dados dos censos demográficos de 1991 e 2000. Segundo as autoras a metodologia consiste:

Tendo em vista analisar as formas e condições de inserção dos migrantes na maior região metropolitana brasileira, procedeu-se à construção de uma tipologia de municípios com base nas categorias socioocupacionais elaboradas e utilizadas no âmbito da pesquisa ‘Metrópole, desigualdade socioespacial e governança urbana: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte’ (RIBEIRO, 1998). Para tanto, procedeu-se a uma análise fatorial da distribuição da população ocupada residente nos 38 municípios da RMSP – excluindo-se a capital – de acordo a tipologia adotada (PASTERNAK; BÓGUS, 2005b, p. 36).

Nessa tipologia das áreas, as autoras construíram o que se segue:

A variável síntese “categoria socioocupacional” constitui um sistema de hierarquização social obtido com a combinação das variáveis censitárias “renda”, “ocupação” e “escolaridade” e que fornece uma proxy da estrutura social. Como resultado dessa hierarquização chegou-se a tipologia composta de oito grandes

⁷⁴ Segundo relatório do SECOVI (2013, p. 43), o lançamento de imóveis residenciais novos na Região Metropolitana de São Paulo, em 2002, foi de 28,2 mil unidades, com 80% dessas unidades destinadas ao município de São Paulo. Em 2012 foram lançadas 54,1 mil unidades residenciais novas, mas a parcela destinada ao município de São Paulo foi reduzida para 51%.

⁷⁵ Os oito vetores são: 1) Vetor Centro – São Paulo e Osasco; 2) Vetor Noroeste – Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba; 3) Vetor Oeste – Cotia, Itapevi, Jandira e Vargem Grande Paulista; 4) Vetor Sudoeste – Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jquitiba, São Lourenço e Taboão da Serra; 5) Vetor Sudeste – Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra; 6) Vetor Leste – Mogi das Cruzes, Suzano, Poá, Itaquaquecetuba, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Salesópolis e Biritiba Mirim; 7) Vetor Nordeste – Guarulhos, Arujá e Santa Isabel; e 8) Vetor Norte – Francisco Morato, Franco da Rocha, Caieiras e Mairiporã.

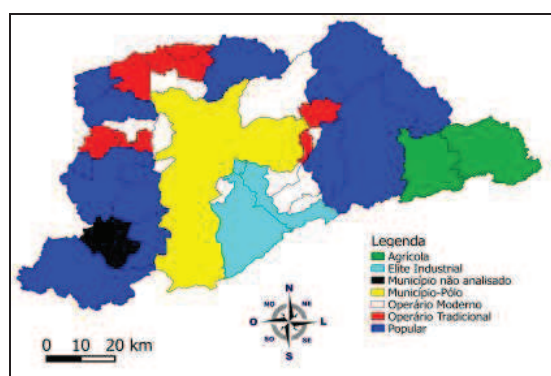
categorias (cats) agrupadas segundo a existência simultânea de certas características no que diz respeito à ocupação, escolaridade, renda, posição na ocupação e ramo de produção/atividade. São elas:

- **elite dirigente** – formada principalmente por empresários, dirigentes do setor público e dirigentes do setor privado;
- **elite intelectual** – inclui profissionais liberais de nível superior, professores universitários e trabalhadores por conta própria, de nível superior;
- **pequena burguesia** – constituída principalmente por pequenos empregadores, comerciantes por conta própria;
- **camadas médias** – constituída, entre outros, por trabalhadores em atividades de supervisão, técnicos e artistas, trabalhadores das áreas de saúde e educação, segurança pública, justiça e correios;
- **proletariado secundário** – inclui operários da indústria moderna, operários da indústria tradicional e operários da construção civil;
- **proletariado terciário** – constituído por prestadores de serviços, trabalhadores do comércio e trabalhadores autônomos em ocupações manuais com capacitação específica;
- **trabalhadores da sobrevivência** – inclui ambulantes, empregados domésticos e biscateiros;
- **trabalhadores agrícolas** – formada por todas as ocupações agrícolas com renda abaixo de 20 salários mínimos (PASTERNAK; BÓGUS, 2005b, p. 36-37).

As autoras, através da realização de análise fatorial por correspondência binária das categorias socioocupacionais⁷⁶, chegaram à classificação de áreas da Região Metropolitana de São Paulo através de dois eixos explicativos e estabelecimentos de diversos clusters, que resultaram em cinco grandes aglomerados ou tipos de áreas: 1) popular; 2) agrícola; 3) operário tradicional; 4) operário moderno; e 5) elite industrial. A sexta área considerada nas análises da migração pelas autoras se refere ao município pólo da região metropolitana, São Paulo, que foi excluído da análise de tipologia, em função de sua centralidade, especificidade e características.

O Mapa 2.17 expressa essa tipologia dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo para o ano de 1991⁷⁷.

MAPA 2.17 – Tipologia dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo proposta de Taschner e Bógus (2005), 1991



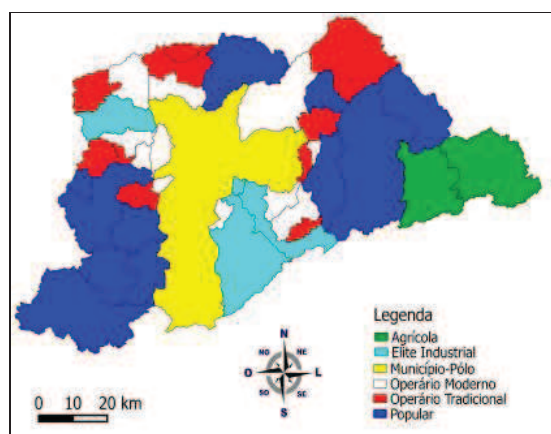
Fonte: Pasternak e Bógus (2005, p. 38).

⁷⁶ Para saber mais sobre as categorias socioocupacionais vide Taschner e Bógus (1999, p. 59-61).

⁷⁷ Essa tipologia é adotada pelo Observatório das Metrópoles – São Paulo.

Para o ano 2000, o Mapa 2.18 sofre algumas alterações, em função das transformações socioeconômicas das populações dos municípios da região no decorrer da década 1991-2000. Como mostram as autoras, essa determinação de tipologia de município é muito dinâmica e volátil, totalmente dependente das transformações sociais de sua população nos aspectos de “renda”, “ocupação” e “escolaridade”, além da estrutura de emprego e renda da região.

MAPA 2.18 – Tipologia dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, 2000



Fonte: Pasternak e Bógus (2005, p. 38).

A tendência, normalmente, é a melhoria nesses indicadores pessoais, principalmente educacional, à medida que o tempo passa, alterando a estrutura socioocupacional dos municípios e, conseqüentemente, o seu enquadramento noutra tipologia. Mas essas mudanças são dependentes também do quadro econômico, da existência de indústrias, serviços, do comércio e da dinâmica de desenvolvimento regional. Se a indústria se desloca do município, deslocam-se os empregos e a renda e o local pode entrar em decadência ou estagnação, fazendo o sentido inverso das áreas mais dinâmicas e ricas da região. Exemplo disto é o município de Rio Grande da Serra, que passou de município da tipologia “Operário Moderno” para “Operário Tradicional”, entre os anos de 1991 e 2000, numa clara posição de regressão de status na tipologia (PASTERNAK; BÓGUS, 2005b).

Estudo sobre segregação, pobreza, vulnerabilidade e desigualdades sociais urbanas, desenvolvido no interior do Centro de Estudos da Metrópole – CEM/CEBRAP, por Torres et al. (2003), usando dados do Censo Demográfico 2000⁷⁸ e área de análise a Região Metropolitana de São Paulo, traz para discussão o modelo centro-periferia, apontando que há muita heterogeneidade na periferia da região, com diferentes padrões de pobreza. Um dos

⁷⁸ Na análise os autores utilizaram os 21 mil setores do Censo Demográfico 2000 da Região Metropolitana de São Paulo, os quais foram submetidos a análise fatorial e de agrupamentos, procurando espacializar e identificar a heterogeneidade da pobreza e suas áreas críticas de extrema precariedade social (TORRES et al., 2003).

objetivos do estudo é espacializar as áreas de vulnerabilidade da região, de forma a orientar políticas públicas.

Os autores sustentam que “os espaços em que os pobres residem são muito mais heterogêneos do que geralmente considera a literatura” (TORRES et al., 2003, p. 98) e que “ocorreram importantes transformações na periferia, através de políticas públicas e dos movimentos sociais, levando a um novo modelo de periferia, onde as condições de vida da população de baixa renda, de algumas áreas, ainda permanecem abaixo da média de outras partes da região, em função da pobreza acumulada”.

De posse das informações dos setores censitários e usando análise fatorial por componentes, os autores criaram um indicador de privação com base nos dados sobre renda média, número de famílias abaixo da linha da pobreza, escolaridade, gênero e tamanho da família, que ajudou a captar múltiplas dimensões da pobreza. Também usaram indicadores sociais secundários, com forte correlacionamento com o indicador principal e chegaram em como é a distribuição espacial da pobreza na região.

As sete variáveis que entraram no modelo, no “Fator 1 - Dimensão de Privação”, foram: 1) Proporção de responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo (%); 2) Anos médios de estudo do responsável pelo domicílio; 3) Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (Reais no valor de 2000); 4) Responsáveis pelo domicílio com rendimento de até três salários mínimos (%); 5) Número médio de habitantes por domicílio; 6) Proporção de adolescentes de 15 a 19 anos de idade na população total (%); e 7) Proporção de mulheres com educação primária ou menos, responsáveis pelo domicílio (%) (TORRES et al., 2003, p. 104).

Para o “Fator 2 – Dimensão Ciclo de Vida Familiar”, as quatro variáveis que entraram no modelo foram: 1) Proporção de responsáveis pelo domicílio alfabetizados (%); 2) Proporção de responsáveis pelo domicílio com idades entre 10 e 29 anos (%); 3) Idade média do chefe da família; e 4) Proporção de crianças de 0 a 4 anos de idade na população total (%).

Os autores chegaram ao Índice de Privação e às seguintes variáveis que geraram esse índice, conforme distribuído no Quadro 2.10, com os valores médios de diferentes variáveis socioeconômicas segundo quintis do Indicador de Privação, para os setores censitários da Região Metropolitana de São Paulo, ano 2000. O primeiro quintil é o melhor indicador e o quinto, o pior em todas as variáveis. Os autores concluem que “a dimensão de privação parece ser um bom indicador das desigualdades sociais da Região Metropolitana de São Paulo” (TORRES et al., 2003, p. 110) e que, apesar da existência de uma estrutura centro-periferia, “o modelo centro-periferia não é suficiente para explicar os diferentes contextos das periferias” (TORRES et al., 2003, p. 110), pois nas áreas periféricas há ainda significativa

heterogeneidade em termos de privações, além da existência de subcentros de grupos sociais ricos, com muitas descontinuidades e inversões.

QUADRO 2.10 - Valores médios de diferentes variáveis socioeconômicas, segundo quintis do Indicador de Privação, para os Setores Censitários da Região Metropolitana de São Paulo, 2000

Quintil	Idade média do chefe de família	% de responsáveis pelo domicílio entre 10 e 29 anos	% de mulheres responsáveis pelo domicílio com menos de 8 anos de escolaridade	% de responsáveis pelo domicílio com renda de até 3 salários mínimos	renda média do responsável pelo domicílio (em reais)	% de responsáveis pelo domicílio alfabetizados	% de responsáveis pelo domicílio com ensino fundamental completo	% de crianças entre 0 e 4 anos	% de setores definidos como subnormais (favelas)
1º	46,6	12,0	10,1	17,7	2.784,1	98,4	77,4	6,7	2,2
2º	44,1	16,8	16,0	41,4	952,8	94,1	47,7	9,1	6,7
3º	44,2	16,8	18,5	47,3	742,2	92,9	41,2	9,2	6,0
4º	44,3	16,5	20,8	51,6	659,0	91,7	37,3	9,3	8,2
5º	43,4	17,2	26,0	59,7	529,2	89,1	31,6	9,9	24,3
RMSF	44,5	15,9	18,2	43,6	1.116,5	93,2	46,8	9,0	9,5

Fonte: Torres et al. (2003, p. 106).

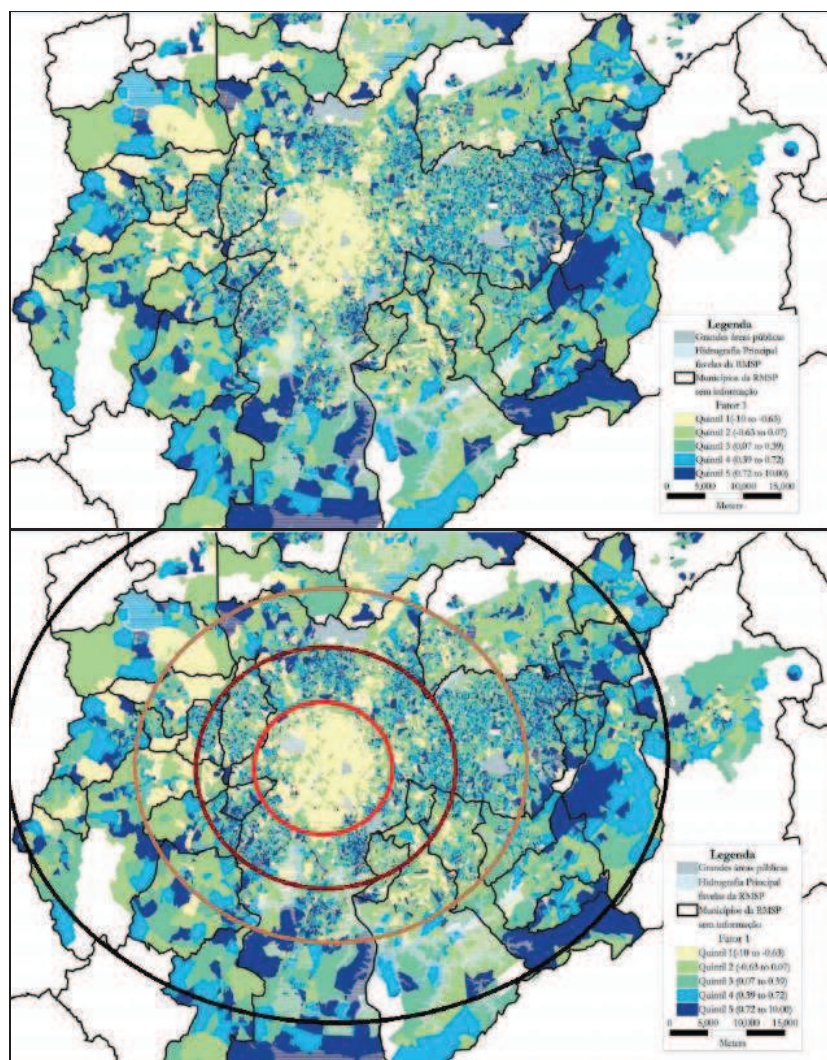
A espacialização desse Indicador de Privação consta no Mapa 2.19, com a distribuição espacial do Indicador de Privação na Região Metropolitana de São Paulo, por setor censitário, em 2000.

O Mapa 2.19, na sua parte superior, apresenta os resultados apurados pelos autores e, na parte inferior, acrescentou-se na mesma figura alguns anéis, para avaliar os resultados, comparativamente aos anéis sugeridos por Taschner e Bógus (2005a) para o município de São Paulo. É possível notar uma certa heterogeneidade que os autores mencionam no nível de privação em toda a Região Metropolitana de São Paulo. É possível também verificar que os níveis mais altos de privação aparecem nas áreas mais distantes do núcleo central da região. O único quintil que é mais homogêneo é o Quintil 1, na região central, com os melhores resultados nesse indicador.

O que se nota também é que há um deslocamento da área central em relação ao modelo de Taschner e Bógus (2005), no sentido sul-sudoeste. Deve-se considerar que há uma defasagem temporal na base de referência de dados nos dois estudos, pois Taschner e Bógus (2005) utilizam o ano de 1970 como base, onde a região metropolitana vivia outro momento e contexto histórico e dentro de uma outra lógica econômica, enquanto o trabalho de Torres et al. (2003) tem o ano 2000 como referência. Nestes 30 anos, entre 1970-2000, muitos processos atravessaram a Região Metropolitana de São Paulo, trazendo consigo mudanças, melhorias, consolidações e desenvolvimento, principalmente avanços nas áreas de transportes e tecnologia. O transporte e a facilitação de acesso a diversos pontos da região metropolitana

foi determinante na expansão da cidade, encurtando distâncias e diminuindo tempos de deslocamentos entre localidades.

MAPA 2.19 - Distribuição espacial do Indicador de Privação, por Setores Censitários da Região Metropolitana de São Paulo, 2000



Fontes: Torres et al. (2003, p. 108); Adaptação do Autor (2014).

A partir da análise dos resultados dessas duas propostas vê-se que essas estruturas urbanas estão em constante movimento, refletindo a evolução da sociedade e o progresso social da região. É importante frisar que, se considera, a estrutura urbana da Região Metropolitana de São Paulo complexa, que as propostas colocadas por essas duas metodologias, de Torres et al. (2003) e Taschner e Bógus (2005a) podem apresentar limitações, apesar de suas potencialidades de análise.

Nesses estudos, destaca-se que a unidade espacial do primeiro trabalho, de Taschner e Bógus (2005), foram os distritos da Capital, num total de 96, ao passo que, no segundo estudo

(TORRES et al., 2003), foram usados os setores censitários, totalizando mais de 20 mil pontos geográficos com informações, o que não permite exigir resultados completamente similares.

Vê-se também que, em função dos tamanhos dos setores censitários nas áreas mais periféricas serem maiores territorialmente⁷⁹, dá-se uma falsa impressão espacial de maior cobertura da área de privação e do número de pessoas submetidas a estas dificuldades, quando isto não ocorre com esta intensidade. Os autores colocaram o “centro da cidade” como sendo a localização do Shopping Iguatemi, no bairro do Jardim Paulistano, distrito de Pinheiros, considerada zona rica da cidade e quase que exclusiva. A partir desse “centro da cidade” criam nove faixas de distâncias, conforme Quadro 2.11, e calculam os anos médios de estudos dos responsáveis pelo domicílio, o rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (em Reais para o ano 2000) e o Indicador de Pivação.

Pelos dados apresentados por Torres et al. (2003), parece que há uma correlação inversa mais forte entre distância em relação ao “centro da cidade” e anos médios de estudo do responsável pelo domicílio, pois à medida que se aumenta a distância de local de moradia da população em relação ao “centro da cidade”, diminui-se o número médio de anos de estudos do responsável pelo domicílio. Há ainda, apesar da variação mais acentuada, uma tendência de famílias ricas viverem mais próximas do “centro da cidade”.

Como resultado, apontam que, à medida que se distanciam do “centro da cidade”, há um aumento no Indicador de Pivação e que os desvios-padrão, em relação às médias desse indicador nas faixas de distâncias, é considerável, retratando muita heterogeneidade nesses locais. Apontam, ainda, “que o padrão radial-concêntrico de segregação parece ser muito mais forte na educação que no item renda” (TORRES et al., 2003, p. 110).

De fato, há muita heterogeneidade em toda a região, mas essa heterogeneidade é mais visível e altamente notável, no Mapa 2.19, à medida que se distancia do “centro da cidade” em direção à área mais periférica. Nesta área há uma convivência maior entre classes sociais, que a “média” obtida no estudo não consegue revelar de forma tão explícita quanto neste Mapa.

Há uma maior dificuldade de analisar os locais mais distantes do “centro da cidade”, em função das barreiras naturais físicas e da existência de áreas de proteção, que acabam limitando e restringindo a expansão da cidade e diminuindo, naturalmente, a quantidade de informação coletada nesses limites da região, pela baixa densidade demográfica existente.

⁷⁹ Nas áreas periféricas da Região Metropolitana de São Paulo os setores censitários são maiores territorialmente, em função de uma menor densidade demográfica nessas áreas. O IBGE utiliza o critério de número de domicílios para dimensionar o setor censitário de trabalho do recenseador.

QUADRO 2.11 - Valores médios de educação, renda e do Indicador de Privação de acordo com a distância média do Setor Censitário em relação ao Centro da Cidade, 2000

Distância em relação ao centro (*)	Anos médios de estudo do responsável		Rendimento nominal médio do responsável pelo domicílio (Reais em 2000)		Indicador de privação	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
0 a 2 km	12,75	1,31	4760,35	2593,11	-2,03	0,83
2 a 5 km	11,74	2,03	3275,00	1923,60	-1,64	0,93
5 a 10 km	8,62	2,45	1585,56	1263,06	-0,26	1,07
10 a 15 km	6,94	1,98	951,49	759,55	0,24	0,83
15 a 20 km	6,94	1,91	937,35	830,54	0,18	0,79
20 a 25 km	6,44	1,70	754,33	639,24	0,19	0,75
25 a 30 km	5,76	1,14	570,50	353,42	0,40	0,56
30 a 35 km	5,58	1,23	529,05	252,15	0,42	0,55
Mais de 35 km	6,23	1,99	753,32	671,94	0,27	0,67
Total	7,36	2,54	1168,90	1278,79	0,00	1,00

Fonte: Torres et al. (2003, p. 109).

(*) Considerado o Shopping Iguatemi como o “centro da cidade”, localizado no bairro do Jardim Paulistano, distrito de Pinheiros.

Cunha (1994), ao estudar os movimentos migratórios intrametropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, na década de 1970, aponta também para uma organização espacial da Região Metropolitana de São Paulo, propondo uma tipologia de municípios para a década, que serviu para analisar a fundo as características migratórias específicas dos municípios da região, qualificando os movimentos migratórios intrametropolitanos e suas especificidades espaciais, principais tendências e condicionantes mais próximos.

O autor utilizou a identificação e catalogação dos vários perfis municipais para compreender as características do fenômeno migratório em cada um dos 37 municípios da região⁸⁰. O autor cita que já existiam outras tipologias de municípios para a região, dando destaque à proposta da Fundação SEADE e o DIEESE, para a realização da Pesquisa de Emprego e Desemprego⁸¹ e Montali⁸², mas esses modelos não serviam para o propósito do trabalho que estava desenvolvendo.

⁸⁰ De acordo com a Divisão Territorial do Censo Demográfico de 1980 havia 37 municípios criados, instalados e que compunham a RMSP. Os municípios de Vargem Grande Paulista e São Lourenço da Serra foram criados posteriormente e completaram a estrutura atual de municípios da região metropolitana.

⁸¹ Segundo Bussab et al. (2003, p. 126), a organização das regiões homogêneas para a Região Metropolitana de São Paulo ocorreu da seguinte forma, visando a atender a um plano amostral: “Por meio de técnicas estatísticas multivariadas, como a análise de agrupamentos, produziram-se regiões homogêneas de municípios ou distritos (dez regiões em 1980 e sete regiões em 1991) [...] cada uma dessas regiões pode ser caracterizada pela maior ou menor presença de sua mão-de-obra ocupada em cada um dos principais setores de atividade econômica. Como exemplo, um dos resultados da aplicação dessa técnica aos dados de 1980 foi a obtenção de uma região que incluía os principais municípios do ABC paulista, além de Caieiras e de Cajamar, com forte presença de mão-de-obra inserida no setor industrial, refletindo a realidade dessa região naquele momento. A Fundação SEADE utiliza também uma outra tipologia, segundo o resultado do PIB municipal, dividindo os municípios em sete grupos, de acordo com a composição setorial e importância econômica (FUNDAÇÃO SEADE, 2010).

⁸² Segundo Cunha (1994), Montali utiliza além da PEA, outras variáveis relativas à divisão social do trabalho e como resultado, muitos municípios, segundo o autor, aparecem numa mesma categoria, quando deveriam estar em categorias diferentes. O autor aponta a insuficiência de variáveis para refinar e adequar a metodologia proposta pela autora.

Cunha (1994) utilizou, na confecção da tipologia, 25 variáveis, dentro de três dimensões: 1) a dinâmica demográfica (o crescimento, peso populacional e a incidência de migração pendular foram aspectos privilegiados); 2) a estrutura econômica (dinâmica e perfil industrial); e 3) as condições sociais e de infraestrutura (renda da população residente e a dotação de serviços básicos).

Procedida à análise fatorial das variáveis, o autor, chegou a três fatores, que refletiam essas três dimensões. De posse das pontuações dos fatores e através de análise de conglomerados chegou-se ao agrupamento de municípios metropolitanos, mas, mesmo assim, preferiu realizar mais um refinamento, que permitiu incluir duas variáveis, uma locacional (zona geográfica) e outra sobre o fenômeno estudado (migração interna recebida) (CUNHA, 1994, p. 37). Como resultado, o autor determinou quatro grupos, segundo a característica predominante:

- a) Municípios Industriais;
- b) Municípios Industriais/Dormitórios;
- c) Municípios Dormitórios;
 - c.1) Municípios Dormitórios Tipo I;
 - c.2) Municípios Dormitórios Tipo II;
- d) Municípios Agrícolas.

Ainda sobre os municípios dos tipos dormitórios e agrícolas, Cunha (1994) adotou uma divisão direcional em vetores, conforme procedimentos que a EMPLASA também adota nos seus mapeamentos e organização espacial de regiões. Após os ajustes finais, a tipologia dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo foi construída sobre seis grupos, conforme Quadro 2.12.

A proposta de Cunha (1994), mesmo com metodologias diferentes e denominações diferentes para cada tipologia, apresenta uma certa semelhança na organização espacial com a proposta dada por Taschner e Bógus (2005b), para o modelo de 1991, com base nos dados de 1970. Em alguns casos há coincidência de tipologia, como por exemplo, os municípios agrícolas de Salesópolis e Biritiba-Mirim⁸³. O “Município Pólo” e o “Município de São Paulo”, que ficou isolado nos dois modelos, em função de suas características. As semelhanças entre os Municípios Dormitórios I e II de Cunha (1994), com os municípios de tipologia Popular de Taschner e Bógus (2005b). A relação estreita entre os “Municípios Industriais” e os municípios da “Elite Industrial” da Região do ABC (Santo André, São

⁸³ Segundo o PIB municipal de 2011 (FUNDAÇÃO SEADE, 2013), esses dois municípios ainda apresentam uma forte e expressiva produção agropecuária em relação ao PIB total – Salesópolis, com 14,52% e Biritiba-Mirim, com 13,8%. Inclui-se nesta lista o município de Guararema, com a participação da agropecuária no total do valor adicionado correspondendo a 11,89%. Nestes três municípios a participação dos serviços no total do PIB é o componente mais expressivo.

Bernardo do Campo e São Caetano do Sul). Portanto, apesar de aplicarem caminhos e metodologias diferentes, sinalizam para uma mesma direção, pois estão tratando de informações praticamente de um mesmo período e abordagens semelhantes.

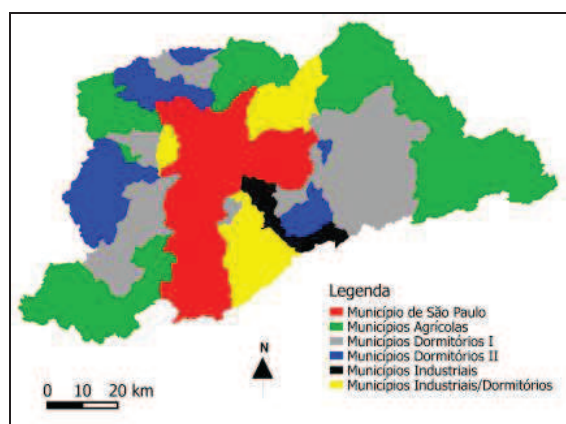
Quadro 2.12 - Distribuição da tipologia dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, conforme proposta por Cunha (1994), 1970/1980

Grupos	Tipologias	Vetores	Municípios	Quantidade de Municípios
1	Município de São Paulo		São Paulo	1
2	Municípios Industriais		São Caetano do Sul e Santo André	2
3	Municípios Industriais/Dormitórios		Guarulhos, Osasco e São Bernardo do Campo	3
4	Municípios Dormitórios I	Oeste/Norte	Barueri, Carapicuíba, Embu, Franco da Rocha, Itapeçerica da Serra e Taboão da Serra	6
		Leste	Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano	4
		Sudeste	Diadema e Mauá	2
5	Municípios Dormitórios II	Oeste/Norte	Caieiras, Cajamar, Cotia, Francisco Morato e Itapevi	5
		Leste	Poá	1
		Sudeste	Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra	2
6	Municípios Agrícolas	Oeste/Norte	Embu-Guaçu, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus e Santana de Parnaíba	6
		Leste	Arujá, Biritiba-Mirim, Guararema, Salesópolis e Santa Isabel	5
TOTAL				37

Fontes: Cunha (1994, p. 39)

A organização espacial dos municípios, para a década de 1970/1980, correspondente à tipologia proposta por Cunha (1994), encontra-se no Mapa 2.20.

MAPA 2.20 – Tipologias de municípios da Região Metropolitana de São Paulo, 1970/1980



Fonte: Cunha (1994, p. 40).

Ainda sobre a metodologia de Cunha (1994) e o período passado de 1970 a 2000, Diniz e Diniz (2006), assinalam que a RMSP sofreu algumas mudanças no seu ambiente produtivo entre 1970 e 2000 e comenta:

A queda de participação na produção industrial foi muito maior que no PIB, indicando mudanças no papel e nas funções da RMSP como centro econômico

nacional. Este fato está relacionado com a reversão do processo de polarização industrial, em função do aumento dos custos de produção e comercialização naquela localidade, conjugado com a criação de economias externas e de aglomeração em várias outras regiões e localidades além dos incentivos fiscais e tributários em outras regiões do país, o que alterou o padrão locacional da indústria (DINIZ; DINIZ, 2006, p. 1-2).

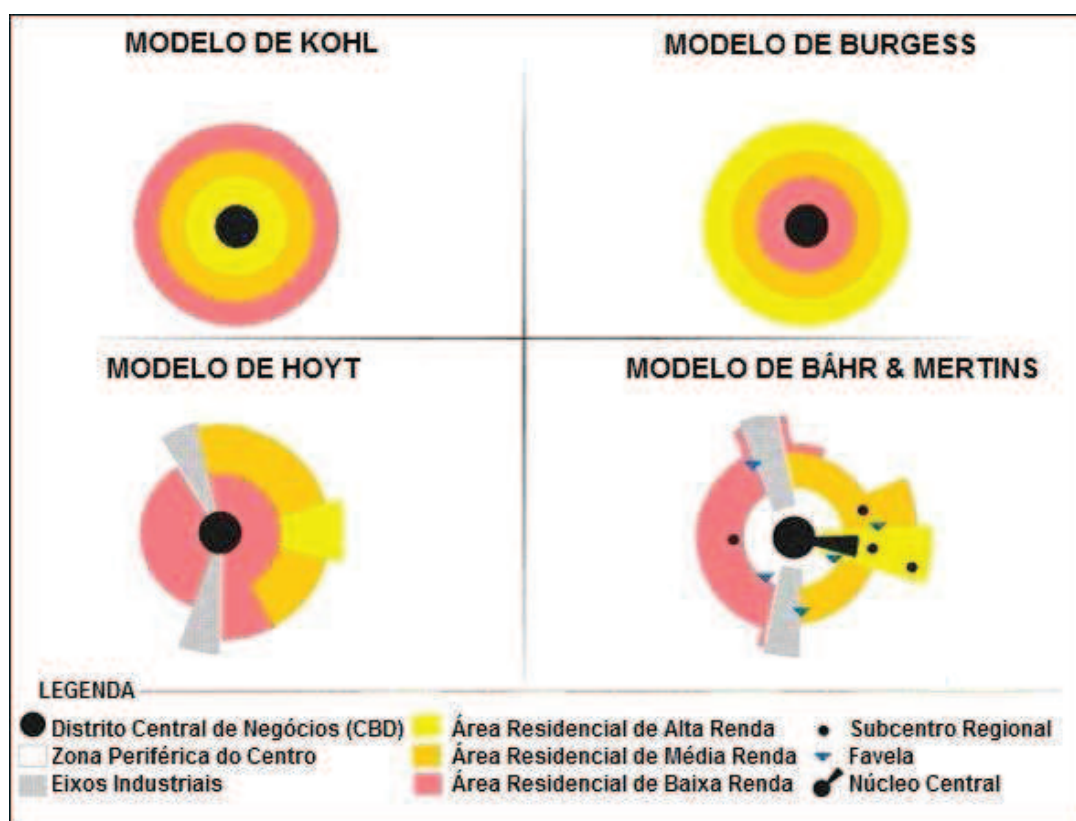
Realmente essas mudanças foram significativas, pois “em 1970, entendido como pico da concentração, a RMSP participava com 44% do Valor da Transformação Industrial (VTI) e 26% do Produto Interno Bruto (PIB) nacionais (...) por volta de 2000, estima-se que as participações no Valor da Transformação industrial e no PIB tenham sido reduzidas para 26% e 23%, respectivamente” (DINIZ; DINIZ, 2006, p.1). Nesse intervalo de tempo, de significativas mudanças, o setor de serviços da RMSP ganhou relevância e passou a ter um peso relativo maior no conjunto produtivo da região.

Agora, passadas mais de quatro décadas e muitas transformações sociais e econômicas na Região Metropolitana de São Paulo, torna-se necessário atualizar o desenho metropolitano para entender os movimentos migratórios observados no século XXI e o que eles representam no contexto urbano da região globalizada. A década de 1970 foi a década de consolidação da expansão da migração para a periferia Cunha (1994), cumprindo uma etapa da mobilidade intrametropolitana. Hoje a RMSP está inserida na sociedade da informação (CASTELLS, 2000), implicando em novas exigências e desafios para a sua população (migrante ou não).

A evolução de configurações urbanas e seus modelos de análise tentam explicar a organização espacial das áreas urbana, cobrir falhas de modelos anteriores ou apresentam novas características de acordo com o contexto histórico estudado e a dinâmica social do local ou, ainda, da própria formação urbana observada, conforme pode ser visto na Figura 2.2, extraída de Torrez (2009). Praticamente todas as propostas são datadas, ou seja, produtos de sua época e limitadas nas explicações, mostrando apenas a realidade de seu tempo, sem conseguir explicar de forma definitiva ou descrever um padrão geral e universal de organização da expansão e mudanças urbanas.

No modelo de Kohl (1841 *apud* Torrez, 2009), geógrafo de formação, coloca que a zona de baixa renda se localiza no último anel periférico e o de renda superior, próximo ao CBD. Kohl estudou o modelo para cidades pré-industrial, em meados do século XIX, onde a mobilidade era o grande entrave para o desenvolvimento na época e havia um ambiente fortemente segregado. O estudo de Torres et al. (2003), já citado e apresentado no Mapa 2.19 se aproxima, grosso modo, graficamente muito do modelo proposto por Kohl (1841), apesar da heterogeneidade observada nos limites extremos da periferia da RMSP.

FIGURA 2.2 – Modelos de Organização Espacial Intra-Urbana



Fonte: Torrez (2009, p.42).

O modelo de Burgess (1925), sociólogo de formação, é chamado de modelo de círculos concêntricos ou zonas concêntricas, com vários anéis, onde a zona de baixa renda está próxima do que chamam CBD⁸⁴, isto é, Distrito Central de Negócios, que é considerado o ponto central da cidade. Neste modelo a cidade se expande em círculos concêntricos, a partir do CBD. Foi baseado na estrutura da cidade de Chicago do início do século XX, onde havia deficiência na infraestrutura de transporte. As famílias de mais alta renda residiam no anel mais distante do CBD. A determinação do local de moradia da população era dependente do nível de renda.

O modelo de Hoyt (1939), economista de formação, denominado de modelo de setores, é baseado em “cunhas” ou eixos axiais - setores, por onde determinados setores da sociedade se expandem. Esse modelo está muito ligado ao uso do solo e como as vias de transportes estão estruturadas na cidade. Segundo o modelo, os mais pobres vivem próximos dos seus empregos e das indústrias, enquanto os mais ricos vivem no lado oposto da cidade e longe das indústrias e dos pobres, refletindo a segregação social de local de moradia. Nesse modelo as famílias de renda média vivem entre os pobres e os ricos. A base deste modelo é o próprio modelo de Burgess.

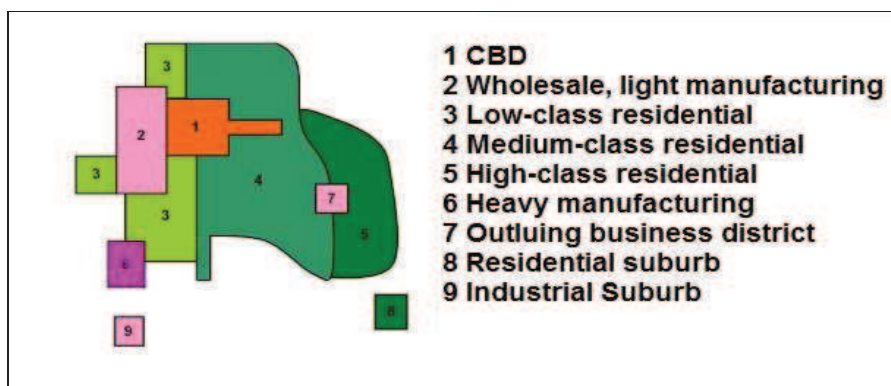
⁸⁴ Em inglês “Central Business District - CBD” ou Distrito Central de Negócios.

Já no modelo de Bähr e Mertins (1981; 1995 *apud* Torrez, 2009)⁸⁵, eles procuram cobrir a existência de diversas zonas convivendo no mesmo espaço, subcentros e uma zona periférica central.

Além desses modelos da Figura 2.2, há ainda o modelo de Múltiplos Núcleos, de Harris e Ullman (1945), que foi elaborado com inspiração nos modelos de Zonas Concêntricas, de Burgess e Setorial, de Hoyt, além de ter levado em consideração a forte influência dos transportes na mobilidade da população e a mudança da sociedade de transição do pós-segunda guerra, numa sociedade mais moderna, incorporando novos hábitos dos habitantes da região no sistema de compras, local de moradia e lazer (Figura 2.3). Também levou em consideração a relativa desconcentração industrial em direção à periferia da região, numa busca por diminuição de custos.

O modelo de Harris e Ullman (1945) foi pensado para cidades de grande porte, admitindo que cada cidade é única no detalhe, mas se assemelha a outras nas funções e padrões. Com a existência de múltiplos núcleos, cada núcleo passa a se desenvolver numa velocidade maior e essas áreas de expansão dos diversos núcleos, com o tempo, se fundem e passam a formar uma única e imensa área urbana. Mostra também que alguns usos iniciais da terra acabam atraindo mais do mesmo, formando grandes aglomerações, como por exemplo, às áreas industriais, ao mesmo tempo em que repele outras modalidades de instalações nas proximidades, como por exemplo moradias de alto padrão.

FIGURA 2.3 - Modelo de desenvolvimento urbano de múltiplos núcleos de Harris e Ullman (1945)



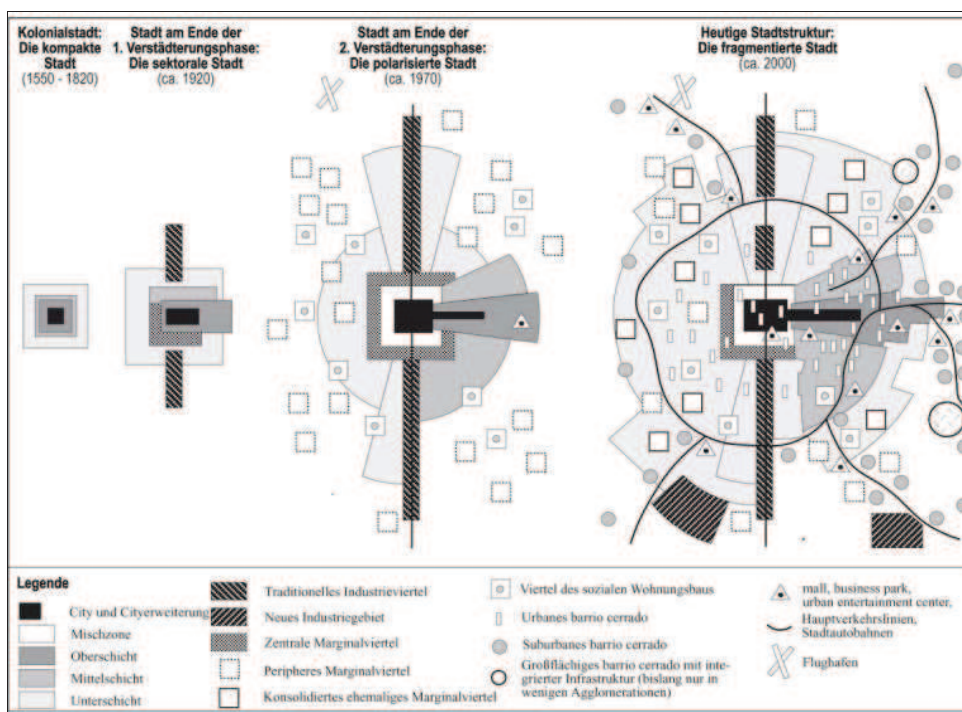
Fonte: Harris e Ullman (1945).

Cabe ainda citar, que a forma como se processou e evoluiu a expansão urbana nas cidades latino-americanas foge, em muitos casos, do padrão americano e europeu de crescimento urbano, conforme estudos de Borsdorf et al. (2002) – Figura 2.4. Esses estudos tomaram como base a cidade de Santiago, no Chile, e outras importantes cidades latino

⁸⁵ Publicado em: Bähr e Mertins (1981) e Bähr e Mertins (1995).

americanas, que representam muitas cidades latino-americanas na questão de expansão urbana, inclusive a própria Região Metropolitana de São Paulo.

FIGURA 2.4 - Modelo de desenvolvimento urbano da América Latina, 1550/2000



Fonte: Borsdorf, Bähr e Janoschka (2002, p. 245).

Conforme apontado por Borsdorf et al. (2002), a cidade, desde a sua criação, vai se desenvolvendo de centro polarizado para uma cidade completamente fragmentada, conforme Figura 2.4, que registra as diversas fases de crescimento urbano, no modelo sugerido pelos autores para a América Latina, desde 1550.

Neste modelo proposto pelos autores como “Modelo de Desenvolvimento Urbano da América Latina”, a expansão urbana é explicada em quatro fases distintas, desde a era colonial (1550 até 1820), passando pela primeira fase de urbanização e pela imigração européia (1820 até 1920), pela segunda fase de urbanização ligada ao êxodo rural e migração interna (1920 até 1970) e, finalmente, ao período das cidades contemporâneas e mais fragmentadas (1970 até 2000).

Essa proposta também transita pelos modelos de outros autores, de acordo com cada período específico (Anéis concêntricos ou centro-periferia, setorial, múltiplos núcleos, etc.), mas traz uma proposta mais atual e nova de se ver as cidades, principalmente latino-americanas, conectando a urbanização aos processos históricos, migratórios e de ocupação.

É um modelo que deve ser analisado e avaliado, visando a aplicação de uma organização espacial adequada para a análise dos movimentos migratórios na região metropolitana.

No próximo capítulo “Adentrando pela Região Metropolitana de São Paulo”, considerando o período de 1980 a 2010, procura-se investigar a mobilidade espacial da população desde a migração no contexto nacional, passando pela migração estadual e no Estado de São Paulo e, finalizando, com a migração na Região Metropolitana de São Paulo. Nesse capítulo avaliar-se-á a interiorização da migração, que é de fundamental importância para entender as mudanças da migração no território paulista e metropolitano, tanto em relação aos fluxos migratórios interestaduais, quanto os fluxos intraestaduais, principalmente aqueles que têm como origem a Região Metropolitana de São Paulo.

CAPÍTULO III

DO BRASIL, PELO ESTADO DE SÃO PAULO ATÉ A REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO: 40 ANOS DE MIGRAÇÃO, MUDANÇAS E CONTINUIDADES – 1970/2010

Conforme apontado por Brito, Rigotti e Campos (2012), somente a análise da mobilidade espacial da população por períodos mais longos possibilita observar as mudanças ocorridas nos fluxos migratórios e termos uma visão histórica, mais precisa, de seu comportamento.

A mobilidade espacial da população, em especial, a migração interna, é um fenômeno estrutural e, como tal, não se apreende as suas grandes transformações a não ser do ponto de vista histórico. No Brasil, em particular, as migrações internas se constituíram em um dos determinantes estruturais mais importantes da formação das suas sociedade e economia contemporâneas (BRITO; RIGOTTI; CAMPOS, 2012, p. 6).

Tendo isto como premissa, procura-se, neste capítulo, observar os dados de longo prazo de migração, com um resgate histórico e mais preciso, em vários níveis geográficos de análise¹, buscando-se analisar as mudanças e suas influências nos fluxos migratórios no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo. Além de sua correlação com as dinâmicas migratórias regionais e estaduais, em função da persistente centralidade da RMSP na dinâmica migratória nacional e do seu protagonismo econômico (CUNHA, 2014), desde meados do século XX, e área de grande atração populacional.

Uma perspectiva histórica mais longa pode ser útil no entendimento do desenvolvimento dos processos migratórios e garantirá uma visão geral dos movimentos. Com o panorama geral da migração no Brasil nos últimos 40 anos, numa única fotografia, será possível descobrir ou confirmar tendências, avaliar reversões ou permanências que estão dando forma à migração mais recentemente e ressaltar o papel e a importância de cada nível geográfico analisado nas relações e intensidade das trocas migratórias. As muitas tabelas neste capítulo servem para resumir detalhes sobre a migração nas diversas escalas espaciais e ampliar o nível de conhecimento sobre o fenômeno migratório e seus números. Apesar de ser uma pesquisa descritiva em sua essência, procura-se avançar no conhecimento sobre a

¹ A dimensão espacial afeta diretamente o que está sendo observado e pode esconder detalhes importantes e reveladores sobre a migração. A análise será realizada observando-se os dados em nível nacional, por Grandes Regiões, Unidades da Federação, algumas unidades territoriais selecionadas (Capitais e Interior), Região Metropolitana de São Paulo e seus respectivos municípios, Sede e Entorno, procurando identificar características peculiares nos fluxos migratórios.

migração na RMSP e suas inter-relações com os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos.

Para entender um pouco sobre os últimos 40 anos de migração na RMSP temos que voltar ainda mais no tempo outros 40 anos: lá no início da migração interna local, principalmente, da ocupação da Capital paulista pelos nacionais, com a intensificação da chegada de migrantes internos no município de São Paulo, vindos de várias partes do Brasil, logo no início dos anos de 1930², pois o ponto inicial no tempo deste texto é apenas um ponto no meio do tempo.

Conforme apontado por Balán (1974, p. 143-146), tem-se o “ano de 1930 como data chave para separar períodos históricos no Brasil, tanto pelo impacto da depressão na crise da economia agro-exportadora e no crescimento industrial, quanto pelos efeitos político-sociais da revolução de 30. [...] Por volta de 1930 a cidade de São Paulo começou a superar o Rio como centro industrial. [...] depois de 1930, a própria agricultura paulista começou a diversificar-se e a avançar tecnologicamente.”. O Autor aponta que ocorreu uma aceleração na deterioração relativa do Nordeste em função do desenvolvimento industrial do Sudeste, que veio a piorar com a nacionalização do mercado interno e a concorrência de produtos industriais do Sudeste, gerando um desenvolvimento desigual e culminando com “a migração seletiva de mão-de-obra e o fluxo de capitais em direção ao Sudeste” (BALÁN, 1974, p. 148). Este processo acabou por tornar a região de São Paulo política e economicamente dominante e levando ao aumento nas migrações interregionais em sua direção durante várias décadas³.

Mas antes mesmo deste fenômeno nas migrações interregionais se tornar tão evidente e persistente, o processo de industrialização paulista fomentou a migração intraestadual, do tipo rural-urbana, pois vários setores da economia também se desenvolviam e estimulavam esta migração de curta distância. Neste período, o Interior paulista também perdia população inclusive para a expansão da fronteira agrícola do Paraná (BALÁN, 1974).

A partir de 1930, a migração nordestina e mineira acelera em direção a São Paulo, mas se intensifica mesmo na década de 1950⁴. Juntam-se altas taxas de fecundidade, taxas

² Até 1930 predominava a imigração de estrangeiros europeus, principalmente italianos, que acabavam por se estabelecer no município de São Paulo, que apresentava uma economia urbana em expansão, mas muito disto se devia em função da existência de uma política estadual imigratória e de subvenção bem definida, que acabava por inibir, de certa forma, os deslocamentos dos nacionais, que eram tidos como segundo plano de mão-de-obra, pois existia um forte preconceito contra a mão-de-obra nacional, vista como indisciplinada, ociosa e violenta. Isto tornou a absorção de mão-de-obra nacional lenta e só vindo a modificar-se e acelerar-se com a diminuição do fluxo imigratório de estrangeiros. Somente a partir da década de 1930 é que os fluxos migratórios para o Sudeste se tornaram maciços (BALÁN, 1974).

³ Como citado por Balán (1974, p. 179), nesta fase inicial da migração no Brasil “definitivamente, poucos fluxos poderiam ser catalogados teoricamente como movimentos de mão-de-obra livre produzido por flutuações regionais no mercado de trabalho”.

⁴ A chegada a São Paulo não é apenas uma mudança física entre dois espaços geográficos, mas uma mudança significativa no modo de vida, com novas regras e num novo ambiente urbano que estava se formando. Os migrantes vêm, principalmente, das áreas mais pobres e menos urbanizadas de Minas Gerais e do Nordeste.

declinantes de mortalidade e expansão na migração interregional e intraestadual, e o que se observa é que a Região Metropolitana de São Paulo cresce demograficamente a uma impressionante taxa de 6% ao ano durante os anos de 1950, a maior taxa observada desde o início do século XX até o momento. Com o crescimento no volume da migração líquida da região⁵ e com o forte aumento do crescimento vegetativo da população⁶, a RMSP acabou por reduzir sua capacidade de absorção de migrantes já na década de 1960, resultando num aumento significativo da migração de retorno na década seguinte, principalmente para aqueles Estados marcadamente expulsos de população em décadas anteriores. A economia não crescia à mesma velocidade da população, criando espaço para o desemprego, subemprego, informalidade e deterioração das condições de vida na região.

Intensifica-se também, juntamente com o processo migratório nos anos de 1930, a urbanização e a industrialização multissetorial da RMSP, com forte característica concentradora e trazendo muita desestabilização no campo. Várias transformações econômicas e de desenvolvimento foram observadas na economia, com muitos investimentos em infraestrutura, energia, transportes, comunicações e tecnologia (MATOS, 2012). O que se viu, e não se alterou até os dias de hoje, neste processo foi a forte relação entre migração e emprego e migração e desenvolvimento, apesar de viver-se um novo contexto econômico, da reestruturação produtiva e do comando e dos interesses do capital internacional numa economia completamente globalizada.

É neste ambiente de desenvolvimento industrial, já na década de 1970, que o Brasil sai definitivamente de uma situação rural, para uma população majoritariamente urbana (FARIA, 1978). É também neste período que a análise deste texto se inicia, com as profundas transformações que a RMSP passa a sentir na sua economia, nos processos produtivos e nas migrações.

Procura-se, também, neste texto, avaliar as mudanças demográficas ocorridas nas últimas décadas, com dados censitários mais recentes e suas consequências sobre os volumes e as intensidades dos fluxos migratórios.

Procura-se evitar o viés de análise com o olhar único no local de destino ou só no local de origem, pois os fatores atuando sobre os fluxos migratórios, retraindo, inibindo ou estimulando podem estar agindo em ambos os locais e nas duas direções, bem como podem

Nesta fase é intensa também a migração interestadual do tipo rural-rural para o Estado de São Paulo (HUGON, 1973).

⁵ Nas décadas de 1950 e 1960, 60% do crescimento demográfico da Região Metropolitana de São Paulo se devia ao componente migratório (SEADE, 1993).

⁶ O crescimento vegetativo da RMSP passou a corresponder a 40% do crescimento demográfico total da região na década de 1950, com 840.583 pessoas. Na década seguinte o volume ultrapassou 1,37 milhão de pessoas e, na década de 1970, a mais de 2,1 milhões (SEADE, 1993). Mais recentemente é este componente que sustenta o crescimento da populacional região, em função do crescimento negativo migratório.

ser resultado de ações políticas ou econômicas em áreas distantes desses dois núcleos, mas que estão exercendo forte influência sobre os processos migratórios observados.

3.1 A migração interna interestadual e a imigração internacional no Brasil

Os volumes de migrantes⁷ internos interestaduais decenais, de última etapa, no Brasil, passou de 9,5 milhões, na década de 1970/1980, para 10,6 milhões entre 1981/1991, atingindo o seu volume máximo de 12,7 milhões na década de 1990/2000 e sofrendo um arrefecimento no último período, com 11,1 milhões de migrantes interestaduais de última etapa no período 2000/2010, conforme registrado na Tabela 3.1.

TABELA 3.1 - População, volume de migrantes decenais de última etapa interestaduais (com menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação) e taxa de mobilidade da população, Brasil, 1980/2010

Ano	Período	População	Migrantes de Última Etapa (1) (2)	Taxa de Mobilidade da População (‰)
1980	1970/1980	119.011.052	9.556.297	80,3
1991	1981/1991	146.825.475	10.614.219	72,3
2000	1990/2000	169.872.856	12.695.078	74,7
2010	2000/2010	190.755.799	11.121.928	58,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Utilizado método Pró-rata no cálculo dos migrantes de última etapa em todos os censos.

(2) Exclusive Brasil sem especificação e sem declaração de Unidade da Federação de residência anterior.

Apesar dos volumes de migrantes decenais ficarem em patamares acima de 10 milhões de migrantes interestaduais de última etapa, nas últimas três décadas, ocorreu uma queda significativa na mobilidade espacial da população brasileira, pois saiu de 80,3 ‰, em 1980, para 58,3 ‰, em 2010, mostrando importante mudança na mobilidade espacial da população. O total da população brasileira aumentou em 60% no período de 1980 a 2010, passando de 119,0 milhões no início do período, para 190,7 milhões em 2010, enquanto a taxa de mobilidade espacial da população⁸ registrou uma queda de 28%. Será que a população está realmente menos móvel nesta modalidade? Há prováveis e inúmeros motivos, de diversas naturezas (econômicos, sociais, políticos, demográficos e ambientais, por exemplo), que levariam a população a diminuir sua mobilidade no período analisado e, consequentemente,

⁷ Utilizou-se a recomendação apontada por Carvalho (1985, p. 33), denominado Pró-rata, onde “foram redistribuídos os imigrantes [...] com menos de 10 anos de residência, que declararam a própria Unidade da Federação como a de residência anterior, segundo a distribuição conhecida daqueles que declaram outras UF’s como as de domicílio prévio [...] supondo que a mobilidade intra-estadual dos imigrantes interestaduais independe da origem dos imigrantes, por um lado, e que também a distribuição da entrada deles na UF durante a década tenha sido a mesma, independente da UF de procedência”. Este procedimento Pró-rata foi necessário no processamento dos Censos Demográficos de 1991 e 2010, pois dá uma melhor aproximação e precisão do fenômeno estudado. Em todas as análises sobre a migração, neste capítulo, não se considerou o efeito indireto da migração (crianças nascidas de pais migrantes), conforme dado por Carvalho (1982).

⁸ Indicador utilizado pelo IBGE para medir a mobilidade da população, cujo resultado é dado por mil habitantes. Neste caso a medida se refere à migração de última etapa interestadual, das pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação atual.

acabaria afetando os movimentos migratórios na Região Metropolitana de São Paulo e, consequentemente, seus volumes. Alguns desses motivos serão discutidos neste texto.

Um motivo que deve ser destacado, especialmente neste momento e não menos importante, é o de natureza demográfica, pois há um envelhecimento relativo da população brasileira (MOREIRA, 1997; CAMARANO, 2002; WONG; CARVALHO, 2006; CARVALHO; WONG, 2008; BERQUÓ, 2009). Ocorre uma mudança significativa na estrutura etária da população, que afeta as migrações - a migração é seletiva em relação à idade e, no médio e longo prazos, a mobilidade da população brasileira tende a reduzir-se naturalmente⁹; de forma geral, por este motivo, mudando também as intensidades de como a migração acontece em cada modalidade, ou seja, migrações interestaduais, intrarregionais, interregionais, intraestaduais e intrametropolitanas vão apresentar mudanças nos seus volumes e direção dos fluxos, como resultado da mudança na estrutura etária da população brasileira¹⁰. Há ainda outras mudanças demográficas, conforme apontado por Wong e Carvalho (2006), que afetam a migração, dado que o Brasil realiza a sua transição demográfica e apresenta baixos indicadores de fecundidade e mortalidade, o que resulta numa menor pressão demográfica, principalmente em áreas que eram tradicionalmente expulsoras de população.

É claro que as mudanças estruturais na economia brasileira, nas políticas públicas, especialmente do Governo Federal, e o avanço no desenvolvimento regional continuam afetando de forma visível e determinante a migração brasileira, bem como a imigração de estrangeiros¹¹.

3.1.1 A imigração internacional no Brasil

Neste ponto, deve-se destacar que no período de 1991 a 2010 a imigração de estrangeiros tem aumentado seus volumes sistematicamente (Tabela 3.2), resultado, de um lado, da entrada do Brasil¹² na era globalizada e do avanço do capital financeiro internacional

⁹ Obviamente mantidas as mesmas condições observadas nas outras motivações na última década, pois o comportamento da migração é de difícil previsão, em função de suas características e motivações. Esta afirmação é uma aposta em função do passado observado nos processos migratórios brasileiros.

¹⁰ Segundo Ribeiro, Carvalho e Wong (1996, p. 994), “como parte da transição demográfica brasileira, a migração interna também estaria mudando; nos anos 80 teria se tornado significativo um movimento migratório de retorno, fluxo já presente nos anos 70”. Esse processo de transição contribuiu sobremaneira nas mudanças do “padrão das migrações” internas e dos volumes observados nas últimas décadas.

¹¹ A emigração de brasileiros para o exterior, apesar de significativa, principalmente no final do século passado não será analisada neste texto. O Censo Demográfico 2010 levantou informações sobre os brasileiros vivendo fora do país, mas os resultados apontados pelo levantamento e a metodologia empregada se mostraram frustrantes em termos de representar de forma fiel a real situação que se observava. Os resultados apurados de brasileiros vivendo no exterior foram sub-enumerados. A informação sobre brasileiros vivendo no exterior é de grande importância, pois pode influenciar diretamente os resultados das migrações internas, pois o exterior é mais um canal de destino que pode diminuir a pressão sobre a migração interna.

¹² A porta de entrada do Brasil na globalização tem como referencial o importante município de São Paulo, como citado por Sassen (1990).

nos países em desenvolvimento e, de outro, das constantes crises financeiras internacionais na Europa, Ásia e Estados Unidos, com forte impacto na economia mundial, levando muitos brasileiros a retornarem ao Brasil. Um dos locais que mais se beneficia desses aumentos nos fluxos de imigrantes internacionais é o Estado de São Paulo e, especialmente, a Região Metropolitana de São Paulo, que acaba recebendo e mantendo parte considerável desses imigrantes internacionais.

TABELA 3.2 - Volume de imigrantes internacionais decenais de última etapa (com menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação) e variação percentual, Brasil, 1980/2010

Ano	Período	Imigrantes Internacionais de Última Etapa (1) (2)	Variação em Relação ao Período Anterior (%)
1980	1970/1980	173.397	
1991	1981/1991	122.824	-29%
2000	1990/2000	279.822	128%
2010	2000/2010	455.333	63%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Não foi utilizado método Pró-rata no cálculo dos imigrantes internacionais.

(2) Inclusive país ignorado.

Na Tabela 3.2 observa-se que no período de 1970/1980 entraram e permaneceram no país 173.397 imigrantes internacionais. Já na década seguinte ocorreu uma queda de 29% no volume, com o nosso país se mostrando menos atrativo que na década anterior, resultado de um quadro econômico crítico, com o PIB estagnado durante a década, forte retração no mercado de trabalho formal, crescimento da proporção de trabalhadores na informalidade e altas taxas de inflação (OMETTO et al., 1995).

Nos períodos seguintes o que se viu foi uma crescente nos volumes de entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil, chegando a 455.333 imigrantes internacionais no período 2000/2010. A estabilidade econômica atingida pelo Brasil em meados da década de 1990¹³ contribuiu para esses aumentos nos volumes de entrada de estrangeiros no nosso país, bem como de brasileiros que estavam retornando ao país em função da “visível” melhora nas condições de vida dos brasileiros e das oportunidades que se abriam com a estabilização da moeda.

Apesar de no âmbito das migrações internas interestaduais observar-se uma redução no volume de migrantes na última década, em relação à imigração internacional vêm ocorrendo aumentos de forma gradual, década a década. Mais recentemente nota-se que esses volumes da imigração internacional tendem a aumentar em função da entrada de capital internacional (SASSEN, 2010). Na Tabela 3.2a mostra-se a distribuição dos imigrantes

¹³ Conforme apontado por Vieira e Veríssimo (2009, p. 525), “a década de 1990, no Brasil, foi marcada pelas reformas liberalizantes - abertura comercial e financeira, desregulamentação dos mercados, privatizações, redução da atuação do Estado - e pela estabilização inflacionária alcançada através do Plano Real”.

estrangeiros por Unidade da Federação e Grandes Regiões nas últimas quatro décadas e a participação relativa de cada Estado e Região na imigração internacional em cada década.

TABELA 3.2a - Volume de imigrantes internacionais decenais de última etapa (com menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação) e participação relativa na imigração total, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação de destino, Brasil, 1980/2010 (1) (2)

Grandes regiões e Unidades da Federação	1970/1980		1981/1991		1990/2000		2000/2010	
	Imigrantes	(%)	Imigrantes	(%)	Imigrantes	(%)	Imigrantes	(%)
Rondônia	1.895	1,1	2.497	2,0	2.368	0,8	5.189	1,1
Acre	443	0,3	512	0,4	1.348	0,5	1.262	0,3
Amazonas	1.532	0,9	1.014	0,8	3.688	1,3	6.438	1,4
Roraima	575	0,3	927	0,8	1.767	0,6	1.852	0,4
Pará	1.768	1,0	1.213	1,0	3.271	1,2	6.183	1,4
Amapá	266	0,2	470	0,4	999	0,4	1.519	0,3
Tocantins (3)			32	0,0	374	0,1	1.487	0,3
Região Norte	6.479	3,7	6.665	5,4	13.815	4,9	23.930	5,3
Maranhão	300	0,2	478	0,4	582	0,2	2.174	0,5
Piauí	112	0,1	202	0,2	502	0,2	764	0,2
Ceará	765	0,4	1.565	1,3	3.382	1,2	6.798	1,5
Rio Grande do Norte	517	0,3	640	0,5	1.677	0,6	2.912	0,6
Paraíba	630	0,4	421	0,3	1.356	0,5	3.127	0,7
Pernambuco	2.101	1,2	1.807	1,5	4.950	1,8	7.066	1,6
Alagoas	195	0,1	430	0,4	563	0,2	1.164	0,3
Sergipe	309	0,2	178	0,1	484	0,2	527	0,1
Bahia	2.710	1,6	2.669	2,2	6.290	2,2	14.575	3,2
Região Nordeste	7.639	4,4	8.390	6,8	19.786	7,1	39.107	8,6
Minas Gerais	6.681	3,9	10.300	8,4	18.654	6,7	44.649	9,8
Espírito Santo	1.075	0,6	1.169	1,0	2.620	0,9	9.894	2,2
Rio de Janeiro	33.311	19,2	16.133	13,1	26.717	9,5	34.808	7,6
São Paulo	73.048	42,1	38.203	31,1	76.713	27,4	139.940	30,7
Região Sudeste	114.115	65,8	65.805	53,6	124.704	44,6	229.291	50,4
Paraná	15.464	8,9	14.444	11,8	58.989	21,1	66.732	14,7
Santa Catarina	2.639	1,5	3.364	2,7	11.627	4,2	20.872	4,6
Rio Grande do Sul	12.554	7,2	10.070	8,2	20.881	7,5	23.923	5,3
Região Sul	30.657	17,7	27.878	22,7	91.497	32,7	111.527	24,5
Mato Grosso do Sul	5.853	3,4	6.530	5,3	13.814	4,9	15.023	3,3
Mato Grosso	1.872	1,1	1.156	0,9	4.943	1,8	6.746	1,5
Goiás	1.000	0,6	1.229	1,0	4.749	1,7	19.004	4,2
Distrito Federal	5.782	3,3	5.171	4,2	6.514	2,3	10.705	2,4
Região Centro-Oeste	14.507	8,4	14.086	11,5	30.020	10,7	51.478	11,3
TOTAL	173.397	100,0	122.824	100,0	279.822	100,0	455.333	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Não foi utilizado método Pró-rata no cálculo dos imigrantes internacionais.

(2) Inclusive país ignorado. (3) Unidade da Federação criada em 1988 e instalada em 1989.

A Região Sudeste recebia, na década de 1970, quase 66% da migração internacional, com 114.115 imigrantes. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro¹⁴, primeiro e segundo lugares no ranking, eram responsáveis por reunir o maior número de imigrantes, com uma participação de 61,3%. Entre 2000 e 2010, o Estado de São Paulo mantém a primazia em relação ao total de imigrantes recebidos, mas com uma participação relativa inferior, passando de 42,1% para 30,7%¹⁵.

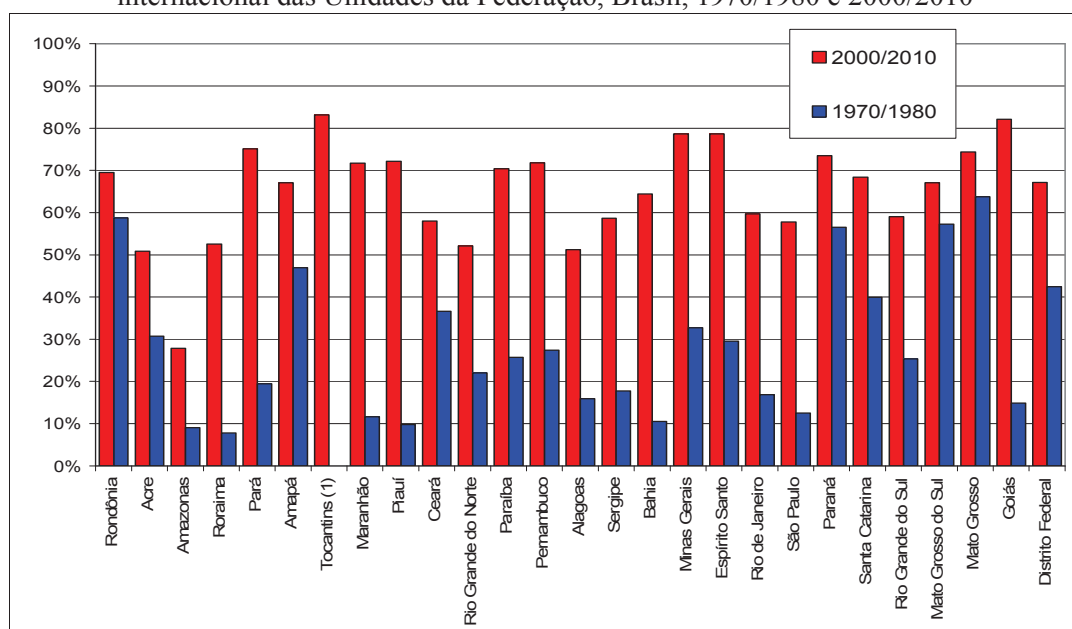
¹⁴ Cabe registrar que os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro concentram boa parte da imigração internacional. Entre 1970/1980 os dois municípios detinham 48% de toda a imigração internacional brasileira, respectivamente 32% e 16%, mas na década seguinte os dois municípios passaram a responder por 32% (21% e 11%), reduzindo para 19% (12% e 7%), na década de 1990 e depois registrou um leve aumento e foi para 21% (16% e 5%), entre 2000 e 2010.

¹⁵ Na década de 1970, 84% dos imigrantes internacionais que se deslocaram para o Estado de São Paulo se dirigiram para a RMSP (61.211 imigrantes) e destes, 55.006 imigrantes tinham como destino final o município de São Paulo. Na década seguinte, entre 1981 e 1991, com o arrefecimento nestes deslocamentos, a RMSP recebeu 74% dos imigrantes internacionais, ou seja, 28.308 pessoas e a Capital, 25.263. Entre 1990 e 2000 há um aumento no volume e a RMSP recebeu 43.529 imigrantes, correspondendo a 57%, e a Capital, 34.570 destes imigrantes. Nesta década o Interior do Estado de São Paulo recebeu a maior proporção de imigrantes

A participação da Região Sudeste se reduz para 50,4%, concentrando em seus quatro Estados a maioria dos imigrantes internacionais. O Estado de Minas Gerais mais que dobra a sua participação relativa, com 9,8% no último período, além de registrar volumes crescentes uma década após a outra, fruto do retorno da tradicional e conhecida emigração mineira internacional, principalmente, dos deslocamentos para os Estados Unidos num passado recente oriundos da cidade de Governador Valadares¹⁶.

Agora o Estado do Paraná ocupa a posição que era do Rio de Janeiro no ranking, recebendo 14,7% dos imigrantes internacionais, mas com fluxos de retornados de 73%, conforme Gráfico 3.0.

GRÁFICO 3.0 – Participação relativa da migração de retorno na imigração internacional das Unidades da Federação, Brasil, 1970/1980 e 2000/2010



FONTE: IBGE, Censos Demográficos de 1980 e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

NOTA: (1) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

O Estado de São Paulo aparece com uma proporção menor de retornados, no período de 2000 a 2010, em função de suas características econômicas e por ter várias cidades inseridas na economia mundial e no contexto mais globalizado, acaba por receber uma quantidade significativa de imigrantes estrangeiros. Para o Brasil, na década de 1970 a

estrangeiros, com 43%. Na década de 2000 a 2010 há uma leve reversão na participação relativa e a RMSP recebeu 62% (87.260 imigrantes), em função do aumento dos fluxos em direção à Capital, que contabilizaram 70.591 imigrantes, ou 50% do total que o Estado de São Paulo recebeu.

¹⁶ Governador Valadares é uma cidade com muita concentração de emigrantes internacionais para os Estados Unidos (Nova Iorque e Boston). Há uma ampla discussão da emigração internacional de Governador Valadares para os Estados Unidos em Assis (1995), Soares (1995), Scudeler (1999), Sales (1999) e Fusco (2000), retratando sob diversos aspectos a migração, principalmente no que se refere à inserção do emigrante no mercado de trabalho americano, as remessas financeiras, os efeitos econômicos sobre o local de origem, a reconstrução de trajetórias, o perfil do emigrante e as redes sociais criadas para facilitar a migração.

participação de retornados na imigração internacional era de 24% e passou para 66% no último período.

Goiás é outro Estado que se destaca pelo percentual de retornados e pelo aumento absoluto na imigração internacional. Este Estado apresenta similaridade com Minas Gerais, pois registrou em passado recente fortes fluxos migratórios para a cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, conforme apontado por Ribeiro (1999).

Entre o final da década de 1990 e início deste século a economia brasileira criou uma expectativa muito positiva nos brasileiros que viviam fora do país, com a estabilização da inflação, melhoria da qualidade de vida e expansão do acesso da população a produtos e serviços, resultando numa expressiva quantidade de retornados no período de 2000 a 2010, além é claro, de fatores que potencializaram o crescimento dos retornados, tais como o processo de deterioração da economia em alguns países europeus, várias crises financeiras internacionais durante a primeira década deste século, situação do migrante nem sempre legal no país de destino.

3.2 A migração de retorno interestadual

A migração de retorno de naturais para a Unidade da Federação de nascimento ganhou destaque nos anos de 1980, quando a sua proporção sobre o total de migrantes praticamente dobrou, representando nessa década 25,2% do total da migração interestadual no período (TABELA 3.3) e seu volume salta de 1.177.647 migrantes de retorno na década de 1970, para 2.671.354 migrantes na década posterior¹⁷. Nessa década de 1980 já há mostra de um certo esgotamento do modelo migratório vigente (BRITO, 2000), pois algumas áreas que potencialmente atraíam e retinham migrantes não conseguem reter parte considerável desses migrantes. Tem a ver com as mudanças e transformações econômicas que se processavam no Brasil e no mundo, com as mudanças no mercado de trabalho e meios de produção e uma nova realidade, principalmente nos grandes centros urbanos (PATARRA, 2003), como a Região Metropolitana de São Paulo, impactando fortemente a capacidade de retenção dos migrantes.

A migração de retorno tem importância sobre os fluxos da Região Metropolitana de São Paulo e é fundamental na análise dos processos migratórios desta região, em função de seus maiores volumes de retornados aparecerem e se destacarem nos imigrantes dos Estados da Região Nordeste, com proporções elevadas de retornados e tendo como origem principal a RMSP e um histórico migratório antigo e persistente.

¹⁷ Vale registrar que a migração de retorno nos censos demográficos é um fenômeno subestimado, em função de limitações na captação da informação, conforme apontado por Ribeiro, Carvalho e Wong (1996, p. 989). Entre os motivos destacam-se as múltiplas etapas migratórias e o efeito indireto da migração de retorno.

TABELA 3.3 - Volume de migrantes de retorno interestaduais decenais de última etapa (com menos de 10 anos de residência na Unidade de Federação) e proporção de retorno no total da migração de Última Etapa, Brasil, 1980/2010

Ano	Período	Migrantes de Retorno Interestaduais de Última Etapa	Proporção de Retorno no Total da Migração de Última Etapa (%)
1980	1970/1980	1.177.647	12,3%
1991	1981/1991	2.671.354	25,2%
2000	1990/2000	3.791.480	29,9%
2010	2000/2010	3.349.391	30,1%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Mas a migração de retorno não é um fenômeno localizado apenas nos fluxos Sudeste-Nordeste e vice-versa, mas em muitas direções. A migração de retorno é o que liga a emigração à imigração, numa única dimensão. A migração de retorno também está diretamente ligada à reversibilidade dos fluxos migratórios, como apontado pela abordagem de Domenach e Picouet (1990), ancorada na definição de espaço de vida de Courgeau (1988)¹⁸, onde o caráter “permanente” da migração perde significado, dado que o elo com a residência-base é mantido, independentemente do tempo de duração da migração em outro lugar. Os autores procuram definir residência-base da seguinte forma:

De este modo podemos definir la residencia base como el lugar o el conjunto de lugares a partir del cual (o los cuales) los desplazamientos tienen una probabilidad de retorno más elevada, cualquiera sea la duración de la estadía en otro lugar, todo ello durante la vida de un individuo. En consecuencia, cuando la probabilidad de retorno sea muy débil podríamos hablar de la creación de una nueva residencia base en otro lugar. (DOMENACH; PICOUE, 1990, p. 55),

Pelos números apurados na migração de retorno, parece que esta reversibilidade nos fluxos fica cada vez mais intensa. O que se observa na migração de retorno são volumes elevados de migrantes e uma proporção de retornados sobre o total de migrantes acima de 25% nos últimos 30 anos. Apesar do volume de migrantes total ter diminuído (TABELA 3.1), a proporção de retornados praticamente se manteve no último período, entre 2000 e 2010, com 30,1% e volume de 3.349.391 migrantes (TABELA 3.3).

A decisão de voltar à Unidade da Federação de nascimento pode também ser resultado de abertura de uma nova perspectiva positiva na Unidade da Federação de nascimento, conforme apontado por Ribeiro (1997), face às mudanças positivas no quadro de desenvolvimento regional brasileiro. A decisão de retornar pode ser resultado da combinação de diversos fatores. Este quadro que se desenha da migração de retorno contribui fortemente para o resultado de saldos migratórios negativos que se observa na Região Metropolitana de

¹⁸ Espaço de vida: referenciando Courgeau é "la porción del espacio donde el individuo ejerce sus actividades" (DOMENACH; PICOUE, 1990, p. 54).

São Paulo mais recentemente¹⁹, pois ele se mostra persistente e estável, tanto em volume, quanto em proporção de retorno no total da migração.

3.3 A migração intraestadual no Brasil

A migração intraestadual, no passado, ficava numa análise de segundo plano, apesar de apresentar volumes bem acima do que a migração interestadual registrava, pois os destaques eram as grandes levas de migrantes que se deslocavam por longas distâncias e para os grandes centros urbanos brasileiros, alterando completamente o seu modo de vida entre o local de origem e o de destino. As mudanças demográficas que se processavam eram resultados desses deslocamentos, alterando completamente o perfil demográfico nesses locais, além de trazer uma nova dinâmica econômica e social e levantar discussões sobre a excessiva concentração demográfica na Região Sudeste (MARTINE, 1994).

No Brasil, no período de 1970/1980, observou-se 15.778.465 migrantes intraestaduais, o que corresponde a 62,2% de toda a migração interna observada no país nessa década (TABELA 3.4). No período seguinte, entre 1981 e 1991, a proporção aumentou para 63,9%, apesar do volume total de migrantes intermunicipais ter diminuído para 25.093.694 pessoas. Já entre 1990 e 2000, o volume de migrantes intermunicipais atingiu 28.176.701 pessoas, mas o volume de migrantes intraestaduais reduziu-se para 15.227.168 e sua proporção ficou em 54,0%, a menor em todo o período. Novamente a proporção, no último período, teve um leve aumento e ficou em 55,4%.

O que se observa é que há um predomínio da migração intraestadual em relação a migração interestadual e isto pode ser explicado pelas características do território nacional, onde várias Unidades Federativas guardam muita distância entre si, aumentando os obstáculos que devem ser superados, além de termos uma alta concentração econômica e de empregos em poucos Estados das Regiões Sudeste e Sul.

TABELA 3.4 - Volume de migrantes intermunicipais e intraestaduais decenais (com menos de 10 anos de residência no município), proporção de intraestaduais sobre o volume de intermunicipais e taxa de mobilidade da população (intraestadual), Brasil, 1980/2010 (1)

Ano	Período	Migrantes Intermunicipais	Migrantes Intraestaduais (2)	Proporção de Intraestaduais sobre Intermunicipais (%)	Taxa de Mobilidade da População (Intraestadual por %)
1980	1970/1980	25.368.429	15.778.465	62,2%	132,6
1991	1981/1991	25.093.694	16.041.891	63,9%	109,3
2000	1990/2000	28.176.701	15.227.168	54,0%	89,6
2010	2000/2010	27.918.438	15.471.771	55,4%	81,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Exclusive Distrito Federal (Unidade Federativa com um único município).

¹⁹ O saldo migratório negativo da Região Metropolitana de São Paulo na última década (2000/2010) foi resultado da diminuição significativa do saldo migratório em relação à migração interestadual, principalmente nordestina, e aumento do saldo migratório negativo em relação à migração intraestadual.

Neste período de quatro décadas nota-se a manutenção de um volume considerável e acima de 15 milhões de migrantes intraestaduais, por década, que se deslocam dentro da própria Unidade da Federação de residência, fazendo movimentos, geralmente, de curta distância e procurando alternativas migratórias no âmbito estadual. As taxas de mobilidade da população observadas na migração intraestadual são bem superiores às taxas observadas na migração interestadual, registrando 132,6 por mil na década 1970/1980, contra 80,3 por mil na interestadual e 81,1 por mil entre 2000/2010, contra 58,3 por mil na interestadual, mas as reduções dessas taxas, ao longo das décadas, seguiram o mesmo ritmo de queda em ambas as modalidades migratórias.

Nesta questão da migração intraestadual é importante ressaltar a migração intraestadual do Estado de São Paulo e o papel da Região Metropolitana de São Paulo na redistribuição da população no Estado. Se num primeiro momento, principalmente durante a fase de industrialização, a RMSP foi o ponto catalisador e de concentração das migrações intraestaduais, num segundo momento a RMSP passa a ser o ponto de redistribuição de população para o interior paulista, área que adquire importância tanto no contexto das migrações intraestaduais, quanto no contexto das migrações interestaduais, recebendo uma quantidade significativa de migrantes e sendo mais uma alternativa migratória para a população de outros Estados e da metrópole paulista.

Quando os dados da migração intraestadual são observados no âmbito das Grandes Regiões e Unidades da Federação (TABELA 3.4a) é possível notar que a Região Norte foi a que apresentou o maior crescimento nesta modalidade migratória entre as décadas de 1970 e 2000, pois passou de participação relativa nacional de 2,70% (425.868 migrantes), para 8,88% (1.373.301 migrantes), além de mais que triplicar, em termos absolutos, o número de migrantes nesse período.

Todas as Unidades da Federação da Região Norte registraram aumentos absolutos na migração intraestadual no período. No último período, quase metade desta migração intraestadual observada se processava no Estado do Pará, com 728.496 migrantes. Esses movimentos intraestaduais, considerados de curta distância, estão ligados a processos locais, regionais, nacionais e até globais e cada Unidade da Federação responde a cada um desses processos de forma diferente e de acordo com o papel que desempenha nas diferentes esferas.

A Região Nordeste teve um aumento na migração intraestadual na década de 1980, mas depois retomou ao patamar da década anterior, com algo em torno de 3,9 milhões de migrantes intraestaduais. A Bahia foi o Estado que registrou uma melhor dinâmica nesta modalidade migratória, passando de 898.955 migrantes na década de 1970 para mais de um milhão nas décadas seguintes e com participação relativa na última década de 6,94%. Rio Grande do norte e Sergipe também registram aumentos absolutos, enquanto os demais

Estados têm redução na migração intraestadual entre as décadas de 1970 e 2010. O migrante nordestino tem ainda como opção migratória os deslocamentos interestaduais e mais opções de locais de destino.

TABELA 3.4a - Volume de migrantes intraestaduais (pessoas com menos de 10 anos de residência no município) e participação relativa no volume total intraestadual nacional, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, Brasil, 1980/2010 (1)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1970/1980	(%)	1981/1991	(%)	1990/2000	(%)	2000/2010	(%)
Rondônia	10.906	0,07%	111.827	0,70%	182.497	1,20%	199.574	1,29%
Acre	18.622	0,12%	32.392	0,20%	43.251	0,28%	52.067	0,34%
Amazonas	86.435	0,55%	101.385	0,63%	144.607	0,95%	200.192	1,29%
Roraima	642	0,00%	5.916	0,04%	16.498	0,11%	24.979	0,16%
Pará	302.850	1,92%	534.265	3,33%	624.184	4,10%	728.496	4,71%
Amapá	6.413	0,04%	12.822	0,08%	17.288	0,11%	30.155	0,19%
Tocantins (2)			94.604	0,59%	123.703	0,81%	137.838	0,89%
Região Norte	425.868	2,70%	893.211	5,57%	1.152.028	7,57%	1.373.301	8,88%
Maranhão	534.404	3,39%	602.162	3,75%	539.528	3,54%	515.951	3,33%
Piauí	174.609	1,11%	201.435	1,26%	164.472	1,08%	153.843	0,99%
Ceará	619.156	3,92%	714.116	4,45%	556.418	3,65%	587.442	3,80%
Rio Grande do Norte	271.813	1,72%	301.575	1,88%	262.364	1,72%	302.515	1,96%
Paraíba	276.074	1,75%	288.426	1,80%	232.740	1,53%	232.797	1,50%
Pernambuco	776.965	4,92%	798.070	4,97%	645.230	4,24%	691.193	4,47%
Alagoas	230.661	1,46%	269.234	1,68%	245.228	1,61%	222.492	1,44%
Sergipe	107.427	0,68%	157.343	0,98%	158.619	1,04%	160.059	1,03%
Bahia	898.955	5,70%	1.071.625	6,68%	1.026.108	6,74%	1.073.126	6,94%
Região Nordeste	3.890.064	24,65%	4.403.986	27,45%	3.830.707	25,16%	3.939.418	25,46%
Minas Gerais	1.937.157	12,28%	1.764.280	11,00%	1.704.217	11,19%	1.693.344	10,94%
Espírito Santo	315.273	2,00%	337.047	2,10%	311.352	2,04%	303.987	1,96%
Rio de Janeiro	875.385	5,55%	831.275	5,18%	919.159	6,04%	926.194	5,99%
São Paulo	3.550.109	22,50%	3.509.745	21,88%	3.292.020	21,62%	3.148.252	20,35%
Região Sudeste	6.677.924	42,32%	6.442.347	40,16%	6.226.748	40,89%	6.071.777	39,24%
Paraná	1.774.895	11,25%	1.316.382	8,21%	1.177.054	7,73%	1.057.850	6,84%
Santa Catarina	575.548	3,65%	583.061	3,63%	587.789	3,86%	649.695	4,20%
Rio Grande do Sul	1.366.354	8,66%	1.345.844	8,39%	1.164.615	7,65%	1.237.933	8,00%
Região Sul	3.716.797	23,56%	3.245.287	20,23%	2.929.458	19,24%	2.945.478	19,04%
Mato Grosso do Sul	199.472	1,26%	230.192	1,43%	211.536	1,39%	241.330	1,56%
Mato Grosso	141.371	0,90%	229.133	1,43%	308.590	2,03%	362.611	2,34%
Goiás	726.969	4,61%	597.735	3,73%	568.100	3,73%	537.856	3,48%
Distrito Federal (3)								
Região Centro-Oeste	1.067.812	6,77%	1.057.060	6,59%	1.088.227	7,15%	1.141.797	7,38%
TOTAL	15.778.465	100,00%	16.041.891	100,00%	15.227.168	100,00%	15.471.771	100,00%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

(2) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

(3) O Distrito Federal possui apenas um município e, portanto, não registra migração intraestadual.

Na Região Sudeste, Minas Gerais vem reduzindo, em números absolutos e sistematicamente, a migração intraestadual, registrando 1.937.157 migrantes na década de 1970 e 1.693.344 migrantes no início do século XXI. Espírito Santo se mantém no mesmo nível registrado na década de 1970. O Estado do Rio de Janeiro apresenta um leve aumento, mostrando mais dinamismo interno e o Estado de São Paulo reduz sistematicamente o volume de migrantes intraestaduais, passando de 3,55 milhões, para 3,15 milhões de migrantes na última década, mas ainda um volume importante no contexto estadual, principalmente agora

com a queda na imigração interestadual paulista, que também exerce certa influência retardada sobre os processos migratórios intraestaduais.

Na Região Sul, o Estado do Paraná vem confirmando também na migração intraestadual a queda na mobilidade espacial da população paranaense, pois o Estado era responsável por 11,25% do volume da migração intraestadual nacional e ficou em 6,84% no período de 2000 a 2010. Em termos absolutos, o Estado do Paraná passou de 1.774.895 migrantes para 1.057.850 migrantes. Em termos absolutos foi a maior queda observada entre as Unidades da Federação, reduzindo em mais de 700 mil migrantes no período analisado. Ao contrário, a população catarinense registra aumentos absolutos nas quatro décadas e um maior dinamismo migratório interno, que também é observado na migração interestadual.

Na Região Centro-Oeste, Mato Grosso registra crescimento absoluto nas quatro décadas, com destaque para o salto de 141.371 migrantes intraestaduais, na década de 1970, para 362.611 migrantes se deslocando dentro do próprio Estado entre 2000 e 2010. Goiás, apesar de ser uma área de atração interestadual viu sua migração intraestadual reduzir-se paulatinamente no período em foco. Goiás já teve um maior dinamismo intraestadual, mas a fronteira próxima com cinco importantes Estados (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Minas Gerais e Bahia), a proximidade com o Estado de São Paulo, mais a inserção do Distrito Federal em seu território operam para constranger, de certa forma, a migração interna, criando um leque de opções migratórias para a sua população.

Esta visão parcial dada pela Tabela 3.4a também esconde questões importantes da migração intraestadual, pois as capitais dessas Unidades da Federação desempenham papéis relevantes na redistribuição espacial da população para o resto do Estado, em função da centralidade econômica destas cidades e por serem pólos de influência estadual e até nacional. Esses números muito parecidos nos seus totais para a migração intraestadual nacional (15.778.465 migrantes entre 1970/1980 e 15.471.771 migrantes, entre 2000 e 2010) mostram inicialmente queda na mobilidade espacial da população brasileira de uma forma geral, entretanto ao observarmos esses números tendo como unidade de análise as capitais e o resto dos respectivos Estados, será possível detectar processos importantes, muitas mudanças nas direções dos fluxos, reversões e tendências que já tinham sido detectadas apenas em algumas capitais na década de 1970, principalmente da Região Sudeste. Este refinamento na análise da informação, descendo ainda mais no nível de escala espacial, possibilita encontrar novos resultados, que adicionados aos anteriores aumentam as chances de acertos nas conclusões sobre os processos migratórios.

Na Tabela 3.4b têm-se os dados de emigração e imigração intraestadual, participação relativa da imigração e emigração na migração intraestadual total do Estado, troca migratória

e índice de eficácia migratória das 26 capitais brasileiras em dois períodos distintos, entre 1970 e 1980 e entre 2000 e 2010.

As trocas migratórias das Capitais em relação ao resto da Unidade da Federação²⁰, comparativamente no tempo, explicitam, de forma inequívoca, uma mudança de preferência dos migrantes intraestaduais no período e alteração na direção dos fluxos migratórios. Na década de 1970 as Regiões Norte, Nordeste e Sul registravam apenas uma Capital cada uma com troca migratória negativa, respectivamente Macapá, Recife e Florianópolis; na Região Centro-Oeste todas as Capitais tinham saldo²¹ nas trocas migratórias positivo; e a Região Sudeste, num processo mais adiantado de perda de população registrava três Capitais com trocas migratórias negativas: Vitória, Rio de Janeiro e São Paulo. No último período observa-se que muitas Capitais perdem população para o resto do Estado e não é algo localizado em algumas cidades, ou seja, há uma reversão na migração intraestadual nas Capitais.

TABELA 3.4b - Volume de imigração e emigração, participação sobre o total da imigração e emigração intraestadual, troca migratória intraestadual (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), das Capitais, 1970/1980 e 2000/2010 (1)

Capital	Unidade da Federação	1970/1980						2000/2010					
		Imigração	(%)	Emigração	(%)	Troca Migratória	IEM	Imigração	(%)	Emigração	(%)	Troca Migratória	IEM
PORTO VELHO	RO	3.758	34%	1.880	17%	1.878	0,33	21.777	11%	13.398	7%	8.378	0,24
RIO BRANCO	AC	13.583	73%	1.879	10%	11.704	0,76	16.472	32%	16.173	31%	299	0,01
MANAUS	AM	55.594	64%	6.432	7%	49.162	0,79	81.152	41%	54.685	27%	26.467	0,19
BOA VISTA	RR	392	61%	215	33%	177	0,29	6.260	25%	13.250	53%	-6.990	-0,36
BELÉM	PA	92.729	31%	45.175	15%	47.554	0,34	71.023	10%	146.445	20%	-75.421	-0,35
MACAPÁ	AP	2.576	40%	3.388	53%	-812	-0,14	7.837	26%	13.197	44%	-5.360	-0,25
PALMAS (2)	TO							31.522	23%	10.368	8%	21.154	0,50
Região Norte		168.632	40%	58.969	14%	109.663	0,48	236.045	17%	267.517	19%	-31.473	-0,06
SÃO LUÍS	MA	90.039	17%	13.989	3%	76.050	0,73	75.920	15%	76.298	15%	-378	0,00
TERESINA	PI	67.238	39%	7.224	4%	60.014	0,81	37.589	24%	22.263	14%	15.326	0,26
FORTALEZA	CE	255.108	41%	48.144	8%	206.964	0,68	116.567	20%	159.824	27%	-43.256	-0,16
NATAL	RN	85.663	32%	21.849	8%	63.814	0,59	49.193	16%	91.711	30%	-42.518	-0,30
JOÃO PESSOA	PB	54.310	20%	16.844	6%	37.466	0,53	45.299	19%	42.217	18%	3.083	0,04
RECIFE	PE	98.339	13%	210.192	27%	-111.853	-0,36	67.809	10%	163.733	24%	-95.924	-0,41
MACEIÓ	AL	61.796	27%	11.643	5%	50.153	0,68	49.853	22%	43.465	20%	6.388	0,07
ARACAJU	SE	41.267	38%	9.022	8%	32.245	0,64	28.930	18%	52.127	33%	-23.197	-0,29
SALVADOR	BA	169.998	19%	64.904	7%	105.094	0,45	130.846	12%	174.066	16%	-43.220	-0,14
Região Nordeste		923.758	24%	403.811	10%	519.947	0,39	602.009	15%	825.703	21%	-223.694	-0,16
BELO HORIZONTE	MG	329.855	17%	223.294	12%	106.561	0,19	143.722	8%	312.975	18%	-169.253	-0,37
VITÓRIA	ES	32.487	10%	39.706	13%	-7.219	-0,10	24.952	8%	52.045	17%	-27.093	-0,35
RIO DE JANEIRO	RJ	85.349	10%	328.957	38%	-243.608	-0,59	74.985	8%	294.832	32%	-219.847	-0,59
SÃO PAULO	SP	366.450	10%	820.045	23%	-453.595	-0,38	157.687	5%	842.070	27%	-684.383	-0,68
Região Sudeste		814.141	12%	1.412.002	21%	-597.861	-0,27	401.345	7%	1.501.922	25%	-1.100.576	-0,58
CURITIBA	PR	218.173	12%	104.081	6%	114.092	0,35	94.407	9%	184.847	17%	-90.439	-0,32
FLORIANÓPOLIS	SC	28.007	5%	29.400	5%	-1.393	-0,02	30.162	5%	49.485	8%	-19.322	-0,24
PORTO ALEGRE	RS	192.894	14%	161.883	12%	31.011	0,09	99.062	8%	163.136	13%	-64.074	-0,24
Região Sul		439.074	12%	295.364	8%	143.710	0,20	223.632	8%	397.467	13%	-173.835	-0,28
CAMPO GRANDE	MS	64.435	32%	17.724	9%	46.711	0,57	48.543	20%	40.816	17%	7.726	0,09
CUIABÁ	MT	38.804	27%	14.548	10%	24.256	0,45	26.566	7%	49.330	14%	-22.765	-0,30
GOIÂNIA	GO	176.939	24%	61.155	8%	115.784	0,49	72.836	14%	147.342	27%	-74.506	-0,34
Região Centro-Oeste		280.178	26%	93.427	9%	186.751	0,50	147.944	13%	237.488	21%	-89.544	-0,23
TOTAL		2.625.783	17%	2.263.573	14%	362.210	0,07	1.610.975	10%	3.230.097	21%	-1.619.123	-0,33

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980 e 2010 (microdados versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

²⁰ Neste tópico quando a citação for o “interior”, tratar-se-á de todos os municípios da Unidade da Federação, exceto a sua Capital.

²¹ Este “saldo” é resultado de trocas migratórias entre duas unidades geográficas, mas não se refere ao “saldo migratório” puro, quando obtido entre duas datas fixas e resultado da diferença entre imigrantes e emigrantes (CARVALHO; RIGOTTI, 1998).

Todas as Capitais das Regiões Sul e Sudeste passam a registrar perdas populacionais. Na Região Centro-Oeste a única capital ainda com resultado positivo é Campo Grande, mas reduzidíssimo. A Região Nordeste agora tem seis Capitais, entre as nove existentes, com saldo nas trocas migratórias negativo, mas as demais contam com saldos nas trocas migratórias quase nulos, dado que o índice de eficácia migratória está bem baixo entre 2000/2010²², exceto Teresina (Tabela 3.4b). Na Região Norte, quatro Capitais já passam a registrar saldos nas trocas migratórias negativos.

A imigração intraestadual para as Capitais sofreu uma queda de 49% no volume entre os dois períodos, pois passou de 2.625.783 migrantes, para 1.610.975 migrantes, ou seja, uma redução em mais de um milhão de migrantes, ao mesmo tempo em que o volume de emigrantes intraestaduais das Capitais aumentou significativamente, de 2.263.573 migrantes, para 3.230.097 migrantes, ou seja, 43% de aumento.

De todas as Capitais, apenas Recife e Rio de Janeiro registraram queda nos volumes de emigração intraestadual no período 2000/2010, mas nem por isto conseguiram saldo nas trocas migratórias positivo. Por outro lado, apenas a cidade de Florianópolis registrou um leve aumento na imigração entre todas as regiões, exceto a Região Norte, mas continuou perdendo população para o interior.

A Região Norte apresentava, na década de 1970, a mais forte concentração da imigração intraestadual nas Capitais, com Rio Branco, por exemplo, recebendo 73% de toda a imigração intraestadual da década. Entre 2000 e 2010, a participação relativa na imigração intraestadual de Rio Branco caiu bastante e passou a representar apenas 32% da migração intraestadual. As difíceis condições de acesso às cidades na década de 1970, que perduram até hoje, e o número reduzido de municípios instalados naquele momento na região facilitavam a concentração da migração intraestadual nas Capitais (MARTINE, 1987). Os aumentos mais significativos na participação relativa da emigração intraestadual aconteceram nas Capitais da Região Nordeste. Natal, por exemplo, saltou de 8% (entre 1970/1980), para 30% (entre 2000/2010), que são números equivalentes aos de São Paulo e Rio de Janeiro no último período. Todas as Capitais juntas perdem, em termos líquidos, para o interior dos seus respectivos Estados cerca de 160 mil pessoas por ano, sendo 110 mil pessoas só na Região Sudeste e o Estado de São Paulo liderando com 68 mil pessoas.

Os dados são bem claros em apontar uma perda relativa de atração que as Capitais exercem sobre os migrantes intraestaduais e um aumento da atração que as cidades do interior criaram ao longo do tempo, possibilitando um leque maior de opções de cidades para onde

²² Os IEMs positivos para essas três capitais (São Luís, João Pessoa e Maceió) não superaram o valor de 0,07, ou seja, área de baixa retenção migratória.

migrar. Adiciona-se a isto uma forte redução da imigração para as Capitais e aumento considerável da emigração nesses locais, tornando o interior um lugar atrativo para migrar.

3.4 A migração intrarregional e interregional nas Grandes Regiões

As migrações interestaduais se dividem em dois tipos, isto é, as migrações intrarregionais e as migrações interregionais. No primeiro caso as migrações interestaduais se processam entre os estados da própria Grande Região e, no segundo caso, as migrações interestaduais se dão entre estados de regiões diferentes. Uma análise comparativa entre os dois tipos de migração será feita neste tópico, procurando ressaltar as alterações ocorridas ao longo do tempo e sua influência na migração para a Região Metropolitana de São Paulo.

Com as mudanças econômicas positivas observadas até o ano 2010 e o desenvolvimento regional avançando em várias partes do Brasil (CANO, 2011) é de se esperar que ocorra uma mudança nas proporções que cabe a cada tipo de migração, acabando por privilegiar a migrações intrarregionais, mais recentemente, em função dessas mudanças econômicas regionais positivas (PACHECO, 1998), reduzindo o papel das migrações interregionais e ampliando o papel das migrações intrarregionais na migração nacional.

Pelos resultados observados, na Tabela 3.5, não há a confirmação dessa hipótese de mudanças nos volumes observados nas migrações interregionais e intrarregionais, pois até o final do século XX as migrações interregionais vinham acumulando aumentos seguidos no número de migrantes, que foram superiores a 770 mil de migrantes, entre 1981/1991, comparativamente à década anterior, e dobrou na década seguinte, chegando a mais de 1,4 milhão de aumento entre 1990 e 2000. Esses números observados na migração interregional sustentaram os aumentos nas migrações interestaduais até 2000. Em relação à migração intrarregional, também se observa um razoável aumento de migrantes, passando de 3.531.880 migrantes na década de 1970/1980, para 4.482.286 migrantes entre 1990 e 2000, mas a mesma redução que ocorreu na migração interregional no último período, também aconteceu na migração intrarregional, pois o volume caiu para 3.989.417 migrantes, guardando a migração interregional, em quase todo o período, a mesma participação relativa na migração interestadual, com aproximadamente 64%.

TABELA 3.5 - Volume de migrantes interestaduais por tipo de migração - interregional e intrarregional (com menos de 10 anos de residência no município) e participação relativa da migração interregional sobre o total interestadual, Brasil, 1980/2010 (1) (2)

Ano	Período	Migrantes Interestaduais			Participação da Migração Interregional sobre a Migração Interestadual (%)
		Total	Migrantes Interregionais	Migrantes Intrarregionais	
1980	1970/1980	9.556.297	6.024.417	3.531.880	63,0%
1991	1981/1991	10.614.219	6.795.927	3.818.292	64,0%
2000	1990/2000	12.695.078	8.212.792	4.482.286	64,7%
2010	2000/2010	11.121.928	7.132.511	3.989.417	64,1%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Utilizado método Pró-rata no cálculo dos migrantes de última etapa em todos os censos.

(2) Exclusive Brasil sem especificação e sem declaração de Unidade da Federação de residência anterior.

Esta manutenção no quadro de distribuição relativa dos migrantes nas duas modalidades nos últimos 40 anos, não sustenta que ocorreu uma grande mudança de preferência do migrante entre uma migração interregional ou intrarregional, mas o que pode ter acontecido, e veremos mais à frente, é a mudança na distribuição dos migrantes dentro da própria modalidade, com uma desconcentração, concentração ou trocas migratórias que se anulam.

Com os deslocamentos dos migrantes se processando, num nível mais macro, da mesma forma dentro e fora da Grande Região reforça a importância que se avaliar os Estados dessas Grandes Regiões, pois eles passam a desempenhar importante papel no contexto das migrações nacionais e nas preferências dos migrantes sobre o local de destino, mostrando ou não uma ampliação de oportunidades migratórias. Mais à frente procura-se verificar quais direções os fluxos tomaram intrarregionalmente e interregionalmente e se ocorreram mudanças de preferência em relação aos locais de destino.

Esta forte queda no volume, tanto na migração intrarregional, quanto na migração interregional, na última década, reflete diretamente nos números observados na Região Metropolitana de São Paulo, pois quando os saldos nas trocas migratórias eram positivos nesta região, dependiam totalmente da migração interregional, notadamente da migração nordestina.

Vê-se que a migração interregional, conforme Tabela 3.6, sofreu muitas mudanças desde a década de 1970, sendo a inversão de saldo nas trocas migratórias da Região Sul, de negativo para positivo, a mudança mais visível nestas últimas quatro décadas. Na década de 1970, a Região Sul perdia mais de 100 mil pessoas por ano para Estados de outras regiões e, na primeira década do século XXI, essa região passa a ganhar 10 mil pessoas por ano.

Outro aspecto importante é a diminuição do saldo nas trocas migratórias da Região Sudeste, com significativa redução dos ganhos populacionais, que está mais associada ao aumento na emigração interregional, do que uma forte queda na imigração. Se na década de 1970 observou-se um contingente de 1.956.086 pessoas de saldo nas trocas migratórias, no período de 2000/2010 esse saldo caiu para 740.301 pessoas, gerando menos pressão demográfica na Região Sudeste. A Região Sudeste continua sendo a principal área de destino.

É notável também o aumento na imigração nordestina, responsável pela diminuição do saldo desta região, mas que continua negativo nos quatro períodos observados. Apesar desta diminuição no saldo, a Região Nordeste perdeu, pelo saldo, mais de 150 mil pessoas por ano na primeira década do século XXI. Embora tenha registrado uma redução no volume de emigrantes, a Região Nordeste ainda é uma área de grande evasão demográfica. Quase 50% da imigração nordestina no último período, de um total que chegou a 1.445.866 pessoas, tem

como local de origem o Estado de São Paulo e, principalmente, a Região Metropolitana de São Paulo, com significativa migração de retorno nesses fluxos.

TABELA 3.6 - Volume da migração interregional, troca migratória (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e Índice de eficácia migratória, segundo as Grandes Regiões, **Brasil**, 1980/2010 (1)

Grandes Regiões	Migração Interregional			Índice de Eficácia Migratória
	Imigração	Emigração	Troca Migratória	
1970/1980				
Norte	699.781	139.625	560.156	0,67
Nordeste	530.088	2.559.687	-2.029.599	-0,66
Sudeste	3.243.756	1.287.670	1.956.086	0,43
Sul	365.331	1.442.913	-1.077.582	-0,60
Centro-Oeste	1.185.461	594.522	590.939	0,33
Total	6.024.417	6.024.417		
1981/1991				
Norte	1.030.627	500.840	529.787	0,35
Nordeste	1.115.402	2.643.181	-1.527.779	-0,41
Sudeste	2.783.818	1.793.239	990.579	0,22
Sul	600.249	1.097.387	-497.138	-0,29
Centro-Oeste	1.265.831	761.280	504.551	0,25
Total	6.795.927	6.795.927		
1990/2000				
Norte	881.080	668.859	212.220	0,14
Nordeste	1.615.044	3.549.863	-1.934.819	-0,37
Sudeste	3.575.339	2.236.533	1.338.806	0,23
Sul	824.688	857.533	-32.844	-0,02
Centro-Oeste	1.316.641	900.004	416.637	0,19
Total	8.212.792	8.212.792		
2000/2010				
Norte	751.169	596.605	154.564	0,11
Nordeste	1.445.866	3.030.437	-1.584.572	-0,35
Sudeste	2.783.457	2.043.157	740.301	0,15
Sul	790.848	671.725	119.123	0,08
Centro-Oeste	1.361.171	790.587	570.584	0,27
Total	7.132.511	7.132.511		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

Assim, os aumentos na imigração das Regiões Nordeste e Sul e a diminuição da imigração na Região Sudeste foram os responsáveis pelas mudanças na imigração interregional nas últimas décadas. Por outro lado, os aumentos da emigração das Regiões Sudeste e Norte e diminuição da emigração interregional da Região Sul determinaram as mudanças na emigração interregional do Brasil.

Na Tabela 3.6a tem-se, em detalhes das distribuições da emigração, imigração e saldos nas trocas migratórias interregionais da Região Sudeste, no período 1970-2010, segundo as Grandes Regiões, pois um número consolidado, como apresentado na Tabela 3.6, pode camuflar mudanças importantes que se processam na Região Sudeste e nas relações com as demais Grandes Regiões.

Desta forma, é possível observar que o saldo nas trocas migratórias positivo de 1.956.086 pessoas favorável à Região Sudeste, na década de 1970, escondia perdas populacionais desta região para as Regiões Centro-Oeste e Norte, que se tornariam uma

tendência nas próximas três décadas que se seguiram. As trocas favoráveis à Região Sudeste se resumem à Região Nordeste, no último período, de 2000 a 2010, com saldo positivo de quase um milhão de pessoas.

O poder de atração que a Região Sudeste exerce sobre a população nordestina é fruto de um histórico migratório de muitas décadas e da manutenção de redes migratórias ao longo do tempo (VAINER, 1991). O Estado de São Paulo ficou com 69% deste último saldo nas trocas migratórias com o Nordeste, Rio de Janeiro com 14,3%, Minas Gerais com 10,5% e o Espírito Santo com 6,2%. Por outro lado, os Estados nordestinos que contribuíram com este saldo favorável à Região Sudeste foram Bahia, com 38%, Pernambuco com 14%, Alagoas, com 11%, Maranhão e Ceará com 10% cada e os demais Estados com 17%. Rio Grande do Norte foi o único Estado a apresentar ganhos no saldo em relação à Região Sudeste, fruto das trocas populacionais com os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Nota-se, também, que 54% da imigração interregional brasileira se deslocou de outras Grandes Regiões para a Região Sudeste na década de 1970 (3.243.756 imigrantes) e, neste mesmo período, a Região Sudeste contribuiu com 21% da emigração interregional nacional, com 1.287.670 emigrantes. Já, na primeira década do século XXI a participação relativa da Região Sudeste na imigração interregional do Brasil caiu para 39% (2.783.457 imigrantes) e sua emigração interregional subiu para 29%, com 2.043.157 emigrantes, resultado da queda no número de imigrantes oriundos da Região Sul, de 967.063 para 371.452 imigrantes, de um lado e, de outro, do substancial aumento da emigração para o nordeste, de 389.823, nos anos de 1970, para 1.000.156 emigrantes interregionais no período de 2000 a 2010 e da forte emigração para a Região Sul no mesmo período.

TABELA 3.6a - Volume da migração interregional, troca migratória (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e índice de eficácia migratória, segundo as Grandes Regiões, **Região Sudeste**, 1980/2010 (1)

Grandes Regiões	Migração Interregional			Índice de Eficácia Migratória
	Imigração	Emigração	Troca Migratória	
1970/1980				
Norte	60.989	131.014	-70.025	-0,36
Nordeste	1.902.149	389.823	1.512.326	0,66
Sul	967.063	274.222	692.841	0,56
Centro-Oeste	313.555	492.610	-179.056	-0,22
Total	3.243.756	1.287.670	1.956.086	0,43
1981/1991				
Norte	131.309	204.351	-73.042	-0,22
Nordeste	1.749.485	793.911	955.574	0,38
Sul	577.907	370.880	207.028	0,22
Centro-Oeste	325.117	424.097	-98.980	-0,13
Total	2.783.818	1.793.239	990.579	0,22
1990/2000				
Norte	153.539	157.723	-4.184	-0,01
Nordeste	2.500.637	1.147.902	1.352.735	0,37
Sul	543.095	524.642	18.453	0,02
Centro-Oeste	378.068	406.266	-28.198	-0,04
Total	3.575.339	2.236.533	1.338.806	0,23
2000/2010				
Norte	130.136	133.269	-3.133	-0,01
Nordeste	1.988.446	1.000.156	988.290	0,33
Sul	371.452	494.431	-122.979	-0,14
Centro-Oeste	293.424	415.301	-121.877	-0,17
Total	2.783.457	2.043.157	740.301	0,15

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

Do total da imigração interregional que se dirigiu para a Região Sudeste (3.243.756 imigrantes), na década de 1970, 75% tinham como destino o Estado de São Paulo, ou seja, 2.426.907 imigrantes interregionais (Tabela 3.6b).

TABELA 3.6b - Volume da migração interregional, troca migratória (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e índice de eficácia migratória, segundo as Grandes Regiões, **Estado de São Paulo**, 1980/2010 (1)

Grandes Regiões	Migração Interregional			Índice de Eficácia Migratória
	Imigração	Emigração	Troca Migratória	
1970/1980				
Norte	24.881	30.916	-6.035	-0,11
Nordeste	1.381.732	203.599	1.178.133	0,74
Sul	854.942	191.548	663.394	0,63
Centro-Oeste	165.353	195.998	-30.646	-0,08
Total	2.426.907	622.061	1.804.846	0,59
1981/1991				
Norte	58.715	58.744	-29	0,00
Nordeste	1.343.496	509.435	834.061	0,45
Sul	493.406	287.240	206.166	0,26
Centro-Oeste	163.752	214.605	-50.853	-0,13
Total	2.059.369	1.070.024	989.345	0,32
1990/2000				
Norte	65.447	56.562	8.885	0,07
Nordeste	1.873.075	816.108	1.056.967	0,39
Sul	455.037	419.041	35.996	0,04
Centro-Oeste	188.402	204.194	-15.793	-0,04
Total	2.581.961	1.495.906	1.086.055	0,27
2000/2010				
Norte	56.214	52.294	3.920	0,04
Nordeste	1.379.620	698.162	681.458	0,33
Sul	286.928	382.995	-96.067	-0,14
Centro-Oeste	140.142	198.946	-58.804	-0,17
Total	1.862.903	1.332.396	530.507	0,17

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

Apesar de se verificar uma queda, no período 2000 a 2010, em termos absolutos da imigração interregional para a Região Sudeste e para o Estado de São Paulo, a participação relativa do Estado de São Paulo, no conjunto imigratório interregional que recebeu a Região Sudeste, teve uma pequena redução, passando para 67% (1.862.903 imigrantes interregionais).

Em se tratando da emigração interregional paulista para outras Grandes Regiões, a participação relativa da Região Sudeste saltou de 48%, na década de 1970, para 65%, no período de 2000 a 2010, com o total de emigrantes interregionais crescendo de 622.061 para 1.332.396 pessoas (Tabela 3.6b). Esta mudança intensa foi resultado do crescimento dos deslocamentos para todas as Grandes Regiões, mas notadamente para as Regiões Nordeste e Sul. Do total de emigrantes interregionais que saíram da Região Sudeste para a Região Nordeste, no período de 2000 a 2010, 70% tinham como área de origem o Estado de São Paulo, o que corresponde em números absolutos a 698.162 emigrantes. Em relação à Região Sul a proporção era de 77%, ou seja, 382.995 emigrantes interregionais paulistas. Vê-se que a eficácia migratória interregional do Estado de São Paulo vem diminuindo há várias décadas e demonstrando tendência a zerá-la, pois saiu de 0,59 na década de 1970, para 0,17 na primeira

década deste século e quem sustenta esta baixa eficácia ainda é a Região Nordeste (Tabela 3.8).

Em relação à migração intrarregional devemos considerar que ocorreram várias mudanças regionalmente nas últimas décadas (TABELA 3.7). A migração intrarregional cresce em importância, pois apesar da queda geral na mobilidade espacial da população ao longo das últimas quatro décadas, este tipo de migração conseguiu manter os volumes decenais nas últimas três décadas, com algo próximo de 4 milhões de migrantes.

TABELA 3.7 - Volume da migração intrarregional (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e participação relativa por Grande Região, segundo as Grandes Regiões, **Brasil**, 1980/2010 (1)

Grandes Regiões	Migração Intrarregional	Participação Relativa (%)
1970/1980		
Norte	111.688	3,2%
Nordeste	920.853	26,1%
Sudeste	1.658.549	47,0%
Sul	549.674	15,6%
Centro-Oeste	291.116	8,2%
Total	3.531.880	100,0%
1981/1991		
Norte	296.974	7,8%
Nordeste	1.025.060	26,8%
Sudeste	1.538.685	40,3%
Sul	551.712	14,4%
Centro-Oeste	405.861	10,6%
Total	3.818.292	100,0%
1990/2000		
Norte	441.275	9,8%
Nordeste	1.070.056	23,9%
Sudeste	1.726.649	38,5%
Sul	755.602	16,9%
Centro-Oeste	488.704	10,9%
Total	4.482.286	100,0%
2000/2010		
Norte	385.107	9,7%
Nordeste	923.613	23,2%
Sudeste	1.478.323	37,1%
Sul	750.287	18,8%
Centro-Oeste	452.087	11,3%
Total	3.989.417	100,0%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

Vê-se pela Tabela 3.7 um aumento nos volumes de migrantes intrarregionais nas Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, na última década, comparativamente à década de 1970. Esse maior dinamismo migratório interno nessas regiões parece que foi alimentado por mudanças econômicas regionais positivas. A Região Sudeste registra uma diminuição na participação absoluta e relativa da migração intrarregional no Brasil, pois passou de 47% , na década de 1970, para 37% na última década, no início do século XXI, quando registrou 1.478.323 migrantes.

Esta diminuição aconteceu ao mesmo tempo em que os ganhos populacionais intrarregionais do Estado de São Paulo se processavam através dos saldos nas trocas migratórias. Na década de 1970 o Estado de São Paulo apresentava saldo intrarregional expressivo e a sua participação relativa no saldo intrarregional chegava a 82%, ou seja, saldo de 481.442 pessoas (TABELA 3.8). Na década de 1980 a participação ficou em 71% e ainda com volume significativo (194.879 pessoas), mas nas décadas seguintes esses saldos nas trocas migratórias caíram vertiginosamente.

TABELA 3.8 - Volume da migração intrarregional, troca migratória (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e índice de eficácia migratória, segundo as Unidades da Federação, **Região Sudeste**, 1980/2010 (1)

Unidades da Federação (Região Sudeste)	Migração Intrarregional			Índice de Eficácia Migratória
	Imigração	Emigração	Troca Migratória	
1970/1980				
Minas gerais	355.730	941.731	-586.001	-0,45
Espírito Santo	155.627	124.799	30.828	0,11
Rio de Janeiro	335.711	261.981	73.731	0,12
São Paulo	811.480	330.038	481.442	0,42
Total	1.658.549	1.658.549		
1981/1991				
Minas gerais	510.249	689.092	-178.842	-0,15
Espírito Santo	187.945	110.246	77.699	0,26
Rio de Janeiro	220.698	314.434	-93.736	-0,18
São Paulo	619.793	424.913	194.879	0,19
Total	1.538.685	1.538.685		
1990/2000				
Minas gerais	682.279	678.230	4.049	0,00
Espírito Santo	188.098	142.308	45.790	0,14
Rio de Janeiro	261.908	317.192	-55.284	-0,10
São Paulo	594.364	588.919	5.445	0,00
Total	1.726.649	1.726.649		
2000/2010				
Minas gerais	529.955	605.193	-75.238	-0,07
Espírito Santo	162.319	120.241	42.078	0,15
Rio de Janeiro	265.777	267.960	-2.183	0,00
São Paulo	520.272	484.928	35.343	0,04
Total	1.478.323	1.478.323		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

Essa diminuição, ao longo dessas quatro décadas, nos volumes da migração intrarregional na Região Sudeste foi consequência, principalmente, de alterações nos fluxos mineiros e paulistas (TABELA 3.8). Num primeiro momento, o Estado de São Paulo concentrava o maior e mais importante saldo positivo da região, com 481.442 migrantes na década de 1970, mas em contrapartida Minas Gerais registrava um saldo negativo de 586.001 migrantes.

Esta condição foi se alterando ao longo do tempo, quando entre os anos de 1990 e 2000 Minas Gerais reverteu a posição perdedora de população nas migrações intrarregionais, com saldo positivo de 4.009 migrantes e o Estado de São Paulo registrou saldo muito baixo, com apenas 5.445 migrantes. Nota-se, pelos índices de eficácia migratória, que no último período os resultados, para as quatro Unidades da Federação, foram próximos de zero, demonstrando que a região tornou-se área de muita rotatividade migratória (BAENINGER, 1999; 2008). Percebe-se também, neste último período analisado, que Minas Gerais voltou a registrar perdas populacionais, com saldo negativo de aproximadamente 75 mil pessoas e o Rio de Janeiro manteve-se como área perdedora de população para os demais estados da Região Sudeste, como vem acontecendo nas últimas três décadas.

Essas mudanças na migração intrarregional dos Estados de São Paulo e Minas Gerais rebatem fortemente sobre os fluxos da Região Metropolitana de São Paulo, pois os saldos nas trocas migratórias positivos intrarregionais paulistas, na década de 1970, eram oriundos dos fluxos de Minas Gerais e se dirigiam majoritariamente para a Região Metropolitana de São

Paulo e lá permaneciam. Com o passar dos anos esses movimentos mineiros em direção ao Estado de São Paulo se arrefeceram, ao mesmo tempo em que emigração paulista ganhou força e foi aumentando em volume e os saldos diminuindo gradativamente, pois a imigração também dava sinais de arrefecimento, saindo de 811.480 migrantes na década de 1970, para 520.272 imigrantes na última década.

A partir da década de 1990, a principal área de destino intrarregional da Região Sudeste passa a ser o Estado de Minas Gerais, substituindo o Estado de São Paulo. Esta posição foi mantida na década seguinte. Apesar do arrefecimento na emigração intrarregional mineira a cada década, o Estado de Minas Gerais foi a área de maior evasão populacional da migração intrarregional da Região Sudeste nos últimos 40 anos.

Com um índice de eficácia migratória de 0,04 e reduções nos volumes de emigração e imigração e nos ganhos populacionais, a migração intrarregional do Estado de São Paulo não altera quantitativamente e significativamente o quadro de redistribuição espacial da população do Estado e explica parte das mudanças na dinâmica migratória e da perda relativa de atração que o Estado exercia sobre os outros três Estados da Região Sudeste.

De novo, a análise neste nível geográfico de Grande Região camufla tendências que só é possível de serem observadas num nível geográfico menor, dado que o nosso interesse vai até o nível de Região Metropolitana de São Paulo. Com o objetivo de clarear ainda mais os processos migratórios intrarregionais, são apresentados os resultados da imigração, emigração, troca migratória e índice de eficácia migratória ao nível estadual para São Paulo, através da Tabela 3.8a.

Através da Tabela 3.8a é possível verificar que os saldos positivos para o Estado de São Paulo, mostrado como um dado unificado na tabela anterior no nível de Grande Região, não é resultado exclusivamente de ganhos populacionais nas trocas migratórias com os outros Estados da Região Sudeste, mas também de perdas e de mudanças nos volumes da imigração e emigração intrarregional ao longo do período analisado.

Na década de 1970, o saldo na troca migratória era positivo e favorável ao Estado de São Paulo, bem como potencializado com a contribuição dos demais três Estados da Região Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro) na formação do saldo, que registrou 481.442 pessoas. Minas Gerais tem papel fundamental na dinâmica migratória intrarregional e nos resultados das últimas quatro décadas, com maiores volumes nos quatro Censos Demográficos analisados.

TABELA 3.8a - Volume da migração intrarregional, troca migratória (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e Índice de eficácia migratória, segundo as Unidades da Federação, **Estado de São Paulo**, 1980/2010 (1)

Unidades da Federação (Região Sudeste)	Migração Intrarregional			Índice de Eficácia Migratória
	Imigração	Emigração	Troca Migratória	
1970/1980				
Minas gerais	661.654	223.949	437.705	0,49
Espírito Santo	22.426	12.370	10.056	0,29
Rio de Janeiro	127.401	93.720	33.681	0,15
Total	811.480	330.038	481.442	0,42
1981/1991				
Minas gerais	475.268	326.580	148.688	0,19
Espírito Santo	15.545	21.248	-5.702	-0,15
Rio de Janeiro	128.979	77.086	51.893	0,25
Total	619.793	424.913	194.879	0,19
1990/2000				
Minas gerais	460.909	465.894	-4.985	-0,01
Espírito Santo	21.385	24.572	-3.187	-0,07
Rio de Janeiro	112.070	98.453	13.617	0,06
Total	594.364	588.919	5.445	0,00
2000/2010				
Minas gerais	397.585	362.894	34.690	0,05
Espírito Santo	17.441	22.378	-4.937	-0,12
Rio de Janeiro	105.246	99.656	5.590	0,03
Total	520.272	484.928	35.343	0,04

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

Já no período de 1981 a 1991, a imigração total começa a reduzir-se e a emigração tem o seu volume aumentado, causando diminuição no saldo das trocas migratórias ainda favorável ao Estado de São Paulo, mas que não chegou a 50% do total observado no período anterior. Ainda neste mesmo período, aparece o primeiro sinal de perda de população do Estado de São Paulo para outro Estado da região, mais precisamente para o Espírito Santo, quando este registra saldo a seu favor, no total de 5.702 pessoas.

Na década de 1990 a situação fica ainda mais desfavorável ao Estado de São Paulo, pois o saldo positivo intrarregional da década se resume a 5.445 pessoas, ou seja, apenas 3% do saldo observado no período anterior, com o agravante de aparecer dois Estados em posição ganhadora nas trocas migratórias, agora Minas Gerais se junta ao Espírito Santo neste grupo. Neste período a imigração intrarregional total continua a sofrer nova queda e a emigração intrarregional total a aumentar o seu volume.

Na década de 2000 a imigração intrarregional total continua a cair em termos de volume, mas a emigração sofre uma reviravolta, pois tem a primeira queda em volume, resultado da diminuição dos volumes dos emigrantes paulistas que se dirigiam para Minas Gerais. Com esta diminuição na emigração intrarregional paulista, o Estado de São Paulo tem de novo um saldo intrarregional positivo em relação a Minas Gerais, com 34.690 pessoas. Espírito Santo continua como espaço ganhador de população nas trocas migratórias com o Estado de São Paulo.

3.5 A migração interestadual segundo as Unidades da Federação no Brasil

Dada a importância da migração interestadual na redistribuição espacial da população brasileira, neste tópico abordaremos as trocas migratórias entre as Unidades da Federação e as mudanças nos “padrões migratórios” ou “perfil migratório” (BRITO, 1997) ao longo dos últimos 40 anos, seus volumes e aspectos relevantes que afetaram os fluxos migratórios paulistas, direta e indiretamente e as conexões com a Região Metropolitana de São Paulo.

Através da Tabela 3.9 temos uma visão ampliada das últimas quatro décadas de migração interestadual e suas transformações, com os volumes observados de imigração, emigração, migração bruta, resultado nas trocas migratórias e índice de eficácia migratória. Essas informações ampliam o conhecimento das mudanças e alterações dos movimentos migratórios, destacando-se quais locais ganharam ou perderam destaque na preferência migratória, quais reverteram a posição perdedora de população e quais continuam estagnados ou com pouco destaque no conjunto migratório brasileiro interestadual.

Na Região Norte, o Estado do Pará apresenta o maior volume de imigrantes e emigrantes durante todo o período, além de registrar uma mudança no saldo, com perda de população nas últimas duas décadas. O mais novo Estado brasileiro, Tocantins, registra saldos nas trocas migratórias interestaduais positivos desde a sua criação, na década de 1980.

O Estado do Amapá, juntamente com o Estado de Roraima, apesar de registrarem pequenos volumes de migrantes, apresentam saldos positivos desde a década de 1970 e índices de eficácia migratória altos, sempre superiores a 0,34. Pelos números consolidados na Tabela 3.9, a Região Norte tem um crescimento maior no volume de emigração, do que em relação à imigração, mas isto não gera muitas mudanças na redistribuição da população em função dos saldos reduzidos em quase todos os Estados da região.

TABELA 3.9 - Volume de imigração, emigração, migração bruta e troca migratória interestadual (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, **Brasil**, 1980/2010 (1) (2)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1970/1980					1981/1991					1990/2000					2000/2010				
	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM
Roraima	285.494	20.994	306.488	264.500	0,86	411.803	157.957	569.760	253.846	0,45	208.989	179.920	388.909	29.068	0,07	150.753	134.236	284.989	16.517	0,06
Acre	16.608	19.711	36.319	-3.103	-0,09	29.246	30.550	59.796	-1.305	-0,02	35.986	35.667	71.652	319	0,00	32.958	33.747	66.705	-789	-0,01
Amazonas	73.225	55.208	128.434	18.017	0,14	113.397	96.784	210.181	16.613	0,08	178.139	140.625	318.764	37.515	0,12	169.031	120.274	289.305	48.757	0,17
Roraima	18.293	4.358	22.651	13.936	0,62	62.579	13.525	76.104	49.055	0,64	86.172	27.930	114.102	58.242	0,51	61.183	25.197	86.380	35.986	0,42
Pará	395.108	139.852	534.960	255.256	0,48	508.409	340.291	848.700	168.118	0,20	500.247	516.959	1.017.207	-16.712	-0,02	448.348	452.425	900.773	-4.078	0,00
Amapá	22.741	11.190	33.930	11.551	0,34	43.150	14.006	57.157	29.144	0,51	95.670	34.818	130.488	60.852	0,47	84.552	36.413	120.965	48.140	0,40
Tocantins (3)						159.017	144.701	303.718	14.316	0,05	217.151	174.215	391.367	42.936	0,11	189.451	179.420	368.872	10.031	0,03
Região Norte	811.469	251.313	1.062.783	560.156	0,53	1.327.601	797.815	2.125.416	529.787	0,25	1.322.354	1.110.134	2.432.489	212.220	0,09	1.136.276	981.712	2.117.988	154.564	0,07
Maranhão	182.655	332.942	515.597	-150.287	-0,29	236.891	498.083	734.973	-261.192	-0,36	292.432	650.864	943.295	-358.432	-0,38	265.294	659.168	924.462	-393.874	-0,43
Piauí	92.658	249.170	341.828	-156.511	-0,46	161.234	287.566	448.800	-126.333	-0,28	199.302	365.956	565.259	-166.654	-0,29	173.237	336.693	509.931	-163.456	-0,32
Ceará	150.282	510.181	660.463	-359.899	-0,54	292.913	519.713	812.626	-226.800	-0,28	409.221	497.631	906.852	-88.410	-0,10	308.547	438.555	747.102	-130.008	-0,17
Rio Grande do Norte	99.722	178.045	277.767	-78.323	-0,28	159.249	165.445	324.694	-6.196	-0,02	187.646	175.712	363.358	11.934	0,03	160.904	137.597	298.501	23.307	0,08
Paraíba	124.410	399.192	523.602	-274.781	-0,52	208.521	356.295	564.816	-147.774	-0,26	247.858	417.499	665.357	-169.642	-0,25	223.028	315.771	538.799	-92.743	-0,17
Pernambuco	279.867	710.692	990.559	-430.825	-0,43	370.588	657.832	1.028.420	-287.244	-0,28	423.444	750.984	1.174.428	-327.539	-0,28	368.527	571.921	940.448	-203.394	-0,22
Alagoas	98.562	206.328	304.890	-107.766	-0,35	133.852	212.367	346.219	-78.514	-0,23	157.658	324.678	482.337	-167.020	-0,35	142.418	299.074	441.492	-156.656	-0,35
Sergipe	73.069	111.665	184.734	-38.595	-0,21	122.046	94.040	216.086	28.006	0,13	130.833	136.809	267.641	-5.976	-0,02	121.932	116.129	238.060	5.803	0,02
Bahia	349.716	782.327	1.132.044	-432.611	-0,38	455.169	876.901	1.332.069	-421.732	-0,32	636.705	1.299.786	1.936.491	-663.081	-0,34	605.592	1.079.142	1.684.734	-473.550	-0,28
Região Nordeste	1.450.941	3.480.541	4.931.482	-2.029.599	-0,41	2.140.462	3.668.241	5.808.703	-1.527.779	-0,26	2.685.100	4.619.919	7.305.019	-1.934.819	-0,26	2.369.478	3.954.050	6.323.529	-1.584.572	-0,25
Minas Gerais	612.619	1.315.742	1.928.361	-703.124	-0,36	797.880	1.016.118	1.813.998	-218.239	-0,12	1.077.626	997.123	2.074.749	80.504	0,04	905.355	949.425	1.854.780	-44.071	-0,02
Espírito Santo	200.895	193.346	394.241	7.550	0,02	269.062	197.133	466.195	71.930	0,15	306.011	222.865	528.876	83.146	0,16	284.090	182.343	466.433	101.748	0,22
Rio de Janeiro	850.404	485.031	1.335.435	365.373	0,27	576.400	623.737	1.200.137	-47.336	-0,04	742.026	658.370	1.400.396	83.656	0,06	689.160	572.387	1.261.547	116.773	0,09
São Paulo	3.238.387	952.100	4.190.487	2.286.287	0,55	2.679.162	1.494.937	4.174.099	1.184.225	0,28	3.176.325	2.084.825	5.261.150	1.091.500	0,21	2.383.175	1.817.324	4.200.499	565.850	0,13
Região Sudeste	4.902.305	2.946.219	7.848.523	1.956.086	0,25	4.322.504	3.331.925	7.654.429	990.579	0,13	5.301.988	3.963.183	9.265.171	1.338.806	0,14	4.261.780	3.521.479	7.783.259	740.301	0,10
Paraná	518.986	1.396.503	1.915.489	-877.518	-0,46	588.089	1.081.534	1.669.623	-493.445	-0,30	739.658	922.959	1.662.617	-183.301	-0,11	637.020	722.200	1.359.220	-85.180	-0,06
Santa Catarina	245.105	255.916	501.021	-10.812	-0,02	329.916	271.442	601.358	58.474	0,10	468.776	363.660	832.437	105.116	0,13	616.248	321.552	937.799	294.696	0,31
Rio Grande do Sul	150.914	340.167	491.081	-189.253	-0,39	233.956	296.123	530.079	-62.167	-0,12	371.856	326.515	698.372	45.341	0,06	287.867	378.260	666.127	-90.393	-0,14
Região Sul	915.005	1.992.587	2.907.591	-1.077.582	-0,37	1.151.961	1.649.099	2.801.061	-497.138	-0,18	1.580.291	1.613.135	3.193.425	-32.844	-0,01	1.541.135	1.422.012	2.963.146	119.123	0,04
Mato Grosso do Sul	291.766	204.789	496.555	86.978	0,18	262.613	237.426	500.038	25.187	0,05	229.227	239.477	468.704	-10.250	-0,02	224.450	192.401	416.851	32.049	0,08
Mato Grosso	325.804	121.731	447.536	204.073	0,46	541.747	244.438	786.186	297.309	0,38	404.528	292.592	697.120	111.936	0,16	384.668	253.265	637.933	131.403	0,21
Goias	383.200	382.094	765.294	1.107	0,00	518.145	345.178	863.322	172.967	0,20	754.852	412.581	1.167.433	342.271	0,29	787.802	379.296	1.167.098	408.506	0,35
Distrito Federal	475.807	177.024	652.831	298.783	0,46	349.188	340.100	689.288	9.088	0,01	416.738	444.057	860.795	-27.320	-0,03	416.339	417.713	834.052	-1.375	0,00
Região Centro-Oeste	1.476.578	885.638	2.362.216	590.939	0,25	1.671.693	1.167.141	2.838.834	504.552	0,18	1.805.344	1.388.707	3.194.052	416.637	0,13	1.813.259	1.242.675	3.055.934	570.584	0,19
TOTAL	9.556.298	9.556.298				10.614.221	10.614.221				12.695.078	12.695.078				11.121.928	11.121.928			

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (microdados versão 2), 2000 (microdados versão 2) e 2010 (microdados versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Utilizado método Pró-rata no cálculo dos migrantes de última etapa em todos os censos. (3) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

A Região Nordeste registra a sua característica expulsora e histórica, com muitos saldos nas trocas migratórias negativos ao longo das últimas quatro décadas, mas algumas mudanças e outras persistências são claras, como por exemplo a reversão em Sergipe e Rio Grande do Norte, com saldos positivos, o aumento da imigração nordestina (com uma parcela considerável de migração de retorno), o aumento sustentado e persistente da emigração da Bahia, Alagoas, Piauí e Maranhão e, apesar de muitos deles ainda negativos, uma redução nos índices de eficácia migratória da região ao longo do período analisado²³.

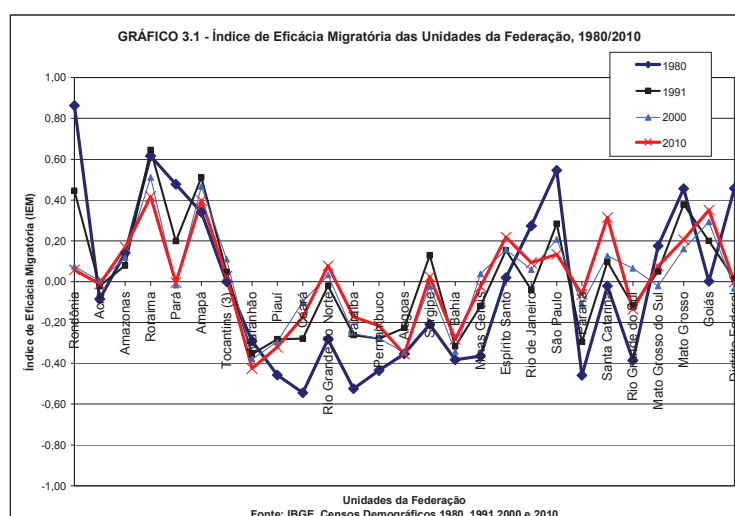
Para a Região Sudeste observa-se uma redução geral na imigração e aumento da emigração. Este ritmo é ditado pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mas Minas Gerais e Espírito Santo vão em direção oposta ao que ocorre na região, registrando aumentos na imigração e diminuição na emigração.

O Estado de São Paulo registra os maiores volumes de emigrantes interestaduais no Brasil desde os anos de 1980, mas esta primazia já foi do Paraná na década de 1970, quando o estado registrou 1.396.503 emigrantes interestaduais.

Essa transformação no processo migratório paulista, ainda com volumes elevados de imigrantes, mas com redução da imigração e manutenção de volumes elevados de emigração trás uma nova dimensão na dinâmica entre o Estado de São Paulo e as outras Unidades da Federação, que pode retro-alimentar este processo, levando à redução sistemática da imigração interestadual, ao mesmo tempo, em que poderá reduzir a emigração interestadual, numa contrapartida deste processo, dada a importância da migração de retorno no conjunto da migração paulista.

Por outro lado, o Estado de São Paulo se mostra a principal área de destino da migração brasileira e concentrou em seu território, no período de 1970-1980, um terço de toda a imigração brasileira e mais tarde, no período de 2000-2010 sua participação relativa caiu para um quinto dos movimentos migratórios interestaduais. Esta mudança não foi seguida por uma forte concentração migratória em alguma outra Unidade da Federação, mas por pequenos aumentos relativos em várias Unidades da Federação.

²³ Gama (2012), utilizando dados da PNAD 2009, para a população entre 25 e 65 anos, analisa o impacto do Programa Bolsa Família sobre a decisão individual de empreender a migração e conclui que há indícios que sugerem: a) o recebimento do benefício diminui a probabilidade do indivíduo migrar; b) parece que o Bolsa Família não afeta o comportamento, nem explica os deslocamentos realizados pelos migrantes de retorno. Silveira Neto e Azzoni (2009) também chegam à mesma conclusão, isto é, que o programa Bolsa Família contribui para reduzir a migração, mas não afeta a migração de retorno e que há a possibilidade, no curto e médio prazos, do programa atenuar a desigualdade regional de renda no país, em função de uma maior concentração de indivíduos pobres na Região Nordeste. Silveira Neto (2008), utilizando a PNAD 2004, chega à mesma conclusão, apontando que as transferências de renda parecem atuar no sentido de reduzir a emigração de indivíduos das regiões mais pobres para as mais ricas, mas não o retorno dos já emigrados. Todaro (1976), avaliando a migração rural-urbana, reconhece que qualquer política econômica ou social que afete a renda real desses locais influenciará direta ou indiretamente o processo migratório, a natureza e a magnitude dos fluxos migratórios.



Segundo, Goiás e Espírito Santo registram IEM positivos, crescentes, sustentados e em patamares acima dos IEMs observados ao longo dos últimos 40 anos para estes mesmos estados. Terceiro, observa-se a queda continuada do IEM para o Estado de São Paulo, desde a década de 1970. A imigração paulista foi diminuindo ao longo do tempo e perdendo força, apesar do volume acima de 2 milhões de imigrantes recebidos na última década, sendo o maior observado no Brasil nesse período para uma Unidade da Federação, enquanto a emigração foi se avolumando ao longo das décadas, chegando a quase dobrar em relação aos anos de 1970, registrando 1,8 milhões de emigrantes na última década. Com essas mudanças, o índice de eficácia migratória do Estado de São Paulo saiu de 0,55 nos anos de 1970 (área de forte retenção migratória – BAENINGER, 2008), para 0,13 entre 2000 e 2010 (área de baixa retenção migratória – BAENINGER, 2008).

Essa redução na capacidade de retenção de migrantes e diminuição das possibilidades de inserção dos migrantes, principalmente, no Estado de São Paulo, fez evidenciar um fenômeno que era mais comum e intenso na Região Sudeste do Brasil na década de 1970, visivelmente em Minas Gerais e São Paulo pelo volume registrado: a migração de retorno. Nas décadas seguintes os volumes de migrantes de retorno, para as suas respectivas Unidades da Federação de nascimento, aumentaram consideravelmente e trouxe à tona questões ligadas às dificuldades de fixação e adaptação do migrante ao local de destino, como apontado por Martine (1980). Se ainda havia abundância de oportunidades e espaço para o migrante se instalar e se integrar no local de destino até a década de 1970, na década seguinte o que se viu foi uma revoada de migrantes voltando para os seus respectivos Estados de nascimento (SCOTT, 1986), como pode ser notado na Tabela 3.9a.

Na década de 1970, foram 1.177.845 migrantes de retorno no Brasil e, na década seguinte, mais que dobrou o número de migrantes de retorno, com 2.671.354 pessoas. Foi uma década difícil para toda a população, a década de 1980, em termos econômicos, de muita instabilidade e de dificuldades no campo do emprego e das condições de vida, associado a um estoque populacional de mais de 10 milhões que se deslocavam entre os Estados à procura de um local com oportunidades, principalmente de trabalho. Esta instabilidade perdurou até meados da década de 1990, quando da instalação do Plano Real, mas os efeitos na migração só seriam sentidos na década seguinte.

Na década de 1990 o total de migrantes de retorno estadual chegou a 3.791.480 pessoas e na década seguinte recuou para 3.569.960 pessoas. A decisão de regressar ao local de nascimento sempre será uma alternativa para o migrante, principalmente quando tem suas expectativas frustradas no local de destino ou melhora das condições no local de origem.

A participação relativa do migrante de retorno na imigração interestadual nacional total era de 12,3% na década de 1970 e foi crescendo nas três décadas seguintes, chegando, entre 2000 e 2010, a 32,1%, o maior nível observado. Grosso modo, se pensarmos que este número será mantido mais adiante, temos nos fluxos migratórios interestaduais praticamente dois terços do conjunto de imigrantes no ir e vir sem resultados, ou seja, os mais de 32% que chegam numa década e os mais de 32% que retornam na década seguinte.

TABELA 3.9a - Volume de migrantes de retorno interestadual (população com menos de dez anos na Unidade da Federação) e participação relativa no total de imigrantes estadual, segundo as Unidades da Federação e Grandes Regiões, Brasil, 1980/2010 (1)

Unidades da Federação de Nascimento e de Residência na data do Censo Demográfico	1970/1980	(%)	1981/1991	(%)	1990/2000	(%)	2000/2010	(%)
Rondônia	3.614	1,3	9.208	2,2	24.917	11,9	22.582	15,0
Acre	1.057	6,4	6.224	21,3	11.725	32,6	8.325	25,3
Amazonas	6.565	9,0	18.519	16,3	46.195	25,9	37.587	22,2
Roraima	326	1,8	1.510	2,4	4.112	4,8	5.390	8,8
Pará	20.767	5,3	52.612	10,3	119.664	23,9	99.025	22,1
Amapá	1.037	4,6	4.529	10,5	9.810	10,3	7.855	9,3
Tocantins (2)	-	-	-	-	-	-	34.255	-
Região Norte	33.366	4,1	92.602	7,0	216.423	16,4	215.020	18,9
Maranhão	65.803	36,0	84.829	35,8	134.771	46,1	114.753	43,3
Piauí	22.426	24,2	73.192	45,4	100.724	50,5	78.068	45,1
Ceará	12.989	8,6	173.207	59,1	224.647	54,9	167.490	54,3
Rio Grande do Norte	31.138	31,2	67.156	42,2	80.330	42,8	64.261	39,9
Paraíba	31.943	25,7	109.710	52,6	136.261	55,0	106.291	47,7
Pernambuco	28.543	10,2	175.423	47,3	214.307	50,6	174.787	47,4
Alagoas	8	,0	46.823	35,0	76.461	48,5	66.028	46,4
Sergipe	16.210	22,2	38.813	31,8	45.430	34,7	42.002	34,4
Bahia	69.895	20,0	179.811	39,5	319.966	50,3	288.083	47,6
Região Nordeste	278.955	19,2	948.964	44,3	1.332.897	49,6	1.101.765	46,5
Minas Gerais	224.250	36,6	386.560	48,4	461.756	42,8	410.371	45,3
Espírito Santo	34.410	17,1	58.851	21,9	73.803	24,1	63.228	22,3
Rio de Janeiro	70.914	8,3	129.548	22,5	204.700	27,6	209.165	30,4
São Paulo	271.387	8,4	387.474	14,5	584.692	18,4	659.132	27,7
Região Sudeste	600.961	12,3	962.433	22,3	1.324.951	25,0	1.341.896	31,5
Paraná	73.408	14,1	249.046	42,3	293.616	39,7	278.276	43,7
Santa Catarina	49.502	20,2	89.026	27,0	126.579	27,0	132.366	21,5
Rio Grande do Sul	54.815	36,3	119.337	51,0	148.722	40,0	183.360	63,7
Região Sul	177.725	19,4	457.409	39,7	568.917	36,0	594.002	38,5
Mato Grosso do Sul	22.421	7,7	41.549	15,8	54.212	23,6	57.284	25,5
Mato Grosso	14.333	4,4	26.344	4,9	57.467	14,2	46.000	12,0
Goiás (3)	36.143	9,4	128.312	24,8	216.406	28,7	141.704	18,0
Distrito Federal	13.741	2,9	13.741	3,9	20.207	4,8	72.288	17,4
Região Centro-Oeste	86.638	5,9	209.946	12,6	348.292	19,3	317.277	17,5
TOTAL	1.177.645	12,3	2.671.354	25,2	3.791.480	29,9	3.569.960	32,1

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). NEPO/UNICAMP e Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989. (3) Inclui o Estado de Tocantins, para 1980, 1991 e 2000.

A Região Nordeste, área tradicional de expulsão, registra quase 50% de migrantes de retorno nos fluxos interestaduais na última década, mas já demonstra um certo esgotamento no estoque de migrantes e reduziu o quantitativo de retornados neste período. Estes fluxos nordestinos de retornados têm ligação muito direta e histórica com os Estados da Região

Sudeste e, principalmente, com o Estado de São Paulo e a Região Metropolitana de São Paulo.

Alguns Estados da Região Sudeste também dão sinais de aumento, tanto em termos absolutos, quanto relativos, no total de retornados e sustentando o maior volume de retornados observados no último período.

Na Região Sul a participação relativa dos retornados na imigração do Rio Grande Sul saltou, na última década, para 63,7%, o maior índice entre todos os Estados brasileiros, até mesmo para as quatro décadas analisadas. Esta região apresenta os dados mais consistentes e crescentes nos volumes da migração de retorno, demonstrando que os três Estados criaram condições econômicas positivas e uma boa expectativa de qualidade de vida que favorecem o retorno.

Goiás destaca-se, na Região Centro-Oeste, pelo volume apresentado, de 141.704 retornados, ou seja, 45% do volume da região. Na Região Norte quem desempenha este papel é o Pará, com 46% da migração de retorno da região.

Em relação ao Estado de São Paulo, a migração de retorno a partir deste Estado tem se revelado importante, principalmente para o conjunto de Estados da Região Nordeste, que registram a chegada dos maiores contingentes de retornados na migração. Mas há algumas mudanças importantes que podem ser observadas na Tabela 3.9b, como a diminuição da participação relativa desta migração de retorno paulista no contingente de imigrantes dos Estados, que teve seu pico médio na década de 1980, com 26,02%, mas depois registrou queda na participação, chegando a 19,13%, entre 2000 e 2010. Parte desta diminuição se justifica pela forte queda na imigração interestadual paulista de última etapa nas últimas décadas e também pela diminuição da contribuição nordestina nesses fluxos migratórios que chegavam ao Estado de São Paulo e que depois engrossavam os fluxos de retornados aos seus Estados de nascimento.

Para alguns Estados, na década de 1970, a participação de retornados na migração já era elevada, como pode ser notado na Tabela 3.9b, como Minas Gerais, Bahia e Paraná registrando mais de 40% de retornados vindos do Estado de São Paulo naquela década. Paraná e Minas Gerais diminuíram a migração para o Estado de São Paulo nas décadas seguintes, ao contrário da Bahia que teve aumentado o número de emigrantes para o Estado de São Paulo, na década seguinte, e só diminuiu a sua participação a partir da década de 1990. Mas mesmo assim, este Estado continuou a registrar participação elevada de retornados na sua migração a partir do Estado de São Paulo, com 36,89% entre 2000 e 2010.

Ao observarmos mais detalhadamente os dados sobre a migração do Estado de São Paulo e dos fluxos que este Estado mantém com as outras Unidades da Federação, teremos uma visão clara das mudanças que se processam também na Região Metropolitana de São

Paulo, pois esta região é parte central dos movimentos migratórios que ocorrem no Estado de São Paulo ou que são oriundos de rotas migratórias interestaduais.

A Tabela 3.10 fornece a migração interestadual decenal do Estado de São Paulo desde a década de 1970 até a primeira década do século XXI, registrando os volumes de imigração, emigração, migração bruta, troca migratória e índice de eficácia migratória observados nesse período, com as grandes transformações ocorridas nos fluxos. O resultado das trocas migratórias possibilita avaliar o impacto e os efeitos sobre o crescimento populacional da Unidade da Federação nos períodos analisados.

TABELA 3.9b - Participação relativa da migração de retorno interestadual (da população com menos de dez anos na Unidade da Federação) a partir da emigração paulista, segundo as Unidades da Federação de destino, Estado de São Paulo, 1980/2010 (1)

Unidades da Federação de Nascimento e de Residência na data do Censo Demográfico	1970/1980 (%)	1981/1991 (%)	1990/2000 (%)	2000/2010 (%)
Rondônia	5,69	7,58	8,41	4,79
Acre	5,01	4,19	2,62	3,65
Amazonas	9,13	3,90	2,80	2,01
Roraima	0,98	2,84	0,75	1,80
Pará	6,09	8,03	4,49	4,92
Amapá	0,43	0,59	1,61	3,25
Tocantins (2)	-	-	-	3,29
Maranhão	0,24	8,18	8,20	8,82
Piauí	0,69	26,40	34,14	29,31
Ceará	1,46	32,00	31,09	24,93
Rio Grande do Norte	1,32	25,55	23,47	20,13
Paraíba	1,37	28,44	30,13	25,87
Pernambuco	2,91	45,74	36,72	29,85
Alagoas	0,00	38,50	32,09	32,94
Sergipe	34,35	34,21	25,48	24,72
Bahia	41,86	53,71	43,13	36,89
Minas Gerais	41,80	43,91	37,80	26,21
Espírito Santo	8,95	9,74	8,12	6,14
Rio de Janeiro	21,98	22,15	12,80	10,07
Paraná	44,74	37,75	34,95	22,93
Santa Catarina	11,13	14,01	10,18	7,93
Rio Grande do Sul	12,54	11,46	9,71	5,74
Mato Grosso do Sul	38,26	34,78	27,12	18,69
Mato Grosso	11,72	12,06	7,41	8,07
Goiás (3)	10,46	6,54	6,00	5,42
Distrito Federal	5,47	5,47	6,22	4,32
TOTAL	17,96	26,02	21,29	19,13

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4).

NEPO/UNICAMP e Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989. (3) Inclusive o Estado de Tocantins, para 1980, 1991 e 2000.

As trocas do Estado de São Paulo com a Região Norte são muito incipientes e ainda registram baixo volume na migração (Tabela 3.10), resultado dos obstáculos existentes entre estas duas áreas, que o migrante deve transpor para chegar ao destino. Talvez o obstáculo mais difícil seja a distância a ser percorrida pelo migrante no trajeto, os custos e, principalmente, não existir um forte histórico migratório entre as duas áreas. Dos estados da Região Norte, o Pará se destaca por registrar perdas de população para o Estado de São Paulo

nas quatro décadas analisadas. Os demais estados da Região Norte oscilam com resultados de saldos positivos e negativos, mas registrando pouco volume de imigrantes e emigrantes.

A Região Nordeste foi e é a grande área que contribuiu com constantes saldos positivos a favor do Estado de São Paulo. Na década de 1970 o saldo a favor de São Paulo ficou em 1.178.133 pessoas, nos anos de 1980 ocorreu uma queda, mas mesmo assim atingiu 834.061 pessoas, mas que foi superado pelo saldo dos anos de 1990, com 1.056.967 pessoas. Somente no início do século XXI, na sua primeira década, é que se viu uma mudança mais acentuada no resultado do saldo, quando reduziu-se para 681.458 pessoas. Esta redução é explicada pela forte redução da imigração nordestina no Estado de São Paulo, concomitantemente ao aumento significativo da emigração paulista em direção ao Ceará, Pernambuco e Bahia. Vale a pena salientar que parte significativa desta emigração nordestina tem como destino principal a Região Metropolitana de São Paulo.

Na década de 1970, o Estado de São Paulo recebeu 40% de toda a emigração nordestina e 73% daqueles emigrantes nordestinos que se dirigiram para Região Sudeste. No período entre 2000 e 2010, o percentual recebido de emigração nacional de nordestinos no Estado de São Paulo sofreu uma redução para 35% e, para aqueles nordestinos que buscavam a Região Sudeste o percentual ficou em 69%. Além de ver uma redução no volume absoluto de emigrantes nordestinos chegando no Estado de São Paulo, a sua participação relativa também diminuiu no conjunto de emigrantes nordestinos.

Para Minas Gerais o quadro das migrações sofreu grandes mudanças, pois se antes este estado perdia um volume considerável de população para o Estado de São Paulo, no último período, de 2000 a 2010, o saldo reduziu-se muito e chegou a 34.190 pessoas, demonstrando baixa eficácia migratória, fruto de redução da imigração mineira e aumento da emigração paulista para Minas Gerais. Espírito Santo tem um histórico de ganhos nas trocas migratórias com o Estado de São Paulo nos últimos 30 anos e o Estado de São Paulo registra nestes fluxos um saldo negativo de 4.937 pessoas no último período.

O quadro para a Região Sul é completamente diferente atualmente do que foi na década de 1970, quando o total de imigrantes da Região Sul superou mais de 850 mil pessoas, a emigração paulista para a Região Sul atingiu aproximadamente 191 mil pessoas e os três estados do sul perdiam muita população para o Estado de São Paulo.

No último período analisado a imigração caiu para 286.928 pessoas, ou seja, menos de um terço da imigração da década de 1970, e a emigração praticamente dobrou para 382.995 pessoas. Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul encontram-se com saldos nas trocas migratórias favoráveis, com o Estado de São Paulo perdendo na última década mais de 96 mil pessoas para os Estados do Sul.

TABELA 3.10 - Volume de imigração, emigração, migração bruta e troca migratória interestadual (pessoas com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, **Estado de São Paulo**, 1980/2010 (1) (2)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1970/1980					1981/1991					1990/2000					2000/2010				
	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM	Imigração	Emigração	Migração Bruta	Troca Migratória	IEM
Roraima	2.465	11.524	13.989	-9.059	-0,65	18.954	30.060	49.014	-11.106	-0,23	19.158	18.832	37.990	326	0,01	10.707	13.706	24.413	-2.999	-0,12
Acre	828	966	1.794	-138	-0,08	1.856	1.574	3.430	282	0,08	1.746	1.501	3.247	245	0,08	1.462	1.982	3.444	-519	-0,15
Amazonas	3.629	4.679	8.308	-1.050	-0,13	6.459	5.620	12.079	838	0,07	6.626	6.523	13.149	103	0,01	8.298	7.027	15.326	1.271	0,08
Roraima	287	278	565	9	0,02	691	1.150	1.841	-459	-0,25	841	967	1.808	-126	-0,07	969	1.431	2.400	-463	-0,19
Pará	17.286	13.245	30.530	4.041	0,13	26.276	13.192	39.469	13.084	0,33	28.531	18.575	47.106	9.956	0,21	26.288	17.529	43.817	8.758	0,20
Amapá	386	224	610	163	0,27	435	408	843	27	0,03	779	797	1.576	-17	-0,01	1.290	1.179	2.468	111	0,05
Tocantins (3)						4.045	6.739	10.784	-2.695	-0,25	7.766	9.368	17.134	-1.602	-0,09	7.200	9.440	16.640	-2.240	-0,13
Região Norte	24.881	30.916	55.798	-6.035	-0,11	58.715	58.744	117.459	-29	0,00	65.447	56.562	122.010	8.885	0,07	56.214	52.294	108.507	3.920	0,04
Maranhão	26.734	3.443	30.177	23.291	0,77	32.135	13.244	45.379	18.891	0,42	70.895	25.234	96.129	45.661	0,47	87.543	25.639	113.182	61.903	0,55
Piauí	58.315	6.696	65.011	51.620	0,79	79.822	26.004	105.827	53.818	0,51	122.462	54.268	176.730	68.194	0,39	120.585	43.929	164.515	76.656	0,47
Ceará	175.063	22.722	197.785	152.340	0,77	188.677	74.877	263.554	113.800	0,43	183.436	128.274	311.710	55.162	0,18	147.423	92.859	240.282	54.563	0,23
Rio Grande do Norte	52.084	9.047	61.131	43.036	0,70	46.311	27.815	74.126	18.496	0,25	51.093	41.184	92.277	9.909	0,11	29.765	33.623	63.387	-3.858	-0,06
Paraíba	107.163	12.272	119.435	94.892	0,79	111.249	45.014	156.263	66.235	0,42	131.342	70.470	201.812	60.872	0,30	94.128	57.519	151.647	36.608	0,24
Pernambuco	366.617	60.169	426.786	306.447	0,72	322.687	121.071	443.758	201.615	0,45	370.741	152.075	522.815	218.666	0,42	232.056	123.731	355.787	108.325	0,30
Alagoas	96.893	13.412	110.305	83.481	0,76	92.946	30.358	123.305	62.588	0,51	159.533	49.597	209.129	109.936	0,53	116.796	46.621	163.417	70.174	0,43
Sergipe	50.934	11.563	62.496	39.371	0,63	32.536	23.464	56.001	9.072	0,16	53.210	26.198	79.408	27.011	0,34	36.263	25.720	61.984	10.543	0,17
Bahia	447.929	64.274	512.204	383.655	0,75	437.132	147.587	584.718	289.545	0,50	730.364	268.809	999.173	461.555	0,46	515.062	248.520	763.582	266.542	0,35
Região Nordeste	1.381.732	203.599	1.585.330	1.178.133	0,74	1.343.496	509.435	1.852.930	834.061	0,45	1.873.075	816.108	2.689.184	1.056.967	0,39	1.379.620	698.162	2.077.782	681.458	0,33
Minas Gerais	661.654	223.949	885.602	437.705	0,49	475.268	326.580	801.848	148.688	0,19	460.909	465.894	926.803	-4.985	-0,01	397.585	362.894	760.479	34.690	0,05
Espirito Santo	22.426	12.370	34.795	10.056	0,29	15.545	21.248	36.793	-5.702	-0,15	21.385	24.572	45.957	-3.187	-0,07	17.441	22.378	39.819	-4.937	-0,12
Rio de Janeiro	127.401	93.720	221.121	33.681	0,15	128.979	77.086	206.065	51.893	0,25	112.070	98.453	210.523	13.617	0,06	105.246	99.656	204.902	5.590	0,03
São Paulo																				
Região Sudeste	811.480	330.038	1.141.519	481.442	0,42	619.793	424.913	1.044.706	194.879	0,19	594.364	588.919	1.183.283	5.445	0,00	520.272	484.928	1.005.200	35.343	0,04
Paraná	799.060	153.687	952.747	645.373	0,68	440.281	222.365	662.646	217.916	0,33	389.014	315.403	704.417	73.610	0,10	214.347	266.750	481.097	-52.403	-0,11
Santa Catarina	24.451	18.512	42.964	5.939	0,14	23.713	37.689	61.402	-13.976	-0,23	32.304	61.405	93.708	-29.101	-0,31	36.762	78.917	115.678	-42.155	-0,36
Rio Grande do Sul	31.430	19.349	50.779	12.082	0,24	29.412	27.185	56.597	2.226	0,04	33.719	42.232	75.951	-8.513	-0,11	35.819	37.328	73.147	-1.508	-0,02
Região Sul	854.942	191.548	1.046.490	663.394	0,63	493.406	287.240	780.646	206.166	0,26	455.037	419.041	874.077	35.996	0,04	286.928	382.995	669.923	-96.067	-0,14
Mato Grosso do Sul	84.990	93.605	178.595	-8.615	-0,05	70.250	93.829	164.079	-23.578	-0,14	72.632	83.515	156.147	-10.883	-0,07	53.051	76.736	129.788	-23.685	-0,18
Mato Grosso	20.176	41.833	62.008	-21.657	-0,35	37.689	64.125	101.814	-26.435	-0,26	50.868	45.561	96.429	5.308	0,06	30.389	41.588	71.977	-11.199	-0,16
Goiás	38.864	36.898	75.762	1.965	0,03	35.019	41.811	76.831	-6.792	-0,09	42.674	54.253	96.928	-11.579	-0,12	33.697	52.962	86.659	-19.264	-0,22
Distrito Federal	21.323	23.662	44.985	-2.339	-0,05	20.793	14.840	35.633	5.953	0,17	22.227	20.865	43.093	1.362	0,03	23.004	27.660	50.664	-4.656	-0,09
Região Centro-Oeste	165.353	195.998	361.351	-30.646	-0,08	163.752	214.605	378.357	-50.853	-0,13	188.402	204.194	392.596	-15.793	-0,04	140.142	198.946	339.087	-58.804	-0,17
TOTAL	3.238.387	952.100	4.190.487	2.286.288	0,55	2.679.162	1.494.937	4.174.099	1.184.225	0,28	3.176.325	2.084.825	5.261.150	1.091.500	0,21	2.383.175	1.817.324	4.200.499	565.850	0,13

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (microdados versão 2), 2000 (microdados versão 2) e 2010 (microdados versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Utilizado método Pró-rata no cálculo dos migrantes de última etapa em todos os censos. (3) Estado de Tocantins foi criado em 1988 e instalado em 1989.

Os estados da Região Centro-Oeste apresentavam uma situação muito diferente, pois três, dos quatro estados dessa região já apresentavam ganhos de população em relação ao Estado de São Paulo já na década de 1970. Essa situação persistiu por décadas e no último período, entre 2000 e 2010, os quatro Estados da Região Centro-Oeste registraram ganhos de população em relação ao Estado de São Paulo, resultando em um saldo regional de 58.804 pessoas.

Na década de 1970, o Paraná era o estado que registrava o maior número de imigrantes no Estado de São Paulo, seguido pelos estados de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Nessa década, os imigrantes dos quatro Estados totalizavam 2,3 milhões de pessoas e respondiam por 70% de toda a imigração paulista. No início deste século as posições ficaram assim: Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Paraná, com 1,3 milhões de imigrantes e 57% de toda a imigração paulista.

A Região Sul respondia por 26% da imigração paulista na década de 1970 e passou para 12% na última década e, apesar da queda no volume da imigração nordestina ao longo do tempo, sua participação relativa na imigração paulista subiu de 43% para 58% nesse mesmo período, justamente em função da drástica redução de imigrantes da Região Sul.

Em relação à emigração paulista as participações relativas das Regiões Sudeste e Centro-Oeste sofreram queda, respectivamente de 35% para 27% e de 21% para 11% e a Região Nordeste aumentou a sua participação, de 21% para 38%. Essas mudanças que ocorreram na participação relativa na emigração paulista têm mais importância e outros significados porque o volume de emigrantes dobrou no período analisado. Assim, apesar de uma queda de 50% no período, caso da Região Centro-Oeste, os volumes praticamente não se alteraram em função do aumento absoluto verificado no período. E do lado oposto, o aumento relativo da participação da Região Nordeste tem força dupla, pois ocorreu também um aumento em termos absoluto na emigração paulista para aquele local.

Nos gráficos 3.2 e 3.3 têm-se, respectivamente, as participações relativas na imigração e emigração de última etapa por Unidades da Federação, mostrando as mudanças ao longo dos últimos 40 anos de migração interestadual paulista, com a forte queda relativa da imigração paranaense e mineira e aumento relativo e predomínio da imigração baiana (GRÁFICO 3.2).

GRÁFICO 3.2 - Paratipificação relativa na imigração por Unidade da Federação, Estado de São Paulo, 1980/2010

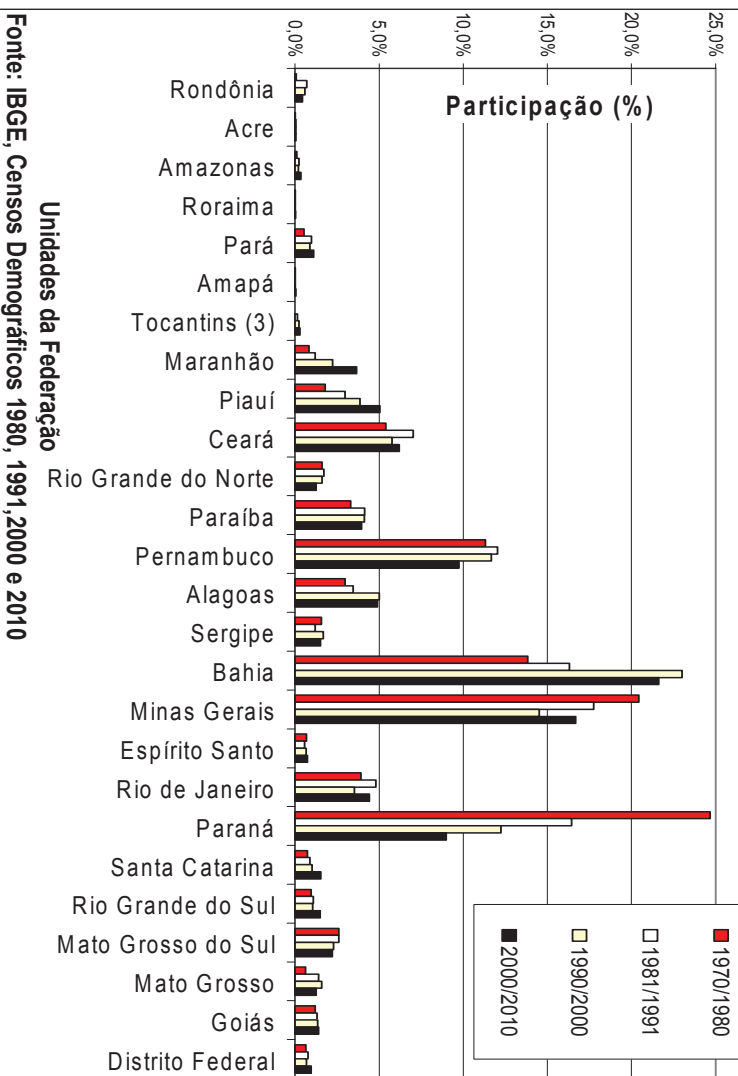
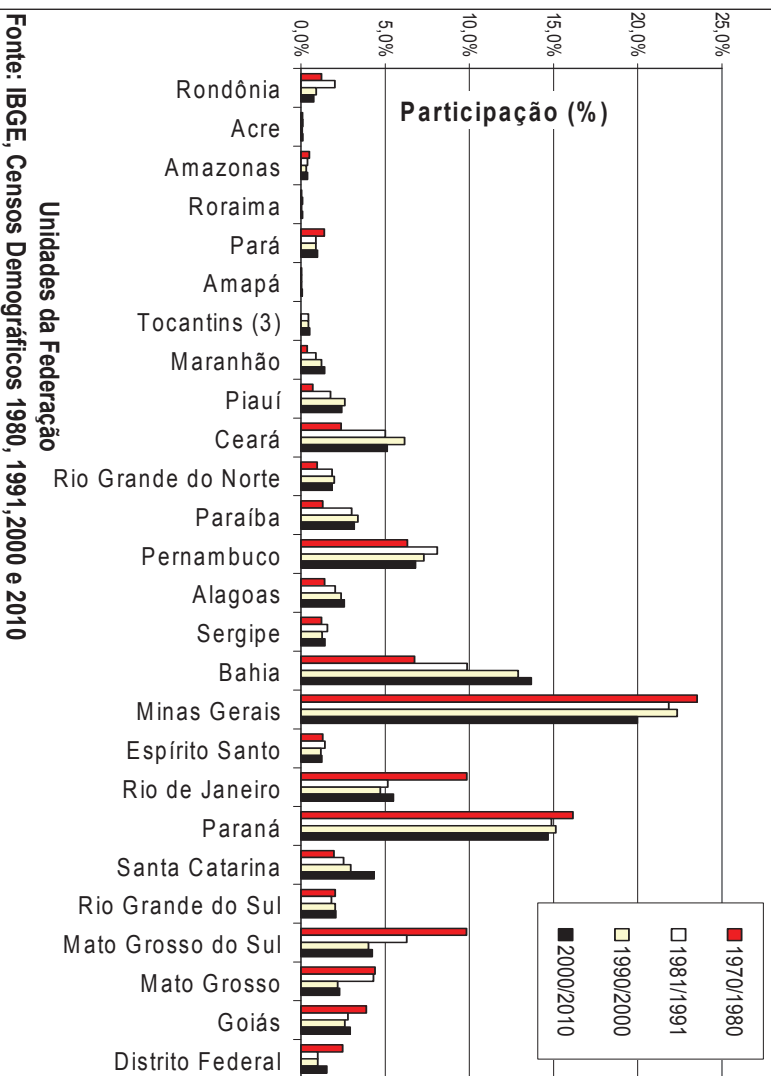


GRÁFICO 3.3 - Paratipificação relativa na emigração por Unidade da Federação, Estado de São Paulo, 1980/2010



Em relação à emigração paulista, apesar da queda relativa da emigração ao longo das últimas quatro décadas, o predomínio é ainda em direção a Minas Gerais (Gráfico 3.3), mas os destaques ficam por conta dos aumentos relativos em direção aos estados da Região Nordeste, pois todos registraram aumentos relativos em relação à década de 1970, com destaque para o aumento observado para a Bahia, passando de 7% para 14%. Os Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul reduziram suas participações na preferência dos emigrantes paulistas.

Até este nível de análise foi possível notar as grandes mudanças que ocorreram ao longo destas últimas quatro décadas e suas influências sobre a migração no Estado de São Paulo e implicações na Região Metropolitana de São Paulo, nas diversas modalidades estudadas até aqui – migração interestadual, intraestadual, interregional, intrarregional, internacional e de retorno, mas agora é necessário avançarmos no entendimento das migrações intrametropolitanas e extrametropolitanas da Região Metropolitana de São Paulo, suas conexões com essas modalidades já analisadas, os impactos e significados das mudanças ou das permanências observadas no contexto migratório nacional e o papel da Região no quadro migratório geral.

Em função de restrição nas fontes de dados sobre a migração de última etapa no Censo Demográfico 2000²⁴, que impossibilita determinar o município de residência anterior, mas apenas a Unidade da Federação de residência anterior, para aqueles que têm menos de 10 anos de residência no município onde foi recenseado, na próxima seção deste capítulo dar-ser-á preferência, quando couber, para os dados de migração de data-fixa, isto é, o local de residência do migrante cinco anos antes da data de referência do Censo Demográfico. Este quesito de data-fixa foi contemplado nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, possibilitando a análise dos movimentos migratórios dos períodos 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, com a determinação dos municípios de origem e destino da migração.

Conforme tratado por Cunha (2005), com os dados de data-fixa cinco anos antes do censo têm-se a vantagem de combinar espaço (município e UF) e tempo (cinco anos atrás), determinando a residência em uma data fixa no passado - o que especifica um período exato e local inequívoco para a migração. Ainda segundo o autor, a "data fixa" determina sem ambigüidade o local onde o indivíduo residia, seja qual for o recorte espacial utilizado. Há limitações neste tipo de informação, principalmente quando a unidade espacial de análise é a

²⁴ Sem a informação do município de residência anterior, no Censo Demográfico 2000, perde-se a série histórica e a possibilidade de análise da migração de última etapa intermunicipal e, principalmente, intraestadual, prejudicando a análise dos fluxos intrametropolitanos e extrametropolitanos, impossibilitando a criação de matrizes com os fluxos municipais e as ligações dos deslocamentos populacionais entre a metrópole paulista e o interior, com outras capitais e outras regiões metropolitanas, na migração de última etapa.

RMSP ou pequenas áreas, pois quando o migrante realiza múltiplas etapas até se estabelecer num determinado ponto da região acaba por mascarar aspectos importantes de sua trajetória migratória dentro e fora da região, mas a informação de data-fixa é muito rica para análise da migração.

Diante desta perspectiva e a definição de migrante será possível tratar os migrantes de data-fixa²⁵, analisando-os, quando possível, sob a ótica interestadual (fluxos entre a RMSP e as outras Unidades da Federação, com seus respectivos municípios), intraestadual (fluxos entre a RMSP e os municípios do interior do Estado de São Paulo) e intrametropolitana (fluxos entre os municípios da RMSP).

3.6 A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da migração nacional

Avaliar as questões que envolvem a migração na Região Metropolitana de São Paulo fica cada vez mais difícil, principalmente quando o estudo se refere à análise macro do fenômeno, isto é, a análise envolve substancialmente os dados agregados²⁶ e as áreas geográficas envolvidas. Além disto, outros indicadores demográficos, como a fecundidade e a mortalidade, se apresentam reduzidos e sem alteração significativa para essa mesma região num curto prazo.

A RMSP também já foi tema de estudos de diversos autores (CUNHA, 1987; 1994; PERILLO, 1996; 2002; ANTICO, 2003; TORRES, 2004; TORRES; MARQUES, 2005; TASCHNER; BÓGUS, 2005; BOGUS; PASTENAK, 2009; BAENINGER, 2011, CUNHA; STOCO; DOTA, 2013; CUNHA, 2014), com diversas abordagens sobre aspectos demográficos, principalmente ligados aos temas migração, mobilidade pendular e segregação.

Com a taxa de crescimento natural da população caindo, cresce também em importância a migração no contexto metropolitano, apesar da queda na taxa de mobilidade espacial da população de uma maneira geral, da diminuição da importância da migração no crescimento populacional metropolitano e da mudança que está em curso na estrutura etária da população. Os volumes envolvidos na emigração e imigração desta região ainda são muito elevados e mantém a RMSP como o principal pólo de migração nacional.

A RMSP não é apenas o principal pólo de migração nacional, mas também agrega o maior PIB regional, maior concentração de empregos do Estado de São Paulo e muita força

²⁵ A principal limitação nesses dados de data-fixa quinquenal do Censo Demográfico é que as crianças nascidas após a data inicial do período de referência e menores de cinco anos, que migraram junto com as famílias não são captadas pela pesquisa. Outro ponto que acaba mascarando a migração se refere à população migrante que faz múltiplas etapas, a partir da data de referência inicial do período até o período final, pois se o objeto de pesquisa for uma das etapas intermediárias, esta informação não será captada pelo Censo Demográfico, mas apenas a localização no ponto inicial e final.

²⁶ Toma-se cuidado neste texto, pois dados agregados podem mascarar diferentes processos migratórios e perfis de migrantes, o que pode levar à conclusões e análises genéricas, com pouca consistência ou precisão.

econômica, com indicadores que justificam essa grande atração que a região e seus municípios exercem sobre os migrantes. Segundo Perobelli et al. (2013), há uma estrutura concentradora da distribuição do PIB e do emprego, que não se modifica ao longo do tempo:

A RMSP é responsável por 57.3% do PIB do estado em 2000, 56.6% em 2005 e 56.3% em 2010. Há uma leve perda de participação relativa neste período. O município de São Paulo, em 2010, era responsável por 35.6% do PIB estadual. O caráter concentrado da distribuição do PIB é evidenciado ao verificar que seis municípios da RMSP são responsáveis, no ano de 2010, por 47.9% do PIB estadual. São eles: Guarulhos (3.0%), Osasco (2.9%), São Bernardo do Campo (2.9%), Barueri (2.2%) e Santo André (1.4%). [...] A RMSP é responsável, no ano de 2010, por 55.7% dos empregos do estado. O município de São Paulo é responsável por 37.9% dos empregos do estado no mesmo ano. Há seis municípios, incluindo São Paulo, que têm participação relativa no emprego estadual acima de 1%. São eles: Guarulhos (2.5%), São Bernardo do Campo (2.2%), Barueri (1.9%), Santo André (1.5%) e Osasco (1.3%). (PEROBELLI et al., 2013, p. 2).

A migração sempre teve muita importância no contexto da Região Metropolitana de São Paulo, antes mesmo da formalização jurídica e política da região, que aconteceu em 1973. A região, apesar de conter 39 municípios, é comandada por não mais do que 10 municípios, estando entre eles os mais populosos e mais dinâmicos economicamente. Estes municípios que se destacam estão inseridos numa nova lógica econômica mundial, onde o capital financeiro internacional desempenha papel importante e acaba por determinar mudanças na migração local e nacional.

Essa nova ordem está intimamente ligada aos papéis que estas cidades desenvolvem e aos processos econômicos em que estão inseridas e conectadas. A globalização²⁷ desempenha papel importante nessas mudanças e acaba criando novas condições e exigências para o mercado e para as pessoas (SASSEN, 1990). Dentro desta nova perspectiva, a migração sofre mudanças com o surgimento de novos fluxos migratórios, alteração de fluxos antigos e criando novas exigências para o migrante, pois parte significativa da migração está conectada diretamente à dinâmica econômica global e sua força estruturante, especialmente ao mercado de trabalho. Esta relação entre migração e trabalho ainda persiste, mesmo que ela seja mais intensa numa das direções dos fluxos migratórios e não explicar sozinha a migração na sua totalidade. Há uma nova lógica na concentração populacional, que atende à uma nova ordem econômica internacional e urbana.

²⁷ De acordo com Held et al. (1999), a globalização é um processo complexo, multidimensional, dinâmico, mutável e mundial, interligando os Estados, as pessoas e organizações, em várias esferas: econômica, política, social, tecnológica e cultural, cujas decisões podem afetar os envolvidos ou não no processo, trazendo consequências de diversas naturezas, positivas ou negativas, independentemente da localização das pessoas, organizações e do Estado. A desterritorialização é a principal característica da globalização. Ou nas palavras de Held et al. (1999, p. 7): globalização "é uma força condutora central por trás das rápidas mudanças sociais, políticas e econômicas que estão a remodelar as sociedades modernas e a ordem mundial" ou no original: "globalization is a central driving force behind the rapid social, political and economic changes that are reshaping modern societies and the world order."

Se até os anos de 1990 a migração estava vinculada ao processo de industrialização nacional (BAENINGER, 2012), a partir dos anos 2000, ela se insere num novo modelo de sociedade global e sujeita às forças resultantes deste processo, que vai além da dicotomia entre a prevalência da indústria ou do serviço.

Conforme apontado claramente por Baeninger (2012), há uma nova questão em discussão e é necessário ampliar o conhecimento sobre esta nova ordem econômica internacional e sua influência sobre a migração:

A reconstrução histórica das migrações internas no Brasil e seus aportes teóricos estiveram até o final do século 20 alicerçados nos processos internos vinculados à dinâmica econômica e penetração do capitalismo em âmbito nacional; as migrações rurais-urbanas, a industrialização, a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva, o processo de urbanização. Todos esses fenômenos compuseram e podem explicar os processos migratórios até o final dos anos 1990. A inserção do Brasil no cenário da economia internacional, com destaque para os anos 2000, aponta especificidades nas complementaridades regionais via migração no país; entendo que os movimentos migratórios internos refletem também a nova ordem econômica internacional. (BAENINGER, 2012, p.1)

Realmente o enfoque histórico-estrutural, como indicado por Singer (1973), sozinho não dá mais conta de explicar a migração no contexto nacional, apesar da continuidade de forças e transformações estruturais condicionando historicamente parte significativa das migrações, mas agora temos que incorporar as forças resultantes da nova economia mundial – do dinamismo econômico além do local, e da forte penetração do investimento estrangeiro na economia nacional, pois este modelo explicativo histórico-estrutural é datado historicamente pelo momento econômico, pelas questões demográficas vigentes à época e pela situação rural-urbana da população, ou seja, serviu para um contexto histórico determinado.

A economia nacional e da RMSP passou por um processo de desenvolvimento crescente, atravessando várias fases, até chegar neste momento, mais integrada à economia mundial, mas isto foi acontecendo de forma diferenciada e gradual em cada um destes locais.

Primeiro veio a industrialização com base na RMSP, com sua força aglutinadora e atraindo muitos migrantes (MARTINE; CAMARGO, 1984), mas depois de algum tempo a economia passa por um novo processo: desconcentração relativa da indústria e das atividades econômicas no país (CANO, 1995; 2008), implicando também em mudanças na distribuição espacial da população pelo território nacional²⁸. Segue-se a este processo, a reestruturação produtiva, ainda em curso no país, que de certa forma acabou por impactar a absorção de

²⁸ Não só a desconcentração decorrente de deslocamento de atividades produtivas de uma região para outra, mas também do crescimento diferenciado de taxas de participação de setores da economia, especialmente da agricultura. Isto se deveu, em parte, ao baixo crescimento econômico brasileiro, especialmente da década de 1980 e início dos anos de 1990 (CANO, 2008).

migrantes e alterar paulatinamente o perfil do migrante “desejado”, principalmente onde antes predominava a indústria²⁹. Este processo de reestruturação produtiva foi a porta de entrada para a economia globalizada e confirmação de um novo processo de forte inclusão do capital financeiro internacional na economia nacional (CANO, 2011), com fortes implicações novamente sobre a migração e o mercado de trabalho. Todas estas transformações econômicas não tiraram da RMSP o seu protagonismo e centralidade nesses processos.

Para Sassen (1988), a elevada mobilidade do capital, com a crescente expansão transnacional do capital e a internacionalização da produção criaram novas condições e pontes para a mobilidade do trabalho no mundo e direcionamento das migrações. A partir desta ligação entre a mobilidade do capital e do trabalho, na forma como explicitado pela autora surgem as chamadas cidades globais, desempenhando duplos papéis, tanto centrais, quanto subalternos ao mesmo tempo. A Sede da RMSP desempenha este papel de cidade global (SASSEN, 1990).

Hoje a estrutura do emprego da RMSP reflete suas diferentes formas de articulação à economia global e não apenas o grau de avanço na escala informacional (CASTELLS, 1999). Segundo o autor, há interdependência global da força de trabalho na economia informacional, caracterizada pela segmentação hierárquica da mão-de-obra, apesar de não existir um mercado de trabalho global unificado, nem força de trabalho global. Como resultado, a desintegração da força de trabalho local é inevitável neste novo modelo de produção, pois não são mais necessários todos os especialistas e auxiliares de uma linha de produção ou serviços, mas apenas aqueles que estão inseridos nas tarefas atreladas àquela economia.

As novas condições estruturais de nosso país e a sua relação com o contexto globalizado do mundo estão de fato condicionando esses movimentos migratórios metropolitanos, regionais e nacionais.

No Brasil há uma estreita vinculação entre os processos migratórios, os ciclos de desenvolvimento econômicos, a ocupação do território nacional, a urbanização e as transformações na sociedade brasileira, conforme apontam e concordam diversos autores: Baeninger (2012), Faria (1991), Martine (1990), Merrick e Graham (1981), Balán (1974). Esse encadeamento e dependência entre estes diversos processos potencializaram o avanço da sociedade e a forte concentração populacional em grandes centros³⁰, no passado, ao mesmo

²⁹ Essas mudanças levaram à alterações na estrutura ocupacional da RMSP, pois ao mesmo tempo em que ocorria uma diminuição na ocupação industrial, aumentava o número de ocupados no setor de serviços na RMSP (ARAUJO, 2001).

³⁰ Há ainda uma forte concentração populacional nas regiões metropolitanas brasileiras conforme apontado por Cunha (2014), que analisou as nove regiões existentes em 1980 (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Belém, Fortaleza, Recife e Salvador) mais o Distrito Federal, comparativamente ao ano de 2000, onde apontou mudança de 29,8% para 31,9% na participação da população dessas regiões no total do país, respectivamente. Este último valor se manteve inalterado para o ano de 2010. O que se pode dizer é que há uma forte contribuição do efeito da alta natalidade inercial, nos dias atuais, no crescimento populacional dessas

tempo em que se observou o esgotamento e limites neste modelo, gerando condições, atualmente, para a origem de mudanças nos fluxos e processos migratórios, preferências de direção e redistribuição espacial da população para locais onde a aglomeração populacional não seja tão concentradora.

Com estes processos migratórios rejuvenescidos passa-se a ampliar a onda de expansão dos espaços da migração, como apontado por Baeninger (1999), resultado de importantes mudanças na sociedade brasileira, da preferência por locais menos populosos, ligados à desconcentração econômica e produtiva, que ocorreu no país (CANO, 2011).

Na Tabela 3.11 apresenta-se um quadro geral e amplo da migração, para algumas modalidades migratórias captadas pelos censos demográficos, tendo como foco principal a Região Metropolitana de São Paulo, além de outras unidades territoriais para efeito comparativo das mudanças e continuidades experimentadas nas últimas décadas. Os dados apresentados são relativos aos quesitos de data-fixa aplicados nos últimos três Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), que resgatam o local de residência cinco anos antes da data de referência do censo, possibilitando identificar a Unidade da Federação e o município que o recenseado residia antes.

A preferência por colocar as informações numa única tabela, que num primeiro momento parece complexa, se explica pela necessidade de apresentar o quadro total da migração da Região Metropolitana de São Paulo, possibilitando um entendimento melhor e ampliado da migração na região em cada modalidade migratória, além de se poder visualizar a importância da migração comparativamente às outras unidades territoriais e suas conexões ao longo dos três períodos em foco.

Cada modalidade migratória também tem sua importância nos processos migratórios da RMSP, ao seu tempo e no contexto histórico no qual estava inserida a região em cada momento. A escolha das unidades territoriais apresentadas na tabela também se justifica pelos processos que cada uma passou e passa e pela inter-relação dessas unidades com os movimentos migratórios e processos sociais e econômicos desenvolvidos ao longo do tempo, que resultaram em transformações, mudanças e permanências nos movimentos migratórios.

Ao observarmos a migração interestadual da RMSP, vê-se que tanto a Sede, quanto o seu Entorno perdem, relativamente, o poder de atração migratória ao longo dos três períodos, reduzindo-se paulatinamente os saldos migratórios, ao mesmo tempo em que os volumes de imigração também vão decaindo.

TABELA 3.11 - Volume quinquenais de imigração, emigração, saldo migratório (SM) e índice de eficácia migratória (IEM), de data-fixa (pessoas com cinco anos ou mais de idade), por modalidade migratória, segundo unidades territoriais selecionadas de destino, período 1986/2010 (1)

Unidades Territoriais de Destino	Migração Total				Migração IntraRegião (2)				Migração Intraestadual (3)				Migração Interestadual				Migração Intra regional				Migração Inter regional			
	Imigração	Emigração	SM Geral	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
1986/1991																								
Brasil	13.903.883	13.903.883							8.891.632	8.891.632			5.012.251	5.012.251			1.786.325	1.786.325			3.225.926	3.225.926		
Região Sudeste	5.643.837	5.003.705	640.132	0,06					3.490.334	3.490.334			2.153.503	1.513.371	640.132	0,17	726.556	726.556			1.426.947	786.815	640.132	0,29
Estado de São Paulo	3.299.328	2.554.530	744.798	0,13					1.906.536	1.906.536			1.392.792	647.994	744.798	0,36	308.241	189.307	118.934	0,24	1.084.551	458.687	625.864	0,41
Interior	1.898.649	1.282.156	616.493	0,19	926.140	926.140			382.728	134.441	248.287	0,48	589.781	221.575	368.206	0,45	167.375	73.259	94.116	0,39	422.406	148.316	274.090	0,48
Região Metropolitana de São Paulo	1.400.679	1.272.374	128.305	0,05	463.227	463.227			134.441	382.728	-248.287	-0,48	803.011	426.419	376.592	0,31	140.866	116.048	24.818	0,10	662.145	310.371	351.774	0,36
Sede (4)	557.353	935.984	-378.631	-0,25	19.975	288.273	-268.298	-0,87	64.426	295.759	-231.333	-0,64	472.952	351.952	121.000	0,15	83.176	94.306	-11.130	-0,06	389.776	257.646	132.130	0,20
Entorno (4)	688.347	181.411	506.936	0,58	288.273	19.975	268.298	0,87	70.015	86.969	-16.954	-0,11	330.059	74.467	255.592	0,63	57.690	21.742	35.948	0,45	272.369	52.725	219.644	0,68
Entorno X Entorno	154.979	154.979			154.979	154.979																		
1995/2000																								
Brasil	15.256.658	15.256.658							10.060.571	10.060.571			5.196.087	5.196.087			1.832.545	1.832.545			3.363.542	3.363.542		
Região Sudeste	6.250.845	5.792.258	458.587	0,04					4.130.337	4.130.337			2.120.508	1.661.921	458.587	0,12	715.637	715.637			1.404.871	946.284	458.587	0,20
Estado de São Paulo	3.464.150	3.124.223	339.927	0,05					2.240.336	2.240.336			1.223.814	883.887	339.927	0,16	236.207	258.836	-22.629	-0,05	987.607	625.051	362.556	0,22
Interior	2.002.998	1.525.602	477.396	0,14	1.014.008	1.014.008			468.296	172.133	296.163	0,46	520.694	339.461	181.233	0,21	133.859	109.936	23.923	0,10	386.835	229.525	157.310	0,26
Região Metropolitana de São Paulo	1.461.153	1.598.622	-137.469	-0,04	585.900	585.900			172.133	468.296	-296.163	-0,46	703.120	544.426	158.694	0,13	102.348	148.900	-46.552	-0,19	600.772	395.526	205.246	0,21
Sede	526.155	1.022.219	-496.064	-0,32	42.319	322.628	-280.309	-0,77	81.183	320.796	-239.613	-0,60	402.653	378.795	23.858	0,03	57.329	103.124	-45.795	-0,29	345.324	275.671	69.653	0,11
Entorno	714.045	355.452	358.593	0,34	322.628	42.319	280.309	0,77	90.950	147.500	-56.550	-0,24	300.467	165.633	134.834	0,29	45.019	45.776	-757	-0,01	255.448	119.855	135.593	0,36
Entorno X Entorno	220.953	220.953			220.953	220.953																		
2005/2010																								
Brasil	13.310.202	13.310.202							8.666.457	8.666.457			4.643.745	4.643.745			1.662.452	1.662.452			2.981.293	2.981.293		
Região Sudeste	5.212.777	4.887.282	325.495	0,03					3.443.713	3.443.713			1.769.064	1.443.569	325.495	0,10	605.491	605.491			1.163.573	838.078	325.495	0,16
Estado de São Paulo	2.802.482	2.546.687	255.795	0,05					1.811.169	1.811.169			991.313	735.518	255.795	0,15	215.830	197.405	18.425	0,04	775.483	538.113	237.370	0,18
Interior	1.715.175	1.296.285	418.890	0,14	864.363	864.363			356.383	119.828	236.555	0,50	494.429	312.094	182.335	0,23	128.624	92.648	35.976	0,16	365.805	219.446	146.359	0,25
Região Metropolitana de São Paulo	1.087.307	1.245.137	-157.830	-0,07	470.595	470.595			119.828	356.383	-236.555	-0,50	496.884	418.159	78.725	0,09	87.206	103.628	-16.422	-0,09	409.678	314.531	95.147	0,13
Sede	403.511	774.908	-371.397	-0,32	41.876	245.784	-203.908	-0,71	65.212	243.999	-178.787	-0,58	296.423	285.125	11.298	0,02	53.980	70.625	-16.645	-0,13	242.443	214.500	27.943	0,06
Entorno	500.861	287.294	213.567	0,27	245.784	41.876	203.908	0,71	54.616	112.384	-57.768	-0,35	200.461	133.034	67.427	0,20	33.226	33.003	223	0,00	167.235	100.031	67.204	0,25
Entorno X Entorno	182.935	182.935			182.935	182.935																		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (microdados versão 2), 2000 (microdados versão 2) e 2010 (microdados versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado, ignorados e Estrangeiros. (2) Nestes casos se referem às informações sobre a migração Intrainterior e Intrametropolitana. (3) Para a Região Metropolitana de São Paulo: exclusive migração intrametropolitana, referente aos 39 municípios da região. (4) Em relação a migração intraestadual, os dados se referem ao Interior como a outra área de referência, para os três períodos analisados. Exclusive migração intrametropolitana.

Os volumes de emigração sobem no segundo período, entre 1995/2000, de 426.419 para 544.426 emigrantes, para depois reduzir-se no período de 2005/2010, para 418.159 emigrantes. O saldo migratório da região metropolitana que era positivo em 376.592 migrantes, no primeiro período, entre 1986/1991, caiu no último período para 78.725 migrantes. O Entorno é responsável por 86% deste último saldo.

Através da Tabela 3.11 é possível notar que a Sede da RMSP, o município de São Paulo, no período entre 2005 e 2010, ainda atrai mais migrantes interestaduais que o Entorno, 60% contra 40%, ao passo que a Sede expulsa mais migrantes que os municípios do Entorno, ou seja, 68% contra 32%.

No último período, os imigrantes interestaduais da RMSP representam 50% do total de imigrantes da mesma modalidade para o Estado de São Paulo, isto é, metade da migração interestadual acontece no espaço territorial da RMSP, ao passo que os emigrantes da RMSP representam 57% da corrente emigratória do Estado. Conclui-se que a área que está retendo mais migrantes interestaduais, sem dúvida, é a do interior do Estado de São Paulo, seguida pela área que congrega os municípios do Entorno da RMSP. É uma continuidade de um processo migratório que foi apontado por Baeninger (1999).

Ao analisarmos esses mesmos números sob a ótica da migração intrarregional e interregional podemos notar algumas mudanças nos movimentos migratórios já na década de 1980, quando a Sede da RMSP passa a apresentar saldo migratório intrarregional negativo, que também se repete nos dois quinquênios seguintes. O Entorno, no segundo quinquênio, registra também saldo migratório negativo e, no terceiro, praticamente nulo. Os Estados da Região Sudeste, são os primeiros a registrarem essas mudanças no perfil migratório metropolitano paulista, com Minas Gerais e Espírito Santo registrando saldos migratórios positivos em relação à Sede da RMSP no primeiro quinquênio. No quinquênio seguinte, entre 1995/2000, o Estado do Rio de Janeiro também se junta aos Estados com saldos migratórios positivos em relação à Sede da RMSP e Minas Gerais também registra, pela primeira vez, saldo migratório positivo em relação ao Entorno da RMSP e, para os demais Estados, os saldos são quase nulos. No último quinquênio apenas o Estado do Rio de Janeiro registra saldo migratório negativo em relação à Sede e Entorno da RMSP, mas são quase nulos.

Para o Interior do Estado de São Paulo, entre o primeiro e terceiro quinquênio há também uma queda no volume da imigração intrarregional, de 167.375 para 128.624 imigrantes e um leve aumento no volume da emigração, de 73.259 para 92.648 emigrantes, que resulta na diminuição do saldo migratório do Interior. Apesar da redução no volume de imigração intrarregional no Interior, essa imigração recebida pelo Interior corresponde a 60% de toda a imigração intrarregional paulista, ou seja, a maior parte da imigração intrarregional se dirige para o Interior paulista.

Os números observados registram uma perda da eficácia migratória tanto da RMSP, sua Sede e seu Entorno, quanto do Interior no que se refere à migração intrarregional e pouco afeta a redistribuição espacial da população nas regiões em termos quantitativos, em função da baixa migração líquida.

Já sob a ótica da migração interregional, o quadro ainda é favorável a RMSP, pois nos três quinquênios analisados os saldos migratórios interregionais são positivos tanto para a Sede, quanto para o seu Entorno. Apesar da condição ainda positiva para a RMSP, os números indicam que há uma tendência de reversão deste quadro, pois os saldos migratórios vêm diminuindo gradativamente ao longo dos três períodos, resultado da diminuição de 38% no volume de imigrantes, que saiu de 662.145, no período de 1986/1991, para 409.678 imigrantes no período de 2005/2010, e quase manutenção do volume de emigrantes entre o primeiro e último quinquênio, de 310.371 para 314.531 emigrantes.

Tanto a Sede quanto o Entorno da RMSP apresentam um quadro parecido de condições migratórias, dado que as reduções nos saldos migratórios se processam da mesma forma e com a mesma intensidade, em ambas as áreas analisadas. O saldo migratório interregional caiu em torno de 42% no segundo período em relação ao primeiro e depois sofreu nova queda de 54%, do terceiro em relação ao segundo período. Mostra uma forte retração na migração e na capacidade de retenção de população na RMSP, especialmente pela composição dessa migração interregional, com 58% de imigrantes vindos da Região Nordeste no último quinquênio, entre 2005 e 2010.

Em relação ao Interior paulista, a imigração interregional vem sofrendo queda nos volumes a cada período, passando de 422.406, entre 1986/1991, para 365.805 imigrantes no último período. O Interior aumentou o número de emigrantes entre 1986/1991 e 2005/2010, de 148.316 para 219.446 pessoas. Em função desta nova dinâmica na imigração e emigração do Interior, o saldo migratório interregional vem reduzindo-se a cada período, colocando o interior como uma área que vem perdendo parte de sua atração e expulsando muitos migrantes. A participação relativa do Interior na imigração interregional do Estado de São Paulo é de 47% e de 42% na emigração. Portanto o predomínio dos imigrantes interregionais ainda é pela RMSP.

A migração intraestadual apresenta uma dinâmica diferente, pois desde a década de 1980 a RMSP perde população para o Interior do Estado de São Paulo e isto não tem se alterado. A Sede e o Entorno perdem população para o Interior nos três períodos, mas a Sede apresenta uma perda relativa bem superior ao Entorno, ou seja, 76% do total. O volume da migração do Interior para a RMSP é muito baixo, tanto para a Sede, quanto para o Entorno. No último período, para cada três que saem da RMSP para o Interior, apenas um entra na RMSP vindo do Interior. O saldo migratório intraestadual foi desfavorável a RMSP no último

quinquênio em 236.555 pessoas., ou seja, a RMSP perde quase 50 mil pessoas por ano para o Interior paulista.

Comparativamente, o volume de emigrantes intraestaduais da RMSP é superior aos mesmos volumes observados na emigração intrarregional e na emigração interregional, nos três períodos analisados. A imigração intraestadual da RMSP, que não superava a imigração intrarregional em termos de volume, no período 1986/1991, registrou volumes superiores nos dois períodos seguintes. Assim, perde relevância a imigração intrarregional e ganha importância relativa a imigração intraestadual, apesar da queda nos volumes observados em ambos os casos.

O único saldo migratório intraestadual que tem evolução desfavorável e crescente é o do Entorno, que registra baixa eficácia migratória do Entorno em relação ao Interior do Estado de São Paulo, pois o IEM que era de -0,11 (área de rotatividade migratória), entre 1986/1991, passou para -0,35 (área de média perda migratória), entre 2005/2010.

Na migração intrametropolitana cresce os migrantes nos movimentos entre os municípios do Entorno, pois registrava 159.979 migrantes no período de 1986/1991, aumentando para 220.953 migrantes entre 1995/2000 e reduziu-se para 182.935 migrantes entre 2005/2010, mas ainda bem acima do valor observado no primeiro período. A Sede continua perdendo população para o Entorno. Estas são as maiores perdas, quando comparadas com as perdas observadas na migração intraestadual somadas às perdas na migração intrarregional nos três períodos em foco. Mas em termos migratórios a Sede da RMSP tem papel fundamental, pois os maiores fluxos, somadas todas as modalidades, continuam a circular por lá e a determinar os ganhos e perdas populacionais, mas se tratando de migração intrametropolitana os maiores volumes e maior dinamismo são observados no Entorno da RMSP.

O Entorno é, persistentemente, o espaço ganhador nessa migração intrametropolitana, pois detém 63% de toda a imigração metropolitana nos seus 38 municípios e apenas 38% de toda a emigração no e do espaço metropolitano. O saldo migratório geral do Entorno, no último período, é positivo em 213.567 pessoas, ao passo que a Sede da RMSP registra uma perda de 371.397 pessoas, resultado de perdas intrametropolitanas, intraestaduais e intrarregionais, ganhando apenas quando a relação é interregional. Apesar dos ganhos de população pelo Entorno, quem determina o saldo migratório negativo em 157.830 pessoas para a RMSP é a sua Sede e sua dinâmica migratória. Nem sempre esta dinâmica foi assim, pois no primeiro período, entre 1986/1991, o saldo migratório total positivo da RMSP, de 128.305 pessoas, era mantido pelos resultados expressivos obtidos pelo Entorno da RMSP, que chegou a registrar um saldo migratório total de 506.936 pessoas e nesse mesmo período a Sede registrou um saldo migratório total negativo de 378.631 pessoas.

Por outro lado, o Interior é ainda o local onde os ganhos populacionais são maiores e bem significativos, pois potencializa os ganhos populacionais intraestaduais e interestaduais, tanto os intrarregionais, quanto os interregionais, apesar de registrar queda no saldo migratório total nos três períodos analisados, passando de 616.493 pessoas, para 477.396 pessoas e depois para 418.890 pessoas, no último período. É também o Interior, nos últimos dois períodos, que consegue manter o saldo migratório total estadual positivo e neutralizando as perdas populacionais observadas na Sede da RMSP.

Vê-se, pelo quadro da migração total, que a Região Sudeste, o Estado de São Paulo, o Interior do Estado de São Paulo, a RMSP, a Sede e o Entorno da RMSP apresentam eficácia migratória em queda, todos puxados pelos resultados discutidos acima, que foram causados pelo arrefecimento da migração de uma maneira geral e pelas oscilações entre os volumes da imigração e emigração em cada modalidade.

Como visto, a RMSP é uma mistura de processos migratórios distintos, mas inter-relacionados por outros processos de cunho econômico, social e demográfico. Alguns processos migratórios foram mais precoces que outros, mas parece que há uma tendência geral de convergência no quadro migratório paulista de perda de atração migratória interestadual, que vem concomitante a uma diminuição da mobilidade intraestadual, apesar de observarmos volumes consideráveis de migrantes nestas duas modalidades migratórias. A migração intrametropolitana se mantém por registrar mais de 20 milhões de habitantes em uma área de 7,9 mil km², com 39 municípios, além de uma economia forte e ainda concentradora³¹, mas mesmo assim o Interior do Estado de São Paulo apresenta uma maior mobilidade espacial da população, porque registra quase duas vezes mais migrantes intra-interioranos que os intrametropolitanos da RMSP e praticamente tem quase o mesmo volume populacional que a RMSP.

Pelo visto há uma maior e melhor perspectiva em relação às oportunidades migratórias para a população do Interior que a metropolitana. Realmente o quadro metropolitano, em diversas questões vem comprometendo a qualidade de vida e as boas expectativas que esta região gerava em décadas passadas. As dificuldades impostas pelo mercado de trabalho e pela exigência de uma melhor qualificação profissional para se candidatar a um emprego (ARAÚJO, 2001), gerando muitas barreiras para a inserção do migrante no mercado de trabalho metropolitano, as dificuldades de mobilidade com o transporte, os custos de moradia, a violência diária que é acometida a sociedade de uma maneira geral no ambiente

³¹ A Região Metropolitana de São Paulo concentra a maior parte do PIB estadual, equivalente a 56% ou R\$ 786,5 bilhões, para o ano base de 2012. O Estado de São Paulo registrou, para o mesmo período, um PIB de R\$ 1,4 trilhões (SEADE; IBGE, 2015).

metropolitano são algumas das razões que comprometem o desejo daqueles que pretendem se deslocar para a metrópole.

Segundo Hoffmann e Mendonça (2003), numa avaliação do mercado de trabalho da RMSP entre 1989 e 2001, a região passou por uma desestruturação em seu mercado de trabalho, com elevada taxa de desemprego e queda nos rendimentos médios. Os autores concluem:

As evidências estatísticas apresentadas indicam que, na década de 1990 e no início da atual, o mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo vem sofrendo um processo acentuado de deterioração, tanto na capacidade de atender às demandas da população por trabalho, como nas características dos postos de trabalho gerados e nos valores dos rendimentos auferidos. [...] A indústria foi a principal responsável pela perda de dinamismo do mercado de trabalho na região. Coube aos setores de serviços e comércio compensar, em parte, a queda absoluta do nível de ocupação industrial. Acompanhando esta situação, cresceu o número de trabalhadores ocupados como autônomos e empregados domésticos, bem como o de assalariados sem carteira de trabalho assinada. O trabalho assalariado em geral diminuiu, em particular o com carteira assinada no setor privado e, em menor medida, o emprego no setor público. (HOFFMANN; MENDONÇA, 2003, p. 40).

Vê-se então, que não foi apenas a década de 1980 e seus indicadores econômicos que contribuíram com as mudanças nos processos migratórios da RMSP, pois a década de 1990 também foi muito difícil, especialmente para os trabalhadores da região e para o emprego, principal demanda dos migrantes quando se deslocam de uma área para outra. Sobre a economia da RMSP Campolina e Diniz (2007) também apontam que:

A crise econômica que atingiu o Brasil, a partir da década de 1980, provocou a queda no emprego, especialmente no setor industrial. Como região mais industrializada do país, a RMSP sofreu os maiores impactos, perdendo mais de 500 mil empregos formais na indústria de transformação, entre 1985 e 2005, o que equivaleu a um terço da ocupação registrada no início do período. [...] A luz das transformações internacionais, derivadas do processo de globalização e das mudanças internas decorrentes da abertura da economia, do processo de privatização e do crescimento dos serviços, São Paulo tem ampliado cada vez mais seu papel como grande centro financeiro, de capitais e de mercadorias, se tornando um centro avançado na produção e suprimento de serviços à produção, assumindo posição de uma cidade mundial de segundo nível no contexto da reconfiguração do capitalismo. (CAMPOLINA DINIZ; CAMPOLINA, 2007).

Mas esse resultado de fluxos migratórios ainda no nível macro para a RMSP, conforme apontado na Tabela 3.11, guarda ainda algumas características e outras informações

importantes para a discussão da migração na RMSP, que só é possível descobrirmos ao cruzarmos os dados da RMSP num nível territorial inferior aos analisados nessa tabela. Ao tabularmos os dados de migração da RMSP com as Unidades da Federação e municípios podem vir à tona outras questões elucidativas sobre as preferências dos imigrantes e emigrantes metropolitanos e as mudanças e permanências que estão ocorrendo nos fluxos migratórios. Dado que a imigração interestadual da RMSP vem reduzindo-se ao longo do tempo, um dado que chama atenção é o aumento da imigração de retorno para a RMSP, conforme Tabela 3.11a. Nela é possível observar que este tipo de modalidade migratória está ganhando força na metrópole, com aumentos absolutos e relativos a cada quinquênio. É um dado importante, porque resulta de mudança de estratégia de quem saiu do Estado de São Paulo, até mesmo da RMSP, e depois retornou para a RMSP.

TABELA 3.11a - Volume quinquenais de imigrantes interestaduais e de retorno (pessoas com cinco anos ou mais de idade) e percentual de participação no total de imigrantes, segundo a RMSP, Entorno e Capital, 1986/2010 (1)

Unidade Territorial	1986/1991			1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	De Retorno	(%)	Imigrantes	De Retorno	(%)	Imigrantes	De Retorno	(%)
RMSP	803.011	38.614	5%	703.120	46.853	7%	496.884	81.068	16%
Entorno	330.059	17.370	5%	300.467	19.797	7%	200.461	28.411	14%
Capital	472.952	21.244	4%	402.653	27.056	7%	296.423	52.657	18%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado, ignorados e Estrangeiros.

A participação relativa dos imigrantes de retorno para a RMSP passa de 4%, no quinquênio de 1986/1991, para 7%, entre 1995/2000 e depois no quinquênio seguinte mais que dobra a participação, elevando-se para 16% do total de imigrantes da RMSP. A Capital é o destino dos imigrantes de retorno, com 52.657 retornados no último período, dos 296.423 imigrantes recebidos no município de São Paulo. Mais de 50% destes imigrantes retornados, no último quinquênio, tem como Unidade da Federação de residência anterior algum Estado nordestino, o que pode evidenciar retorno de parte da população tida como efeito indireto da emigração que aconteceu num passado recente. Também há nesse fluxo o retornado que empreendeu a emigração e está simplesmente retornando ao estado de nascimento.

Na Tabela 3.12 pode-se observar o total de imigrantes e emigrantes dos fluxos interestaduais, de data-fixa, que a RMSP estabeleceu nos últimos três quinquênios levantados pelos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O ponto de destaque na Tabela 3.12 é a diminuição da imigração nordestina na RMSP, seguindo tendências passadas e já evidenciada na análise estadual, com a consequente redução no saldo migratório, de 378.128, para 144.345 pessoas, entre o primeiro e último quinquênio, o que equivale a uma redução de 62%. De fato, ocorreu uma redução brutal no saldo migratório da região metropolitana nas trocas com a Região Nordeste, justificada pela diminuição expressiva de imigrantes do Ceará, Pernambuco e Bahia, que eram Estados com

perfil expulsor em décadas passadas e contribuíram fortemente com a formação da população da RMSP, desde o início da industrialização paulista. Hoje a transição entre o ambiente do Nordeste para a RMSP não é tão fácil e simples, pois as condições econômicas e sociais não são favoráveis e as redes sociais e de amizades, que antes propiciavam facilidades aos pretensos migrantes, agora são muito escassas e não conseguem dar muito apoio e suporte ao migrante no período de adaptação.

TABELA 3.12 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) interestadual quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, **Região Metropolitana de São Paulo**, 1986/2010 (1)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Rondônia	3.410	4.508	-1.098	-0,14	2.239	4.095	-1.856	-0,29	1.162	2.076	-914	-0,28
Acre	221	482	-261	-0,37	334	255	79	0,13	280	298	-18	-0,03
Amazonas	1.966	1.909	57	0,01	1.973	2.470	-497	-0,11	2.202	1.400	802	0,22
Roraima	159	410	-251	-0,44	376	366	10	0,01	80	427	-347	-0,68
Pará	8.222	4.155	4.067	0,33	7.516	4.968	2.548	0,20	5.829	3.967	1.862	0,19
Amapá	100	120	-20	-0,09	362	298	64	0,10	303	394	-91	-0,13
Tocantins	846	1.782	-936	-0,36	1.731	2.535	-804	-0,19	812	1.834	-1.022	-0,39
Região Norte	14.924	13.366	1.558	0,06	14.531	14.987	-456	-0,02	10.668	10.396	272	0,01
Maranhão	13.430	4.612	8.818	0,49	21.957	7.496	14.461	0,49	16.380	7.432	8.948	0,38
Piauí	36.560	9.770	26.790	0,58	34.635	18.376	16.259	0,31	33.094	13.578	19.516	0,42
Ceará	76.348	25.561	50.787	0,50	49.653	43.037	6.616	0,07	39.288	26.357	12.931	0,20
Rio Grande do Norte	17.146	10.386	6.760	0,25	13.587	13.240	347	0,01	7.997	9.894	-1.897	-0,11
Paraíba	44.862	15.937	28.925	0,48	36.113	22.730	13.383	0,23	23.431	18.598	4.833	0,11
Pernambuco	131.110	46.512	84.598	0,48	99.029	45.861	53.168	0,37	55.229	36.332	18.897	0,21
Alagoas	37.902	11.310	26.592	0,54	41.007	14.818	26.189	0,47	23.493	11.842	11.651	0,33
Sergipe	8.592	7.158	1.434	0,09	11.259	5.705	5.554	0,33	7.327	5.801	1.526	0,12
Bahia	195.016	51.592	143.424	0,58	204.894	83.128	121.766	0,42	137.895	69.955	67.940	0,33
Região Nordeste	560.966	182.838	378.128	0,51	512.134	254.391	257.743	0,34	344.134	199.789	144.345	0,27
Minas Gerais	102.051	88.143	13.908	0,07	71.883	113.578	-41.695	-0,22	58.068	73.647	-15.579	-0,12
Espírito Santo	5.093	7.964	-2.871	-0,22	6.572	8.185	-1.613	-0,11	3.678	6.499	-2.821	-0,28
Rio de Janeiro	33.721	19.941	13.780	0,26	23.894	27.137	-3.243	-0,06	25.460	23.482	1.978	0,04
Região Sudeste	140.865	116.048	24.817	0,10	102.349	148.900	-46.551	-0,19	87.206	103.628	-16.422	-0,09
Paraná	51.056	53.339	-2.283	-0,02	31.612	62.798	-31.186	-0,33	19.754	46.177	-26.423	-0,40
Santa Catarina	5.145	12.968	-7.823	-0,43	7.458	16.618	-9.160	-0,38	8.429	18.042	-9.613	-0,36
Rio Grande do Sul	8.572	9.642	-1.070	-0,06	10.723	9.404	1.319	0,07	8.845	8.202	643	0,04
Região Sul	64.773	75.949	-11.176	-0,08	49.793	88.820	-39.027	-0,28	37.028	72.421	-35.393	-0,32
Mato Grosso do Sul	6.423	13.141	-6.718	-0,34	6.322	11.297	-4.975	-0,28	3.950	8.885	-4.935	-0,38
Mato Grosso	4.354	9.739	-5.385	-0,38	5.434	6.390	-956	-0,08	3.131	5.381	-2.250	-0,26
Goiás	5.373	10.419	-5.046	-0,32	7.447	13.283	-5.836	-0,28	4.657	10.553	-5.896	-0,39
Distrito Federal	5.331	4.922	409	0,04	5.109	6.357	-1.248	-0,11	6.113	7.106	-993	-0,08
Região Centro-Oeste	21.481	38.221	-16.740	-0,28	24.312	37.327	-13.015	-0,21	17.851	31.925	-14.074	-0,28
TOTAL	803.009	426.422	376.587	0,31	703.119	544.425	158.694	0,13	496.887	418.159	78.728	0,09

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

O Rio Grande do Norte é o único Estado da Região Nordeste a registrar saldo migratório positivo em relação à metrópole paulista, mas apenas no último período. As condições socioeconômicas e de manutenção da população nessa localidade melhoraram muito e isto está refletindo na capacidade de retenção de sua população e atração de novos migrantes paulistas. As indústrias do turismo, energia (eólica), extrativa (petróleo, derivados e sal) e têxtil têm contribuído para o avanço do PIB, das demais atividades econômicas e da renda no Rio Grande do Norte, principalmente as atividades concentradas nas cidades de Natal, Mossoró e Parnamirim, que juntas concentram mais de 50% do PIB estadual e renda média per capita bem acima da média obtida pela Região Nordeste (IBGE, 2015).

A continuar esta tendência no processo migratório da Região Nordeste para a RMSP, o Estado da Bahia será decisivo na reversão da migração interestadual da região metropolitana, de uma posição ainda com saldos migratórios positivos, para saldos negativos, pois esta Unidade da Federação registra o maior número de imigrantes nos fluxos para a RMSP e há uma tendência de forte redução desta imigração, ao mesmo tempo em que apresenta uma significativa emigração da RMSP em sua direção.

Ressalte-se, ainda, que parte desta emigração para o Nordeste é de migrantes retornados, que levam filhos, esposas e agregados no deslocamento (efeitos diretos e indiretos).

Os Estados da Região Sudeste apresentam queda no volume de migrantes que procuram a metrópole, principalmente de mineiros. Entre o primeiro e terceiro períodos a redução na imigração foi de 38%. Espírito Santo, nos três períodos, registra ganhos populacionais nas trocas com a RMSP. Minas Gerais, já a partir do segundo período, também registra ganhos populacionais. O saldo migratório geral com a Região Sudeste passa a não ser favorável a RMSP, a partir do segundo período, quando a região metropolitana registra saldo migratório negativo de 46.551 pessoas. O saldo migratório negativo volta a se repetir no último período.

Na Região Sul destacam-se os Estados do Paraná, com forte redução dos deslocamentos de migrantes para a RMSP, e de Santa Catarina, com o aumento do número de migrantes recebidos da RMSP. Nos três períodos a RMSP perde população para a Região Sul. Foi a maior redução relativa na imigração, entre todas as Grandes regiões, com 43%.

Assim como a Região Sul, a Região Centro-Oeste também registra ganhos populacionais da RMSP nos três períodos analisados, resultado da diminuição do total de imigrantes, principalmente de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás.

Nordeste, Sudeste e Sul contribuíram para essa nova dinâmica migratória, à medida que os emigrantes dessas regiões diminuíram os fluxos em direção a RMSP e essas mesmas regiões passaram a reter mais migrantes oriundos da RMSP. Em nível nacional, entre o primeiro e terceiro períodos deixaram de empreender a migração em direção a RMSP mais de 300 mil pessoas, ao mesmo tempo em que a emigração metropolitana ficou estagnada em torno de 400 mil pessoas.

Vale registrar, que nos fluxos de migrantes interestaduais da RMSP, a partir do segundo período, entre 1995/2000, a imigração passou a ter um predomínio feminino e, ao contrário, na emigração o predomínio é masculino desde o primeiro período. Esta mudança na imigração pode estar atrelada à mudança do perfil do mercado de trabalho da RMSP e expansão das atividades ligadas ao mercado de trabalho feminino, gerando mais

oportunidades para as mulheres e até mesmo em função deste grupo ter uma maior escolaridade.

A redução que ocorreu na imigração interestadual da RMSP durante os três períodos foi proporcional, tanto na sua Sede, quanto no seu Entorno, conforme pode ser visto na Tabela 3.13, que aponta o quadro migratório da Sede da Região Metropolitana de São Paulo, a Capital do Estado de São Paulo. Mas em relação à emigração interestadual da RMSP, a participação da Sede no conjunto de emigrantes, que correspondia a 83% entre 1986/1991, caiu para 68% entre 2005/2010, evidenciando que o Entorno está expulsando mais população em período recente e perdendo parte de sua capacidade de retenção populacional.

Tendo em vista que o total de emigrantes está praticamente estabilizado entre o primeiro e terceiro períodos, este aumento do número de emigrantes do Entorno se torna relevante pesquisar. Então não é certo afirmar que o município de São Paulo está expulsando mais população agora que no passado, pois os números da Tabela 3.13 dizem exatamente o contrário, isto é, há uma boa redução na emigração interestadual paulistana.

TABELA 3.13 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) interestadual quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação, **São Paulo**, 1986/2010 (1)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Rondônia	1.400	3.301	-1.901	-0,40	1.316	2.453	-1.137	-0,30	555	1.169	-614	-0,36
Acre	142	337	-195	-0,41	238	219	19	0,04	180	269	-89	-0,20
Amazonas	1.232	1.741	-509	-0,17	1.361	2.107	-746	-0,22	1.515	939	576	0,23
Roraima	115	389	-274	-0,54	177	275	-98	-0,22	25	353	-328	-0,87
Pará	5.188	3.760	1.428	0,16	4.883	3.580	1.303	0,15	4.228	3.032	1.196	0,16
Amapá	62	109	-47	-0,27	310	203	107	0,21	124	239	-115	-0,32
Tocantins	572	1.490	-918	-0,45	985	1.394	-409	-0,17	597	1.223	-626	-0,34
Região Norte	8.711	11.127	-2.416	-0,12	9.270	10.231	-961	-0,05	7.224	7.224	0	0,00
Maranhão	8.825	4.163	4.662	0,36	13.849	5.402	8.447	0,44	10.243	5.496	4.747	0,30
Piauí	19.856	7.719	12.137	0,44	17.351	11.278	6.073	0,21	18.092	7.968	10.124	0,39
Ceará	46.550	21.684	24.866	0,36	30.680	30.472	208	0,00	21.555	18.416	3.139	0,08
Rio Grande do Norte	11.084	9.316	1.768	0,09	8.431	9.763	-1.332	-0,07	4.687	7.125	-2.438	-0,21
Paraíba	26.726	13.900	12.826	0,32	22.045	16.565	5.480	0,14	14.085	12.536	1.549	0,06
Pernambuco	75.284	37.681	37.603	0,33	52.851	30.259	22.592	0,27	31.287	23.111	8.176	0,15
Alagoas	21.026	9.839	11.187	0,36	21.774	9.981	11.793	0,37	11.764	7.637	4.127	0,21
Sergipe	5.378	5.981	-603	-0,05	6.773	4.195	2.578	0,24	4.454	3.985	469	0,06
Bahia	121.759	45.948	75.811	0,45	120.760	61.370	59.390	0,33	82.549	48.048	34.501	0,26
Região Nordeste	336.488	156.231	180.257	0,37	294.514	179.285	115.229	0,24	198.716	134.322	64.394	0,19
Minas Gerais	58.923	71.542	-12.619	-0,10	38.656	78.421	-39.765	-0,34	34.631	49.484	-14.853	-0,18
Espírito Santo	2.509	5.795	-3.286	-0,40	3.320	5.154	-1.834	-0,22	2.179	4.039	-1.860	-0,30
Rio de Janeiro	21.744	16.969	4.775	0,12	15.353	19.549	-4.196	-0,12	17.170	17.102	68	0,00
Região Sudeste	83.176	94.306	-11.130	-0,06	57.329	103.124	-45.795	-0,29	53.980	70.625	-16.645	-0,13
Paraná	23.202	40.332	-17.130	-0,27	16.506	40.347	-23.841	-0,42	11.796	29.335	-17.539	-0,43
Santa Catarina	3.185	11.167	-7.982	-0,56	4.518	12.835	-8.317	-0,48	5.591	13.564	-7.973	-0,42
Rio Grande do Sul	5.645	8.406	-2.761	-0,20	6.443	9.954	-3.511	-0,04	6.658	6.886	-228	-0,02
Região Sul	32.032	59.905	-27.873	-0,30	27.467	60.136	-32.669	-0,37	24.045	49.785	-25.740	-0,35
Mato Grosso do Sul	3.584	10.372	-6.788	-0,49	3.548	7.565	-4.017	-0,36	2.521	6.427	-3.906	-0,44
Mato Grosso	2.310	7.228	-4.918	-0,52	2.924	4.428	-1.504	-0,20	1.767	3.645	-1.878	-0,35
Goiás	3.099	8.633	-5.534	-0,47	4.421	9.194	-4.773	-0,35	3.682	7.593	-3.911	-0,35
Distrito Federal	3.552	4.150	-598	-0,08	3.180	4.832	-1.652	-0,21	4.488	5.504	-1.016	-0,10
Região Centro-Oeste	12.545	30.383	-17.838	-0,42	14.073	26.019	-11.946	-0,30	12.458	23.169	-10.711	-0,30
TOTAL	472.952	351.952	121.000	0,15	402.653	378.795	23.858	0,03	296.423	285.125	11.298	0,02

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

A redução no saldo migratório interestadual da Sede da RMSP para 11.298 pessoas, no último período, esconde detalhes sobre algumas permanências, tais como as perdas

populacionais em relação às Grandes Regiões, exceto a Região Nordeste, com saldo migratório positivo, em 64.394 pessoas, e a Região Norte, com saldo migratório nulo. Algumas mudanças em relação aos volumes de imigrantes, principalmente de nordestinos, mineiros e paranaenses, que diminuíram bastante e, em relação aos emigrantes, que se deslocaram para o Paraná, Minas Gerais e Pernambuco que tiveram uma queda em seus volumes significativa.

Em termos relativos de participação dos municípios metropolitanos na imigração da RMSP pouca coisa mudou, apesar da queda nos volumes da imigração nos últimos três períodos. Todos os municípios tiveram praticamente as mesmas perdas relativas, comparativamente ao primeiro período. Na Tabela 3.14 são apresentados os volumes de imigração e emigração interestadual, de data-fixa, dos municípios da RMSP, para os períodos de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.

TABELA 3.14 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) **INTERESTADUAL** quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, **RMSP**, 1986/2010 (1)

Nome do Município	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Arujá	1.518	581	937	0,45	2.286	663	1.624	0,55	1.165	973	192	0,09
Barueri	10.813	1.316	9.497	0,78	12.251	5.143	7.108	0,41	7.631	4.882	2.749	0,22
Biritiba-Mirim	654	-	654	1,00	591	36	555	0,88	111	107	3	0,02
Caieiras	1.400	289	1.111	0,66	2.719	865	1.854	0,52	1.917	874	1.043	0,37
Cajamar	1.791	312	1.479	0,70	3.220	688	2.532	0,65	3.152	816	2.336	0,59
Carapicuíba	17.956	2.848	15.107	0,73	15.196	6.233	8.963	0,42	9.363	5.130	4.233	0,29
Cotia	5.986	1.322	4.663	0,64	6.816	2.180	4.636	0,52	6.281	2.520	3.761	0,43
Diadema	25.833	5.048	20.785	0,67	15.938	13.438	2.499	0,09	13.038	8.190	4.848	0,23
Embu	10.886	1.193	9.693	0,80	9.388	3.344	6.044	0,47	6.495	3.679	2.816	0,28
Embu-Guaçu	2.176	171	2.005	0,85	1.172	672	500	0,27	919	366	553	0,43
Ferraz de Vasconcelos	6.459	580	5.879	0,84	5.502	2.526	2.976	0,37	3.501	1.776	1.725	0,33
Francisco Morato	5.196	637	4.559	0,78	6.783	2.584	4.198	0,45	3.587	2.115	1.472	0,26
Franco da Rocha	3.572	499	3.073	0,75	3.747	2.503	1.245	0,20	2.193	1.136	1.058	0,32
Guararema	698	223	475	0,52	809	368	441	0,38	617	304	312	0,34
Guarulhos	53.579	10.211	43.369	0,68	51.036	28.308	22.728	0,29	30.405	20.582	9.824	0,19
Itapeerica da Serra	5.556	923	4.633	0,72	5.990	2.417	3.574	0,43	3.249	2.252	997	0,18
Itapevi	5.886	563	5.323	0,83	7.636	2.518	5.118	0,50	5.097	2.409	2.688	0,36
Itaquaquecetuba	13.352	950	12.403	0,87	12.285	4.276	8.009	0,48	6.924	4.349	2.575	0,23
Jandira	3.201	575	2.627	0,70	5.400	1.561	3.838	0,55	3.639	1.522	2.117	0,41
Juquitiba	1.094	220	873	0,66	834	636	198	0,13	479	443	36	0,04
Mairiporã	1.804	146	1.657	0,85	2.776	554	2.223	0,67	1.249	574	675	0,37
Mauá	18.216	4.319	13.897	0,62	14.640	9.930	4.711	0,19	9.357	7.205	2.152	0,13
Mogi das Cruzes	9.005	3.291	5.714	0,46	8.553	4.795	3.759	0,28	5.641	3.941	1.700	0,18
Osasco	31.542	9.105	22.437	0,55	29.958	18.460	11.498	0,24	15.877	13.602	2.275	0,08
Pirapora do Bom Jesus	452	87	365	0,68	617	238	379	0,44	304	74	230	0,61
Poá	3.217	406	2.810	0,78	1.912	1.044	868	0,29	1.689	1.405	283	0,09
Ribeirão Pires	3.642	684	2.957	0,68	2.143	2.058	85	0,02	1.694	1.087	607	0,22
Rio Grande da Serra	1.920	135	1.785	0,87	1.373	883	490	0,22	819	568	251	0,18
Salesópolis	73	59	14	0,10	226	81	145	0,47	48	98	-49	-0,34
Santa Isabel	1.500	332	1.169	0,64	1.288	289	999	0,63	1.073	522	551	0,35
Santana de Parnaíba	2.066	89	1.977	0,92	3.793	1.075	2.718	0,56	3.698	1.310	2.389	0,48
Santo André	23.817	10.053	13.764	0,41	17.980	13.938	4.041	0,13	13.666	12.459	1.207	0,05
São Bernardo do Campo	30.648	11.431	19.217	0,46	25.094	20.103	4.991	0,11	20.046	14.659	5.387	0,16
São Caetano do Sul	5.172	2.648	2.524	0,32	3.043	2.734	308	0,05	3.140	2.750	390	0,07
São Lourenço da Serra	-	-	-	-	489	185	305	0,45	219	60	159	0,57
São Paulo	472.954	351.953	121.000	0,15	402.651	378.793	23.859	0,03	296.424	285.126	11.299	0,02
Suzano	9.286	1.567	7.719	0,71	7.121	4.008	3.113	0,28	4.527	3.865	661	0,08
Taboão da Serra	9.440	1.556	7.884	0,72	8.728	3.962	4.766	0,38	6.857	3.841	3.016	0,28
Vargem Grande Paulista	652	98	554	0,74	1.133	335	798	0,54	797	588	209	0,15
TOTAL	803.011	426.422	376.589	0,31	703.118	544.426	158.692	0,13	496.887	418.159	78.728	0,09

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Nota: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado.

A emigração teve um comportamento diferente, apesar de manter praticamente o mesmo volume do primeiro período, pois vários municípios ganharam mais peso relativo na emigração da RMSP, ao passo que a sua Sede reduziu sua participação de 83% para 68%, entre o primeiro e o último período, além de sofrer uma redução em termos absolutos de

351.953 para 285.126 emigrantes. Municípios como Diadema, Guarulhos, Mauá, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo, que foram o berço da migração do Entorno da RMSP, desde meados do século passado, além de ganharem mais peso relativo na emigração, também aumentaram consideravelmente o volume de emigrantes, demonstrando que também não tem mais aquela capacidade de retenção de população que outrora registrava. São cidades com características parecidas, com um parque industrial forte e economias bem desenvolvidas, mas que também padecem das mesmas dificuldades e condições desfavoráveis que eram apenas encontradas na Capital paulista.

São esses mesmos municípios, conforme descritos acima, que também perdem muita população para os municípios do Interior do Estado de São Paulo, conforme pode ser visto na Tabela 3.15, que apresenta as informações sobre a emigração e imigração intraestadual estabelecida entre os municípios da RMSP e os municípios do Interior³².

TABELA 3.15 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) **INTRAESTADUAL** quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, **RMSP**, 1986/2010 (1) (2)

Nome do Município	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Arujá	594	706	-	112 - 0,09	1.074	753	321	0,18	586	829	-	244 - 0,17
Barueri	2.134	1.468	666	0,18	2.506	3.102	-	596 - 0,11	2.145	2.695	-	551 - 0,11
Biritiba-Mirim	456	244	212	0,30	915	281	634	0,53	260	86	174	0,50
Caieiras	526	427	99	0,10	859	937	-	79 - 0,04	602	1.026	-	424 - 0,26
Cajamar	450	748	-	297 - 0,25	1.090	833	257	0,13	978	1.003	-	25 - 0,01
Carapicuíba	2.932	2.636	296	0,05	4.017	6.589	-	2.571 - 0,24	1.616	3.979	-	2.363 - 0,42
Cotia	2.009	1.374	635	0,19	2.284	2.089	195	0,04	2.086	2.416	-	330 - 0,07
Diadema	1.978	4.652	-	2.674 - 0,40	5.186	8.123	-	2.937 - 0,22	1.843	5.473	-	3.631 - 0,50
Embu	1.824	556	1.267	0,53	2.238	1.875	363	0,09	942	1.419	-	477 - 0,20
Embu-Guaçu	605	338	267	0,28	1.021	648	373	0,22	564	524	40	0,04
Ferraz de Vasconcelos	726	478	248	0,21	1.259	1.293	-	34 - 0,01	833	1.037	-	204 - 0,11
Francisco Morato	1.738	974	764	0,28	2.521	2.165	356	0,08	769	1.458	-	688 - 0,31
Franco da Rocha	2.490	1.064	1.426	0,40	2.041	1.876	164	0,04	1.136	2.094	-	958 - 0,30
Guararema	903	559	344	0,24	697	812	-	115 - 0,08	418	586	-	168 - 0,17
Guarulhos	8.344	8.623	-	279 - 0,02	10.453	17.472	-	7.018 - 0,25	6.273	14.971	-	8.698 - 0,41
Itapeerica da Serra	1.317	827	490	0,23	2.293	1.537	756	0,20	600	1.403	-	803 - 0,40
Itapevi	1.721	1.235	487	0,16	1.717	2.207	-	490 - 0,12	1.422	2.229	-	807 - 0,22
Itaquaquecetuba	1.679	1.048	630	0,23	3.293	2.330	963	0,17	1.176	2.391	-	1.214 - 0,34
Jandira	1.054	560	494	0,31	923	1.471	-	548 - 0,23	522	1.315	-	793 - 0,43
Juquitiba	312	368	-	56 - 0,08	696	733	-	36 - 0,03	218	620	-	402 - 0,48
Mairiporã	560	566	-	5 - 0,00	819	1.602	-	783 - 0,32	866	823	44	0,03
Mauá	2.620	3.502	-	882 - 0,14	3.688	7.212	-	3.525 - 0,32	1.764	5.386	-	3.621 - 0,51
Mogi das Cruzes	3.932	3.912	20	0,00	4.533	3.994	538	0,06	3.714	3.925	-	211 - 0,03
Osasco	5.276	10.445	-	5.168 - 0,33	6.852	16.519	-	9.666 - 0,41	3.452	10.512	-	7.060 - 0,51
Pirapora do Bom Jesus	263	94	169	0,47	319	122	197	0,45	180	204	-	24 - 0,06
Poá	740	611	129	0,10	892	874	18	0,01	319	598	-	280 - 0,31
Ribeirão Pires	799	1.087	-	289 - 0,15	1.115	2.356	-	1.241 - 0,36	501	1.672	-	1.171 - 0,54
Rio Grande da Serra	1.000	315	685	0,52	630	549	81	0,07	328	266	62	0,10
Salesópolis	383	302	82	0,12	311	244	67	0,12	272	134	138	0,34
Santa Isabel	1.310	986	324	0,14	756	875	-	119 - 0,07	753	724	30	0,02
Santana de Parnaíba	570	137	434	0,61	1.378	509	869	0,46	1.024	1.043	-	18 - 0,01
Santo André	5.794	15.181	-	9.387 - 0,45	6.906	24.389	-	17.483 - 0,56	5.281	13.839	-	8.558 - 0,45
São Bernardo do Campo	5.972	13.857	-	7.885 - 0,40	7.914	18.736	-	10.822 - 0,41	5.345	15.932	-	10.586 - 0,50
São Caetano do Sul	1.810	3.506	-	1.697 - 0,32	1.645	5.622	-	3.977 - 0,55	1.605	3.419	-	1.814 - 0,36
São Lourenço da Serra	-	-	-	-	215	221	-	6 - 0,01	141	288	-	146 - 0,34
São Paulo	64.427	295.759	-	231.333 - 0,64	81.183	320.796	-	239.613 - 0,60	65.212	243.999	-	178.787 - 0,58
Suzano	2.455	1.817	639	0,15	3.194	3.264	-	70 - 0,01	1.839	3.281	-	1.442 - 0,28
Taboão da Serra	1.955	1.331	624	0,19	2.009	2.496	-	488 - 0,11	1.586	2.136	-	551 - 0,15
Vargem Grande Paulista	782	435	347	0,28	695	792	-	97 - 0,07	657	649	8	0,01
TOTAL	134.441	382.728	-	248.287 - 0,48	172.134	468.296	-	296.162 - 0,46	119.828	356.383	-	236.555 - 0,50

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Exclusive migração intrametropolitana.

Entre o primeiro período e o último há uma inversão de posições, pois os municípios do Entorno passam a receber, em termos absolutos e relativos, menos imigrantes interioranos paulistas que a Sede, ao mesmo tempo em que aumenta a participação absoluta e relativa do

³² Exclusive migração intrametropolitana.

Entorno na emigração da RMSP. Se entre 1986/1991 havia 13 municípios com saldos migratórios negativos, demonstrando uma certa saturação nessa modalidade migratória e direção, no período 2005/2010, 32 dos 39 municípios da RMSP passam a perder população para o Interior, com os 7 demais municípios registrando saldos migratórios praticamente nulos.

Esse quadro de perdas populacionais da RMSP só não piora, pois a emigração da RMSP sofreu um arrefecimento no último quinquênio analisado, fruto até de uma menor pressão demográfica, pois na migração há um processo de causa e efeito bem nítido, dado que a própria imigração alimenta parte da emigração da região tempos depois. Com os volumes de imigração diminuindo sistematicamente, parte da emigração derivada da imigração, muito conectada ao migrante de retorno, acaba por diminuir naturalmente.

Depois do município de São Paulo, quem mais perde população para o Interior são os municípios de São Bernardo do Campo, Guarulhos, Santo André e Osasco. Exatamente parte dos municípios que também registraram aumentos na emigração para outras Unidades da Federação.

Segundo Araújo (2001), a RMSP passa de uma área predominantemente industrial na década de 1970, para um locus de intensas transformações estruturais econômicas nas décadas seguintes e, mais precisamente na década de 1990, se consolida como uma metrópole de serviços – de serviços produtivos e de tecnologia, produzindo impactos e implicações na vida da metrópole e do Brasil.

A dinâmica socioeconômica de outros pólos e regiões têm ligação direta com as transformações e reversões que estão ainda ocorrendo com a Região Metropolitana de São Paulo. Conforme apontando por Dedecca, et al. (2009), ocorreram grandes mudanças e transformações sociais e econômicas no interior do Estado de São Paulo, que estão contribuindo para esse novo arranjo. São esses novos processos históricos, sociais e econômicos na RMSP, potencializados pelos processos de crescimento econômico e social pulverizados do interior do Estado e de outras regiões nacionais que estão condicionando as migrações na esfera metropolitana e do próprio interior paulista.

Para concluir a análise, as informações sobre as trocas intrametropolitanas da RMSP e do município de São Paulo serão levantadas e interpretadas, procurando fechar o quadro analítico, que foi iniciado com a migração num nível mais geral e abrangente, no nível nacional e com várias modalidades migratórias, para chegarmos aqui no nível intrametropolitano e de seus municípios.

Na Tabela 3.16, com dados sobre a migração intrametropolitana da RMSP, percebe-se que o município de São Paulo apresenta um aumento relativo e absoluto no número de imigrantes entre o primeiro e o terceiro períodos, com sua participação relativa na imigração

intra-metropolitana aumentando de 4% para 9%, ou seja, aumentou de 19.975 imigrantes, entre 1986/1991, para 41.876, no último período, apesar da manutenção praticamente do mesmo volume de imigrantes entre um período e outro na região. O município de São Paulo é o que mais contribui com a emigração no contexto metropolitano, com 245.784 emigrantes, de um total de 470.595 emigrantes³³, no último período, mas sua participação relativa na região caiu de 62% para 52%.

TABELA 3.16 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) **INTRAMETROPOLITANA** quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, **RMSP**, 1986/2010 (1)

Nome do Município	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Arujá	5.599	1.093	4.506	0,67	9.308	3.271	6.037	0,48	5.918	3.211	2.708	0,30
Barueri	16.170	4.736	11.435	0,55	17.289	10.008	7.281	0,27	12.709	12.166	543	0,02
Biritiba-Mirim	2.184	666	1.518	0,53	2.235	935	1.300	0,41	1.828	726	1.102	0,43
Caieiras	4.148	936	3.212	0,63	10.982	1.417	9.565	0,77	8.055	2.101	5.954	0,59
Cajamar	1.415	964	451	0,19	3.748	1.260	2.488	0,50	3.936	1.383	2.553	0,48
Carapicuíba	23.605	8.491	15.115	0,47	20.384	15.384	4.999	0,14	14.707	10.814	3.893	0,15
Cotia	12.510	2.503	10.006	0,67	16.030	4.565	11.464	0,56	18.112	5.583	12.529	0,53
Diadema	16.792	10.659	6.132	0,22	17.091	16.836	255	0,01	15.540	11.970	3.570	0,13
Embu	13.881	3.180	10.701	0,63	13.230	6.752	6.478	0,32	11.924	5.526	6.398	0,37
Embu-Guaçu	4.667	636	4.030	0,76	4.074	1.080	2.994	0,58	4.340	798	3.542	0,69
Ferraz de Vasconcelos	15.406	2.300	13.106	0,74	18.719	5.207	13.513	0,56	11.585	4.256	7.329	0,46
Francisco Morato	14.499	911	13.587	0,88	12.800	2.946	9.854	0,63	9.879	2.861	7.018	0,55
Franco da Rocha	8.271	2.148	6.123	0,59	9.768	3.185	6.583	0,51	8.257	2.744	5.513	0,50
Guararema	1.083	541	542	0,33	1.971	691	1.280	0,48	1.155	608	547	0,31
Guarulhos	52.594	10.809	41.785	0,66	65.373	20.835	44.538	0,52	39.708	15.672	24.035	0,43
Itapeerica da Serra	7.339	1.409	5.931	0,68	12.941	2.284	10.657	0,70	8.367	3.280	5.087	0,44
Itapevi	12.235	3.557	8.678	0,55	17.853	4.740	13.113	0,58	13.156	4.814	8.341	0,46
Itaquaquecetuba	29.661	3.022	26.639	0,82	35.789	7.417	28.371	0,66	24.667	6.680	17.987	0,57
Jandira	6.290	2.694	3.596	0,40	9.666	4.353	5.313	0,38	9.415	4.211	5.204	0,38
Juquitiba	1.803	674	1.129	0,46	1.686	637	1.049	0,45	1.956	1.001	955	0,32
Mairiporã	3.770	566	3.203	0,74	6.050	1.095	4.955	0,69	6.152	1.218	4.934	0,67
Mauá	19.762	7.549	12.214	0,45	19.964	10.863	9.101	0,30	12.100	10.988	1.112	0,05
Mogi das Cruzes	13.092	5.306	7.786	0,42	17.217	6.492	10.726	0,45	16.412	5.912	10.499	0,47
Osasco	17.710	28.448	- 10.739	- 0,23	29.141	34.244	- 5.103	- 0,08	21.348	23.042	- 1.694	- 0,04
Pirapora do Bom Jesus	1.506	219	1.286	0,75	1.376	206	1.170	0,74	1.516	311	1.205	0,66
Poá	9.576	3.076	6.501	0,51	10.444	4.654	5.790	0,38	7.092	4.241	2.851	0,25
Ribeirão Pires	8.388	2.724	5.664	0,51	7.877	5.106	2.771	0,21	6.153	4.854	1.300	0,12
Rio Grande da Serra	2.720	1.045	1.675	0,44	2.661	1.712	949	0,22	1.940	1.591	349	0,10
Salesópolis	793	274	519	0,49	1.150	800	350	0,18	533	425	108	0,11
Santa Isabel	3.071	713	2.358	0,62	3.475	1.021	2.453	0,55	2.886	961	1.924	0,50
Santana de Parnaíba	5.755	709	5.046	0,78	14.476	1.664	12.812	0,79	12.835	2.321	10.514	0,69
Santo André	27.253	23.138	4.114	0,08	30.344	30.841	- 498	- 0,01	29.266	22.263	7.003	0,14
São Bernardo do Campo	33.590	17.724	15.866	0,31	43.333	19.706	23.627	0,37	33.994	21.669	12.324	0,22
São Caetano do Sul	8.706	12.551	- 3.845	- 0,18	11.174	14.445	- 3.272	- 0,13	12.118	10.252	1.866	0,08
São Lourenço da Serra (2)					884	377	508	0,40	1.260	447	814	0,48
São Paulo	19.975	288.273	- 268.298	- 0,87	42.319	322.628	- 280.309	- 0,77	41.876	245.784	- 203.908	- 0,71
Suzano	19.455	4.645	14.809	0,61	24.839	8.258	16.581	0,50	15.411	7.998	7.413	0,32
Taboão da Serra	16.267	4.121	12.147	0,60	15.086	7.289	7.797	0,35	18.043	5.331	12.712	0,54
Vargem Grande Paulista	1.685	214	1.472	0,78	3.153	694	2.459	0,64	4.445	581	3.865	0,77
TOTAL	463.226	463.226			585.899	585.899			470.595	470.595		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Município instalado depois do Censo Demográfico 1991.

Com a redução da emigração do município de São Paulo no último período, muitos municípios da região passam a receber, proporcionalmente, menos migrantes intra-metropolitanos, mas Guarulhos é o município que registra a maior queda no volume de imigrantes, saindo de 52.594 para 39.708 imigrantes. Carapicuíba e Mauá também registram perdas importantes nos volumes de imigrantes. No sentido inverso, Santana de Parnaíba e

³³ Deste total de 470.595 migrantes intra-metropolitanos quinquenais de 2005/2010, 28,6% são naturais de outras Unidades da Federação ou país estrangeiro, totalizando 134.518 migrantes e 71,4% naturais do próprio Estado de São Paulo. Os migrantes de retorno municipal chegam a 10,4% do total de migrantes intra-metropolitanos, ou seja, 48.829 migrantes, sendo 72,9% que se dirigiram da Capital ou de alguma cidade do Entorno para alguma cidade do Entorno (local de nascimento) e 27,1% de alguma cidade do Entorno para a Capital (local de nascimento).

Cotia apresentam aumentos nos volumes de imigrantes e saldos migratórios intrametropolitanos positivos acima de 10 mil pessoas no último quinquênio, confirmando processos que foram observados já na década de 1980.

A capacidade endógena da Região Metropolitana de São Paulo na mobilidade espacial da população supera outras modalidades migratórias para esta mesma região, em ambas as condições migratórias (imigração e emigração). Isto quer dizer que o volume de migração intrametropolitana da RMSP, no último quinquênio, é superior aos volumes observados para esta mesma região em relação à migração intraestadual, intrarregional e interregional, só sendo superada pelos volumes de imigração interestadual. Muito desta capacidade endógena da RMSP é potencializada através das demais modalidades migratórias, com os migrantes fazendo múltiplas etapas migratórias até encontrarem um lugar que consigam ser inseridos e integrados.

Na Tabela 3.17, com dados de migração intrametropolitana do município de São Paulo, é possível observar que o município perde população para todos os municípios do Entorno da RMSP nos três períodos consecutivos, apesar da perda de ímpeto da emigração intrametropolitana paulistana.

TABELA 3.17 - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) **INTRAMETROPOLITANO** quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, **município de São Paulo**, 1986/2010 (1)

Nome do Município	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Arujá	151	3.852	- 3.701	- 0,92	377	4.060	- 3.684	- 0,83	538	2.794	- 2.256	- 0,68
Barueri	346	4.652	- 4.306	- 0,86	593	5.627	- 5.034	- 0,81	798	4.516	- 3.718	- 0,70
Biritiba-Mirim	-	721	- 721	- 1,00	53	737	- 684	- 0,87	39	560	- 521	- 0,87
Caieiras	146	3.299	- 3.153	- 0,92	364	8.265	- 7.901	- 0,92	412	5.776	- 5.364	- 0,87
Cajamar	45	781	- 737	- 0,89	163	2.352	- 2.190	- 0,87	276	1.974	- 1.699	- 0,75
Carapicuíba	564	10.628	- 10.064	- 0,90	1.110	7.195	- 6.085	- 0,73	1.065	5.875	- 4.810	- 0,69
Cotia	438	10.252	- 9.813	- 0,92	875	11.927	- 11.052	- 0,86	990	11.084	- 10.094	- 0,84
Diadema	562	11.919	- 11.357	- 0,91	2.173	11.639	- 9.467	- 0,69	1.870	9.955	- 8.085	- 0,68
Embu	578	10.610	- 10.032	- 0,90	1.018	8.570	- 7.551	- 0,79	874	8.637	- 7.763	- 0,82
Embu-Guaçu	265	4.317	- 4.052	- 0,88	301	3.224	- 2.923	- 0,83	244	3.672	- 3.428	- 0,88
Ferraz de Vasconcelos	256	13.829	- 13.573	- 0,96	1.032	15.525	- 14.493	- 0,88	583	9.391	- 8.808	- 0,88
Francisco Morato	143	11.754	- 11.611	- 0,98	525	9.721	- 9.196	- 0,90	444	7.142	- 6.698	- 0,88
Franco da Rocha	360	6.170	- 5.811	- 0,89	493	6.645	- 6.152	- 0,86	254	5.579	- 5.324	- 0,91
Guararema	109	572	- 462	- 0,68	123	1.225	- 1.103	- 0,82	189	620	- 431	- 0,53
Guarulhos	2.524	48.841	- 46.318	- 0,90	6.340	59.111	- 52.771	- 0,81	5.326	34.586	- 29.260	- 0,73
Itapeçica da Serra	308	5.827	- 5.519	- 0,90	561	9.677	- 9.116	- 0,89	932	6.032	- 5.100	- 0,73
Itapevi	318	5.171	- 4.853	- 0,88	268	6.457	- 6.189	- 0,92	385	4.101	- 3.716	- 0,83
Itaquaquecetuba	369	24.056	- 23.687	- 0,97	1.431	25.844	- 24.413	- 0,90	1.028	15.560	- 14.532	- 0,88
Jandira	63	2.078	- 2.015	- 0,94	204	2.763	- 2.559	- 0,86	243	2.160	- 1.917	- 0,80
Juquitiba	127	1.375	- 1.248	- 0,83	104	991	- 887	- 0,81	116	1.092	- 976	- 0,81
Mairiporã	180	3.040	- 2.860	- 0,89	339	5.183	- 4.844	- 0,88	476	5.303	- 4.827	- 0,84
Mauá	506	8.293	- 7.787	- 0,88	1.097	6.402	- 5.305	- 0,71	1.096	4.441	- 3.345	- 0,60
Mogi das Cruzes	899	8.374	- 7.474	- 0,81	1.341	9.633	- 8.292	- 0,76	1.640	8.181	- 6.541	- 0,67
Osasco	2.373	12.941	- 10.568	- 0,69	5.082	19.194	- 14.112	- 0,58	4.462	15.039	- 10.577	- 0,54
Pirapora do Bom Jesus	17	293	- 276	- 0,89	65	297	- 232	- 0,64	57	278	- 221	- 0,66
Poá	322	6.627	- 6.305	- 0,91	477	6.224	- 5.747	- 0,86	195	3.699	- 3.504	- 0,90
Ribeirão Pires	171	2.062	- 1.891	- 0,85	342	1.330	- 988	- 0,59	600	1.097	- 496	- 0,29
Rio Grande da Serra	-	749	- 749	- 1,00	73	435	- 362	- 0,71	103	511	- 407	- 0,66
Salesópolis	-	160	- 160	- 1,00	49	272	- 224	- 0,70	-	149	- 149	- 1,00
Santa Isabel	100	2.163	- 2.063	- 0,91	87	1.611	- 1.524	- 0,90	175	1.143	- 968	- 0,73
Santana de Parnaíba	21	3.531	- 3.510	- 0,99	155	6.963	- 6.809	- 0,96	520	6.015	- 5.495	- 0,84
Santo André	3.005	11.942	- 8.938	- 0,60	4.953	12.437	- 7.485	- 0,43	5.191	11.684	- 6.493	- 0,38
São Bernardo do Campo	2.067	16.020	- 13.953	- 0,77	4.331	18.200	- 13.868	- 0,62	4.755	15.905	- 11.150	- 0,54
São Caetano do Sul	1.426	4.481	- 3.055	- 0,52	2.642	5.707	- 3.065	- 0,37	3.028	6.800	- 3.772	- 0,38
São Lourenço da Serra (2)	-	-	-	-	42	435	- 393	- 0,82	49	495	- 446	- 0,82
Suzano	640	12.036	- 11.396	- 0,90	893	13.517	- 12.624	- 0,88	1.358	7.570	- 6.212	- 0,70
Taboão da Serra	577	13.842	- 13.265	- 0,92	2.116	11.597	- 9.481	- 0,69	1.541	14.330	- 12.789	- 0,81
Vargem Grande Paulista	-	1.015	- 1.015	- 1,00	131	1.636	- 1.505	- 0,85	22	2.038	- 2.017	- 0,98
TOTAL	19.975	288.273	- 268.298	- 0,87	42.319	322.628	- 280.309	- 0,77	41.876	245.784	- 203.908	- 0,71

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Município instalado depois do Censo Demográfico 1991.

São Paulo continua perdendo muita população para o Entorno da RMSP. O saldo migratório negativo diminuiu no último período, entre 2005 e 2010, para 203.908 pessoas, mas em termos de volume este valor é superior à população existente em 23 cidades metropolitanas (IBGE, 2014).

Além disto, apenas quatro municípios (Santo André, São Bernardo do Campo, Guarulhos e Osasco), dos 39 existentes, foram responsáveis por enviar 50% dos imigrantes paulistanos no período de 1986/1991 e isto pouco se modificou no último quinquênio, quando este valor passou para 47%. São fluxos migratórios que registram não muito mais do que cinco mil imigrantes, mas tem como resultado um saldo migratório desfavorável para São Paulo em mais de 10 mil pessoas. São Paulo perdeu para o município de Guarulhos, segundo maior município em população no Estado de São Paulo, quase 30 mil pessoas no último quinquênio. Não há muitas alterações significativas na distribuição da emigração e da imigração intrametropolitana do município de São Paulo nos quinquênios analisados.

A migração intrametropolitana da RMSP ainda vive muito em função da polarização de sua Sede, São Paulo, que produz uma matriz migratória diversificada e com muitos municípios brasileiros. Considerando todas as modalidades migratórias, algo em torno de quase 2,9 mil municípios, no último período quinquenal, de um total de 5.565 municípios brasileiros existentes na época do censo demográfico, fizeram trocas migratórias com o município de São Paulo, que vem reduzindo o seu número total de imigrantes e de emigrantes.

Face aos movimentos migratórios produzidos, o município de São Paulo tem funcionado como uma área de transição do migrante para a realização de um novo movimento migratório ou para o Entorno da RMSP ou para o Interior do Estado de São Paulo. Com estes movimentos seguidos o migrante tem aumentado cada vez mais a distância percorrida para alcançar sua meta, encontrando na cidade de São Paulo apenas mais uma etapa necessária para alcançar esse objetivo nessa caminhada.

Outro ponto importante na análise dos processos migratórios atuais é a velocidade como acontecem os deslocamentos e o tempo passado entre a saída e o retorno do migrante ao local de origem. Parece que cinco anos como período de data-fixa para a prospecção da migração interna já não é suficiente para entender os processos que estão ocorrendo. Pela apuração realizada, aproximadamente 3 milhões de pessoas se deslocaram num intervalo inferior a 5 anos, ou seja, fizeram a migração após a data inicial do período e retornaram antes da data de referência do censo demográfico para o mesmo local e assim, não entram nas estatísticas de migrantes de data-fixa. O intervalo de tempo deve ser revisto ou melhor

analisado³⁴, pois está criando um viés indesejável sobre o total de migrantes e o processo migratório.

É importante saber se as relações entre os próprios municípios do Entorno da RMSP também obedece a esta mesma regra hierárquica que acontece entre o município de São Paulo e os municípios médios do Entorno, isto é, como são os processos migratórios entre os municípios do Entorno e em qual estágio cada um se encontra nesse processo migratório redistributivo de população.

Na Tabela 3.17a são mostrados os volumes de imigração, emigração, saldos migratórios e índice de eficácia migratória dos fluxos migratórios entre os municípios do Entorno da RMSP, o que chamo de intraentornometropolitano. Municípios como Barueri, Carapicuíba e Mauá registram quedas absolutas e relativas na imigração intraentornometropolitana e reverterem a situação de um quadro ganhador de população no passado, para um quadro perdedor. Ao contrário, Cotia, Jandira, Mogi das Cruzes e Santana de Parnaíba registram aumentos relativos e ganhos populacionais.

Osasco é o município que mais registra emigrantes nos três períodos analisados, seguido por Santo André, São Bernardo do Campo e Guarulhos. Esses municípios redistribuem parte da população recebida de São Paulo e de outras origens para os municípios vizinhos, num processo parecido com o que aconteceu na Sede da RMSP. Os dados mostram que há um certo esgotamento deste modelo de transferência populacional da Sede para alguns municípios do Entorno, pois estes municípios passam a replicar o mesmo processo para os municípios vizinhos e assim por diante, mas diante das condições nada favoráveis, vê-se que há um limite na ocupação e na retenção desses migrantes nessas cidades, mesmo naquelas consideradas intermediárias.

Os municípios de Itapevi, Itaquaquecetuba e Jandira apresentam um perfil diferente, pois nos três períodos em foco esses municípios registram volumes altos na migração e saldos migratórios positivos, num processo migratório que parece ainda não ter se esgotado. São estes municípios, juntamente com Barueri, Carapicuíba, Cotia, Mauá e Santana de Parnaíba que recebem migrantes das cidades médias do Entorno da RMSP, experimentando a “terceira onda”³⁵ migratória da RMSP, mas agora sem o fôlego migratório de antes e com algumas destas cidades até apresentando saldo migratório negativo no último período. Esse avanço da

³⁴ Talvez a inclusão de dois intervalos de tempo, acrescentando mais um intervalo de um ou dois anos pode minimizar essa questão, pelo menos enquanto esses processos migratórios estiverem acontecendo na velocidade que observamos atualmente.

³⁵ Compreendo e interpreto que na “primeira onda” a concentração da migração e os maiores fluxos migratórios se deram na Sede da RMSP, com fluxos extrametropolitanos e intrametropolitanos. Na “segunda onda” a migração foi em direção ao Entorno, concentrando-se nas cidades grandes como Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema e espalhando-se para as demais da região. Em relação à “terceira onda”, a migração acontece a partir destas grandes cidades para cidades intermediárias, como as citadas acima, a partir de fluxos que têm como origem a Sede da RMSP e a migração extrametropolitana, que circulam antes pelas cidades grandes e depois se deslocam para as cidades intermediárias.

migração para municípios cada vez mais longe da Sede da RMSP e dos municípios de grande porte, que são pólos sub-regionais e concentram muitas atividades produtivas e serviços, acaba contribuindo para o aumento da mobilidade pendular na RMSP, como apontado por Cunha, Stoco e Dota (2013).

Há, ainda, onze municípios do Entorno metropolitano (Biritiba-Mirim, Cajamar, Embu-Guaçu, Guararema, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus, Salesópolis, Santa Isabel, São Lourenço da Serra e Vargem Grande Paulista) que ainda não entraram, de forma contundente, neste processo de trocas migratórias intraentornometropolitanas, cujos valores obtidos nos fluxos ainda são muito residuais e com pouca importância no contexto intrametropolitano.

TABELA 3.17a - Volume de imigração, emigração e saldo migratório (SM) **INTRAENTORNOMETROPOLITANO** quinquenal (data-fixa) e Índice de Eficácia Migratória (IEM), segundo os municípios do Entorno da Região Metropolitana de São Paulo, **Entorno Metropolitano**, 1986/2010 (1)

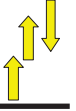
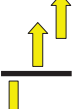
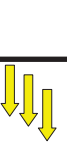
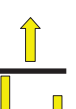
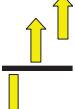
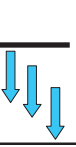
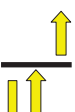
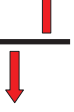
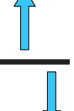
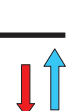
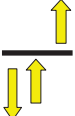
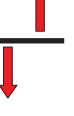
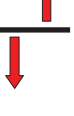
Nome do Município	1986/1991				1995/2000				2005/2010			
	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM	Imigração	Emigração	SM	IEM
Arujá	1.747	942	805	0,30	5.247	2.895	2.353	0,29	3.125	2.673	452	0,08
Barueri	11.518	4.389	7.129	0,45	11.663	9.415	2.248	0,11	8.193	11.368	- 3.175	- 0,16
Biritiba-Mirim	1.463	666	797	0,37	1.498	881	617	0,26	1.268	687	581	0,30
Caieiras	849	790	59	0,04	2.717	1.053	1.664	0,44	2.279	1.689	590	0,15
Cajamar	634	920	- 286	- 0,18	1.395	1.097	298	0,12	1.962	1.107	854	0,28
Carapicuíba	12.978	7.927	5.051	0,24	13.188	14.274	- 1.086	- 0,04	8.832	9.749	- 916	- 0,05
Cotia	2.258	2.065	193	0,04	4.103	3.690	412	0,05	7.028	4.593	2.434	0,21
Diadema	4.873	10.098	- 5.225	- 0,35	5.452	14.664	- 9.212	- 0,46	5.586	10.100	- 4.514	- 0,29
Embu	3.272	2.602	670	0,11	4.660	5.733	- 1.074	- 0,10	3.287	4.652	- 1.365	- 0,17
Embu-Guaçu	350	371	- 21	- 0,03	850	779	71	0,04	668	554	114	0,09
Ferraz de Vasconcelos	1.578	2.044	- 467	- 0,13	3.194	4.175	- 980	- 0,13	2.194	3.673	- 1.479	- 0,25
Francisco Morato	2.744	768	1.976	0,56	3.079	2.422	658	0,12	2.737	2.417	320	0,06
Franco da Rocha	2.101	1.789	312	0,08	3.123	2.692	431	0,07	2.679	2.490	189	0,04
Guararema	511	431	80	0,08	745	568	177	0,13	534	419	116	0,12
Guarulhos	3.753	8.286	- 4.533	- 0,38	6.262	14.496	- 8.233	- 0,40	5.121	10.346	- 5.225	- 0,34
Itapeerica da Serra	1.512	1.100	411	0,16	3.264	1.724	1.541	0,31	2.335	2.347	- 12	- 0,00
Itapevi	7.064	3.239	3.825	0,37	11.396	4.472	6.924	0,44	9.054	4.429	4.625	0,34
Itaquaquecetuba	5.605	2.653	2.952	0,36	9.945	5.987	3.958	0,25	9.107	5.652	3.455	0,23
Jandira	4.211	2.631	1.581	0,23	6.903	4.149	2.754	0,25	7.256	3.968	3.288	0,29
Juquitiba	428	547	- 119	- 0,12	695	533	162	0,13	864	884	- 20	- 0,01
Mairiporã	730	386	343	0,31	866	756	110	0,07	848	742	106	0,07
Mauá	11.469	7.042	4.426	0,24	13.562	9.766	3.796	0,16	7.659	9.892	- 2.233	- 0,13
Mogi das Cruzes	4.719	4.407	312	0,03	7.585	5.151	2.434	0,19	8.231	4.273	3.958	0,32
Osasco	4.768	26.075	- 21.307	- 0,69	9.948	29.163	- 19.215	- 0,49	6.309	18.580	- 12.271	- 0,49
Pirapora do Bom Jesus	1.212	202	1.010	0,71	1.079	141	938	0,77	1.239	254	984	0,66
Poá	2.950	2.754	196	0,03	4.220	4.177	43	0,01	3.393	4.046	- 653	- 0,09
Ribeirão Pires	6.326	2.553	3.773	0,42	6.547	4.763	1.784	0,16	5.057	4.254	803	0,09
Rio Grande da Serra	1.972	1.045	926	0,31	2.226	1.640	586	0,15	1.429	1.488	- 59	- 0,02
Salesópolis	633	274	359	0,40	878	752	126	0,08	384	425	- 41	- 0,05
Santa Isabel	908	613	295	0,19	1.863	934	929	0,33	1.743	786	957	0,38
Santana de Parnaíba	2.224	688	1.536	0,53	7.513	1.510	6.003	0,67	6.821	1.801	5.019	0,58
Santo André	15.310	20.134	- 4.823	- 0,14	17.906	25.888	- 7.982	- 0,18	17.582	17.073	510	0,01
São Bernardo do Campo	17.570	15.658	1.912	0,06	25.133	15.375	9.758	0,24	18.089	16.915	1.174	0,03
São Caetano do Sul	4.225	11.125	- 6.900	- 0,45	5.466	11.803	- 6.337	- 0,37	5.317	7.224	- 1.907	- 0,15
São Lourenço da Serra (2)					450	334	115	0,15	765	398	368	0,32
Suzano	7.418	4.005	3.413	0,30	11.322	7.365	3.957	0,21	7.841	6.640	1.201	0,08
Taboão da Serra	2.426	3.544	- 1.118	- 0,19	3.490	5.173	- 1.683	- 0,19	3.714	3.790	- 77	- 0,01
Vargem Grande Paulista	670	214	457	0,52	1.517	563	954	0,46	2.407	559	1.848	0,62
TOTAL	154.979	154.979			220.953	220.953			182.935	182.935		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 (versão 2), 2000 (versão 2) e 2010 (versão 4). Tabulações do Autor.

Notas: (1) Exclusive Brasil não especificado e ignorado. (2) Município instalado depois do Censo Demográfico 1991.

Depois de ter uma visão ampliada da migração, partindo de um nível mais abrangente e nacional, passando pelas Grandes Regiões, Unidades da Federação e Interior do Estado de São Paulo, além das informações ao nível da RMSP, de seus municípios, o seu Entorno e a Capital, nas mais variadas modalidades migratórias, é possível traçar agora um quadro mais geral dos impactos destes deslocamentos para a RMSP, conforme Quadro 3.1, abaixo.

QUADRO 3.1 - Quadro comparativo dos volumes e saldos migratórios por modalidade migratória e consequências para a RMSP, segundo algumas unidades territoriais selecionadas, 1980/2010

Unidade Territorial	Migração - Comparativo 1970/2010 (Decenal) e 1986/2010 (Quinquenal)							Impactos
	Internacional	Intrametropolitana	Intraestadual	Interestadual				
				Total	Retorno	Intrarregional	Interregional	
 BRASIL		X						- Aumento no número de estrangeiros - Aumento da migração de retorno metropolitana
 REGIÃO NORDESTE		X						- Diminuição na participação relativa de estrangeiros - Arrefecimento na migração interestadual - Diminuição dos saldos migratórios
 REGIÃO SUDESTE		X						- Aumento no número de estrangeiros - Redução do volume de migrantes intrarregionais - Aumento na emigração
 ESTADO DE SÃO PAULO		X						- Diminuição na participação relativa de estrangeiros - Perda de população para o Interior
 REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO								- Desconcentração de estrangeiros para alguns municípios metropolitanos - Aumento na migração redistributiva
 ENTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO								- Redução da participação da Capital na imigração de estrangeiros - Ampliação da migração redistributiva
 SÃO PAULO								- Aumento no número de estrangeiros - Ganhos de população para o Entorno - Redução da migração Interestadual - Aumento da migração de retorno

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Tabulações do Autor.

Nota: (1) setas amarelas correspondem a volumes; setas azuis, a saldos migratórios positivos; setas vermelhas, a saldos migratórios negativos; linhas pretas centrais correspondem aos dados base do primeiro período e referência. (2) Dados da Região Metropolitana de São Paulo, Entorno e Capital se referem aos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, exceto migração internacional, que é decenal.

Agora conhecer um pouco do perfil do imigrante e do emigrante pode trazer mais luz no entendimento da migração e acrescentar mais respostas sobre as mudanças e permanências na migração metropolitana.

3.6.1 Quem entra e quem sai da Região Metropolitana de São Paulo – 2005/2010

De onde e para onde?

O total de municípios envolvidos na contribuição da imigração na Região Metropolitana de São Paulo foi de 2.889 (sendo 2460 municípios de outros estados), ou seja, dos 5565 municípios existentes no Brasil na data de referência do Censo Demográfico 2010, 52% contribuíram com o volume total de imigrantes na RMSP, que chegou a 616.715 pessoas no período 2005/2010 (migrantes interestaduais e intraestaduais, exceto intrametropolitanos).

Os 10 municípios que mais se destacaram e contribuíram em termos de volume na imigração da RMSP estão registrados na Tabela 3.18, para o período de 2005 a 2010, que somados totalizam 13,5% de toda a imigração da RMSP. Dos dez municípios, sete são capitais estaduais e duas são cidades e sedes metropolitanas paulistas, Santos e Campinas. Há uma pulverização na distribuição dos quantitativos de migrantes por município em função do grande número de municípios envolvidos nestes fluxos. Os destaques municipais são Rio de Janeiro e Salvador, com fluxos superiores a 10 mil pessoas no quinquênio.

Tabela 3.18 - Volume de **imigrantes** da RMSP segundo os dez principais municípios de origem - 2005/2010

Municípios de Origem	Unidade da Federação	Total de Imigrantes	(%) do Total de Imigrantes
RIO DE JANEIRO	RJ	16.127	2,6%
SALVADOR	BA	12.817	2,1%
RECIFE	PE	9.117	1,5%
BELO HORIZONTE	MG	7.966	1,3%
SANTOS	SP	6.955	1,1%
CAMPINAS	SP	6.879	1,1%
FORTALEZA	CE	6.189	1,0%
BRASÍLIA	DF	6.113	1,0%
VITÓRIA DA CONQUISTA	BA	5.702	0,9%
MACEIÓ	AL	5.498	0,9%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor.

Na Tabela 3.18a tem-se o espelho da Tabela 3.18, pois apresenta os municípios segundo o município de destino dos imigrantes, mostrando a primazia do município de São Paulo e a concentração de mais de 58% de participação sobre o total da imigração recebida pela RMSP no período de 2005 a 2010.

Tabela 3.18a - Volume de **imigrantes** da RMSP segundo os dez principais municípios de destino - 2005/2010

Municípios de Destino	Unidade da Federação	Total de Imigrantes	(%) do Total de Imigrantes
SÃO PAULO	SP	361.637	58,6%
GUARULHOS	SP	36.678	5,9%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	25.391	4,1%
OSASCO	SP	19.329	3,1%
SANTO ANDRÉ	SP	18.947	3,1%
DIADEMA	SP	14.881	2,4%
MAUÁ	SP	11.121	1,8%
CARAPICUIBA	SP	10.979	1,8%
BARUERI	SP	9.776	1,6%
MOGI DAS CRUZES	SP	9.355	1,5%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor.

São as grandes cidades – mais populosas, que continuam a receber os maiores volumes de imigrantes. Essas dez cidades concentram 84% da imigração na RMSP e os demais 29 municípios recebem os 16% restantes de imigrantes. A imigração ainda é muito concentrada nesses municípios mais dinâmicos economicamente.

Já em relação aos emigrantes, o quadro das cidades da RMSP com os maiores volumes de emigrantes também se caracterizam pelo elevado contingente populacional residindo nelas e por registrarem mudanças econômicas nas últimas décadas, com transformações no sistema produtivo e de serviços, principalmente os municípios da região do ABC e D. O município de São Paulo é o grande destaque, com o maior número de emigrantes na RMSP, registrando 68,3% do volume total de emigrantes no período analisado, conforme pode-se observar na Tabela 3.19.

Esses dez municípios da RMSP são responsáveis por praticamente 90% dos emigrantes da Região Metropolitana de São Paulo. São municípios com características semelhantes e com pólos industriais e de serviços avançados, cujas transformações nas últimas décadas levaram a diminuir a sua capacidade de absorção de migrantes, não obstante continuem a receber um volume considerável de imigrantes.

Tabela 3.19 - Volume de **emigrantes** da RMSP segundo os dez principais municípios de origem - 2005/2010

Municípios de Origem	Unidade da Federação	Total de Emigrantes	(%) do Total de Emigrantes
SÃO PAULO	SP	529.125	68,3%
GUARULHOS	SP	35.553	4,6%
SÃO BERNARDO DO CAMPO	SP	30.590	3,9%
SANTO ANDRÉ	SP	26.298	3,4%
OSASCO	SP	24.114	3,1%
DIADEMA	SP	13.664	1,8%
MAUÁ	SP	12.591	1,6%
CARAPICUIBA	SP	9.109	1,2%
MOGI DAS CRUZES	SP	7.865	1,0%
BARUERI	SP	7.578	1,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor.

Sob a ótica do destino, o total de municípios envolvidos nos fluxos emigratórios da RMSP chega a 3.444. O total de municípios que recebe migrantes que tem como origem a RMSP é superior ao total de municípios que enviam migrantes para a RMSP em mais de 500 municípios. Isto acaba produzindo uma quantidade muito grande de municípios recebendo poucos migrantes metropolitanos e pulverizando a distribuição de migrantes da RMSP pelo Brasil, mas alguns municípios se destacam pelo quantitativo, como os dez apresentados na Tabela 3.19a.

Tabela 3.19a - Volume de **emigrantes** da RMSP segundo os dez principais municípios de destino - 2005/2010

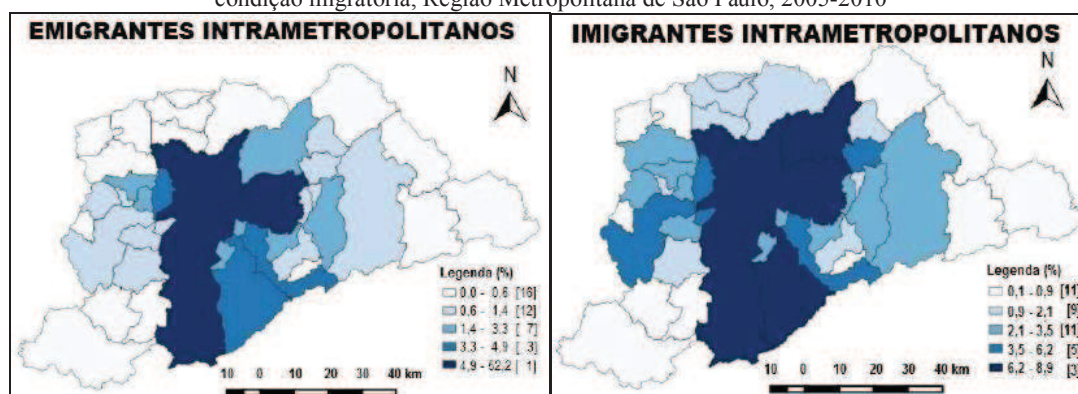
Municípios de Destino	Unidade da Federação	Total de Emigrantes	(%) do Total de Emigrantes
PRAIA GRANDE	SP	20.664	2,7%
SOROCABA	SP	12.694	1,6%
RIO DE JANEIRO	RJ	11.647	1,5%
CAMPINAS	SP	10.431	1,3%
CURITIBA	PR	9.538	1,2%
ITANHAÉM	SP	9.457	1,2%
JUNDIAÍ	SP	8.600	1,1%
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	7.978	1,0%
MONGAGUÁ	SP	7.758	1,0%
INDAIATUBA	SP	7.603	1,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010 - Tabulações do Autor.

Um fato importante e digno de avaliação diz respeito ao principal destino, que fica localizado no litoral paulista, o município de Praia Grande, que recebeu, no quinquênio 2005/2010, 20.664 migrantes metropolitanos. Juntam-se a este município, na lista dos dez mais em termos de volume, outros três municípios litorâneos: Itanhaém, Mongaguá e Rio de Janeiro. Esses dez municípios listados acima correspondem a 13,7% do total de emigrantes da RMSP no período.

Verifica-se que, ao analisarmos espacialmente a distribuição da migração de data-fixa, na Região Metropolitana de São Paulo, sob a ótica das modalidades migratórias (migrantes interestaduais, intraestaduais e intrametropolitanos) e condição migratória (emigrante e imigrante), há ainda uma forte concentração de migrantes no município de São Paulo, mas aspectos importantes podem ser observados e destacados, como os registrados no Mapa 3.1³⁶, onde encontra-se a distribuição percentual dos migrantes intrametropolitanos por município e tipo de migrante, para o quinquênio 2005-2010.

MAPA 3.1 – Distribuição percentual dos migrantes intrametropolitanos de data-fixa quinquenal por município e condição migratória, Região Metropolitana de São Paulo, 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Nota-se que, apesar de aparecerem apenas três municípios (São Paulo, Guarulhos e São Bernardo do Campo, pela ordem de preferência) com as maiores proporções de imigrantes intrametropolitanos no quinquênio 2005-2010 (quinta e última classe na legenda do mapa), com valores entre 6,2% e 8,9%, a distribuição de imigrantes não é muito concentradora. Dado que a origem predominante desta imigração na RMSP é do município de São Paulo para os municípios do Entorno da RMSP. Não há um município que se destaque

³⁶ Para a criação dos intervalos de classe nos mapas apresentados foi utilizado o método das quebras naturais. O método do algoritmo de Jenks (1967) ou método das quebras naturais busca minimizar a variância intraclasses, obtendo-se no agrupamento de dados a menor variação possível ou dados com as mesmas semelhanças entre as observações, e maximizar a variância interclasses, ou seja, entre as diferentes classes, visando obter-se estatisticamente um padrão espacial dos dados analisados, pois o método utiliza a própria distribuição dos dados para determinar os intervalos. Assim obtêm-se classes internamente homogêneas e heterogêneas entre si. A utilização deste método também visa cobrir a primazia do município de São Paulo, que sempre se destaca dos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo em relação ao contingente migratório, como se fosse um “outlier” nos dados, mas este método consegue discriminá-lo com o destaque necessário.

isoladamente na preferência dos migrantes e vários desses municípios recebem pequenas porções desses imigrantes intrametropolitanos.

Há 11 municípios no primeiro intervalo de classe, entre 0,1% e 0,9%. Esses municípios apresentam pouco dinamismo demográfico e econômico e estão localizados nos extremos da RMSP, muito distantes da área central do município pólo, São Paulo. Comparativamente aos municípios mais distantes, os municípios mais próximos da Capital apresentam uma proporção maior de imigrantes e registram um maior dinamismo demográfico e econômico, como os cinco municípios do quarto intervalo de classe, com proporção de imigrantes intrametropolitanos entre 3,5% a 6,2%, que compreende os municípios de Osasco, Itaquaquecetuba, Taboão da Serra, Cotia e Santo André. A maior característica nesse processo migratório é a inexistência de um município fora da capital que catalise, de forma acentuada, a imigração intrametropolitana.

Já em relação aos municípios de origem destes migrantes, ainda no Mapa 3.1, o percentual dos emigrantes intrametropolitanos da RMSP observado para o município de São Paulo corresponde a 52,2% dos emigrantes intrametropolitanos, sendo o principal pólo de evasão de população para os demais municípios da região.

Diferentemente da distribuição dos imigrantes intrametropolitanos, os emigrantes intrametropolitanos de data-fixa quinquenal registram uma forte concentração nas duas classes de menor percentual, com 28 municípios contribuindo com menos de 1,4% da emigração intrametropolitana cada um. O que se vê é que os municípios com forte presença de imigrantes intrametropolitanos acabam respondendo também com muita intensidade pela emigração intrametropolitana.

Conforme Mapa 3.2, em relação aos imigrantes interestaduais de data-fixa quinquenais, também há uma forte concentração de imigrantes interestaduais no município de São Paulo, com 59,7% de toda imigração interestadual do período 2005-2010.

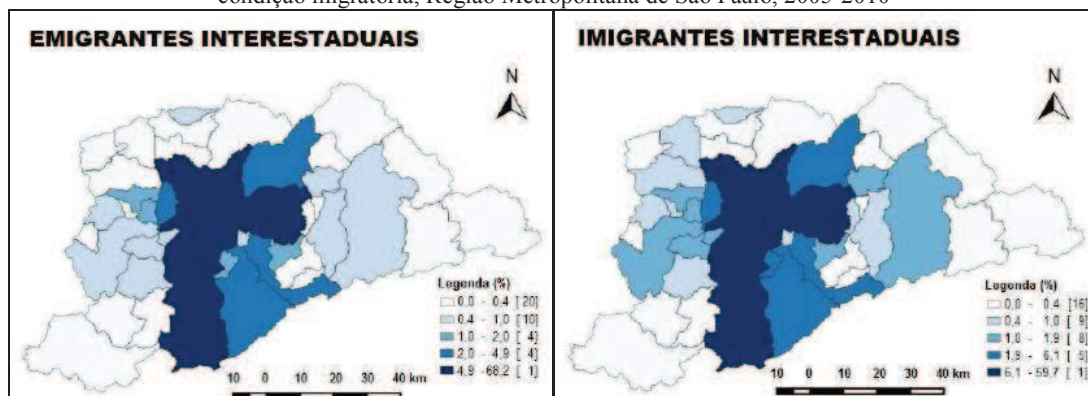
O município de São Paulo é ainda a porta de entrada da imigração interestadual e principal município articulador da migração redistributiva da RMSP. Os municípios do ABC e D (exceto São Caetano do Sul), Guarulhos e Osasco também registram uma proporção de imigrantes interestaduais relevante, com valores entre 1,9% e 6,1% de participação cada um.

Há 16 municípios com pouca participação na imigração interestadual da região, representados pelo primeiro intervalo de classe no mapa, cujos valores não ultrapassam 0,4% cada. São também estes municípios praticamente os mesmos que recebem poucos imigrantes intrametropolitanos e registram pouco fluxo na emigração intrametropolitana.

Quando a análise é sobre os emigrantes interestaduais da RMSP, a distribuição espacial dos emigrantes não difere muito dos emigrantes intraestaduais da região, pois registra 30 municípios com menos de 1% de participação cada um no total da imigração interestadual,

conforme Mapa 3.2. O município de Osasco entra na penúltima classe, juntamente com os municípios de Guarulhos, Santo André e São Bernardo do Campo, devido a sua tradicional migração interestadual, principalmente com a Região Nordeste³⁷.

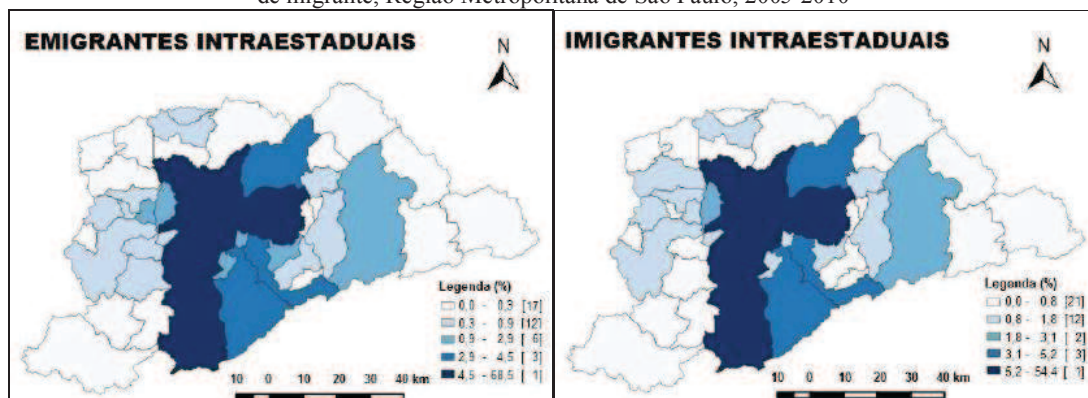
MAPA 3.2 – Distribuição percentual dos migrantes interestaduais de data-fixa quinquenal por município e condição migratória, Região Metropolitana de São Paulo, 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Já os emigrantes intraestaduais da Região Metropolitana de São Paulo estão muito concentrados no município de São Paulo, com 68,5% de participação sobre o total de emigrantes intraestaduais da região, ficando os municípios mais populosos (Guarulhos, São Bernardo do Campo e Santo André) e que também atraem muitos migrantes intraestaduais numa posição secundária em relação à saída de população para o Interior do Estado de São Paulo, conforme Mapa 3.3, indicados pela penúltima classe, com valores entre 2,9% e 4,5% de participação cada um.

MAPA 3.3 – Distribuição percentual dos migrantes intraestaduais de data-fixa quinquenal por município e tipo de migrante, Região Metropolitana de São Paulo, 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Para os imigrantes intraestaduais, praticamente observa-se o mesmo processo descrito para os imigrantes interestaduais, com forte concentração de migrantes no município de São Paulo, com 54,4% de participação no total da imigração intraestadual e, secundariamente,

³⁷ A importância das informações históricas sobre os lugares envolvidos dá uma idéia sobre a força e duração dos fluxos migratórios e sua influência sobre os movimentos presentes e futuros.

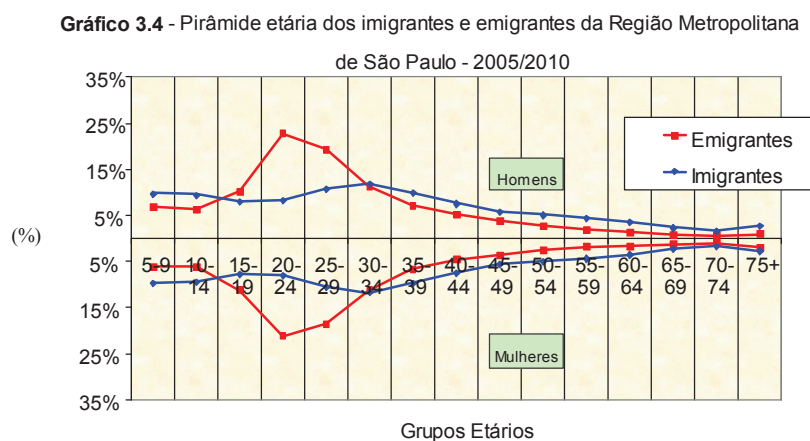
vem a distribuição dos imigrantes intraestaduais nos municípios mais industrializados da região, tais como Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André e Mogi das Cruzes.

Dado que as primeiras duas classes dos imigrantes intraestaduais agrupam 33 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, com baixa participação na imigração, conclui-se que esses municípios não possuem muitos requisitos que os tornem atraentes para os migrantes do Interior do Estado de São Paulo, uma vez que muitos destes municípios da RMSP também apresentam características semelhantes aos municípios do Interior.

Quem Migra ?

A estrutura etária³⁸ da população emigrante da RMSP, considerando a idade média dos migrantes, é mais velha que a dos imigrantes, aparentando uma migração familiar e laboral, com forte concentração de migrantes nos grupos de 15 a 34 anos de idade. A idade média do emigrante da RMSP é de 33 anos.

Por outro lado quem chega na metrópole tem um perfil mais jovem, com uma base da pirâmide mais larga, com mais crianças, conforme Gráfico 3.4. Para os imigrantes o valor modal fica no grupo etário de 30 a 34 anos de idade, para ambos os sexos, enquanto para os emigrantes o valor modal é observado no grupo etário de 20 a 24 anos. A idade média do imigrante é de 29 anos.

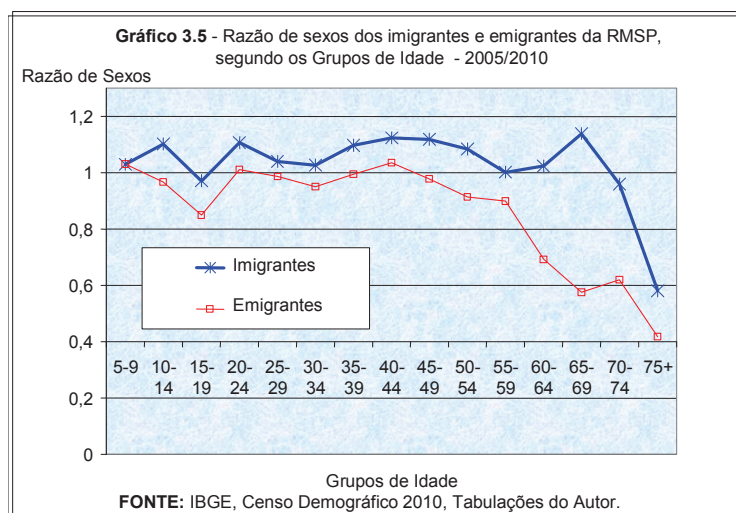


Há uma concentração relativa maior de adultos e idosos no grupo dos imigrantes, mostrando que esse grupo passa por processos diferenciados e distintos no ciclo vital em relação aos emigrantes.

³⁸ O Censo Demográfico capta a idade do migrante na data de referência do censo e não no momento da migração, que pode ter ocorrido, nesta modalidade de data-fixa 2005/2010, num intervalo de até 5 anos - desde o momento da migração até o momento do levantamento da pesquisa.

O que se vê na estrutura etária até o grupo 30-34 anos, mostrado pelo Gráfico 3.4, é uma concentração relativa maior de crianças na imigração, com poucos adolescentes e adultos jovens, comparativamente à estrutura da emigração. Depois dos 34 anos, a estrutura da imigração é mais envelhecida e registra uma proporção maior de idosos na migração. Parece que os dois grupos migrantes vivem momentos diferentes no ciclo vital.

O grupo de imigrantes tem predomínio masculino em quase todos os grupos etários, ao contrário dos emigrantes, em que o predomínio é feminino, conforme pode ser visto na razão de sexos³⁹, no Gráfico 3.5. Há um predomínio de homens jovens de 15 a 19 anos em ambos os fluxos migratórios e o inverso acontece para mulheres adultas jovens de 20 a 24 anos e mulheres adultas de 40 a 44 anos, que prevalecem também em ambos os fluxos. Isto se deve ao aumento da presença feminina nos fluxos migratórios da região. Nas idades mais avançadas há um predomínio geral feminino, como já ocorre na população de uma maneira geral, mas o resultado é mais intenso para a população emigrante.



Em relação à bagagem educacional, há algumas diferenças no perfil educacional entre os dois grupos, pois o grupo de emigrantes da RMSP é mais escolarizado que o grupo de imigrantes. Na Tabela 3.20 constam as proporções de migrantes – imigrantes e emigrantes, imigrantes de retorno estadual e imigrantes da Região Nordeste, por sexo, com 20 anos ou mais de idade, segundo o curso mais elevado que cursou, inclusive para a população total com 20 anos ou mais de idade, tanto da RMSP, quanto da Região Nordeste. Há uma subdivisão dos grupos com informações das participações relativas no analfabetismo funcional e curso

³⁹ Neste caso, a Razão de Sexos ou também chamado Coeficiente de Masculinidade representa o número de homens migrantes para cada grupo de mulheres migrantes, na Região Metropolitana de São Paulo, no período considerado e dentro do mesmo grupo etário analisado.

superior ou mais elevado que frequentou. O corte aos 20 anos de idade objetiva reduzir o efeito da estrutura etária da população no indicador⁴⁰.

Vê-se que o conjunto de emigrantes tem uma parcela bem menor de pessoas sem escolaridade e apresenta, por outro lado, uma maior proporção de pessoas com frequência no ensino médio, superior, mestrado e doutorado, em relação aos imigrantes. Esses diferenciais na educação estão presentes também quando a análise é por sexo, pois as mulheres emigrantes também registram, na média, uma maior escolaridade. O total de analfabetos funcionais, isto é, com menos de 5 anos de estudos, chega a 39% para os imigrantes (homens e mulheres) e na população em geral, enquanto os emigrantes registram 32% (homens e mulheres).

O perfil de escolaridade dos imigrantes da Região Nordeste⁴¹ difere completamente da população da Região Nordeste e da população da RMSP. Apresentam relativamente menos analfabetismo funcional que a população da Região Nordeste, mas superior a RMSP. A proporção de imigrantes da Região Nordeste mais escolarizados, ou seja, com frequência a curso superior ou mais elevado é inferior ao registrado pela população do Nordeste e RMSP. Há uma concentração muito alta de participação de imigrantes nordestinos com primeiro e segundo graus (escolaridade intermediária), isto é, no meio da distribuição de escolaridade, principalmente de mulheres, superando tanto os indicadores do local de origem, quanto do local de destino em termos de participação.

Tabela 3.20 - Proporção da população residente da RMSP e da Região Nordeste e de imigrantes, emigrantes, imigrantes de retorno estadual e imigrantes da Região Nordeste de data fixa da RMSP, com 20 anos ou mais de idade, segundo o curso mais elevado que frequentou - 2010

Curso mais elevado que frequentou	População da RMSP		Imigrantes		Emigrantes		Imigrantes de Retorno Estadual		Imigrantes da Região Nordeste		População da Região Nordeste	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
00- Sem escolaridade	16,9%	18,2%	19,3%	20,7%	10,6%	12,3%	24,6%	24,9%	17,1%	19,3%	20,5%	21,5%
01- Creche, pré-escolar, classe de alfabetização - CA	0,4%	0,3%	0,4%	0,3%	0,5%	0,4%	0,7%	0,4%	0,6%	0,3%	2,2%	1,6%
02- Alfabetização de jovens e adultos	0,8%	0,9%	1,1%	0,9%	0,5%	0,6%	1,3%	1,6%	1,5%	1,1%	2,7%	2,3%
03- Antigo primário (elementar)	5,3%	6,7%	2,0%	2,8%	4,9%	5,3%	1,7%	2,8%	2,0%	2,7%	5,8%	5,7%
04- Antigo ginásio (médio 1º ciclo)	1,8%	2,1%	0,5%	0,7%	1,3%	1,6%	0,7%	1,0%	0,3%	0,3%	0,8%	0,9%
05- Fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano)	7,7%	7,6%	10,2%	7,6%	8,2%	7,0%	8,4%	6,9%	14,0%	10,4%	15,2%	12,2%
06- Fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano)	5,2%	4,8%	6,3%	4,7%	6,1%	5,3%	5,3%	3,8%	8,6%	6,2%	7,8%	7,0%
Analfabetismo Funcional (itens 00 a 06)	38,1%	40,5%	39,8%	37,7%	32,0%	32,5%	42,7%	41,3%	44,2%	40,4%	55,0%	51,3%
07- Fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano)	14,7%	13,1%	18,1%	14,9%	18,3%	16,1%	14,8%	13,5%	23,7%	19,8%	14,8%	13,7%
08- Supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau	3,0%	2,7%	3,0%	2,5%	2,6%	2,0%	1,9%	2,9%	3,7%	2,9%	1,7%	1,6%
09- Antigo científico, clássico, etc.....(médio 2º ciclo)	1,1%	1,4%	0,3%	0,4%	1,0%	1,3%	0,5%	0,5%	0,1%	0,1%	0,8%	1,0%
10- Regular ou supletivo do ensino médio ou do 2º grau	26,4%	25,5%	23,1%	26,9%	27,0%	29,2%	19,8%	22,2%	24,7%	31,8%	22,0%	24,5%
Escolaridade intermediária (itens 07 a 10)	45,2%	42,7%	44,6%	44,7%	48,9%	48,6%	37,1%	39,1%	52,2%	54,7%	39,3%	40,8%
11- Superior de graduação	13,9%	14,1%	11,5%	13,3%	14,9%	15,1%	14,5%	14,9%	2,6%	3,6%	4,7%	6,3%
12- Especialização de nível superior (mínimo de 360 horas)	1,9%	2,0%	2,8%	3,2%	2,7%	2,7%	3,9%	3,2%	0,7%	0,9%	0,7%	1,3%
13- Mestrado	0,7%	0,5%	0,9%	0,8%	1,0%	0,8%	1,1%	1,5%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
14- Doutorado	0,3%	0,2%	0,4%	0,3%	0,5%	0,3%	0,7%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Superior ou mais elevado (itens 11 a 14)	16,7%	16,8%	15,6%	17,6%	19,1%	18,9%	20,3%	19,6%	3,6%	4,9%	5,8%	7,9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010 (versão 4), Tabulações do Autor.

⁴⁰ Também não se leva em consideração na análise que o imigrante pode ter frequentado escola no local de destino após a sua chegada.

⁴¹ Do total de 344.135 imigrantes interestadual da Região Nordeste que se deslocaram para a RMSP, 257.067 tinham 20 anos ou mais de idade, o que corresponde a 52% do total de imigrantes vindos dessa região, sendo 129.921 homens e 127.146 mulheres.

Os imigrantes apresentam duas características distintas e importantes, comparativamente a população de 20 anos ou mais de idade da RMSP, pois as proporções de menos escolarizados (com frequência no ensino fundamental ou menos) e mais escolarizados (com frequência na especialização, mestrado ou doutorado) são superiores às proporções registradas pela população que vive na RMSP. Existe uma forte imigração de pessoas altamente qualificadas, ao mesmo tempo em que esses fluxos migratórios trazem muitas pessoas com qualificação inferior à média da população da RMSP.

Exatamente esta nova conjuntura, ligada à nova divisão social do trabalho (nacional e internacional) (SANTOS, 2006), que conduz a população migrante, mais qualificada, para os grandes centros urbanos e também a redistribui para outros centros importantes do país. Essas novas lógicas do mercado de trabalho acabam mudando, mesmo que lentamente, o perfil migratório da RMSP, trazendo novos tipos de migrantes, inclusive migrantes internacionais.

A proporção de emigrantes altamente qualificados é bem superior à da população residente, mas a RMSP também perde pessoas com um perfil de melhor frequência escolar, pois a proporção daqueles com frequência no curso superior ou graduação também é mais elevada no grupo de emigrantes. Assim, a RMSP perde, proporcionalmente, mais pessoas qualificadas e recebe um conjunto menos qualificado, mas que também registra um contingente de pessoas altamente qualificadas nos fluxos.

Em relação aos imigrantes de retorno estadual há uma clara divisão e forte concentração nos grupos extremos de escolaridade, pois mais de 24% dos homens e mulheres com 20 anos ou mais de idade não têm escolaridade e, do outro lado, encontramos 20% dos retornados com frequência a curso superior ou mais elevado. Isto revela o contraste entre este grupo de imigrantes de retorno, os imigrantes e emigrantes. Parte considerável desta migração, mais qualificada, é resultado, em função da idade média observada, de fluxos migratórios de estudantes universitários recém formados retornando à Unidade da Federação de nascimento e procurando uma inserção no mercado de trabalho metropolitano mais qualificado (Tabela 3.21). A inserção destes imigrantes nas atividades jurídicas, de saúde e hospitalares é bem significativa. A parte menos escolarizada dos retornados trabalha mais especificamente no comércio em geral, construção civil, restaurantes e serviços domésticos, que são atividades que não exigem muito conhecimento ou alto grau de especialização. Somente 58% dos imigrantes deste grupo estão ocupados, ao passo que no grupo mais escolarizado 81% encontram-se ocupados.

Em relação à ocupação no trabalho⁴² há diferenciais notáveis entre os migrantes interestaduais e intraestaduais e entre imigrantes e emigrantes, bem como em relação aos migrantes de retorno e a população da RMSP em geral, conforme dados apresentados na Tabela 3.21, segundo os grandes grupos de ocupação, de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) vigente. Este resultado é fortemente influenciado por aspectos demográficos⁴³, sociais e econômicos conjunturais e estruturais, tanto na área de origem, como na área de destino.

Um dos aspectos que chama a atenção nessa tabela é a disparidade entre os resultados do grupo de “Trabalhadores Agropecuários, Florestais, Caça e Pesca”, que registra, naturalmente, uma parcela reduzidíssima para os imigrantes interestaduais, com 0,4%, equivalente à população da RMSP de 10 anos ou mais de idade ocupada, mas em relação aos emigrantes interestaduais esse valor supera 5,4% e é ainda maior para os emigrantes de retorno interestaduais, com 8,3%. Para os migrantes intraestaduais, a proporção dos trabalhadores neste grupo de trabalho é pequena e gira em torno de 1%.

TABELA 3.21 - Percentual da população da RMSP e de migrantes interestaduais e intraestaduais de data-fixa (2005-2010) ocupados, de 10 anos ou mais de idade, segundo a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) por Grande Grupos, total e proporção de ocupados, Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Grandes Grupos de Ocupação	RMSP	Migrantes Interestaduais				Migrantes Intraestaduais	
	População Ocupada	Imigrantes	Emigrantes	Emigrantes de retorno	Imigrantes de retorno	Imigrantes	Emigrantes
MEMBROS DAS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS E BOMBEIROS	0,2%	0,2%	0,5%	0,4%	0,1%	0,6%	0,5%
MEMBROS SUPERIORES DO PODER PÚBLICO, DIRIGENTES DE ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO E DE EMPRESAS,	5,3%	3,5%	7,3%	5,6%	6,1%	6,8%	7,0%
PROFISSIONAIS DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES	13,7%	10,5%	12,8%	9,2%	15,5%	28,1%	14,6%
TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO	7,9%	4,8%	7,0%	5,0%	6,3%	10,5%	8,5%
TRABALHADORES DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	10,4%	7,0%	5,7%	4,5%	7,8%	8,8%	7,1%
TRABALHADORES DOS SERVIÇOS, VENDEDORES DO COMÉRCIO EM LOJAS E MERCADOS	18,6%	21,2%	17,5%	19,1%	20,9%	13,2%	16,8%
TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS, FLORESTAIS, CAÇA E PESCA	0,3%	0,4%	5,4%	8,3%	0,4%	0,6%	1,6%
TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	10,8%	13,9%	12,1%	13,5%	11,2%	7,1%	12,3%
TRABALHADORES DA PRODUÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	8,5%	5,4%	7,8%	9,5%	5,5%	4,3%	8,0%
TRABALHADORES DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO	15,3%	25,7%	16,7%	19,8%	17,7%	9,9%	15,2%
OCUPAÇÕES MAL DEFINIDAS	9,0%	7,6%	7,2%	5,1%	8,5%	10,1%	8,5%
TOTAL PERCENTUAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
TOTAL	9.479.401	286.674	193.210	81.800	43.871	70.104	162.126
PROPORÇÃO DE OCUPADOS	55,8%	61,7%	51,9%	52,8%	57,5%	62,2%	49,5%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Os imigrantes de retorno interestadual registram um perfil de ocupação muito parecido com o da população da RMSP, cabendo destacar que o percentual de profissionais de

⁴² Refere-se ao trabalho único ou principal que a pessoa tinha na semana de referência do Censo Demográfico de 2010 (semana de 25 a 31 de julho de 2010), cujo quesito foi aplicado a todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade. A proporção de ocupados se dá pela divisão do total da população efetivamente ocupada de 10 anos ou mais de idade, pelo total geral da população de 10 anos ou mais de idade.

⁴³ Sabe-se que a estrutura etária da população estudada é determinante na apuração das informações sobre ocupação no trabalho, pois a existência de uma estrutura com forte concentração de jovens e idosos pode interferir nos resultados apurados, além do que a rigidez com que se proíbe o trabalho infantil é diferentemente aplicada, dependendo da localidade, da existência ou não de oferta de mão-de-obra, da atividade econômica predominante na região, da existência de políticas públicas, das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, da taxa de desemprego e da cultura local. Os resultados aqui apresentados têm por objetivo principal verificar em quais grupos ocupacionais os migrantes estão se inserindo no mercado de trabalho e os diferenciais em relação a cada tipo de migrante.

nível superior nessa imigração é levemente superior ao encontrado nos trabalhadores deste grupo na região.

Outro ponto se refere à proporção de ocupados na população de 10 anos ou mais de idade, com o menor valor para os emigrantes intraestaduais, ou seja, 49,5%, com a população não ocupada superando o total de população ocupada no local de destino⁴⁴. No lado oposto temos os imigrantes intraestaduais que registram a melhor inserção no mercado de trabalho dentro da Região Metropolitana de São Paulo, com 62,2% de pessoas ocupadas.

A decisão de migrar do Interior do Estado de São Paulo para a RMSP, pelos números apurados, está muito condicionada a uma melhor inserção da população migrante no mercado de trabalho metropolitano e até a garantia prévia de emprego, com melhores ganhos salariais e em posições hierárquicas superiores, pois é alto o percentual de pessoas inseridas nos grupos de ocupação de nível superior (profissionais das ciências e das artes), das forças armadas e policiais, dirigentes e técnico de nível médio.

Ao mesmo tempo verifica-se que o percentual de imigrantes intraestaduais, nas posições de ocupação (trabalhadores da produção e da reparação), onde os ganhos salariais são inferiores aos dos grupos mais qualificado, são menores que os registrados pela população da RMSP de uma maneira geral, indicando uma maior dificuldade de permanência deste tipo de profissional, dado que os ganhos muitas vezes são insuficientes para se manter na região, a não ser quando há a ajuda das redes sociais, de parentesco ou de amizade ou compartilhamento de despesas de manutenção com algum outro membro (migrante ou não) ou indicando também que este tipo de perfil de migrante está se reduzindo nos fluxos da imigração intraestadual mais recentemente.

Os fluxos de imigrantes interestaduais registram um volume considerável de pessoas que acabam trabalhando com reparo e manutenção, 25,7% e no comércio e serviços, com 21,2%, indicando forte concentração de trabalhadores migrantes nestes dois grupos ocupacionais. Estes dois grupos de ocupação desenvolvem atividades ligadas aos serviços domésticos, limpeza, carregadores, cozinheiros, ambulantes, lixeiros e auxiliares em geral, cujas atividades estão no grupo de reparo e manutenção, e nas atividades de vendas, hotelaria, bares, restaurantes e outros serviços, para o grupo comércio e serviços. Depreende-se dessas observações que há, predominantemente, uma imigração mais qualificada oriunda do Interior do Estado de São Paulo e uma imigração menos qualificada vindo de outros Estados, principalmente da Região Nordeste, que visam preencher as vagas oferecidas e o quadro de ocupação que a Região Metropolitana de São Paulo propicia à população e aos migrantes de

⁴⁴ Tal resultado pode ser motivado pela decisão de migrar para o Interior e as amenidades que estes locais podem propiciar, especialmente para a parcela da população que se aposenta e prefere se deslocar para cidades praianas ou mais tranquilas, com menor contingente populacional.

uma maneira geral. Parecem ser uma imigração especializada, em ambos os casos, que visam preencher uma demanda da metrópole em termos de oferta de emprego.

Tanto na emigração interestadual, quanto na emigração intraestadual, os percentuais de migrantes na ocupação de dirigentes, gerentes, militares, oficiais e membros das forças armadas são superiores aos registrados pela população ocupada da RMSP, de 10 anos ou mais de idade, demonstrando um alto trânsito desses profissionais para outros Estados e para o Interior do Estado de São Paulo, em função das características do trabalho desenvolvido por estes profissionais, que permite os deslocamentos com uma maior facilidade e atendendo interesses econômicos (dirigentes) ou público (oficiais).

O rendimento mensal total médio dos imigrantes, apontado na Tabela 3.21a, é de 2,73 salários mínimos e o rendimento dos emigrantes, no local de destino, corresponde a 92% desse valor. É importante observar que os dados aqui apresentados correspondem aos valores nominais apurados⁴⁵, sem contudo ter ocorrido uma padronização, visando retirar os efeitos da estrutura etária ou outra variável dependente, tal como raça ou cor ou o próprio local de destino, por exemplo. Como apontado por Barros et al. (2007), apesar da queda no grau de segmentação geográfica (entre diversas unidades territoriais), há ainda elevadas desigualdades de rendimentos do trabalho entre regiões, diferenciais por gênero e o grau de segmentação formal-informal. Essa informação nos induz a acreditar que essa melhora, mesmo pequena, nas desigualdades também esteja contribuindo para diminuir a mobilidade espacial da população.

Tabela 3.21a - Rendimento mensal total em número de salários mínimos e diferencial, por sexo, segundo a condição migratória e nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade - Região Metropolitana de São Paulo - Julho/2010

Condição Migratória	Nível de Instrução	Sexo			Diferencial por Sexo (Mulheres/Homens)
		Total	Homens	Mulheres	
Imigrantes	1- Sem instrução e fundamental incompleto	1,18	1,29	1,06	82%
	2- Fundamental completo e médio incompleto	1,28	1,75	0,84	48%
	3- Médio completo e superior incompleto	2,14	2,94	1,51	51%
	4- Superior completo	10,30	14,05	7,21	51%
	5- Não determinado	1,37	1,72	1,03	60%
	Total	2,73	3,43	2,06	60%
Emigrantes	1- Sem instrução e fundamental incompleto	0,90	1,16	0,59	50%
	2- Fundamental completo e médio incompleto	1,31	1,68	0,94	56%
	3- Médio completo e superior incompleto	2,41	3,42	1,46	43%
	4- Superior completo	9,26	12,28	6,17	50%
	5- Não determinado	0,96	1,25	0,67	54%
	Total	2,51	3,32	1,66	50%
Diferencial Total por Condição Migratória (Emigrantes/Imigrantes)		92%	97%	81%	

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010, Tabulações Especiais do Autor.

⁴⁵ Era de se esperar, em face de uma maior escolaridade dos emigrantes, que o rendimento deste grupo fosse maior, mas como alertado acima, a estrutura etária, a localização e outros fatores podem ser determinantes na definição do rendimento mensal e haveria a necessidade de uma padronização para retirar esses efeitos sobre a renda.

Apesar disto, verifica-se, nos dados analisados, que existem diferenciais em relação ao sexo, nível de instrução e condição migratória. Os homens, independentemente da condição migratória, têm um rendimento mensal total bem superior aos das mulheres. As mulheres recebem entre 50 e 60% do que recebem os homens.

Em relação à condição migratória, prevalece que os imigrantes recebem valores superiores, mas não tão discrepantes como os resultados com diferenciais por sexo.

À medida que aumenta o nível de instrução, tantos os imigrantes, quanto os emigrantes têm aumentos consideráveis nos rendimentos mensais. Os migrantes com nível superior apresentam os maiores rendimentos, mas na média este contingente corresponde a apenas 15% do total de migrantes com 10 anos ou mais de idade.

Visando contribuir com o conhecimento ampliado sobre a população migrante da RMSP avaliou-se, também, os dados de rendimento sob a ótica de raça ou cor, conforme Tabela 3.22. Quando o rendimento mensal total é observado pela ótica da raça ou cor, os diferenciais aparecem, prevalecendo os melhores ganhos para a raça ou cor amarela, seguido pela branca. Os demais diferenciais são os mesmos que apresentados para o nível de instrução e só é notável os ganhos superiores das mulheres indígenas.

Tabela 3.22 - Rendimento mensal total em número de salários mínimos e diferencial, por sexo, segundo a condição migratória e raça ou cor, das pessoas de 10 anos ou mais de idade - Região Metropolitana de São Paulo - Julho/2010

Condição Migratória	Raça ou Cor	Sexo			Diferencial por Sexo (Mulheres/Homens)
		Total	Homens	Mulheres	
Imigrantes	1- Branca	3,94	5,05	2,96	59%
	2- Preta	1,68	2,09	1,20	57%
	3- Amarela	5,20	6,68	4,04	61%
	4- Parda	1,28	1,66	0,89	54%
	5- Indígena	1,55	1,62	1,49	92%
Emigrantes	1- Branca	3,27	4,38	2,17	50%
	2- Preta	1,50	1,89	0,98	52%
	3- Amarela	4,21	6,18	2,25	36%
	4- Parda	1,34	1,79	0,83	46%
	5- Indígena	1,40	1,27	1,54	121%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010, Tabulações Especiais do Autor.

O rendimento médio obtido por raça ou cor, também está muito influenciado pelo nível de instrução médio, especialmente dos amarelos na sociedade como um todo, em função de certa homogeneidade neste grupo.

3.7 Considerações

As migrações no Brasil foram sempre marcadas e impulsionadas por grandes mudanças sociais, econômicas e políticas. Em meados do século XX as migrações estão fortemente ligadas à modernização, industrialização e urbanização da sociedade brasileira. A área rural também passava por processos de intensa mecanização das lavouras, principalmente

nos locais onde havia capacidade financeira de investimentos em tecnologias, acabando por diminuir as oportunidades de emprego na área rural. A população da zona rural se deslocava para as regiões mais urbanizadas, centrais, servidas de razoável infraestrutura de serviços e produtos e um mercado de trabalho em constante evolução, com muita oferta de emprego e renda. Com as mudanças e transformações que foram se processando na economia, com o seu desenvolvimento, expansão e a chegada mais intensa de inovações tecnológicas, de telecomunicações e computacionais, principalmente a partir da década de 1980, os grandes centros urbanos passaram a exigir, em alguns setores da economia brasileira, menos mão-de-obra nos seus processos produtivos e alterar o perfil de exigência do trabalhador para algumas atividades que estavam se transformando e para as novas atividades que surgiam dentro deste novo contexto de inovações e integração mundial.

Ao longo destes últimos 40 anos a RMSP passou por diferentes contextos socioeconômicos e muitas mudanças. Esse processo de transformação econômica não é imediatamente compreendido pelo conjunto da população migrante que prevalecia nesses fluxos migratórios em direção à Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, pois esta população continuou a se deslocar para esses centros em transformação durante muito tempo até o fluxo migratório reduzir-se quase que completamente, principalmente em relação ao perfil anteriormente desejado na sociedade de destino, que vai sendo substituído lentamente pelo novo perfil exigido, mais qualificado, com melhor capacitação e com mais escolaridade.

As mudanças na estrutura ocupacional da Região Metropolitana de São Paulo e os avanços tecnológicos nas atividades empresariais trazem também a migração de uma população menos escolarizada, com baixa capacitação e mais pobre, que circular pela região tentando se inserir no mercado de trabalho do município de São Paulo. Dado que o sistema não permite absorver completamente essa população, ela empreende uma nova migração para os municípios do Entorno da região, preferencialmente para municípios pólos sub-regionais ou outro pólo regional, mais desenvolvidos economicamente, e depois, caso encontre a mesma condição adversa nessa nova localidade, nova migração é realizada para municípios do entorno desse pólo sub-regional ou regional, pois esse migrante acaba por entrar na rota de migração redistributiva⁴⁶, isto é, esses migrantes se deslocam até encontrarem um local onde consigam se estabelecer, sempre a partir do pólo central mais dinâmico.

⁴⁶ Essa dinâmica migratória redistributiva e de ocupação, ao longo do tempo, foi criando uma condição inevitável para os moradores e migrantes dos municípios da RMSP: a necessidade de realizar movimentos pendulares para atender principalmente as necessidades de trabalho e estudo. É nesta rota de migração redistributiva que a mobilidade pendular se expande na Região Metropolitana de São Paulo, aumentando os espaços de deslocamentos da população em direção ao trabalho, escola e outras atividades do cotidiano, com rotas muito concentradas de vários municípios para poucos municípios da RMSP, onde há grande concentração das atividades econômicas da região.

Outra parte destes migrantes, que não conseguem uma inserção adequada no local de destino, acaba por realizar a migração de retorno num primeiro, segundo ou terceiro momento de dificuldade nesta trajetória, o que torna a eficácia migratória destes fluxos migratórios muito baixa, principalmente quando as regiões contíguas à região principal de destino são mais homogêneas economicamente e emprega alto grau tecnológico nos processos produtivos e de serviços.

Por outro lado, como a motivação econômica não é a única razão que influencia a decisão de migrar, a emigração na Região Metropolitana de São Paulo passou a registrar aumentos nos volumes, não só por questões ligadas à redistribuição dos migrantes que originariamente buscavam alternativas econômicas na metrópole, mas também por pessoas que viam na migração a oportunidade de “melhorar de vida” (MACIEL, 2012).

Também pode-se dizer que há outros fatores determinantes do aumento da emigração na RMSP e diminuição da imigração, tais como:

a) aspectos econômicos desfavoráveis, como a falta e diminuição de emprego formal, emprego de qualidade e a mudança na estrutura ocupacional da RMSP nas últimas décadas, bem como pela precarização do trabalho e salários, através da terceirização de mão-de-obra, com nivelamento por baixo;

b) mudanças no eixo de desenvolvimento do Brasil, com várias áreas de expansão econômica;

c) políticas públicas sociais, como o Bolsa Família, que acabam diminuindo a pressão sobre a migração das áreas mais pobres em direção aos grandes centros;

d) queda na qualidade de vida da RMSP, com o aumento da violência, excessivo tempo gasto nos deslocamentos cotidianos e custos de moradia;

e) mudanças na valoração dos aspectos ligados à família, amigos e lugar de nascimento, pois os migrantes podem passar momentos de crises com menos dificuldades e com apoio na área de origem;

f) vantagens ligadas a um melhor acesso e atendimento dos serviços públicos de saúde e educação em cidades de menor porte, com uma melhor qualidade que a oferecida medianamente na metrópole;

g) os custos para suportar uma fase, mesmo que de curta duração, de adaptação e inserção no mercado de trabalho na RMSP tem outra dimensão mais recentemente, com custos elevados de moradia, alimentação, transporte e manutenção da vida metropolitana;

h) também pode-se falar de uma mudança nos valores da sociedade que se alteram ao longo do tempo e a uma nova concepção de vida, da organização social, tem a ver com uma mudança na dinâmica das famílias, procurando se adaptar às novas condições sociais e a uma nova realidade social, dentro de um novo modelo de vida que não é o metropolitano ou de

convivência em grandes cidades ou com altíssima concentração populacional, ou seja, valorização de uma vida mais simples, mas confortável e menos estressante, com acesso a bens, serviços e facilidades do mundo contemporâneo. Para parte, mesmo que mínima da população, a migração passa a ser uma resposta à nova realidade nem sempre agradável e justa, cujo objetivo não é primordialmente o de aumento de renda da família, nem a acumulação financeira, mas a melhoria nas condições de vida da família, propiciando viver com mais dignidade e atendendo as suas aspirações básicas.

O que se pode dizer é que a Região Metropolitana de São Paulo, ou mais precisamente o município de São Paulo e depois os dez grandes municípios da região, responsáveis por 90% de toda a migração na região, perderam parcialmente aquela imagem positiva, de luz e de sonhos, de cidades ideais que tiveram entre o pós-Segunda Guerra até os anos de 1970 e 1980.

Através da música popular é possível perceber as mudanças que foram ocorrendo no cotidiano da região, num processo lento e longo, de mudança da realidade, passando do saudosismo, pela tristeza e esperança de transformação de uma região sempre inspiradora e que habita o imaginário do migrante:

a) Saudosa Maloca - “Se o senhor não tá lembrado, dá licença de contá, que acá onde agora está esse adifício arto era uma casa veia, um palacete assobradado”, de Adoniran Barbosa (1951); b) Lampião de Gás - "Lampião de gás, lampião de gás, quantas saudades você me trás [...] Minha São Paulo, calma e serena, que era pequena mas grande demais, agora cresceu, mas tudo morreu, lampião de gás, que saudades me traz.", de Zica Bérgami (1957); c) Trem das onze, de Adoniran Barbosa (1964); d) São São Paulo, de Tom Zé (1968); e) Amanhecendo, de Billy Blanco (1974); f) Grande São Paulo, de Billy Blanco (1974); g) Sampa, de Caetano Veloso (1978); h) Paulicéia Desvairada, do conjunto Made in Brazil (1978); i) São Paulo, de Premeditando o Breque (1984); “São Paulo”, de Juca Novaes e Edu Santana (2000); "Não Existe Amor em SP", de Criolo (2011) .

Em relação a alguns resultados temos que mais da metade dos imigrantes da Região Metropolitana de São Paulo são mulheres, ao passo que em relação aos emigrantes a maioria é de homens. Estes mesmos diferenciais por sexo e condição migratória também são observados em todas as Grandes Regiões, tanto de origem, quanto de destino.

A imigração acontece a partir de um grande número de municípios brasileiros para a Região Metropolitana de São Paulo, ao passo que a emigração é ainda muito concentrada a partir do município sede da Região Metropolitana de São Paulo.

O rendimento médio mensal do imigrante de 10 anos ou mais de idade foi de 2,7 salários mínimos –SM, enquanto que para os emigrantes foi registrado o valor de 2,5 SM. Os

ganhos estão influenciados pelo perfil do migrante, sua educação e local de destino, prevalecendo ganhos baixos em ambos os casos, apesar dos pequenos diferenciais observados.

Parte da emigração metropolitana paulista se dirige para o interior paulista, com fluxo considerável de migração intraestadual para cidades com população acima de 100 mil habitantes, como Indaiatuba, São José dos Campos, Jundiaí, Campinas, Sorocaba e Praia Grande entre outras, além de uma certa preferência por cidades litorâneas paulistas, como Mongaguá e Itanhaém. Permanece o ir e vir da corrente nordestina, mas em menor volume e com algumas mudanças, como a encontrada nos fluxos do Rio Grande do Norte.

Conforme dito anteriormente, os dados mostram que a migração está contribuindo cada vez menos com o crescimento da população metropolitana, refletindo de certa forma, apesar do dinamismo econômico da metrópole, as mudanças econômicas da região, notadamente com a contínua diminuição da participação da indústria e manutenção dos patamares do setor de serviços, decorrentes da reestruturação produtiva e da integração da região na economia global.

A Região Metropolitana de São Paulo não perde totalmente o seu poder de atração, mas também não consegue reter como em décadas passadas. Passadas três décadas de baixíssimo crescimento migratório ela está totalmente dependente da natalidade inercial para crescer. Mas isto não significa que isto é pior para a metrópole, mas apenas uma nova condição de desenvolvimento e de crescimento populacional.

A migração de longa distância e seu histórico anterior perde significado neste contexto metropolitano paulista nos dias atuais. Toma lugar em importância a migração intrametropolitana, além da migração intraestadual, tendo como foco as grandes cidades do Interior do Estado de São Paulo.

No próximo capítulo entra-se no cerne desta tese, buscando-se operacionalizar os espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), utilizando-se a metodologia de Susino (2001, 2003), a partir da qual se obtém os espaços de vida coletivos (SUSINO, 2003), através de uma proxy, isto é, utilizando a pendularidade da população para o trabalho e ou estudo. Então se determina, a partir destes espaços de vida, os espaços da mobilidade intrametropolitana, sua centralidade e os espaços da migração. Os dados principais de trabalho para a operacionalização dos espaços de vida intrametropolitanos são os quesitos censitários de pendularidade, cujos dados estão disponíveis para os Censos Demográficos de 1980, 2000 e 2010⁴⁷. Com a definição dos espaços de vida será possível verificar se a mobilidade espacial da população ocorre com maior intensidade dentro deste espaço ou fora dele, além de se obter o grau como a mobilidade residencial ocorre.

⁴⁷ O Censo Demográfico de 1991, realizado pelo IBGE, não contemplou o movimento pendular.

CAPÍTULO IV

MIGRAÇÃO, MOBILIDADE PENDULAR, ESPAÇO DE VIDA E MOBILIDADE RESIDENCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Através desta análise será possível delimitar o espaço de vida, da população de cada município da Região Metropolitana de São Paulo, o grau de interação entre estes municípios e complementaridade de suas atividades, utilizando como referência dos processos a mobilidade pendular da população, além de avaliar a centralidade do núcleo metropolitano com base nesses deslocamentos. Será possível observar também as tendências e características da mobilidade pendular, bem como a evolução do fenômeno na área metropolitana.

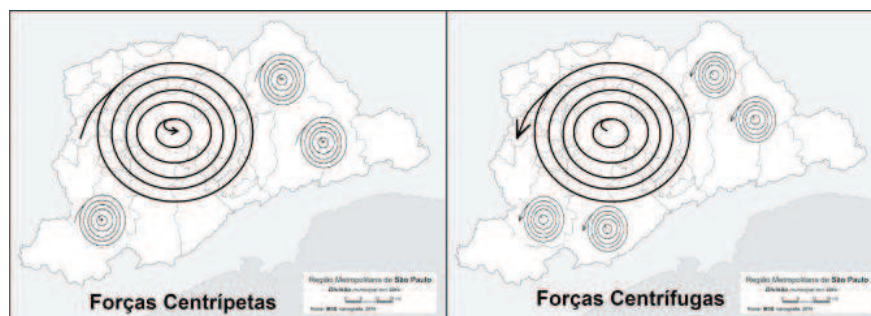
O conceito de espaço de vida, segundo Courgeau (1975, 1980, 1988), é a porção do espaço onde os indivíduos realizam as suas atividades cotidianas. No sentido mais amplo, espaço de vida inclui todos os lugares onde os indivíduos ou grupos se relacionam, executam ou mantêm alguma atividade com regularidade. Mais à frente utilizar-se-á as motivações “deslocamentos para trabalho e ou estudo”, na operacionalização dos espaços de vida, em função destas duas motivações corresponderem a quase totalidade das viagens diárias na Região Metropolitana de São Paulo.

É sabido que nos Espaços de Vida vive-se experiências que vão muito além do trabalho e estudo e, com o recorte reduzido a este dois temas, perde-se parte das relações e vivência da pessoa com um espaço mais rico e ampliado, mas se submete-se à esta limitação por questões metodológicas e de restrições nas fontes de informação. Como colocado por Courgeau, é quase impossível a operacionalização ampla de espaço de vida, mas como sugeriu o próprio autor é possível aplicar o espaço de vida simplificado, numa aproximação da realidade.

A mobilidade pendular definida aqui como o deslocamento de um indivíduo, de seu município de residência habitual para outro município, com a finalidade de trabalhar ou estudar, ancorada nos quesitos dos censos demográficos executados pelo IBGE nos anos de 1970, 1980, 2000 e 2010.

Na Região Metropolitana de São Paulo há dois fortes processos de mobilidade espacial da população, em destaque atualmente e que acontecem ao mesmo tempo e no mesmo espaço. Há um processo centrífugo derivado da migração e mobilidade residencial intrametropolitana e outro centrípeto, condicionado pela mobilidade pendular de sua população, que acaba ganhando mais força à medida que ocorre a expansão da ocupação da área metropolitana.

Quadro 4.1 – Representação das forças centrípetas (movimentos pendulares) e centrífugas (migração e mobilidade residencial) agindo na Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: Elaborado pelo Autor, 2015.

Essas duas principais forças têm como ponto central o município de São Paulo, mas coexistem com processos secundários semelhantes e menos intensos com centralidade em outros municípios da região, que apresentam um mercado de trabalho bem estruturado e diversificado, ou boa infraestrutura educacional, principalmente de nível superior. No Quadro 4.1 está a representação destas forças na Região Metropolitana de São Paulo.

A partir de uma dimensão objetiva pode-se dizer que esses dois processos, que fazem parte de um único processo mais amplo de mobilidade espacial, são indissociáveis e estão intimamente ligados à uma questão estrutural que os condiciona. O mercado de trabalho e o mercado imobiliário são os principais fatores estruturantes desses movimentos¹, mesmo que sejam resultantes de estratégias ligadas aos riscos, incertezas, benefícios, custos, oportunidades, possibilidades potenciais (potencialidades), pressões, incentivos ou constrangimentos sociais ou econômicos. Isto é uma das permanências no processo de mobilidade espacial da população dentro da RMSP, apesar de acontecer numa outra conjuntura e numa nova economia.

As informações sobre a pendularidade serão analisadas e comparadas com a população em idade ativa (PIA)² e a população ocupada (PO), que é o grupo predominante na mobilidade espacial da população, principalmente no que se refere aos deslocamentos motivados pelo trabalho e estudo.

¹ Conquanto exista uma ampla gama de outros fatores, esses dois fatores são centrais na mobilidade espacial da população da Região Metropolitana de São Paulo e ainda respondem por parte significativa dos movimentos populacionais metropolitanos, independentemente do tipo e modalidade migratória.

² Segundo o IBGE (2015), que segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a População em Idade Ativa (PIA) compreende a população economicamente ativa (PEA) e a população não economicamente ativa (Não PEA). A PEA compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada (PO) e a população desocupada (Não PO), assim definidas: população ocupada são aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias) e População Desocupada são aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.). População Não Economicamente Ativa são todas as demais pessoas não classificadas como ocupadas ou desocupadas. Para todos estes conceitos a população considerada é a de 10 anos ou mais de idade.

Como apontado por Delaunay (2007), há uma grande vantagem na análise dos dados sobre mobilidade pendular em relação aos dados de migração e menos limitações analíticas e metodológicas, principalmente quando as fontes de dados são os censos demográficos.

En primer lugar, existe una perfecta sincronización entre las características individuales y la práctica de la movilidad, lo que evita la mayor dificultad del estudio socioeconómico de las migraciones, esto es, un desfase a veces muy grande entre las fechas de la migración y del censo. En el caso de las migraciones cotidianas se describe a las personas en el momento de la práctica, sobre todo su actividad es estrictamente actual. Asimismo, la movilidad se capta plenamente, contrariamente a lo que sucede con los cambios de residencia, de los que parte pasan desapercibidos en los censos. (DELAUNAY, 2007, p. 102).

4.1 Migração e Mobilidade Pendular na Região Metropolitana de São Paulo

Colocada como uma contrapartida da migração intrametropolitana por Cunha (1995), a mobilidade pendular³ na Região Metropolitana de São Paulo é resultado dos diferentes e dissociados padrões de distribuição espacial da população e das atividades econômicas e sociais (CUNHA, 1994), bem como resultado de estratégias pessoais ou familiares visando à melhoria da qualidade de vida ou adequação à uma nova condição social. Estes processos, ao longo das últimas décadas, acabou por impor um enorme aumento nos deslocamentos pendulares de população, principalmente para cumprir as jornadas de trabalho e estudos, resultando na expansão da mobilidade pendular para além e não só no ambiente metropolitano, dando ainda mais importância para esses deslocamentos (OLIVEIRA, 2011) e exigindo um melhor entendimento das conexões existentes entre esta mobilidade pendular e a migração.

Realmente o processo de ocupação da RMSP e expansão do território, no sentido do centro para a periferia, exigiu da população um novo comportamento em sua mobilidade

³ Mobilidade Pendular é um conceito que pode ser assim definido: deslocamentos temporários da população no território, com o objetivo de atender determinada necessidade ou demanda pessoal, que envolve também uma dimensão temporal limitada entre a ida e a volta, geralmente cotidiana, em que elementos como distância, duração, frequência, formas de deslocamento, condições de deslocamentos, segregação socioespacial, custos pessoais e motivações são importantes no entendimento dos deslocamentos e na construção de políticas públicas na área. A mobilidade pendular é um importante termômetro, entre outros, para identificar e determinar as regiões de influência das cidades e os níveis da hierarquia urbana. Na década de 1970, a informação sobre a mobilidade pendular serviu para identificar, delimitar e sugerir as principais aglomerações urbanas e metropolitanas no Brasil (IBGE, 2008), pois a mobilidade pendular constitui a principal característica dinâmica do processo de metropolização (GALVÃO, M.V. et al., 1969).

diária para cumprir com as obrigações de trabalho e ou estudo⁴, em função da grande concentração das atividades econômicas e instituições de ensino na cidade de São Paulo, por exemplo. Principalmente, e inicialmente, de empresas ligadas ao ramo industrial, que detinham muitos postos de trabalho. Então o que se observou, até os anos de 1980, foi uma forte ligação entre a migração que ocorria e a exigência de mobilidade pendular, a partir desta migração, ou seja, como colocado anteriormente, a mobilidade pendular era uma contrapartida da migração (BÓGUS ET AL., 1990; CUNHA, 1994; 1995; CARVALHO; BARRETO, 1998; ANTICO, 2003; 2005; ARANHA, 2005).

Tais movimentos (pendulares) poderiam estar acompanhando um processo mais amplo de redistribuição interna da população, em que a migração intrametropolitana traz implicações decisivas. ANTICO (2005, p. 119).

Com o desenvolvimento econômico e social dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo e com a relativa desconcentração econômica na região desde os anos de 1970 (AZZONI, 1987)⁵, a partir da Capital⁶, com muitos municípios da região apresentando profundas transformações na sua estrutura produtiva e variadas opções de postos de trabalho, nos diversos setores da economia, a mobilidade pendular continuou exigindo da população um esforço adicional, mas agora não tão fortemente condicionada à migração, mas de qualquer forma ainda atrelada à mobilidade do capital e à dificuldade de compatibilizar o local de residência com o local de trabalho. Em função desses processos ocorreu um aumento no volume da mobilidade cotidiana da população, tanto nos deslocamentos para o trabalho, quanto para estudo.

⁴ Segundo a Pesquisa de Mobilidade 2012 da Região Metropolitana de São Paulo (METRÔ, 2013), a proporção foi de 78% dos deslocamentos para esses dois motivos (trabalho e ou estudo). Segundo as Pesquisas Origem Destino 1997 e 2007 da Região Metropolitana de São Paulo (METRÔ, 1998; 2008), os percentuais para esses dois motivos foram, respectivamente, de 75% e 79%. As outras motivações dos deslocamentos cotidianos mencionadas pela população, nessas pesquisas, e que registraram proporções significativas nos três levantamentos aqui citados foram compras, saúde e lazer, com valores para cada um desses motivos, no levantamento de 2012, abaixo de 4,5%. A mobilidade cotidiana da população da Região Metropolitana de São Paulo está muito ligada às questões do trabalho e ou do estudo, apesar destes dois itens não explicarem completamente a mobilidade pendular na região. Os Censos Demográficos brasileiros prospectam a mobilidade pendular exclusivamente entre o domicílio e o local de trabalho ou estudo e o tempo gasto no deslocamento.

⁵ Para Faria (1976, p. 108) a desconcentração das atividades industriais para cidades de menor porte, no Estado de São Paulo, embora de forma embrionária, começou nos anos de 1960, principalmente para as cidades de classe populacional entre 100.000 e 250.000 habitantes. O que se observa é que há um forte debate e muito consenso sobre a desconcentração da economia no Brasil e, principalmente, na RMSP, apesar de perspectivas e modelos interpretativos diferenciados sobre esta questão, tais como: “desconcentração concentrada” (AZZONI, 1987), “reversão da polarização” (RICHARDSON, 1980; KEEN; TOWNROE, 1981), “aglomeração poligonal” (DINIZ, 1993).

⁶ Apesar da ampliação da oferta de infraestrutura, produtos, serviços e emprego em diversos municípios da RMSP, a cidade de São Paulo tem uma centralidade importante nos processos econômicos, demográficos e sociais da metrópole, influenciando para além dos limites metropolitanos e sendo moradia de quase 50% da população da região.

A mobilidade pendular, a partir dos anos 1990, ocorre também independentemente da mudança de residência em relação ao local de trabalho (BAENINGER, 1998)⁷, ou seja, sem que haja necessariamente uma migração, pois há um leque maior de opções e oportunidades de trabalho dentro da região metropolitana, num grupo maior de municípios, e também há um razoável esgotamento da ocupação de áreas centrais adequadas para a moradia no âmbito da RMSP e falta de políticas habitacionais convergentes adequadas, além, é claro, da existência de condições mais favoráveis de transportes e acessibilidade⁸, que facilitam os deslocamentos pendulares, geralmente diários, entre os municípios da região. Essas mudanças também têm a ver com as transformações sociais e culturais e o espaço (GOTTDIENER, 1993)⁹ e com a renovação de valores e aspirações “antimetropolitanas” entre parte significativa da população (MARTINE, 1994). Neste período a queda no crescimento demográfico da RMSP se mantém e ocorre um aumento no volume da mobilidade pendular na região. Segundo Moura, Castello Branco e Firkowski (2005) os deslocamentos pendulares ocorrem entre distâncias cada vez maiores entre a origem e o destino, dado o avanço na ocupação do espaço das aglomerações urbanas¹⁰ e que há seletividade no uso e apropriação do espaço, com segmentação dos locais de moradia e de trabalho. Para as autoras a mobilidade pendular passa a ser o principal indicador do espaço de atividade da comunidade. As autoras discutindo ainda sobre os fatores decisivos associados à pendularidade vão além e colocam para reflexão:

Esses fatores, aliados à “transparência” dos limites municipais, contribuem definitivamente para a extensão territorial das cidades. E, em algumas delas, para o reforço do processo de configuração de aglomerações ou da metropolização. Nesse sentido, a intensificação dos movimentos pendulares remete às considerações feitas por Geddes (1994) quanto à irrelevância dos limites administrativos na

⁷ O aumento dos movimentos pendulares na RMSP acaba por diminuir a migração em sua direção, principalmente de áreas próximas da região, as quais são dotadas de bons meios de transportes e fácil acesso, além de contribuir com a redução da migração intrametropolitana.

⁸ Não há um equilíbrio na acessibilidade entre os diversos municípios, o que ao longo do tempo dificultou a integração de alguns municípios da região, que ficam mais distantes da área central, isolando alguns deles do processo de integração, com fortes impactos econômicos, demográficos e sociais, apesar de ganharem em termos de preservação ambiental e isolamento.

⁹ Segundo Harvey (1980), o espaço é um ambiente construído socialmente, como resultado de relações sociais. As várias forças que atuam sobre o espaço acabam transformando-o e determinando a sua forma, que sempre está em desenvolvimento.

¹⁰ Num estudo para a Grande Londres, na década de 1980, Green et al. (1999) apontam que além deste fator, os deslocamentos dos empregos industriais tradicionais, a mudança na estrutura da população pendular, com o crescimento dos trabalhadores profissionais que executam longas viagens, a flexibilização nas práticas do trabalho, a penetração crescente das tecnologias de comunicação e informação e o aumento no uso do automóvel contribuíram para aumentar a média de distância do local de residência em relação ao local de trabalho. Estes fatores também contribuíram para aumentar a pendularidade intermunicipal na região, em diversas direções e sentidos. Que ao longo do tempo, os aumentos médios agregados no tempo gasto na pendularidade são menores que os na distância. Indicam ainda, que o fator tempo é mais relevante que o fator distância, em relação à percepção da jornada de viagem executada pelo pendular. Esta situação é muito similar à vivida e experimentada pela RMSP.

vida cotidiana metropolitana e a necessidade de sua superação, sob pena de se continuar intervindo no espaço metropolitano de forma fragmentada e não se considerando a totalidade. (MOURA; CATELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 132)

Para Pereira e Herrero (2009), a mobilidade pendular é o elemento central para o entendimento das dinâmicas regionais de integração urbana. Os autores propõem uma tipologia com três tipos de deslocamentos pendulares a partir de três processos sócio-espaciais bem distintos, mas entrelaçados: concentração urbana, saturação urbana e desconcentração produtiva, que condicionam tanto o padrão espacial dos deslocamentos pendulares, quanto o perfil socioeconômico daqueles que realizam estes deslocamentos¹¹. Esta abordagem teórico-metodológica não contempla de forma integral os vários processos sociais que condicionam a mobilidade pendular.

Para Martine (1994, p. 38), “a heterogeneidade da estrutura produtiva, o nível de renda, o grau de desenvolvimento das comunicações e transporte, a diversificação e a especialização do consumo, assim como o nível de cultura tecnológica, são todas precondições para a desconcentração e/ou a desassociação do lugar de trabalho com o de residência”, cujo objetivo é a busca pela qualidade de vida por parte significativa da população.

Vive-se, também, no início do século XXI, um momento de queda nos volumes dos fluxos migratórios de e para a RMSP, com uma tendência de saldos migratórios negativos, principalmente nas trocas intraestaduais e uma rotatividade de migrantes em relação aos fluxos interestaduais, principalmente com os fluxos da Região Nordeste (BAENINGER, 2008). Isto não representa uma quebra com a dinâmica migratória do passado, mas apenas uma evolução no processo migratório.

É neste novo contexto que surge uma “nova” dinâmica de mobilidade espacial da população, onde a migração não é tão necessária, prioritária ou possível e a mobilidade pendular para outro município se torna uma realidade, muitas vezes uma exigência, surgindo dessa nova configuração os locais e espaços onde as pessoas executam suas atividades

¹¹ Para Pereira e Herrero (2009, p. 16), a “concentração urbana caracteriza-se pela intensificação da diferenciação espacial entre áreas residenciais e de trabalho, sendo marcado pela periferização urbana da população, particularmente de baixa renda, e grande centralidade do núcleo urbano via infraestrutura social e urbana e oportunidades de trabalho”. Neste caso os deslocamentos ocorrem no sentido da periferia para o núcleo central da região, com maior peso relativo de pessoas pertencentes à base da pirâmide social. A saturação urbana é marcada pela migração da população de poder socioeconômico maior para regiões menos centrais da região, fugindo da decadência e degradação da área central da região metropolitana. No terceiro tipo, desconcentração produtiva, o nível socioeconômico da população que se desloca é elevado, partindo de cidades não centrais e do centro metropolitano para cidades da região não centrais, ou seja, do entorno para o entorno ou da sede para o entorno. Os autores colocam ainda que, “a complexa realidade que se coloca aponta para o fato de que um determinado fluxo real de deslocamento pendular observado entre dois municípios é resultado da conjugação de diversos processos espaciais e da interação entre eles” (PEREIRA; HERRERO, p. 19).

cotidianas – entre o local de moradia “A” e o local de trabalho “B” (e ou local de estudo “B”), ou seja, criam-se os espaços de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988)¹².

Por outro lado, quando acontece a mudança de residência habitual entre esse mesmo local de moradia “A” para o local de trabalho e ou estudo “B”, também não podemos dizer mais que está acontecendo uma migração como tradicionalmente conhecemos, pois se está falando do mesmo tecido social urbano e, portanto, está ocorrendo apenas uma mobilidade residencial, num ambiente já conhecido, vivenciado, experimentado e do cotidiano da população.

Então, a partir do final do século passado, na RMSP, a mobilidade pendular passa também a ser mais resultado da localização das oportunidades de trabalho e estudo¹³ e não somente derivada da mudança de moradia, como observado de forma intensa na expansão urbana em meados do século passado. Com esta peculiaridade e com o aumento dos fluxos pendulares e novas direções, entre os diversos municípios metropolitanos, aumenta também a complexidade nas interações e a dispersão dos movimentos pendulares.

Para Jardim (2011), a mobilidade pendular está diretamente associada à carência da população e relacionada com os movimentos da economia e da sociedade, que se traduzem em novas modalidades de pendularidade ou de não mobilidade, com forte influência da flexibilização do trabalho e de novas tecnologias informacionais:

Os movimentos pendulares além de constituírem um fenômeno complexo, por se inter-relacionar com os distintos fatores determinantes da mobilidade espacial da população que estão, por sua vez, associados direta e indiretamente a um sistema de carências e de necessidades referidas ao cotidiano da população. (JARDIM, 2011, p. 64).

A mobilidade pendular também é resultado de mudanças na sociedade, tanto no que se refere a incentivos ou constrangimentos, quanto às demandas naturais da população.

¹² Conforme já visto, o conceito de espaço de vida, segundo Courgeau (1975, 1980, 1988), é a porção do espaço onde os indivíduos realizam as suas atividades cotidianas.

¹³ Não se pode deixar de registrar que a mobilidade pendular também tem ligações com outras atividades do cotidiano, como por exemplo as atividades de lazer, culturais, saúde, familiar, compras, bancárias, jurídicas, religiosas e outras de cunho pessoal, mas o trabalho e estudo são atividades mais sistemáticas e diárias, tomando praticamente boa parte do tempo da população envolvida nestes processos de deslocamentos. Não se analisa neste texto o ônus que este tipo de deslocamento pendular pode causar no município de destino, em termos de acréscimo populacional diário ou de pressão por mais infraestrutura, na demanda por equipamentos e serviços de atendimento público, na provável deterioração da qualidade de vida – saúde pública, no impacto sobre o meio ambiente urbano, nem tampouco quanto aos benefícios advindos da circulação de mais pessoas, principalmente no comércio, na dinâmica dos negócios e serviços locais.

4.1.1 Delimitação das Modalidades de Mobilidade

É importante, neste ponto, fazer-se claro sobre as diversas modalidades de mobilidade até agora apresentadas, os seus limites, definições e avanços que faremos nesta discussão na esfera da Região Metropolitana de São Paulo:

- a) Mobilidade Espacial da População;
- b) Migração;
- c) Mobilidade Residencial;
- d) Mobilidade Pendular.

A mobilidade espacial da população é o termo mais geral e amplo empregado sobre qualquer deslocamento populacional, seja ele pendular, migração ou mobilidade residencial, independentemente da distância, da duração do deslocamento e se houve ou não mudança de residência habitual (BILSBORROW, 2011). O termo migração se refere especificamente ao deslocamento populacional que resulta em mudança de residência habitual entre duas unidades político-administrativas, tendo como referência uma data-fixa no tempo¹⁴. Neste caso, na esfera da região metropolitana, empregar-se-á o termo migração quando estas duas unidades político-administrativas não fizerem parte do mesmo espaço de vida da população migrante. A migração supõe, para esta tese, que ocorre uma mudança no espaço de vida da pessoa. Já o termo mobilidade residencial¹⁵ será empregado quando ocorrer um deslocamento populacional, com uma mudança habitual de residência entre duas unidades político-administrativas, contíguas ou não, que fazem parte do mesmo espaço de vida da população¹⁶, independentemente da distância entre as unidades. Este tipo de mobilidade, seguindo o conceito de Courgeau (1975, 1980, 1988), não pode ser considerada migração, em função de não ocorrer uma mudança no espaço de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988) coletivo (SUSINO, 2001, 2003) municipal. Mobilidade pendular se refere ao deslocamento populacional cotidiano, renovável e reversível, entre o local de residência¹⁷ habitual e uma outra localidade qualquer, com o objetivo de atender alguma demanda pessoal, que pode ser uma atividade ligada ao trabalho, estudo, lazer, compras, saúde ou outra atividade qualquer.

¹⁴ Neste caso específico, os dados censitários de data-fixa quinquenais existentes nos três últimos censos brasileiros (1991, 2000 e 2010) serão utilizados para definir os migrantes (Manual VI, Nações Unidas, 1971).

¹⁵ A mobilidade residencial e a decisão de mudar estão muito ligadas às alterações na composição familiar, suas atividades, emprego, aumento de renda, acesso a escolas, comércio.

¹⁶ A mobilidade residencial está ligada aos movimentos de curta distância.....

¹⁷ O local de residência é a base para os deslocamentos pendulares, mesmo para os deslocamentos secundários, a partir de outro município diferente do município de residência. Exemplo: pra uma pessoa que mora em Arujá, trabalha em Guarulhos e estuda em São Paulo, os deslocamentos considerados analiticamente são: Arujá → Guarulhos e Arujá → São Paulo, mesmo que o trajeto real desenvolvido pela pessoa seja Arujá → Guarulhos → São Paulo → Arujá.

Está explícito nesta colocação que há dois deslocamentos, nesta jornada diária, sendo um saindo do local de residência em direção à atividade de trabalho ou estudo e outro deslocamento de retorno à residência, ao final do processo diário. É na mobilidade pendular que reside o verdadeiro ir e vir da população, que acaba criando laços com os lugares e fazendo desses espaços palcos de suas atividades diárias e regulares, onde a motivação principal do deslocamento é apenas o início de um processo mais amplo de relações com o espaço, que se expande na medida em que o tempo vivido nessa condição aumenta¹⁸. Denominar-se-á a população que realiza esses movimentos diários de “pendulares”. A migração, a mobilidade residencial e a mobilidade pendular, juntamente com a disponibilidade de empregos são processos interdependentes (CONGDON, 1983). Essa interdependência torna a análise desses processos ainda mais complexa. Compreender o comportamento tão dinâmico e as interações entre esses movimentos exige muito mais do que dados, exige um olhar individual e global sobre os fenômenos, isto é, uma observação detalhada sobre os resultados agregados que eles produzem, em função de não serem processos mutuamente exclusivos.

Os Censos Demográficos, realizados pelo IBGE¹⁹, e as Pesquisas de Origem Destino, realizadas pelo METRÔ-SP²⁰, são as principais fontes de dados que tratam da mobilidade pendular, no âmbito da RMSP. Apesar de terem objetivos parecidos, a pesquisa do IBGE limita-se a investigar os deslocamentos para o trabalho e estudo, enquanto a Pesquisa de Origem e Destino levanta uma amplitude maior de motivações na pendularidade.

O fenômeno da mobilidade pendular está intimamente ligado ao processo de distribuição espacial da população, que ocorreu ao longo do tempo, aos desmembramentos municipais (com a criação de novos núcleos polarizadores), da oferta de trabalho, sua distribuição e intensidade na região, da infraestrutura viária e de transporte oferecida pelo

¹⁸ A mobilidade pendular pode servir como medida substituta, alternativa ou complementar do movimento migratório (CONGDON, 1983; COURGEAU, 1975, 1980, 1988), na medida em que a população deixa de migrar para o local de trabalho e se desloca diariamente do local de residência para o local de trabalho. A população que realiza o movimento pendular acaba por consumir, gastar ou investir os seus ganhos em ambas as localidades que transita diariamente e acaba criando laços afetivos duradouros. Além disto, com a pendularidade as famílias acabam economizando e maximizando a renda, pois o investimento num processo migratório é muito superior aos gastos com a pendularidade, que no caso dos movimentos realizados a trabalho no emprego formal, geralmente, é subsidiado pelo empregador.

¹⁹ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE investigou a mobilidade pendular nos Censos Demográficos de 1970, 1980, 2000 e 2010, através do questionário da amostra. No Censo Demográfico de 1991 tal investigação não foi realizada. Ao longo do tempo a pesquisa do IBGE teve sempre um foco específico na pendularidade intermunicipal, mas no último Censo Demográfico 2010 ampliou a questão sobre a pendularidade intramunicipal.

²⁰ O METRÔ-SP investiga a mobilidade pendular através da Pesquisa Origem Destino (O/D), restrita à Região Metropolitana de São Paulo, desde 1967. A empresa repetiu a pesquisa nos anos de 1977, 1987, 1997, 2007 e 2012. Nesta última alterou o nome da pesquisa para Pesquisa de Mobilidade. A Pesquisa O/D é realizada de forma amostral por domicílio, além de pontos estratégicos selecionados para entrevistas, levantando dados sobre a origem, o destino, meio de transporte utilizado, motivações para o deslocamento e horários dos movimentos. A pesquisa é realizada visando à análise e o planejamento do setor de transporte urbano e a geração de políticas públicas na área.

poder público²¹, da localização dos serviços públicos, da oferta de terras, da qualidade e das condições de vida da população, da concentração do comércio e negócios e, de certa forma, da estrutura etária da população. Como afirmado por Antico (2005), a pendularidade é um fenômeno urbano concentrado em grandes cidades, ligada aos processos de transformação do espaço urbano, em sua expansão e ocupação, na distribuição das funções urbanas e nas transformações das atividades econômicas, bem como intimamente ligado ao processo de desenvolvimento metropolitano, onde a moradia e o emprego são importantes dimensões na análise do fenômeno da pendularidade. Cunha (1994), aponta que há um distanciamento progressivo entre os locais de moradia e o de trabalho na RMSP.

Segundo conclusão de Antico (2005), na RMSP, a cidade de São Paulo concentra os deslocamentos em sua direção e uma tendência de aumento nos deslocamentos na região, em função da forte concentração de postos de trabalho principalmente na área central do município e da oferta no mercado imobiliário em áreas mais afastadas e cada vez mais distantes. Baeninger (2000), analisando os processos de redistribuição espacial da população no Brasil já apontava o aumento e uma tendência à intensificação dos movimentos pendulares da população, registrando que

esta tendência possivelmente já deve estar afetando o volume das correntes migratórias em São Paulo, uma vez que a mudança de emprego não implica necessariamente em mudança de residência, reduzindo, portanto, a participação relativa da migração intra-estadual no total do movimento migratório das áreas. (BAENINGER, 2000, p. 142).

Para Bógus e Vêras (2000), esses deslocamentos populacionais pendulares é resultado da estruturação heterogênea e desigual do espaço metropolitano.

Como reflexo das características da estruturação do espaço metropolitano, é grande a movimentação cotidiana da população residente, na direção casa-trabalho-casa, transformando os chamados "movimentos pendulares" no mais importante processo de deslocamento populacional na metrópole. Tais movimentos são, ademais, um bom indicador das características do mercado de trabalho na região, refletindo a segmentação dos locais de moradia e de emprego. (BÓGUS; VÉRAS, 2000, p. 88).

Segundo Montali (1991), na região metropolitana, cada município tem sua função na divisão social do trabalho e, a partir de duas referências (produção predominante no

²¹ O aumento excessivo de pendulares nas áreas de destino pode sobrecarregar o sistema de transporte público, principalmente se o sistema não está bem dimensionado para a população local ou esteja sofrendo por crises ou inadequação no atendimento normal da população.

município e participação no conjunto da produção), a autora estabelece quatro funções: industrial, agrícola, dormitório e potencialmente dormitório, onde a mobilidade pendular desempenha papel fundamental nesta análise e estruturação. A autora admite que há uma hierarquização e integração funcional entre algumas áreas da metrópole e que ocorre um processo de especialização de áreas de trabalho e de moradia na região. Na realidade a autora acaba construindo uma tipologia de municípios utilizando-se da informação sobre a mobilidade pendular, combinada com os dados sobre a economia municipal.

A mobilidade pendular é um importante fator para aumentar as interações no espaço metropolitano (BRITO, 1996) e contribui para o entendimento da migração intrametropolitana e de outras interações intra-urbanas. A migração e a mobilidade pendular são processos inter-relacionados, principalmente no espaço metropolitano, mas um não condiciona o outro completamente.

A partir de suas virtudes ou de suas crises, o urbano passa a difundir novos padrões sociais, de estilo de vida (BRITO; SOUZA, 2005), além do que a velocidade do processo de urbanização foi muito acelerada no Brasil e o fluxo migratório rural-urbano foi o principal responsável pelo crescimento demográfico urbano, com forte indução dada pelos desequilíbrios econômicos regionais existentes e intensa concentração de investimentos na Região Sudeste, principalmente nas suas regiões metropolitanas. Com a redução da oferta de empregos e a profunda crise social urbana, despertadas pela grave crise econômica do país, as regiões metropolitanas passaram a crescer menos e a desacelerar o processo de concentração populacional.

Brito e Souza (2005), analisando os principais aglomerados metropolitanos, sob a ótica da urbanização e metropolização, tendo como base o desfecho do crescimento populacional entre os anos de 1970-2000, apontam que o núcleo metropolitano da RMSP comandou o crescimento demográfico da região até os anos de 1980 e, a partir daí, a periferia metropolitana passou a deter a maior parcela de crescimento populacional da região, numa nítida inversão na polarização do crescimento.

De qualquer modo, os dados reafirmam a grande especificidade do processo de urbanização no Brasil – a simultaneidade da urbanização com a metropolização – acrescentando ainda uma nova característica: dentro dos aglomerados metropolitanos, há uma notável tendência a um maior crescimento dos municípios periféricos em relação às capitais. Isso pode ser melhor observado quando se utiliza como indicador a contribuição relativa do núcleo, ou das capitais, para o crescimento absoluto dos aglomerados metropolitanos. (BRITO; SOUZA, 2005, p. 51).

E que:

Os dados indicam que o processo de metropolização tem sido marcado pela redistribuição da população metropolitana favorável aos municípios periféricos, certamente estimulada pela emigração da capital em direção às demais cidades das aglomerações metropolitanas. (BRITO; SOUZA, 2005, p. 52).

Mais ainda, os autores enfatizam que a realocação espacial das atividades econômicas, a ação concomitante do capital imobiliário no espaço metropolitano e a iniciativa governamental na construção de vários conjuntos habitacionais levaram à redistribuição sócio-espacial da população e implicou numa intensa migração, principalmente do núcleo para a periferia, resultando num grande movimento pendular da população, tanto em direção ao núcleo, quanto do núcleo em direção aos municípios periféricos, mas este em menor proporção. Para os autores, a mobilidade pendular da população mais rica é uma escolha e, para a população mais pobre, uma imposição.

Se antes a população respondia de prontidão, através da migração, à reorganização espacial das atividades produtivas, é de se esperar que isto também ocorra atualmente, mas a população acaba respondendo principalmente através da mobilidade pendular no ambiente metropolitano, quando isto é exigido ou não há outra alternativa, pois nem sempre a mudança de residência é resultado de uma adequação à mudança do local de trabalho.

A migração na Região Metropolitana de São Paulo é multifacetada, pois apresenta variações importantes dependendo da direção do fluxo migratório (CUNHA, 1995a), o que implica em analisá-la de forma desagregada, para não se chegar a conclusões erradas. Para o autor o local de destino é importante e determinante na análise dos fluxos intrametropolitanos, dado os diferentes níveis de desenvolvimento urbano-industrial na região. Realmente o processo de redistribuição espacial da população é muito complexo, peculiar e muito dependente de explicações que são derivadas das condições que se observam nas áreas de origem e destino, mas o sentido do fluxo e o perfil do migrante têm também muito a dizer sobre os deslocamentos.

É fato que os meios de transportes terrestres e sua variedade (ônibus, trem, metrô, carro) e as vias que facilitam o transporte e acesso a diversas áreas da metrópole foram, e ainda são, indutores da expansão urbana metropolitana e contribuíram tanto para o incremento da migração, quanto da mobilidade pendular, dado que a acessibilidade é um importante fator, entre outros fatores não menos importante (como o mercado imobiliário e a renda da família), na redistribuição espacial da população e nos seus movimentos cotidianos.

Também é fato que, para a vasta, interligada e congestionada Região Metropolitana de São Paulo, morar no município onde se localiza o emprego nem sempre se traduz em

proximidade temporal da residência com o trabalho. Muitas vezes, o acesso e o deslocamento de um município do entorno da RMSP para o município de São Paulo ocorrem com mais facilidade e agilidade do que o deslocamento de um morador dentro do próprio município de São Paulo, saindo de um bairro para outro. Outro ponto importante: morar próximo ao emprego, em termos de distância, também não significa morar no próprio município, dada a configuração urbana da RMSP e a sua extensão territorial, principalmente em função da localização e configuração geográfica do município de São Paulo. Muitas vezes o perto é longe e o longe é perto, em questão de tempo.

Para os pendulares que trabalham no município de São Paulo, a existência ou até uma maior e mais variada oferta de oportunidades de trabalho na Capital e a possibilidade de ganho de uma renda maior em relação ao município de origem são determinantes para a manutenção dos movimentos pendulares pela população. Muitos municípios da RMSP sequer têm a disponibilidade de vagas para determinadas qualificações e especializações, pela inexistência ou pelo número reduzido de vagas, o que acaba determinando a busca de emprego pela população em locais fora do município de residência ou mantendo o emprego que já tinha antes de fazer o movimento migratório para o município de residência atual.

Será que podemos dizer que o local de trabalho é determinante para a escolha do local de residência? E, conseqüentemente, importante na decisão de migrar e escolha do local de residência?

Segundo Montagner e Brandão (1996), o emprego industrial registrou queda no período entre 1985 e 1995 na RMSP, enquanto o emprego no setor de serviços apresentou aumentos, com significativas mudanças no perfil ocupacional da região. Ocorreu também aumento da participação feminina e deterioração das condições do mercado de trabalho, com o aumento do desemprego, em função do nível de ocupação expandir-se a taxas superiores às de crescimento da população. Para as autoras, o comportamento do mercado de trabalho foi o grande responsável pela reversão no quadro migratório da RMSP e que o quadro econômico durante o Governo Collor (1990-1992) sofreu grande deterioração e transformação, potencializando o processo de arrefecimento migratório.

De fato o emprego na indústria era o grande atrativo migratório da principal metrópole paulista e com estas mudanças em curso foi ocorrendo um arrefecimento nas migrações, mudando o perfil do imigrante desejado pelo mercado, diferente de uma parcela significativa de migrantes da fase anterior da industrialização, mais masculina, menos escolarizada, menos qualificada, menos experiente e de mais adultos jovens. O que se observa é que a geração de empregos continua atraindo migrantes para a Região Metropolitana de São Paulo, dado que a inserção no mercado de trabalho opera de forma diferente, dependendo do perfil e qualificação do trabalhador, independentemente da atividade que o migrante vai

exercer nesta nova fase, onde predomina a reestruturação produtiva²² e a desconcentração da indústria, principalmente, para além dos limites da RMSP. De fato, emprego e migração ainda guardam estreita e importante ligação, apesar das enormes transformações ocorridas na economia da RMSP e da queda de importância do emprego industrial na região²³. O emprego industrial não é mais o grande indutor da migração em direção à RMSP. A migração acaba sendo diretamente afetada, pois há um descolamento relativo entre o emprego industrial e a migração na RMSP.

Além dos aspectos ligados aos determinantes econômicos estruturais (crises econômicas, desemprego, subemprego, precarização do trabalho, a terceirização das atividades, novas condições do mercado de trabalho, reestruturação produtiva, desconcentração industrial estadual e nacional, custos de moradia e manutenção), a crise urbana metropolitana conjuntural também contribuiu sobremaneira para a diminuição dos fluxos migratórios em direção a RMSP e aumento da emigração. Sobre as áreas de origem é importante resgatar a reflexão de Martine (1987) sobre o forte estilo de desenvolvimento concentrador de atividades econômicas e a riqueza em alguns espaços e grupos até meados da década de 1980, que apesar de ainda concentrador registra certa desconcentração relativa nas últimas décadas e pode estar aliviando a pressão emigratória em algumas localidades, notadamente no Interior paulista e na Região Nordeste e contribuindo para a diminuição dos fluxos migratórios em direção a RMSP, criação de outras alternativas migratórias, inclusive acelerando o aumento da emigração na RMSP e migração de retorno. Ao observar-se os dados de migração de data-fixa, ao longo dos últimos três censos demográficos para a RMSP, e o quadro conjuntural pós-2010 e a tendência da série, é possível enxergar saldos migratórios muito próximos de nulos nesta década de 2010, em relação à migração interestadual, mas com saldos migratórios negativo para a Capital e ainda positivo, porém reduzidíssimo, para o Entorno da região. Já, em relação à migração intraestadual, o que se vislumbra é a continuidade dos saldos migratórios negativos para a RMSP, tanto para a Capital, quanto para o Entorno, com forte tendência de aumento ainda mais do saldo negativo para o Entorno. O que também pode acontecer num cenário futuro, por hipótese e não há evidências empíricas em relação a isto, é uma diminuição da pressão em função do próprio esvaziamento populacional paulatino da região, caso a emigração aumente de intensidade, principalmente da Capital, criando condições mais favoráveis ou aliviando algumas questões, o que possibilitará

²² A reestruturação produtiva se processa com a redução de participação em alguns setores, principalmente naqueles que têm uso intensivo de mão-de-obra e a ampliação ou manutenção em alguns setores, onde predomina uma maior carga de conhecimento e tecnologia.

²³ Para Martine (1994, p. 36), a “distribuição espacial da população costuma seguir, grosso modo, a alocação de atividades econômicas” e “teria sido espantoso se a desconcentração da atividade econômica não tivesse redundado numa desconcentração de população”. Aponta ainda, que a atividade industrial é o motor deste processo e que há uma defasagem temporal entre a localização de novas plantas e os efeitos sobre a migração e a desconcentração espacial da população.

uma nova ordem socioeconômica e abertura de um novo ciclo migratório gradual e inversão de tendência nos saldos migratórios, mas nunca com as mesmas características e intensidades observadas em tempos passados na região, dado o quadro e perfil demográfico atual da população brasileira e queda na sua mobilidade. A diversidade e direções de fluxos que desembocam na RMSP, a centralidade da região e as condições e forças tão distintas que atuam sobre esses fluxos, na origem e no destino, dá a real dimensão e complexidade para análise do comportamento futuro da migração na região, impossibilitando garantir como será a dinâmica migratória e seus resultados, principalmente no longo prazo. Realmente, a migração é moldada por uma gama muito complexa de fatores, que é praticamente impossível predizê-la com certeza absoluta.

Até 1980 o ritmo de criação de postos de trabalho na RMSP foi determinante para o grande fluxo de migrantes chegando na região (MONTAGNER; BRANDÃO, 1996) e

A existência de um sistema urbano mais denso passa a favorecer o aumento das migrações de curta distância (FARIA, 1976, p. 113).

O novo migrante que chega a RMSP, por não ter dificuldade de adaptação à nova realidade e conjuntura da região, deve apresentar determinadas características que se adequem principalmente a um novo mercado de trabalho mais dinâmico, que sofreu muitas transformações, com fortes conexões com a estrutura do mercado de trabalho globalizado, freqüente uso de novas tecnologias, exigindo boa qualificação e formas alternativas de trabalho, que às vezes conduzem à precarização do trabalho e inexistência de carteira assinada.

A RMSP foi muito afetada pelas transformações econômicas e reestruturação produtiva no final do século XX, apesar de certa estabilidade na estrutura ocupacional da região e com os efeitos desses ajustes se manifestando através do aumento do desemprego (CARVALHO; PASTERNAK; BÓGUS, 2010).

A pendularidade estendida é quando o movimento pendular cotidiano ultrapassa os limites da região metropolitana, isto é, quando o deslocamento ocorre de uma área fora da região metropolitana de referência para uma localidade dentro da área metropolitana de referência ou vice-versa. Os dados sobre esta pendularidade dão uma medida de quanto a região metropolitana de referência está se expandindo e do grau de dependência laboral desta região em relação aos municípios circunvizinhos à região, independentemente da distância que separa as áreas envolvidas neste processo. Este tipo de pendularidade acaba por arrefecer a migração de média distância, como por exemplo as oriundas das regiões metropolitanas próximas da RMSP e dos aglomerados entre essas regiões metropolitanas e a RMSP.

Goldstein e Mayer (1964) apontam que existe uma relação dinâmica entre a pendularidade e a migração e que a mobilidade pendular acaba por influenciar e reduzir a

migração de longa distância, enquanto aumenta a mobilidade de curta distância. Os autores indicam ainda, que existe uma tolerância em relação ao tempo de viagem na pendularidade, em torno de 45 minutos, a partir do qual a pessoa passa a considerar a migração para um local próximo do trabalho. Já Chen (1992), num estudo sobre pendularidade e migração envolvendo a Região Metropolitana de Taipei, aponta um tempo máximo de tolerância de uma hora e meia. Há evidências empíricas que apontam que quanto mais populosa a cidade, maior será o aumento na proporção de pessoas despendendo de 60 a 90 minutos na pendularidade²⁴ e, para as cidades com mais de 500 mil habitantes, a maior proporção de pessoas na pendularidade estará nesta faixa de tempo, tendo como principais meios de transportes o ônibus e trem (KHOREV et al., 1978).

O local de residência, juntamente com o local de trabalho, se tornam os núcleos em torno dos quais as pessoas desenvolvem os espaços das atividades cotidianas, mas é o local de trabalho que define os ajustes que são realizados entre estes espaços (REITSMA; VERGOOSSEN, 1988). Os autores colocam ainda, que quando o tempo na pendularidade, principalmente de ida ao trabalho, excede a 30 minutos, os meios de transportes são lentos e as horas de trabalho flexíveis, estes elementos acabam por aumentar as chances de atingir o limite de tolerância e estresse em relação a pendularidade, que pode levar a um ajuste na organização da localização do trabalho-residência.

O município de São Paulo é o que tem a maior quantidade, qualidade e diversidade de oportunidades de emprego, comparado com os demais municípios da região metropolitana e até do Brasil. Isto possibilita que uma gama enorme de tipos de migrantes se aventure na tentativa de ocupar uma dessas vagas, mas a estrutura ocupacional disponível é bem definida e limitada em termos de oportunidades e exigências em cada ocupação, que nem sempre atende a procura dos moradores e migrantes.

Para Green et al. (1999), o local de moradia é determinado de modo a maximizar o potencial da pendularidade para o trabalho e minimizar a necessidade de futura migração. Que os custos e benefícios da pendularidade dependem de qual perspectiva se analisa, pois variará sob a ótica do pendular, do domicílio, do empregador, da municipalidade de origem e destino, da população de origem e destino e até dos agentes econômicos, isto é, de todos os envolvidos no processo.

²⁴ Estudo de Cunha e Sobreira (2008, p. 109), para a Região Metropolitana de Campinas, ano 2000, confirma esta assertiva, indicando aumento significativo no tempo de pendularidade nesta faixa (acima de 60 minutos), para as cidades mais populosas da região, entre elas Campinas, Hortolândia, Sumaré, Valinhos e Indaiatuba. Sendo os municípios de Hortolândia, Sumaré, Valinhos e Indaiatuba notadamente dormitórios. Aparecem também duas cidades (Monte Mor e Pedreira), com pouca população e com proporção significativa na faixa de tempo acima de 60 minutos, mas o que determina o aumento no tempo gasto são as dificuldades de acesso e a pouca interligação viária entre estas duas cidades e a principal cidade da região: Campinas.

Segundo Jackman e Savouri (1992), se há muita rigidez no mercado imobiliário no local onde há oportunidades de emprego, a mobilidade pendular pode assumir um papel mais importante em relação a migração como um meio de aliviar as desigualdades entre os locais. Os autores registram ainda que, apesar de muitos modelos de migração assumirem que as pessoas migram por razões de trabalho, há pessoas que fazem a migração mantendo o emprego que tinham antes do deslocamento. Para os autores, nas migrações de curta distância (abaixo de 8 quilômetros), a razão principal é a busca por habitação, enquanto nas migrações de longa distância (80 quilômetros ou mais), a razão principal está ligada ao trabalho e estudo, enquanto no intervalo médio de distância as duas razões dividem a preferência quase que igualmente dos migrantes²⁵.

Além de a pendularidade ser comumente empregada como uma estratégia de mobilidade, ela também tem sérios efeitos sobre os indivíduos, pois impacta negativamente a saúde do pendular, seu bem estar e o relacionamento com sua família e comunidade (PUNPUING, 1992), além de causar fadiga e prejudicar sua produtividade laboral, principalmente quando sujeitos às jornadas de longa distância. Segundo o autor a decisão de executar um deslocamento pendular envolve um processo em dois estágios, sendo o primeiro relacionado à possibilidade de custear ou não o deslocamento, principalmente de longa distância. No segundo estágio, ultrapassadas as dificuldades da primeira fase, o pendular passa a decidir sobre os limites na distância e no tempo da pendularidade. Para o autor, não é possível transferir diretamente os resultados da experiência das sociedades mais desenvolvidas para as sociedades em desenvolvimento (relação entre os fatores e a decisão de mobilidade pendular), devido às diferenças no processo de desenvolvimento.

Sobre o tempo e o espaço na Região Metropolitana de São Paulo é importante observar que o tempo simultâneo (informacional), o tempo do relógio, o tempo social e o tempo real (das rotinas urbanas) são diferentes e afetam de forma distinta a população, apesar do espaço-tempo transformado pela tecnologia, conforme aponta VÉRAS:

Na metrópole dos serviços, a indústria absorve cada vez menos trabalhadores, e cada vez mais os mais especializados. Os serviços estão presentes em toda área urbanizada mais consolidada. Assim, os tempos de deslocamento pendular “habitação e trabalho” são muito variados. É o tempo lento: o do transporte coletivo, do congestionamento, dos riscos. A cidade transforma-se em muitos pontos de deslocamento – de saída e de chegada e não apresenta espaços de fruição (VÉRAS, 2001, p. 9).

²⁵ Dados retirados da pesquisa anual General Household Survey, de 1976, executada pelo Office for National Statistics (ONS), do Reino Unido.

O espaço cumpre um papel muito mais central e os modelos de estruturação intra-urbana podem contribuir para potencializar as análises da distribuição da mobilidade espacial da população e como importante ferramenta metodológica e instrumento analítico no estudo da mobilidade. O uso de modelo compatível com a distribuição dos dados de mobilidade não afeta e nem vai influenciar a análise dos processos de mobilidade, conforme orientado por Marques (1998).

Vale ressaltar a dinâmica da estrutura social da metrópole, que está em constante transformação na sociedade e a análise feita num determinado momento do tempo ou num estágio de desenvolvimento social “intermediário” pode não servir de modelo à medida que o tempo e o desenvolvimento social avança ou se alcança uma relativa estabilidade social, pois fica datada no tempo e no espaço. Outro ponto importante se refere à escala geográfica de análise, pois os resultados são totalmente dependentes da divisão territorial em que os dados estão agregados ou são coletados, isto é, por distância, setor censitário, distrito, município ou região, dando resultados ou apresentando diferenças ou escondendo uma realidade perversa de acordo com a metodologia empregada.

Torres e Bittar (2002), utilizando dados do Censo Demográfico 2000, com base em indicadores sociais de renda, por setor censitário, declaram que a configuração socioespacial da RMSP é muito mais complexa e heterogênea do que se imagina e que, análises de nível macro podem mascarar a real estrutura das cidades. Para os autores, quando se analisam as informações sob a ótica da distância em relação ao “centro”, “a cidade se organiza em termos socioeconômicos de forma radial e concêntrica” (TORRES; BITTAR, 2002, p. 125), com uma variedade de gradiente de condições sociais, confirmando a proposição de Taschner (1990), de cidades dos anéis, desenvolvida especialmente para o município de São Paulo, mas com dados por distrito e subdistrito do Censo Demográfico de 1970, mas segundo padrões de estrutura etária, privilegiando-se o percentual de população jovem. Taschner e Bógus (2000) chegaram à mesma conclusão num estudo posterior, mas num estudo seguinte as autoras registraram que “detecta-se a diversificação da estrutura social e redistribuição no espaço urbano, particularmente das camadas de renda média [...] criando espaços sociais mistos ou de estruturação social mais complexa, tecido indistinto, retalhado e remendado, um complicado mosaico urbano, um verdadeiro caleidoscópio” (TASCHNER; BÓGUS, 2001).

O centro ou “Marco Zero” de referência da cidade utilizado por Taschner (1990), que é o velho centro histórico da cidade de São Paulo, difere do centro de Torres e Bittar (2002), localizado na Avenida Faria Lima, correspondendo à localização do Shopping Iguatemi. Para Torres e Bittar (2002), essa configuração espacial radial concêntrica também se reproduz nos subcentros da RMSP, em escala reduzida, gerando descontinuidades na distribuição dos grupos sociais na RMSP. Afirmam ainda, corroborando com a idéia de descontinuidade social

no espaço metropolitano, que ao longo do tempo a distribuição dos grupos sociais no espaço é alterada principalmente por forças do capital imobiliário, surgindo áreas, enclaves ou bairros mais ricos inseridos em áreas mais pobres²⁶, não sendo possível a aplicação do modelo “núcleo-periferia”²⁷, um modelo muito simplificado da complexidade metropolitana. Este padrão de estruturação das cidades do tipo radial-concêntrico remete ao que foi proposto por Burgess (1925), quando este analisou a área metropolitana de Chicago. A partir de Burgess, outros teóricos apresentaram outras propostas sobre a organização intra-urbana, mas as contribuições servem principalmente para a organização e distribuição das atividades econômicas no espaço²⁸. Os processos de produção do espaço são complexos, independentemente do objeto que se está usando para analisá-los ou descrevê-los – grupos sociais ou atividades econômicas. Dado que a distribuição da mobilidade espacial da população na RMSP é relativamente concentradora no município de São Paulo, o melhor modelo espacial a ser utilizado neste estudo é o do tipo “núcleo-periferia”, pois a mobilidade está muito relacionada com a espacialização da estrutura social no espaço²⁹.

No espaço de vida, a população revela as experiências vividas no âmbito intrametropolitano, principalmente daquela que na sua atividade cotidiana precisa se deslocar pendularmente entre municípios e, após algum tempo nesta vivência e experiência social, acaba por mudar de residência, para o município de trabalho ou para outro município próximo ao de trabalho, onde o migrante possa se deslocar com mais facilidade e agilidade, mas dentro de um espaço social já criado ao longo do tempo e onde esta população exerce as relações sociais cotidianas.

O novo migrante intrametropolitano também mantém e desenvolve múltiplas relações com os locais em que circula cotidianamente³⁰, criando uma estrutura de conhecimento, atividades, afeto e dependência sobre estes locais. O migrante intrametropolitano também pode estar conectado, simultaneamente, a dois ou mais locais. Predomina neste tipo de migração trabalhadores, em função da primazia pendular laboral nestes espaços e, portanto, é uma força de trabalho condicionada à dinâmica de uma estrutura econômica globalizada.

²⁶ Esta configuração pode camuflar resultados de indicadores sociais, escondendo a real situação do local.

²⁷ Segundo os autores, a periferia hoje, em função da melhoria das condições de vida, é muito mais heterogênea, sendo para algumas áreas talvez até pior (TORRES; MARQUES, 2001) e diferente da periferia da década de 1970, que era um espaço mais homogêneo e habitado por uma população de mais baixa renda, onde prevaleciam condições de vida e de saúde precárias e difíceis.

²⁸ Outros modelos incorporaram, na avaliação, basicamente os eixos de transportes e de comunicações no desenvolvimento e estruturação do espaço, demonstrando com forte tendência radial de crescimento.

²⁹ Em que pese a necessidade de contemplar a limitação nas fontes de dados nesta pesquisa, que possibilita apenas o uso de informações agregadas a partir do nível municipal, tanto os dados sobre a migração, quanto os registros sobre a mobilidade pendular são coletados levando-se em conta os municípios envolvidos nos processos, sendo este o menor nível de agregação possível.

³⁰ Relações familiares, sociais, econômicas, organizacionais, religiosas e políticas.

Esta migração intrametropolitana não é um fenômeno novo, mas é diferente no sentido das forças que estão atuando sobre ela e o seu significado no tempo e espaço, que foge do entendimento da migração tradicional, do início da expansão metropolitana. Colaboram para este novo processo, a evolução dos sistemas de transportes e comunicações, a nova dinâmica econômica mundial, a desconcentração relativa da indústria na RMSP, a reestruturação produtiva, a existência de novos subcentros metropolitanos e um novo modelo desejado de condições de vida. Portanto, esta mobilidade é resultado da combinação de múltiplos processos, simultâneos ou não.

A mobilidade pendular, apesar de não ser um fenômeno essencialmente metropolitano, se destaca muito neste espaço, além de apresentar características distintas em relação à sua dinâmica em outras áreas menos populosas e não metropolitanas. No ambiente metropolitano há uma forte conexão da mobilidade pendular com a mobilidade residencial e a expansão urbana. A pendularidade é um processo em contínua expansão (em alcance e quantidade), registrando aumentos consideráveis nos últimos levantamentos censitários.

Os espaços de vida nem sempre são territorialmente contíguos, dada as dimensões da RMSP e sua divisão territorial constituída por 39 municípios, em aproximadamente 8.000 km² e das múltiplas e diversificadas relações entre os territórios. Esta descontinuidade territorial nos espaços de vida acontece em função da intensa fragmentação territorial ocorrida a partir de meados do século XX, mas apesar desta separação física, são espaços que estão integrados no cotidiano da população pendular metropolitana.

A RMSP passa por uma nova realidade migratória, com registros significativos de perdas migratórias para o interior do Estado de São Paulo e redução continuada dos saldos na migração interestadual, com o município de São Paulo perdendo população para a periferia metropolitana e também para o interior do Estado de São Paulo. Estes processos têm contribuído para uma mudança na redistribuição espacial da população no território paulista, privilegiando o interior paulista, principalmente os municípios mais dinâmicos economicamente e outros da faixa litorânea, apesar do interior também registrar queda consistente e sistemática nos saldos migratórios quinquenais de data-fixa nas últimas três décadas (1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), fruto principalmente do arrefecimento na imigração interestadual e manutenção da emigração interestadual em patamares ainda altos. Estas duas dinâmicas migratórias (intraestadual e interestadual) e estas duas grandes áreas (RMSP e Interior) estão inter-relacionadas e fazem parte de um mesmo processo nacional de deslocamentos populacionais, onde o migrante, principalmente interestadual, circula alternadamente na condição de imigrante e emigrante em ambas as áreas. Vê-se que os movimentos migratórios de longa distância perdem importância e os de curta distância ganham destaque relativo nesta redistribuição espacial da população.

O conceito de espaço de vida coletivo (SUSINO, 2001, 2003)³¹ é um avanço conceitual e operacional sobre o conceito de espaço de vida (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), que propõe que a migração só ocorre quando há uma mudança no espaço de vida. Espaço de vida é um conceito mais aproximado da realidade da dinâmica social e migratória atual, principalmente metropolitana, usado para definir se ocorreu uma migração ou não e tem um potencial analítico interessante (ROBETTE, 2012), além de ser uma ótima ferramenta conceitual para compreender a mobilidade espacial da população. Os deslocamentos, com mudança de residência habitual, que ocorrem dentro do espaço de vida, independentemente do número de municípios existentes neste espaço de vida, não são considerados migração, no sentido estrito, pois a migração só ocorrerá quando o deslocamento, com mudança de residência habitual, for entre um município dentro do espaço de vida e outro município fora do espaço de vida, ou seja, quando ocorre uma ruptura no espaço de vida, caso contrário ocorrerá uma mobilidade residencial³². Espaço de vida, segundo Courgeau (1988, p. 17), é “a porção do espaço onde o indivíduo efetua suas atividades cotidianas. Este conceito inclui não apenas os lugares de passagem e de estadia, mas também todos os outros lugares com os quais o indivíduo se relaciona”, ou seja, um conjunto de lugares com os quais o indivíduo se relaciona habitualmente ou tem vínculos³³. Isto amplia o campo de observação, colocando o indivíduo no seu contexto espacial (ROBETTE, 2012), ligando-o a um conjunto de locais importantes em sua relação cotidiana e não mais a um único ponto fixo no espaço (local de destino ou origem). O espaço de vida é uma regionalização social que possui característica de transitoriedade e supera o conceito administrativo de município, ultrapassando os limites territoriais impostos apenas na legislação e contribui para um melhor entendimento da mobilidade metropolitana, trazendo em si uma concepção do espaço urbano como uma rede de relações (SALOM; CASADO. 2007). O espaço de vida, como era de se esperar e natural, varia de um indivíduo para outro e de acordo com o seu ciclo vital, sendo desta forma uma

³¹ Susino (2001, 2003) propõe entender o espaço de vida em termos de espaço coletivo e sugere obter-se o espaço de vida coletivo a partir da somatória das experiências individuais (distintas), isto é, a soma dos espaços de vida individuais, conforme proposto por Courgeau (1975, 1980, 1988), criando-se um padrão observado para o conjunto da população. Para Susino (2001), uma área metropolitana constitui um espaço de vida coletivo e, portanto, o espaço de vida do conjunto de seus habitantes, que é algo potencial, uma questão de probabilidade, condicionada pelos deslocamentos desenvolvidos pela população. Para o autor, os limites do espaço de vida coletivo são incertos e mutáveis. Aqui, se utilizará o conceito espaço de vida, a partir do espaço coletivo da população, tendo como referência nesta construção dos espaços de vida o local de residência dos pendulares para trabalho e/ou estudo, ou seja, o município de residência. Não entendemos o espaço de vida coletivo, como proposto por Susino (2001), como uma solução para a análise da mobilidade espacial da população, posto que há muita heterogeneidade entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo e a solução é tratar o conceito como “espaço de vida coletivo municipal”, onde municípios que não fazem parte do cotidiano dos moradores do município de residência base não entram neste espaço de vida.

³² A migração supõe uma modificação no espaço de vida, tendo como elemento chave desta mudança o local de residência do indivíduo.

³³ Conforme conceito definido por Courgeau (1988, p. 17): “la portion d’espace où l’individu effectue ses activités. Cette notion englobe non seulement les lieux de passage et de séjour, mais également tous les autres lieux avec lesquels l’individu est en rapport” (texto original).

condição temporária e sujeita a alterações (MENDIZÁBAL, 1996; ALBERICH, 2007)³⁴.

Portanto, não seria migração a mudança de residência habitual de um indivíduo para um outro município onde esta mesma pessoa trabalha, estuda ou executa quaisquer outras atividades do seu cotidiano, em função de não ocorrer um rompimento com o espaço de vida. Mudanças de residência dentro do mesmo espaço de vida coletivo são consideradas mobilidade residencial. O espaço de vida pode ser caracterizado pelo seu tamanho, a sua composição e a sua forma (ROBETTE, 2012).

Para se criar os espaços de vida coletivos utiliza-se a escala municipal como ponto de partida, conforme limitações impostas pelas fontes de dados³⁵, através dos quesitos sobre a mobilidade pendular cotidiana para o trabalho ou escola³⁶ e os dados do local de residência existentes nos censos demográficos. Os espaços de vida coletivos são determinados a partir dos vínculos e relações cotidianas da população com o território. Estas relações mostram um território mais vivo, mais dinâmico e muito mais sujeito às constantes transformações no tempo e no espaço.

Conforme colocado por Susino (2003), os espaços de vida coletivos não têm limites administrativos fixos³⁷, podem expandir-se ou retrair-se, de acordo com os hábitos de mobilidade pendular cotidiana da população, da infraestrutura de transporte e comunicações disponibilizada, da organização e distribuição do mercado de trabalho, do mercado imobiliário e do ciclo vital, mas de qualquer forma ele representa um momento específico observado no tempo, como uma fotografia. É dentro do espaço de vida que as pessoas realizam os seus movimentos pendulares diários ou mais sistemáticos para o trabalho ou para qualquer outra atividade social. Cria-se com os espaços de vida coletivos um novo protagonismo, onde o local de residência agora divide a atenção e importância com as localizações das atividades cotidianas realizadas pela população, como se fossem um único território. “O local de residência do indivíduo é o ponto central [base] deste espaço de vida, local de partida e retorno da maioria de seus movimentos”, sendo “o local de trabalho do indivíduo outro ponto importante deste espaço” (ROBETTE, 2012, p. 10).

³⁴ Alberich (2007, p. 362) conclui, categoricamente, que as características sócio-demográficas de cada indivíduo acabam por estabelecer os limites territoriais de sua mobilidade e determinar a cidade real de cada um.

³⁵ Caso estivesse disponível, nos registros censitários, o local de segunda residência do indivíduo, usada normalmente para veraneio, finais de semana, períodos de férias, carnaval e outras datas festivas, este poderia ser incorporado no espaço de vida coletivo da população, dando mais robustez ao resultado.

³⁶ Normalmente estas são as duas mobilidades que apresentam as maiores frequências na vida do indivíduo, além de terem muita importância nas relações sociais e de ampliação de convívio do indivíduo durante boa parte de sua vida. Segundo Susino (2001, p. 2) e Susino e Barrena (2010, p. 534), os deslocamentos por razão de trabalho têm uma centralidade na organização da vida moderna que justifica a sua escolha na construção do espaço de vida.

³⁷ Esses limites do espaço de vida coletivo “não são deterministas, mas prováveis. São o resultado do comportamento dos atores sociais que o habitam. Mas não uma mera soma dos comportamentos individuais”, dado que é uma realidade estruturada e estruturante (SUSINO; BARRENA, 2010, p. 535).

O espaço de vida operacionalizado desta maneira (utilizando o deslocamento pendular para o trabalho ou escola e o local de residência) representa uma consistente e importante simplificação da realidade (ROBETTE, 2012) ou espaço de vida simplificado (COURGEAU, 1975) ou espaço de vida restrito (SUSINO, 2001), conquanto o espaço de vida real tenha um vasto grupo de outras atividades que ligam o indivíduo ao território³⁸. Com este procedimento operacional chegaremos a uma boa aproximação do conceito mais amplo criado por Courgeau (1975, 1980, 1988), mas que não contempla de forma autêntica e total a idéia do autor e, por isto, deve ser visto com as merecidas ressalvas³⁹, apesar do autor afirmar que o uso dos locais de trabalho e de habitação é mais efetivo para “capturar os efeitos de mudanças econômicas nos espaços de vida” (COURGEAU, 1975, p. 32). O espaço de vida organizado desta forma é uma instigante representação da realidade a ser observada.

Segundo levantamentos realizados na RMSP pelo METRÔ, nas últimas quatro décadas, os deslocamentos para o trabalho ou estudo representam em torno de 75-80% do total dos deslocamentos realizados pela população na área metropolitana, englobando todas as finalidades possíveis. A Pesquisa Origem Destino O/D, para a Região Metropolitana de Campinas, de 2007, apontou 81% dos movimentos com motivações ligadas ao trabalho ou estudo (CUNHA; SOBREIRA, 2008).

É de se esperar que o espaço de vida apresente diferenças importantes segundo a idade, principalmente para os jovens e idosos, com um espaço de vida mais limitado para o grupo mais jovem, expandido-se na fase adulta e retraindo-se durante o envelhecimento (COURGEAU, 1975, 1980, 1988); em relação ao sexo, no que se refere à distância enfrentada nos deslocamentos, sendo, provavelmente, bem mais superiores para os homens, alterando a extensão e ou contigüidade; segundo as categorias ocupacionais (profissionais ou trabalhadores em geral); ou tempo de residência no local atual (MODENES, 2007); bem como diferenças associadas ao nível educacional ou de renda, com os indivíduos de maior renda realizando deslocamentos mais longos que os de pior renda (CARRASCO; CASADO, 2007).

O espaço de vida é um espaço construído a partir de todos os fluxos agregados de movimentos pendulares individuais da população de uma determinada localidade, tendo como base o local de residência de freqüência habitual, na época da pesquisa, e o deslocamento para o trabalho ou escola. Desta forma, o espaço de vida que se obtém é correspondente à

³⁸ Em relação à redução da realidade social, Jardim (2007, p. 2) pondera que “um dos limites dos modelos analíticos é nos fazer acreditar que o modelo é a própria realidade social, já que o acontecer social é muito mais amplo do que determinadas visões particulares”.

³⁹ Alberich (2007, p. 10) prefere usar no lugar de espaço de vida, o termo “*vinculação territorial da população*” (“*vinculació territorial de la població*”), acreditando que este termo é menos comprometedor ou mais abstrato, com a vantagem de refletir duas possibilidades de análises que se pode fazer do conceito: do ponto de vista da população e do território.

soma de muitos espaços de vida parciais (MODENES, 2007), ou seja, um “novo” espaço socialmente construído e estruturado por ações coletivas da população. Entre o espaço de vida individual e o espaço de vida há, ainda, o espaço de vida do domicílio, que é naturalmente mais amplo que o espaço de vida individual e menor que o espaço de vida.

Sobre o uso destas duas modalidades de movimentos cotidianos (trabalho ou escola), como representantes de todos os movimentos pendulares do indivíduo, Jardim (2007) faz uma crítica sobre o excesso de reducionismo e fuga parcial da realidade⁴⁰, contudo não podemos perder de vista que o trabalho é algo central na vida do indivíduo, principalmente a partir da juventude até o envelhecimento e a educação é algo que transita em muitos casos durante quase toda a vida do indivíduo, mas principalmente concentrada até o início da fase adulta, sem contar com a forte intensidade como ocorrem essas duas mobilidades no cotidiano das pessoas:

Por exemplo, ao classificarmos as migrações pendulares como essencialmente vinculadas ao mercado de trabalho e educacional, cujas exigências estão referidas à inserção e à qualificação e requalificação do trabalho, produzimos modelos explicativos macroeconômicos e/ou sociológicos que não dão conta da realidade, em sua totalidade, cujos enfoques principais estão direcionados à inserção dos migrantes no mercado e a divisão social do trabalho. Ao mesmo tempo, reduzimos os deslocamentos do local de residência ao local de trabalho excluindo as outras dimensões do cotidiano da população, que exigem outras formas de mobilidade espacial da população, por exemplo, as interações espaciais (JARDIM, 2007, p. 5).

Estas outras dimensões do cotidiano exigidas por Jardim (2007), que vão além dos deslocamentos para o trabalho ou estudo, nos estudos sobre a mobilidade pendular, não são possíveis de se acrescentar, em função das limitações de captação do fenômeno nas fontes de dados utilizadas nesta pesquisa, que priorizou o uso dos dados dos censos demográficos.

Discorrendo sobre o espaço de vida individual e o resultado que se pode tirar desses dados agregados, Alberich (2011) comenta:

el espacio de vida individual puede ser, desde un punto de vida agregado, un buen indicador del grado de metropolitanización de un territorio, tomando el criterio de que aquellos municipios que presenten una mayor interrelación a partir de los flujos de movilidad de la población son susceptibles de configurar un área funcional de características metropolitanas (ALBERICH, 2011, p. 298).

⁴⁰ Segundo o autor estas duas dimensões “não dão conta da complexidade do fenômeno” da mobilidade pendular (JARDIM, 2007, p. 13).

As dificuldades na definição dos espaços de vida coletivos são basicamente dois:

1) os espaços de vida coletivos devem representar, espacialmente, de forma mais fidedigna o conjunto de atividades e tarefas desenvolvidas pela população, a partir de apenas duas atividades (trabalho ou escola); 2) “Ao adotar a definição ampla de espaços de vida proposta por Courgeau, a diversidade de lugares a considerar é muito grande” (ROBETTE, 2012, p. 19), trazendo dificuldades na obtenção, precisão na localização e gerenciamento dessas informações e na construção de uma análise síntese adequada sobre este espaço de vida.

Para Cunha et al. (2013) a mobilidade pendular reflete a complementaridade socioespacial de uma região e sua intensificação mostra a “ampliação das relações regionais em um âmbito cada vez maior”:

A análise realizada tratou de mostrar que a mobilidade pendular, se não totalmente, ao menos parcialmente revela ou reflete de maneira eloqüente o grau de complementariedade e/ou integração existente entre distintos territórios (CUNHA ET AL., 2013, p. 454).

Este mesmo estudo aponta para a necessidade de se superar a barreira dos limites espacial-municipal-administrativo, que não dão mais conta de explicar a dinâmica e diversidades socioespacial nas grandes aglomerações urbanas. Os autores, de forma bem precisa e cirúrgica, reforçam o entendimento desta nova dinâmica através da perspectiva de Reis Filho (2006, pp. 91-92):

O quadro que se configura é de reorganização da vida cotidiana. Uma parcela significativa da população passa a ter a sua vida organizada em escala regional. As cidades deixam de ser as sedes da vida cotidiana, para se transformarem em pólos de um sistema articulado em escala mais ampla, regional, no qual se desenvolve a vida cotidiana. Para uma porcentagem mais restrita da população, esse cotidiano se desenvolve também em escala interregional, como nos casos de alguns habitantes das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas, da Baixada Santista e do Vale do Paraíba, que se deslocam diariamente entre duas delas.

Uma das conclusões que Cunha e Sobreira (2008) chegaram foi que a população economicamente ativa (PEA) pendular possui um padrão de renda um pouco superior ao da PEA não pendular, para todos os municípios da Região Metropolitana de Campinas. Outra foi que a estrutura etária da PEA pendular é mais jovem. Para os autores, apesar de ser um tipo específico de mobilidade, a mobilidade da força de trabalho talvez seja o fenômeno que melhor espelharia a integração metropolitana.

O aumento progressivo da mobilidade pendular é resultado da “não-coincidência dos padrões de distribuição da população e da atividade econômica e social dentro da Região

Metropolitana [de São Paulo]” (CUNHA, 1994, p. 122), mas também de preferências locais da população.

Na Tabela 4.1 pode-se visualizar as informações sobre a mobilidade pendular intrametropolitana da RMSP, para 2010⁴¹, motivada pelo trabalho e/ou estudo.

Nesses deslocamentos prevalece a motivação ligada ao trabalho com 1.510.982 deslocamentos (84%) e, secundariamente, 297.118 deslocamentos para estudo⁴² (16%). Esses deslocamentos foram produzidos por um total de 1.769.679 pessoas, com predominância masculina nesses deslocamentos, correspondendo a 58% de participação.

Em geral, quanto mais distante o município estiver em relação à região central da metrópole, mais é prevalente a presença masculina nos deslocamentos pendulares, ou seja, há uma tendência de aumento da participação masculina à medida que o município se localiza mais distante da área central da região⁴³.

Para esta questão vide o exemplo através do Gráfico 4.1, com dados de 2010, mostrando a relação entre a proporção de mulheres nos deslocamentos pendulares dos municípios da RMSP e a distância média dos deslocamentos em relação ao local de residência, tendo como município de destino e referência São Paulo. Utilizou-se este município em função de sua importância nos deslocamentos pendulares da região e do grande volume envolvido nestes deslocamentos.

⁴¹ O total de pessoas da RMSP que executavam movimentos pendulares em 2010, considerando os movimentos intrametropolitanos e extrametropolitanos chegou a 2.164.024 pessoas, com 340.247 pessoas pendulares extrametropolitanos (incluindo interior do Estado de São Paulo, outras UF's, países estrangeiros e ignorados) e 54.096 pessoas que realizavam deslocamentos para mais de um município, não sendo possível identificar quais municípios, em função da metodologia censitária. Para o ano 2000 havia um total de 1.184.881 pendulares na RMSP, sendo 1.074.483 pessoas nos deslocamentos intrametropolitanos e 110.398 pessoas nos deslocamentos extrametropolitanos. Para 2010, a proporção de pendulares para estudo nos movimentos extrametropolitanos chegou a 64% e 36% voltados para o trabalho, sendo o Interior do estado de São Paulo o principal destino nos deslocamentos nacionais e Japão, Estados Unidos e Argentina, nos deslocamentos internacionais. Para 2000 os dados não permitem, diretamente, a separação da motivação do deslocamento, isto é, se para trabalho ou estudo. Vê-se que, na pendularidade extrametropolitana, a principal motivação está ligada ao estudo, ao contrário da intrametropolitana, que é predominantemente ligada ao trabalho.

⁴² Estes totais não se referem ao total de pessoas que se deslocaram para o trabalho e/ou estudo, mas de deslocamentos realizados, pois uma pessoa pode ter empreendido apenas um único deslocamento (para trabalho e/ou estudo) ou dois diferentes deslocamentos intermunicipais dentro da Região Metropolitana de São Paulo (para trabalho e estudo). Quando a pessoa realizava mais de um deslocamento unicamente para o trabalho as informações sobre estes locais de deslocamentos para o trabalho não foram captadas pelo censo demográfico. O total de pessoas nos deslocamentos sempre será igual ou inferior ao total de deslocamentos realizados, em função da forma como as questões foram empregadas no censo demográfico.

⁴³ Há várias razões para esse comportamento da população, mas um se destaca: nestes casos o tempo excessivo gasto nos deslocamentos é um limitante para as mulheres, pois elas desenvolvem, paralelamente ao exercício do trabalho formal ou mesmo informal, várias atividades domésticas no próprio lar, o que acaba impossibilitando desenvolver qualquer atividade de trabalho muito longe do local de residência.

Tabela 4.1 - Distância em relação a Sede da RMSP, volume de pessoas envolvidas nos deslocamentos por sexo, de deslocamentos de entradas e saídas da mobilidade pendular intrametropolitana total, para o trabalho e para o estudo, Índice de Eficácia de Pendularidade (IEP) e mobilidade pendular intrametropolitana para estudo sobreposta, segundo os municípios, Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Municípios	Distância em Relação a Sede da RMSP (km) (3)	Pessoas envolvidas nos deslocamentos					Mobilidade Pendular Intrametropolitana (1)						Índice de Eficácia de Pendularidade (IEP)			Mobilidade Pendular Intrametropolitana Para Estudo Sobreposta		
		Total	Homens	(%)	Mulheres	(%)	Entradas			Saídas			Total	Trabalho	Estudo	Entradas	Saídas	IEP
							Total	Trabalho	Estudo	Total	Trabalho	Estudo						
Arujá	41	13.943	8.910	64	5.033	36	12.203	10.595	1.608	14.439	11.339	3.100	-0,08	-0,03	-0,32	121	486	-0,60
Barueri	24	39.465	23.306	59	16.159	41	102.638	88.493	14.145	40.602	32.139	8.463	0,43	0,47	0,25	1.785	1.416	0,12
Biritiba-Mirim	71	3.959	2.513	63	1.446	37	797	696	101	4.031	3.464	567	-0,67	-0,67	-0,70	-	127	-1,00
Caleiras	24	20.988	11.825	56	9.163	44	7.439	6.387	1.052	21.312	18.253	3.059	-0,48	-0,48	-0,49	44	1.166	-0,93
Cajamar	34	6.428	3.752	58	2.676	42	7.524	6.891	633	6.619	4.835	1.784	0,06	0,18	-0,48	10	249	-0,92
Carapicuíba	23	99.965	56.644	57	43.321	43	12.758	10.181	2.577	103.738	87.132	16.606	-0,78	-0,79	-0,73	91	3.413	-0,95
Cotia	38	35.867	20.615	57	15.252	43	29.229	24.182	5.047	36.604	29.523	7.081	-0,11	-0,10	-0,17	262	1.456	-0,69
Diadema	18	85.102	45.468	53	39.634	47	47.636	40.332	7.304	87.085	70.969	16.116	-0,29	-0,28	-0,38	339	3.707	-0,83
Embu das Artes	25	61.978	33.542	54	28.436	46	13.328	11.311	2.017	63.182	53.873	9.309	-0,65	-0,65	-0,64	109	2.832	-0,93
Embu-Guaçu	39	9.016	5.160	57	3.856	43	2.023	1.258	765	9.117	7.444	1.673	-0,64	-0,71	-0,37	12	456	-0,95
Ferraz de Vasconcelos	32	48.347	27.718	57	20.629	43	9.141	7.127	2.014	49.169	41.341	7.828	-0,69	-0,71	-0,59	40	1.805	-0,96
Francisco Morato	31	37.714	22.984	61	14.730	39	2.928	2.301	627	37.887	35.208	2.679	-0,86	-0,88	-0,62	15	1.032	-0,97
Franco da Rocha	26	27.937	16.220	58	11.717	42	7.129	5.551	1.578	28.281	25.451	2.830	-0,60	-0,64	-0,28	78	990	-0,85
Guararema	66	1.602	892	56	710	44	1.219	915	304	1.623	919	704	-0,14	0,00	-0,40	-	86	-1,00
Guarulhos	25	126.824	74.041	58	52.783	42	55.524	47.636	7.888	127.452	110.237	17.215	-0,39	-0,40	-0,37	777	6.361	-0,78
Itapeerica da Serra	31	36.020	20.323	56	15.697	44	8.645	6.408	2.237	36.383	32.031	4.352	-0,62	-0,67	-0,32	180	1.433	-0,78
Itapevi	35	49.047	28.828	59	20.219	41	9.560	8.053	1.507	50.405	44.644	5.761	-0,68	-0,69	-0,59	72	953	-0,86
Itaquaquecetuba	36	68.844	41.793	61	27.051	39	12.957	11.227	1.730	69.627	59.516	10.111	-0,69	-0,68	-0,71	67	1.282	-0,90
Jandira	26	35.287	19.492	55	15.795	45	12.454	10.258	2.196	36.323	29.311	7.012	-0,49	-0,48	-0,52	141	762	-0,69
Juquitiba	62	2.618	1.552	59	1.066	41	664	464	200	2.707	1.972	735	-0,61	-0,62	-0,57	-	50	-1,00
Mairiporã	29	10.184	6.228	61	3.956	39	1.607	1.335	272	10.290	7.997	2.293	-0,73	-0,71	-0,79	-	627	-1,00
Mauá	26	88.267	52.288	59	35.979	41	27.791	23.497	4.294	91.113	79.227	11.886	-0,53	-0,54	-0,47	298	2.294	-0,77
Mogi das Cruzes	53	33.191	21.022	63	12.169	37	29.377	18.735	10.642	33.622	29.215	4.407	-0,07	-0,22	0,41	1.016	982	0,02
Osasco	14	126.069	71.622	57	54.447	43	74.796	55.456	19.340	128.154	108.238	19.916	-0,26	-0,32	-0,01	1.851	5.425	-0,49
Pirapora do Bom Jesus	43	2.955	1.742	59	1.213	41	398	345	53	3.021	2.724	297	-0,77	-0,78	-0,70	-	26	-1,00
Poá	36	27.822	15.905	57	11.917	43	14.355	9.755	4.600	28.745	23.972	4.773	-0,33	-0,42	-0,02	87	828	-0,81
Ribeirão Pires	33	25.271	15.200	60	10.071	40	14.893	10.877	4.016	26.501	21.242	5.259	-0,28	-0,32	-0,13	127	746	-0,71
Rio Grande da Serra	38	14.318	8.345	58	5.973	42	2.092	1.716	376	14.862	12.148	2.714	-0,75	-0,75	-0,76	14	316	-0,92
Salesópolis	90	1.587	991	62	596	38	395	332	63	1.617	1.279	338	-0,61	-0,59	-0,69	-	71	-1,00
Santa Isabel	55	6.136	3.793	62	2.343	38	1.376	1.224	152	6.340	4.942	1.398	-0,64	-0,60	-0,80	25	195	-0,77
Santana de Parnaíba	32	26.467	15.456	58	11.011	42	16.096	12.401	3.695	27.209	21.267	5.942	-0,26	-0,26	-0,23	180	900	-0,67
Santo André	23	140.600	85.478	61	55.122	39	99.829	74.165	25.664	145.839	120.618	25.221	-0,19	-0,24	0,01	2.401	5.066	-0,36
São Bernardo do Campo	33	121.250	69.949	58	51.301	42	129.595	100.216	29.379	124.322	105.315	19.007	0,02	-0,02	0,21	3.745	4.367	-0,08
São Caetano do Sul	14	36.314	20.551	57	15.763	43	69.821	53.280	16.541	37.844	31.460	6.384	0,30	0,26	0,44	1.329	1.597	-0,09
São Lourenço da Serra	47	2.265	1.311	58	954	42	693	590	103	2.336	1.642	694	-0,54	-0,47	-0,74	12	58	-0,66
São Paulo	0	177.602	109.456	62	68.146	38	922.866	809.877	112.989	179.430	137.091	42.339	0,67	0,71	0,45	45.794	2.336	0,90
Suzano	38	41.509	25.822	62	15.687	38	21.788	18.495	3.293	42.456	36.839	5.617	-0,32	-0,33	-0,26	188	1.380	-0,76
Taboão da Serra	17	68.894	37.192	54	31.702	46	21.718	16.477	5.241	69.583	59.419	10.164	-0,52	-0,57	-0,32	310	4.068	-0,86
Vargem Grande Paulista	42	8.027	4.718	59	3.309	41	2.818	1.943	875	8.230	6.746	1.484	-0,49	-0,55	-0,26	21	197	-0,81
Total (2)		1.769.679	1.032.647	58	737.032	42	1.808.100	1.510.982	297.118	1.808.100	1.510.982	297.118				61.541	61.541	

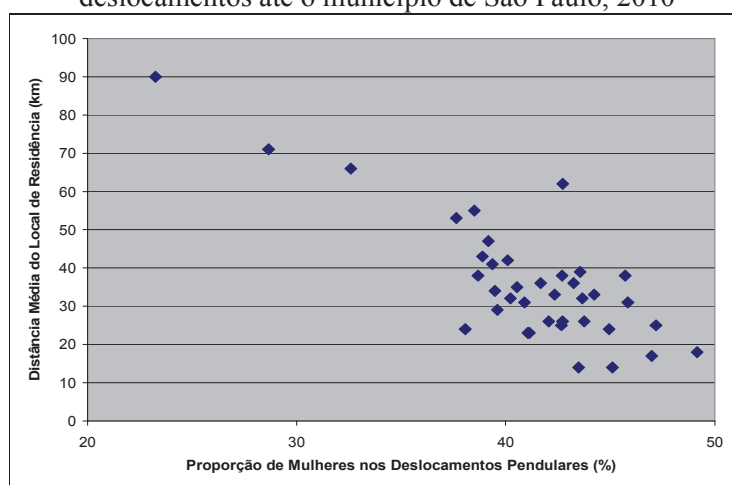
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Notas: (1) No cálculo da "Mobilidade Pendular Intrametropolitana" foram excluídos os deslocamentos para estudo da população que se deslocou para estudo e trabalho, tendo como direção um único município (refere-se à coluna "Mobilidade Pendular Para Estudo Sobreposta").

(2) A mobilidade pendular motivada pelo trabalho agrupa todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que realizou o referido deslocamento e, para o deslocamento motivado pelo estudo, não há corte etário, conforme critérios de coleta censitários (IBGE, 2013). (3) Distância da Sede do município em relação ao Marco Zero do município de São Paulo, Sede da RMSP.

Pelo Gráfico 4.1 verifica-se que a proporção de mulheres nos deslocamentos pendulares da Região Metropolitana de São Paulo aumenta à medida que há uma diminuição na distância média necessária para se fazer o deslocamento para o trabalho ou estudo, mas em nenhum município esta proporção ultrapassa 50%. Além da distância, para vários destes municípios que registram menor proporção feminina nos deslocamentos pendulares, também há a questão de um menor contingente de pessoas ocupadas, o que acaba por criar uma menor demanda, especialmente por trabalho, em outros municípios, pois municípios próximos podem atender esta pequena pressão por emprego, por exemplo.

Gráfico 4.1 – Relação entre a proporção de mulheres nos deslocamentos pendulares dos municípios da RMSP para trabalho ou estudo e a distância média desenvolvida nos deslocamentos até o município de São Paulo, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Retomando a Tabela 4.1, vê-se que há uma forte concentração dos deslocamentos no município de São Paulo, tanto de entradas, quanto de saídas, expressando a importância do município no contexto da Região Metropolitana de São Paulo e sua influência sobre os municípios da região. Os grandes municípios demograficamente também são responsáveis por parte significativa dos deslocamentos pendulares de saídas, dentre eles, pela ordem, Santo André, Osasco, Guarulhos, São Bernardo do Campo e Carapicuíba, todos com mais de 100.000 deslocamentos cotidianamente. Os municípios do extremo leste e sudoeste da região metropolitana, que guardam longas distâncias da região central, são os que apresentam os menores volumes nos deslocamentos pendulares. Estes são municípios com características bem peculiares, poucos desenvolvidos economicamente e com vasto território predominantemente com vegetação nativa e extensas áreas de preservação ambiental, com baixa densidade populacional.

Dos 39 municípios da RMSP, apenas cinco municípios registram Índice de Eficácia de Pendularidade (IEP) total positivo. São Bernardo do Campo, Cajamar, São Caetano do Sul,

Barueri e São Paulo apresentam IEP total variando entre 0,02 e 0,67. São Paulo, Barueri e São Caetano do Sul alcançam índices positivos nos dois indicadores de pendularidade - trabalho e estudo, pois oferecem uma gama variada de empregos e um número razoável de vagas em escolas⁴⁴. São Bernardo do Campo⁴⁵ apesar de apresentar IEP total positivo, registra IEP para o trabalho negativo, mas quase nulo, ou seja, -0,02, com muita circulação de trabalhadores nos deslocamentos pendulares cotidianos, saindo 105.315 e entrando 100.216 pessoas. Cajamar, no sentido inverso, registra IEP para estudo negativo, mas os deslocamentos para o trabalho em direção ao município deixam o IEP total positivo.

Por outro lado, 34 municípios apresentam IEP total negativo, oscilando entre -0,07 (Mogi das Cruzes) e -0,86 (Francisco Morato), com 19 destes municípios registrando IEP total negativo superior a 0,50, mostrando a forte dependência desses municípios à estrutura de emprego e educação da Capital e dos municípios de grande porte econômico da região. Isto confirma a força centrípeta que o município de São Paulo exerce sobre os demais da região. O município de Mogi das Cruzes apresenta uma peculiaridade, apesar de registrar um IEP total negativo em -0,07, mas em função da boa estrutura educacional lá existente, principalmente universitária, aponta um IEP para estudo positivo em 0,44. No outro extremo, o município de Francisco Morato, com características ainda de “município-dormitório” (CUNHA, 1994) e IEP para o trabalho de -0,88, gerando ainda um IEP para estudo de -0,62, mostrando a intensa deficiência no atendimento educacional local e a falta de empregos que consigam manter a sua população desenvolvendo tarefas no próprio município, sem a necessidade de deslocamentos a longas distâncias.

A população pendular de menos de 10 anos de idade corresponde a 3% da população total pendular intrametropolitana, chegando a 52.399 crianças se deslocando entre os municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Muito certamente, a grande maioria é de crianças que acompanham seus pais em direção ao trabalho, com o objetivo de conciliar os interesses pessoais de trabalho com a administração do dia-a-dia da família, colocando seus filhos numa creche ou escola de ensino fundamental próxima do respectivo trabalho. Na Tabela 4.2 são mostrados os totais desta população pendular por sexo, segundo os municípios de origem dos deslocamentos, além do registro do principal município receptor destes pendulares. Observando o município de destino, vê-se, nestes casos específicos de crianças menores de 10 anos de idade, que a proximidade geográfica entre os municípios tem

⁴⁴ Os municípios de Barueri, Cajamar, Santana de Parnaíba, São Caetano do Sul e São Lourenço da Serra registram, segundo a RAIS 2010 (Tabela 4.3), mais empregos informais que população residente no próprio município ocupada. Portanto, para estes municípios há um excedente de postos de trabalho que são cobertos por uma população de fora e que exige um movimento pendular em sua direção.

⁴⁵ São Bernardo do Campo é o sexto município com maior PIB do Estado de São Paulo, com um importante parque industrial instalado em seu território, notadamente da indústria automobilística e de autopeças, mas também registra grande diversificação econômica (IBGE, CIDADES, 2015).

importância crucial na decisão do deslocamento com um infante. Quase todos os principais municípios receptores estão conurbados com o município de origem dos movimentos pendulares, cujos limites territoriais são transparentes e quase inexistentes para a maioria da população. Algumas cidades da RMSP são separadas apenas por uma rua ou avenida e a escolha da escola pode estar atrelada a uma certa comodidade de proximidade, disponibilidade de vagas ou à qualidade do ensino da escola que fica apenas “do outro lado da rua”, o que levaria a população a se tornar pendular apenas pela formalização da mudança de município.

Tabela 4.2 - População pendular intrametropolitana para estudo, de menos de 10 anos de idade, por sexo, segundo os municípios de residência, Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Municípios de Residência	Total	Sexo				Principal município de destino dos deslocamentos para estudo
		Masculino	(%)	Feminino	(%)	
Arujá	293	156	53	137	47	Guarulhos
Barueri	1.049	496	47	553	53	Santana de Parnaíba
Biritiba-Mirim	113	40	35	73	65	Mogi das Cruzes
Caleiras	490	220	45	270	55	São Paulo
Cajamar	391	198	51	193	49	Santana de Parnaíba
Carapicuíba	3.165	1.661	52	1.504	48	Osasco
Cotia	1.421	706	50	715	50	São Paulo
Diadema	2.987	1.605	54	1.382	46	São Bernardo do Campo
Embu	2.074	957	46	1.117	54	São Paulo
Embu-Guaçu	132	54	41	78	59	São Paulo
Ferraz de Vasconcelos	2.194	1.142	52	1.052	48	São Paulo
Francisco Morato	542	315	58	227	42	Franco da Rocha
Franco da Rocha	583	370	63	213	37	Caleiras
Guararema	93	44	47	49	53	Mogi das Cruzes
Guarulhos	1.866	1.033	55	833	45	São Paulo
Itapeverica da Serra	962	431	45	531	55	São Paulo
Itapevi	1.052	468	44	584	56	Jandira
Itaquaquecetuba	2.600	1.187	46	1.413	54	São Paulo
Jandira	1.772	863	49	909	51	Barueri
Juquitiba	52	20	38	32	62	Embu-Guaçu
Mairiporã	360	192	53	168	47	São Paulo
Mauá	1.377	546	40	831	60	Santo André
Mogi das Cruzes	549	280	51	269	49	Suzano
Osasco	3.763	2.011	53	1.752	47	São Paulo
Pirapora do Bom Jesus	28	22	79	6	21	Santana de Parnaíba
Poá	958	485	51	473	49	Ferraz de Vasconcelos
Ribeirão Pires	739	397	54	342	46	Mauá
Rio Grande da Serra	757	372	49	385	51	Ribeirão Pires
Santa Isabel	137	49	36	88	64	Arujá
Santana de Parnaíba	1.186	509	43	677	57	Barueri
Santo André	3.059	1.434	47	1.625	53	São Bernardo do Campo
São Bernardo do Campo	2.288	1.275	56	1.013	44	Santo André
São Caetano do Sul	526	241	46	285	54	Santo André
São Lourenço da Serra	113	47	42	66	58	Juquitiba
São Paulo	9.374	4.513	48	4.861	52	Diadema
Suzano	643	355	55	288	45	Poá
Taboão da Serra	2.392	1.214	51	1.178	49	São Paulo
Vargem Grande Paulista	319	128	40	191	60	Cotia
Total	52.399	26.036	50	26.363	50	São Paulo

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Nota: Para esta população não foi aplicado o quesito sobre mobilidade pendular para o trabalho.

Este grupo populacional, da Tabela 4.2, juntamente com a população de 10 anos ou mais de idade que praticaram a mobilidade pendular para o trabalho e/ou estudo entrarão no processo de determinação do espaço de vida da população (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), segundo os municípios da RMSP.

4.2 Espaço de Vida da População da Região Metropolitana de São Paulo

Aos observarmos o comportamento pendular cotidiano da população metropolitana é possível apontar o espaço de vida desta população⁴⁶, a sua dimensão, alcance, intensidade e vínculos criados com este espaço. É neste espaço de vida que a população exerce as suas atividades cotidianas (COURGEAU, 1975, 1980, 1988), sem se preocupar com os limites territoriais, muitas vezes apenas de caráter puramente legislativo e tributário, mas completamente diferente na experiência de vida e relações cotidianas de sua população.

Os mapas que são apresentados na sequência mostram o espaço de vida da população dos municípios da RMSP (Mapa 4.1⁴⁷), a partir dos dados de pendularidade para o trabalho e/ou estudo (SUSINO, 2001, 2003), trazendo também as informações sobre o peso relativo que cada município “receptor” tem em relação ao total de deslocamentos do município de residência base da população pendular. Há muita heterogeneidade nos processos de deslocamentos populacionais na RMSP, que pode ser explicada por fatores históricos de formação do município, da função que cada município desempenha em relação aos municípios vizinhos e de suas vinculações, do perfil e da formação populacional, das deficiências estruturais dos municípios em relação ao emprego ou a uma oferta educacional deficitária, das condições da estrutura viária, da acessibilidade e oferta de transportes existentes, da composição da estrutura etária populacional, da distância entre os municípios, das barreiras físicas ou de isolamento que é imposto pelos intensos congestionamentos cotidianos, entre outros fatores.

Com estes mapas teremos a representação direta dos espaços de vida, os municípios que os compõem⁴⁸, suas quantidades, a dispersão territorial e amplitude, a intensidade que cada município do espaço de vida registra em relação ao município de residência da população (principais destinos da mobilidade para o trabalho e/ou estudo), além da possibilidade de observar o uso que fazem do território metropolitano. A cada novo município que entra na rota dos deslocamentos da população para trabalho e/ou estudo, isto acaba ampliando o espaço de vida da população e alterando o seu desenho e, da mesma forma, a exclusão por completo de alguns movimentos pendulares do cotidiano das pessoas acaba por

⁴⁶ O estudo vai se concentrar no espaço de vida metropolitano, em função do escopo deste trabalho, mas sabe-se que o espaço de vida da população metropolitana, a partir da observação dos deslocamentos pendulares habituais, conforme apurado durante esta pesquisa, extrapola a Região Metropolitana de São Paulo, a própria Unidade da Federação e até o país.

⁴⁷ Na confecção dos mapas adotou-se os seguintes critérios: Em função da grande concentração de valores com baixa participação relativa no fenômeno ou da ausência de deslocamentos em direção a muitos municípios da RMSP (entre algumas origens e destinos), da média aritmética quase que constante entre os diversos municípios, optou-se por usar como parâmetros de separação dos quintis, os valores combinados das médias aritmética, geométrica e harmônica, deixando a última classe apenas com o município que apresentasse a primazia do fenômeno estudado, ou seja, ficaria em destaque e com valor sempre superior a 50%.

⁴⁸ Estes municípios podem representar preferências ou escolhas da população, bem como uma necessidade ou movimento imposto pelas estruturas do capital sobre a população.

reduzir o espaço de vida da população, que tem uma forte ligação e completamente dependente do ciclo vital da população.

A lógica dos deslocamentos para estudo e/ ou trabalho é essencialmente baseada na proximidade (ALBERICH, 2014) e os processos de deslocamentos que ocorrem na RMSP não fogem à esta regra, com parte significativa dos deslocamentos pendulares concentrados nos municípios próximos à origem, dado que os deslocamentos são cotidianos e dispensam várias horas diariamente da população. A população além de dar preferência nos deslocamentos pendulares de curta distância e nas proximidades, observa-se que há uma forte concentração destes deslocamentos para os municípios segundo as regiões (norte, sul, leste, oeste, sudeste e sudoeste) e a Capital, dado o seu peso no contexto metropolitano. Os espaços de vida da RMSP se mostram geralmente concêntricos regionalmente e direcionados no caminho da Capital, à exceção do município de Guarulhos que parece formar um grande bloco com o município de São Paulo.

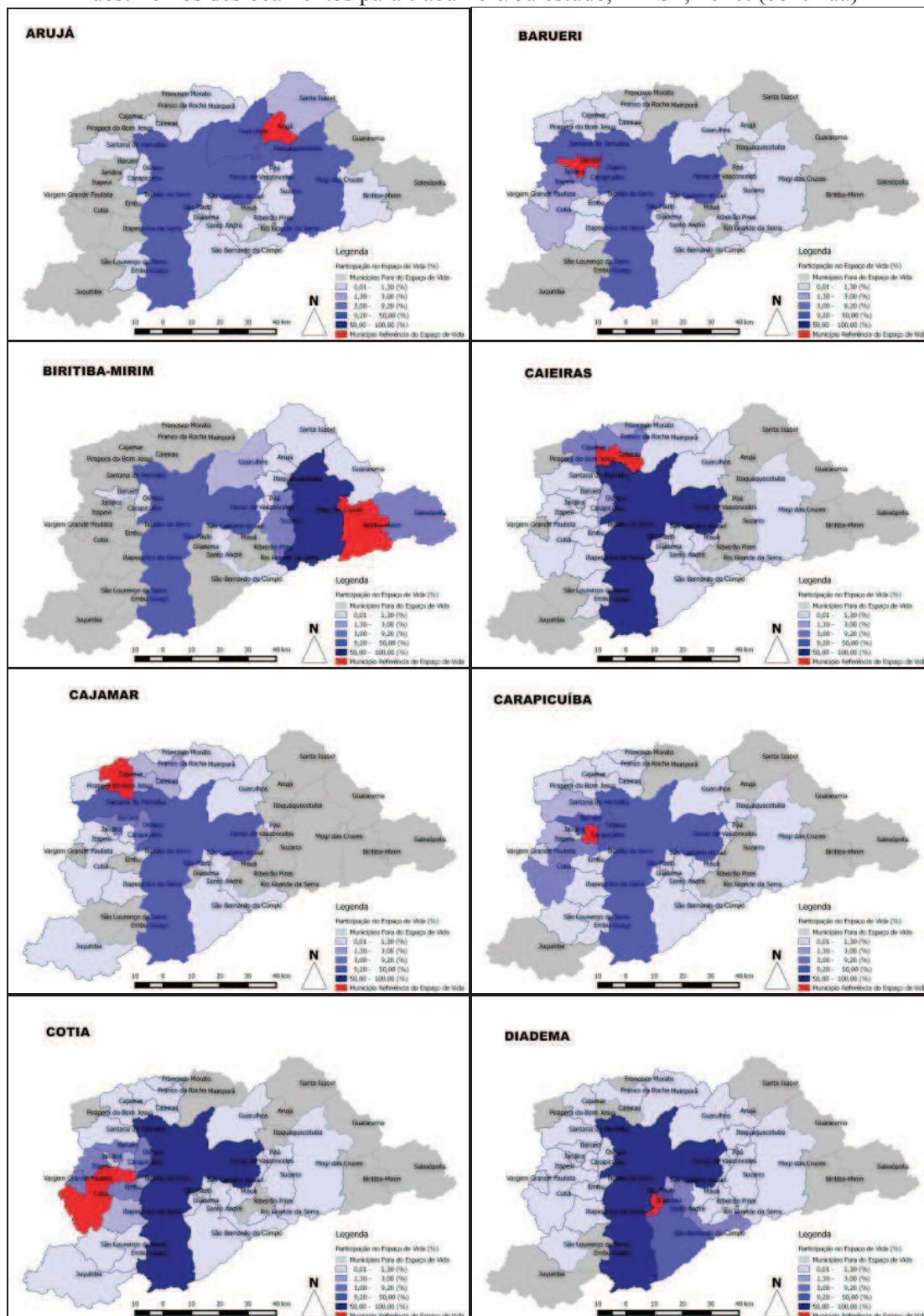
Esta relação de proximidade e os vínculos criados são visíveis pela configuração nos mapas dos espaços de vida. Também se nota que os espaços de vida dos municípios mais distantes da região central da metrópole são mais reduzidos territorialmente em termos de número de municípios vinculados. A participação relativa dos municípios na faixa de classe entre 0,01% e 1,30% prevalece entre os espaços de vida, com uma média de 18 municípios nesta condição no espaço de vida da RMSP, mostrando, nestes casos, um espaço de vida mais fragmentado.

Cada município tem uma determinada importância dentro do espaço de vida, que é traduzida exatamente por esta intensidade e demonstra como a população se relaciona com os lugares e mostra, de certa forma, o nível de dependência entre os municípios. Quanto mais intenso os vínculos, mais importante é o município de destino nessas relações e mais o município de origem é dependente neste processo, sem contar que a dependência é uma mão de duas vias, num processo mútuo de dependência.

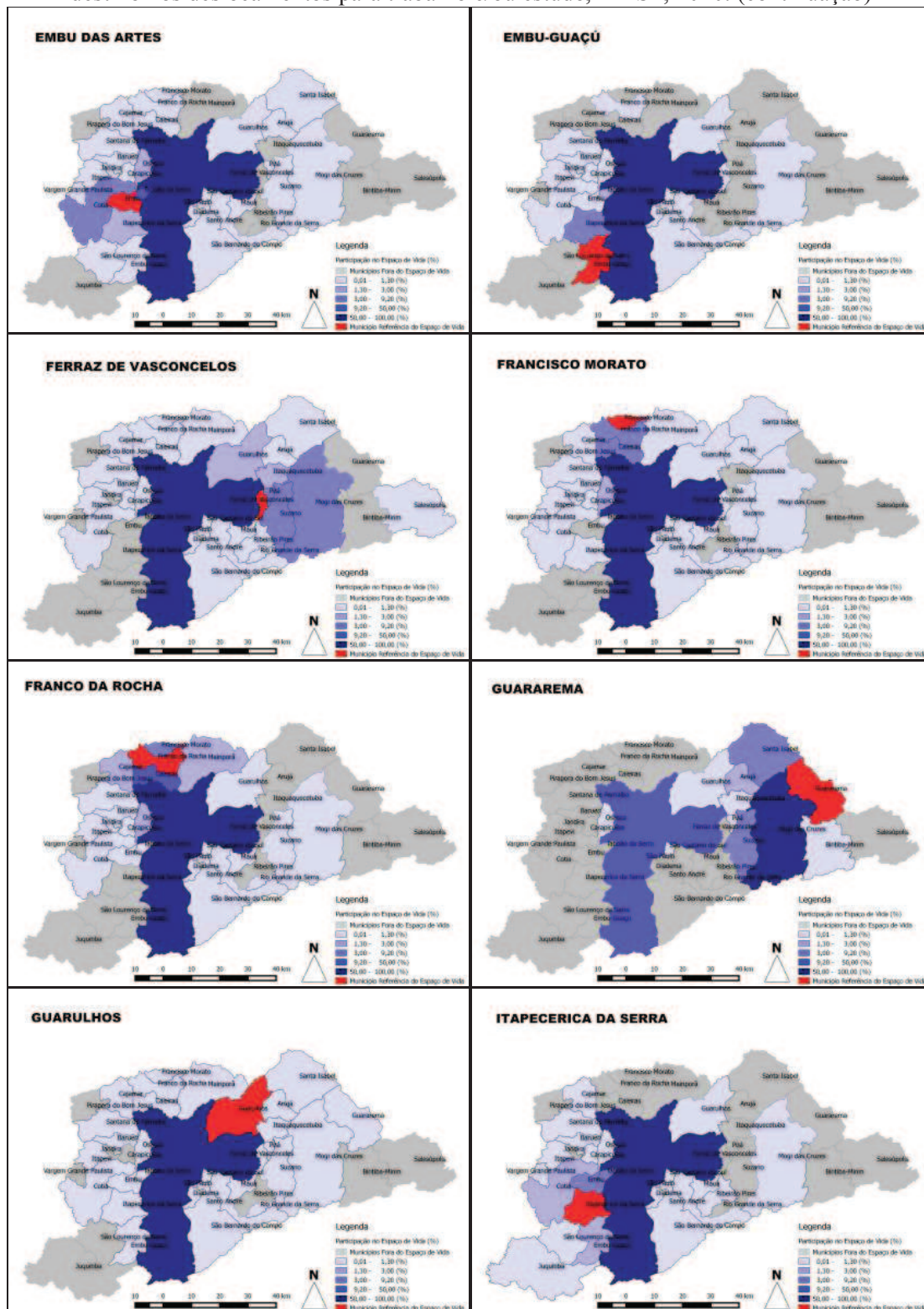
Conquanto a proximidade tenha importância nos deslocamentos cotidianos, em muitos espaços de vida pode-se observar que a população da RMSP supera as barreiras de longas distâncias e de dificuldades de acesso para atingir municípios em outros extremos da região, local em que a oportunidade de trabalho ou estudo se encaixou na busca realizada pela população⁴⁹.

⁴⁹ Esta condição tem a ver com a segunda lei da migração de Ravenstein (1885), em que o autor aponta que a mobilidade diminui com a distância e quem realiza os movimentos procede de áreas próximas. As pessoas não deixam de atingir locais bem distantes, mas é uma parcela mínima que o faz.

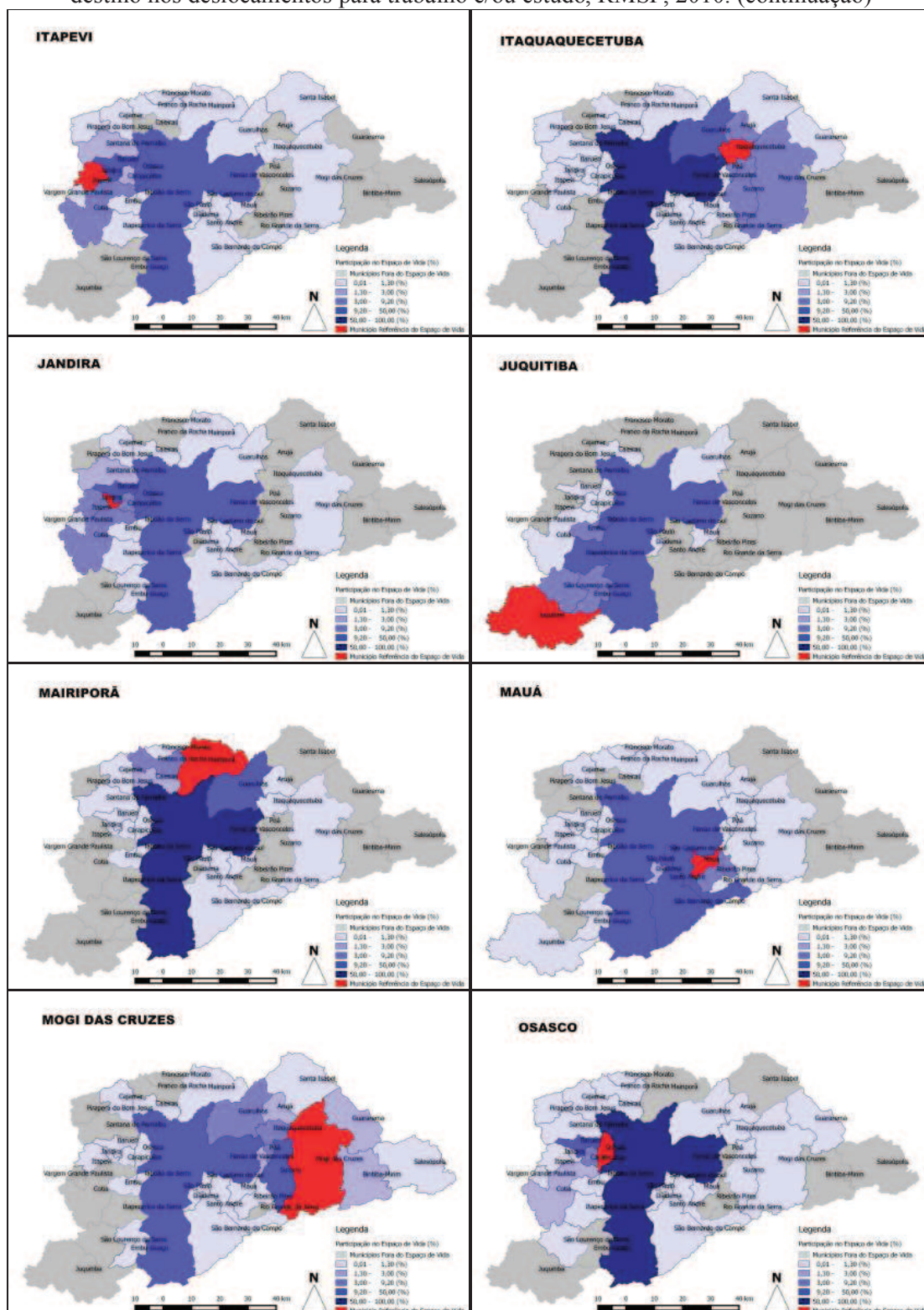
Mapa 4.1 - Espaço de vida intrametropolitano da população dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2010. (continua)



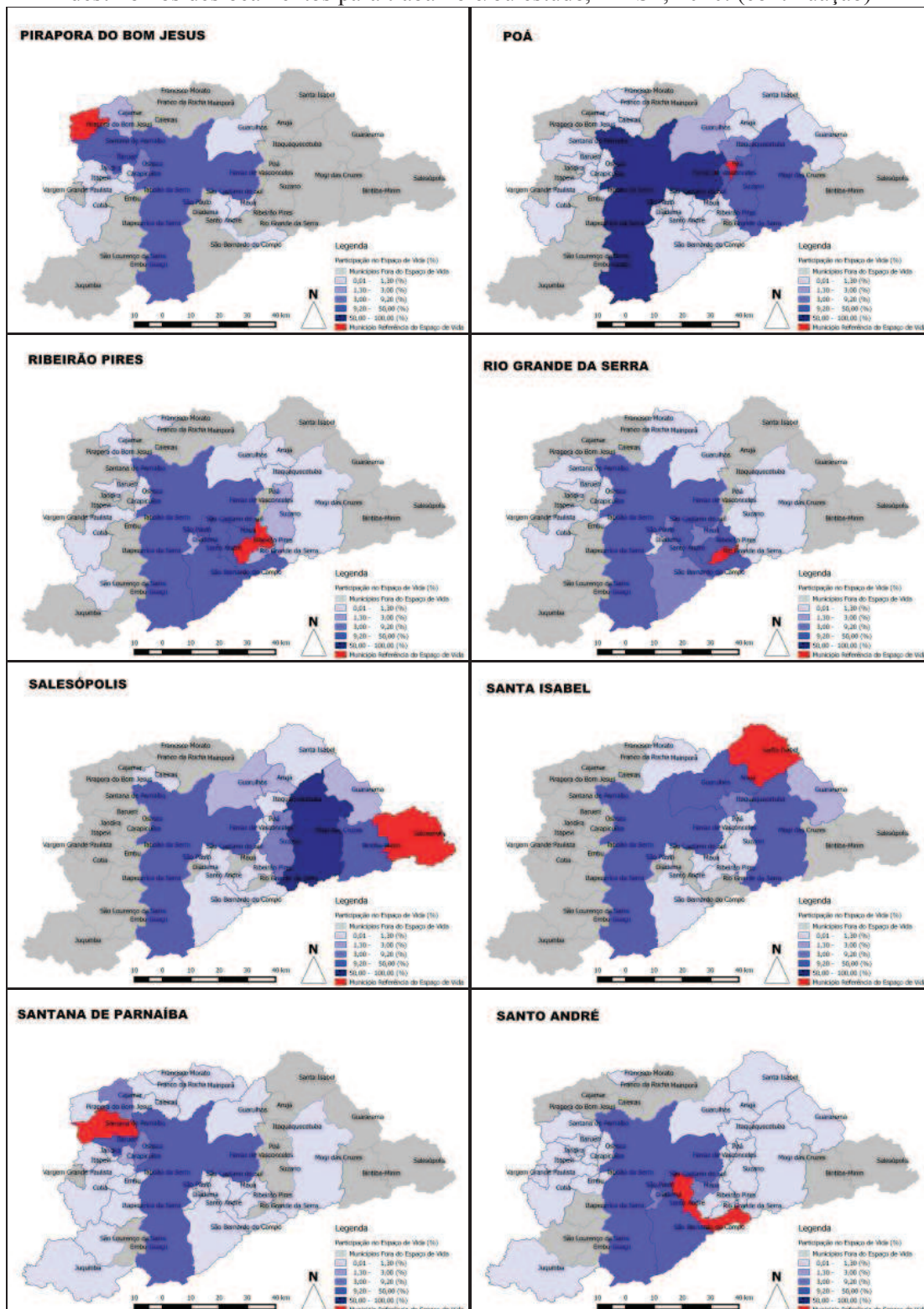
Mapa 4.1 - Espaço de vida intrametropolitano da população dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2010. (continuação)



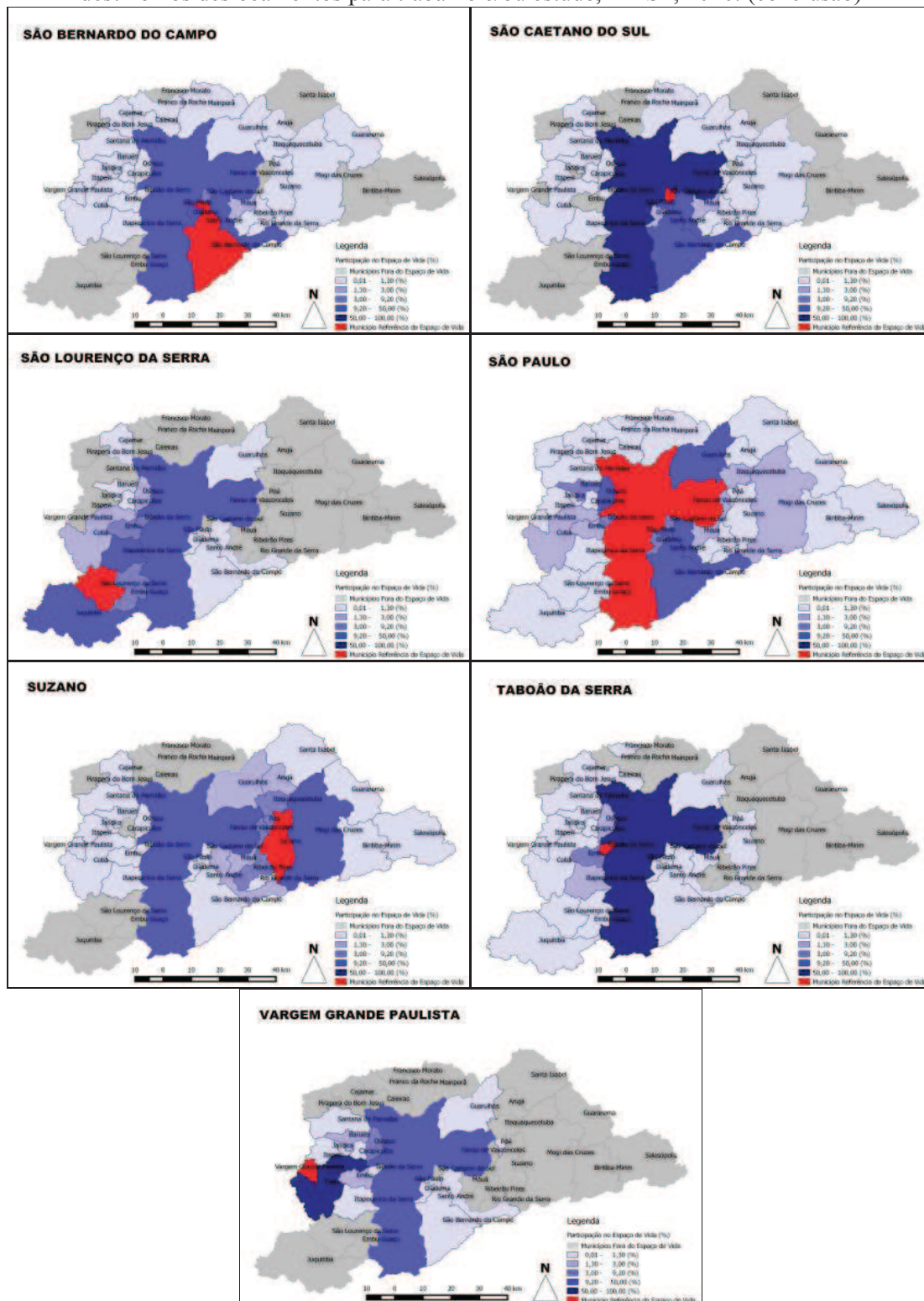
Mapa 4.1 - Espaço de vida intrametropolitano da população dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2010. (continuação)



Mapa 4.1 - Espaço de vida intrametropolitano da população dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2010. (continuação)



Mapa 4.1 - Espaço de vida intrametropolitano da população dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2010. (conclusão)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor, 2015.

Apesar dos 39 municípios da RMSP apresentarem certa heterogeneidade na configuração dos espaços de vida, é possível observar alguns padrões e homogeneidade na distribuição dos espaços de vida da população, segundo alguns aspectos. A população de quatro municípios tem uma forte ligação com algum município subregionalmente e, secundariamente, com a Capital metropolitana, sem deixar de se envolver, de forma mais branda, com muitos outros municípios da região⁵⁰. Mogi das Cruzes aparece como um município central na vida dessa população.

Outros 18 municípios apresentam um perfil no seu espaço de vida diferenciado, pois não há um município central e primaz nas relações cotidianas e vários municípios acabam tendo muita importância no dia-a-dia da população, com a Capital dividindo a preferência com estes municípios, o que Alberich (2014) chamou de espaço de vida policêntrico. Apesar desta homogeneidade no aspecto relativo das relações no espaço de vida, o conjunto de municípios é muito heterogêneo em termos de condições socioeconômicas e demográficas. Encontraremos dividindo esta condição os municípios de Pirapora do Bom Jesus, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra, Carapicuíba, Santo André, entre tantos outros⁵¹. Para estes espaços de vida a disponibilidade de empregos externos se encontra de forma mais dispersa, seguindo a lógica da desconcentração produtiva que continua atuando na RMSP.

No terceiro grupo temos 16 municípios da RMSP que concentram e desenvolvem com o município de São Paulo as relações mais intensas nos espaços de vida. O município de São Paulo, núcleo central dominante, é essencial na vida da população destes 16 municípios⁵². Guarulhos extrapola esta relação com a Capital, pois apesar de registrar uma amplitude maior no seu espaço de vida, tem um cotidiano quase que exclusivamente voltado para o município de São Paulo e uma forte ligação de sua população com a Capital.

Por último, o município de São Paulo, cuja característica principal e única é sua população se relacionar com todos os demais municípios da RMSP, não existindo um município de destino que tenha a primazia, mas aparecem como municípios importantes no espaço de vida paulistano Guarulhos, Osasco, Santo André e São Bernardo do Campo. Neste caso podemos tomar o município de São Paulo como o “espaço de vida coletivo” proposto

⁵⁰ Os quatro municípios são: Biritiba-Mirim, Guararema, Salesópolis na porção leste da região e Vargem Grande Paulista, na porção oeste. Para o ano 2000 apenas Biritiba-Mirim e Salesópolis se enquadram nesta característica, tendo Mogi das Cruzes como município central.

⁵¹ Compõem este segundo grupo estes 18 municípios: Arujá, Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Jquitiba, Mauá, Mogi das Cruzes, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Lourenço da Serra e Suzano. Para o ano de 2000 havia 14 municípios nesta mesma condição.

⁵² Compõem este terceiro grupo estes 16 municípios: Caieiras, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarulhos, Itapeceira da Serra, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Osasco, Poá, São Caetano do Sul e Taboão da Serra. Para o ano 2000 havia 23 municípios nesta mesma condição, isto é, tendo a Capital como município primaz. Faziam parte deste grupo em 2000, os seguintes municípios: Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e Suzano.

originariamente por Susino (2001), pois ele envolve todas as municipalidades da região metropolitana nos movimentos pendulares.

Nestes processos do cotidiano três municípios aparecem com primazia sobre os demais municípios em relação aos deslocamentos para trabalho e/ou estudo. Cotia, Mogi das Cruzes e São Paulo são estes municípios. Em relação aos municípios de Mogi das Cruzes e São Paulo está claro o papel que exercem sobre os demais municípios da metrópole desde há muito tempo, mas o surgimento de Cotia como primaz para o município de Vargem Grande Paulista revela a força concentrada nos condomínios luxuosos de Granja Viana e a boa oferta de empregos na indústria e nos serviços para a população da cidade vizinha, pois 82% dos deslocamentos pendulares que saem de Vargem Grande Paulista são motivados pelo trabalho e 18% para estudo. Do total de deslocamentos pendulares, 56,31% vão em direção ao município de Cotia.

Outros trabalhos já apontavam a centralidade do município de São Paulo e a forte atração que exerce sobre a mobilidade da população da RMSP (CUNHA, 1994; ANTICO, 2003). Esta força ainda continua exercendo papel importante nos processos de mobilidade da população na região e determinando a composição dos espaços de vida da população segundo os municípios de residência.

Deste conjunto analisado, pode-se colocar que nove municípios formam a centralidade da mobilidade intrametropolitana⁵³, pois concentram 79% dos fluxos pendulares intrametropolitanos recebidos, com cada um destes municípios respondendo por mais de 2% dos fluxos e interagindo com pelo menos 29 municípios da região cada um, ou seja, um número bem expressivo de municípios que mantém relacionamento com estes nove municípios catalisadores dos movimentos pendulares.

No Mapa 4.1a é mostrada a configuração da centralidade da mobilidade metropolitana. Os municípios em destaque nesta nova fase dos deslocamentos de população ficam na face oeste da região (Barueri, Santana de Parnaíba e Cotia), com características parecidas de alta concentração de renda em áreas específicas dos municípios e uma economia nova e forte, com excelente oferta de empregos, que chega a superar a população em idade ativa, como no caso de Barueri.

A intensidade e a presença ou não de determinada população de um município nos deslocamentos pendulares, principalmente na mobilidade pendular para o trabalho, depende muito do volume e da estrutura etária de sua população, do nível e qualidade do emprego disponível no próprio município e, como visto, também da oferta e de boas oportunidades de empregos nos municípios circunvizinhos, dado que a mobilidade pendular se processa com

⁵³ Os nove municípios são Barueri, Cotia, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Osasco, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo.

mais intensidade em curtas distâncias e em direção aos municípios dos arredores ou ao município central da região.

Mapa 4.1a – Centralidade da Mobilidade Intrametropolitana, RMSP, 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Na Tabela 4.3 são apresentadas as distribuições das populações dos municípios, a população em idade ativa (PIA) do município com 10 anos ou mais de idade, a população ocupada (PO) do município de 10 anos ou mais de idade (total, não pendular, que reside e trabalha no município, que reside e trabalha fora do município, que trabalha em mais de um município), a população ocupada que trabalha no município (RAIS) e a população que faz os deslocamentos pendulares motivados pelo trabalho (saídas e entradas), tendo como fonte de dados principal o Censo Demográfico de 2010.

Com estas informações é possível medir a intensidade dos movimentos pendulares, os impactos que causam nos municípios de destino e origem e conhecer a distribuição da população ocupada segundo a sua situação de mobilidade. Usando a proporção de pendulares sobre o total de ocupados do município temos de que forma se mostra a intensidade do fenômeno da mobilidade pendular no município. Sendo uma medida padrão, é possível comparar o fenômeno entre os municípios metropolitanos, inclusive sobre a PIA.

O uso da proporção da PIA que realiza movimento pendular pode ser entendido como um indicador não apenas de impacto, mas também de intensidade do fenômeno na medida em que relaciona o evento (a pendularidade) como a população que supostamente o estaria gerando (a população em idade ativa residente). Uma vez que a captação do fenômeno, segundo o IBGE, refere-se à última semana antes do Censo, o uso da PIA recenseada como denominador é bastante adequado. (CUNHA et al., 2013, p. 11).

Tabela 4.3 - População total, População em Idade Ativa (PIA), empregos formais e participação, População Ocupada (PO) total e por situação, volume de pessoas envolvidas na mobilidade pendular intrametropolitana motivada pelo trabalho (entradas e saídas), proporção sobre a PIA e PO, segundo os municípios, Região Metropolitana de São Paulo, 2010 (1) (2)

Municípios	População Total	PIA (10 anos ou mais de idade)	Empregos Formais (RAIS) em 31 de dezembro de 2010	(%) RAIS	PO Total (PO)	PO (Não Pendular)	PO (Pendular Intramunicipal)	PO (Pendular Externa a RMSP)	PO (Pendular Mais de Um Município)	Mobilidade Pendular Para o Trabalho (Intrametropolitana)			Saídas / PIA (%)	Saídas / PO Total (%)	Entradas / PO Total (%)
										Entradas	Saídas	Trocas			
Arujá	74.905	63.359	19.827	0,28	33.903	6.607	15.262	446	249	10.595	11.339	-744	18	33	31
Barueri	240.749	204.324	242.279	3,38	113.862	17.382	61.184	2.344	813	88.493	32.139	56.354	16	28	78
Biritiba-Mirim	28.575	24.118	4.191	0,06	13.195	3.335	6.191	169	36	696	3.464	-2.768	14	26	5
Caieiras	86.529	73.504	22.592	0,32	42.052	5.038	16.982	1.459	320	6.387	18.253	-11.866	25	43	15
Cajamar	64.114	53.921	41.115	0,57	28.137	5.286	15.975	1.952	89	6.891	4.835	2.056	9	17	24
Carapicuíba	369.584	312.598	41.212	0,58	164.926	26.147	45.553	4.746	1.348	10.181	87.132	-76.951	28	53	6
Cotia	201.150	170.079	76.369	1,07	100.165	17.119	50.395	2.220	908	24.182	29.523	-5.341	17	29	24
Diadema	386.089	328.590	112.601	1,57	184.463	28.903	79.601	3.328	1.662	40.332	70.969	-30.637	22	38	22
Embu das Artes	240.230	201.615	45.348	0,63	110.055	16.028	36.032	3.148	974	11.311	53.873	-42.562	27	49	10
Embu-Guaçu	62.769	53.079	7.894	0,11	27.621	5.930	13.593	584	70	1.258	7.444	-6.186	14	27	5
Ferraz de Vasconcelos	168.306	141.331	19.505	0,27	75.601	10.888	21.553	1.225	594	7.127	41.341	-34.214	29	55	9
Francisco Morato	154.472	127.838	8.444	0,12	65.380	8.488	15.244	6.136	304	2.301	35.208	-32.907	28	54	4
Franco da Rocha	131.604	111.836	14.160	0,20	56.293	10.881	15.809	3.891	261	5.551	25.451	-19.900	23	45	10
Guararema	25.844	22.197	6.321	0,09	11.669	3.184	6.828	675	63	915	919	-4	4	8	8
Guarulhos	1.221.979	1.034.230	327.525	4,57	567.203	141.255	305.070	6.338	4.303	47.636	110.237	-62.601	11	19	8
Itapeverica da Serra	152.614	128.346	23.532	0,33	70.167	11.176	24.878	1.757	325	6.408	32.031	-25.623	25	46	9
Itapevi	200.769	165.780	27.626	0,39	86.363	11.677	26.298	2.846	898	8.053	44.644	-36.591	27	52	9
Itaquaquecetuba	321.770	266.095	39.514	0,55	133.845	21.725	48.866	2.942	796	11.227	59.516	-48.289	22	44	8
Jandira	108.344	91.253	17.732	0,25	54.178	6.380	16.465	1.446	576	10.258	29.311	-19.053	32	54	19
Juquitiba	28.737	24.023	3.664	0,05	12.789	3.353	7.049	262	153	464	1.972	-1.508	8	15	4
Mairiporã	80.956	69.825	14.498	0,20	37.361	8.441	19.621	1.082	220	1.335	7.997	-6.662	11	21	4
Mauá	417.064	357.459	68.419	0,95	188.782	22.035	82.112	3.459	1.949	23.497	79.227	-55.730	22	42	12
Mogi das Cruzes	387.779	329.764	90.487	1,26	174.374	34.126	106.764	2.896	1.373	18.735	29.215	-10.480	9	17	11
Osasco	666.740	574.104	164.973	2,30	317.870	71.701	129.137	6.530	2.264	55.456	108.238	-52.782	19	34	17
Pirapora do Bom Jesus	15.733	12.949	3.265	0,05	6.524	846	2.670	239	45	345	2.724	-2.379	21	42	5
Poá	106.013	90.274	34.991	0,49	47.988	6.644	15.590	1.148	634	9.755	23.972	-14.217	27	50	20
Ribeirão Pires	113.068	98.781	22.969	0,32	51.542	7.841	21.270	801	388	10.877	21.242	-10.365	22	41	21
Rio Grande da Serra	43.974	37.039	3.510	0,05	19.384	1.677	4.772	461	326	1.716	12.148	-10.432	33	63	9
Salesópolis	15.635	13.257	1.876	0,03	7.340	1.963	3.841	241	16	332	1.279	-947	10	17	5
Santa Isabel	50.453	43.241	10.302	0,14	22.098	4.870	11.476	657	153	1.224	4.942	-3.718	11	22	6
Santana de Parnaíba	108.813	91.952	61.111	0,85	52.018	9.361	19.595	1.251	544	12.401	21.267	-8.866	23	41	24
Santo André	676.407	595.250	193.991	2,71	334.952	59.360	147.185	3.980	3.809	74.165	120.618	-46.453	20	36	22
São Bernardo do Campo	765.463	665.428	282.678	3,94	379.258	79.357	185.126	4.572	4.888	100.216	105.315	-5.099	16	28	26
São Caetano do Sul	149.263	134.996	114.177	1,59	77.821	15.294	28.959	1.045	1.063	53.280	31.460	21.820	23	40	68
São Lourenço da Serra	13.973	11.977	8.225	0,11	6.452	1.804	2.888	98	20	590	1.642	-1.052	14	25	9
São Paulo	11.253.503	9.783.868	4.873.339	68,00	5.549.786	1.609.856	3.735.537	46.582	20.720	809.877	137.091	672.786	1	2	15
Suzano	262.480	222.977	47.964	0,67	113.721	20.238	53.988	1.904	752	18.495	36.839	-18.344	17	32	16
Taboão da Serra	244.528	207.501	57.261	0,80	119.867	14.188	42.941	2.410	909	16.477	59.419	-42.942	29	50	14
Vargem Grande Paulista	42.997	36.342	10.920	0,15	20.403	2.577	10.176	545	359	1.943	6.746	-4.803	19	33	10
Total	19.683.975	16.975.100	7.166.407	100,00	9.479.408	2.332.961	5.452.476	127.815	55.174	1.510.982	1.510.982		9	16	16

Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor; MTE, RAIS 2010.

Notas: (1) População ocupada (PO) de 10 anos ou mais de idade, na semana de referência anterior a data de referência do censo, determinada em 31/07/2010. (2) população na data de referência do censo demográfico 2010.

Dez dos 39 municípios da RMSP concentram 90,4% dos empregos formais da região, segundo a RAIS 2010, com o município de São Paulo liderando e participando com 68,0% (4.873.339 empregos), tornando-se importante na oferta de emprego para a população dos demais municípios da região metropolitana. Os 22,4% restantes estão assim distribuídos: os municípios mais industrializados, com 16,7% (Região do ABCD, Osasco e Guarulhos); o município de Barueri já representa 3,4% dos empregos (242.279); Mogi das Cruzes com 1,3% (90.487) e Cotia com 1,1% (76.369 empregos).

Esta assimetria na distribuição dos empregos formais na RMSP reforça a necessidade de deslocamentos da população entre os municípios, numa forma de ajuste entre o local de oferta da força de trabalho (local de residência) e local de demanda por mão-de-obra (local de trabalho), não obstante existir também uma assimetria na distribuição de população pelo território. Este desencaixe ou falta de correspondência entre o local de residência e o local de trabalho também foi constatado nos estudos de Cunha (1994), para o ano de 1970 e de Antico (2003), para os anos de 1987 e 1997.

O município de Barueri tem uma característica particular, pois registra mais empregos formais, segundo a RAIS, do que população em idade ativa residente no município, para 2010⁵⁴, derivada de uma nova dinâmica gerada pelos incentivos fiscais municipal. Outra característica que Barueri divide com outros três municípios (Cajamar, São Caetano do Sul e São Paulo) é que eles registram saldos positivos nas trocas pendulares. Os demais 35 municípios registram saldos negativos nas trocas, implicando na diminuição de circulação de população durante o dia no município, ao passo que as outras quatro cidades acabam recebendo uma população extra rotineiramente, com implicações diversas sobre o cotidiano dessas cidades.

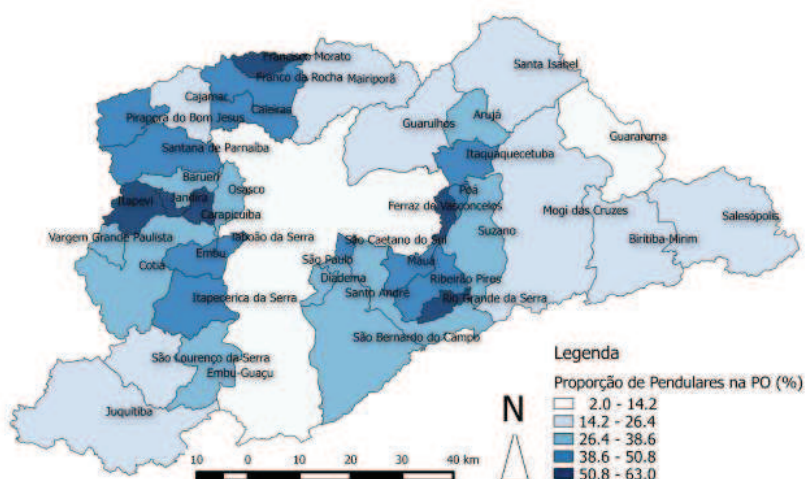
Ainda sobre a Tabela 4.3, observa-se que a proporção de pendulares sobre o total da população ocupada do município, para alguns municípios da região, apresenta valores elevados e superando, em alguns casos, 50%. São oito municípios⁵⁵ onde parte considerável de sua força de trabalho precisa empreender um deslocamento pendular para cumprir esta tarefa. De uma forma bem simples, são estes os municípios que podemos chamar de “municípios-dormitórios” (CUNHA, 1994), onde apresentam uma dinâmica diferente em função do perfil econômico e nível de desenvolvimento social, com poucas mudanças no seu papel dentro da RMSP nas últimas décadas.

⁵⁴ Há um descompasso entre a data de referência do Censo Demográfico 2010 (31/07/2010) e a da RAIS (31/12/2010), mas isto não compromete a grandeza do fenômeno e a importância desta característica na análise dos movimentos pendulares, que são quase uma exigência natural dos processos que envolvem o município de Barueri.

⁵⁵ Os oito municípios são: Carapicuíba, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Itapevi, Jandira, Poá, Rio Grande da Serra e Taboão da Serra.

Para o município de Rio Grande da Serra, de cada 100 pessoas ocupadas do município, 63 destas pessoas fazem o deslocamento pendular para outro município da RMSP. Já o município de Carapicuíba registra 53 pendulares intrametropolitanos para cada 100 ocupados do município, mas deve-se levar em consideração que este município tem um volume de 164.926 pessoas ocupadas, significando o deslocamento diário de 87.132 pessoas, ou seja, um volume considerável de pessoas saindo do município. Carapicuíba registra o maior saldo negativo nas trocas pendulares, com quase 77 mil pessoas e apresenta entre todos os oitos municípios a característica mais forte de município dormitório. No outro extremo, o município de São Paulo com 2 pessoas se deslocando para cada 100 ocupados da cidade. No Mapa 4.2 são mostrados os gradientes desta proporção de pendulares intrametropolitanos por município, segundo algumas classes de proporção. No mapa é possível verificar que muitos municípios que registram alto valor na proporção de pendulares sobre o total de ocupados do município gravitam em torno do município de São Paulo, local de alta concentração de empregos.

Mapa 4.2 – Proporção de pendulares sobre a população ocupada do município, por município, Região Metropolitana de São Paulo, 2010



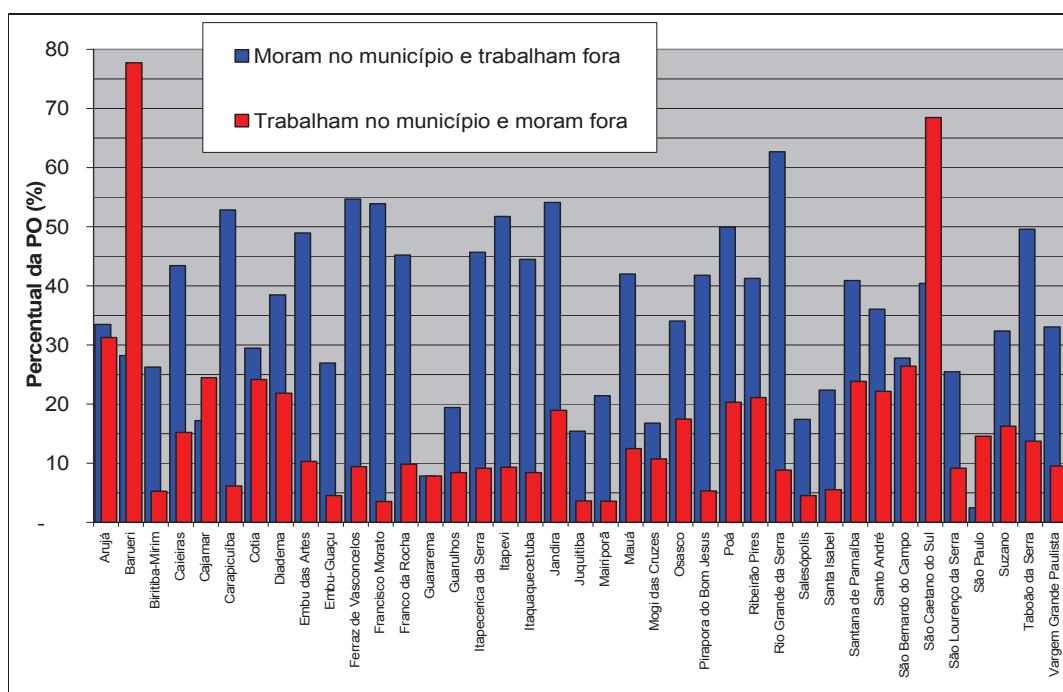
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Para 29 municípios da RMSP a parcela de trabalhadores no próprio município é maior que os trabalhadores que fazem deslocamentos para outros municípios. Apenas Embu das Artes e Franco da Rocha registram um equilíbrio entre as proporções de pessoas ocupadas na própria cidade e fora dela. Todos estes 31 municípios fogem da característica de municípios dormitórios, pois têm uma economia que consegue manter e absorver parcela importante da população através do trabalho local. Destes 31 municípios, 13 registram uma proporção superior a 70% de ocupados no próprio município, em função do ótimo dinamismo

econômico de alguns municípios e também pela estagnação econômica e do enorme distanciamento em relação à metrópole de outros.

No Gráfico 4.1 é possível a observação dos percentuais entre os ocupados residentes no município que trabalham fora e os ocupados que trabalham no município e moram fora, onde salta à vista a situação de Barueri e São Caetano do Sul, que registram um percentual elevado de pendulares que trabalham no município e moram fora. São duas cidades muito dependentes dos pendulares para fazer frente às demandas da economia local, principalmente Barueri, com 78%. Verifica-se também que há muito desequilíbrio entre os dois grupos, com predomínio de pendulares moradores dos municípios que trabalham fora.

Gráfico 4.1 – Percentual de ocupados residentes no município que trabalham fora e de ocupados que trabalham no município e moram fora do município, em relação à população total ocupada residente no município, RMSP, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

O que também é possível observar nos dados do Censo Demográfico 2010, através da renda média do trabalho principal⁵⁶, é que a mobilidade cotidiana leva o pendular intramunicipal a registrar uma renda média superior em 2% à renda dos moradores residentes ocupados não pendulares, ou seja, em relação àqueles que trabalham no próprio domicílio. Já

⁵⁶ Dados apurados diretamente da renda do trabalho principal, sem a realização de padronização ou cortes etários. Os grupos não pendular, pendular intramunicipal, pendular intermunicipal e pendular internacional apresentam estruturas etárias diferentes, mas neste caso o que se quer observar é a renda obtida pelos grupos nas condições sociais e demográficas em que se encontram. Sabe-se que há também, na população em geral, diferenciais de renda em relação ao sexo, educação e outras características sócio-demográficas.

o pendular intermunicipal tem uma renda média superior em 8% aos não pendulares ocupados. A diferença do não pendular em relação ao pendular internacional é ainda maior, chegando a 71%. O que se depreende destes dados é que, a decisão de realizar um deslocamento cotidiano, repetidamente, muitas vezes demorado, cansativo e cada vez mais distante do local de residência, também está relacionado aos ganhos diferenciais que se consegue nestas outras localidades, levando ao aumento na renda, que talvez parte da população não conseguiria no seu próprio município de residência ou mesmo signifique, em parte, que é resultado de uma migração, mas que o migrante optou por manter o posto de trabalho que detinha no município de residência anterior.

Através da Tabela 4.4 é possível constatar que parte considerável dos imigrantes de última etapa, que realizam deslocamentos pendulares para o trabalho e/ou estudo o fazem para o município de residência anterior, registrando uma proporção média de 42% e variando entre o mínimo de 24% (Itapevi) e o máximo de 72% (Mairiporã), com nove entre os 39 municípios registrando proporções superiores a 50%⁵⁷. Apesar de terem feito uma migração, essas pessoas continuam trabalhando e/ou estudando no município de origem⁵⁸, cuja referência principal é o município de São Paulo. Em função de a população manter o trabalho e/ou estudo no município anterior pode se afirmar que a razão desta migração não está ligada primordialmente ao trabalho, mas motivada por alguma questão habitacional ou objetivando alcançar melhores condições de vida para a família. Os espaços de vida destes imigrantes, que ainda mantêm com o local de residência anterior uma ligação através do trabalho e/ou estudo, se expandem pela agregação desta nova unidade territorial, trazendo conseqüências para o cotidiano da pessoa e da família.

Ainda sobre a Tabela 4.4, fica claro que os deslocamentos pendulares são realizados por uma maioria de não migrantes, ou seja, 75,66%. O município de São Paulo tem o maior percentual de pendulares não migrantes que se deslocam para outros municípios, com 86% (152.392 pessoas) e Santana de Parnaíba a menor proporção, com 54% (14.309 pessoas). Estes valores estão refletindo o processo de assentamento populacional dos municípios, pois os municípios que já estão mais consolidados registram um menor número de imigrantes (São Paulo) nos deslocamentos pendulares, ao passo que municípios ainda em formação e expansão, acabam atraindo muitos imigrantes e registram valores maiores nesta proporção (Santana de Parnaíba).

⁵⁷ Os municípios são: Cotia, Itapeverica da Serra, Salesópolis, Taboão da Serra, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Caieiras, Embu-Guaçu e Mairiporã, que se localizam, predominantemente, mais a oeste e norte da RMSP, conurbados com o município de São Paulo.

⁵⁸ O principal município de origem é São Paulo, com 126.606 pessoas, ou seja, 69,8% do total nesta categoria. Os demais municípios da RMSP representam 29,2% (53.055 pessoas) e o interior do Estado de São Paulo, outras Unidades da Federação e municípios ignorados agregam aproximadamente 1% (1.771 pessoas).

Tabela 4.4 - População pendular intrametropolitana total, não migrante e imigrante de última etapa, por local de origem e população imigrante de última etapa cujo município de residência anterior é o atual de trabalho ou estudo, segundo os municípios, Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Municípios	População Pendular									População imigrante de última etapa, pendular, cujo município de residência anterior é o atual de trabalho ou estudo	
	Total	Não Migrante	População Imigrante (Local da Última Etapa)								
			Total	País Estrangeiro	Outras UF's	Interior de SP	RMSP - Capital	RMSP - Periferia	Local Ignorado	Total	(%)
Arujá	13.942	9.199	4.743	65	419	332	1.833	1.930	164	2.126	45
Barueri	39.466	28.472	10.994	156	2.596	620	2.859	4.263	500	3.499	32
Biritiba-Mirim	3.958	2.888	1.070	-	40	98	326	606	-	516	48
Caieiras	20.988	14.408	6.580	-	716	298	4.056	1.259	251	3.981	61
Cajamar	6.428	3.684	2.744	-	422	221	984	1.075	42	1.179	43
Carapicuíba	99.967	79.378	20.589	172	6.174	1.097	4.389	7.571	1.186	5.713	28
Cotia	35.866	20.969	14.897	128	1.587	870	7.328	4.433	551	7.402	50
Diadema	85.102	65.953	19.149	104	5.839	856	7.716	3.855	779	8.692	45
Embu	61.977	47.139	14.838	33	4.243	603	6.664	2.601	694	6.396	43
Embu-Guaçu	9.017	6.801	2.216	-	374	117	1.491	225	9	1.515	68
Ferraz de Vasconcelos	48.348	34.600	13.748	119	2.336	501	8.138	1.978	676	7.637	56
Francisco Morato	37.714	28.999	8.715	22	2.367	422	3.994	1.641	269	3.764	43
Franco da Rocha	27.936	21.532	6.404	20	1.195	331	2.593	1.903	362	2.881	45
Guararema	1.604	1.124	480	-	61	44	163	197	15	147	31
Guarulhos	126.826	95.742	31.084	325	6.249	1.621	18.876	2.249	1.764	18.538	60
Itapeverica da Serra	36.020	26.960	9.060	-	2.155	466	4.265	1.710	464	4.579	51
Itapevi	49.046	35.902	13.144	89	3.498	583	2.793	5.687	494	3.121	24
Itaquaquecetuba	68.843	48.618	20.225	10	3.840	1.131	9.016	5.019	1.209	9.086	45
Jandira	35.287	24.021	11.266	8	2.351	492	2.017	5.852	546	3.519	31
Juquitiba	2.618	1.882	736	10	141	76	336	151	22	193	26
Mairiporã	10.185	6.342	3.843	59	321	145	2.659	537	122	2.764	72
Mauá	88.268	74.153	14.115	43	4.685	1.018	2.414	5.410	545	3.711	26
Mogi das Cruzes	33.191	24.302	8.889	117	977	855	3.536	3.149	255	3.885	44
Osasco	126.071	99.109	26.962	177	7.469	2.311	10.819	4.793	1.393	10.622	39
Pirapora do Bom Jesus	2.955	1.979	976	-	200	27	114	579	56	317	32
Poá	27.822	20.454	7.368	20	888	218	3.160	2.780	302	3.263	44
Ribeirão Pires	25.270	19.707	5.563	50	633	256	710	3.612	302	1.977	36
Rio Grande da Serra	14.319	11.235	3.084	17	543	243	315	1.796	170	848	27
Salesópolis	1.587	1.386	201	-	5	29	37	130	-	109	54
Santa Isabel	6.137	4.605	1.532	18	195	173	393	675	78	543	35
Santana de Parnaíba	26.466	14.309	12.157	367	1.474	538	4.879	4.485	414	4.888	40
Santo André	140.602	109.656	30.946	348	5.052	2.446	8.358	13.541	1.201	11.652	38
São Bernardo do Campo	121.251	89.455	31.796	426	5.500	1.890	10.574	12.566	840	14.176	45
São Caetano do Sul	36.313	25.625	10.688	159	1.106	1.061	4.622	3.484	256	4.685	44
São Lourenço da Serra	2.266	1.563	703	8	67	38	267	266	57	313	45
São Paulo	177.603	152.392	25.211	993	8.982	4.147	-	9.971	1.118	6.245	25
Suzano	41.510	30.343	11.167	109	1.960	800	4.010	3.895	393	4.532	41
Taboão da Serra	68.895	49.130	19.765	91	3.786	1.161	11.210	2.835	682	10.911	55
Vargem Grande Paulista	8.027	4.982	3.045	60	178	242	1.064	1.289	212	1.505	49
Total	1.769.691	1.338.998	430.693	4.323	90.624	28.377	158.978	129.998	18.393	181.430	42
Participação Percentual	100,00	75,66	24,34	0,24	5,12	1,60	8,98	7,35	1,04		

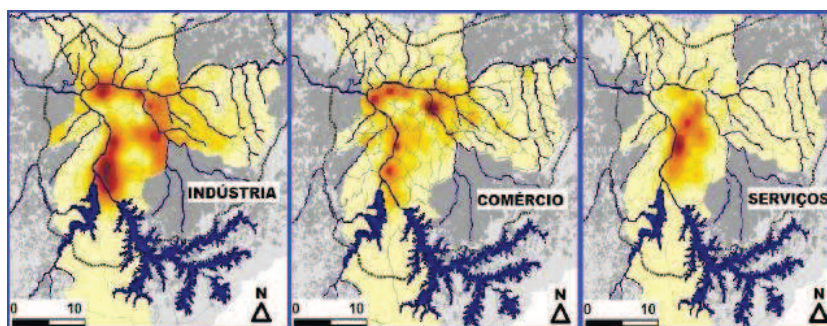
Fontes: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Dentro do conjunto de migrantes pendulares, que totaliza 430.693 pessoas, a Capital também é o local de última etapa que mais contribuiu para compor o conjunto, com 158.978 pessoas, seguido pela periferia metropolitana com 129.998 pessoas⁵⁹ e depois os imigrantes de outras Unidades da Federação, com 90.624 pessoas, que migraram diretamente para os municípios da região, sem fazer o rito de passagem pela Capital. O Interior registrou um volume de 28.377 pessoas, pois tem uma migração arrefecida em direção à região metropolitana⁶⁰.

A manutenção do município de residência anterior como o local de trabalho, especialmente o município de São Paulo, é justificada pela centralidade e concentração de empregos nesse município, como pode ser visto no Mapa 4.3, com o número de empregos por setor da economia, para 2010, obtidos através da RAIS. Há uma concentração dos empregos no miolo central do município, com o comércio distribuído a partir da área mais central e se dispersando a oeste e a sul do município. A maior quantidade de empregos no setor de serviços está mais a sudoeste do município, localizados na região da Berrini e proximidades do Itaim Bibi, enquanto os empregos industriais estão distribuídos em vários pontos do município, com destaque para a região sul, em Santo Amaro e, na região oeste, o distrito da Lapa.

Mesmo com esta grande concentração de empregos na Capital, o município de São Paulo perde não só migrantes para a periferia, mas também registra uma perda relativa nos pendulares que se deslocam para o seu município a trabalho ou estudo.

Mapa 4.3 – Número de empregos por setor da economia, município de São Paulo, 2010.



Fonte: PMSP/SDU/Dipro, (RAIS, 2010).

⁵⁹ O total de migrantes intrametropolitanos de última etapa, com menos de 10 anos de residência no município de residência em 2010, pendulares e não pendulares, atingiu um valor super expressivo de 954.140 pessoas, o que significa que há 30,3% destes migrantes intrametropolitanos em deslocamentos cotidianos na região, ou seja, $((158.978 + 129.998) / 954.140)$. Dos 665.164 migrantes restantes, 448.079 não têm ocupação e 403.554 não freqüentam escola ou creche, o que dá aos 30,3% um outro significado e importância. Dos não pendulares intermunicipal há, ainda, uma população ocupada de 199.951 pessoas no próprio município e 4.510 pessoas pendulares ocupadas em mais de um município ou país, onde não é possível identificar quais são estes municípios ou países, em função da metodologia censitária de coleta do fenômeno.

⁶⁰ Este arrefecimento em direção à RMSP também ocorreu nos fluxos advindos de outras regiões do país. A diminuição de alguns fluxos pode ser creditada, em parte, à redução da desigualdade regional de renda, em que pese a persistência da elevada desigualdade de renda regional entre os estados brasileiros, mas no período de 1995-2011 ocorreu um crescimento da renda dos estados mais pobres (OLIVEIRA; SILVEIRA NETO, 2013).

Na Tabela 4.5 temos a evolução da distribuição de saída de pendulares intrametropolitanos para trabalho ou estudo entre 2000 e 2010, para o núcleo e periferia, segundo os municípios metropolitanos de residência. Em 2000 a periferia recebia 43% dos pendulares (462.261 pessoas), enquanto São Paulo concentrava 57% dos deslocamentos em sua direção (612.222 pessoas). Para 2010 a periferia ganha mais importância e destaque, registrando um aumento e chega a receber 49% dos pendulares intrametropolitanos (858.550 pessoas), com São Paulo reduzindo a sua participação para 51% (911.139 pessoas), apesar da elevação do volume em ambas as direções entre 2000 e 2010. Em termos de crescimento total relativo a pendularidade aumentou 65% na RMSP, no período de 10 anos, com os deslocamentos para a Capital crescendo 49% e, para os municípios da periferia, 89%. Já os deslocamentos intraperiferia cresceram 83% neste mesmo período.

Tabela 4.5 - População pendular intrametropolitana total e por destino dos deslocamentos, segundo os municípios de residência, Região Metropolitana de São Paulo, 2000/2010

Municípios	Pendular 2000 (Trabalho ou Estudo)					Pendular 2010 (Trabalho ou Estudo)				
	Total	Capital	(%)	Periferia	(%)	Total	Capital	(%)	Periferia	(%)
Arujá	7.765	3.203	41	4.562	59	13.944	5.303	38	8.641	62
Barueri	22.062	12.531	57	9.531	43	39.466	18.641	47	20.825	53
Biritiba-Mirim	1.778	257	14	1.521	86	3.959	485	12	3.474	88
Caieiras	11.964	9.511	79	2.453	21	20.988	16.234	77	4.754	23
Cajamar	2.223	1.261	57	962	43	6.428	2.711	42	3.717	58
Carapicuíba	66.748	34.480	52	32.268	48	99.965	40.438	40	59.527	60
Cotia	15.550	12.872	83	2.678	17	35.868	22.626	63	13.242	37
Diadema	47.127	27.710	59	19.417	41	85.102	46.181	54	38.921	46
Embu	31.779	25.006	79	6.773	21	61.978	47.597	77	14.381	23
Embu-Guaçu	4.361	3.763	86	598	14	9.017	7.742	86	1.275	14
Ferraz de Vasconcelos	27.726	23.013	83	4.713	17	48.347	38.587	80	9.760	20
Francisco Morato	25.975	22.227	86	3.748	14	37.713	30.547	81	7.166	19
Franco da Rocha	16.566	12.685	77	3.881	23	27.937	19.893	71	8.044	29
Guararema	958	433	45	525	55	1.604	452	28	1.152	72
Guarulhos	85.382	81.066	95	4.316	5	126.825	118.757	94	8.068	6
Itapeerica da Serra	18.147	14.510	80	3.637	20	36.020	28.602	79	7.418	21
Itapevi	26.575	13.986	53	12.589	47	49.048	19.000	39	30.048	61
Itaquaquecetuba	41.471	27.760	67	13.711	33	68.844	39.178	57	29.666	43
Jandira	19.898	8.241	41	11.657	59	35.287	10.846	31	24.441	69
Juquitiba	757	371	49	386	51	2.618	858	33	1.760	67
Mairiporã	5.782	4.682	81	1.100	19	10.184	8.218	81	1.966	19
Mauá	57.883	20.148	35	37.735	65	88.267	28.621	32	59.646	68
Mogi das Cruzes	17.095	7.903	46	9.192	54	33.191	15.862	48	17.329	52
Osasco	109.252	85.248	78	24.004	22	126.070	92.147	73	33.923	27
Pirapora do Bom Jesus	1.458	320	22	1.138	78	2.955	341	12	2.614	88
Poá	19.514	10.033	51	9.481	49	27.823	14.793	53	13.030	47
Ribeirão Pires	16.734	3.839	23	12.895	77	25.271	6.265	25	19.006	75
Rio Grande da Serra	7.350	1.633	22	5.717	78	14.318	2.964	21	11.354	79
Salesópolis	656	62	9	594	91	1.586	172	11	1.414	89
Santa Isabel	1.917	740	39	1.177	61	6.137	1.857	30	4.280	70
Santana de Parnaíba	12.295	6.206	50	6.089	50	26.466	10.465	40	16.001	60
Santo André	88.949	32.115	36	56.834	64	140.600	51.653	37	88.947	63
São Bernardo do Campo	76.285	38.654	51	37.631	49	121.250	59.815	49	61.435	51
São Caetano do Sul	27.059	15.395	57	11.664	43	36.314	20.662	57	15.652	43
São Lourenço da Serra	874	228	26	646	74	2.266	748	33	1.518	67
São Paulo	90.156	-	-	90.156	100	177.602	-	-	177.602	100
Suzano	21.517	11.200	52	10.317	48	41.509	19.240	46	22.269	54
Taubaté da Serra	41.624	37.523	90	4.101	10	68.895	60.229	87	8.666	13
Vargem Grande Paulista	3.271	1.407	43	1.864	57	8.027	2.409	30	5.618	70
Total	1.074.483	612.222	57	462.261	43	1.769.689	911.139	51	858.550	49

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010, Tabulações do Autor.

Esta desconcentração da mobilidade pendular em direção à periferia reflete as mudanças na economia da região, a desconcentração produtiva em curso e o fortalecimento das cidades da periferia na criação e manutenção de empregos. Estes processos também alteram a configuração dos espaços de vida da população, ampliando a composição dos espaços de vida, pois como visto anteriormente, parcela considerável da população, mesmo migrando, mantém o trabalho e/ou estudo no município de residência anterior⁶¹.

⁶¹ Esse aumento generalizado nos deslocamentos pendulares em todos os municípios da RMSP entre 2000 e 2010 foi seguido por uma queda na imigração intrametropolitana de data-fixa em 29 dos 39 municípios da

Entre 2000 e 2010, todos os municípios da RMSP registraram aumento absoluto no total de pendulares que se dirigiram para os municípios da periferia e apenas seis municípios registraram perdas relativas⁶², muito em função do elevadíssimo crescimento dos outros municípios e não da queda de crescimento destes seis municípios. Consequentemente, apesar dos aumentos absolutos nos deslocamentos em direção à Capital, elevando de 612.222 pendulares em 2000, para 911.139 pendulares no ano de 2010, foram estes seis municípios que registraram aumentos relativos nos deslocamentos em direção à Capital.

Os deslocamentos nos sentidos Capital → Periferia (de 90.156 para 177.602 pessoas) e Periferia → Capital (de 612.222 para 911.139) tiveram um crescimento de 55% entre os dois períodos, enquanto os deslocamentos Periferia → Periferia (de 372.105 para 680.948 pessoas⁶³) registraram aumento de 83%, mudando consideravelmente o cenário dos movimentos pendulares na região. Em consequência desta redistribuição na mobilidade pendular, caiu de 24 para 17 o total de municípios da periferia que registravam mais de 50% de seus deslocamentos em direção a Capital entre 2000 e 2010⁶⁴.

Em função destas mudanças na mobilidade pendular é natural que os espaços de vida da população metropolitana tenham alterado ao longo da década de 2000/2010, com provável inclusão de alguns municípios e até mesmo a saída de outros nestes espaços de vida. Para avaliar estas mudanças foram produzidos alguns mapas com a situação dos espaços de vida em 2000, comparativamente a 2010, procurando identificar as causas destas mudanças de ampliação ou redução dos espaços de vida para alguns municípios.

Verificou-se que ocorreram diversas mudanças nos espaços de vida, como previsto, com ampliação no espaço de vida da população de alguns municípios da região, conforme apontam os mapas da Figura 4.1, logo adiante. As escalas e legendas estão padronizadas nos dois períodos analisados, conforme Mapa 4.1 (para detalhes sobre o ano 2000, vide Anexo I).

A população do município de Arujá teve ampliado o seu espaço de vida com a inclusão de vários municípios, mas alguns deixaram de participar desse espaço de vida. A população acabou fortalecendo o relacionamento com alguns municípios próximos, principalmente com Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes e Suzano, mas deixou de se relacionar com Cotia, Cajamar, Franco da Rocha e Biritiba-Mirim.

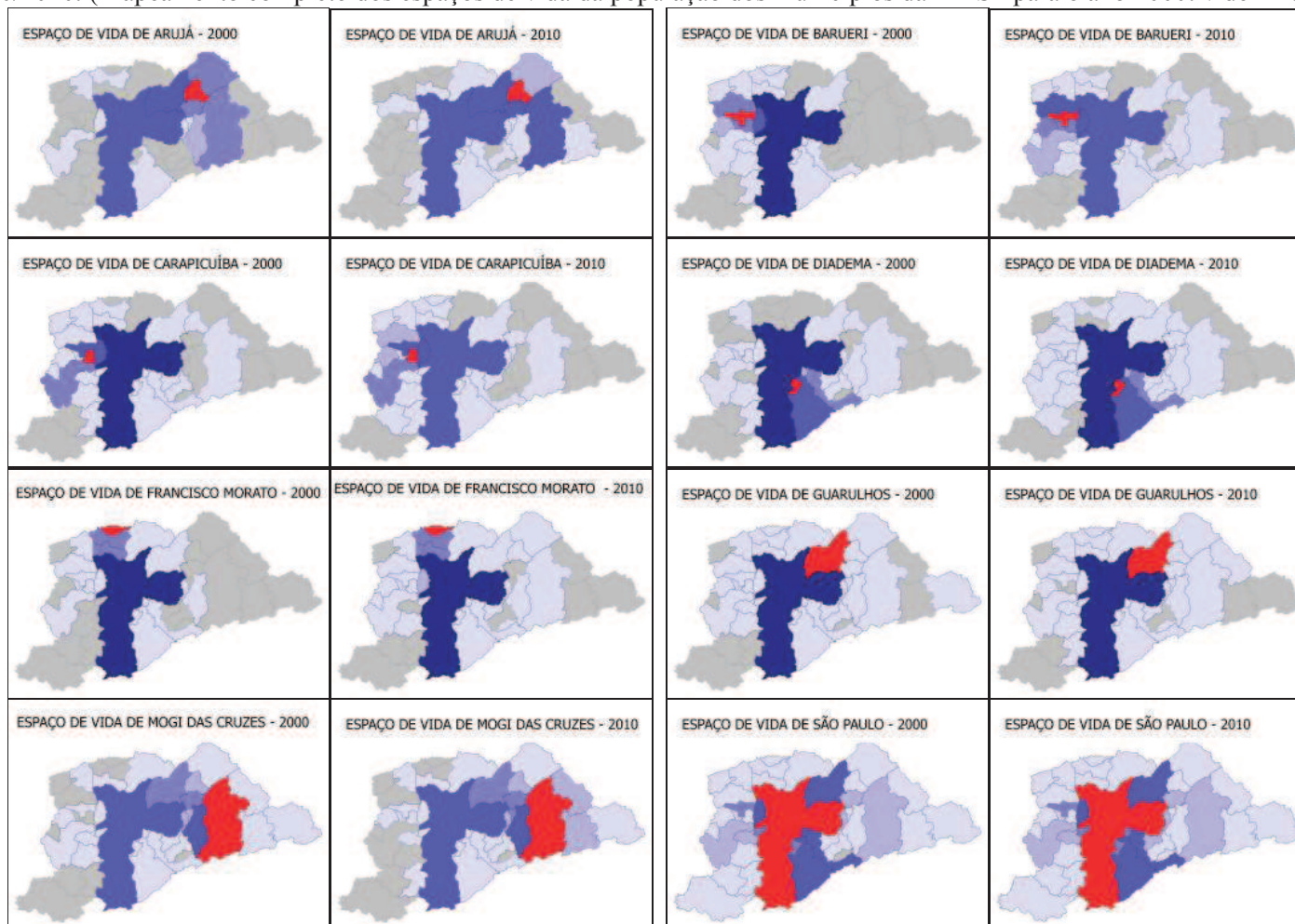
região, entre 1995/2000 e 2005/2010. Os municípios de Cotia, Mairiporã, São Caetano do Sul e Taboão da Serra, com fluxos de imigrantes superiores a 5.000 pessoas entre 1995/2000, foram os únicos municípios a registrarem aumentos na imigração e na pendularidade.

⁶² Mogi das Cruzes, Poá, Ribeirão Pires, Salesópolis, Santo André e São Lourenço da Serra.

⁶³ Valor obtido pela diferença entre o total que se dirigiu para os municípios da periferia, exceto os deslocamentos da Capital para a periferia, isto é, $462.261 - 90.156 = 372.105$ pessoas no ano 2000 e 680.948 pessoas ($858.550 - 177.602$), em 2010.

⁶⁴ Os sete municípios que tiveram redução relativa nos deslocamentos em direção a Capital foram: Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Itapevi, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e Suzano.

Figura 4.1 – Espaços de vida da população pendular (estudo e trabalho) de municípios selecionados da Região Metropolitana de São Paulo, 2000/2010. (Mapeamento completo dos espaços de vida da população dos municípios da RMSP para o ano 2000: vide Anexo I).



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010. Tabulações do Autor.

Já os habitantes de Barueri passam a não ter o município de São Paulo como o ponto principal do seu espaço de vida, pois outros municípios da região dividem esta preferência e o cotidiano da população. Santana de Parnaíba passa a ser um município importante neste espaço de vida e outros do lado leste da região são incorporados. Francisco Morato e Vargem Grande Paulista deixam de participar do cotidiano de Barueri.

A população de Carapicuíba também tem o seu espaço de vida ampliado entre 2000 e 2010, mas reduz sua relação cotidiana com São Paulo, que era primaz. Amplia os vínculos com Itapevi e Santana de Parnaíba, municípios próximos ao seu entorno.

Apesar de manter as mesmas características, a população de Diadema amplia muito o seu espaço de vida, mantendo São Paulo como ponto importante neste espaço. O espaço de vida cresce em direção à região norte, leste e oeste, mas perde contato com o município de Embu Guaçú.

A população de Francisco Morato também amplia o seu espaço de vida e mantém as principais forças de relacionamento dentro espaço de vida, com Osasco ganhando um pequeno destaque no cotidiano das pessoas. Os deslocamentos em direção à cidade de São Paulo continuam intensos e importantes.

Dada a forte e intensa relação de Guarulhos com a cidade de São Paulo, poucas e relevantes alterações se processaram neste espaço de vida. Guarulhos perde e ganha território no espaço de vida, mas sem causar grandes mudanças no seu conjunto e no seu cotidiano.

A intensificação das relações com os municípios do entorno de Mogi das Cruzes (Guararema e Biritiba-Mirim) e a ausência de Cotia e Itapeverica da Serra marcam as mudanças neste espaço de vida. Fora estas mudanças o espaço de vida praticamente flui da mesma maneira que no ano 2000.

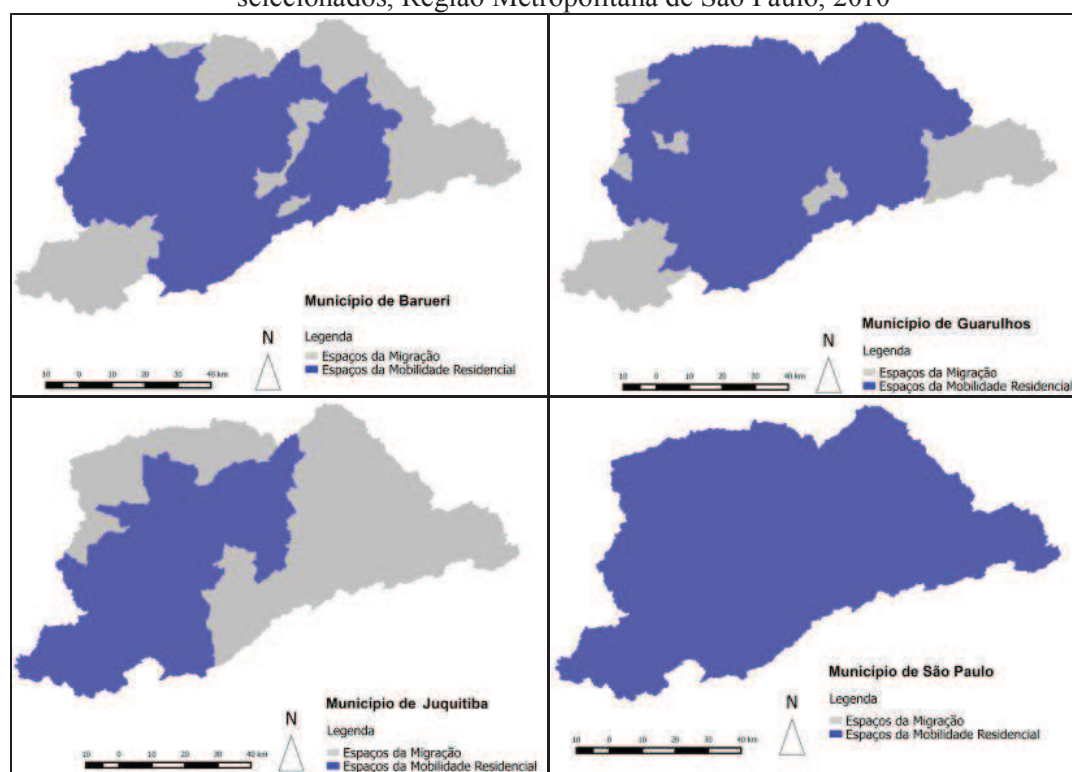
O espaço de vida da população de São Paulo foi ampliado, com a inclusão do último município que faltava para ter todos os municípios da RMSP incluídos no seu espaço de vida, Rio Grande da Serra. Os municípios de Osasco, São Bernardo do Campo, Santo André e Guarulhos dividem os deslocamentos cotidianos paulistanos mais intensos, com o município de Diadema perdendo importância nesta relação e Mauá ganhando. A relação de proximidade dita a intensidade das relações neste espaço de vida, com todos estes municípios fazendo parte do entorno da Capital.

Resumidamente pode-se falar na redução da importância do município de São Paulo nos espaços de vida da população da RMSP, apesar da ainda forte e persistente atração que o município exerce sobre a população e da oferta expressiva de empregos e vagas em universidades; do avanço dos espaços de vida em direção à região mais a leste e da ampliação generalizada dos espaços de vida, que parece ser uma estratégia ou única solução da população na busca por trabalho e estudo. A proximidade também é determinante nos espaços

de vida e na concentração dos deslocamentos da população. Resulta destas mudanças a ampliação dos espaços para a mobilidade residencial e a diminuição dos espaços para a migração para a população metropolitana, tornando o espaço metropolitano mais homogêneo, conhecido e vivido pela população. A melhoria na rede de transportes públicos e as interligações viárias criadas nas últimas décadas contribuíram para esta ampliação dos espaços de vida metropolitanos, juntamente com a desconcentração relativa do emprego na região.

Com estas definições da distribuição territorial dos espaços de vida para cada município, pode-se, também, definir os espaços onde ocorrem a mobilidade residencial ou a migração intrametropolitana. Tomando-se como exemplo quatro municípios (Barueri, Guarulhos, Jquitiba e São Paulo), pode-se observar, na Figura 4.2, os espaços da migração e os espaços da mobilidade residencial para estes municípios selecionados de forma bem distinta. Em cinza vê-se os espaços da migração e em azul os espaços da mobilidade residencial na Região Metropolitana de São Paulo, para estes municípios.

Figura 4.2 - Espaços da migração e espaços da mobilidade residencial para alguns municípios selecionados, Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Cada espaço de vida, resultado coletivo do comportamento da população⁶⁵, apresenta uma distinta configuração, um tamanho, uma forma, uma composição municipal e processos diferenciados de mobilidade, mas que se cruzam através dos deslocamentos cotidianos das pessoas, em alguma parte deste espaço de vida, que se torna uma área comum a todos num determinado momento do dia.

Nos espaços de vida da população pendular de Barueri e Guarulhos há alguns municípios dentro do desenho do espaço de vida que não fazem parte dos espaços de vida da população destes municípios⁶⁶. Os espaços de vida de Barueri e Guarulhos não fazem uma mancha continua no território, pois apresentam alguns “buracos”, diferentemente dos municípios de Jquitiba e São Paulo, onde não há quebra de continuidade nos espaços de vida.

Outro ponto importante se refere à reciprocidade entre o espaço de vida constituído (Figura 4.3), a partir de um município de residência base (espaço de vida A) e o espaço de vida criado no sentido inverso (espaço de vida B), onde este município de residência base do espaço de vida B também se relaciona com o município de residência base do espaço de vida A.

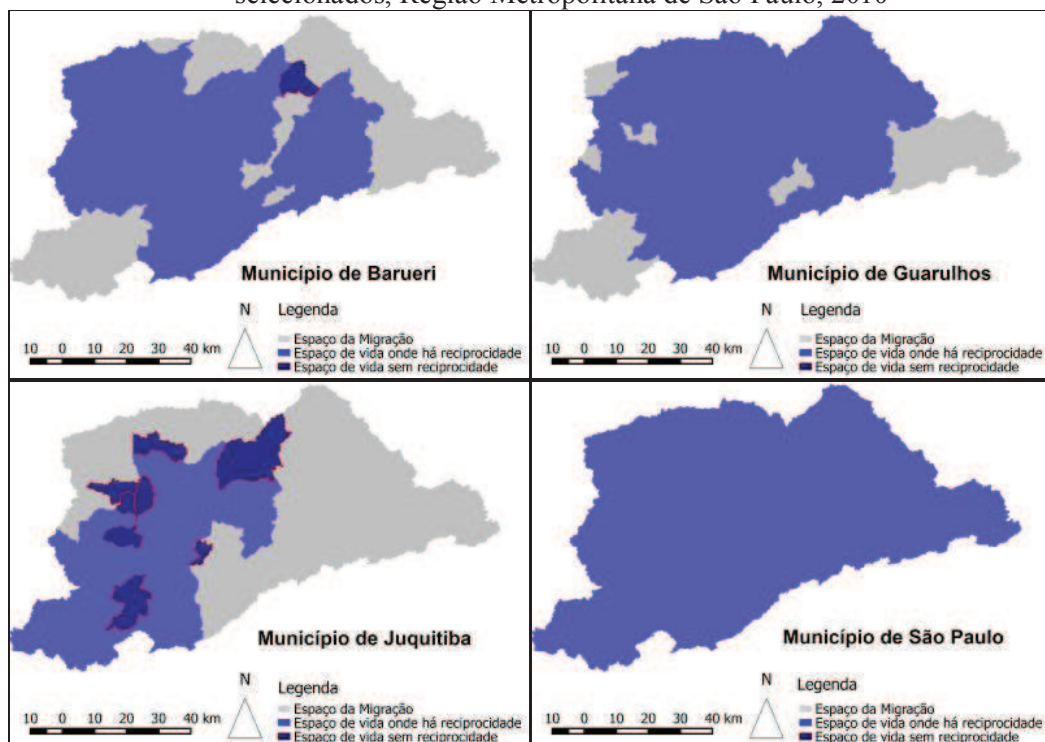
Essa reciprocidade potencializa as relações entre as populações dos dois municípios de residência base, tornando esses espaços de vida mais fluidos e com deslocamentos cotidianos nos dois sentidos, aumentando a probabilidade de permanência e expansão da mobilidade entre estes espaços e, ao contrário, quando a reciprocidade é pequena, demonstra a total dependência do município de residência base A para com os demais municípios do seu entorno e com o município central da região.

Na Figura 4.3 são mostradas onde ocorrem essas reciprocidades nos espaços de vida da população de Barueri, Guarulhos, Jquitiba e São Paulo, tomados como exemplos. Para os municípios de Guarulhos e São Paulo verifica-se que, no sentido contrário, há reciprocidade de todos os municípios de residência base em direção aos mesmos, mas apenas o município de São Paulo registra reciprocidade total, pois ao inverter a análise de reciprocidade, isto é, de B para A, São Paulo se relaciona com todos os municípios que mantêm deslocamentos cotidianos, o que não ocorre no caso de Guarulhos, onde a reciprocidade de B para A é parcial.

⁶⁵ Como colocado por Courgeau (1975, 1980, 1988) e Susino (2001, 2003), o espaço de vida é resultado da soma de espaços de vida individual, ou seja, um resultado coletivo da soma destes espaços.

⁶⁶ Os municípios de Rio Grande da Serra, Mauá, Ferraz de Vasconcelos, Poá e Itaquaquecetuba são duas manchas cinzas dentro do desenho do espaço de vida de Barueri (Mapa 4.2), os quais não registram deslocamentos pendulares com Barueri. Para Guarulhos os municípios contidos dentro do desenho do espaço de vida, mas fora do espaço de vida de Guarulhos são as cidade de Jandira, Carapicuíba e Ribeirão Pires.

Figura 4.3 – Reciprocidade nos espaços de vida da população de alguns municípios selecionados, Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Com o objetivo de observar esta mobilidade espacial da população dentro e fora do espaço de vida na RMSP, a partir do ponto de vista do município de residencial atual, apontando os resultados sobre migração e mobilidade residencial, foi produzida a Tabela 4.6.

Nesta tabela constam estas informações separadamente (mobilidade residencial e migração), segundo os municípios da Região Metropolitana de São Paulo. De posse dos volumes e a da proporção que cada situação representa para o município, teremos um indicativo da importância do espaço de vida na decisão de migrar e o quanto é relevante os municípios fora do espaço de vida, para esta mesma população.

Os dados utilizados na produção da Tabela 4.6 são de migração de última etapa intrametropolitana, conforme total já apurado na Tabela 4.4, com 158.978 migrantes da Capital e 129.998 migrantes da periferia, totalizando 288.976 migrantes intrametropolitanos de última etapa que realizavam deslocamentos pendulares cotidianamente em 2010⁶⁷.

Nota-se, através da Tabela 4.6, que a mobilidade espacial da população pendular intrametropolitana se processa quase que praticamente dentro dos espaços de vida desta

⁶⁷ Essas 288.976 pessoas referem-se aos migrantes intrametropolitanos de última etapa pendulares, com menos de 10 anos no local de residência atual, que somados aos 665.164 migrantes intrametropolitanos de última etapa não pendulares totalizam 954.140 migrantes intrametropolitanos de última etapa entre os anos de 2000 e 2010. Como apontado na Introdução desta tese, temos duas possibilidades de uso das informações censitárias sobre mobilidade populacional: a informação de data fixa e a de última etapa. Optou-se, nesta análise final, por um dado mais abrangente, que é a informação de última etapa migratória, dos movimentos nos últimos 10 anos antes do censo demográfico.

população, pois 99,2% dos habitantes desses espaços de vida realizam a mobilidade residencial, isto é, a mudança de residência habitual ocorre dentro do próprio espaço de vida, enquanto apenas 0,8 realiza a migração, buscando alternativas de habitação fora do espaço de vida. O quadro não é completamente homogêneo, pois há vários municípios com fluxos migratórios acima de 10%, apesar de registrar volumes de emigrantes pequenos. São ao todo sete municípios⁶⁸, que apresentam algumas características em comum: são municípios mais afastados da região central da metrópole, com área rural extensa e economia fraca, com pouco dinamismo e, na maioria dos casos, o município de São Paulo não é o principal articulador dos deslocamentos pendulares e da vida cotidiana do município. Juquitiba é o município que registra a maior proporção de migração, com 19,6%.

Tabela 4.6 - Total de saídas de população **pendular** intrametropolitanos de última etapa por tipo de mobilidade, segundo os municípios de última residência, Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Municípios de última residência	Mobilidade Espacial da População Pendular				
	Total	Mobilidade Residencial	(%)	Migração	(%)
Arujá	1.397	1.356	97,1	41	2,9
Barueri	8.486	8.343	98,3	143	1,7
Biritiba-Mirim	154	136	88,3	18	11,7
Caleiras	1.003	974	97,1	29	2,9
Cajamar	531	520	97,9	11	2,1
Carapicuíba	6.236	6.187	99,2	49	0,8
Cotia	3.483	3.430	98,5	53	1,5
Diadema	6.715	6.645	99,0	70	1,0
Embu	3.679	3.593	97,7	86	2,3
Embu-Guaçu	343	306	89,2	37	10,8
Ferraz de Vasconcelos	2.401	2.356	98,1	45	1,9
Francisco Morato	1.360	1.329	97,7	31	2,3
Franco da Rocha	1.619	1.544	95,4	75	4,6
Guararema	270	241	89,3	29	10,7
Guarulhos	6.961	6.738	96,8	223	3,2
Itapeceira da Serra	1.310	1.270	96,9	40	3,1
Itapevi	2.451	2.413	98,4	38	1,6
Itaquaquecetuba	2.894	2.804	96,9	90	3,1
Jandira	2.562	2.469	96,4	93	3,6
Juquitiba	321	258	80,4	63	19,6
Mairiporã	343	296	86,3	47	13,7
Mauá	6.881	6.840	99,4	41	0,6
Mogi das Cruzes	2.794	2.739	98,0	55	2,0
Osasco	15.561	15.446	99,3	115	0,7
Pirapora do Bom Jesus	81	71	87,7	10	12,3
Poá	2.393	2.349	98,2	44	1,8
Ribeirão Pires	3.211	3.100	96,5	111	3,5
Rio Grande da Serra	697	687	98,6	10	1,4
Salesópolis	186	186	100,0	-	-
Santa Isabel	384	336	87,5	48	12,5
Santana de Parnaíba	1.598	1.558	97,5	40	2,5
Santo André	13.499	13.381	99,1	118	0,9
São Bernardo do Campo	12.866	12.758	99,2	108	0,8
São Caetano do Sul	8.206	8.086	98,5	120	1,5
São Lourenço da Serra	143	135	94,4	8	5,6
São Paulo	158.978	158.978	100,0	-	-
Suzano	3.813	3.747	98,3	66	1,7
Taboão da Serra	2.818	2.701	95,8	117	4,2
Vargem Grande Paulista	348	347	99,7	1	0,3
Total	288.976	286.653	99,2	2.323	0,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor, 2015.

O município de São Paulo, por ser um espaço de vida coletivo (SUSINO, 2001), certamente não registra migração nos seus movimentos populacionais intrametropolitanos, mas obviamente 100% de mobilidade residencial, com 158.978 pessoas. Apesar de também

⁶⁸ São os municípios: Biritiba-Mirim, Embu Guaçu, Guararema, Juquitiba, Mairiporã, Pirapora do Bom Jesus e Santa Isabel.

registrar 100% de mobilidade residencial, o município de Salesópolis tem um espaço de vida mais reduzido e não registra movimentos “migratórios” de última etapa entre os seus pendulares.

Mas será que a população emigrante não pendular intermunicipal intrametropolitana tem o mesmo comportamento de mobilidade residencial e migratório que os pendulares? Segundo a Tabela 4.7 parece que sim, pois os resultados são praticamente similares ao obtidos para os pendulares, com 98,8% aparecendo como mobilidade residencial e apenas 1,2% como movimentos migratórios dentro da RMSP. O total de migrantes intrametropolitanos não pendulares de última etapa foi de 665.164 pessoas.

Tabela 4.7 - Total de saídas de população **não pendular** intrametropolitana de última etapa por tipo de mobilidade, segundo os municípios de última residência, Região Metropolitana de São Paulo, 2010

Municípios de Última Residência	Mobilidade Espacial da População Não Pendular				
	Total	Mobilidade Residencial	(%)	Migração	(%)
Arujá	4.774	4.661	97,6	113	2,4
Barueri	14.861	14.471	97,4	390	2,6
Biritiba-Mirim	974	964	99,0	10	1,0
Caieiras	3.753	3.702	98,6	51	1,4
Cajamar	2.140	2.025	94,6	115	5,4
Carapicuíba	13.854	13.688	98,8	166	1,2
Cotia	8.046	7.909	98,3	137	1,7
Diadema	18.183	17.961	98,8	222	1,2
Embu	7.422	7.138	96,2	284	3,8
Embu-Guaçu	1.221	986	80,8	235	19,2
Ferraz de Vasconcelos	6.119	6.017	98,3	102	1,7
Francisco Morato	3.879	3.759	96,9	120	3,1
Franco da Rocha	4.444	4.177	94,0	267	6,0
Guararema	1.022	961	94,0	61	6,0
Guarulhos	26.171	25.358	96,9	813	3,1
Itapeceira da Serra	4.829	4.504	93,3	325	6,7
Itapevi	7.256	7.111	98,0	145	2,0
Itaquaquecetuba	10.367	9.873	95,2	494	4,8
Jandira	5.788	5.605	96,8	183	3,2
Juquitiba	1.255	1.002	79,8	253	20,2
Mairiporã	2.183	2.015	92,3	168	7,7
Mauá	16.571	16.383	98,9	188	1,1
Mogi das Cruzes	11.913	11.698	98,2	215	1,8
Osasco	35.617	35.161	98,7	456	1,3
Pirapora do Bom Jesus	339	266	78,5	73	21,5
Poá	4.846	4.669	96,3	177	3,7
Ribeirão Pires	7.681	7.454	97,0	227	3,0
Rio Grande da Serra	1.871	1.809	96,7	62	3,3
Salesópolis	828	798	96,4	30	3,6
Santa Isabel	2.005	1.857	92,6	148	7,4
Santana de Parnaíba	2.327	2.275	97,8	52	2,2
Santo André	38.228	37.650	98,5	578	1,5
São Bernardo do Campo	31.700	31.070	98,0	630	2,0
São Caetano do Sul	13.374	13.161	98,4	213	1,6
São Lourenço da Serra	751	704	93,7	47	6,3
São Paulo	324.662	324.662	100,0	-	-
Suzano	14.882	14.699	98,8	183	1,2
Taboão da Serra	8.324	8.037	96,6	287	3,4
Vargem Grande Paulista	704	667	94,7	37	5,3
Total	665.164	656.907	98,8	8.257	1,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor, 2015.

Os municípios fora dos espaços de vida desta população parecem não ter muito significado, em termos de opção de mudança de local de residência, recaindo quase sempre a opção de mudar-se para um local dentro do espaço de vida experimentado pela população, independentemente se pendular intermunicipal ou não. Deve-se levar em consideração que

parte dos não pendulares “emigrantes”⁶⁹ são acompanhantes na trajetória de mobilidade dos pendulares e há uma forte concentração da emigração em poucos municípios da RMSP, apesar do alcance dos espaços de vida e de sua amplitude.

4.3 Características Demográficas da População Envolvida

Agora que sabemos que a quase totalidade da mobilidade espacial intrametropolitana da população da RMSP (deslocamentos pendulares, mobilidade residencial e migração) se concentra nos espaços de vida da população, veremos alguns poucos diferenciais e características demográficas, para o ano de 2010, entre os “Pendulares migrantes”, com 288.976 pessoas, “Pendulares não migrantes”, com 1.338.998 pessoas e “Não pendulares migrantes”, com 665.164 pessoas, todos dos movimentos intrametropolitanos, além dos “Pendulares intrametropolitanos, mas migrantes extrametropolitanos”, com 141.717 pessoas⁷⁰. Adota-se, agora, o termo população envolvida na mobilidade no espaço de vida para se referir aos que mudam de residência dentro do espaço de vida e migrante, para aqueles que mudam de residência para fora do espaço de vida.

A estrutura etária de cada grupo, por sexo, e a idade média por grupo são dois indicadores importantes na análise dos grupos. É previsível que a idade média do grupo dos “Não pendulares migrantes” seja menor, em função de prevalecer neste grupo os acompanhantes de uma migração familiar, onde há um contingente significativo de jovens, ou seja, de crianças e adolescentes, que normalmente estão fora do mercado de trabalho. Outro ponto, como já visto anteriormente, de forma rápida, é a prevalência masculina nos deslocamentos pendulares, que ficará bem mais visível nesta análise.

A idade média do conjunto analisado é de 31,26 anos, sendo de 33,5 anos para os “Só pendulares”, 27,4 anos para os “só migrantes”, 34,05 anos para os “Pendulares não migrantes”, 32,09 anos para os “Pendulares migrantes”, 25,38 anos para os “Não pendulares migrantes” e 30,76 anos para os “Pendulares migrantes extrametropolitanos”, sendo os “Não pendulares migrantes” o grupo mais jovem e os “Pendulares não migrantes” o grupo mais velho. Parte dos diferenciais etários, nestes grupos analisados, é explicado pelo corte etário que a pesquisa censitária realiza para obtenção dos dados, pois os pendulares para o trabalho, que corresponde à maioria do contingente de pendulares, só é levantado para a população de

⁶⁹ Apesar de denominá-los aqui de “emigrantes”, apenas a população que se mudou para um local fora do espaço de vida deve ser denominado como tal. Aqueles que fizeram mudança de residência dentro do espaço de vida não devem ser tratados como migrante, em função do escopo apresentado neste capítulo.

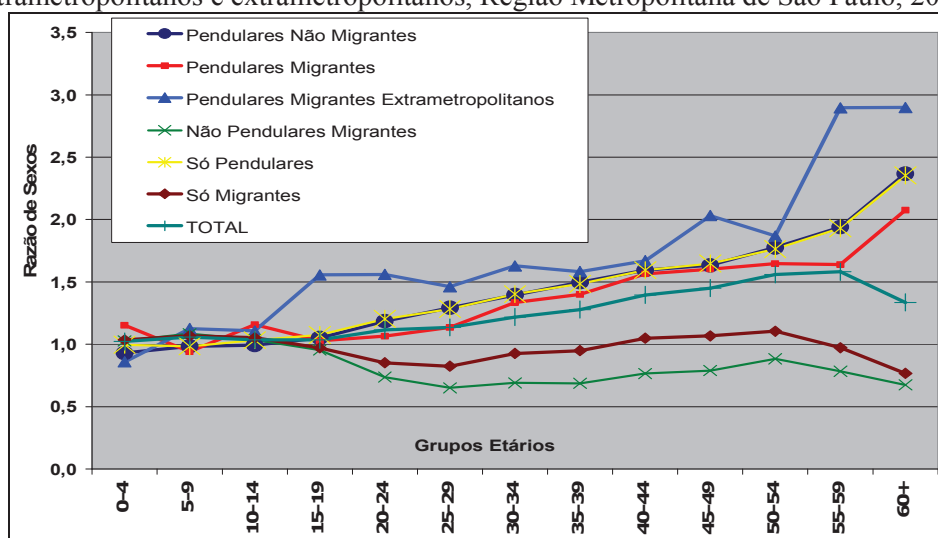
⁷⁰ Incluído neste grupo os pendulares intrametropolitanos, com local de última etapa ignorado, que totalizam 18.393 pessoas nesta condição. No grupo de pendulares intrametropolitanos da RMSP, que chega a 1.769.682 pessoas, há uma parcela de migrantes intrametropolitanos e de outras origens (interior do Estado de São Paulo, outras Unidades da Federação, outros países e local ignorado), que totaliza 430.683 pessoas, que se deslocam cotidianamente na região.

10 anos ou mais de idade, ao passo que para os pendulares para estudo não há corte etário.

Em relação aos migrantes de última etapa não há corte etário, mas somente os migrantes intermunicipais com menos de 10 anos de residência no município são considerados.

No Gráfico 4.2 mostra-se a razão de sexos para as diferentes combinações de pendulares e condição migratória.

Gráfico 4.2 – Razão de sexos dos pendulares intrametropolitanos e imigrantes de última etapa intrametropolitanos e extrametropolitanos, Região Metropolitana de São Paulo, 2010⁷¹



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, Tabulações do Autor.

Neste gráfico, a razão de sexos é o número de homens para cada mulher, na Região Metropolitana de São Paulo, segundo determinadas combinações de pendulares ou não (intrametropolitanos) e imigrantes ou não (intrametropolitanos e extrametropolitanos) de última etapa, para o ano de 2010.

Segundo o Gráfico 4.2, o fluxo de imigrantes extrametropolitanos de última etapa pendulares é o que tem a maior proporção de homens por grupos etários, mesmo nas idades mais avançadas, apesar de registrar muitas oscilações na curva de razão de sexos em função da quantidade observada de pessoas nesta categoria.

As curvas dos “só pendulares”, “pendulares não migrantes” e “pendulares imigrantes” são muito similares e com predomínio masculino, resultado da alta concentração de deslocamentos cotidianos para o trabalho e da taxa de ocupação diferenciada entre homens e mulheres na região.

Os “não pendulares imigrantes intrametropolitanos” e os “só migrantes” apresentam um padrão parecido, mas níveis diferenciados, pois os “só migrantes” registram uma maior proporção de mulheres entre as idades de 15 a 39 anos, enquanto os “não pendulares migrantes” têm predomínio feminino a partir dos 15 anos de idade até o último grupo etário.

⁷¹ Em função de ser um dado amostral, algumas ressalvas devem ser feitas, principalmente em relação aos pequenos números observados na migração e em alguns grupos etários.

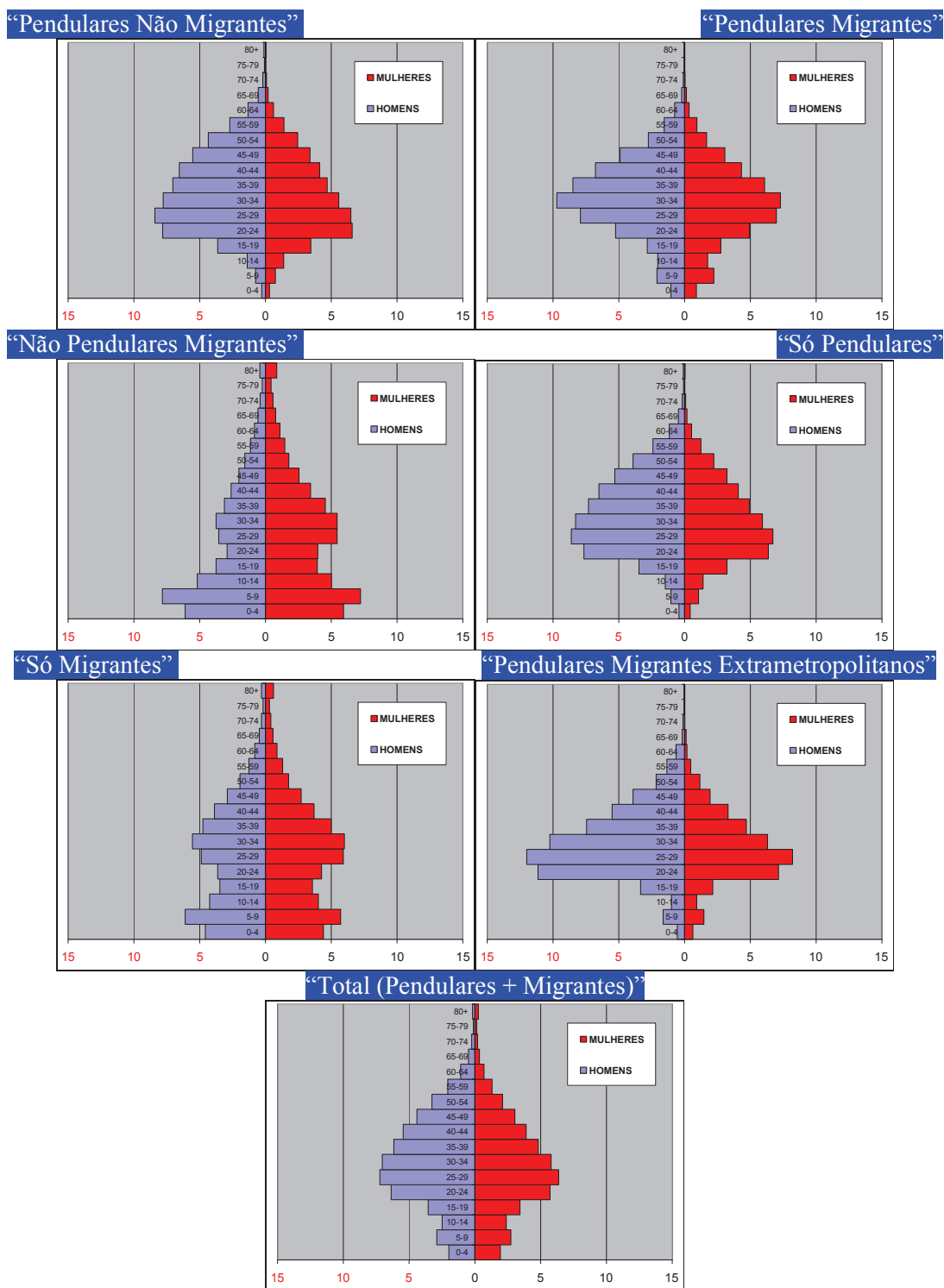
No Gráfico 4.3 são mostradas as pirâmides etárias para os pendulares e migrantes⁷², segundo o sexo. Há uma maior concentração populacional para os pendulares a partir da idade de 20 anos até os 60 anos e depois a estrutura fica mais diluída, para ambos os sexos, como era de se esperar.

Para o grupo dos migrantes a estrutura tem uma base larga, com muitas crianças de até 10 anos de idade, com reduzida proporção de adolescentes e muitos adultos jovens, típico de migração familiar em ciclo inicial, o que facilita a decisão de migrar. O grupo dos “Não pendulares migrantes” tem a estrutura mais jovem, com uma base bem larga, mostrando uma característica de “acompanhantes” na migração familiar, com predomínio feminino. É muito intenso o predomínio masculino no grupo dos migrantes extrametropolitanos pendulares, principalmente de 20 a 50 anos de idade.

O maior destaque neste grupo de pirâmides é a elevada proporção de homens entre os “pendulares migrantes extrametropolitanos”. Como visto anteriormente, proporcionalmente, as mulheres acabam por fazer deslocamentos mais curtos, em função das limitações impostas por razões já elencadas anteriormente.

⁷² As possíveis combinações destas duas categorias são: pendulares, migrantes, pendulares migrantes, pendulares não migrantes, não pendulares migrantes e o conjunto de pendulares com os migrantes.

Gráfico 4.3 – Pirâmides etárias dos pendulares, não pendulares, migrantes e não migrantes, segundo o sexo, Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Tabulações do Autor.

Conclusões

Como colocado anteriormente, cada capítulo desta tese apresentou uma questão relevante para o conjunto da tese e pesquisa. Procurou-se fazer uma discussão ampla em cada tópico e as análises conclusivas foram colocadas no próprio capítulo. Nesta parte final, procura-se expor e lembrar alguns pontos centrais e relevantes deste estudo e apontar uma agenda de pesquisas futuras.

A análise cuidadosa das fontes de dados, com o detalhamento dos Censos Demográficos e os quesitos sobre mobilidade espacial da população, desde 1872, possibilitou profundo conhecimento dos quesitos, suas potencialidades e suas limitações e apresentou, ainda, uma nova possibilidade de uso dos quesitos de mobilidade pendular na criação dos espaços de vida para análise dos movimentos populacionais, conforme sugerido por Courgeau (1988) e operacionalizado por Susino (2003). Com esta metodologia foi possível redefinir o conceito de migração e mobilidade residencial, levando-se em conta os espaços de vida para a análise da mobilidade espacial da população.

No segundo capítulo, a Região Metropolitana de São Paulo, através de seus municípios, foi detalhadamente esmiuçada em relação aos desmembramentos municipais desde a fundação da Vila de São Paulo, em 1558. Com o histórico de criação dos municípios, os processos de desenvolvimento econômico e os deslocamentos populacionais, conseguiu-se mostrar quais municípios se tornaram centrais na região, especialmente os municípios de Mogi das Cruzes e São Paulo, embriões da RMSP. Neste capítulo avalia-se, também, o crescimento demográfico e a importância da migração para a região, especialmente até o ano de 1980. São apontados os diferenciais no crescimento da Capital e do Entorno metropolitano, com a queda significativa de crescimento da Capital a partir dos anos de 1980 e as demais cidades da região crescendo mais que a Capital, apesar da tendência de convergência nas taxas de crescimento populacional na década atual.

Ainda neste capítulo, várias sub-regionalizações foram apresentadas e avaliadas, além de algumas tipologias e classificações, o que permitiu comparar com a territorialização obtida dos espaços de vida da população da RMSP. Verificou-se que, face à mudança no comportamento dos deslocamentos pendulares da população, ocorreu uma intensificação nos processos de ir e vir para locais mais próximos ao entorno do município de moradia, apesar da ampliação dos espaços de vida ao longo tempo. Em função disto, as cinco sub-regionalizações e a Capital, tratada separadamente, da EMPLASA são as regionalizações que mais se aproximam, “casam” ou se sobrepõem parcialmente com os modelos obtidos de espaços de

vida da população para os municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Em seguida, pela configuração proposta, as microrregiões geográficas, do IBGE, se encaixam parcialmente na distribuição dos espaços de vida da população, apesar do município de São Paulo não ser central neste modelo.

No terceiro capítulo a mobilidade espacial da população do Brasil e da RMSP foi levantada e discutida, considerando um período mais longo de tempo – 40 anos, nos seus diversos níveis, observando as migrações interregionais, intrarregionais, intraestaduais, interestaduais, com um painel nacional de fundo e um olhar local - intrametropolitano, avaliando as influências de todos os processos sobre a Região Metropolitana de São Paulo e as mudanças que se processaram ao longo dessas décadas. Algumas características demográficas da população metropolitana foram apresentadas nesse capítulo, para deixar o último capítulo dedicado essencialmente aos espaços de vida da população.

Em relação ao capítulo quatro tem-se que na RMSP há muita heterogeneidade na configuração dos espaços de vida da população e que o município de São Paulo não tem a primazia em todos os espaços de vida, mas ainda é o pólo dominante da região. Fica demonstrada a existência de vários pólos sub-regionais, tal qual Mogi das Cruzes, que aparece como o segundo pólo em importância na RMSP.

Para quase metade dos municípios da região o espaço de vida é policêntrico. O município de Guarulhos, apesar da amplitude e alcance do espaço de vida, concentra, praticamente, seu espaço de vida e cotidiano na Capital. O município de São Paulo é o único que envolve todas as demais municipalidades da região, criando realmente um espaço de vida coletivo em sua essência, como descrito por Susino (2003).

Cotia, Mogi das Cruzes e São Paulo aparecem como municípios primazes na região, com vários municípios da região e sua respectiva população dependentes dos processos econômicos, infraestrutura e empregos existentes nestes três municípios. Para São Paulo e Mogi das Cruzes está claro o papel que exercem, dada a importância destes dois municípios na trajetória histórica da região, conforme visto no capítulo 2, mas Cotia, com a força econômica da Granja Viana, um bom parque industrial instalado na cidade e diversidade de serviços, demonstra ser uma nova força na região, se firmando como terceiro pólo intra-regional.

Há uma forte centralidade na mobilidade intrametropolitana, com nove municípios recebendo 79% dos movimentos cotidianos, conforme apurado para o ano de 2010. Barueri chega a ter mais população pendular do que população em idade ativa do próprio município.

Com a operacionalização dos espaços de vida tem-se uma ferramenta para compreender a mobilidade espacial da população sob uma nova perspectiva e com um potencial analítico interessante, dado que o espaço de vida é uma regionalização social, do cotidiano, das atividades rotineiras e repetitivas da população.

Esta tese propiciou, ainda, abrir uma agenda de pesquisas futuras, nas seguintes direções:

- 1) avaliar os espaços de vida, tomando-se em conta as famílias e os arranjos familiares;
- 2) aprofundar o conhecimento dos espaços de vida, tomando como referência as migrações internacionais e a mobilidade pendular internacional;
- 3) identificar os espaços de vida que ultrapassam as fronteiras metropolitanas;
- 4) analisar os vetores de mobilidade da população e da migração, a partir dos espaços de vida, na área que a Emplasa denomina como Macrometrópole Paulista;
- 5) avançar no entendimento da centralidade dos 9 municípios e da “dependência” dos demais 30 municípios da RMSP ou da interdependência socioeconômica entre os municípios;
- 6) analisar a composição dos empregos por espaço de vida e seus diferenciais;
- 7) analisar e detalhar demograficamente e espacialmente o conjunto da população migrante intrametropolitana, isto é, da população que se deslocou para fora dos espaços de vida;
- 8) análise da mobilidade residencial dentro dos espaços de vida da população, com seus volumes, características, direção e intensidade dos deslocamentos que registra para cada município de destino dentro do espaço de vida;
- 9) estudar a composição da migração interestadual dentro dos espaços de vida e sua distribuição;
- 10) comparar os resultados da mobilidade nos espaços de vida entre os quesitos de data-fixa, os dados de última etapa e o tempo de residência.

O estudo aqui realizado propiciou, a partir dos espaços de vida da população, conhecer a dinâmica socioespacial da Metrópole no início do século 21.

Bibliografia

ABDAL, A. Indústria e serviços na maior metrópole paulista: para a caracterização produtiva de um amplo espaço econômico. *Nova Economia*, Belo Horizonte, MG, v. 20, n. 2, p. 253-287, maio/ago.2010.

ABEP. Censos, consensos, contra-sensos. Belo Horizonte, MG, 1984. (III Seminário Metodológico dos Censos Demográficos).

AJARA, C.; MOTTA, D. M. Configuração da Rede Urbana do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. n.100. 2001.

ALBERICH, J. La vinculació territorial de la població a Catalunya: Una aproximació a partir del cens de 2001, Tesis doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona - Departament de Geografia. 2007. Disponível em <http://www.tdx.cat/handle/10803/4979>.

ALBERICH, J. La metropolitanización del territorio catalán: un análisis a partir de los espacios de vida de la población, em PUJADAS, I. et al. (Eds.): *Población y Espacios urbanos*. Barcelona: Departament de Geografia Humana de la UB y Grupo de Población de la AGE, ISBN: 978-84-694-2666-1. 2011.

ALBERICH, J. Aproximandonos a la metropolitanización de un territorio a partir de los espacios de la vida de la población: el caso de Cataluña. *Revista Contexto*, p. 11-27, 2014.

ALVES, J. E. D., CAVENAGHI, Suzana, Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. 2012. em <http://www.ie.ufjf.br/aparte/>, publicado no dia 25/08/2012.

ANTICO, C. Mobilidade populacional diária na Região Metropolitana de São Paulo. In: *ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO*, 2., 1999, Ouro Preto, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 1999.

ANTICO, C. Onde morar e onde trabalhar: espaço e deslocamentos pendulares na Região Metropolitana de São Paulo. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ANTICO, Cláudia. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. *São Paulo Perspec.* [online]. 2005, vol.19, n.4, pp. 110-120. ISSN 0102-8839.

ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV. In: *ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 10., 1996, Caxambu, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 1996.

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. *Revista São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 4. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000400006. São Paulo, p. 96-109, Oct./Dec. 2005. Acesso em: 16/6/2015.

ARAUJO, M. F. I. "Os cem últimos anos na história da cidade e a formação da Grande São Paulo". In: CANO, W. (coord.). *São Paulo no Limiar do Século XXI: cenários da urbanização paulista. A região administrativa da Grande São Paulo*. São Paulo, Fundação Seade, v.6, 1992a.

ARAUJO, M. F. I. Impactos da reestruturação produtiva sobre a Região Metropolitana de São Paulo no final do século XX. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, maio 2001.

ARAUJO, M. F. I. Reestruturação produtiva e transformações econômicas: Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo Perspec. [online]. 2001, vol.15, n.1, pp. 20-30. ISSN 0102-8839.

ASSIS, Gláucia de Oliveira – Estar aqui, estar lá... o retorno dos emigrantes valadarenses ou a construção de uma identidade transnacional?, Travessia – revista do migrante, n.22, ano 8, mai.ago./1995, p. 8-14

AZZONI, Carlos Roberto. Teoria da localização: análise crítica a partir das evidências empíricas no Estado de São Paulo. 1982. 287 p. Tese (Doutorado), USP, São Paulo, 1982.

AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. São Paulo, SP: IPE/USP, 1986.

AZZONI, C. R. O novo endereço da indústria paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2., 1987, Teresópolis. Anais... Recife, PE: ANPUR, 1987.

BAENINGER, Rosana. Regionalização e migração em São Paulo: características dos anos 80; em Anais do 7 Encontro Nacional da ANPUR, vol. 2, p. 995, 1997.

BAENINGER, R.. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE MIGRAÇÃO, 1., 1998, Curitiba, PR. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

BAENINGER, Rosana. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996. 1999. 234 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BAENINGER, R. São Paulo no contexto dos movimentos migratórios interestaduais. In HOGAN, D. J.(Org.). Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Nepo/Unicamp, 2000, p. 127-169.

BAENINGER, R. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes. Textos NEPO 35, Campinas, Unicamp, 2000.

BAENINGER, R.. A interiorização das migrações em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 19, n. 3, Sept. 2005. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000300008&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Apr. 2014.

BAENINGER, R.; BRITO, F.; AZEVEDO, S. Dinâmicas populacionais e movimentos demográficos: demografia e fluxos migratórios (inter e intraregionais). Brasília, DF: CGEE, 2006.

BAENINGER, Rosana; BRITO, Fausto. Crescimento das Cidades, das Metrópoles e do Interior do Brasil Contemporâneo. In: Anais. XII Encontro Nacional da ANPUR, Sessão temática ST2 – Rede Urbana e Estrutura Territorial. Belém, Pará. 2007.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século 21. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2008, Caxambu, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

BAENINGER, Rosana. Crescimento das cidades: metrópole interior do Brasil; em Populações e Cidades, subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana BAeninger (Org.). Campinas NEPO/UNICAMP, Brasília. p. 209-222, 2010.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2011.

BAENINGER, R. A Nova Configuração Urbana no Brasil: desaceleração Metropolitana e Redistribuição da População. In: Expansão Metropolitana e Transformação das Interfaces entre Cidade, Campo e Região na América Latina. Orgs: Rainer Randolph e Barbra Candice Southern. ISBN: 978 85 7549 023 5. 2011.. Páginas 46-70.

BAENINGER, Rosana, Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global, XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Águas de Lindóia, SP, 2012.

BAENINGER, R. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas: Nepo/Unicamp, 2012.

BÄHR, J.; MERTINS, G. Idealschema der sozialräumlichen differenzierung lateinamerikanischer Großstädte. Geographische Zeitschrift, Alemanha, v. 69, p. 1-33, 1981.

BÄHR, J.; MERTINS, G. Die lateinamerikanische gross-stadt: verstädterungsprozesse und stadtstrukturen. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1995.

BALÁN, J. Migrações internas no desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio histórico-comparativo. In: Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Difel, 1974, p. 109-84.

BALTAR, P. Mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo: modificações na estrutura ocupacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu, MG. Anais... Belo Horizonte, MG: ABEP, 2002

BARRÓN TORREZ, Rachel Freire. Centralidade contemporânea, novos sujeitos e projetos : o caso das universidades na área central do Rio de Janeiro / Dissertação de Mestrado, 2009. 193 f. IPPUR-UFRJ.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. Texto para discussão IPEA, Rio de Janeiro, n.1288, 2007.

BARUA, S. The dynamics and changing patterns of interstate migration in India. 1987. 138f. Dissertação (Mestrado) – Arizona: The University of Arizona, 1987.

BASSANEZI, M. S. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (Coord.). Emigração e imigração internacionais no Brasil Contemporâneo. 2.ed. São Paulo, SP: FNUAP, 1995.

BELL, M. Data, theory, method: understanding circulation in Austrália. In: BIENNIAL CONFERENCE OF THE AUSTRALIAN POPULATION ASSOCIATION, 10., 2000, Melbourne, Austrália. Anais... 2000.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

BERQUÓ et al, A fecundidade no Brasil em 1970. In.....Caderno Cebrap 16 - Crescimento Populacional (Histórico e atual) e Componentes do Crescimento (Fecundidade e Migrações) 1973.

BERQUÓ, E.; BERCOVICH, A. Redescobrimo o Brasil: viagem à demografia de Giorgio Mortara. Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, RJ, v. 2, n. 2, p. 21-36, 1985.

BERQUÓ, E. Uma nova onda para atropelar os direitos reprodutivos. Revista Brasileira de Estudos de População/ABEP, Vol. 7, Nº 1, jan/jun, São Paulo, 1990.

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, S. M. Fecundidade em declínio: Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. Novos Estudos. CEBRAP, v. 74, p. 11-15, 2006.

BERQUÓ E. A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE O SÉCULO XX, 2009, IFCH.

BILSBORROW, R. E. Migration, urbanization, and development: new directions and issues. Springer Science & Business Media, 1998.

BILSBORROW, R. E. The State of The Art and Overview of the Chapters. In Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues. Ed. R. E. Bilsborrow, Norwell, MA, Kluwer Academic Publishers. 1998.

BILSBORROW, R. E. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración em países em desarrollo: teoria, recolección de datos y políticas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas, SP, Nepo/Unicamp, 2011.

BÓGUS, L. Mobilidade espacial da população brasileira: aspectos e tendências. In: Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, ABEP, v.3, n.2, 1986.

BÓGUS, L. (Re)urbanização: por que e para quem? 1988. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

BÓGUS, L.M.M.; MONTALLI, L.; BAENINGER, R. Processos migratórios no Estado de São Paulo: Resultados de Pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., Anais... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Abep, 1990.

BÓGUS, L. e MONTALI, L. (1994). A reestruturação metropolitana de São Paulo, Revista Margem, n. 3, São Paulo, Educ, pp. 159-178.

BÓGUS, L. e TASCHNER, S. São Paulo como patchwork: unindo fragmentos de uma cidade segregada. In: Cadernos MetrÓpole, No 1. 1999.

BÓGUS, Lúcia; VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. "A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização". Cadernos Metrôpole/Grupo de Pesquisa Pronex. São Paulo: Educ, n. 3. 2000.

BÓGUS, L. e PASTERNAK, Suzana. A cidade dos extremos. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

BONDUKI, N.; ROLNIK, R. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, E. (Org.). A produção capitalista da casa (e da cidade) do Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

BORGES, W.A., ROCHA, M.M. A compreensão do processo de periferização urbana no Brasil por meio da mobilidade centrada no trabalho. Rio Claro, Revista de Geografia, v29, n. 3, 2004, p.383-400.

BORSODORF, A.; J. BÄHR y M. JANOSCHKA (2002). "Die Dynamik stadtstrukturellen Wandels in Lateinamerika im Modell der lateinamerikanischen Stadt", Geographica Helvetica, 57.

BOURDIEU, P. Efeitos do Lugar - In BOURDIEU, P. (Org.) Miséria do Mundo. Petrópolis: Vozes, 1997, pp.159 a 166.

BRAGA, Fernando Gomes. e LIMA, Everton Emanuel Campos de. Categorização da Rede Migratória Brasileira: A Emergência da Rotatividade nas Trocas Populacionais Intermunicipais. XIII Encontro da ANPUR, 2009.

BRAGA, Fernando Gomes. e LIMA, Everton Emanuel Campos de. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

BRITO, F. Mobilidade espacial e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Anais do X Encontro de Estudos Populacionais. Brasília, 1992, v.2, p.771-788.

BRITO, Fausto. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG, 1997.

BRITO, Fausto. Brasil, Final de século: a transição para um novo padrão migratório? Anais da ABEP 2000, Caxambú. 2000.

BRITO, Fausto. As migrações internas na segunda metade do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2004, Caxambu. Anais... Caxambu: ABEP, 2004

BRITO, F.; SOUZA, J. EXPANSÃO URBANA NAS GRANDES METRÓPOLES o significado das migrações intrametropolitanas e da mobilidade pendular na reprodução da pobreza. São Paulo Perspec. [online]., v. 19, n. 4, p. 48-63, out./dez. 2005.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. Parcerias Estratégicas, Brasília, CGEE, n.22, jun. 2006.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006. pp. 221-236.

BRITO, F. R. A. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. In: XXIV IUSSP General Conference, 2001, Salvador. *Anais do XXIV IUSSP General Conference*, 2001. v. 1. p. 168-184.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. de L. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2001. Disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/cascavel/arquivos/File/A_urbanizacao_no_brasil.pdf>. Acesso em: 05 abril de 2014.

BRITO, F.; GARCIA, R.A.; SOUZA, R.G.V. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO, 14., 2004, Caxambu. *Anais... Campinas: ABEP, 2004. (CD-ROM).*

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG (Texto para discussão, n. 366).

BRITO, F. R. A.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório? Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2012 (Texto para discussão, 465).

BRITO, F.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório? Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2012 (Texto para discussão, 465).

BURGESS, E. The growth of the city: An introduction to a research project . In R. Park, ed. , E. Burgess, ed. , & R. McKenzie (Eds.), *The city* (pp. 47–62) . Chicago: University of Chicago Press. 1925.

BURGESS, E. W. “Urban Areas”. In: SMITH, T. V. e WHITE, L. (ed.). *Chicago: an experiment in social research*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 113-138. 1929.

BUSSAB, Wilton de Oliveira; DINI, Nádia Pinheiro and MANCINI, Silvia Regina. Plano amostral: pesquisa de emprego e desemprego. *São Paulo Perspec.* [online]. 2003, vol.17, n.3-4, pp. 125-134. ISSN 0102-8839.

BVESP, 2007, - Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo, <http://www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/pdf/saopaulo-regioes.pdf>, 09/07/2013, às 17:41 horas.

CAIADO, A. S. C. Reestruturação produtiva e localização industrial: a dinâmica industrial na RMSP entre 1985 e 2000. *Anais do Encontro Nacional da Anpec*, <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A114.pdf>>, 2004.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, texto para discussão nº 858, jan. 2002.

CAMARGO, A. B. M., MONTALI, L. “Região Metropolitana de São Paulo: expansão regional e evolução da população”. In: *O jovem na Grande São Paulo*. São Paulo ; Fundação SEADE, 1988.

CAMARGO, J.F. Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. São Paulo: Estudos Econômicos, 14, IPE-USP, 1981.

CAMPOLINA DINIZ, Clélio y CAMPOLINA, Bernardo. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções. EURE (Santiago) [online]. 2007, vol.33, n.98, pp. 27-43. ISSN 0250-7161.

CANO, W. Raízes da concentração industrial em São Paulo Tese de Doutorado, 1975 . IFCH – UNICAMP.

CANO, Wilson. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, vol. 2., p. 67-99. Caxambu: ABEP, 1988.

CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, p.101-141, jun. 1997.

CANO, W. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

CANO, W. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas, SP: Ed. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). 2002.

CANO, W. Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005. 3ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CANO, W. Ensaio sobre a crise urbana do Brasil. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2011. “Urbanização: crise e revisão do seu planejamento”, p. 117-145. 2011a.

CANO, W. Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980. Texto para Discussão nº 193, IE/UNICAMP, Campinas, SP, jul. pág. 1-36. 2011b.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Volume 13, número 2, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/393/369>>. Acesso em: 14 Jul. 2014.

CARDOSO, Nelson Ari. MOURA, Rosa. e CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. Mobilidade Transfronteiriça. DOSSIÊ: POPULAÇÃO, MOBILIDADE E ARRANJOS ESPACIAIS NO CENSO DE 2010. Cad. IPARDES. Curitiba, PR, e ISSN 2236-8248, v.2, n.2, p. 32-50, jul./dez. 2012.

CARVALHO, J. A M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1980, Águas de São Pedro. Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1980. p. 533-577.

CARVALHO, J.A.M. de. Migrações internas: mensuração direta e indireta. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set. 1982.

CARVALHO, J. A M. de, Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 2 n. 1 p. 31-73, jan/jun. 1985.

CARVALHO, J.A.M. de; MACHADO, C.C. Quesitos sobre migrações no Censo Demográfico de 1991. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, São Paulo, v. 9, n. 1, 1992.

CARVALHO, J.A.M. de; RIGOTTI, J.I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: Abep, 1998. (CD-ROM).

CARVALHO, J.A.M. de; RIGOTTI, J.I.R. Análise das metodologias de mensuração das migrações. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. Anais... Curitiba: Ipardes: FNUAP, 1998b. p. 211-227.

CARVALHO, S.N.; BARRETO, S.A. A mobilidade pendular e intramunicipal dos estudantes e ocupados na Região Metropolitana de São Paulo: subsídios à formulação de políticas em transporte urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., Anais... Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1998.

CARVALHO, J. A M. et al, “Dados de migração de última etapa e data fixa do Censo Demográfico Brasileiro de 1991: uma análise preliminar de consistência”, em Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Cedeplar/ UFMG, Belo Horizonte. Publicado em CD-ROM. 1998.

CARVALHO, J. A M. de. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil / José Alberto Magno de Carvalho.- Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, TEXTO PARA DISCUSSÃO N° 227, fevereiro de 2004.

CARVALHO, José Alberto Magno de and RODRIGUEZ-WONG, Laura L.. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. Cad. Saúde Pública [online]. 2008, vol.24, n.3, pp. 597-605. ISSN 0102-311X.

CARVALHO, Inaiá ; PASTERNAK, Suzana ; BÓGUS, Lúcia Maria Machado . Transformações metropolitanas: São Paulo e Salvador. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 23, p. 301-321, 2010.

CARRASCO, Julia Salom. CASADO, José Manuel. Movilidad cotidiana y mercados locales de trabajo en la Comunidad Valenciana, 1991-2001, Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, ISSN 0212-9426, N°. 44, págs. 5-28. 2007.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: A Sociedade em rede. São Paulo : Paz e Terra, 2000. v. 1.

CAVENAGHI, Suzana. “A experiência do Brasil nos módulos de domicílio e família nos Censos Demográficos”. Seminario-taller “Los censos de 2010 y las condiciones de vida”. CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) – División de Población. Santiago, 7 a 19 de junio de 2010.

CDHU, Necessidades Habitacionais no Estado de São Paulo o: subsídios para o Plano Estadual de Habitação 2010-2023 – São Paulo: Seade; CDHU, 2010 56p.

CHACKIEL, Juan. Los censos em América Latina: nuevos enfoques. In: NOTAS DE POBLACIÓN. AÑO XXIX, Nº 75, SANTIAGO DE CHILE. 2003. pp. 45-72

CHEN, Chaonan. EXTENDED COMMUTING AND MIGRATION IN THE TAIPEI METROPOLITAN AREA. Journal of Population Studies, No. IS. Taipei: Population Studies Center, NTU., December 1992. pp.161-183.

CHEVALIER, Jacques. Espace de vie ou espace vécu ? L'ambiguïté et les fondements du concept d'espace vécu, L'Espace Géographique, nº1, p. 68. 1974.

CLARK C. (1951) "Urban Population Densities", Journal of Royal Statistical Society, Vol. (114): No.2: 121-134.

CONGDON P. A model for the interaction of migration and commuting, Urban Studies, 20, 2: 185-195. 1983.

COURGEAU, D. Le concept de migration, in Actes du 4ème colloque de démographie africaine, Institut national de la statistique et de la démographie, 27-33. Ouagadougou, BF, 1975.

COURGEAU D. Analyse quantitative des migrations humaines, Ed. Masson, 223p. 1980.

COURGEAU, D. Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Editions de L'Institut National D'Etudes Démographiques, Paris, 301 p. 1988.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. Notas de Población. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano de Demografia, vol. 18, nº 50, p. 55-74, ago. Santiago, Chile, CELADE. 1990.

CUNHA, J. M. P. As correntes migratórias na Grande São Paulo. São Paulo em Perspectiva, v. 1, n. 2, 1987.

CUNHA, J. M. P. A migração nas regiões administrativas da grande São Paulo....Revista Brasileira de Estudos de População REBEP, V. 4, n. 2, 1987.

CUNHA, J. M. P. A migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, ABEP, v.4, n.2, jul./dez.1987.

CUNHA, J. M. P. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do Município de São Paulo. Conjuntura Demográfica, São Paulo, Fundação SEADE, n. 22, jan./mar. 1993.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CUNHA, J. M. P. Processo de metropolização e migração: uma análise comparativa entre a Região Metropolitana de São Paulo e Campinas. São Paulo em Perspectiva, v. 8, n. 4, p. 109-116, out./dez. 1994.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, Rosana . Processo de Metropolização e Migração: Uma Análise Comparativa Entre A Região Metropolitana de São Paulo e Campinas. REVISTA SAO PAULO EM PERSPECTIVA, Fundação SEADE - São Paulo, SP, v. 8, n.4, p. 109-116, 1994.

CUNHA, J. M. P. Expansão metropolitana na transição migratória: o papel dos subcentros regionais. São Paulo em Perspectiva, v. 9, n. 3, p. 71-79, 1995.

CUNHA, J. M. P. A mobilidade pendular: uma contrapartida da migração intrametropolitana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6., 1995, Brasília. Anais...Brasília: Anpur, p. 518-526, 1995.

CUNHA, J. M. P. Migração intrametropolitana: movimento dos pobres? Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, v.12, n.1-2, p.59-80, jan/dez. 1995a.

CUNHA, J. M. P. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da Região Metropolitana de São Paulo ; publicado em Anais do 7 Encontro Nacional da ANPUR, vol. 1, p. 21, 1997.

CUNHA, J. M. P. (Des)continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/91: qual o efeito da crise? Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas: Abep, v.16, n.1/2, jan./dez. 2000.

CUNHA, J. M. P. La Movilidad Intrarregional En El Contexto de Los Cambios Migratorios en Brasil en El Período 1970-1991: El Caso de La Región Metropolitana de São Paulo.. Revista Notas de Población Celade, Santiago do Chile, v. 70, p. 149-185, 2000.

CUNHA, J. M. P.; DEDECCA, C. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito Revista Brasileira de Estudos de População, v.17, n.1/2, 2000.

CUNHA, J. M. P. A Mobilidade Intra-Regional no Contexto das Mudanças Migratórias no Brasil no Período 1970-1991: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: Daniel Joseph Hogan; Rosana Baeninger; José Marcos Pinto da Cunha, Roberto Luiz do Carmo. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: MPC Artes Gráficas em Papel, 2001, v. , p. 227-260.

CUNHA, J. M. P. O uso das PNADs na análise do fenômeno migratório: possibilidades, lacunas e desafios metodológicos. Rio de Janeiro, IPEA, 2002. 87 p. (Texto para Discussão, n. 875).

CUNHA, J. M. P. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. São Paulo em perspectiva, vol. 17, n.º 3, pp. 218-233, 2003.

CUNHA, J. M. P. et al. Diagnósticos regionais do Estado do Mato Grosso. Texto NEPO nº. 49, Campinas: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2004. 225p.

CUNHA, J. M. P.; DEDECCA, Claudio Salvadori . Migração, Trabalho e Renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), Campinas, v. 21, n.1, p. 49-66, 2004.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. Caderno do CRH, Salvador, v. 18 n. 43, 2005.

CUNHA, José M. P. da. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise, São Paulo Perspec. vol.19 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2005.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A.A.E.; JIMENEZ, M.A.; TRAD, I.L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.337-363.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. e Las migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. Notas de Población, CEPAL/CELADE, Año XXXII, n. 82, 2007.

CUNHA J.M.P.; SOBREIRA, D. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. In: Anais do V Encontro Nacional sobre Migração: Campinas, 2007.

CUNHA, J. M. P. da e SOBREIRA, D. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. Revista Latinoamericana de Población, ano 1, n. 2, pp. 99-125. 2008.

CUNHA, J. M. P. (Org.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. NEPO/UNICAMP, Campinas, 2011.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., 2012. Dez, vol.20, no.39, p.29-50.

CUNHA, J. M. P.; STOCO, S.; DOTA, E. M. O fenômeno da mobilidade pendular na Macrometrópole do Estado de São Paulo: uma visão a partir das quatro Regiões Metropolitanas oficiais. Projeto mobilidade pendular na Macrometrópole – NEPO/UNICAMP - EMLASA. 2013.

CUNHA, J. M. P.; STOCO, S.; DOTA, E. M.; NEGREIROS, R.; MIRANDA, Z. A. I. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial, v. 15, n. 30 (2013) in: mobilidade urbana nas metrópoles contemporâneas, Cadernos Metrôpole.

CUNHA, José Marcos Pinto da et al. A mobilidade pendular na Macrometrópole Paulista: diferenciação e complementaridade socioespacial. Cad. Metrop. [online]. 2013, vol.15, n.30, pp. 433-459, ISSN 2236-9996.

CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica e migratória da Região Metropolitana de São Paulo no período 1991-2010: realidades e mitos. XIX ABEP, São Pedro, 2014.

CUNHA, T. A, Mapeando Fluxos Metropolitanos: Considerações acerca da dinâmica migratória intrametropolitana da RM de Campinas e a utilização de Sistemas de Informação Geográfica na espacialização de seus fluxos populacionais. RDE, Revista de Desenvolvimento Econômico, Ano XIV, no. 25, Salvador, BA, junho de 2012. pp. 93-107.

CASTELLS, Manuel, Sociedade em rede, A era da informação: economia, sociedade e cultura, volume 1, São Paulo, 1999.

DEDECCA, C. S. e CUNHA, J. M. P. da. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2002.

DEDECCA, Claudio. MONTALI, Lilia. BAENINGER, Rosana. Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo: desigualdades e indicadores para as Políticas Sociais, Estudos Regionais, Região Metropolitana de São Paulo, , FINEP/NEPP/NEPO/IE - UNICAMP, Março/2009.

DEDECCA, C. S. Crescimento, migração interna e trabalho no início do século. In: V CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, Montevideo-Uruguay. Anais... Montevideo: ALAP, 2012.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte. Rede Urbana e população rural em São Paulo: uma análise comparativa entre a Região Metropolitana de São Paulo e a Região Administrativa de São José do Rio Preto. SEMANACS. IFCH/UNICAMP. Campinas, 2012.

DEMÉTRIO, Natália Belmonte. População e dinâmica econômica na região do governo de Jales no século 21: o outro rural do oeste paulista. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP. Campinas. 2013.

DINIZ, Clélio Campolina . A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Brasília: IPEA, 1995. (Texto para Discussão nº 375).

DINIZ, C.C.; DINIZ, B. P. C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. Revista Eure, v. 33, n. 98, 2007, p. 27-43.

DINIZ, C.C. “Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização”. Nova Economia - Revista de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, vol. 31, n. 11, 1993, pp. 35-64.

D.O.E., 1984,
em <http://dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=19841130&Caderno=Poder%20Executivo&NumeroPagina=3>
em 09/07/2013, às 15:00 horas.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El caracter de reversibilidad en el estudio de la migracion. Notas de Población, Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - Celade, n. 49, p. 49-69, abr. 1990.

DOMENACH, H.; ; PICOUET, M. Las migraciones. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 1995.

DOMENACH, H. Sobre La “Migratología”. Notas de Población, Santiago de Chile, Celade, Ano XXVI, n. 67-68, 1998. p. 101-118.

DOMENACH, H. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos. In: CUNHA (ORG.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. NEPO/UNICAMP, Campinas, 2011.

DELAUNAY, D. Relaciones entre pobreza, migración y movilidad: dimensión territorial y contextual. Notas de Población, 84, 87-130. Santiago: CEPAL. 2007.

EMPLASA. Diretrizes para o estabelecimento de uma política relativa ao meio ambiente da Região Metropolitana de São Paulo e do espaço macrometropolitano. São Paulo: Emplasa, 1983.

EMPLASA. Diretrizes de uso e ocupação do solo para a área macrometropolitana. São Paulo: Emplasa, 1986.

EMPLASA. Indicações e proposições preliminares para organização regional do complexo metropolitano expandido. São Paulo: Emplasa, 1990.

EMPLASA. Complexo metropolitano expandido de São Paulo - 1996. São Paulo: Emplasa, 2002.

EMPLASA. Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo. – São Paulo, 2011.

ERVATTI, Leila Regina.; OLIVEIRA, Antonio Tadeu Ribeiro de. Perspectivas para a mensuração do fenômeno migratório no Brasil. In: Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. IBGE. Organização: Luiz Antonio Pinto de Oliveira e Antonio Tadeu Ribeiro de Oliveira. Col. Estudos & Análises, n. 1, 2011, pp. 84-100.

FARIA, V. O processo de urbanização no Brasil e seu estudo: evolução no último meio século. Anais do I Encontro da ABEP, pp. 89-110. 1978.

FARIA, V. Divisão social do trabalho, especialização e crescimento urbano: o caso da macro-metrópole paulista. Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP, 1980.

FARIA, V. Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. Sociedade e Política no Brasil Pós-64. São Paulo, Editora Brasiliense. 1983.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. Novos Estudos CEBRAP, v. 29, p. 98-119, 1991.

FARIA, V. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes. Estudos CEBRAP 18. São Paulo, out-dez 1976.

FÁVERO, E. (2004). Desmembramento territorial: O processo de criação de municípios - Avaliação a partir de indicadores econômicos e sociais. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo. 278 p.

FERIA, J.M., e SUSINO, J. Movilidad por razón de trabajo en Andalucía. Dimensiones básicas y organización territorial. Sevilla, Instituto de Estadística de Andalucía. 1996.

FERIA, J.M., e SUSINO, J. (coords.) Movilidad por razón de trabajo en Andalucía. 2001. Sevilla, Instituto de Estadística de Andalucía. 2005.

FERIA, J.M. “Un ensayo metodológico de definición de las áreas metropolitanas españolas a partir de la variable residencia-trabajo”, Investigaciones Geográficas, 46, 49-68. 2008.

FERIA, J.M. Ciudad y territorio: nuevas dinámicas espaciales. em PUJADAS, I. et al. (Eds.): Población y Espacios urbanos. Barcelona: Departament de Geografia Humana de la UB y Grupo de Población de la AGE, ISBN: 978-84-694-2666-1. pp. 13-52, 2011.

FUSCO, Wilson – Redes Sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares, Campinas, dissertação de mestrado em sociologia, IFCH, UNICAMP, 2000

GAMA, L. C. D. O Programa Bolsa Família pode influenciar a decisão de migrar? Uma análise para o estado de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15., 2012, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar, 2012.

GALVÃO, M.V. et al. Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, ano 31, n. 4, p. 53-127, out./dez. 1969.

GIDDENS, Anthony. The Constitution of Society, (Polity Press, Cambridge), 1984.

GIUSTI, A., CALVELO, L.: “En busca de una medición de la reversibilidad”, en Celton, Domenach, Giusti (eds.), Migraciones y Procesos de Integración Regional, II Congreso Europeo de Latinoamericanistas-UNC-UBA, Córdoba, 1999, p.19-36.

GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration, in N. Glick Schiller, L. Basch & C. Szanton Blanc (eds), Toward a Transnational Perspective on Migration, New York: New York Academy of Sciences, pp. 1-24, 1992.

GOLDSTEIN, Sidney and MAYER, Kurt. Migration and the Journey to Work. *Social Forces*, 42(May) : 472-481. 1964.

GORDON, I e VICKERMAN, R. Opportunity, Preference and Constraint: An Approach to the Analysis of Metropolitan Migration. *Urban Studies*, vol. 19, pp. 247-261. 1982.

GOTTDIENER, M. A teoria da crise e a reestruturação socioespacial: o caso dos Estados Unidos. In: VALADARES, L. e PRETECEILLE, E. Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Nobel/Iuperj, 1990.

GOTTDIENER, M. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 1993. 76p.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; GRAZIANO DA SILVA, J.; ORTEGA, C. (Org.). Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro. Urberlândia/Campinas: Embrapa/UFU/Unicamp, 1997.

GREEN, A.E., HOGARTH, T., SHACKLETON, R.E., Longer distance commuting as a substitute for migration in Britain: a review of trends, issues and implications. *International Journal of Population Geography* 5, 49–67. 1999.

HAKKERT, R. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte: Abep, 1996. 63 p.

HARADA, Kiyoshi. Imóvel cultivado em zona urbana. IPTU, ITR ou incentivo fiscal?. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1492, 2 ago. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/10223>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

HARRIS, C. D., & ULLMAN, E. L. (1945). The Nature of Cities. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 242, 7-17.

HARVEY, D. A justiça social e a cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. A experiência do espaço e do tempo. In: Condição pós-moderna. 18a edição, São Paulo: Loyola, 2009, p. 187-218.

HAUSER, P.M. y DUNCAN, O.D. El estudio de la población. CELADE, Santiago de Chile, 1975. Vol. I. (caps. 1 e 2).

HELD, David, Anthony McGREW (et al) , Global Transformations: Politics, Economics and Culture, Cambridge, Polity Press. 1999.

HENRIE, Ciiristopher. The emergence of a West Coast Megalopolis and its role Withim The US interurban migration system. The University of Arizona, (Ph.D Dissertation), 2004.

HOFFMANN, Marise Borém Pimenta and MENDONCA, Sérgio Eduardo Arbulu. O mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo. Estud. av. [online]. 2003, vol.17, n.47, pp. 21-42. ISSN 0103-4014.

HOYT, Homer. The Pattern of Movement of Residential Rental Neighborhoods. In: The Structure and Growth of Residential Neighborhoods in American Cities (Washington, D.C.: Federal Housing Administration, 1939), pp. 112-22.

HUGON, Paul. Demografia Brasileira: (ensaio De Demoeconomia Brasileira). [1. ed. São Paulo] Editora Atlas, 1973.

IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro, 1983.

IBGE. Indicadores Sociais: regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100.000 habitantes. MASSENA, R.M.Rosa. (org.). Rio de Janeiro. IBGE. Departamento de Estatística e Indicadores Sociais, 1988. 272p.

IBGE. Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2003.

IBGE. Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro, 2008.

IBGE. População brasileira envelhece em ritmo acelerado. IBGE; Comunicação Social, 27 nov. 2008. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1272 Acesso em: 7 julho 2012.

IBGE. Manual do Recenseador – Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Características urbanísticas do entorno dos domicílios. Rio de Janeiro, 2012.

IBGE. Divisão Regional Territorial, http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm?c=1, Rio de Janeiro, 2013, em 09/07/2013, às 18:12 horas.

IBGE. Metodologia do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2013.

IBGE. Base Cartográfica Digital 2014. Rio de Janeiro. www.ibge.gov.br, em abril/2014.

IBGE. Censos Demográficos de 1872 a 2010. Rio de Janeiro. www.ibge.gov.br, em abril/2014.

IBGE. Censos Demográficos. 1991, 2000 e 2010. Microdados, Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. Estimativa de População 2014. Rio de Janeiro. www.ibge.gov.br, em agosto/2014.

IBGE. Censos Demográficos 1940-2010 – Resultados da Amostra e Universo, Rio de Janeiro., acesso em jul/2015, em www.ibge.gov.br.

IBGE. Indicadores IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego, Abril 2015. Rio de Janeiro, p. 29, 2015.

IBGE, SEADE, Perfil Regional, Perfil da Região, Região Metropolitana de São Paulo, Economia, PIB (Em milhões de reais correntes) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação SEADE (SEADE). Visitado em 27 de Janeiro de 2015. http://produtos.seade.gov.br/produtos/perfil_regional/index.php

IPEA. Relatório Final do Estudo “Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil”. Brasília, 1999.

IPEA, NESUR-IE-UNICAMP e o IBGE, Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, Volume 1, 2001 e Volume 3, 2002.

JACKMAN, Richard and SAVOURI, S. Regional migration versus regional commuting : the identification of housing and employment flows. *Scottish Journal of Political Economy*, 39 (3). p. 272. ISSN 0036-9292, 1992.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Dinâmica migratória recente no interior paulista. São Paulo: SEADE, São Paulo em Perspectiva, Volume 10, número 2, 1996. p. 00-00.

JANNUZZI, P.M. Migração e Mobilidade social : migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas, Autores Associados/FAPESP, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. São Paulo, século XXI; a maior metrópole e das Américas. *Revista Ciência e Cultura*, v. 56, n. 2, p. 30-32, abril/jun. 2004.

JARDIM, Antonio de Ponte . Fluxos Migratórios Intrametropolitanos - Brasil - 1970/80. Textos para Discussão (Rio de Janeiro) , Rio de Janeiro, 1991.

JARDIM, A. de P. Algumas reflexões sobre o estudo das migrações pendulares. http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anaais/outros/5EncNacSobreMigracao/mesa_04_alg_ref_sob.pdf, Acesso em: 16/6/2015. 2007.

JARDIM, A. P. Movimentos pendulares: Reflexões sobre a mobilidade pendular, in OLIVEIRA, L. A. P. e OLIVEIRA, A. T. R. (Org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Estudos e Análises. Informação demográfica e socioeconômica, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. pp. 58-70.

JENKS, G. The data model concept in statistical mapping. *International Cartographic Association ed. International Yearbook of Cartography* 7, p. 186 - 190, 1967.

KEEN, D. M e TOWNROE, P. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. Urban and Regional Report No. 81-16, NSP Working Paper No. 6. Urban and Regional Economics Division, Development Economics Department, The World Bank, Washington, D.C. July, 1981.

- KHOREV, BS, MARKOVA, II, SMOLINA TK, YANOVICH, YL. Commuting as an element of local population mobility. [Journal Article], Soviet Geography, 1978; 19(6):379-92.
- KIRSCH, S.L. California's redistributive role IE interstate migration, 1935-1990. The California Geographer 63:59-78. 1993.
- LAGO, L.C. Estruturação urbana e mobilidade espacial: alterações no quadro de desigualdades sócio-espaciais na metrópole do Rio de Janeiro. In: Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2000, p.383-419.
- LANGENBUCH, Juergen, Richard. A estruturação da grande São Paulo : estudo de geografia urbana. TESE (doutorado), IFCH, UNICAMP, Rio Claro, SP, 1968.
- LANGENBUCH, J.R. A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1971.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.
- LEFEBVRE, Henri. Space: social product and use value. In FREIBERG, J. (ed.) Critical Sociology: European Perspective. New York: Irvington Publishers, 1979.
- LELIÈVRE, É., e ROBETTE, N. Les espaces de référence des individus: définir et mesurer l'espace de vie. Comunicación presentada al Congreso de la IUSSP, Tours. INED, 24p. 2005.
- LEVY, M. S. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira 1872-1972. Revista de Saúde Pública, n. 8 (supl.) 1975.
- LOBO, C.; CARDOSO, L. e MATOS, R. Mobilidade pendular e centralidade econômica na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais. Caxambu, v. 1. 2008.
- LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e Mudança Social: Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional. 1976.
- LÓPEZ VEGA, Rafael. Medición de la migración con especial referencia a la fuente de datos censal (la medición de la migración en los Censos de Población y Vivienda en México). Taller Nacional sobre "Migración interna y desarrollo en México: diagnóstico, perspectivas y políticas", 16 de Abril 2007, Ciudad de México, México. CELADE e BID (Orgs.), em <http://www.eclac.cl/celade/noticias/paginas/3/28353/RLopez.pdf>.
- LYRA, M.R.B. O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco - São Paulo - Pernambuco. 2003. 258 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MACIEL, L. O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, IFCH, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas-SP. 2012.
- MACHADO, C. C.; HAKKERT, R. Uma análise exploratória da informação sobre migração inter e intramunicipal no censo demográfico de 1980. Revista Brasileira de Estudos da População, São Paulo, v.5, n. 2, p. 1-20, jul. / dez., 1988.

MARANDOLA JR., E. Mobilidade e vulnerabilidade nos espaços de vida de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2006.

MARANDOLA JR, Eduardo. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: José Marcos Pinto da Cunha. (Org.). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011. p. 95-115.

MARCILIO, M. Luiza. . A Cidade de São Paulo- povoamento e população. 1750-1850. 1. ed. São Paulo: EDUSP- Pioneira, 1973. v. 1. 208p.

MARQUES, EC. Os Modelos espaciais como Instrumento para o Estudo de Fenômenos Urbanos. In NAJAR, AL.; MARQUES, EC. (Org.) Saúde e Espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise. História e Saúde Collection, Editora FIOCRUZ, Rio de Janeiro, Brasil. Pp. 43-61, 1998.

MARQUES, EC. e BITAR, S. "Espaço e grupos sociais na metrópole paulistana". Novos Estudos Cebrap, n. 64, pp. 123-131. 2002.

MARQUES, E.; TORRES, H. (Org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora Senac, 2005.

MARQUES et al. Eduardo Marques (coord.), Mariana Bittar, Donizete Cazolato, Edgard Fusaro e Daniel Waldvogel, “Diagnóstico dos assentamentos precários nos municípios da Macrometrópole Paulista”, CEM/CEBRAP..... 1º. Relatório e 2º. Relatório, julho e agosto de 2013.

MARTINE, George, Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, Águas de São Pedro. Anais... São Paulo: Abep, v. 1, 1984. p. 1015-1047.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, 1 (1) : pp. 99-144. 1984.

MARTINE, George. Migração e Metropolização. IN: Revista SAO PAULO EM PERSPECTIVA, São Paulo, Fundação SEADE, v. 01, n.02, p. 28-31, 1987.

MARTINE, George. Migração e metropolização. São Paulo em Perspectiva, v. 1, n. 2, 1987.

MARTINE, George. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: CONGRESSO SOBRE A HISTÓRIA DA POPULAÇÃO DA AMÉRICA LATINA - ABEP Anais. Ouro Preto – MG (1989), ABEP, 1990, p.16-26.

MARTINE, G.; CAMARANO, NEUPERT, BELTRÃO. “A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas”. In: PARA a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAM, 1990.

MARTINE, George. A Redistribuição Espacial da População Brasileira durante a Década de 80. Texto para Discussão n. 329, IPEA, Brasília, 1994.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80; publicado em Textos para discussão 329, IPEA, Brasília, 1994.

MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo Perspec. [online]. 2005, vol.19, n.3, pp. 3-22. ISSN 0102-8839.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, Gordon. A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades lições aprendidas, em Populações e Cidades, subsídios para o planejamento e para as políticas sociais / Rosana Baeninger (Org.). Campinas NEPO/UNICAMP, Brasília. p. 11-24, 2010.

MARTINEZ, Jorge. La migración internacional en los censos de población. Naciones Unidas. In: América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000 (Seminario Censos 2000: diseño conceptual y temas a investigar en América Latina), Santiago de Chile, junio de 1999. pp. 415-433.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no Espaço. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, ABEP, v.12, n.1-2, jan./dez. 1995. p. 35-58.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. Caxambu: XII Encontro Nacional da Associação de Estudos Populacionais, Abep-cd-rom, 2000.

MATOS, Ralfo . Migração e urbanização no Brasil. Geografias (UFMG) , v. 14, p. 7-27-27, 2012.

MENDIZÀBAL, E. L'ús temporal del territori. L'exemple dels habitants de la Regió Metropolitana de Barcelona, Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Universitat Autònoma de Barcelona. 1996. 497 p.

MERRICK, T.; GRAHAM, D. População e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

METRÔ, Pesquisa Origem Destino 1997 da Região Metropolitana de São Paulo, 1998.

METRÔ, Pesquisa Origem Destino 2007 da Região Metropolitana de São Paulo, 2008.

METRÔ, Pesquisa de Mobilidade 2012 da Região Metropolitana de São Paulo, 2013.

MÓDENES, Juan Antonio. Movilidad espacial: uso temporal del territorio y poblaciones vinculadas. Papers de Demografia, Num.: 311, 2007.

MÓDENES, Juan Antonio. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. Estudios geográficos. LXIX, 264. Enero-junio, 157-178. 2008.

MONTAGNER, P. ; BRANDÃO, S. M. C. . Mercado de Trabalho e Migração na Grande São Paulo. São Paulo em Perspectiva (Impresso) , São Paulo, v. 10, n.2, p. 42-53, 1996.

- MONTALI, L. Região metropolitana de São Paulo: expansão e heterogeneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 4., Salvador, Anais...1991. Salvador, 1991.
- MOREIRA, M.M. Envelhecimento da população brasileira. 1997. 149f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
- MOURA, R., CASTELLO BRANCO, M. L. G., FIRKOWSKI, O. L. C. F. (2005) Movimento pendular e perspectivas de pesquisa em aglomerados urbanos. In: SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez.
- MOURA, R. Configurações espaciais da metropolização brasileira. @metropolis - Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, Rio de Janeiro, nº 13, ano 4, junho 2013.
- NACIONES UNIDAS. Métodos de medición de la migración Interna: manual VI. Nueva York: Naciones Unidas, 1972.
- NEGRI, B. A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). In: XX Encontro Nacional de Economia. Campos de Jordão: ANPEC, 1992.
- NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- NERI, M. Miséria em queda. Rio de Janeiro: Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- NEWLING, B.E. Urban growth and spatial structure : mathematical models and empirical evidence. Geographical Review, vol. 56, p. 213-225. 1966.
- NEWLING, B.E. The spatial variation of urban population densities. Geographical Review, vol. 59, p. 242-252. 1969.
- OLIVEIRA, A. T. R. Reflexão teórica: Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório, in OLIVEIRA, L. A. P. e OLIVEIRA, A. T. R. (Org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Estudos e Análises. Informação demográfica e socioeconômica, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. pp. 11-27.
- OLIVEIRA, A. T. R. de; ERVATTI, L. R.; O'NEILL, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: Oliveira, L. A. P. de; Oliveira, A. T. R. de (Org.). Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 2011. (Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, n. 1). Pp. 29-49.
- OLIVEIRA, R. C.; SILVEIRA NETO, R.M. Estrutura Produtiva e Escolaridade Como Condicionantes da Dinâmica da Desigualdade Regional de Renda no Brasil: Uma Análise Para o Período 1995-2011, Prêmio CNI, 2013.
- OLIVEIRA, Antônio Tadeu. Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. [online]. 2013, vol.21, n.40, pp. 195-210. ISSN 1980-8585.

OLIVEIRA, Jane Souto de. “Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 2003. (Textos para discussão, n. 6).

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de e SIMOES, Celso Cardoso da Silva. O IBGE e as pesquisas populacionais. *Rev. bras. estud. popul.* [online]. 2005, vol.22, n.2, pp. 291-302. ISSN 0102-3098.

OLIVEIRA, L. A. P. e OLIVEIRA, A. T. R. (Org.) Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. Estudos e Análises. Informação demográfica e socioeconômica, nº 1, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

OLIVEIRA, Maria Aparecida de. e Alves, Humberto Prates da Fonseca. Expansão Urbana e Desmatamento nas Áreas Protegidas por Legislação Ambiental na Região Metropolitana de São Paulo (versão preliminar), 2005, Trabalho apresentado no Workshop “População e meio Ambiente: Metodologias de abordagem”. Nepo/Unicamp, Campinas, SP. 10 de Novembro de 2005.

OMETTO, A.M.H.; FURTUOSO, M.C.O.; SILVA, M.V. Economia Brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Saúde Pública*, v.29, n.5, p.403-14, 1995.

ONU - UNITED NATIONS. Methods of Measuring Internal Migration. MANUAL VI. Manuals on methods of estimating population. POPULATION STUDIES, No. 47. New York: 1970.

ONU – UNITED NATIONS. Title Cross-national comparisons of internal migration: An update on global patterns and trends. Technical Paper No. 2013/1, Population Division, New York, 2013.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al (Org.). Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

PACHECO, C. A. Fragmentação da nação. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

PASTERNAK, S.; BÓGUS, L. M. M. Migração na metrópole. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.19, n.4, p.21-47, out./dez. 2005.

PASTERNAK, S.; Bógus Lucia Maria Machado. Continuidades e discontinuidades na cidade dos anéis. In: XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2005, Salvador. Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, 2005a.

PASTERNAK, S. Aspectos demográficos da Região Metropolitana de São Paulo. In: BÓGUS, L.; PASTERNAK, S. (Orgs.). Como anda São Paulo. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009 (Conjuntura urbana; 3).

PASTERNAK, Suzana. O Estado de São Paulo no Censo 2010. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2011. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetrolopes.net/download/Censo_2010_Sao_Paulo.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2014.

- PATARRA, N. L.; CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.1, n.2, p.32-35, jul./set. 1987.
- PATARRA, N. L. Rumo a um novo perfil demográfico", in Revista São Paulo em Perspectiva, 2(4), out/dez, 1988.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. Família na transição demográfica: o caso de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, v. 5, n. 2., São Paulo. 1988.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, R. São Paulo: povigente, povovigente, povo e gente. — Campinas: UNICAMP, 1988. (Textos NEPO, n. 15).
- PATARRA, N.; BAENINGER, R. Movimentos migratórios: novas características, nova indagação. III Encontro Nacional da Anpur. Anais... Águas de São Pedro, 1989.
- PATARRA, N. L. “Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços.” Textos para discussão Escola Nacional de Estatística, Número 7. ENCE, Rio de Janeiro, 2003.
- PATARRA, N. L.; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul: metrópoles e fronteiras. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2006, vol.21, n.60, pp. 83-102. ISSN 0102-6909. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092006000100005>.
- PEREIRA, R. H. M.; HERRERO, V. Mobilidade Pendular: Uma proposta teórico-metodológica. Texto para discussão nº 1395. IPEA. Rio de Janeiro, Março, 2009. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1395.pdf>. Acesso em 20/04/2015.
- PERILLO, S. R. Novos caminhos da migração no Estado de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 10, n. 2, abr./jun. 1996.
- PERILLO, S.R. Vinte anos de migração no Estado de São Paulo: uma análise do período 1980/2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Abep, 2002.
- PEROBELLI, Fernando S.; HADDAD, Eduardo A.; HEWINGS, Geoffrey J.D. Interdependência Econômica: Um Estudo de Caso para a Região Metropolitana de São, Núcleo de Economia Regional e Urbana da USP – NEREUS, TD Nereus 15-2013, São Paulo, 2013.
- PERRUCHOUD, Richard e REDPATH-CROSS, Jillyanne, (eds). Glossary on Migration. International Migration Law. Número 25. Segunda Edição, 2011. International Organization for Migration – IOM.
- PLANE, D. A systematic demographic efficiency analysis of US interstate population exchange, 1935- 1980, Economic Geography, 60, pp. 294-312. 1984.
- PLANE, D. The wax and wane of interstate migration patterns in the US in the 1980s: a demographic effectiveness field perspective, Environment and Planning A, 26, 1545-61. 1994.
- PLANE, David A. e MULLIGAN, Gordon F. Measuring Spatial Focusing in a Migration System. Demography, Volume 34-Number 2, May 1997: Pp. 251-262.

- PLANE, D. A., HENRIE, C. J. e PERRYD, M. J. Migration up and down the urban hierarchy and across the life course, PNAS, October 25, vol. 102 no. 432005, 2005.
- PRESTON, Samuel The Next Fifteen Years in Demographic Analysis. In: TAEUBER, K. E., BUMPASS, L. L. & SWEET, J. A. Social Demography. New York, Academic Press, 1978. pp. 299-313.
- PUNPUING, Sureeporn. Correlates of commuting patterns: a case study of Bangkok Thailand. Nakhon Pathom, Thailand, Mahidol University, Institute for Population and Social Research 1992.
- REIS FILHO, Nestor Goulart . Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano. 1. ed. São Paulo: Via das Artes, 2006. v. 1. 201p .
- REITSMA, Rene F. VERGOOSSEN, Dick. A Causal Typology of Migration: The Role of Commuting. Regional Studies 22, 1988, p. 331-40.
- RENNER, C. H., PATARRA, N. L. Migrações. In: SANTOS, J. L.F. et. al. (Orgs.). Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980. p. 236-260.
- RIBEIRO, L. C. Q. e LAGO, L. C. Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro. 1994.
- RIBEIRO, L.C.Q. Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano. In: Revista VeraCidade – Ano 3 - Nº 3 – Maio de 2008.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Transformações na Ordem Urbana das Metrôpoles Brasileiras: 1980/2010. Hipóteses e estratégia teórico-metodológica para estudo comparativo. Rio de Janeiro: OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES / INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA / FAPERJ – CAPES – CNPq, 2013.
- RIBEIRO, J.T.L.; CARVALHO, J.A.M.; WONG, L.R. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDO POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. Anais... [S.l.]: ABEP, 1996.
- RICHARDSON, H. “Polarization reversal in developing countries”. The Regional Science Association Papers, Los Angeles, vol. 45, nov. 1980.
- RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações, a partir dos dados censitários aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 142 f. 1999. Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG, 1999.
- RIGOTTI, J. I. R. O uso dos quesitos censitários para o estudo das migrações. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu; 2000.
- RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: críticas e sugestões para análise. SEMINARIO-TALLER “LOS CENSOS DE 2010 Y LA MIGRACIÓN INTERNA, INTERNACIONAL Y OTRAS FORMAS DE MOVILIDAD TERRITORIAL”. Santiago de Chile. 2008.
- RIGOTTI, J. I. R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. In: Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu

estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.). – Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp, 2011.

RIPPEL, R. Migração e desenvolvimento no Oeste do Paraná: uma análise de 1950 a 2000. Tese (Doutorado em Demografia) . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n], 2005.

RIPSA. Indicadores Básicos para a Saúde no Brasil: conceitos e aplicações - 2002 - 1ª edição e 2008 - 2ª Edição, site: <http://www.ripsa.org.br/php/level.php?lang=pt&component=68&item=19>, <http://www.ripsa.org.br/php/level.php?lang=pt&component=68&item=20> , em 05 de abril de 2014.

ROBETTE, N. Les espaces de vie individuels : de la géographie à une application empirique en démographie, Cybergeographie : European Journal of Geography [En ligne], Espace, Société, Territoire, document 605, mis en ligne le 27 avril 2012, consulté le 08 juin 2015. URL : <http://cybergeographie.revues.org/25332> ; DOI : 10.4000/cybergeographie.25332.

RODRIGUES, I. A. A Demografia da Vida Rural Paulista. 2001.Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 213 p

RODRÍGUEZ, J. Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad. In: CUNHA (ORG.) Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. NEPO/UNICAM, Campinas, 2011.

RODRIGUEZ, Octavio. BURGEÑO, Oscar. HOUNIE, Adela. e PITTALUGA, Lucía. CEPAL: velhas e novas idéias. Economia e Sociedade, Campinas, (5):79-109, dez. 1995.

ROGERS, A. Requiem for Net Migration. Geographical Analysis, Ohio State University Press, Vol. 22, No. 4, (October 1990), 1990, pp. 283-300.

ROGERS, A. e HEMEZ-DESCRYVE, C. Interregional Migration and Population Redistribution in the United States 1940-1980: A Cohort Perspective. Working paper WP-93-6, Population Program, University of Colorado at Boulder. 1993.

ROWLAND, D. T. evaluating the functions of internal migration in settlement systems. Canadian Studies in Population, Vol. 5, 1978, pp. 99-111.

SALES, Teresa – Brasileiros longe de casa, SP, ed. Cortez, 1999.

SALOM, J. e CASADO, J.M. Movilidad cotidiana u mercados locales de trabajo en la Comunidad Valenciana 1991-2001, Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, nº 4, p. 187-214. 2007.

SANDER, Nikola, e VOBECKA, Jana. A Cross-National Comparison of the Spatial Structure of Internal Migration by Level of Educational Attainment. PAA, 2012.

SANTANA, Antonio Carlos da Paz. A organização e inserção da produção de pequenas unidades agrícolas nos mercados paulistanos: os agricultores do bairro rural de Santo Ângelo (tese USP), 2006. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas. São Paulo: IGC, 1995. 103p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. Municípios e distritos do Estado de São Paulo. São Paulo: IGC, 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. Instituto Geográfico e Cartográfico. Municípios do Estado de São Paulo: Criação e Divisas. São Paulo: IGC, 1997. 825p.

SARAIVA, Camila Pereira. A periferia consolidada em São Paulo : categoria e realidade em construção, 2008. p. 147, Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

SASSEN, Saskia. The Mobility of Labor and Capital: A study in international investment and labor flow. New York: Cambridge University Press, 1988.

SASSEN, Saskia. The global city: New York, London, Tokyo. New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SASSEN, S. Sociologia da Globalização, Editora Artmed, 2010.

SCHWARTZMAN, S. Redução da desigualdade, da pobreza, e os programas de transferência de renda, Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Versão 3, 13 de fev. 2006.

SCOTT, Russel Parry. O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 5. Anais do V Encontro. São Paulo. Águas de São Pedro. 1986.

SCUDELER, Valéria Cristina – Imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos Estados Unidos, in REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa (orgs.) – Cenas do Brasil Migrante, SP, ed. Boitempo, 1999, p. 193-232.

SEADE, Fundação. Informe SP Demográfico, Ano 4 – nº 3, Junho 2003.

SEADE, Fundação. Região Metropolitana de São Paulo: Perfil Regional. Abril de 2009.p. 18.

SEADE, Fundação. Informe SP Demográfico, Ano 11 – nº 5, Julho 2011.

SEADE, Fundação. PIB dos Municípios Paulistas 2011. dezembro 2013, p. 13.

SEADE, Fundação. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_50308.htm, em 25/03/2014.

SECOVI, Sindicato da Habitação. Balanço do Mercado Imobiliário 2012. São Paulo, 2013.

SHRYOCK, Jr., Henry S. "The Efficiency of Internal Migration in the United States." in International Population Conference (proceedings), Vienna 1959, pp. 685-694.

SHRYOCK, Jr., Henry S. Population Mobility Within the United States (Community and Family Study Center, Chicago: University of Chicago, 1964).

SHRYOCK, H. S., SIEGEL, J. S. and Associates. The Methods and Materials of Demography. Washington DC: US Bureau of the Census. 1975.

SILVA NETO, Manoel Lemes da. Implicações da aceleração contemporânea na escala local – o caso do Estado de São Paulo. Tese de Doutorado FAU/USP. 1998.

SILVEIRA NETO, R. DA M. Do Public Income Transfer to the Poorest affect Internal Inter-Regional Migration? Evidence for the Case of Brazilian Bolsa Família Program, ANPEC, XXXVI Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2008.

SILVEIRA NETO, R. DA M. , AZZONI, C. R.;Azzoni, Carlos Roberto;Azzoni, C.R. , 49th European Congress of the Regional Science Association International. The influence of government cash-transfer programs on internal migration in Brazil. The Annals of Regional Science. 2009.

SINGER, Paul Israel. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: SINGER, P. I. Economia Política e Urbanização. Cap. 2: 29-60. 1973. São Paulo: Editora Brasiliense.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1980. t. 1, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4).

SINGER, Paul. Economia Política da Urbanização. São Paulo. Ed. Brasiliense, 8ª. edição. 1981.

SIQUEIRA, C. G. Emancipação municipal pós Constituição de 1988: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2003a.

SIQUEIRA, C. G. Surgimento de Municípios nos 90: a influência da distribuição populacional e do novo arranjo político-institucional no processo emancipatório paulista, III Encontro Nacional sobre Migrações, UNICAMP, Campinas, 2003b.

SIQUEIRA, C. G. Criação de municípios no Brasil: A tridimensionalidade do fenômeno emancipatório brasileiro. A análise do processo no estado de São Paulo. ANPUR, Salvador, Bahia, 2005.

SIQUEIRA, C.G. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: Diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). Campinas, 2008. Tese (Doutorado em Demografia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2008.

SOARES, Weber – Emigrantes e investidores: redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarensense, Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, IPPUR, UFRJ, 1995.

SOBREIRA, D. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso do deslocamento pendular na Região Metropolitana de Campinas. Dissertação de mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 2007.

SUSINO, Joaquín. "Movilidad residencial y movilidad cotidiana en áreas urbanas", em Castañer, M.; Vicente, J.; Boix, G. (coord.). Áreas urbanas y movilidad laboral en España. Girona: Universitat de Girona, pp. 141-163. 2001.

SUSINO, J. Movilidad residencial: Procesos demográficos, estratégias familiares y estructura social. Tese de doutorado, inédita. Departamento de Sociologia, Universidad de Granada, 2003.

SUSINO, J. e BARRENA, E. Propuesta de delimitación de lãs áreas metropolitanas andaluzas como espacios de vida. En C. Delgado Viñas (Ed.), X Coloquio y Jornadas de Campo de Geografía Urbana. Asociación de Geógrafos Españoles, Oviedo, Santander, Bilbao. Junho, 2010.

TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciation des groupes migrants. Annales de la Recherche Urbana. no,59-60, 1996.

TASCHNER, S. P. e BÓGUS, L.M.M. Mobilidade Espacial da População Brasileira: Aspectos e Tendências. In: Revista Brasileira de Estudos de População, jul-dez, 1986.

TASCHNER, Suzana. "Habitação e demografia intra-urbana em São Paulo". Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo: ABEP, vol. 7, nº 1, jan/jul, 1990.

TASCHNER, S.P. e BÓGUS, L. "São Paulo como patchwork". In: BÓGUS, L. e RIBEIRO, L.C. (orgs.). Caderno MetrÓpole. São Paulo, Educ, n.1, 1999. p.43-98.

TASCHNER, S.P. & BOGUS,L. A cidade dos anéis: São Paulo, in Queiroz Ribeiro, LC. (org) O Futuro das metrópoles Rio de Janeiro, Revan/FASE. p 247-284. 2000.

TASCHNER, SUZANA P.; BOGUS, LUCIA M. M.. SÃO PAULO: O CALEIDOSCÓPIO URBANO. São Paulo Perspectiva., São Paulo , v. 15, n. 1, p. 31-44, jan. 2001.

THOMAS, Dorothy Swaine. Social and Economic Aspects of Swedish Population Movements, 1750-1933, New York, The Macmillan Company, 1941.

TODARO, M.P. Internal migration in developing countries: a review of theory, evidence, methodology and research priorities (International Labour Office, Geneva), 1976.

TORRES, H.; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n. 4, p. 49-70, 2001.

TORRES, Haroldo G. et al. Pobreza e Espaço: padrões de segregação em São Paulo. Estudos Avançados, v. 17, n. 47, São Paulo, 2003.

TORRES, H. A Fronteira paulistana. In: MARQUES, E.; TORRES, H. São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005.

TORRES, Haroldo G ; BICHIR, Renata M.; CARPIM, Thais P. Uma pobreza diferente? Novos Estudos Cebrap, v. 74, p. 17-24, 2006.

VAINER, C.B. Políticas migratórias no Brasil: origens, trajetórias e destinos. In: Reunião dos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Campinas: Nepo/Unicamp, dez. 1991.

VEIGA, J. E. da. et al. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Texto para discussão nº 1. Brasília: convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

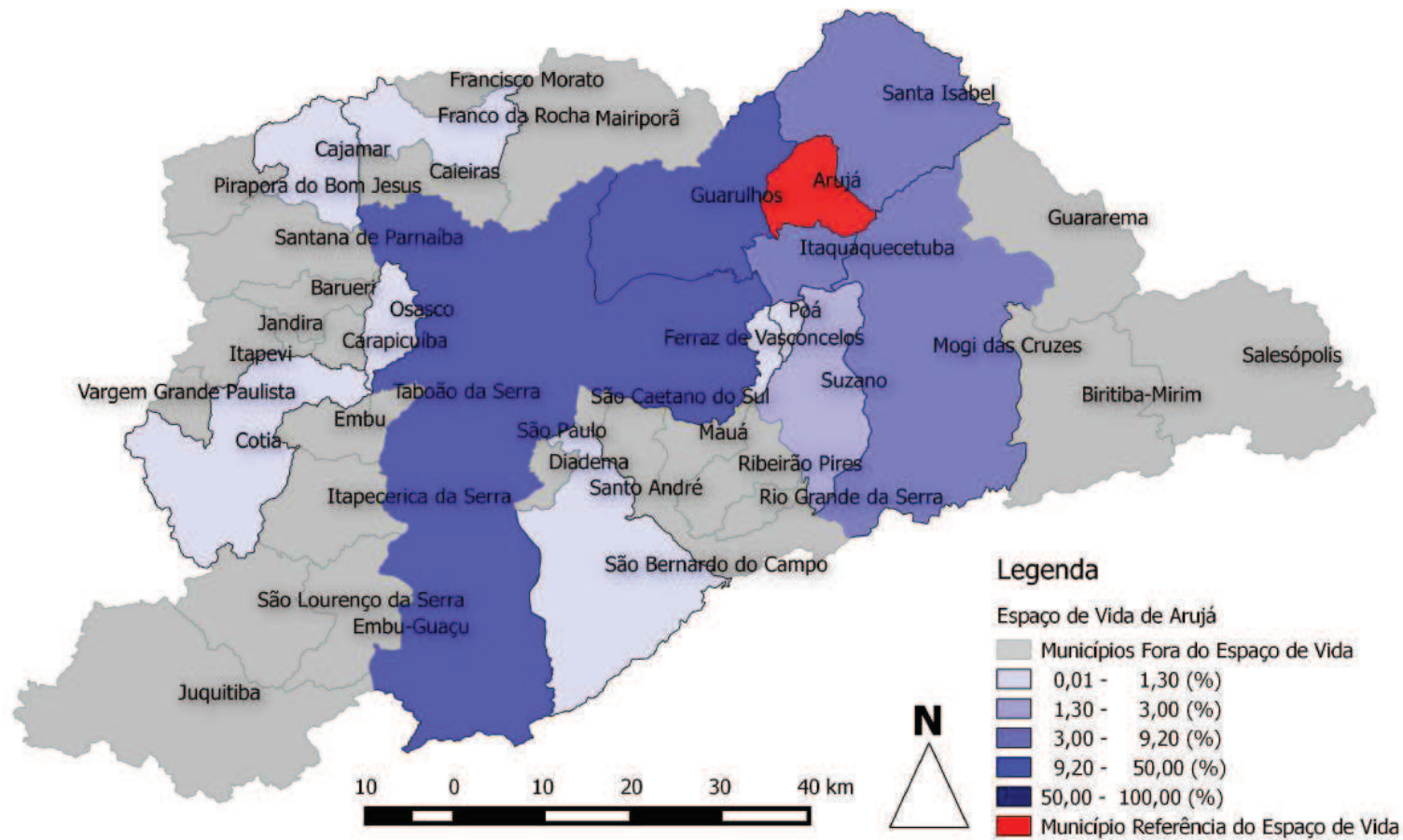
- VEIGA, J. E. da. Cidades Imaginarias: o Brasil e menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.
- VIEIRA, Flávio Vilela and VERISSIMO, Michele Polline. Crescimento econômico em economias emergentes selecionadas: Brasil, Rússia, Índia, China (BRIC) e África do Sul. Econ. soc. [online]. 2009, vol.18, n.3, pp. 513-546. ISSN 0104-0618.
- VILLA, M.; RODRÍGUEZ, J. "Dinâmica Sociodemográfica de las Metrópolis Latinoamericanas". IN: Grandes Ciudades de América Latina: Dos Capítulos. Documentos Docentes, Serie B, n.98, CELADE, Santiago de Chile, 1994.
- VILLA, M.; RODRÍGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis Latinoamericanas durante la segunda mitad del siglo XX. Notas de Población. Santiago de Chile, Celade, n. 65, 1997.
- VILLA, M. Comentarios a los documentos 28, 29 y 30. Naciones Unidas. In: América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000 (Seminario Censos 2000: diseño conceptual y temas a investigar en América Latina), Santiago de Chile, junio de 1999. pp. 465-468.
- VILLAÇA, Flávio. Uso do solo urbano. 1a ed. São Paulo: Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal, 1978.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano: esse desconhecido. Encontro ANPUR, V.6. Modernidade, exclusão e a espacialidade do futuro – Brasília. 1995.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Lincoln Institute, 2001.
- VILLAÇA, Sérgio. O plano diretor e a lei do perímetro urbano. Disponível em: <http://www.cebi.com.br/boletim/boletim_23/editorial.htm>. Acesso em: 26 ago. 2014.
- XU-DOEVE, William .L.J. The Demographic Measurement of Migration and Its Adjustment for Underenumeration. Paper presented at the XXV International Population Conference of the IUSSP, Tours, France, July 2005.
- ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. Geographical Review, vol.6, n.2, 1971.
- ZMITROWICZ, Witold. Considerações sobre o conceito de planejamento. Revista de Planejamento - FAUUSP, São Paulo, n.200, p. 1-60, 1977.
- WONG e CARVALHO, O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas, R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2006.

Anexo 1

338

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

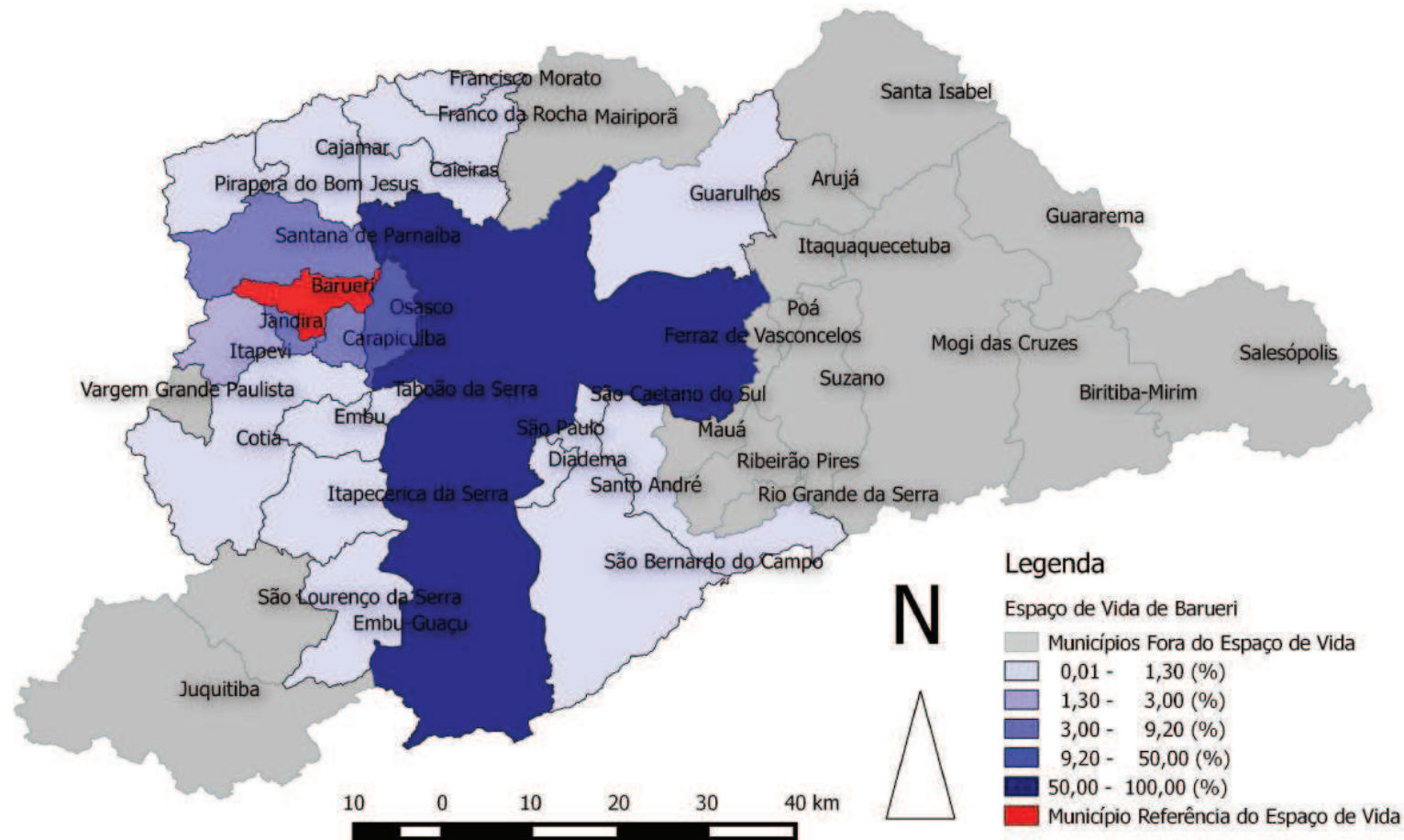
ARUJÁ - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

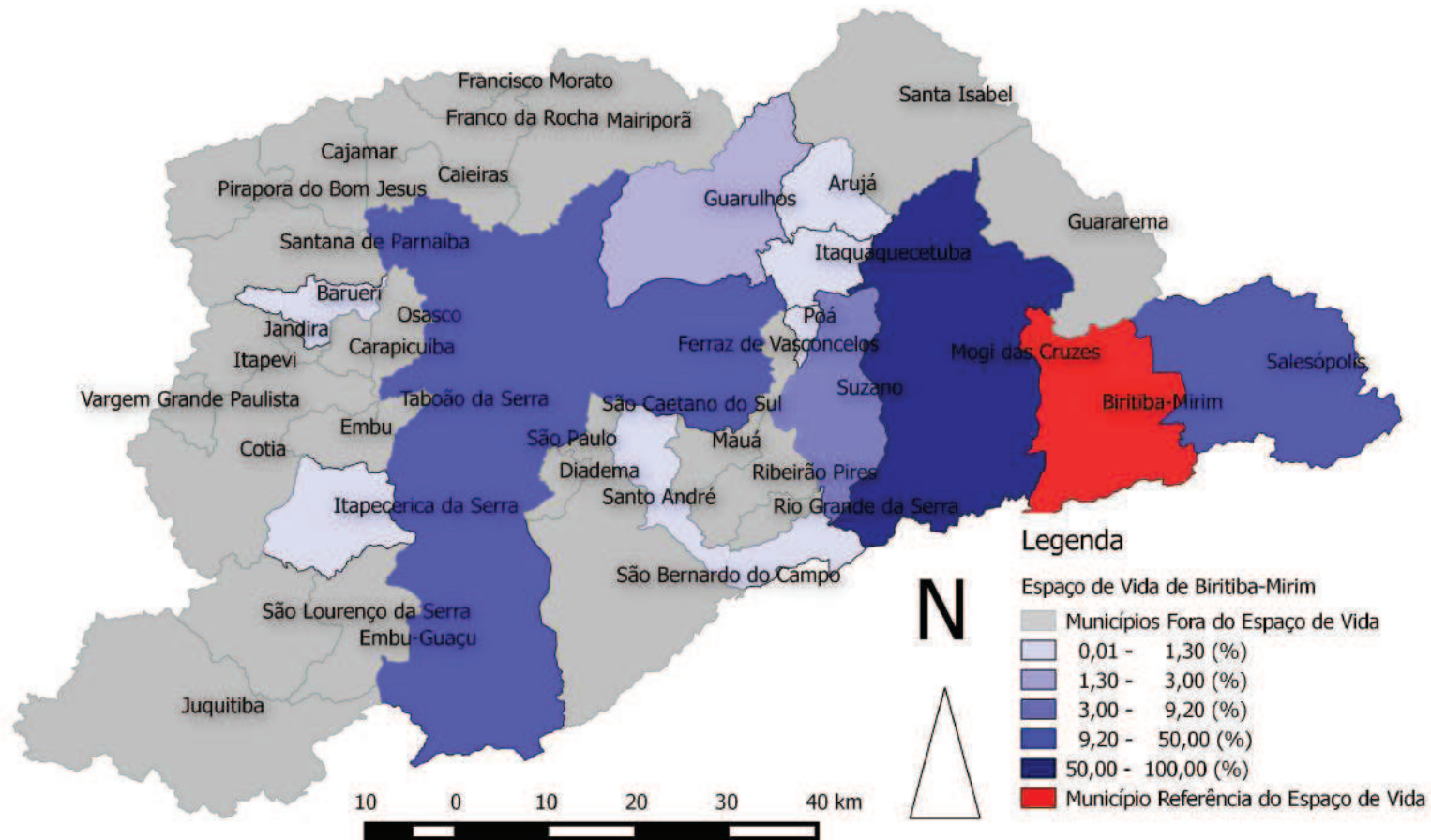
BARUERI - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

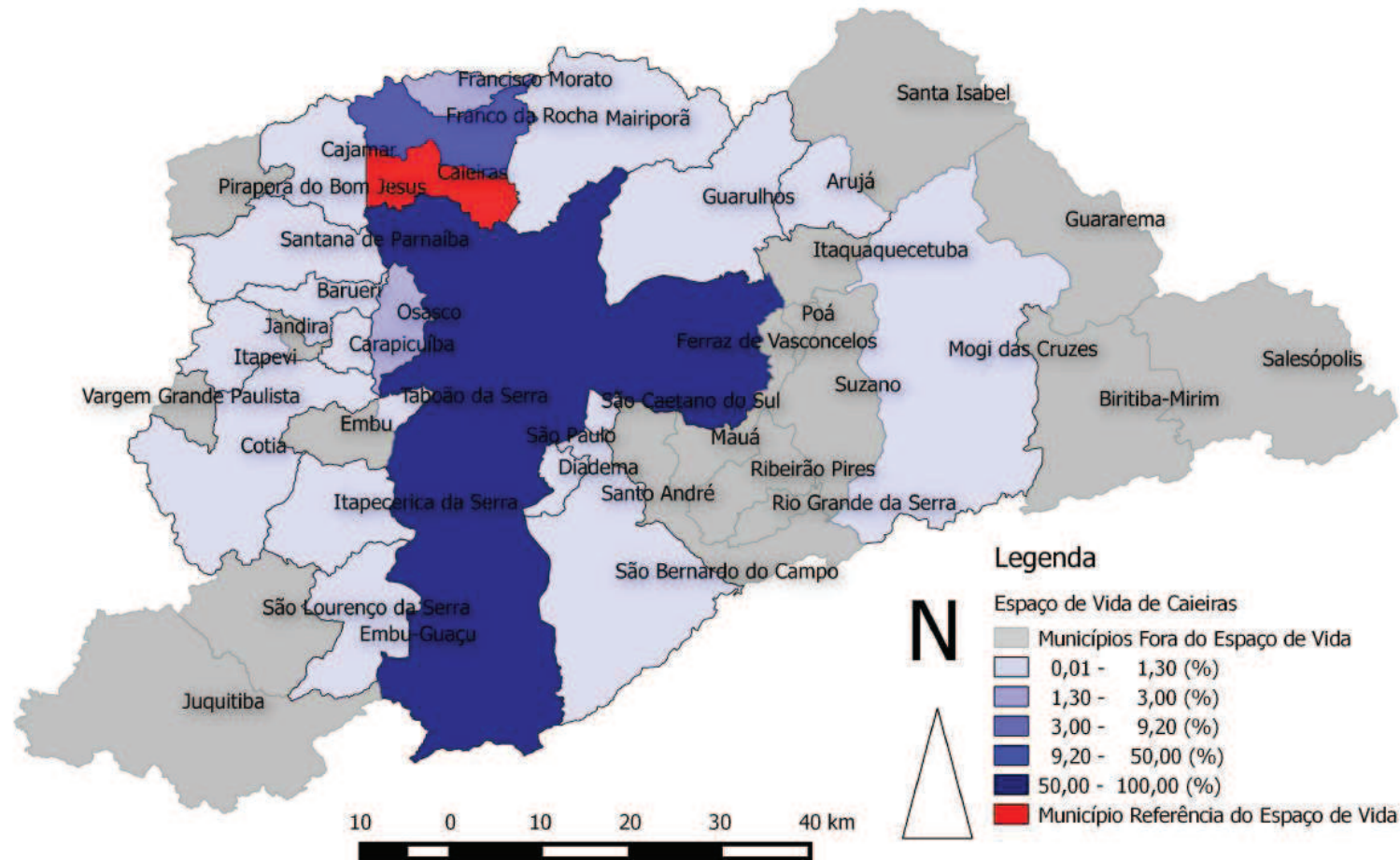
BIRITIBA-MIRIM 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

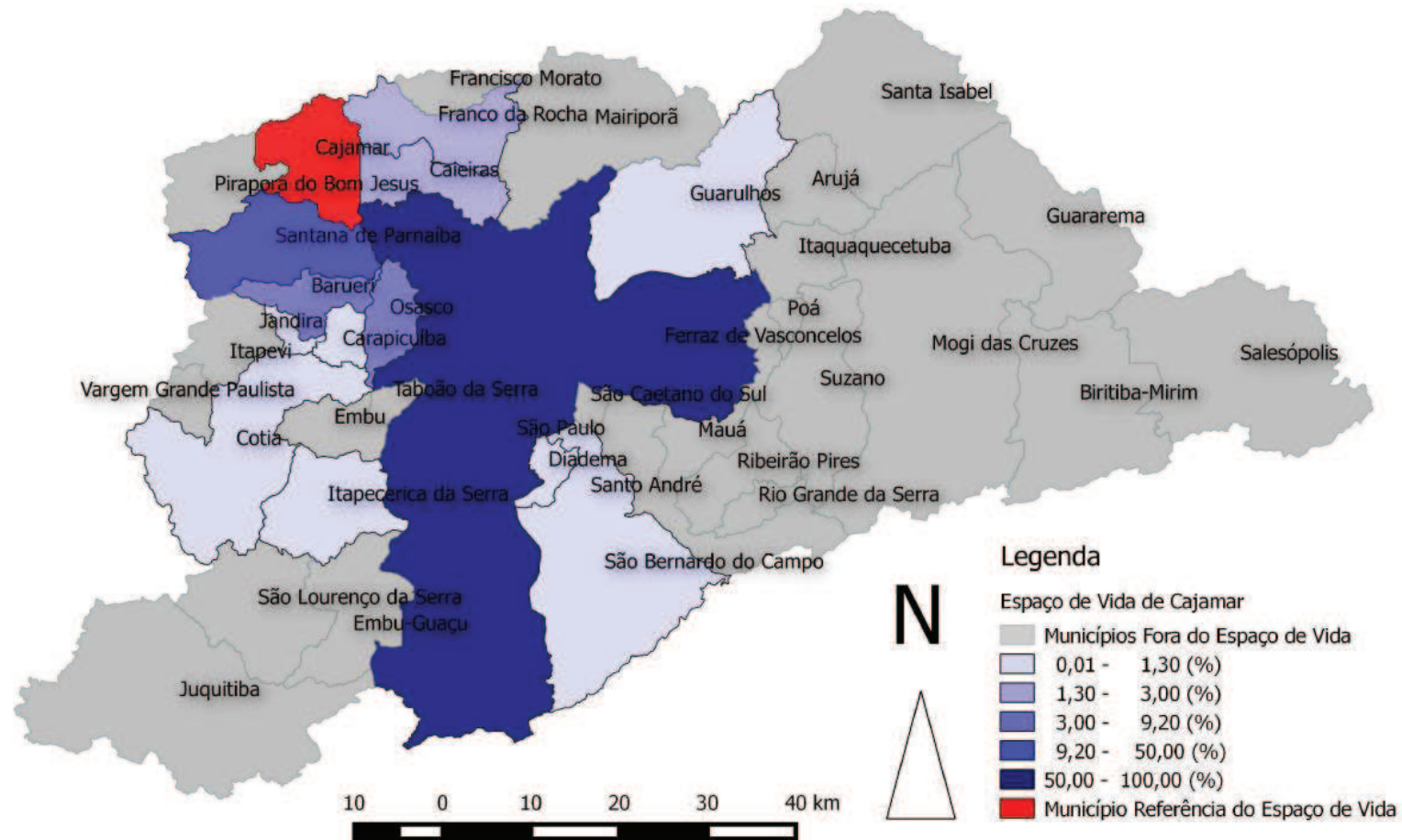
CAIEIRAS - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

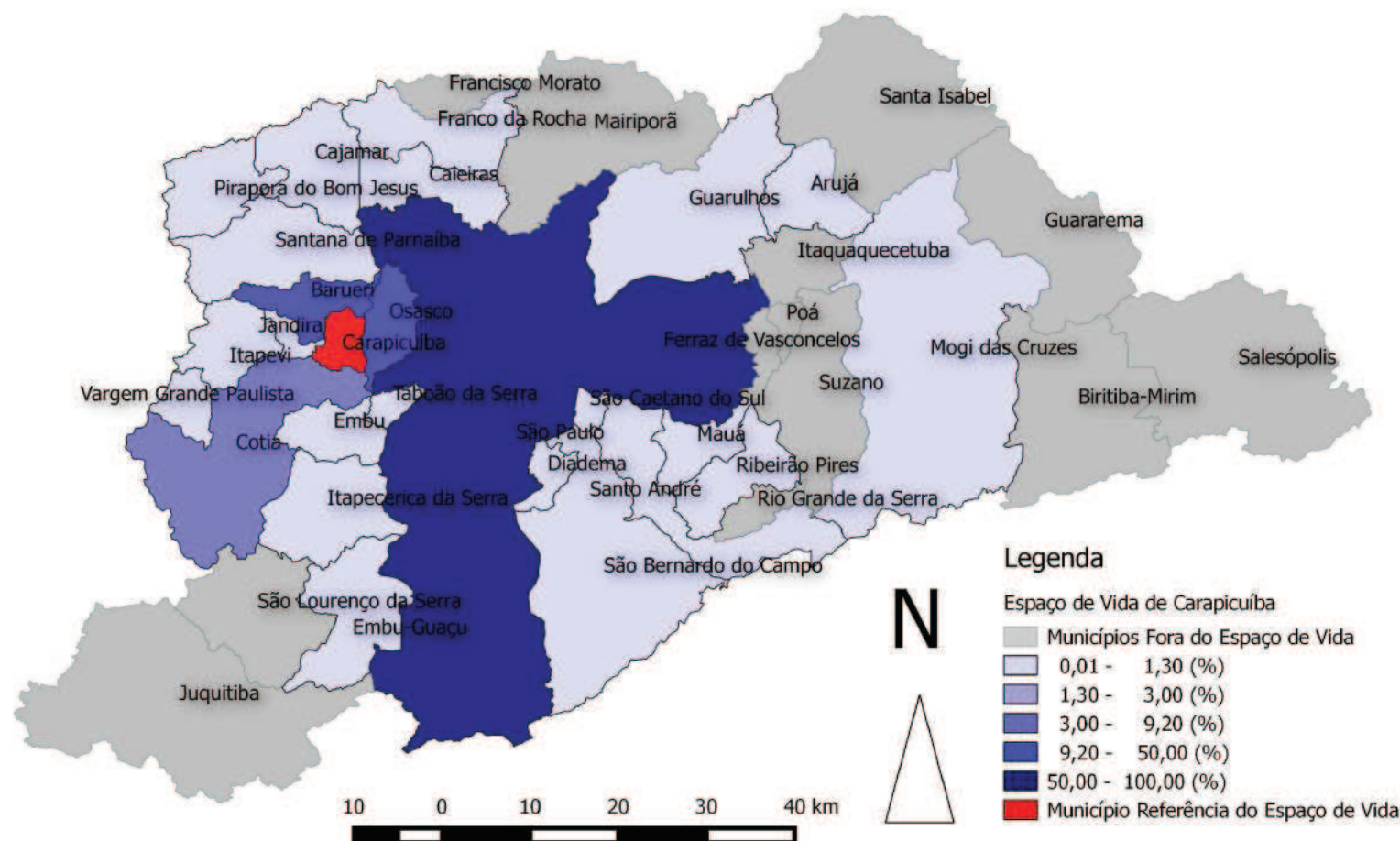
CAJAMAR - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

CARAPICUIBA - 2000



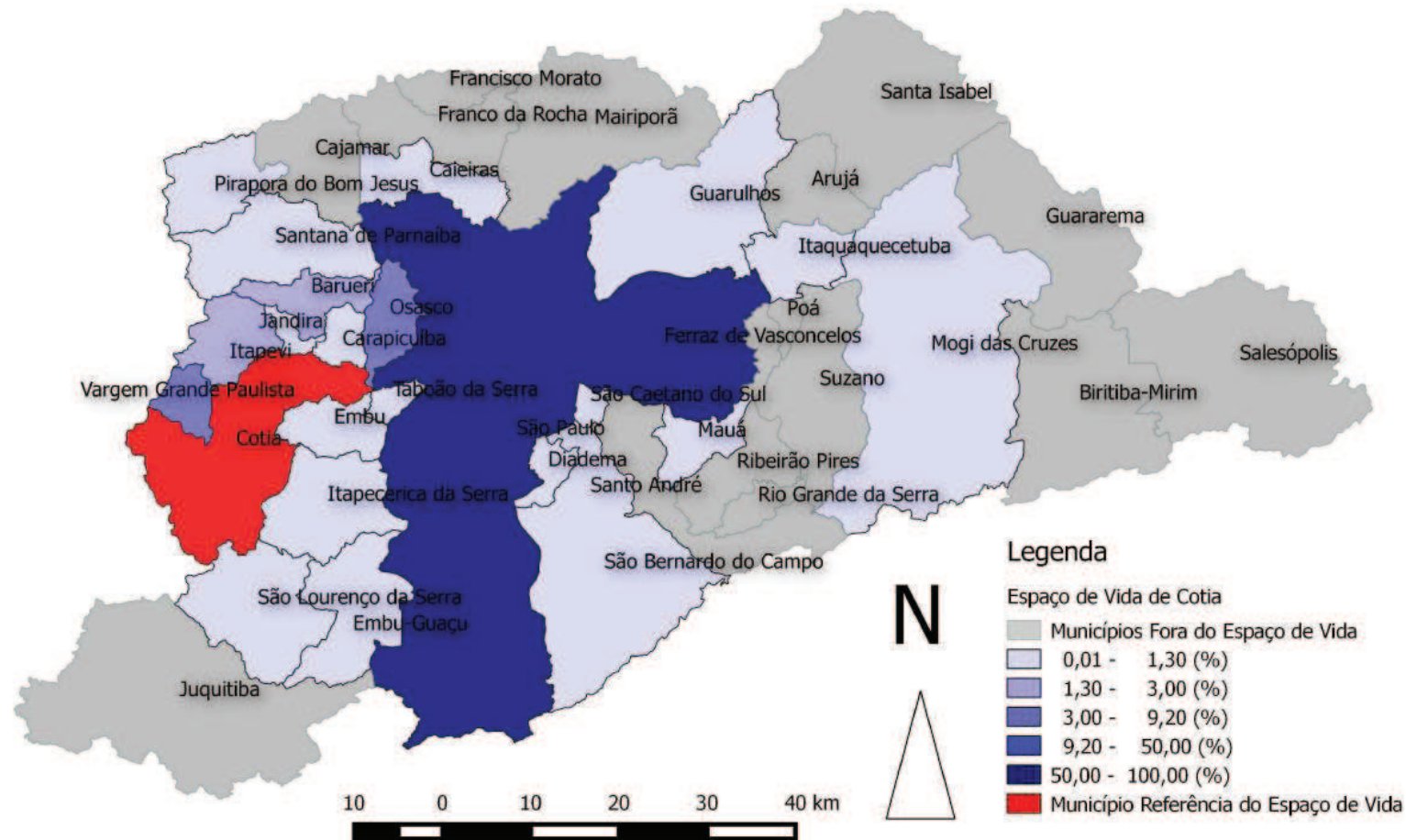
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Anexo 1

344

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

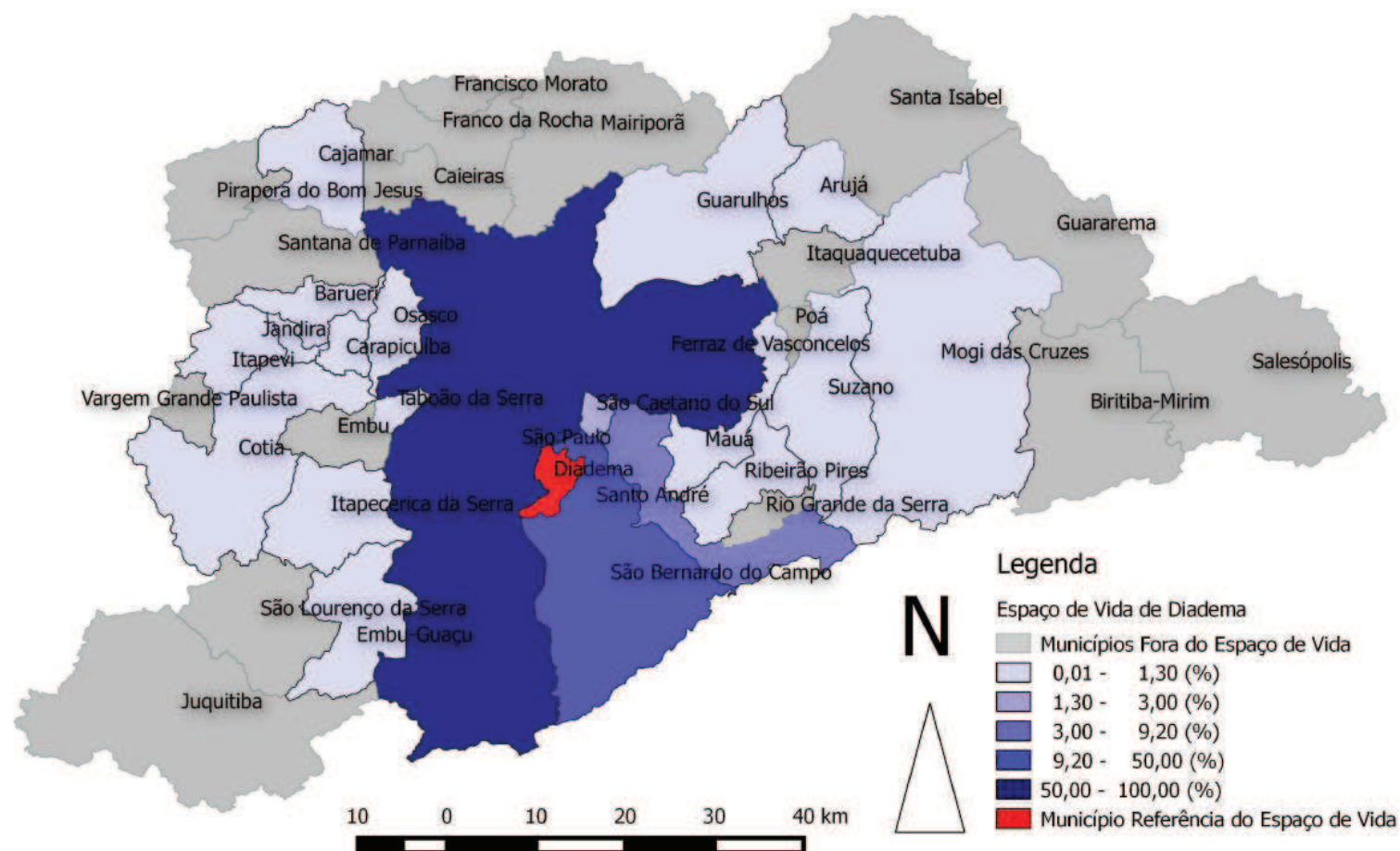
COTIA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

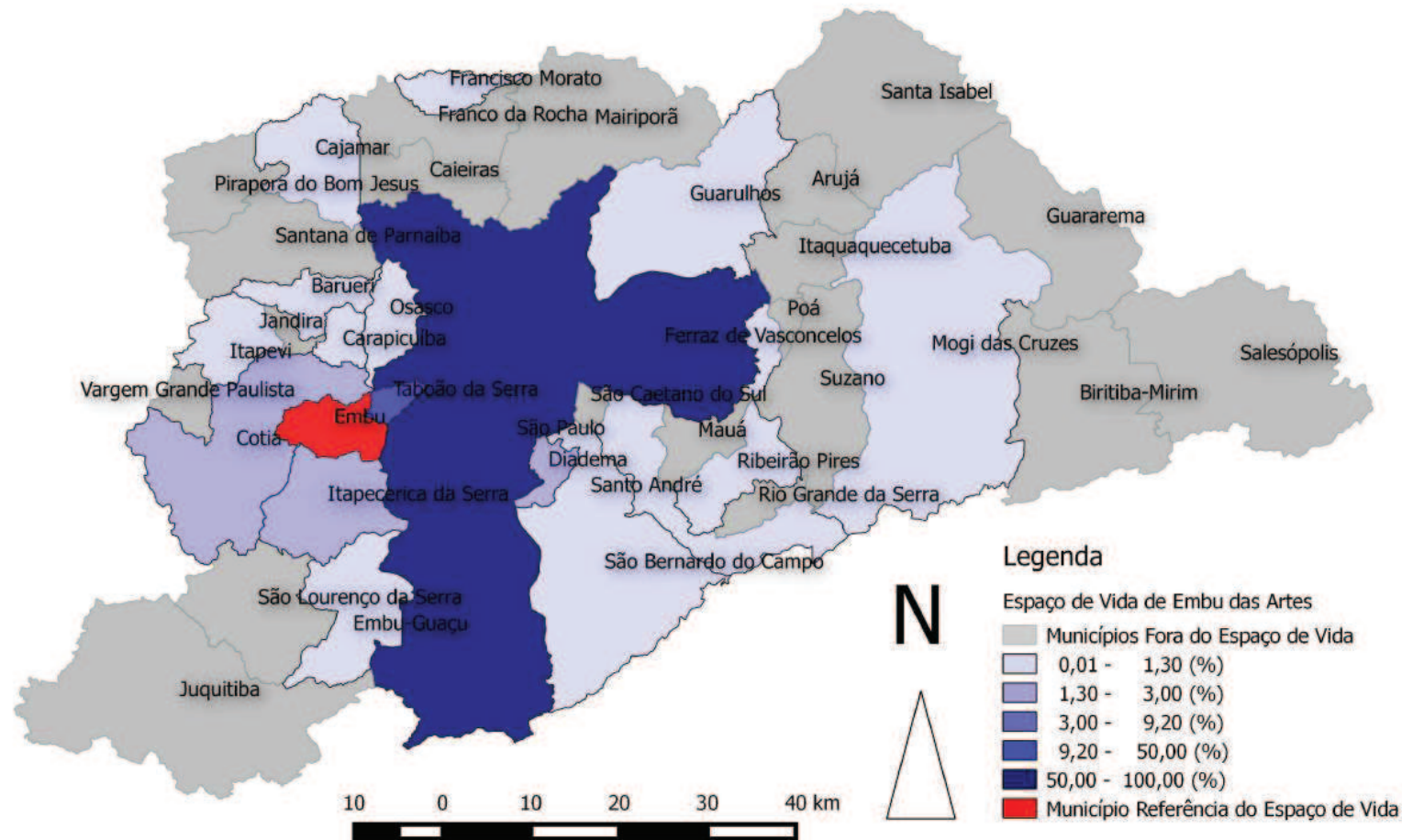
DIADEMA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

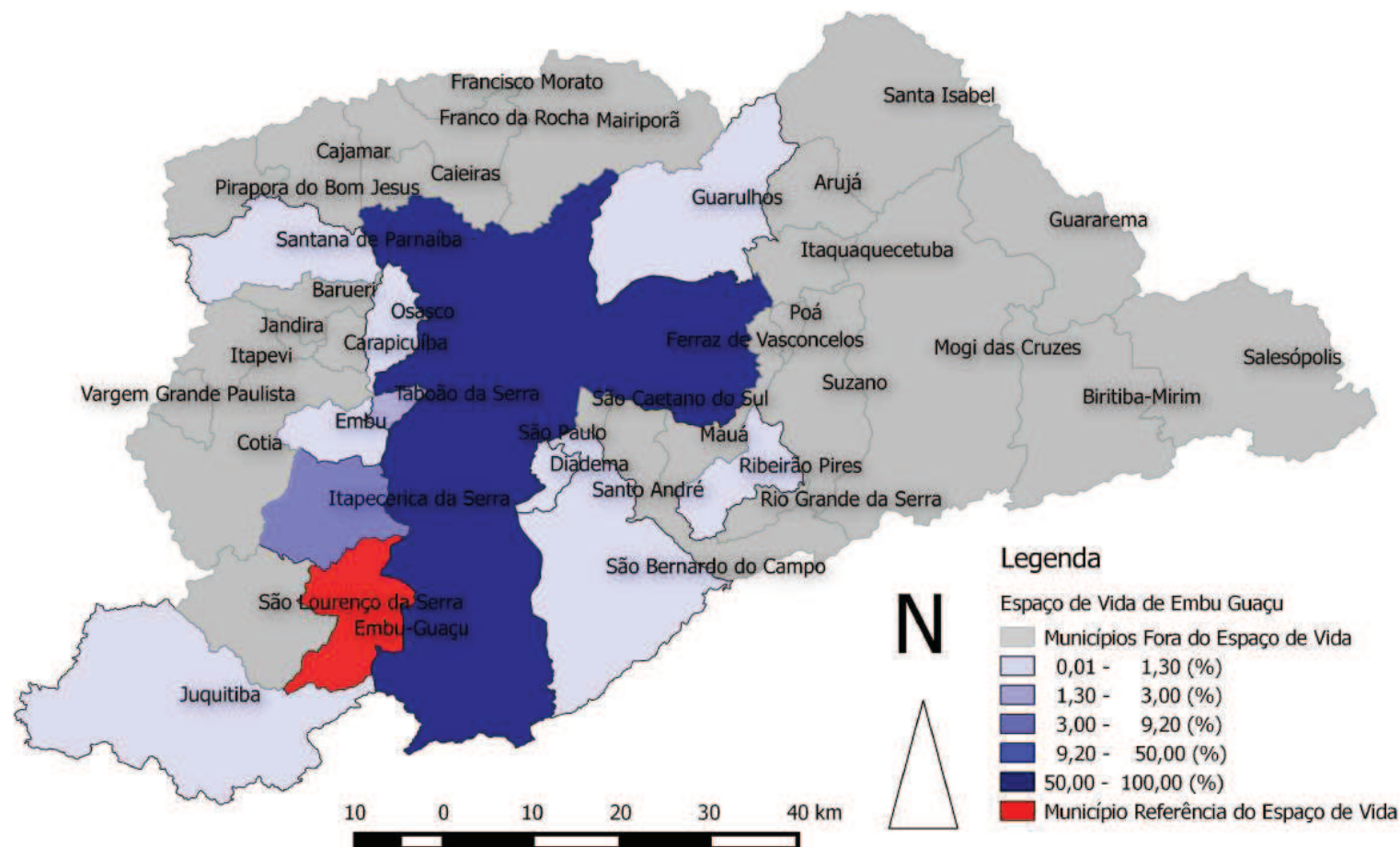
EMBU DAS ARTES - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

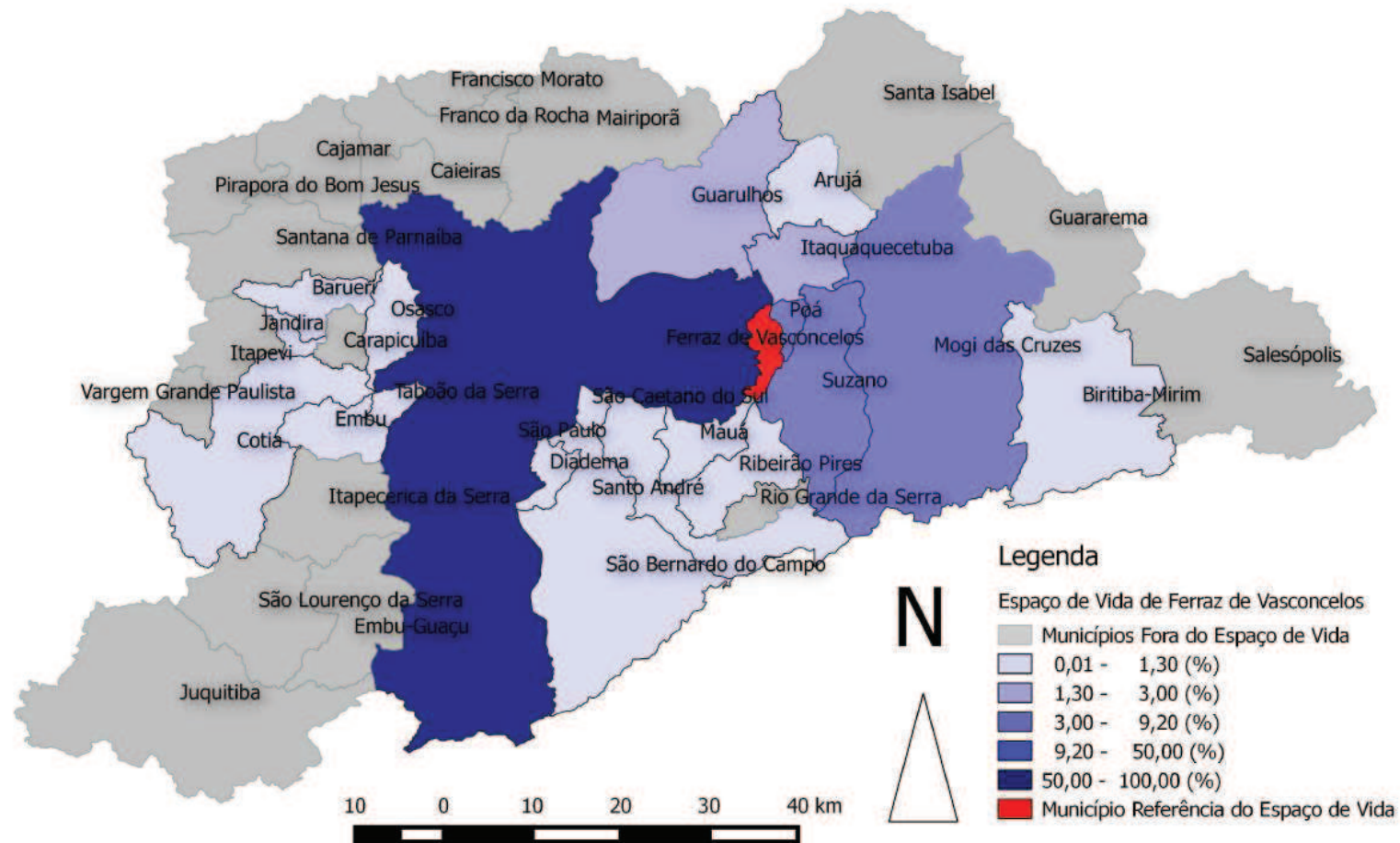
EMBU GUAÇU - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

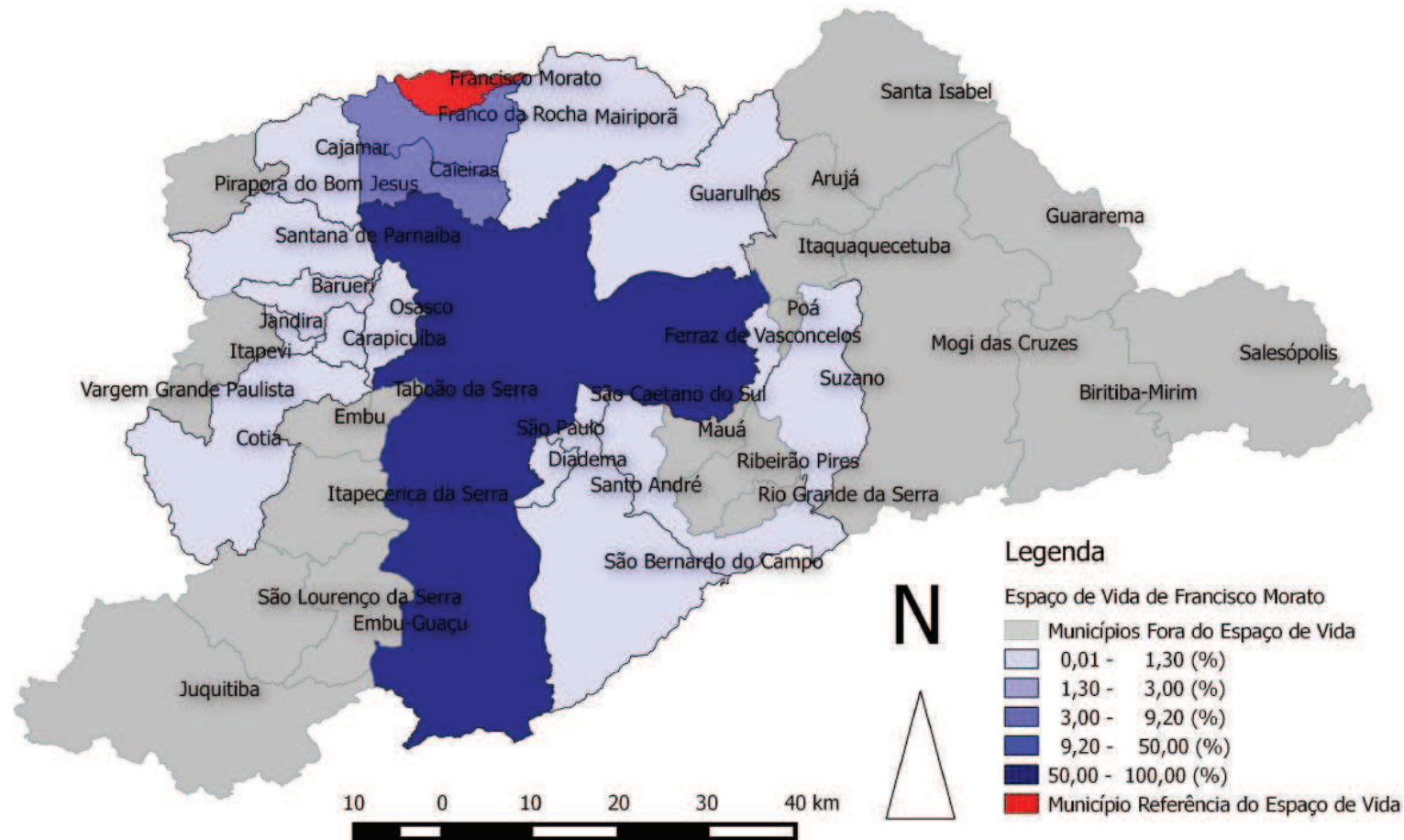
FERRAZ DE VASCONCELOS - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

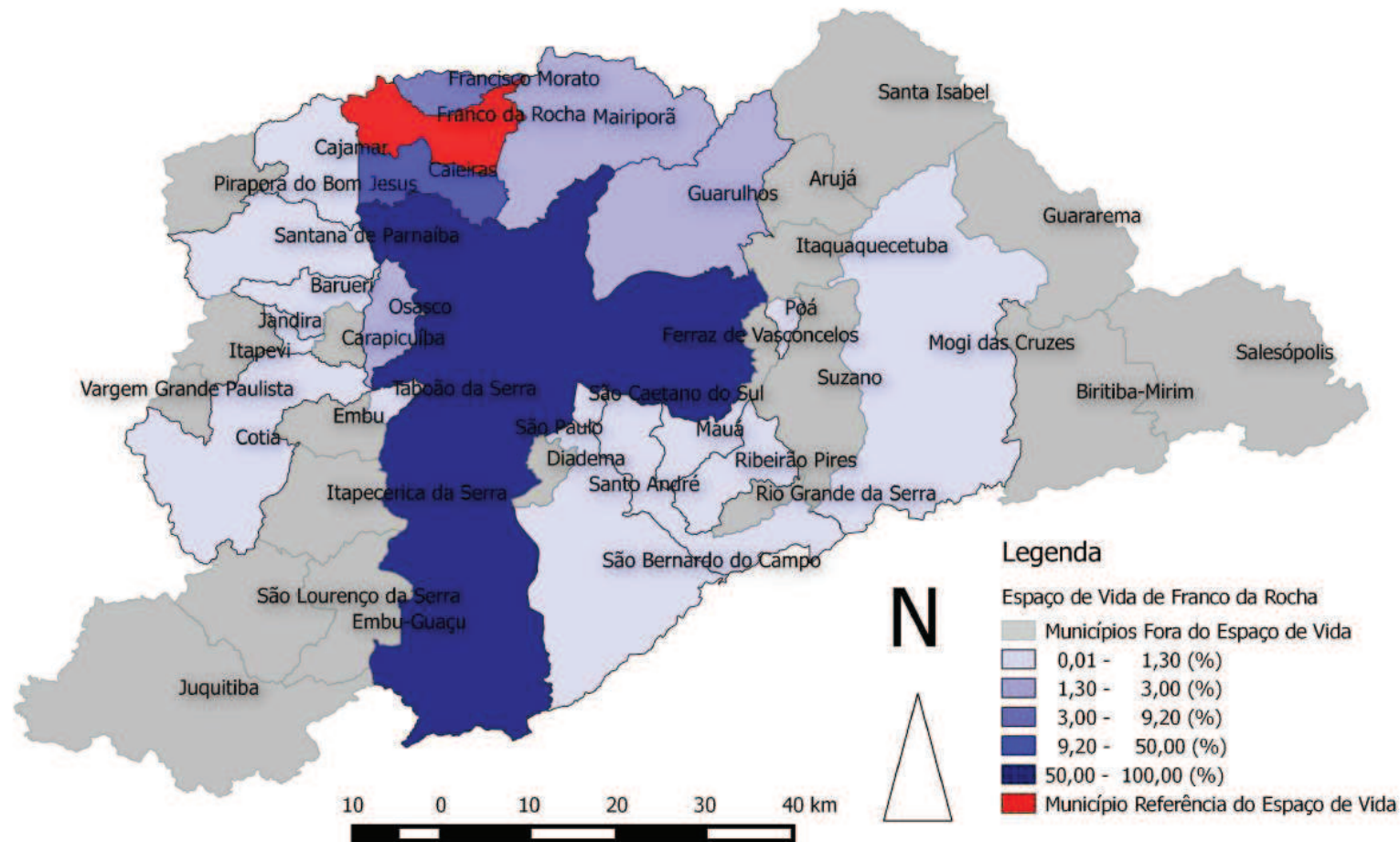
FRANCISCO MORATO - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

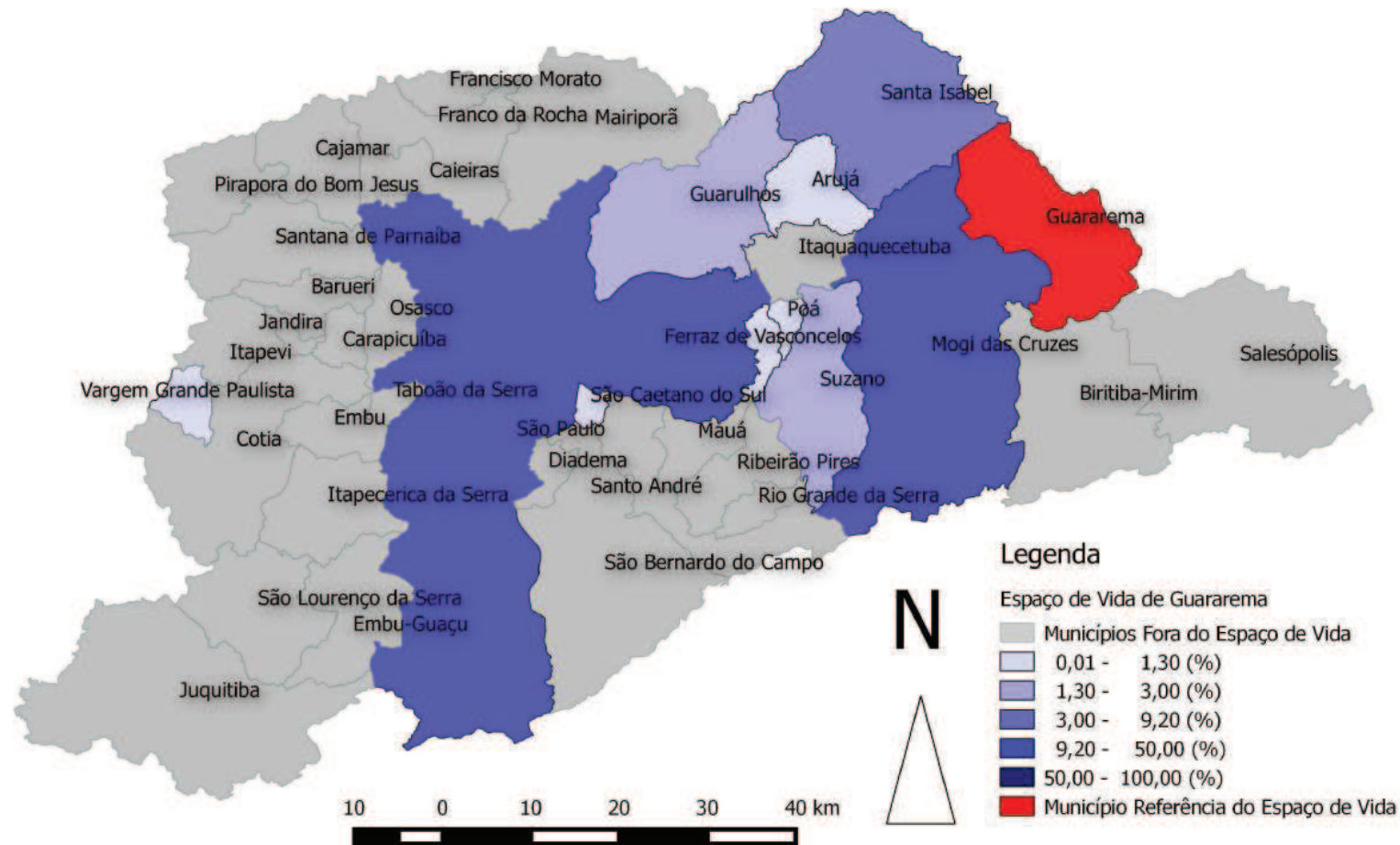
FRANCO DA ROCHA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

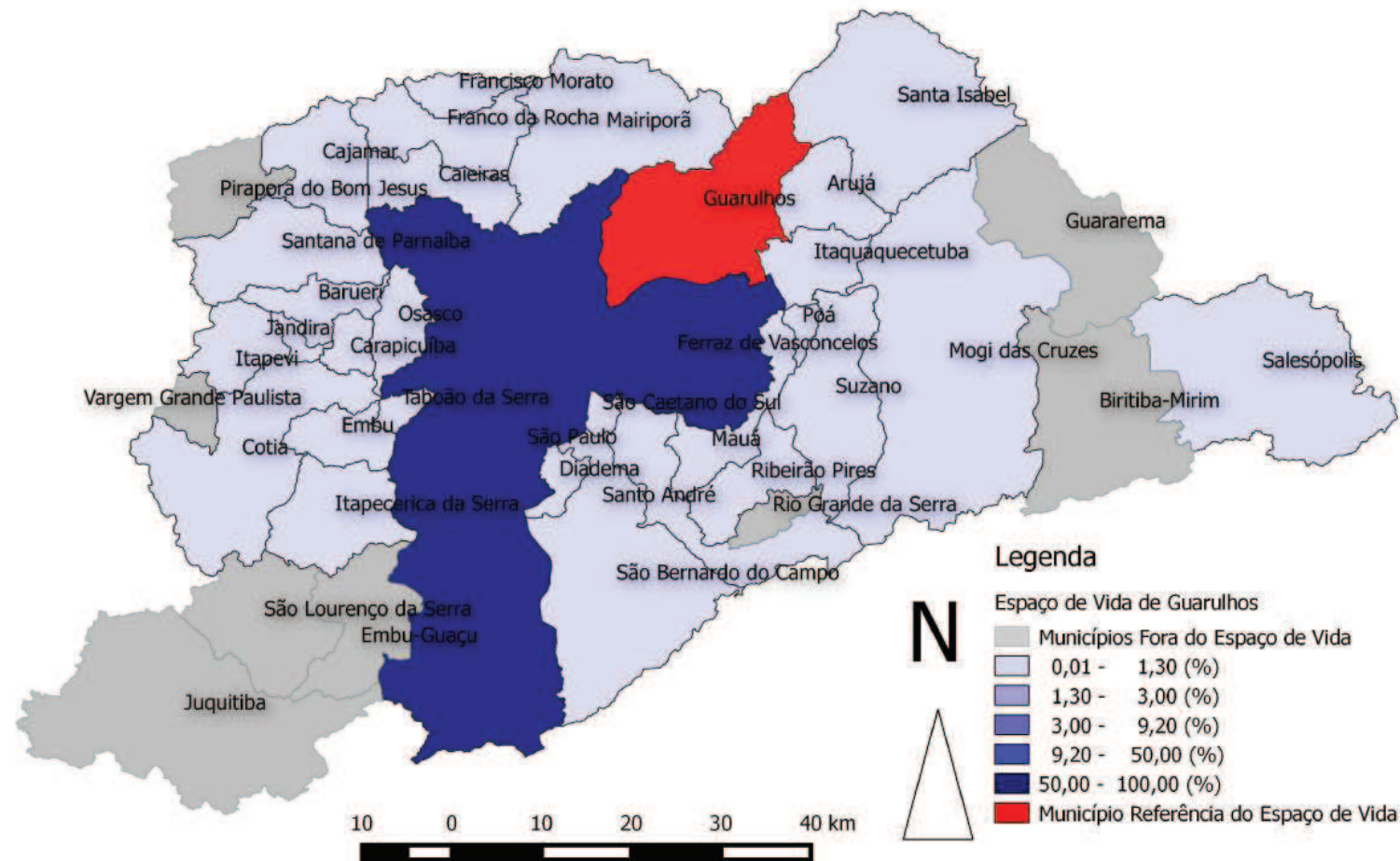
GUARAREMA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

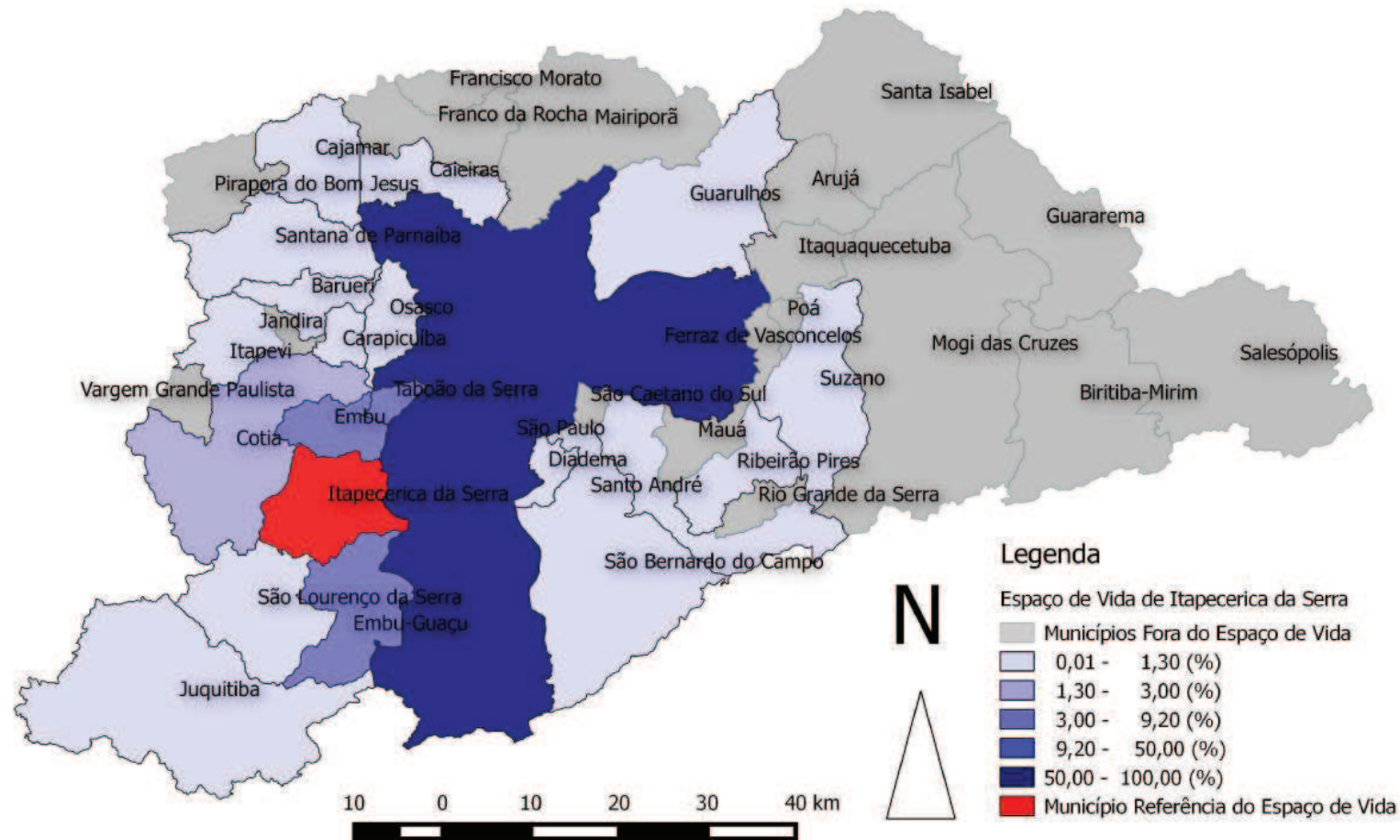
GUARULHOS - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

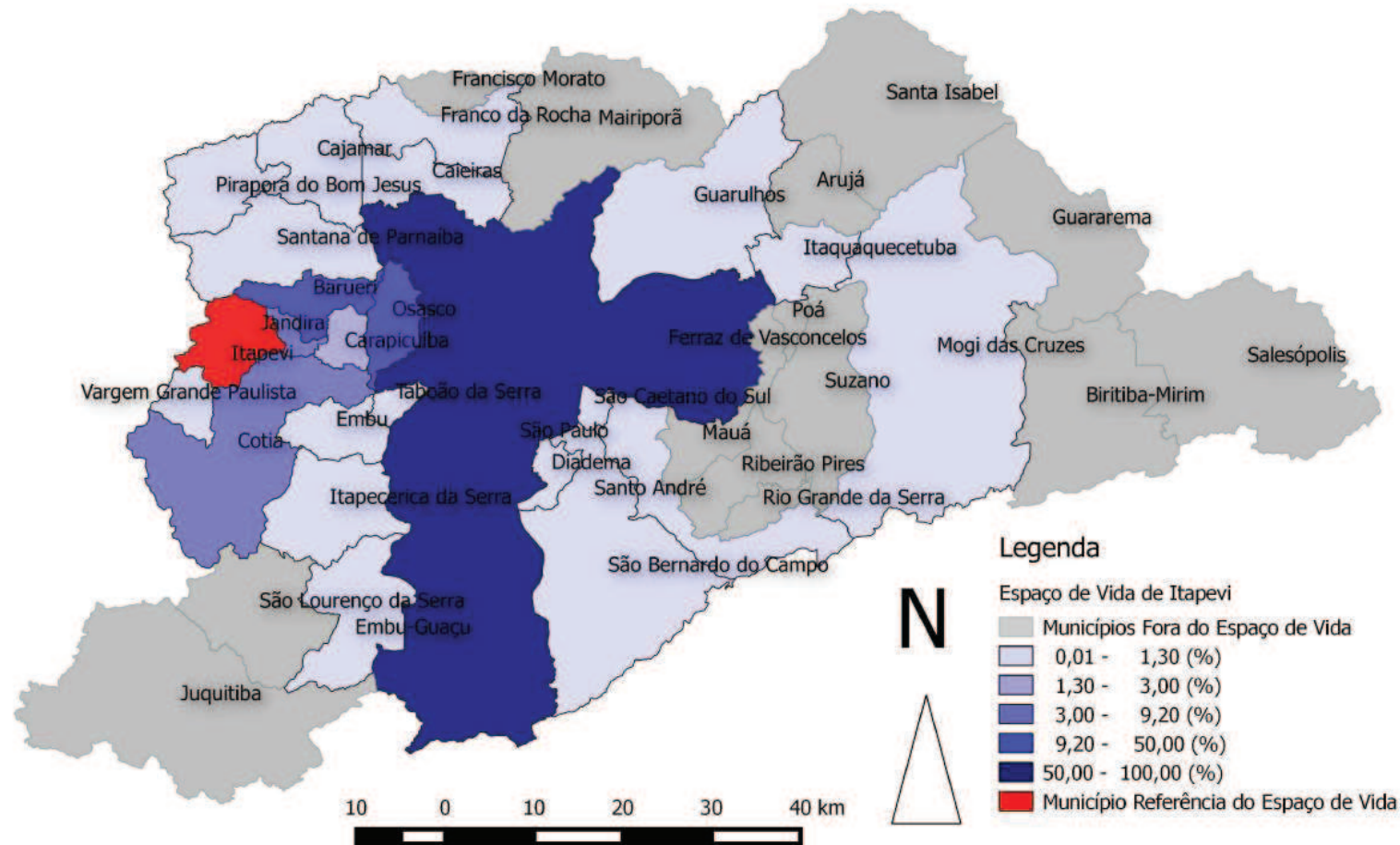
ITAPECERICA DA SERRA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

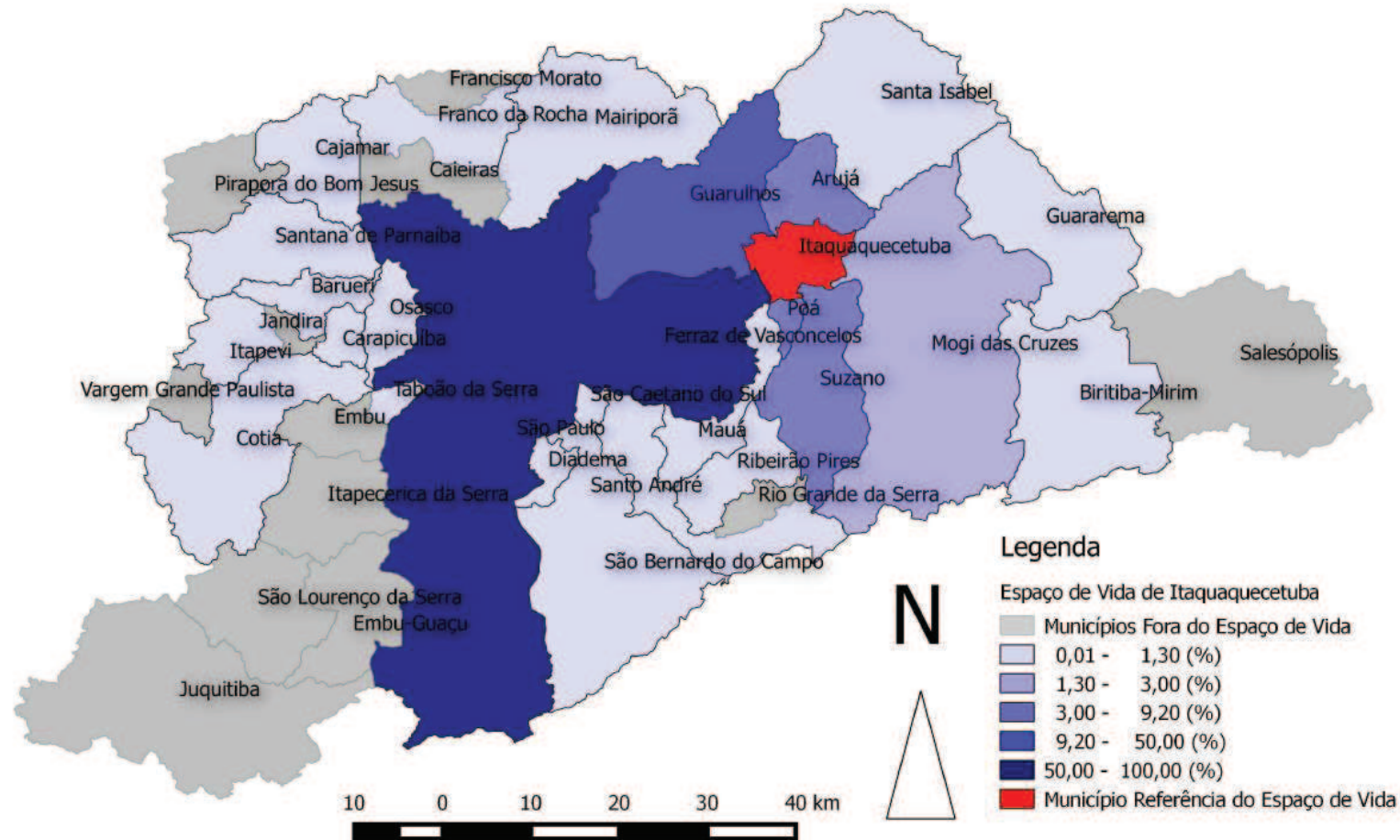
ITAPEVI - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

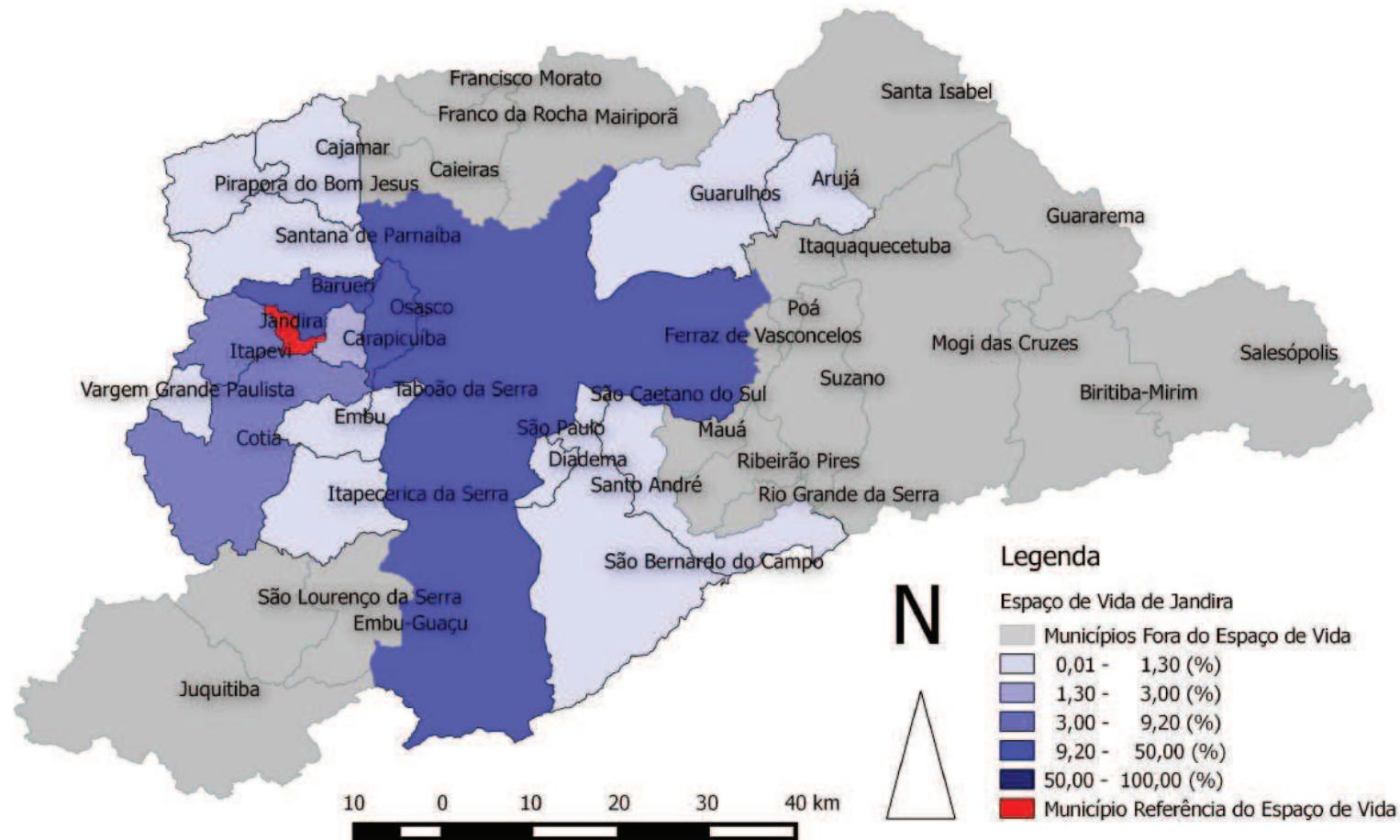
ITAQUAQUECETUBA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

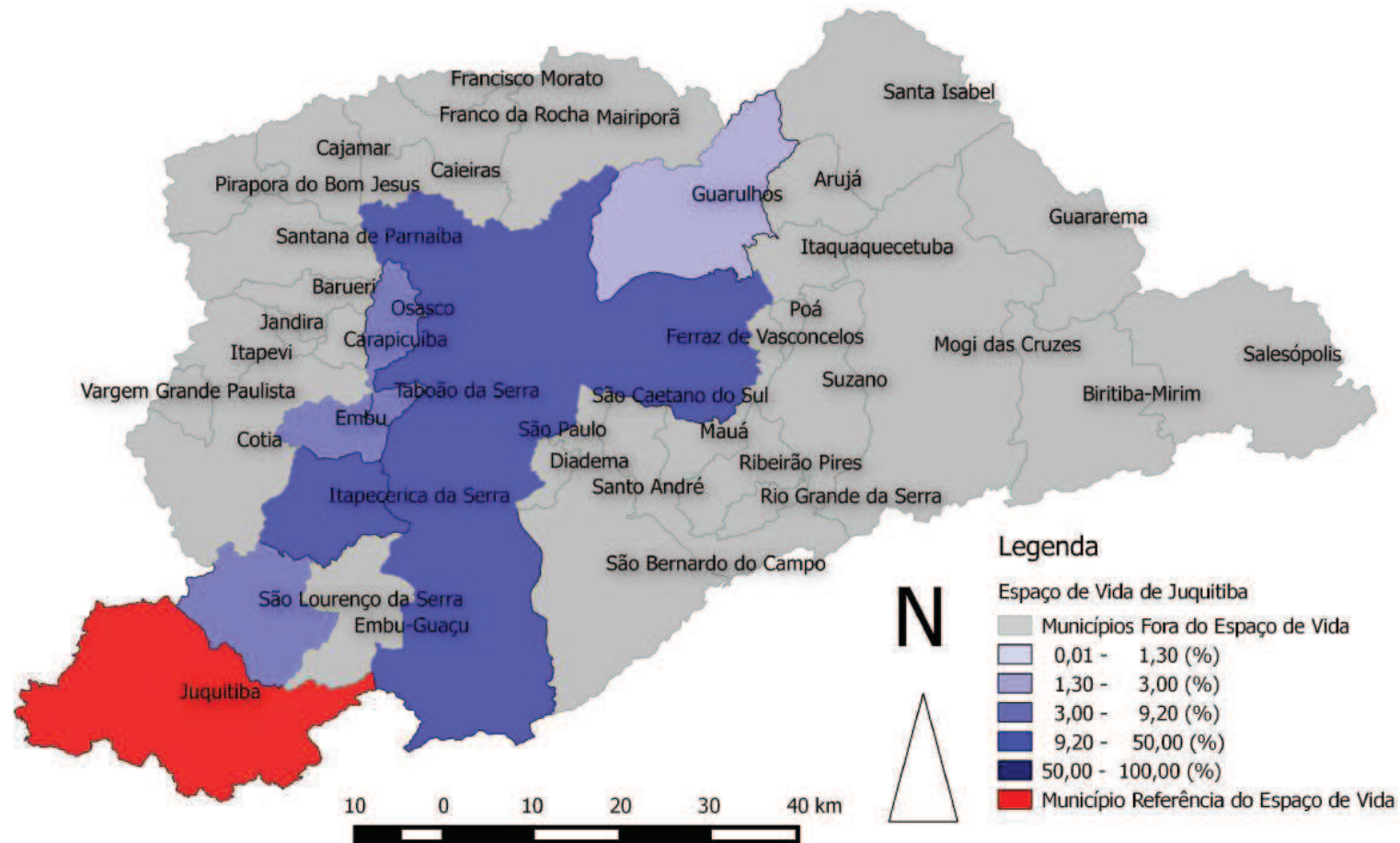
JANDIRA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

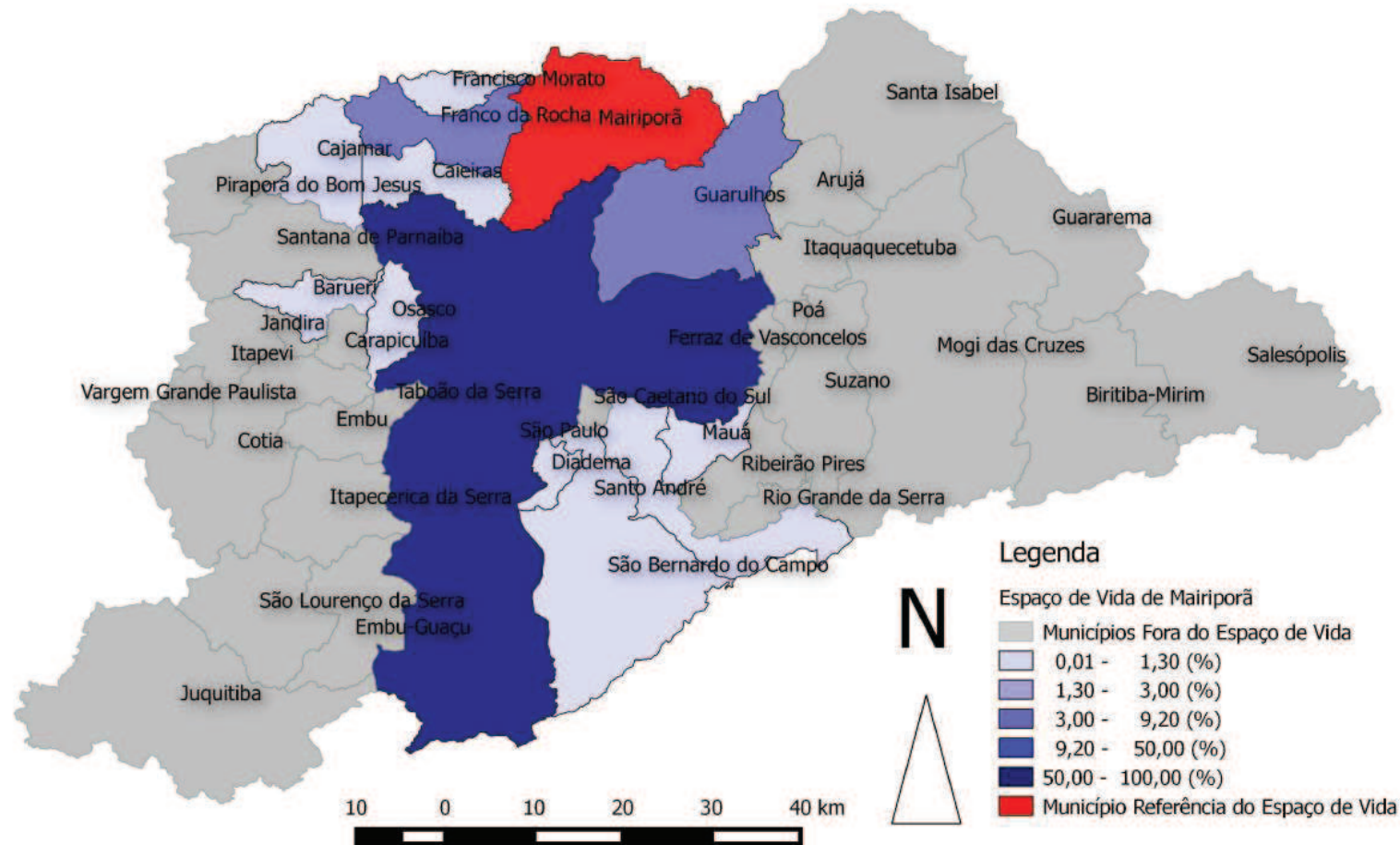
JUQUITIBA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

MAIRIPORÃ - 2000



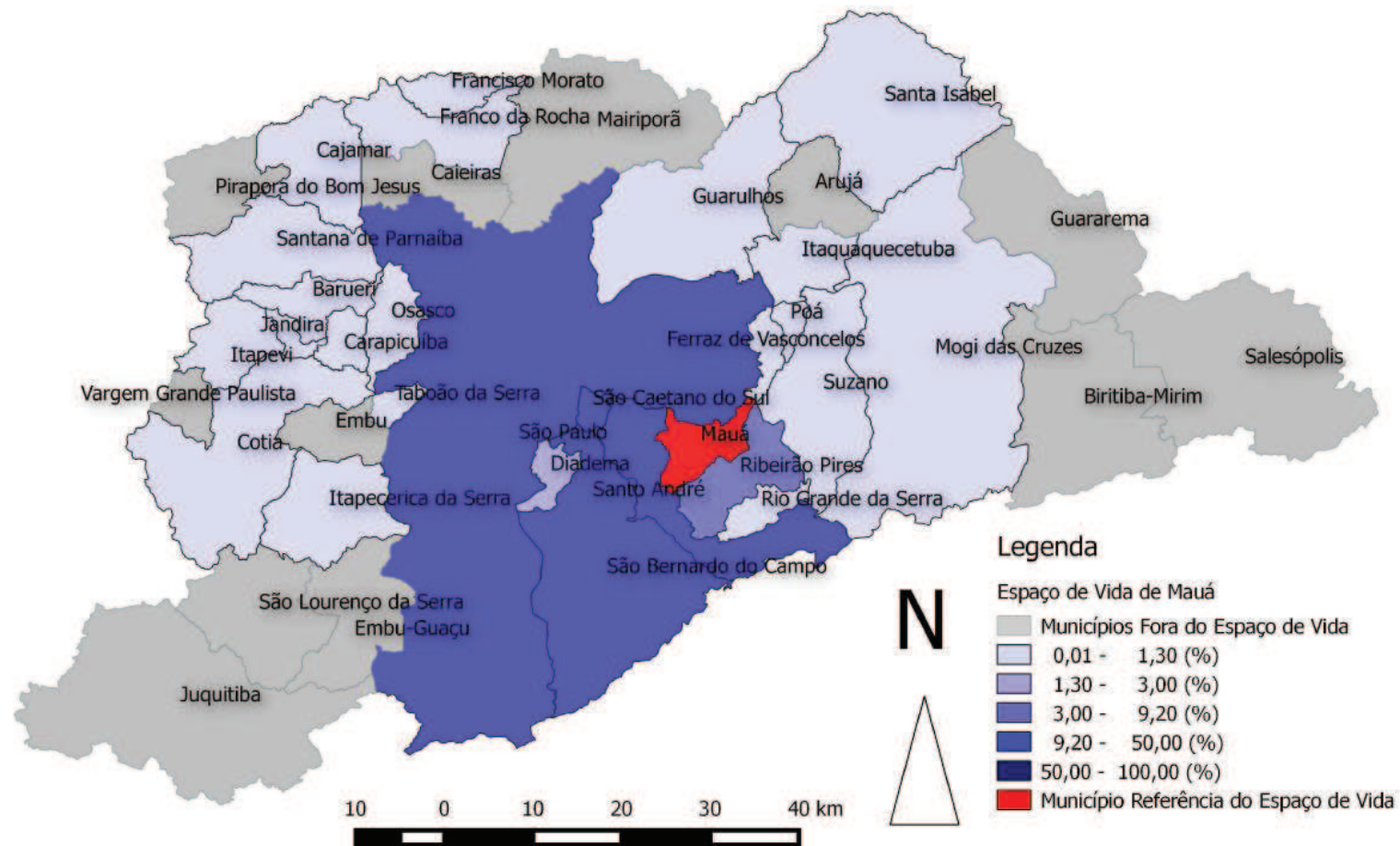
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Anexo 1

359

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

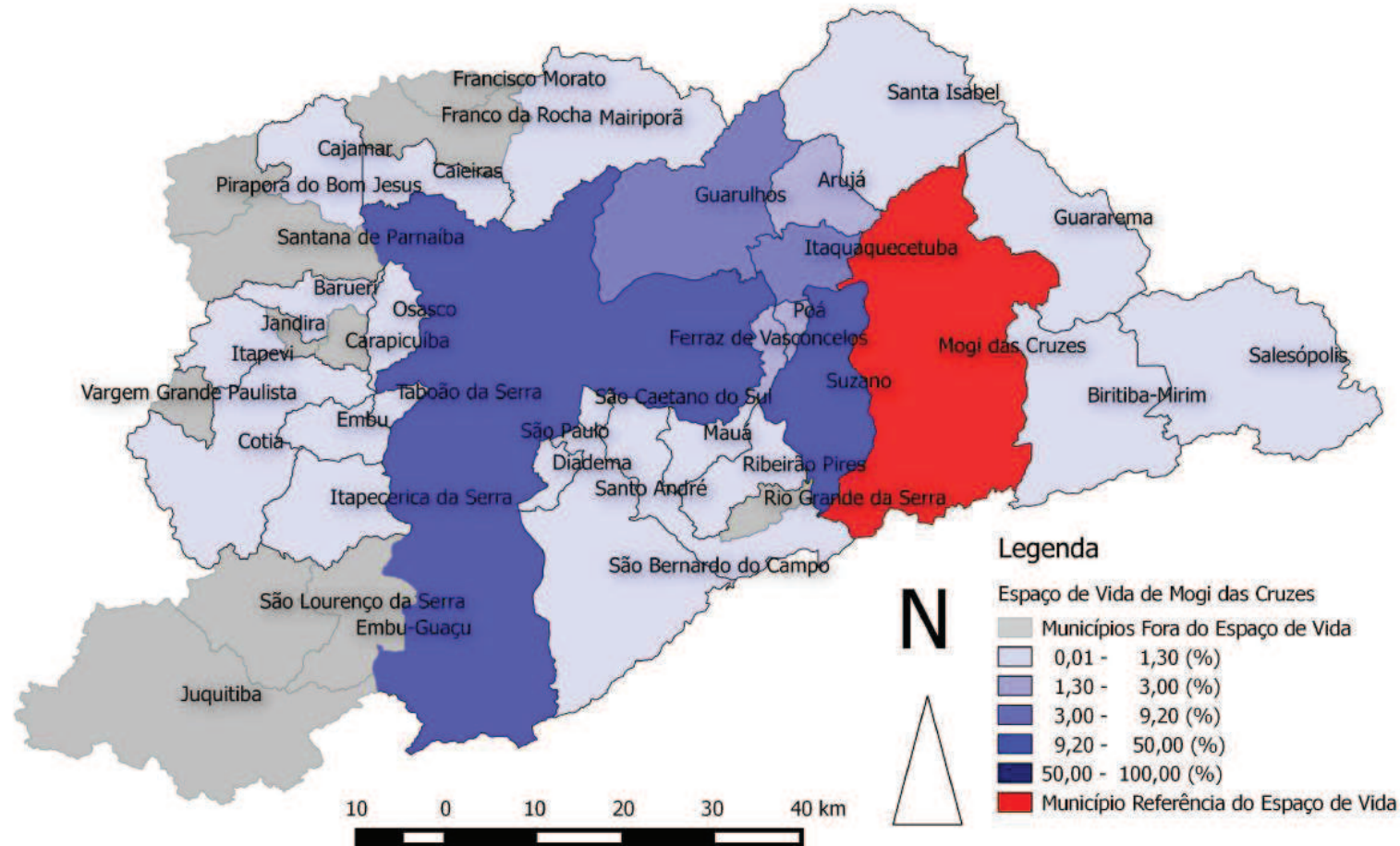
MAUÁ - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

MOGI DAS CRUZES - 2000



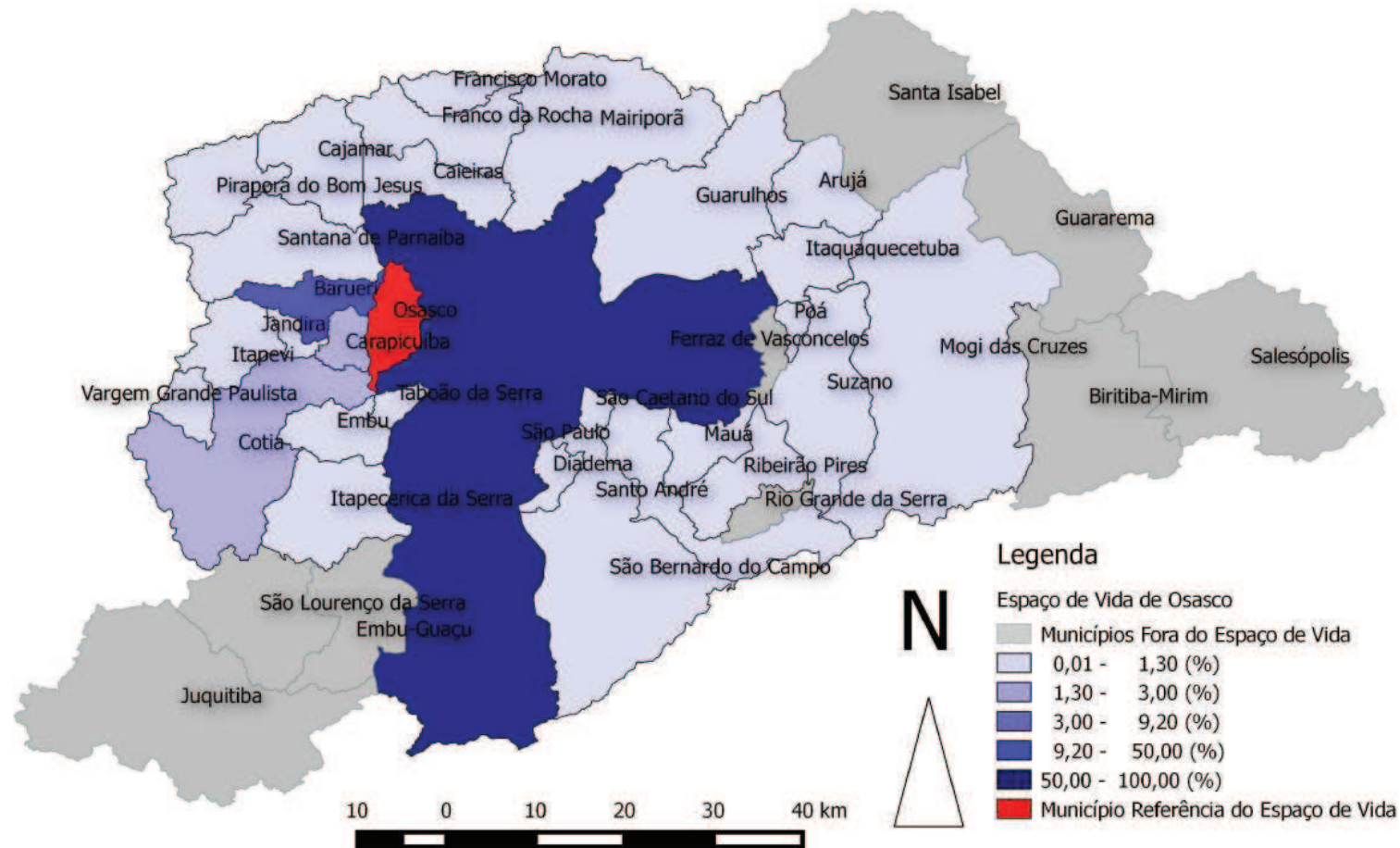
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Anexo 1

361

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

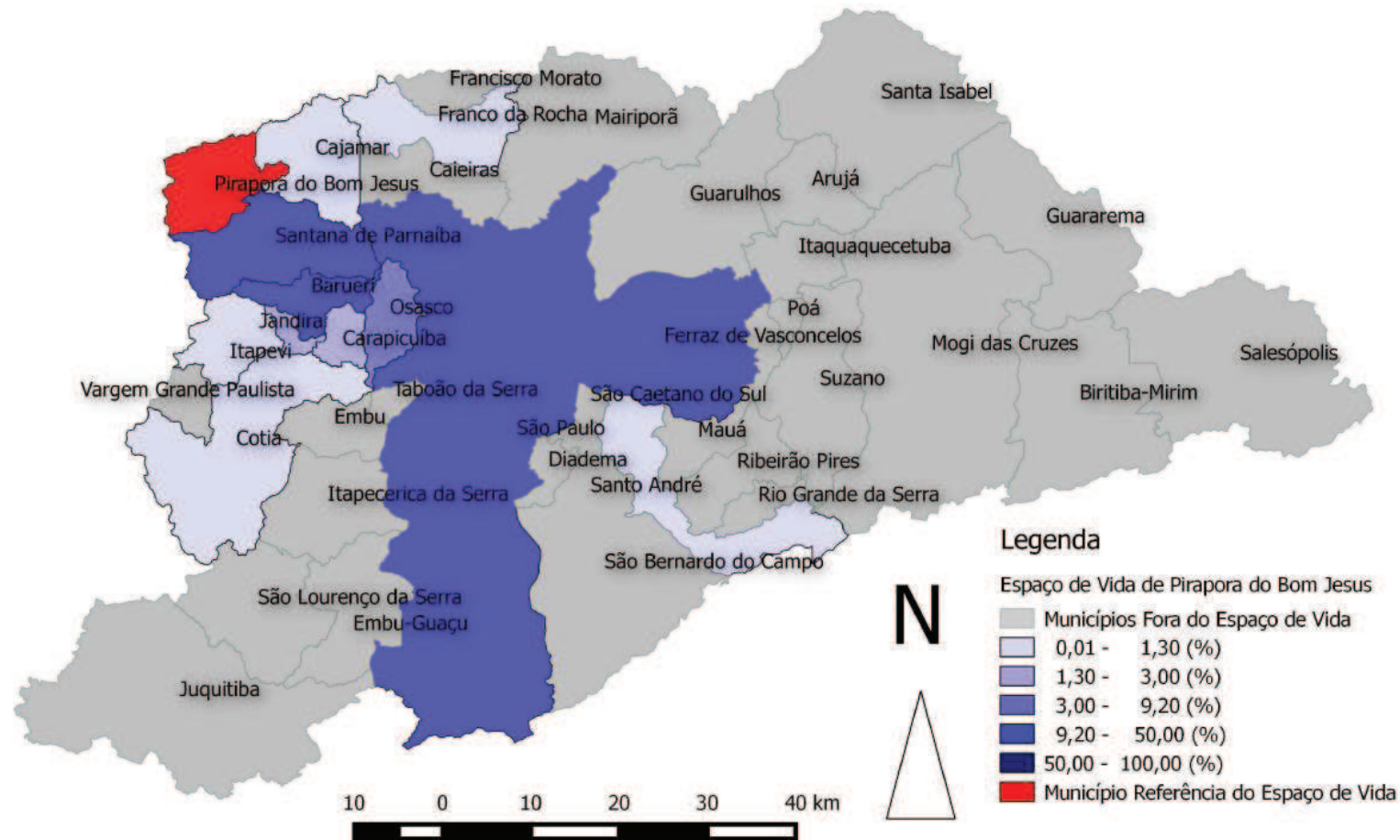
OSASCO - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

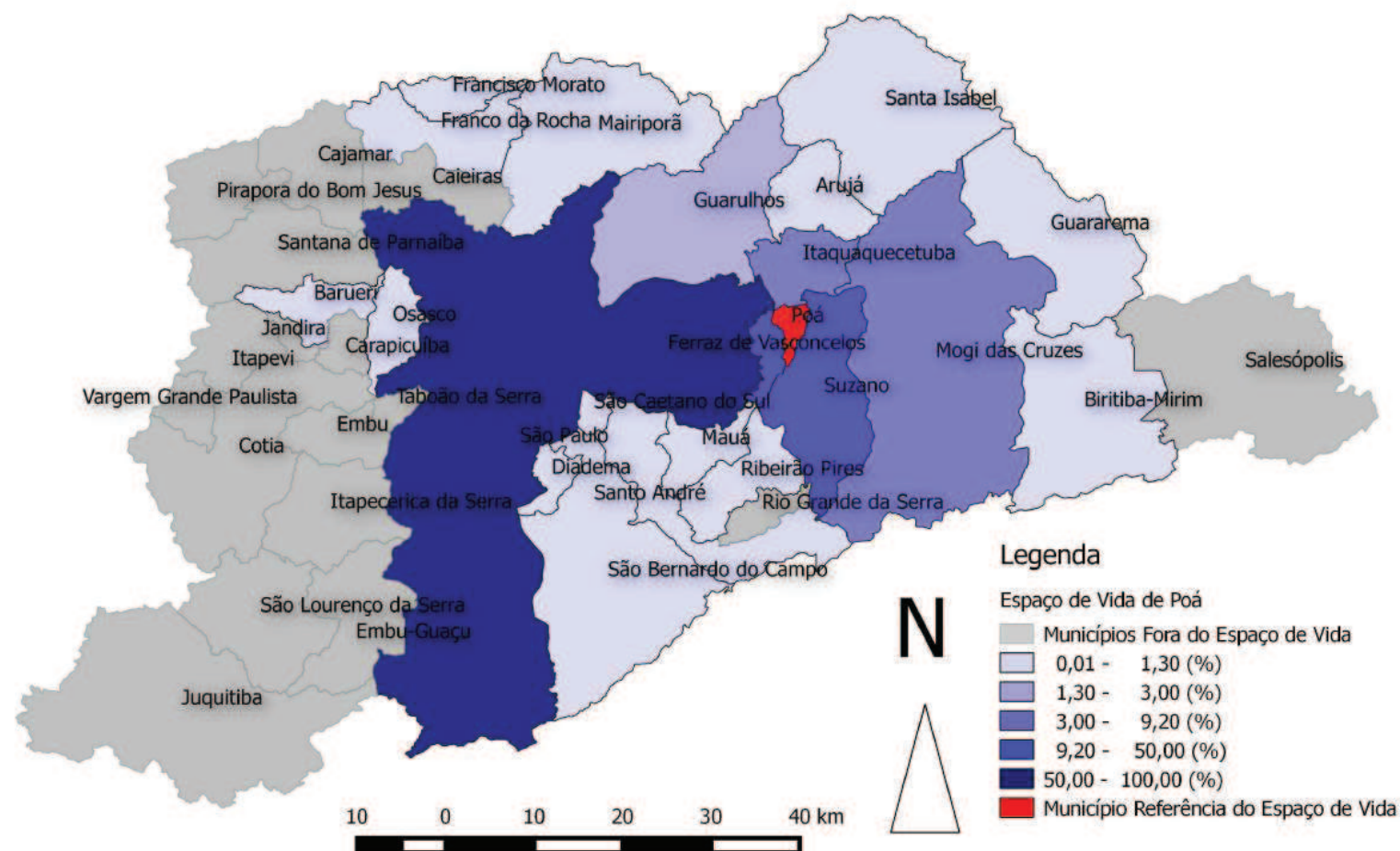
PIRAPORA DO BOM JESUS - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

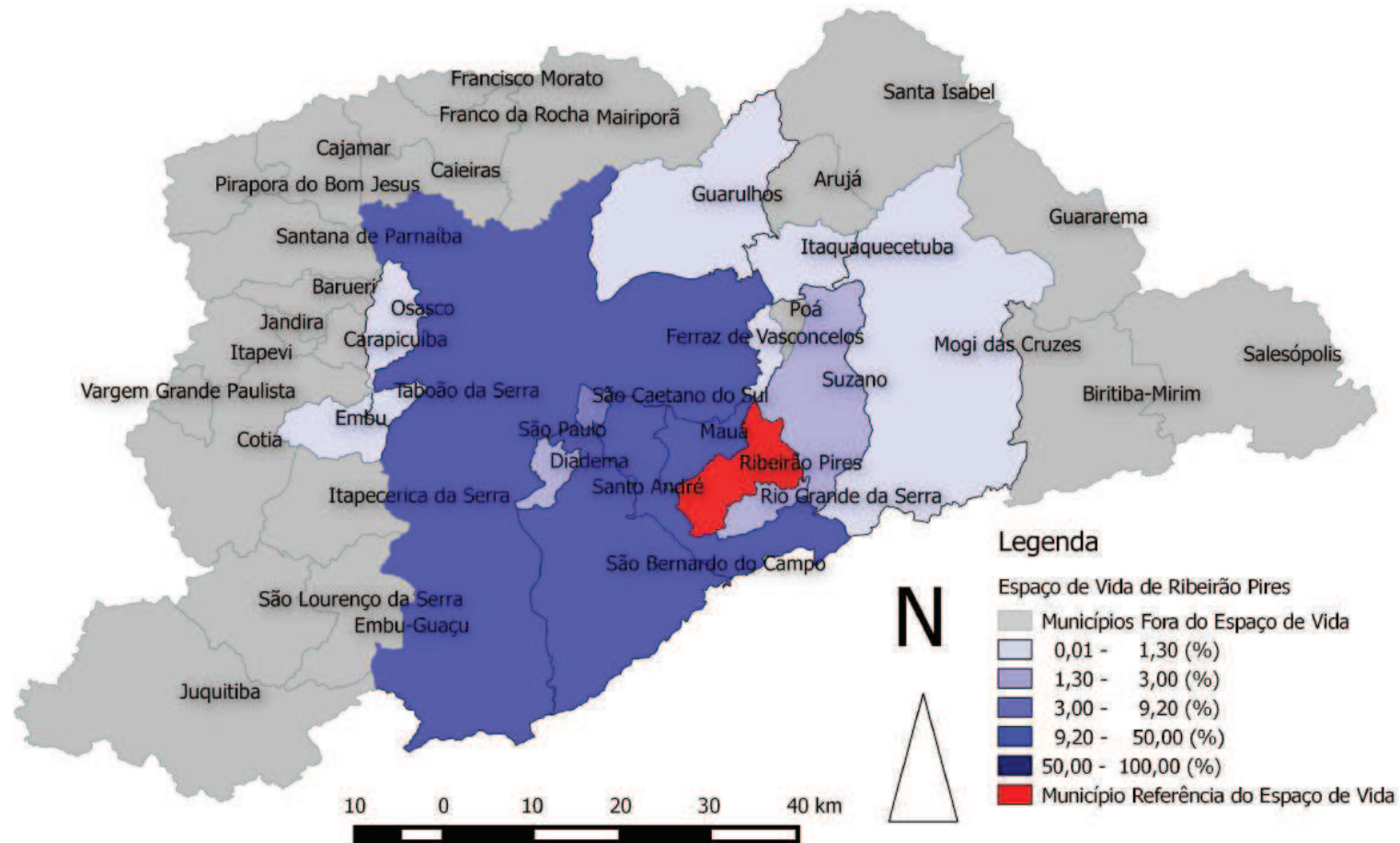
POÁ - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

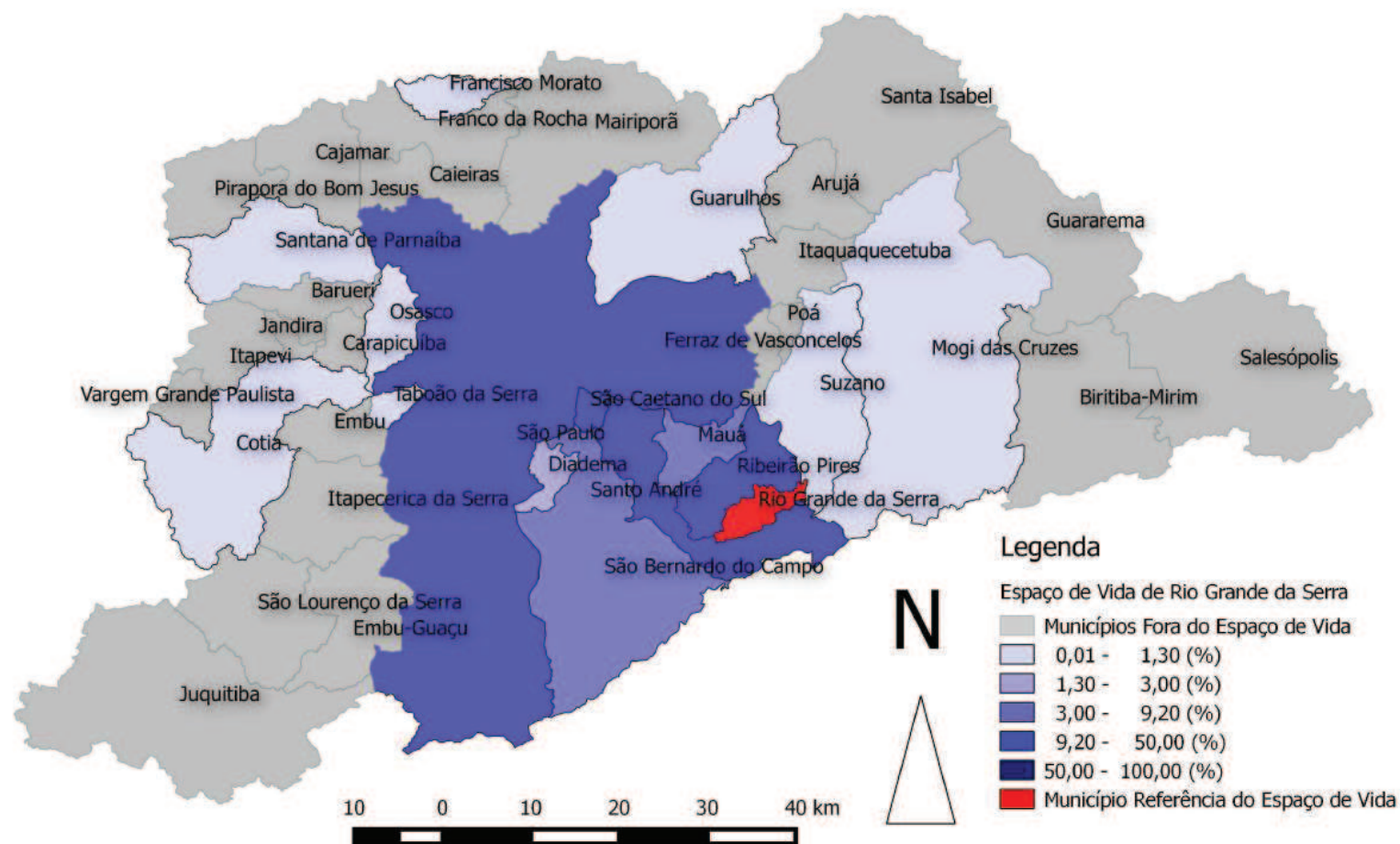
RIBEIRÃO PIRES - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

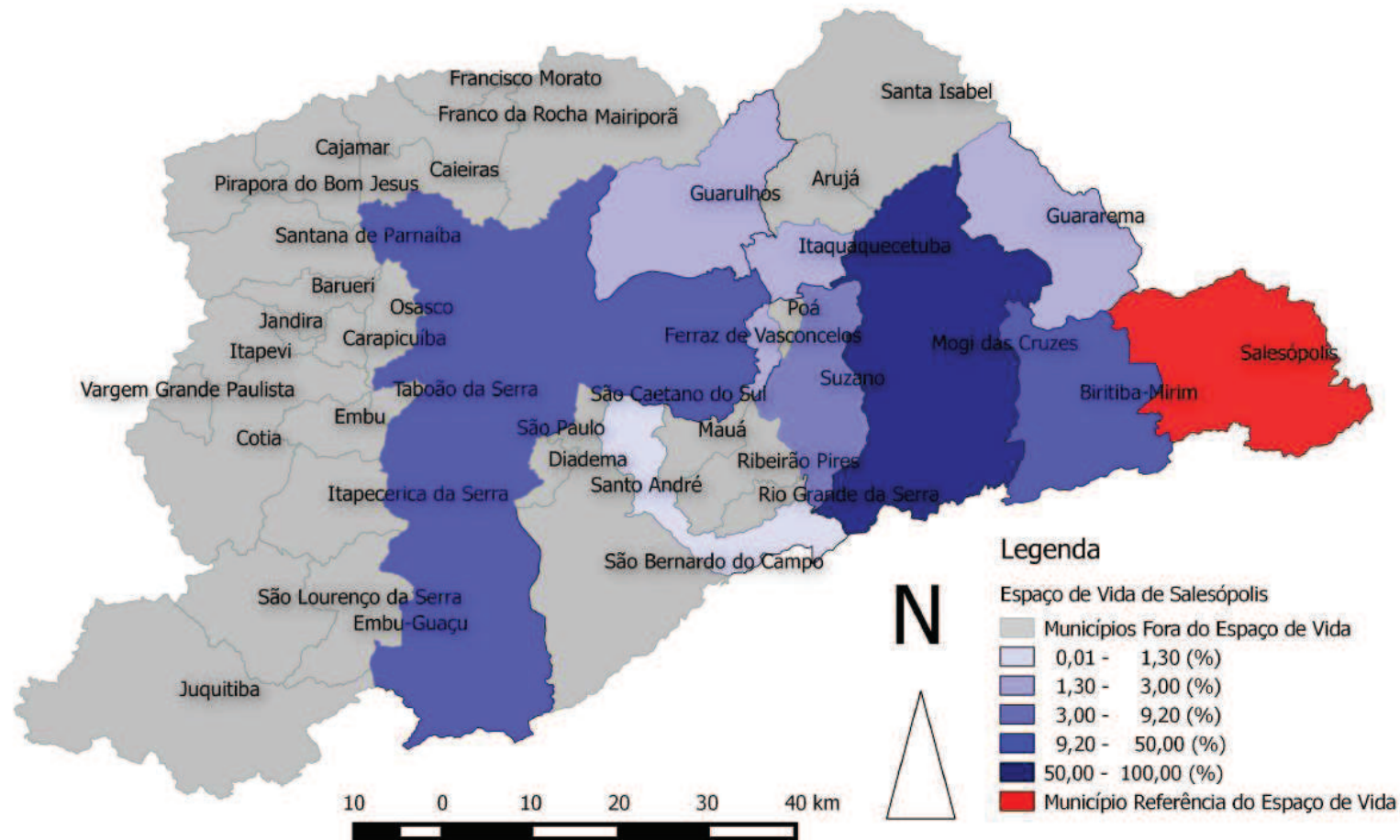
RIO GRANDE DA SERRA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

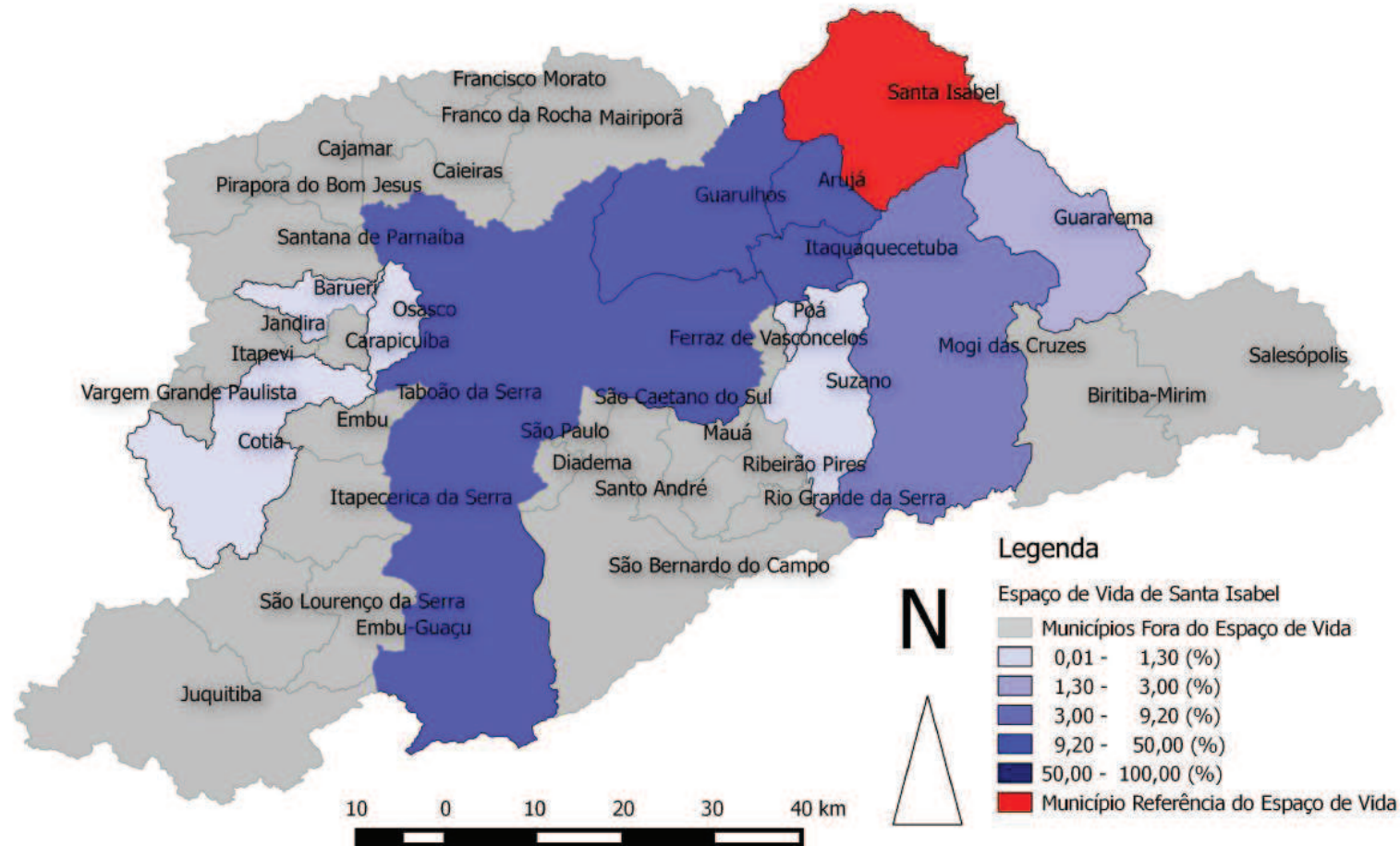
SALESÓPOLIS - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

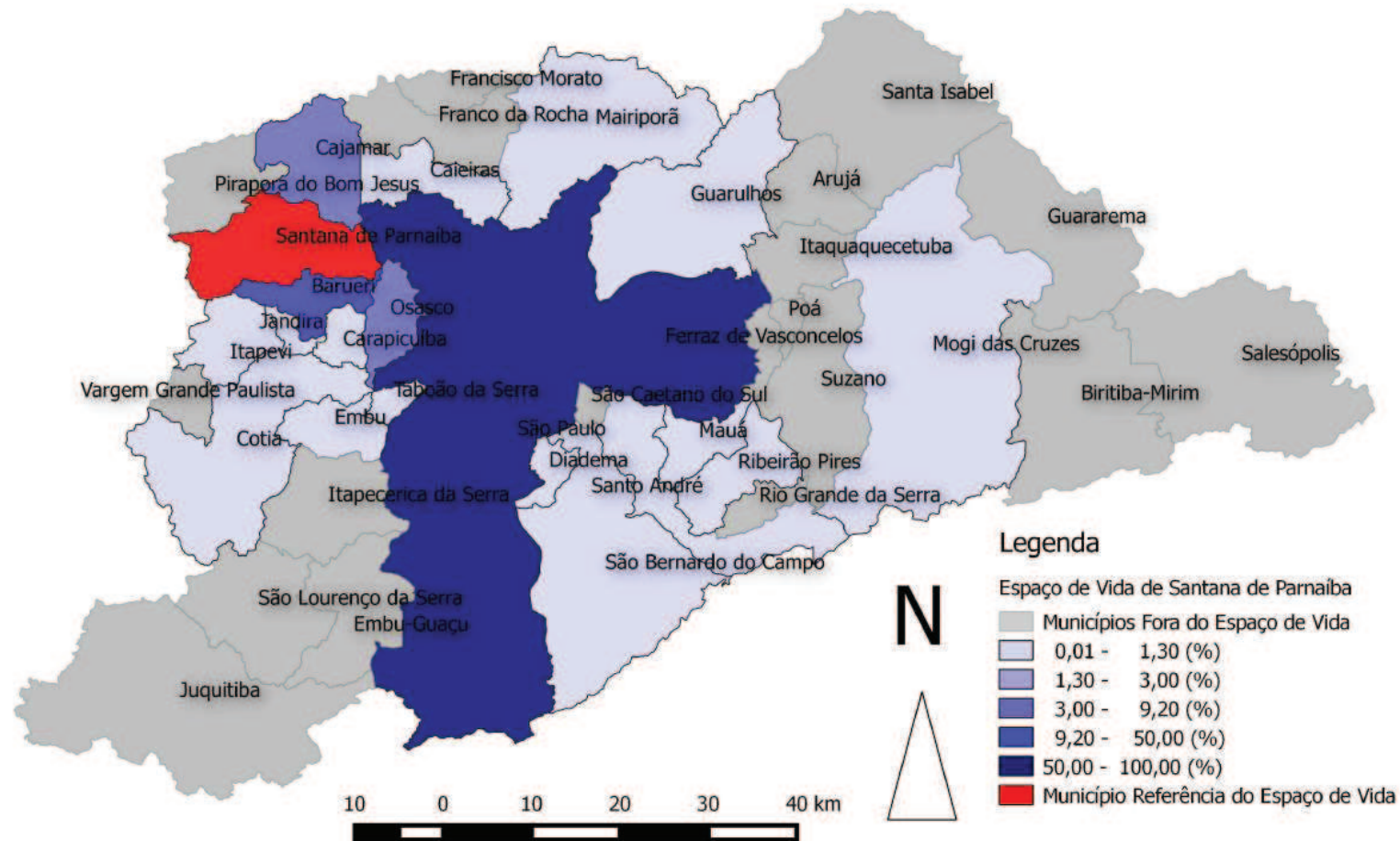
SANTA ISABEL - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

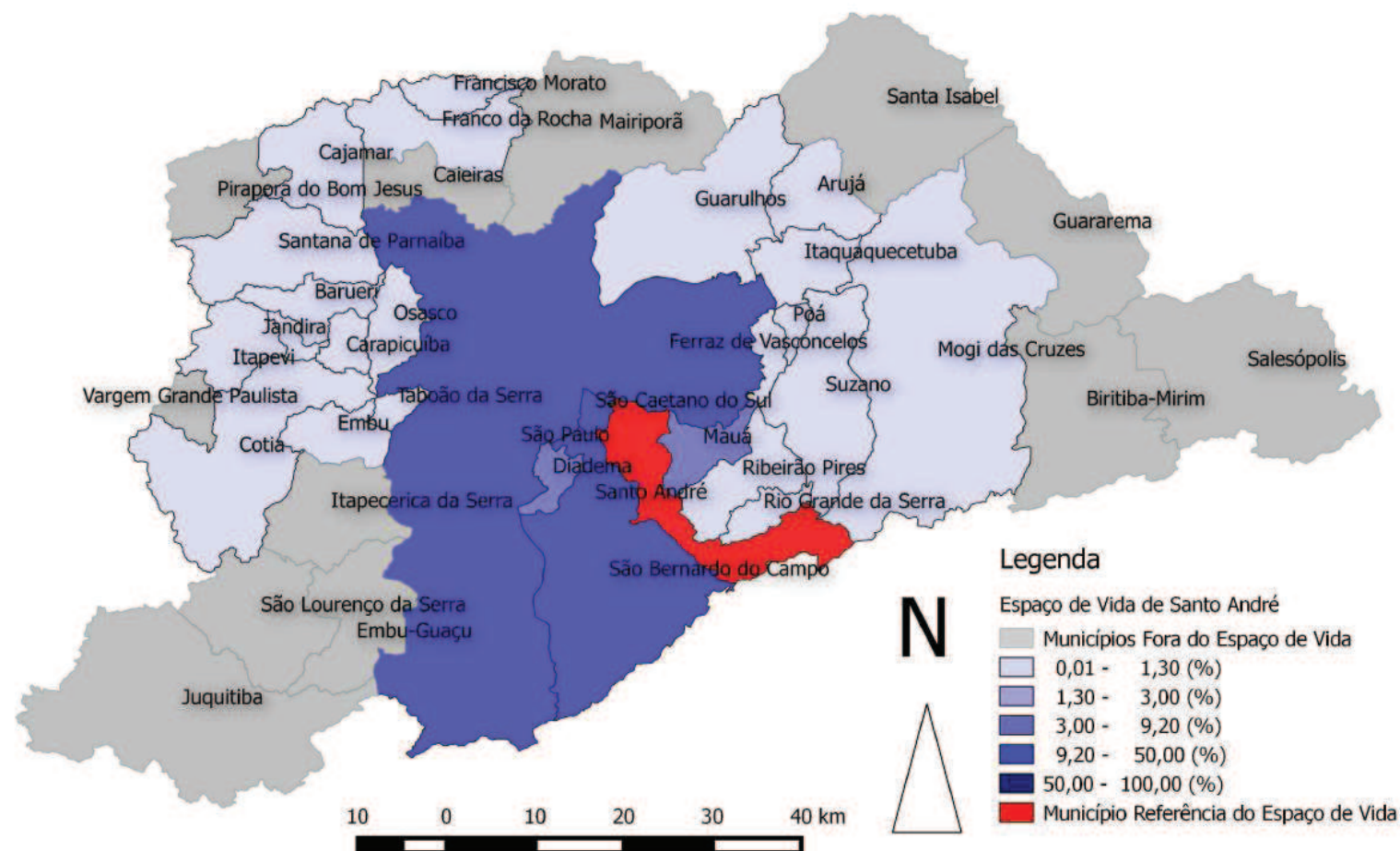
SANTANA DE PARNAÍBA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

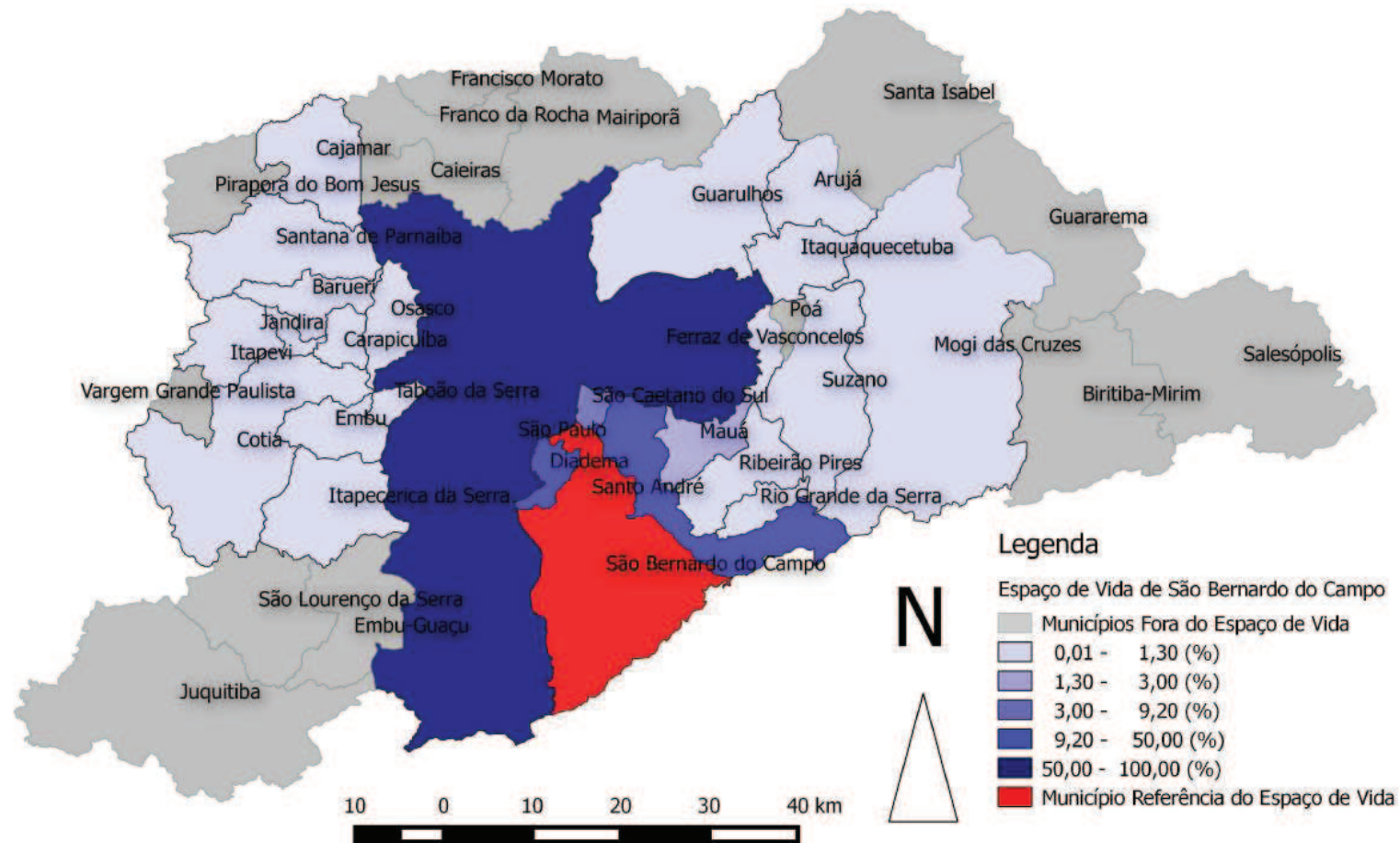
Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

SANTO ANDRÉ - 2000



Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

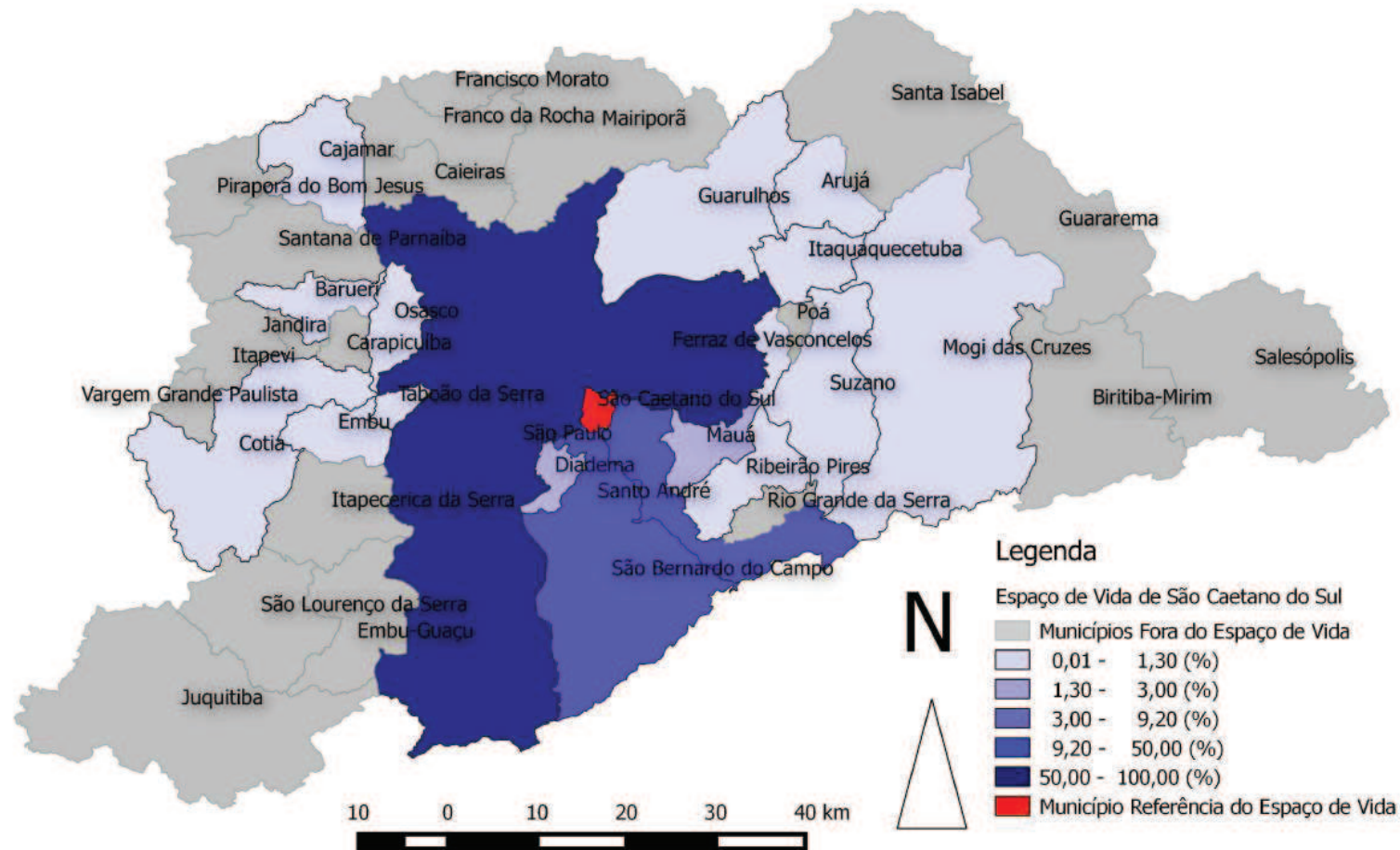
SÃO BERNARDO DO CAMPO - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

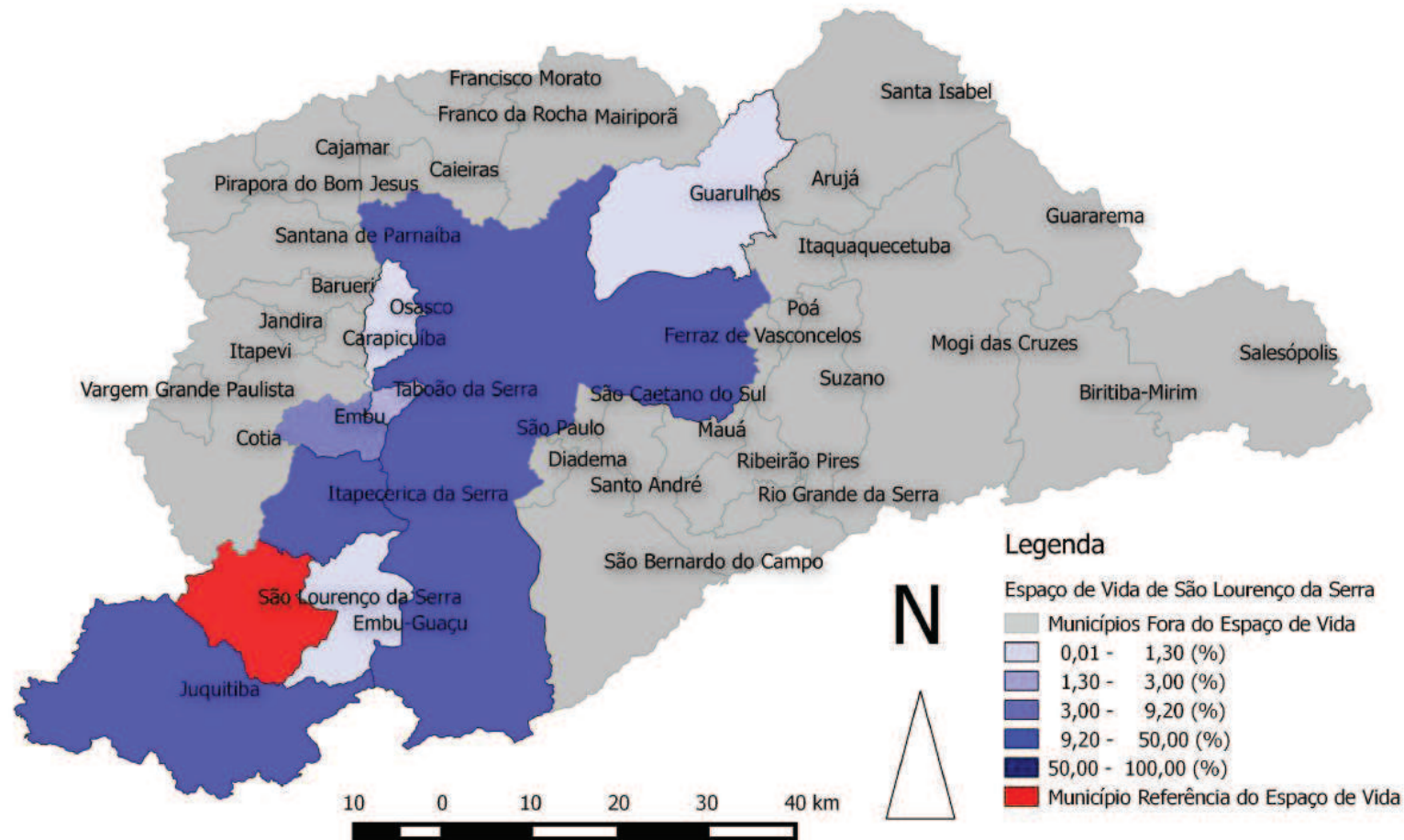
SÃO CAETANO DO SUL - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

SÃO LOURENÇO DA SERRA - 2000



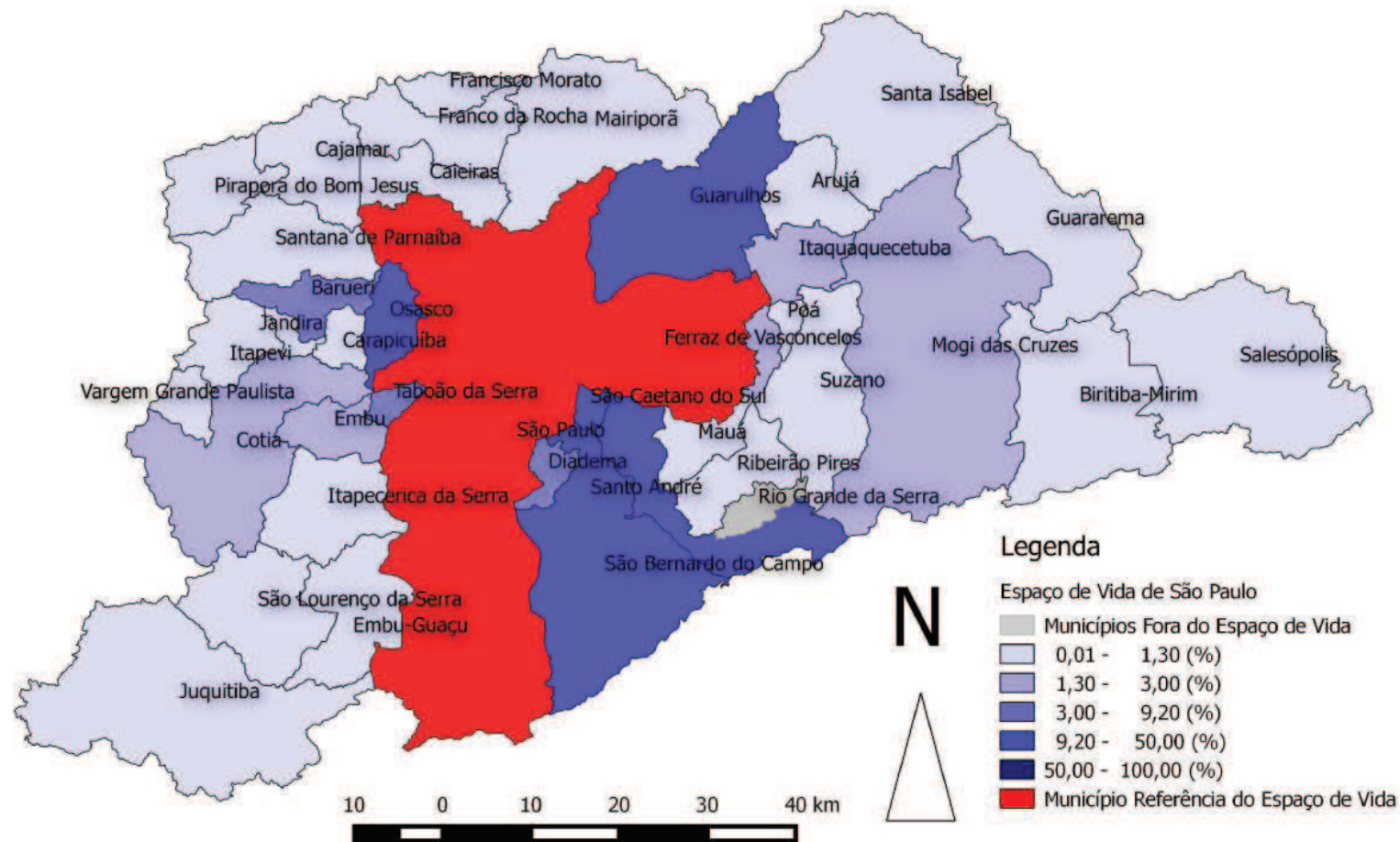
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Anexo 1

373

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

SÃO PAULO - 2000



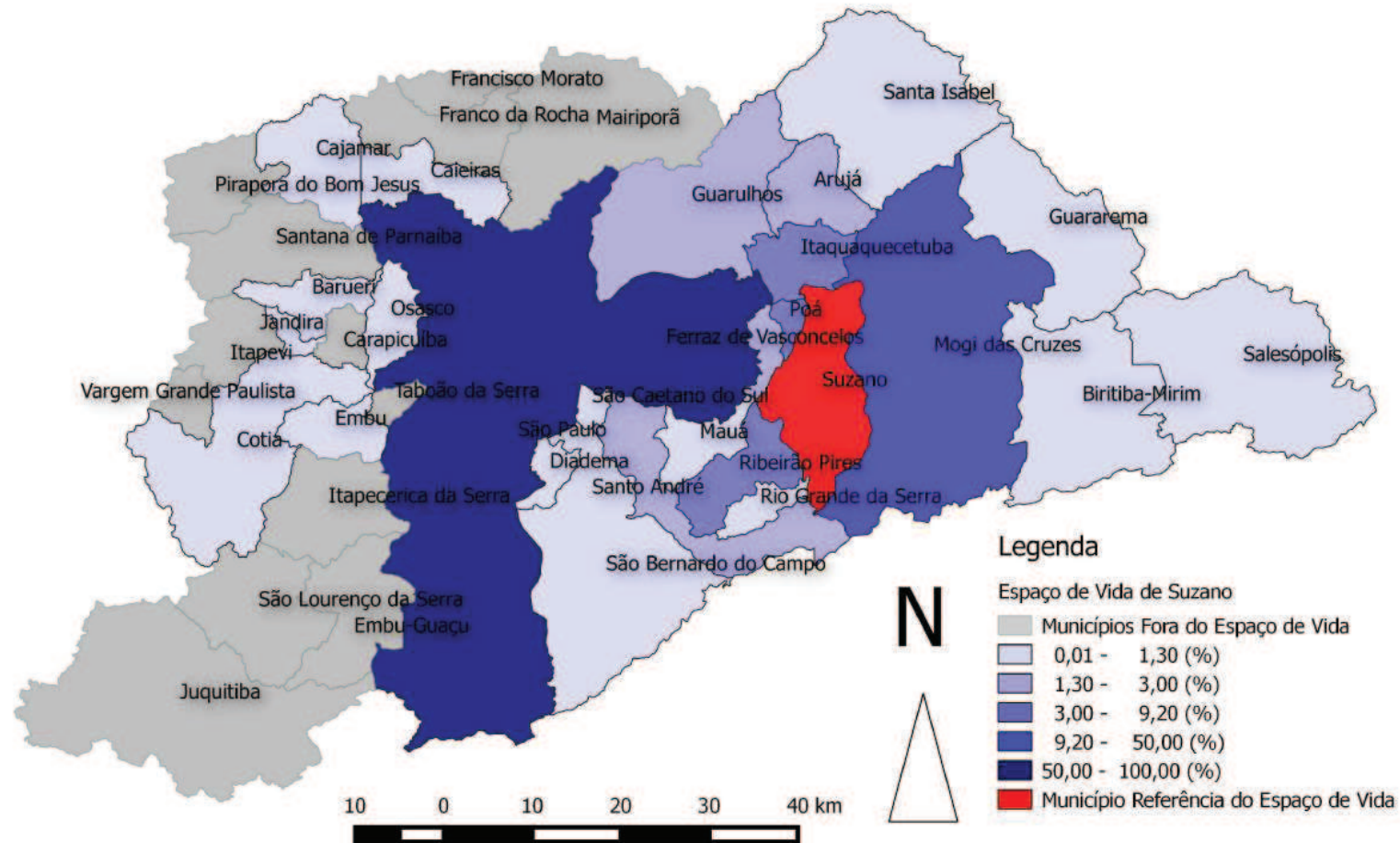
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Anexo 1

374

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

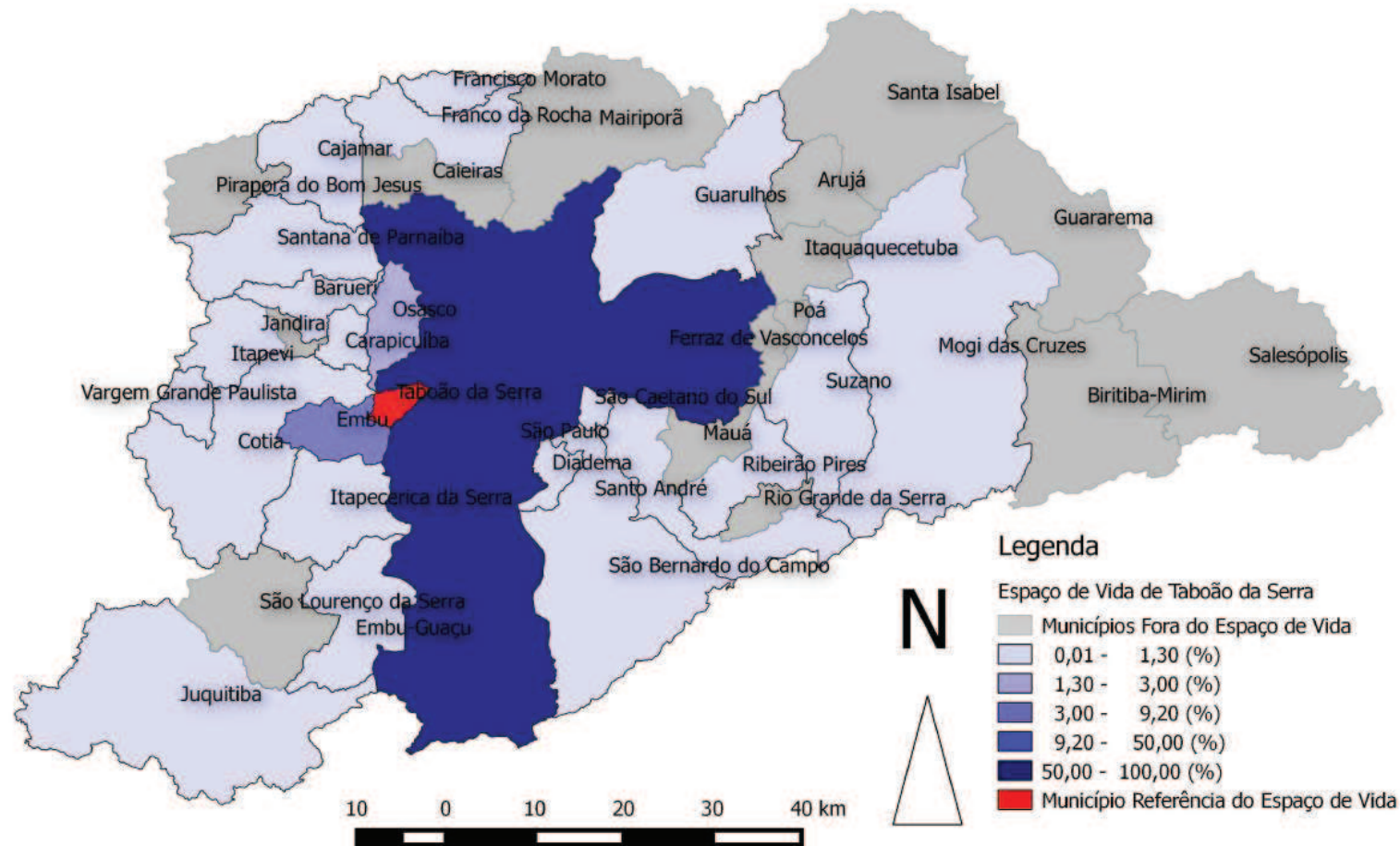
SUZANO - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

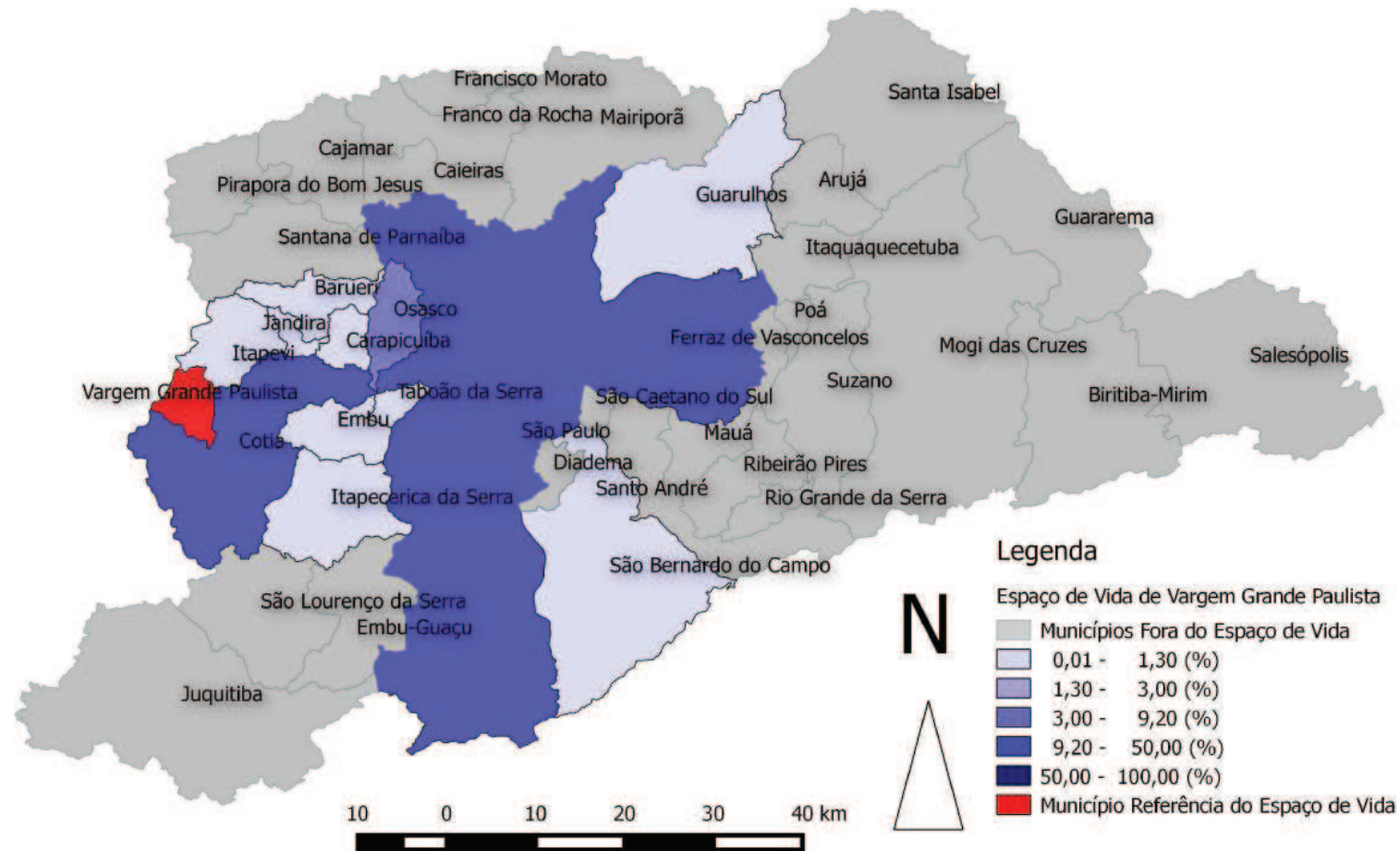
TABOÃO DA SERRA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.

Mapas dos espaços de vida intrametropolitano da população dos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, segundo a participação relativa de cada um dos municípios de destino nos deslocamentos para trabalho e/ou estudo, RMSP, 2000

VARGEM GRANDE PAULISTA - 2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000. Tabulações do Autor.